

## (EN)CENA A PERSPECTIVA DECOLONIAL DA PSICOLOGIA DO TRABALHO

(En)cena the decolonial perspective of work psychology

(En)cena la perspective décoloniale de la psychologie du travail

(En)cena la perspectiva decolonial de la psicología del trabajo

**Lêda Gonçalves de Freitas**<sup>1</sup> ©

Universidade Católica de Brasília (UCB), Brasília, Distrito Federal, Brasil

**Lilium Deisy Ghizoni**<sup>2</sup> ©

Universidade Federal do Tocantins (UFT), Palmas, Tocantins, Brasil<sup>3</sup>

Chegamos ao primeiro número da Revista Trabalho (En)Cena de 2020. Assim, entramos no quinto ano de existência, com intenso trabalho da equipe editorial para qualificar a Revista, com base em preceitos acadêmicos, éticos e políticos.

Ao longo desses quatro anos, que se passaram, a Revista se instituiu como um periódico plural no campo do mundo do trabalho ao assinalar a psicologia do trabalho, mas, ao mesmo tempo, dialogar com áreas afins. Investiu em vincular grupos de pesquisa e demais interessados na área de estudos desse periódico por meio de artigos de fluxo contínuo, mas também com dossiês, vindos de parcerias internacionais e nacionais, tais como: O panorama da pesquisa em didática: suas forças, desafios e contribuições para a compreensão do trabalho docente, organizado por pesquisadores do Canadá (publicado em 2018); Riscos psicossociais no trabalho: diferentes visões para seu estudo no contexto argentino, organizado por pesquisadores da Argentina (publicado em 2019); Saúde Mental e Adoecimento nas Instituições de Ensino Superior - Parte I, organizado por pesquisadores brasileiros (publicado em 2019).

Neste pouco tempo de existência da Revista Trabalho EnCena, acompanhamos mudanças significativas e dolorosas no mundo do trabalho. Em meio a uma crise política, sanitária, econômica e educacional sem precedentes em curso no nosso país, revelando a necropolítica da exploração e imposição da autoexploração do capitalismo neoliberal,

<sup>1</sup> [ledag@ucb.br](mailto:ledag@ucb.br)

<sup>2</sup> [ldghizoni@gmail.com](mailto:ldghizoni@gmail.com)

<sup>3</sup> Quadra 109 Norte – Av NS 15 - BALA 2 - Sala 15 - Plano Diretor Norte, Palmas TO – Brasil - CEP 77001-923

evidencia-se a importância inevitável de pensar e elaborar sobre o mundo do trabalho no Brasil numa visão decolonial, no sentido atribuído por Mignolo (2005) na ideia do lugar de fala. Deste modo, o pensar decolonial considera indispensável ouvir as vozes e saberes dos grupos subalternizados e ocultados pelo pensamento colonizado. Portanto, considerar o pensar, o elaborar e o fazer dos sujeitos que trabalham para que, a partir disso, a produção do conhecimento represente o viver dos grupos que são omitidos e desprezados pela lógica capitalista e colonialista.

O capitalismo dependente que por aqui prosperou, concebeu uma população trabalhadora totalmente excluída da divisão das riquezas produzidas. O crescimento econômico, de acordo com Fernandes (1968), foi gestado com o aumento da miséria e o não acesso aos direitos por quem sempre esteve fora das classes sociais privilegiadas. Apesar disso, ao longo da luta da classe-que-vive-do-trabalho, algumas conquistas foram materializadas na Consolidação das Leis do Trabalho (1943) e na Constituição Federal de 1988.

Em 2017, a reforma trabalhista alterou drasticamente a legislação da CLT e na Constituição Federal ao flexibilizar os direitos legais de atuação sindical. Esta mudança profunda enfraquece a organização coletiva e favorece a ampliação da retirada dos direitos trabalhistas. Em 2019, após a eleição de um projeto político de destruição das limitadas bases sociais brasileiras, tem-se a aprovação da Reforma da Previdência, da Lei da Liberdade Econômica e do Contrato Verde e Amarelo. Tudo isso flexibiliza e precariza mais ainda o trabalho dos brasileiros, aumentando a exploração, a expropriação e diminuindo de forma drástica o usufruto de direitos historicamente alcançados, escancarando maior fragilização e diminuição da qualidade de vida dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiros.

No momento em que escrevemos esse editorial, a crise sanitária que afeta todo mundo, mostra os países capitalistas de tradição liberal (EUA, Inglaterra, França, Argentina, entre outros) realizando intervenções estatais tanto para proteger o sistema financeiro da crise econômica quanto para diminuir o desemprego e investir na saúde e na proteção social. Em oposição a isto, no Brasil, vemos o governo alargar a retirada de direitos dos trabalhadores e minimizar os efeitos da pandemia, ao estimular o fim do isolamento social, numa defesa clara para “salvar a economia”, desconsiderando e mesmo desprezando o que diz a ciência para salvar vidas (Pinho, 2020).

Diante desse contexto, nosso compromisso é o de manter a qualidade acadêmica, com a publicização de estudos que destacam metodologias e teorias que ensejam a defesa das vozes dos trabalhadores e trabalhadoras desse imenso Brasil, no compromisso decolonial de

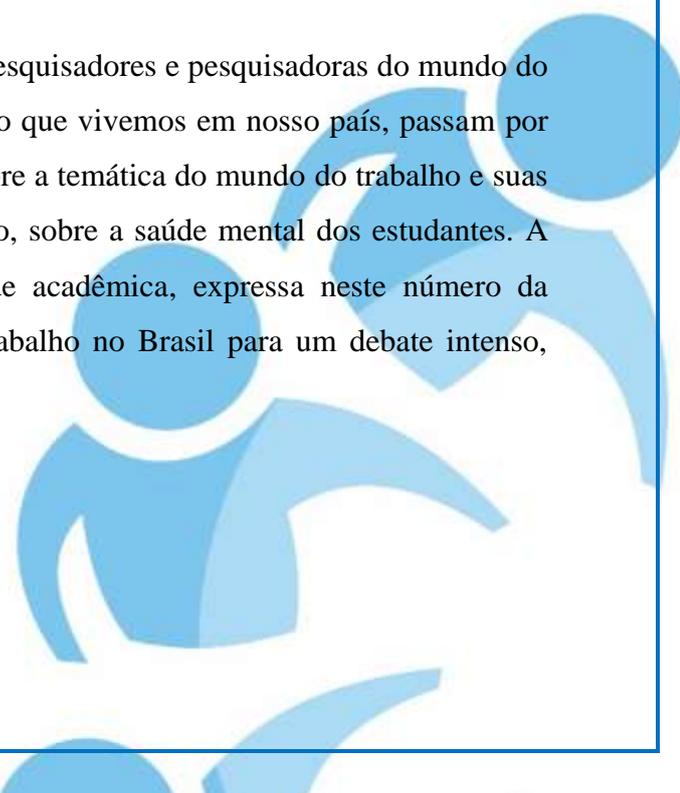
construção dos modos de resistência no âmbito universitário. À vista disso, nesse primeiro número de 2020, apresentamos 16 artigos originais, um relato de experiência e uma resenha de filme.

Apresentamos na primeira parte, seis artigos da “Chamada Geral”, os quais expressam pesquisas que procuram mostrar as resistências práticas dos trabalhadores para enfrentar o sofrimento e adoecimento; e, também, persistências teóricas que analisam o mundo do trabalho e suas consequências para a saúde dos sujeitos que trabalham. Deste modo, os temas presentes se referem à precarização e às resistências no contexto da saúde, à mediação do sofrimento de médicos, à financeirização do ensino superior e ao trabalho docente, ao assédio moral e suas consequências para os trabalhadores, à inviabilidade do sujeito que trabalha na metodologia do risco operacional e ao sofrer de policiais militares.

A segunda parte deste número da revista traz a sequência do Dossiê Temático “Saúde Mental e Adoecimento nas Instituições de Ensino Superior” (Parte II), proposto pelos pesquisadores Karine Vanessa Perez, Luciana Gisele Brun e Carlos Manoel Lopes Rodrigues. Os artigos do dossiê discutem a saúde mental e adoecimento, não apenas dos professores, mas também dos estudantes. A solidão, a depressão, o *burnout*, o sofrimento psíquico e a ansiedade integram a discussão sobre a saúde mental de estudantes universitários (da graduação e da pós-graduação) no Brasil, e também da África (Moçambique) e Colômbia (Medellín).

O Relato de Experiência deste número faz referência ao Dossiê acima, relatando a experiência ocorrida em 2018 em uma universidade pública moçambicana. E por fim a Resenha Fílmica que trata da obra cinematográfica “The Joker”, do diretor Todd Phillips, apresentado ao público em 2019.

Destarte, estamos certos de que, enquanto pesquisadores e pesquisadoras do mundo do trabalho, nossas respostas a esse contexto totalitário que vivemos em nosso país, passam por disponibilizar ao público estudos diversificados sobre a temática do mundo do trabalho e suas interfaces, como a que apresentamos, neste número, sobre a saúde mental dos estudantes. A pluralidade metodológica e teórica com qualidade acadêmica, expressa neste número da revista, nos norteia no campo da psicologia do trabalho no Brasil para um debate intenso, democrático e construtor de um saber decolonial.



## REFERÊNCIAS

Fernandes, F. (1968). *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento*. Zahar.

Mignolo, W. (2005). A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In E. Lander (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. (pp. 71-103). Colección Sur Sur, Clacso.

Pinho, C. E. S. (2020). *Pandemia global, governo e desigualdade no Brasil: Um olhar das ciências sociais*. <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/597877-pandemia-global-governo-e-desigualdade-no-brasil-um-olhar-das-ciencias-sociais>



## **TERCEIRIZAÇÃO, SAÚDE E RESISTÊNCIAS: UMA REVISÃO DA LITERATURA CIENTÍFICA DO CAMPO DA SAÚDE DO TRABALHADOR**

Outsourcing, health and resistance: a review of the scientific literature in the field of workers health

Externalisation, santé et résistance: une revue de la littérature scientifique dans le domaine de la santé au travail

Subcontratación, salud y resistencia: una revisión de la literatura científica en el campo de la salud laboral

**Sergio Dias Guimarães Junior**<sup>1</sup> ©

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Departamento de Psicologia, Rio de Janeiro, RJ, Brasil<sup>2</sup>

**Leonardo Dresch Eberhardt**<sup>3</sup> ©

Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

### **Resumo**

Este estudo tem como objetivo analisar a produção científica latino-americana do campo da Saúde do Trabalhador acerca da temática terceirização-saúde sob a perspectiva da resistência dos trabalhadores e das trabalhadoras. Realizou-se pesquisa bibliográfica nas bases de dados da Biblioteca Virtual em Saúde e Portal de Teses e Dissertações em Saúde Pública, sendo incluídas 32 publicações. Os resultados apontam que a produção científica acerca desta temática pouco se dedica a analisar as formas de resistência da classe trabalhadora, que são apresentadas indiretamente nas publicações, ganhando pouco destaque frente a outras questões referentes à terceirização, como seus efeitos deletérios para a saúde e aspectos legais/administrativos. Tal constatação torna necessária a realização de pesquisas sobre a temática terceirização-saúde considerando formas de resistência dos trabalhadores e trabalhadoras no processo de luta pela saúde no trabalho, principalmente diante do atual contexto político-econômico brasileiro, marcado por retrocessos e perdas de direitos.

**Palavras-chave:** Saúde do Trabalhador; Terceirização; Resistências; Reforma Trabalhista.

### **Abstract**

This study aims to analyze the Latin American scientific production in the field of Occupational Health about the outsourcing-health theme from the perspective of resistance of workers. Bibliographic research was conducted in the databases of the Virtual Health Library and Portal of Theses and Dissertations in Public Health, including 32 publications. The results indicate that the scientific production on this subject is little dedicated to analyzing the forms of resistance of the working class, which are presented indirectly in the publications, gaining little prominence in relation to other issues related to outsourcing, such as its deleterious health effects and legal / administrative aspects. This finding makes it necessary to conduct research on the outsourcing-health theme considering forms of resistance of workers in the process of struggle for health at work, especially in light of the current Brazilian political-economic context, marked by setbacks and loss of rights.

**Keywords:** Worker's health; Outsourcing; Resistances; Labor reform.

<sup>1</sup> sergiodiasguima@gmail.com

<sup>2</sup> Instituto de Psicologia, UFRJ - Av. Pasteur, 250 - Urca, Rio de Janeiro - RJ, 22290-240.

<sup>3</sup> leonardodeberhardt@gmail.com

## Résumé

Cette étude vise à analyser la production scientifique latino-américaine dans le domaine de la santé au travail sur le thème de l'externalisation-santé sous l'angle de la résistance des travailleurs. Des recherches bibliographiques ont été effectuées dans les bases de données de la Bibliothèque virtuelle de la santé et du Portail des thèses et des mémoires en santé publique, y compris 32 publications. Les résultats indiquent que la production scientifique sur ce sujet est peu dédiée à l'analyse des formes de résistance de la classe ouvrière, qui sont présentées indirectement dans les publications, gagnant peu d'importance par rapport à d'autres questions liées à l'externalisation, telles que ses effets et aspects délétères et santé juridique / administratif sur la santé. Cette constatation oblige à mener des recherches sur le thème de l'externalisation-santé en considérant les formes de résistance des travailleurs dans le processus de lutte pour la santé au travail, notamment à la lumière du contexte politico-économique brésilien actuel, marqué par des revers et la perte de droits.

**Mots clés:** Santé du travailleur; Externalisation; Résistances; Réforme du travail.

---

## Resumen

Este estudio tiene como objetivo analizar la producción científica latinoamericana en el campo de la Salud Laboral sobre el tema de la externalización de la salud desde la perspectiva de la resistencia de los trabajadores. La investigación bibliográfica se realizó en las bases de datos de la Biblioteca Virtual de Salud y el Portal de Tesis y Disertaciones en Salud Pública, que incluyó 32 publicaciones. Los resultados indican que la producción científica sobre este tema está poco dedicada a analizar las formas de resistencia de la clase trabajadora, que se presentan indirectamente en las publicaciones, ganando poca importancia en relación con otros temas relacionados con la externalización, como sus efectos nocivos para la salud y aspectos legales / administrativos. Este hallazgo hace que sea necesario realizar una investigación sobre el tema de la externalización de la salud considerando formas de resistencia de los trabajadores en el proceso de lucha por la salud en el trabajo, especialmente a la luz del contexto político-económico brasileño actual, marcado por reveses y pérdida de derechos.

**Palabras clave:** Salud del Trabajador; Subcontratación; Resistencias; Reforma laboral.

---

## Introdução

A terceirização (ou subcontratação<sup>4</sup>) tem se propagado nos últimos anos frente aos processos político-econômicos em curso no Brasil. A permanência da crise mundial eclodida no ano de 2008, acompanhada de forte redução nos níveis de empregos formalizados e transformações nos processos produtivos constituiu o cenário que trouxe destaque para terceirização enquanto resposta e possibilidade de enfrentamento da crise econômica em questão, em especial no contexto brasileiro (Antunes, 2014).

De acordo com Antunes e Druck (2015), a terceirização das atividades no Brasil teve sua regulamentação na década de 1970 e, desde este período, alcança dimensões preocupantes no cenário trabalhista brasileiro. De forma particular, observa-se que, mais recentemente, o Projeto de Lei 4302/98 - aprovado em março de 2017 - legalizou a terceirização de todas as atividades das empresas, tanto as chamadas 'atividades-meio' quanto as 'atividades-fim'. Transformado na Lei ordinária nº 13.429/2017 (Brasil, 2017a) e ainda reforçado pela Reforma Trabalhista - Lei n.º 13.467/2017 - (Brasil, 2017b), este projeto instaura um cenário de

---

<sup>4</sup> Os termos terceirização e subcontratação serão tratados aqui como sinônimos. Tal escolha foi baseada no estudo realizado por Filgueiras e Cavalcante (2012) acerca desta temática.

terceirização sem limites legais no país no qual são atendidos os interesses da classe empresarial em detrimento das frágeis tentativas de manutenção da rede de proteção social e da saúde dos trabalhadores e trabalhadoras terceirizados.

Diante deste mosaico, Lacaz (2017) afirma que a terceirização possui relação direta com aspectos relacionados à seguridade social e à saúde no trabalho e que seus efeitos deletérios - principalmente para a saúde dos trabalhadores e trabalhadoras - são fatores cuja gravidade revela que a temática da terceirização necessita ser objeto de estudos mais aprofundados no campo da Saúde do Trabalhador - e também da Psicologia do Trabalho.

Considerando a complexidade dessas questões, o presente estudo tem o objetivo de analisar a produção científica do campo da Saúde do Trabalhador acerca da temática terceirização-saúde sob a perspectiva da resistência dos trabalhadores e trabalhadoras. Aqui, parte-se da noção de resistência enquanto elemento integrante do processo de luta pela saúde no trabalho por parte da classe trabalhadora (Seligmann-Silva, 2012; Laurell e Noriega, 1989; Stotz e Pina, 2017).

O empuxo para a realização do presente estudo se deu, entre outros fatores: (1) pela ampla adoção da terceirização no contexto atual; (2) pela legitimação e propulsão da terceirização pelo Estado - confirmadas principalmente pelas recentes aprovações da Lei nº 13.429/2017 e da Reforma Trabalhista (Lei n.º 13.467/2017); (3) pelos impactos já conhecidos da terceirização sobre a saúde dos trabalhadores e trabalhadoras; (4) pela necessidade de aquecer o debate acadêmico acerca da relação entre terceirização, saúde e resistências no campo da Saúde do Trabalhador; (5) pela aposta teórica/metodológica em focar na resistência dos trabalhadores e trabalhadoras como elemento central para frear a terceirização e a exploração do trabalho. Assim, acredita-se que uma maior produção acadêmica em torno desta temática pode servir como recurso e material para a promoção de ações e iniciativas que tenham como objetivo a prevenção, redução e transformação dos impactos da terceirização para a saúde dos sujeitos terceirizados.

Considerando o que foi previamente exposto, o presente texto está estruturado da seguinte maneira: primeiramente, serão apresentados os detalhes do processo de revisão de literatura aqui empreendido (método, critérios de seleção dos textos, sistematização de dados etc) e, posteriormente, seus resultados seguidos de uma discussão a partir de categorias analíticas aqui denominadas de *feixes de análise*: (1) Terceirização - processo de trabalho e saúde-doença; (2) Terceirização - resistências; (3) Terceirização - aspectos conceituais.

## **Materiais e métodos**

O método adotado neste estudo foi a pesquisa bibliográfica na literatura científica do campo da Saúde do Trabalhador. De acordo com Garcia (2014), a revisão bibliográfica de literatura é um método de pesquisa que, realizado a partir de uma pergunta de pesquisa definida, permite a observação de materiais já publicados cujas evidências empíricas servem de base para análises e investigações acerca de diferentes fenômenos. As bases de dados utilizadas foram: Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) - Regional América Latina e Portal de Teses e Dissertações - Saúde Pública. Tais bases foram escolhidas pelo fato de concentrarem a maior parte das publicações em Saúde Pública no Brasil e, conseqüentemente, do campo da Saúde do Trabalhador.

As buscas foram feitas a partir das estratégias descritas no Quadro 1. No processo de revisão, foram adotados determinados critérios de inclusão, a saber: (1) formato: artigos completos, teses ou dissertações; (2) linguagem: português, inglês, francês ou espanhol; (3) período: publicados entre 2008 e 2017. Foram excluídas as publicações que: (a) não possuíam resumo indexado; (b) não se adequassem à temática proposta; (c) mesmo tratando da temática, não eram provenientes de estudos do campo da Saúde do Trabalhador; (d) eram duplicados.

Aqui, considera-se a Saúde do Trabalhador enquanto “campo de práticas e conhecimentos cujo enfoque teórico-metodológico, no Brasil, emerge da Saúde Coletiva, buscando conhecer (e intervir) (n)as relações trabalho e saúde-doença” (Lacaz, 2007, p.757).

Em caso de artigos correspondentes às teses/dissertações selecionadas na busca, optou-se pela inclusão e leitura dos artigos, em lugar das teses/dissertações. Inicialmente, a seleção dos textos foi realizada por dois pesquisadores, de forma independente, produzindo-se duas listas preliminares de seleção; na sequência, os resultados da seleção de cada pesquisador – isto é, as listas preliminares – foram discutidos, validados e padronizados consensualmente, chegando-se à lista final de textos incluídos da pesquisa bibliográfica (Quadro 2).

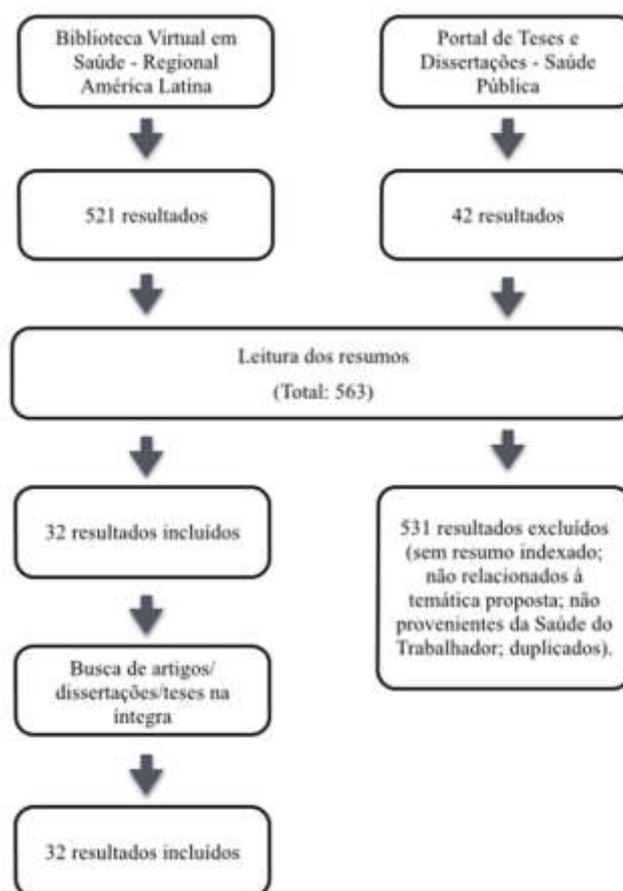
Por meio das estratégias de busca, foram encontrados 563 resultados (521 na BVS Regional América Latina e 42 no Portal de Teses e Dissertações - Saúde Pública) dos quais 32 foram incluídos (30 provenientes da BVS e 2 do Portal). Os procedimentos de seleção das publicações estão demonstrados na Figura 1. As 32 publicações selecionadas foram lidas integralmente e fichadas. Posteriormente à leitura e ao resumo dos achados, os resultados obtidos foram sistematizados em um quadro próprio para categorização. Este quadro continha informações específicas de cada um dos textos, a saber: título, base de dados, ano e local de publicação, autores e principais resultados.

**Quadro 1:** Estratégias de pesquisa utilizadas e número de resultados encontrados na base de dados.

Base de dados	Estratégia	Número de resultados encontrados
BVS Regional América Latina	(terceiriz\$ OR subcontrat\$) AND (trabalh\$)	521
Portal de Teses e Dissertações - Saúde Pública		42

**Fonte:** Elaboração dos autores a partir da BVS Regional América Latina e do Portal de Teses e Dissertações - Saúde Pública, 2019.

**Figura 01:** Fluxograma de seleção (inclusão e exclusão) das publicações.



**Fonte:** Elaboração dos autores a partir da seleção do material proveniente da BVS Regional América Latina e do Portal de Teses e Dissertações - Saúde Pública (2019).

O processo de análise dos dados foi realizado qualitativamente de modo que, com o material selecionado, foram construídas categorias analíticas, relacionadas entre si, que servirão

de auxílio para o processo de análise e reflexão sobre a bibliografia levantada. Todas as determinações referentes aos direitos autorais e à ética em pesquisa foram respeitadas.

## Resultados e discussão

Das 32 publicações selecionadas, 30 eram provenientes da Biblioteca Virtual em Saúde Regional América Latina e 2 do Portal de Teses e Dissertações - Saúde Pública. Quanto ao formato, 28 eram artigos e 4 eram dissertações de mestrado. A totalidade dos artigos mencionados encontra-se publicada em revistas científicas das respectivas áreas de conhecimento: psicologia (9), saúde pública (6), enfermagem (4), medicina do trabalho (3), saúde ocupacional (3), serviço social (1), fonoaudiologia (1) e engenharia (1).

**Quadro 2:** Distribuição das publicações incluídas segundo a identificação, autores, título, revista e ano.

ID	Autores e autoras	Título	Base de dados	Revista (em caso de artigos)	Ano	Temas
1	Almeida HP, Souza KR, Pina JA	Tudo não é por acaso: exploração, greves, sindicatos surpreendidos e a saúde dos trabalhadores do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro	BVS	Revista Brasileira de Saúde Ocupacional	2018	terceirização; saúde do trabalhador; luta pela saúde; greves
2	Martins M et al	A psicodinâmica do reconhecimento no trabalho de informática de terceirizados de uma instituição pública	BVS	Revista Brasileira de Medicina do Trabalho	2017	terceirização; saúde mental; serviço público
3	Cordeiro MP, Sato L	Psicologia na política de assistência social: trabalho em um "setor terceirizado"	BVS	Estudos de Psicologia	2017	terceirização; serviço público
4	Gemma SFB et al	Agentes de limpeza terceirizados: entre o ressentimento e o reconhecimento	BVS	Revista Brasileira de Saúde Ocupacional	2017	terceirização; saúde mental; serviço público

5	Druck G	A terceirização na saúde pública: formas diversas de precarização do trabalho	BVS	Trabalho, Educação e Saúde	2016	terceirização; saúde pública; greves
6	Souza HS, Mendes AN	<i>Outsourcing and "dismantling" of steady jobs at hospitals.</i>	BVS	Revista de Escola de Enfermagem da USP	2016	terceirização; serviço público; etnografia
7	Druck G	<i>Unrestrained outsourcing in Brazil: more precarization and health risks for workers.</i>	BVS	Cadernos de Saúde Pública	2016	terceirização; precarização do trabalho; saúde; serviços hospitalares
8	Siqueira CE	<i>The impact of the "siamese twins" outsourcing and precariousness on workers' health.</i>	BVS	Cadernos de Saúde Pública	2016	terceirização; precarização do trabalho; saúde
9	Martins MIC	<i>Precairous employment, precarious work, outsourcing, inequity, and risks from the workers' health perspective: a dialogue with the authors.</i>	BVS	Cadernos de Saúde Pública	2016	terceirização; precarização do trabalho; saúde
10	Aquino CAB et al	Terceirização e saúde do trabalhador: uma revisão da literatura nacional	BVS	Revista Psicologia Organizações e Trabalho	2016	terceirização; saúde do trabalhador; revisão de literatura
11	Mandarini MB, Alves AM, Sticca MG	Terceirização e impactos para a saúde e trabalho: uma revisão sistemática da literatura	BVS	Revista Psicologia Organizações e Trabalho	2016	terceirização; saúde no trabalho; revisão de literatura

12	Silva LG et al	Vínculos empregatícios, condições de trabalho e saúde entre motoristas de caminhão	BVS	Revista Psicologia Organizações e Trabalho	2016	terceirização; motoristas de caminhão; saúde
13	Rabelo LDBC, Castro MLGL, Silva JMA	Dublês do setor elétrico: reflexões sobre identidade e trabalho terceirizado	BVS	Revista Psicologia Organizações e Trabalho	2016	terceirização; saúde mental; eletricistas
14	Borges LO et al	Impactos da terceirização em empregados efetivos: um caso na construção de edificações	BVS	Revista Psicologia Organizações e Trabalho	2016	terceirização; edificações; saúde
15	Berni LB et al	Indicadores de prazer/sofrimento em trabalhadores terceirizados de higiene e limpeza de um hospital universitário	BVS	Revista da Rede de Enfermagem do Nordeste	2016	terceirização; saúde mental; serviços hospitalares; enfermagem
16	Carvalho VF et al	Riscos ocupacionais e acidentes de trabalho: percepções dos coletores de lixo	BVS	Revista de Enfermagem da UFPE	2016	terceirização; riscos ocupacionais; saúde no trabalho; coletores de lixo
17	Lourenço EAS	Terceirização: a derruição de direitos e a destruição da saúde dos trabalhadores	BVS	Serviço Social & Sociedade	2015	terceirização; direitos trabalhistas; saúde

18	Meneguín NS, Ayres JA, Morine RK	Acidentes ocupacionais com materiais perfurocortantes entre os trabalhadores do serviço de limpeza	BVS	Revista de Enfermagem da UFSM	2015	terceirização; acidentes ocupacionais; saúde; serviços de limpeza
19	Bernardo MH, Verde FF, Pinzón JG	Vivências de trabalhadores com diferentes vínculos empregatícios em um laboratório público	BVS	Cadernos de Psicologia Social do Trabalho	2013	terceirização; saúde; serviço público
20	Araújo MVR	Adoecimento no trabalho: o discurso das teleoperadoras acerca dos distúrbios da voz	BVS	Revista Distúrbios da Comunicação	2013	terceirização; saúde; distúrbios da voz; teleoperadoras
21	Marques AMA	Condições e organização do trabalho das equipes do SAMU/RMF: riscos e agravos daqueles que trabalham contra o tempo	BVS	-	2013	terceirização; saúde; serviços hospitalares
22	Gomes CCG, Oliveira RS	Agentes de limpeza pública: um estudo sobre a relação prazer/ sofrimento no ambiente laboral	BVS	Psicologia: Ciência e Profissão	2013	terceirização; saúde mental; agentes de limpeza
23	Takahashi MABC et al	Precarização do trabalho e risco de acidentes na construção civil: um estudo com base na Análise Coletiva do Trabalho (ACT)	BVS	Saúde e Sociedade	2012	terceirização; precarização do trabalho; saúde; construção civil
24	Jackson Filho JM et al	Organizational factors related to occupational accidents in construction	BVS	Work	2012	terceirização; saúde; construção civil

25	Martins AF	Precarização e violência no trabalho: um olhar sobre as relações de trabalho em instituições públicas de saúde do Rio de Janeiro	BVS	-	2012	terceirização; precarização do trabalho; violência no trabalho; saúde; saúde pública
26	Comaru CM	Estresse psicossocial e vínculo profissional em trabalhadoras da enfermagem: uma análise da flexibilização do trabalho a partir da escala de desequilíbrio esforço-recompensa	BVS	-	2011	terceirização; saúde mental; estresse psicossocial; enfermagem
27	Lima JM	A terceirização e os trabalhadores: revisitando algumas questões	BVS	Cadernos de Psicologia Social do Trabalho	2010	terceirização; direitos trabalhistas; saúde
28	Matos JO	Os Sentidos do Trabalho: A Experiência de Trabalhadoras de Fações de Costura da Indústria de Confecções no Ceará	BVS	-	2008	terceirização; saúde mental; trabalhadoras de fações de costura
29	Alvarez D et al	<i>Productive reorganization, outsourcing, and work relations in the offshore oil industry in the Campos Basin, Rio de Janeiro.</i>	BVS	Gestão & Produção	2008	terceirização; saúde; indústria offshore
30	Costa DO, Tambellini AT	A visibilidade dos escondidos	BVS	Physis: Revista de Saúde Coletiva	2009	terceirização; direitos trabalhistas; saúde

31	Mangas RMN, Minayo-Gomez C, Thedim-Costa SMF	Acidentes fatais e a desproteção social na construção civil no Rio de Janeiro	Portal SP	Revista Brasileira de Saúde Ocupacional	2008	terceirização; saúde do trabalhador; construção civil
----	--	---	-----------	---	------	---

**Fonte:** Elaboração dos autores a partir da Biblioteca Virtual em Saúde Regional América Latina do Portal de Teses e Dissertações - Saúde Pública (2019).

No que tange ao idioma das publicações, 26 artigos foram publicados em português e 6 em inglês. Dentre eles, a maioria foi publicada no Brasil (30), seguido do Reino Unido (1) e dos Estados Unidos (1). Conforme mencionado anteriormente, todos os artigos selecionados tiveram a sua publicação no período entre 2008 e 2017: neste intervalo foram publicados em 2016 (14), 2013 (4), 2017 (3), 2012 (3), 2008 (3), 2015 (2), 2011 (1), 2010 (1) e em 2009 (1). O elevado número de artigos publicados em 2016 pode ter relação com as discussões do projeto de lei da terceirização que na época estavam em tramitação. Acredita-se que a quantidade de publicações - incluindo as do campo da Saúde do Trabalhador – acerca da temática terceirização-saúde possa aumentar nos próximos anos, principalmente, devido às recentes decisões político-econômicas do país (como a aprovação da Lei nº 13.429/2017 e da Reforma Trabalhista (Lei n.º 13.467/2017).

Com relação à abordagem metodológica utilizada nos artigos selecionados, a maior parte dos estudos era de caráter qualitativo (15). Em paralelo, análises quantitativas (6), ensaios teóricos (7) e artigos com escolhas metodológicas mistas - qualitativa e quantitativa - (4) também estavam entre os selecionados. Observa-se que os artigos selecionados tratam a questão da terceirização a partir de uma perspectiva crítica, no sentido de expor os efeitos negativos deste processo tanto para a saúde dos trabalhadores e trabalhadoras quanto para as relações de trabalho de forma mais ampliada.

É possível observar também que os artigos e dissertações selecionados dedicaram-se a analisar a relação entre terceirização e processo saúde-doença em diferentes contextos laborais, tanto do setor privado quanto do setor público, a saber: construção civil, setor elétrico, hospitais, laboratórios, escritórios, universidades, *call centers*, coleta de lixo urbano, facções de costura etc.

Após análise dos textos, foram criadas três categorias analíticas que aqui serão denominadas de feixes de análise. Tais feixes foram criados a partir das temáticas mais recorrentes entre os textos selecionados, ou seja, a recorrência dos temas representou o principal

critério para a formação destas categorias/feixes de análise. São eles: (1) terceirização - aspectos do trabalho e processo saúde-doença; (2) terceirização - resistências; (3) terceirização - aspectos conceituais.

Nas linhas seguintes serão desenvolvidas reflexões acerca de cada feixe de análise a partir da articulação entre as publicações selecionadas e contribuições teóricas do campo da Saúde do Trabalhador.

### **Feixe de análise 1: terceirização - aspectos do trabalho e processo saúde-doença**

Entre os textos selecionados, alguns estudos – principalmente os ensaios teóricos (Aquino et al, 2016; Lourenco, 2015; Lima, 2010) – dedicaram-se a discutir os efeitos deletérios da terceirização, dentre eles: baixa remuneração, más condições de trabalho, enfraquecimento da organização coletiva dos trabalhadores e trabalhadoras, não cumprimento de direitos trabalhistas etc. Fatores que possuem relação direta com o processo saúde-doença e repercutem nos níveis de desgaste físico e psíquico dos trabalhadores e das trabalhadoras.

Em paralelo, outro importante vetor analítico é o processo de capilarização da terceirização para esferas do setor público que, de acordo com Druck (2016a, p.17), são fatores que “ferem os princípios constitucionais da responsabilidade do Estado sobre os serviços públicos”. Dentre as publicações selecionadas, Cordeiro e Sato (2017), Druck (2016a) e Martins (2012) afirmam que, por exemplo, a implantação das Organizações Sociais (OS) – Lei nº 9.637/1998 – e da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH) ameaçam o funcionalismo público do país e são elementos que catalisam o desenvolvimento e consolidação do processo de precarização do trabalho no Brasil, aumentando seus efeitos negativos para a classe trabalhadora.

De acordo com Souto Maior (2018), ao longo dos últimos anos diversos projetos de lei e decisões políticas acerca da terceirização foram pauta no âmbito jurídico do país. Artigos selecionados na presente revisão de literatura (Almeida, Souza e Pina, 2018; Druck, 2016a; 2016b) revelam algumas características e preocupações referentes a essas decisões políticas, tanto a respeito da reforma trabalhista e da lei da terceirização quanto ao Projeto de Lei nº 4.330 (conhecido como PL 30), amplamente divulgado e conhecido no ano de 2015 - que representam uma espécie de “autorização legal” que permite a difusão da terceirização no país e, conseqüentemente, dos seus efeitos deletérios para a saúde.

Nesta observação, dentre os textos selecionados na presente revisão destacam-se os estudos de Borges *et al* (2016), Filho *et al* (2012) e Mangas *et al* (2008) que analisam a

articulação entre terceirização e processo saúde-doença a partir de uma abordagem acerca de riscos ocupacionais e acidentes de trabalho. Tais estudos trazem luz para o ramo da construção civil – reconhecido como o que abriga a maior quantidade de acidentes em âmbito nacional – e evidenciam o fato de que sujeitos com vínculo de trabalho terceirizado estão mais suscetíveis e expostos aos riscos de acidente visto que, na dinâmica da organização do trabalho nesses contextos, são os responsáveis pela execução das tarefas mais perigosas.

Em consonância, outros estudos também revelaram graves efeitos do processo de terceirização para a saúde dos trabalhadores e trabalhadoras como, por exemplo, a ocorrência de acidentes ocupacionais com materiais perfurocortantes entre sujeitos terceirizados do serviço de limpeza de um hospital (Meneguín et al, 2015) e distúrbios da voz de teleoperadoras terceirizadas imersas em um cotidiano de trabalho caracterizado pelo ritmo intenso e pressão por atingir metas rigidamente estabelecidas pela empresa contratante (Araújo, 2013).

De maneira particular, Almeida, Souza e Pina (2018) trazem luz para a articulação entre terceirização e processo saúde-doença sob a perspectiva da luta dos trabalhadores pela saúde. O estudo em questão, realizado com operários da construção civil, aponta que diante das diferentes formas de exploração e desgaste produzido pelo processo de produção - dentre elas: prolongamento do tempo de trabalho, gestão por estresse, más condições sanitárias no ambiente laboral - as formas de organização, resistência e luta coletiva dos próprios trabalhadores constituem uma condição fundamental para a proteção e manutenção da saúde no trabalho.

De acordo com as contribuições teóricas de Laurell e Noriega (1989) a interação entre os diversos elementos do processo de trabalho com o corpo dos trabalhadores produz desgaste, que pode ser traduzido como “perda da capacidade potencial e/ou efetiva corporal e psíquica” (Laurell e Noriega, 1989, p.110). Cabe destacar que este processo varia de acordo com as especificidades e características particulares de cada processo/contexto/ambiente de trabalho.

Para além de uma abordagem centrada nos riscos ocupacionais e acidentes de trabalho, observa-se que parte dos estudos selecionados se concentrou na análise dos efeitos subjetivos da terceirização no processo saúde-doença, também considerados enquanto formas de desgaste psíquico produzidas pela dinâmica do processo de trabalho. Assim, destacam-se os estudos de Berni *et al* (2016) e Gomes e Oliveira (2013) que ao analisarem trabalhadores e trabalhadoras terceirizados com funções de limpeza e higiene - respectivamente de um hospital universitário e de limpeza pública - constataram elevado nível de desgaste expresso por vivências de sofrimento por parte desses sujeitos que, muitas vezes, lançam mão de estratégias de defesa para lidarem com o sofrimento no trabalho. Observa-se que, a longo prazo, tais estratégias podem se esgotar e causar graves danos para a saúde psíquica desses sujeitos.

Por sua vez, Martins *et al* (2017) analisam aspectos relacionados ao reconhecimento no trabalho de terceirizados do setor de informática a partir das contribuições da psicodinâmica do trabalho, “disciplina clínica que se apoia na descrição e no conhecimento das relações entre trabalho e saúde mental” (Dejours, 2004, p.28). Os resultados do estudo apontam que as discrepâncias salariais, diferença de tratamento e condições de trabalho entre trabalhadores terceirizados e os diretamente contratados são fatores da organização do trabalho<sup>5</sup> que produzem desgaste e impactam em sua saúde mental, produzindo vivências de sofrimento que podem gerar graves consequências a longo prazo.

Dentre os resultados do estudo desenvolvido por Rabelo *et al* (2016) com trabalhadores do setor elétrico, destaca-se a fala do trabalhador entrevistado que afirma “se sentir um dublê, aquele que substitui o trabalhador do quadro próprio, mas em piores condições e sem o devido reconhecimento, assumindo o perigo da cena sem receber os créditos da atuação” (Rabelo et al, 2016, p.166). As diferenças e disparidades das condições de trabalho de sujeitos terceirizados em comparação aos diretamente contratados também pôde ser observada em outros estudos selecionados (Cordeiro; Sato, 2017; Druck; 2016b; Marques, 2013), com destaque para o processo de invisibilidade sofrido pelos subcontratados (Martins *et al*, 2017; Costa & Tambellini, 2009).

De forma interessante, o estudo de Silva *et al* (2016), realizado com motoristas de caminhão terceirizados, revela o contexto de precarização que atravessa o trabalho desses sujeitos e a gravidade dos desdobramentos desta conjuntura laboral para a saúde desses profissionais. Um dos principais resultados do estudo aponta o aumento do consumo de substâncias químicas, estimulantes e drogas, por parte dos motoristas, para conseguirem se manter em estado de alerta durante os trajetos que são marcados pela cadência das metas estabelecidas de um destino a outro.

## **Feixe de análise 2: terceirização – resistências**

De acordo com o estudo de Mandarini *et al* (2016), a maioria das publicações nos últimos anos sobre a temática da terceirização dão maior atenção a aspectos financeiros e administrativos deste processo. Dentre os artigos e dissertações selecionados no presente

---

<sup>5</sup> Aqui, entende-se a noção de organização do trabalho como conjunto de papéis, normas e relações de poder estruturado para atender determinados objetivos (Lhuilier, 2012; 2011), ou seja, “como a divisão do trabalho, o conteúdo da tarefa e as relações de poder que envolvem o sistema hierárquico, as modalidades de comando e as questões de responsabilidade” presentes num contexto laboral específico (Mendes, 2007, p. 36).

estudo, poucos tratam de forma mais específica a questão das resistências por parte dos trabalhadores e das trabalhadoras nos contextos atravessados pela terceirização.

A respeito dessas resistências, Laurell e Noriega (1989, p.104) apontam que “o processo de trabalho converte-se num terreno de contradição quando os trabalhadores desenvolvem resistência contra sua própria desumanização, que se manifesta na astúcia e na mão rebelde do trabalho”. Segundo esses autores, as resistências dos trabalhadores e das trabalhadoras desenvolvem-se de diversas maneiras, individual ou coletivamente, sutis ou de forma organizada, tímidas ou mais perceptíveis e possuem, em sua multiplicidade, um ponto de interseção: a luta pela saúde no trabalho. Em consonância, Seligmann-Silva (2012), ao analisar as resistências a partir do campo da saúde mental relacionada ao trabalho (SMRT), afirma que esses enfrentamentos, individuais ou coletivos, relacionam-se com os níveis de consciência de classe dos trabalhadores assim como os de consciência com relação à exploração sofrida. Tais resistências representariam, desta forma, elementos importantes na luta pela saúde no trabalho, na intenção de reduzir riscos e danos para a saúde e transformar a realidade laboral.

Pode-se afirmar que, entre as publicações consideradas, três merecem destaque em relação à incorporação de formas de resistência empreendidas por sujeitos terceirizados. Como exemplo, o estudo realizado por Druck (2016a) revela a forma como trabalhadores e trabalhadoras terceirizado(a)s de setores “não essenciais” (limpeza, segurança, manutenção e portaria) de universidades públicas dos estados do Rio de Janeiro e Bahia organizaram-se coletivamente na intenção de defender direitos sistematicamente desrespeitados, como atrasos de salário. Neste contexto, observa-se movimentos de resistência desenvolvidos por esses trabalhadores como a organização de manifestações e greves prolongadas que repercutem diretamente na dinâmica diária das universidades levando, inclusive, à paralisação das atividades dessas instituições.

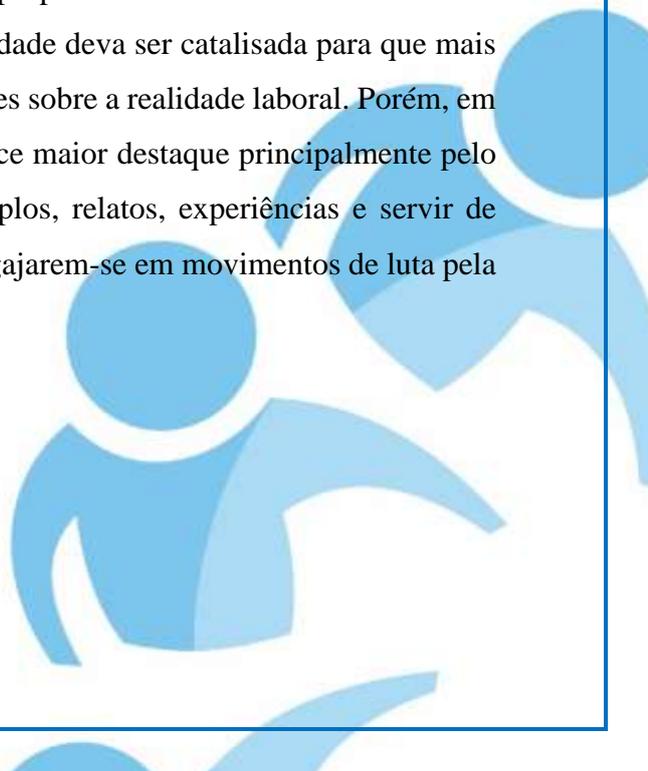
Alvarez *et al* (2008), por sua vez, ao analisar diferentes situações de trabalho na indústria petroquímica do Rio de Janeiro, lança luz para a questão dos fatores que dificultam a formação dos coletivos de trabalhadores que, em sua potência, poderiam servir como uma maneira desses sujeitos debaterem sobre seu trabalho, criarem suas próprias regras e se articularem, de forma organizada, na criação de ações de resistência e enfrentamento em prol da defesa e garantia da saúde no trabalho. Segundo esses autores, a intensificação da terceirização e das atividades de produção por parte das empresas deste setor é fator que dificulta a formação de coletivos de trabalho e, como consequência, desarticula e enfraquece possíveis movimentos de resistência.

Outro importante estudo, realizado por Almeida, Souza e Pina (2018) com trabalhadores terceirizados do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ), revela que as formas

de organização e resistência dos trabalhadores são temáticas de grande relevância, porém pouco abordadas pelo campo da Saúde do Trabalhador. Neste estudo, os autores defendem a ideia de que o confronto operário à exploração capitalista constitui a principal condição para a proteção da saúde dos trabalhadores. Tal confronto é constituído por movimentos de resistência e luta em prol da saúde como, por exemplo, greves e paralisações - que são dificultados por fatores como intensificação do trabalho, longas jornadas, gestão por estresse e más condições sanitárias no ambiente laboral.

A análise dos artigos selecionados revelou também que, para além das formas de resistência desenvolvidas/criadas pelos trabalhadores e pelas trabalhadoras, há outros modos de enfrentamento diante da terceirização advindos de outras fontes e origens. Nesta observação, os estudos de Druck (2013) e Souto Maior (2017) destacam, respectivamente, a ação de órgãos federais na fiscalização e denúncia de injustiças relacionadas à subcontratação - principalmente o Ministério Público do Trabalho (MPT) e o Tribunal Superior do Trabalho (TST) -, e outras pesquisas revelam o trabalho realizado por parte do movimento sindical organizado em prol de ações de resistência e luta pela saúde no trabalho (Lourenco, 2015; Druck, 2013; Lima, 2010; Costa; Tambellini, 2009). Analisar essas outras formas de enfrentamento não é a intenção central do presente estudo, porém desconsiderá-las seria um equívoco visto que estão igualmente integradas no complexo contexto dos processos de terceirização e das tentativas de obstrução de seu crescimento e possíveis efeitos.

A partir do que foi dito, percebe-se que há número considerável de produções acadêmicas acerca das formas de adoecimento no trabalho sob a perspectiva do processo saúde-doença e pouco material publicado sobre possíveis formas de enfrentamento, resistência e transformação da atual conjuntura laboral por parte dos próprios trabalhadores e trabalhadoras. Aqui, defende-se a ideia de que, inclusive, sua continuidade deva ser catalisada para que mais materiais sirvam como base para a observação e reflexões sobre a realidade laboral. Porém, em paralelo, acredita-se que a temática da resistência merece maior destaque principalmente pelo fato de que seu desenvolvimento pode oferecer exemplos, relatos, experiências e servir de inspiração para outros trabalhadores e trabalhadoras engajarem-se em movimentos de luta pela saúde no trabalho.



### **Feixe de análise 3: terceirização - aspectos conceituais**

A partir da análise dos textos selecionados, foi possível perceber que determinados autores e autoras conceituam a terceirização sob diferentes perspectivas. Desta forma, faz-se necessária uma análise desses aspectos conceituais sobre o tema. Primeiramente, observa-se que a maioria das publicações selecionadas apresenta o conceito de terceirização enquanto processo de transferência de execução de atividades entre uma “empresa contratante ou empresa-mãe” para trabalhadores e trabalhadoras vinculados a uma “empresa terceira ou contratada”. Nesta consideração, opta-se por uma definição abrangente na qual a terceirização é considerada enquanto processo de contratação por empresa interposta e transferência de atividades de uma empresa para outra (Dieese; 2014).

Em paralelo, os estudos de Antunes e Druck (2015) e Druck (2016a; 2016b; 2014; 2013; 2011) apontam que a terceirização é o que sintetiza o fenômeno da precarização social do trabalho que, por sua vez, afirma-se como estratégia de dominação da classe trabalhadora, contribuindo para o contínuo desenvolvimento do capitalismo flexível no cenário da globalização e da prevalência de preceitos neoliberais, cujos efeitos podem ser observados, por exemplo, nas formas de mercantilização da força de trabalho, padrões de gestão e organização do trabalho, condições de saúde e segurança, isolamento e perda de organização coletiva, ataques aos direitos trabalhistas e enfraquecimento do movimento sindical e formas de luta da classe trabalhadora.

Apesar do quase consenso entre os autores e autoras selecionados com relação ao conceito de terceirização, observa-se que este tema também pode ser considerado a partir de outras perspectivas, com enfoques e críticas distintos. Considera-se que este seja o caso do estudo realizado por Almeida, Souza e Pina (2018). Nele, observa-se que a terceirização relaciona-se tanto com estratégias exploração, dominação e subordinação da força de trabalho por parte das empresas (como prolongamento da jornada de trabalho, intensificação do trabalho, produtividade e gestão por estresse) quanto com formas de resistência dos trabalhadores envolvidos nesta dinâmica.

Este estudo trata a questão da terceirização considerando, como principal elemento analítico, o processo de exploração do trabalho enquanto dimensão conceitual. A partir deste conceito os autores desenvolvem reflexões que permitem entender os efeitos negativos da terceirização para a saúde dos trabalhadores assim como o seu papel no enfraquecimento da organização coletiva e criação/mobilização de resistências por parte dos mesmos.

Em paralelo, os estudos de Filgueiras e Cavalcante (2015) e Marcelino e Cavalcante (2012) dão sinais de que é preciso observar o conceito de terceirização com mais cautela e tentar compreender sua propagação e os diferentes interesses envolvidos nesta dinâmica. De acordo com esses autores e autora, a terceirização é considerada na maioria das vezes simplesmente como externalização e transferência de atividades entre empresas. Diante disso, o estudo defende que não é somente disso que se trata. Sustenta a ideia de que a terceirização não implica transferência de atividades e nem uma radical divisão social do trabalho por parte das empresas. Tal afirmação ganha validade na consideração de que a atividade, quando terceirizada, continua sob a batuta e comando da empresa mãe, da contratante, o que revela que não há, de fato, uma externalização de atividades neste tipo de relação. Neste sentido, então, “o que as empresas chamam de terceirização é a divisão do trabalho própria no capitalismo, que sempre existiu, pois as economias capitalistas são compostas por espaços de acumulação diferentes, vários capitais se relacionando entre si para a produção de mercadorias” (Filgueiras; Cavalcante, 2015, p. 19).

Deste modo, observa-se que a terceirização se dá como uma relação entre capitalistas e classe trabalhadora, ou seja, uma forma de relação de trabalho. É uma estratégia de gestão da força de trabalho que objetiva manter e aprofundar a dominação das empresas e a subordinação dos trabalhadores e das trabalhadoras, intensificando o processo de exploração do trabalho. Objetiva-se, por parte das empresas, reduzir custos, aumentar produtividade, transferir riscos ocupacionais e externalizar conflitos trabalhistas para outras instâncias - neste caso, para empresas terceirizadas. O que se transfere não é somente a atividade/serviço, como geralmente se pensa, mas sim uma gama de responsabilidades empregatícias que se pulverizam na dinâmica volátil e desagregada do processo de terceirização.

Observa-se, portanto, que as possibilidades de resistência por parte da classe trabalhadora são dificultadas e enfraquecidas principalmente pela forte desagregação e sobrecarga de trabalho vivenciadas em suas atividades cotidianas. Esses estudos fazem pensar que a naturalização do processo de terceirização enquanto simples transferência de atividades pode mascarar uma realidade grave e evitar uma análise mais profunda acerca dos impactos deste processo para a saúde e organização da classe trabalhadora.

### **Considerações finais**

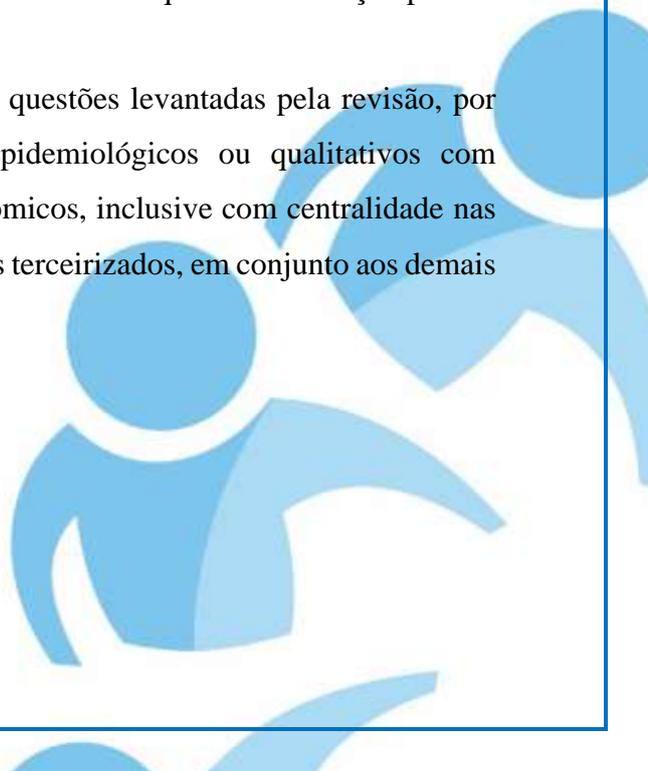
De forma geral, com base no objetivo do presente texto, a revisão de literatura aqui empreendida revela que a produção científica do campo da Saúde do Trabalhador acerca da

temática terceirização-saúde pouco se dedica a analisar, como elemento central, as formas de resistência da classe trabalhadora nos diferentes contextos de trabalho. Observa-se que elementos e informações acerca dessas resistências – organizadas ou não – são apresentados de forma indireta e não aprofundada nas publicações analisadas, ganhando pouco destaque frente a outras questões referentes ao processo de terceirização. No desenvolvimento dos feixes de análise apresentados foi possível observar a prevalência de estudos cujos objetivos centrais giravam em torno das formas de desgaste (físico e mental) no trabalho e os efeitos deletérios do processo de produção para a saúde dos trabalhadores e das trabalhadoras.

Apesar da pesquisa bibliográfica ter considerado as bases de dados da Biblioteca Virtual em Saúde Regional América Latina e do Portal de Teses e Dissertações em Saúde Pública, foi possível observar, ainda que de maneira exploratória, os avanços e limitações da produção científica sobre o problema. Desta maneira, sugere-se que outras bases de dados sejam integradas em futuros trabalhos de revisão.

O trabalho de revisão aqui realizado, revela também que a importância da temática terceirização-resistências na contemporaneidade não vem acompanhada de uma produção acadêmica considerável acerca deste tema no campo da Saúde do Trabalhador e da Psicologia do Trabalho. Acredita-se que a produção científica deste campo, assim como de outras áreas da psicologia do trabalho, acerca da terceirização sob a perspectiva da resistência dos trabalhadores ainda permanece tarefa desafiadora e um potente território a ser desbravado e construído por pesquisadores e pesquisadoras da área. Tal tarefa mostra-se necessária diante do horizonte de retrocessos trabalhistas anunciado pelas recentes decisões políticas do país - com destaque para as aprovações da Lei nº 13.429/2017 e da recém aprovada Reforma Trabalhista (Lei n.º 13.467/2017) – que tendem a catalisar os efeitos deletérios que a terceirização produz para a saúde da classe trabalhadora.

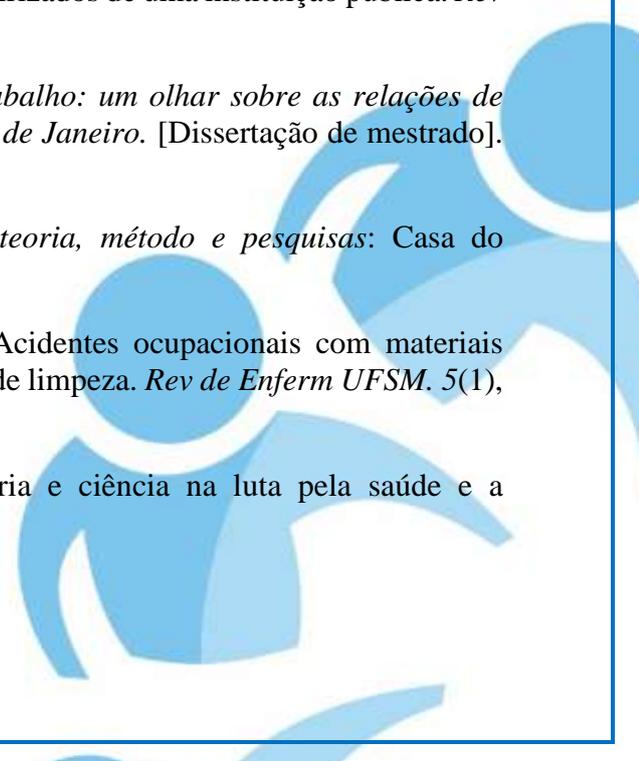
Indica-se a necessidade de aprofundamento das questões levantadas pela revisão, por exemplo, com execução de estudos etnográficos, epidemiológicos ou qualitativos com trabalhadores terceirizados dos diferentes setores econômicos, inclusive com centralidade nas experiências de resistência e enfrentamento por parte dos terceirizados, em conjunto aos demais trabalhadores e trabalhadoras.



## REFERÊNCIAS

- Almeida, H. P.; Souza, K. R.; Pina, J. A. (2018). Trabalho e saúde nas lutas dos operários da construção civil do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro. *Rev. bras. saúde ocup.*, 43(7). <http://www.scielo.br/pdf/rbso/v43/2317-6369-rbso-43-e7.pdf>
- Alvarez, D. et al (2007). Reestruturação produtiva, terceirização e relações de trabalho na indústria petrolífera offshore da Bacia de Campos (RJ). *Gest. Prod.*, 14(1), 55-68. <http://www.scielo.br/pdf/gp/v14n1/05.pdf>
- Antunes, R. (2014) Desenhando a nova morfologia do trabalho no Brasil. *Estud. av.*, 28(81), 39-53. [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142014000200004](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142014000200004)
- Antunes, R.; Druck, M. G (2015). A terceirização sem limites: a precarização do trabalho como regra. *O Soc. em Quest.*, 18(34), 19-40. <http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/Sm4618UP754c17102374.pdf>
- Aquino, C. A. B. de et al (2016). Terceirização e saúde do trabalhador: uma revisão da literatura nacional. *Rev. Psicol., Organ. Trab.*, 16(2), 130-142. [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1984-66572016000200003](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-66572016000200003)
- Araujo, M. V. R.(2013). Adoecimento no trabalho: o discurso das teleoperadoras acerca dos distúrbios da voz. *Distúrb Comun.*, 25(1), 91-101. <https://revistas.pucsp.br/dic/article/view/14928>
- Berni, L. B.; Beck, C. L. C.; Prestes, F. C.; Silva, R. M.; Bublitz S.; Lamb F.(2016). Indicadores de prazer/sofrimento em trabalhadores terceirizados de higiene e limpeza de um hospital universitário. *Rev Rene.*, 17(2), 155-64. <http://periodicos.ufc.br/rene/article/view/298>
- Borges, L. O., Motta, G. M. V., Biondini, B. K. F., Lima, L. M., Escarce, P. A (2016). Impactos da terceirização em empregados efetivos: Um caso na construção de edificações. *Rev. Psicol., Organ. Trab.* 16(2), 176-189. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpot/v16n2/v16n2a07.pdf>
- Brasil (2017a). Decreto n. 13.429, de 31 de mar. de 2017. Dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências; e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros, Brasília, DF.
- Brasil (2017b). Decreto n. 13.467, de 13 de jul. de 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, e as Leis nos 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho, Brasília, DF.
- Cordeiro, M. P.; Sato, L.(2017). Psicologia na política de assistência social: trabalho em um "setor terceirizado". *Estud. psicol.*, 34(1), 41-52. [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S0103166X2017000100041&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0103166X2017000100041&lng=en&nrm=iso&tlng=pt)
- Costa, D. O.; Tambellini, A. T.(2009). A visibilidade dos escondidos. *Physis*, 19(4), 953-968. [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-73312009000400003&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-73312009000400003&script=sci_abstract&tlng=pt)

- Dejours, C. (2004). Subjetividade, trabalho e ação. *Prod.*, 14(3), 27-34. [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-65132004000300004](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65132004000300004)
- Dieese (2014). Terceirização e desenvolvimento: uma conta que não fecha. In: Dossiê acerca do impacto da terceirização sobre os trabalhadores e propostas para garantir a igualdade de direitos. *Secretaria Nacional de Relações de Trabalho e Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos*. Central Única dos Trabalhadores.
- Druck, G. (2016a). A terceirização na saúde pública: formas diversas de precarização do trabalho. *Trab. educ. saúde*, 14(1), 15-43. [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S198177462016000400015&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S198177462016000400015&script=sci_abstract&tlng=pt)
- Druck, G. (2016b). Unrestrained outsourcing in Brazil: more precarization and health risks for workers. *Cad. Saúde Pública*, 32(6). [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-311X2016000600502](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2016000600502)
- Druck, G. (2014). Metamorfose e hierarquia da precarização social do trabalho no Brasil e reconfiguração da classe trabalhadora: a centralidade da terceirização e a condição social dos trabalhadores terceirizados. [Projeto de Pesquisa]. Brasília: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).
- Druck, G. (2013). A Precarização Social do Trabalho no Brasil: alguns indicadores. In: Antunes, R., *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II*. Bomtempo Editorial, 55-73.
- Druck, G. (2011). Trabalho, Precarização e Resistências. *Caderno CRH* (UFBA. Impresso), 24, 35-54.
- Filgueiras V. A.; Cavalcante, S. M. (2015). Terceirização: Debate conceitual e conjuntura política. *Revista da ABET* (Impresso), 14, 15-36.
- Filho, J. M., Fonseca E. A., Lima F.A., Duarte, F. J (2012). Organizational factors related to occupational accidents in construction. *Work*, 41(1), 4130-6.
- Garcia, L. P. (2014). Revisão sistemática da literatura e integridade na pesquisa. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, 23(1),7-8. <http://dx.doi.org/10.5123/S1679-49742014000100001>
- Gomes, C. C.; Oliveira, R. S. (2013). Agentes de limpeza pública: um estudo sobre a relação prazer/sofrimento no ambiente laboral. *Psicol. cienc. prof.*, 33(n. spe), 138-153. [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S1414-98932013000500014&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1414-98932013000500014&lng=en&nrm=iso&tlng=pt)
- Guimaraes Junior, S. D., Teixeira, B. C. S. (2017). Reforma trabalhista e terceirização: um horizonte de retrocessos já anunciado. *Artigo da Série Reforma Trabalhista do Web CESTEH*. <http://www.cesteh.ensp.fiocruz.br/noticias/leia-o-terceiro-artigo-da-serie-reforma-trabalhista-os-impactos-da-reforma-trabalhista-na>
- Lacaz, F. A. C. (2017). Terceirização, seguridade social e saúde do trabalhador. In: Navarro, V., Lourenço, E. (Orgs.) *O avesso do trabalho IV: Terceirização, precarização e adoecimento no mundo do trabalho*. Outras Expressões.

- Lacaz, F. A. C. (2007). O campo Saúde do Trabalhador: resgatando conhecimentos e práticas sobre as relações trabalho-saúde. *Cad. Saúde Pública*, 23(4), 757-766.
- Laurell, A. C., Noriega, M. (1989). *Processo de produção e saúde. Trabalho e desgaste operário*. Editora Hucitec.
- Lhuillier D. (2012). A invisibilidade do trabalho real e a opacidade das relações saúde-trabalho. *Trabalho & Educação*, 21(1), 13- 38.
- Lhuillier, D. (2011) Filiações teóricas das clínicas do trabalho. In: Bendassolli, P. F.; Soboll, L. A. P. (Orgs.). *Clínicas do trabalho: novas perspectivas para compreensão do trabalho na atualidade* (pp. 22-58). Atlas.
- Lima, J. C. (2010). A terceirização e os trabalhadores: revisitando algumas questões. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho (USP)*, 13, 17-26.
- Lourenço, E. A. S.(2015). Terceirização: a derruição de direitos e a destruição da saúde dos trabalhadores. *Serv. Soc. Soc.*, 123, 447-475.
- Mandarini, M. B.; Alves, A. M.; Sticca, M. G. (2016). Terceirização e impactos para a saúde e trabalho: Uma revisão sistemática da literatura. *Rev. Psicol., Organ. Trab.* 16(2), 143-152.
- Mangas, R. M. N.; Gomez, C. M.; Thedim-Costa, S. M. F.(2008). Acidentes de trabalho fatais e desproteção social na indústria da construção civil do Rio de Janeiro. *Rev. bras. saúde ocup.*, 33(118), 48-55.
- Marcelino, P.; Cavalcante, S. (2012). Por uma definição de terceirização. *Cad. CRH*, 25(65), 331-346.
- Marques, A. M. A. (2013). *Condições e organização do trabalho nas equipes do SAMU/RMF: riscos e agravos daqueles que trabalham contra o tempo*. [Dissertação de mestrado]. Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, Ceará, Brasil.
- Martins M.; Mendes A. M.; Antloga, C. S.; Maia, M. (2017). A psicodinâmica do reconhecimento no trabalho de informática de terceirizados de uma instituição pública. *Rev Bras Med Trab.* 15(3), 244-251.
- Martins A, F. (2012). *Precarização e violência no trabalho: um olhar sobre as relações de trabalho em instituições públicas de saúde do Rio de Janeiro*. [Dissertação de mestrado]. Fundação Oswaldo Cruz.
- Mendes A. M. (2007). *Psicodinâmica do trabalho teoria, método e pesquisas*: Casa do Psicólogo®.
- Meneguim, S.; Ayres, J. A.; Morine, R. K. (2015). Acidentes ocupacionais com materiais perfurocortantes entre os trabalhadores do serviço de limpeza. *Rev de Enferm UFSM*. 5(1), 151-159.
- Stotz, E. N.; Pina, J. A. (2017). Experiência operária e ciência na luta pela saúde e a emancipação social. *Rev. bras. saúde ocup.*, 42(2).
- 

- Rabelo, L. D. B. C.; Castro M. L. G. L.; Silva, J. M. A.(2016). *Dublês do setor elétrico: Reflexões sobre identidade e trabalho terceirizado. Rev. Psicol., Organ. Trab. 16(2), 166-175.*
- Seligmann-Silva, E. (2012). *Trabalho e desgaste mental - o direito de ser dono de si mesmo.* Cortez.
- Seligmann-Silva, E., Heloani, R. (2017). *Precarização - impactos sociais e na saúde mental.* In: Navarro, V., Lourenço, E. (Orgs.) *O avesso do trabalho IV: Terceirização, precarização e adoecimento no mundo do trabalho.* Outras Expressões.
- Silva, L. G.; Luz A. A.; Vasconcelos, S. P.; Marqueze, E. C.; Moreno, C. R. C. (2016). *Vínculos empregatícios, condições de trabalho e saúde entre motoristas de caminhão. Rev. Psicol., Organ. Trab., 16(2), 153-165.*
- Siqueira, C. Eduardo. (2016). *Comment on the papers by Carles Muntaner and Graça Druck. Cad. Saúde Públ., 32(6).*
- Souto Maior, J. L. (2017). *Juridicamente, a terceirização já era: acabou!* In: Navarro, V., Lourenço, E. (Orgs.) *O avesso do trabalho IV: Terceirização, precarização e adoecimento no mundo do trabalho.* Outras Expressões.



## **AVALIAÇÃO DO CUSTO HUMANO DO TRABALHO E DAS ESTRATÉGIAS DE MEDIAÇÃO DOS MÉDICOS DE UMA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO**

Evaluation of the human cost of labor and mediation strategies of physicians in an emergency care unit

Évaluation des coûts de travail humains et des stratégies de médiation des médecins dans une unité de soins d'urgence

Evaluación del costo humano del trabajo y de las estrategias de mediación de médicos de una unidad de pronta atención

**Leandro Silva Pádua**<sup>1</sup>©

Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil<sup>2</sup>

**Mário César Ferreira**<sup>3</sup>©

Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil

### **Resumo**

Esta pesquisa buscou identificar os custos humanos relacionados à atividade médica em uma Unidade de Pronto Atendimento e descrever as estratégias lançadas por estes profissionais para lidar com os custos. O estudo foi conduzido balizado pela perspectiva da Ergonomia da Atividade. Foram realizadas 13 entrevistas semiestruturadas e os dados submetidos à análise lexical com o uso do *software* IRaMuTeQ. Foram observados nos discursos relativos aos custos humanos do trabalho uma predominância negativa (84,2% dos discursos analisados), com a descrição de repercussões fisiológicas do trabalho na forma de sintomas e doenças; além de repercussões físicas, cognitivas e afetivas, representadas sob a forma de exaustão, sobrecarga, esgotamento, cansaço, ansiedade, tristeza, labilidade emocional. As estratégias identificadas nos discursos foram classificadas em dois eixos: um relativo à necessidade de apoio, seja pelos colegas de trabalho, de outros profissionais, da gestão, de familiares ou de amigos; o segundo eixo descreve estratégias dentro e fora do trabalho para lidar com os custos identificados, representados por atividade física, fazer o que gosta, "desligar-se" do trabalho, busca da religiosidade e da ressignificação do trabalho. O estudo fomenta demandas da unidade pesquisada e de outras pesquisas no contexto de emergências médicas, com vistas à mudanças do contexto de trabalho.

**Palavras-chave:** Custo humano do trabalho; estratégias de mediação; Ergonomia; emergências médicas.

### **Abstract**

This research sought to identify the human costs related to the medical activity in a Care Unit and to describe the strategies launched by these professionals to deal with costs. The study was conducted using the Ergonomics of Activity perspective. We conducted 13 semi-structured interviews and the data was submitted to the lexical analysis using IRaMuTeQ software. A negative predominance (84.2% of the analyzed discourses) was observed in the discourses related to human labor costs, with a description of the physiological repercussions of the work in the form of symptoms and diseases; besides physical, cognitive and affective repercussions, represented in the form of exhaustion, overload, exhaustion, fatigue, anxiety, sadness, emotional lability. The strategies identified in the speeches were classified into two axes: one related to the need for support, either by co-workers, other professionals, management, family members or friends; the second axis describes strategies in and out of work to deal with the costs identified, represented by physical activity, doing what they like, "detaching" from work,

<sup>1</sup> leospadua@gmail.com

<sup>2</sup> QI O6, Lote C s/n, Área Especial, 71010-006.

<sup>3</sup> ferreiramariocesar@gmail.com

seeking religiosity and the resignification of work. The study promotes the demands of the researched unit and other research in the context of medical emergencies, with a view to changing the work context.

**Keywords:** Human cost of labor; mediation strategies; Ergonomics; medical emergencies

---

### Résumé

Le but de la recherche a été d'identifier les coûts humains liés à l'activité médicale dans une unité de soins de santé et de décrire les stratégies de travail de médecins pour faire face aux coûts. L'étude a été menée en utilisant la perspective de l'Ergonomie de l'Activité. Ont été réalisés 13 entretiens semi-structurés et les données soumises à lexicométrie du logiciel IRaMuTeQ. Une prédominance négative (84,2% des discours analysés) a été observée dans les discours liés au coût du travail humain, avec une description des répercussions physiologiques du travail sous forme de symptômes et de maladies; Outre les répercussions physiques, cognitives et affectives, elles se traduisent par l'épuisement, la surcharge, l'épuisement, la fatigue, l'anxiété, la tristesse, la labilité émotionnelle. Les stratégies identifiées dans les discours ont été classées en deux axes: l'un lié au besoin de soutien, soit de la part de collègues, d'autres professionnels, de membres de la direction, de membres de la famille ou d'amis; le deuxième axe décrit les stratégies dans et hors du travail pour faire face aux coûts identifiés, représentés par l'activité physique, faire ce qu'ils veulent, "se détacher" du travail, rechercher la religiosité et la resignification du travail. L'étude fait la promotion des exigences de l'unité de recherche et d'autres recherches dans le contexte des urgences médicales, en vue de changer le contexte de travail.

**Mots clés:** Coût humain du travail; stratégies de médiation; Ergonomie; urgences médicales.

---

### Resumen

Esta investigación buscó identificar los costos humanos relacionados con la actividad médica en una Unidad de Pronta Atención y describir las estrategias lanzadas por estos profesionales para hacer frente a los costos. El estudio fue conducido por la perspectiva de la Ergonomía de la Actividad. Se realizaron 13 entrevistas semiestructuradas y los datos sometidos al análisis léxico con el uso del software IRaMuTeQ. Se observaron en los discursos relativos a los costos humanos del trabajo una predominancia negativa (84,2% de los discursos analizados), con la descripción de repercusiones fisiológicas del trabajo en la forma de síntomas y enfermedades; además de repercusiones físicas, cognitivas y afectivas, representadas bajo la forma de agotamiento, sobrecarga, agotamiento, cansancio, ansiedad, tristeza, labilidad emocional. Las estrategias identificadas en los discursos se clasificaron en dos ejes: uno relativo a la necesidad de apoyo, ya sea por los compañeros de trabajo, de otros profesionales, de la gestión, de familiares o de amigos; el segundo eje describe estrategias dentro y fuera del trabajo para lidiar con los costos identificados, representados por actividad física, hacer lo que le gusta, "desligarse" del trabajo, búsqueda de la religiosidad y de la resignificación del trabajo. El estudio fomenta demandas de la unidad investigada y de otras investigaciones en el contexto de emergencias médicas, con miras a los cambios del contexto de trabajo.

**Palabras clave:** Costo humano del trabajo; estrategias de mediación; Ergonomía; emergencias médicas.

---

### Introdução

Captar as formas como os trabalhadores avaliam seu ambiente de trabalho é um desafio para as ciências do trabalho e da saúde, porém essencial para a proposição de mudanças que visem a promoção de bem-estar no trabalho, a eficiência e a eficácia dos processos produtivos (Ferreira; Araújo; Almeida; & Mendes, 2011). Mesmo após décadas de pesquisa sobre o assunto, os dados da Organização Mundial do Trabalho (OIT, 2013) indicam o aumento no número de comorbidades, de acidentes e de mortes relacionados ao trabalho. Vários estudos e pesquisas surgem na tentativa de elucidar e descrever onexo causal entre o trabalho e o processo saúde-doença. Apesar dos esforços diversos para mitigar a lista dos problemas relacionados ao

trabalho, a natureza distinta e as características dos postos de trabalho constituem forte obstáculo à tentativa de cobrir os riscos existentes e o rol de doenças ocupacionais.

A classificação e a elucidação dos problemas de saúde relacionados ao trabalho são propostas por Davezies (1998) com base em três categorias distintas, englobando tanto os aspectos biológicos do processo saúde-doença, quanto aspectos psicológicos e sociais:

- a. Os danos diretos à integridade física: Efeitos da exposição aos riscos físico-químicos (ex. substâncias tóxicas), vibração, ruído e radiação gerando doenças ósteo-musculares, perdas auditivas e alterações hematopoiéticas;
- b. Os danos devido à hipersolicitação dos seres humanos no trabalho: Oriundos das demandas que ultrapassam as capacidades dos seres humanos no trabalho (ex. Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho DORT; esgotamento diante das situações de trabalho; excesso de trabalho; intensificação; dificuldades na gestão da carga de trabalho) gerando sentimentos de esvaziamento, dificuldades de relacionamento, isolamento e desânimo; e
- c. Os danos à dignidade e à auto-estima: Relativos às exigências emocionais das tarefas no trabalho, distintas tanto para os trabalhadores quanto para os empregadores. Para empregadores, a organização do trabalho visa a elevação da qualidade, da produtividade e da competitividade, com redução dos custos e aumento dos lucros; para trabalhadores, o resultado se apresenta na forma de elogios e agradecimentos pelas contribuições, sem necessariamente dispor condições adequadas para tal. Geram no trabalhador um sentimento de humilhação, de raiva, de desgosto, de desengajamento.

Contextualizando e articulando tais aspectos mencionados com a atividade de trabalhadores de saúde o cenário parece ser ainda mais grave. O dia-a-dia de emergências médicas públicas, por exemplo, apresenta características que são deletérias à saúde destes profissionais. O relatório *Perfil dos Médicos no Brasil – relatório final: Médicos em números* (Machado; Avila; Oliveira; Lozana, & Pinto, 1996), mostra que os médicos que atuam em atividades de plantão nos serviços de emergência mostram percentuais mais elevados de desgaste profissional (90,5%); e comparativamente ao setor onde exercem a atividade, o setor público é o que apresenta maior taxa de desgaste. Pesquisa conduzida por Silva (2001) evidencia algumas das fontes reais de tais desgastes. Nos serviços de emergência, de uma maneira geral, há um acúmulo de pacientes ambulatoriais em face à demanda reprimida e à precariedade do sistema de saúde. O médico, neste ambiente, afirma Silva (2001), corre contra o tempo para atender o maior número de pessoas, lidando com o imprevisto, o inesperado, atendendo pacientes pelos corredores em cima de macas, atuando em condições precárias de material e equipamentos e, às vezes, com deficiência de recursos humanos.

As matérias veiculadas pelos meios de comunicação de massa revelam o clima dentro de uma emergência médica se assemelha ao de uma guerra. O tempo transcorre entre gritos, lágrimas, desespero, revolta. Para os usuários este tempo se reflete nas longas horas dentro de uma sala de espera, nas macas improvisadas em cadeiras ou no próprio chão da Unidade de Pronto Atendimento (UPA). Para os profissionais de saúde, tal tempo significa enfrentamento diário e repetitivo das adversidades que se contrapõem ao exercício pleno, digno, humano e de qualidade da profissão. Contudo, neste cenário de guerra, as posições de luta são distintas: os usuários clamam por atendimento, por solução, por alívio, por respostas; enquanto os profissionais de saúde lutam por condições, por insumos e por estrutura, a fim de poderem prestar um atendimento de qualidade para o qual foram treinados.

Pensando no papel do médico, este acaba assumindo grande parte da responsabilidade pelo cuidado dos pacientes, e diariamente estes profissionais se deparam com uma *escolha de Sofia*, onde devem escolher quem recebe tratamento *x* ou *y*, para qual paciente o recurso vai ser direcionado, mesmo que vários o necessitem ao mesmo tempo. Todas essas decisões na tentativa de melhor atender aquele que precisa de cuidado, preocupado sempre com o bem-estar do paciente, mesmo em um contexto onde os recursos são escassos, e tentando ao máximo evitar a negligência e a omissão de socorro. Tais tomadas de decisão implicam em alto custo humano. A elevada responsabilidade impacta nos sentimentos de angústia, ansiedade e desgaste vivenciados por estes profissionais na qual o modelo de organização do trabalho tem inequívoco protagonismo (Gualejac, 2007). Investigar as relações entre o trabalho médico e contexto de trabalho em emergências médicas se apresenta, portanto, como objeto de investigação importante, necessário.

Nesta direção, o referencial da Ergonomia da Atividade (EA) estruturou a condução da pesquisa. Esta jovem ciência do trabalho é assim definida por Ferreira (2017, p. 137): “abordagem científica antropocêntrica que se fundamenta em conhecimentos interdisciplinares das ciências humanas e da saúde para, de um lado, compatibilizar os produtos e as tecnologias com as características e necessidades dos usuários e, de outro, humanizar o contexto sociotécnico de trabalho, adaptando-o tanto aos objetivos do sujeito e do grupo, quanto às exigências das tarefas e das situações de trabalho.

Com base nas contribuições de Ferreira (2017), dois conceitos foram centrais na investigação:

**a.** Custo Humano do Trabalho (CHT) expressa o que deve ser despendido pelos trabalhadores nas esferas física, cognitiva e afetiva, a fim de responderem às exigências de tarefas (formais e/ou informais) postas nas situações de trabalho. O CHT abrange as

propriedades humanas do pensar, do agir e do sentir que, por sua vez, caracterizam e traçam os perfis dos modos de ser e de viver dos trabalhadores nos contextos de produção de mercadorias e serviços (p. 184).

**b.** Estratégias de Mediação Individual e Coletivas (EMIC) expressam os “modos de pensar, sentir e de agir” dos trabalhadores em face das situações vivenciadas. Elas visam responder, do melhor modo possível (modos operatórios pertinentes), à diversidade de contradições que caracteriza e impacta no custo humano do trabalho, prevenindo as vivências de mal-estar no trabalho e instaurando, em contrapartida, as vivências de bem-estar (185).

O objetivo geral da pesquisa é duplo: identificar os custos humanos relacionados à atividade médica em uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA) do DF e descrever as estratégias empregadas por estes profissionais para lidar com os custos. Realizou-se, para tanto, estudo de caso, de natureza empírica, exploratória e descritiva (Demo, 2000). Tal estudo busca contribuir para a consolidação do conhecimento teórico-metodológico produzido sobre o trabalho dos profissionais de saúde no contexto de emergenciais médicas e, desta forma, fornecer subsídios empíricos tanto para a humanização gerencial dos ambientes de trabalho quanto da melhoria da qualidade dos serviços prestados aos cidadãos.

## **Materiais e métodos**

A condução da pesquisa segue rigorosamente os preceitos da Resolução do Conselho Nacional de Saúde Nº 466/2012 (CNS, 2012), garantindo a autonomia, a não-maleficência, a beneficência e a justiça bem como o disposto na Resolução do Conselho Nacional de Saúde Nº 510/2016 (CNS, 2016) no Art. 1º, Parágrafo único, inciso VII, que isenta de submissão de projeto de pesquisa ao Comitê de Ética em Pesquisa.

Esta pesquisa realizou-se no âmbito de uma Unidade de Pronto Atendimento 24 horas (UPA) de uma região administrativa do Distrito Federal. Esta UPA, segundo a Portaria nº 386 de 27 julho de 2017, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 148 de 3 de agosto de 2017, corresponde ao componente pré-hospitalar fixo da rede de atenção às urgências e emergências do Distrito Federal. Segundo a Portaria do Ministério da Saúde nº 10, de 3 de janeiro de 2017, define-se uma UPA como o estabelecimento de saúde de complexidade intermediária, articulado com a Atenção Básica, o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU 192, a Atenção Domiciliar e a Atenção Hospitalar, que possui como finalidade possibilitar o melhor funcionamento da Rede de Atenção às Urgências, no âmbito do Sistema Único de Saúde. As diretrizes básicas da UPA são: (a) o funcionamento ininterrupto; (b) a

presença de equipe assistencial multiprofissional; (c) o acolhimento; e (d) a classificação de risco. As atividades desenvolvidas giram em torno da prestação de atendimento médico aos pacientes acometidos por quadros clínicos agudos ou agudizados, e ainda o primeiro atendimento aos casos de natureza cirúrgica e/ou de trauma. O objetivo é o atendimento resolutivo, incluindo o diagnóstico e tratamento, mas por vezes apenas a estabilização clínica, a investigação diagnóstica inicial, e o correto encaminhamento dos pacientes. Entretanto, entre o escopo prescrito e as situações reais de trabalho pode existir, como se poderá constatar nos resultados um cenário, figurativamente, de guerra.

Valendo-se do fato de um dos autores do artigo fazer parte do quadro de médicos da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) pesquisada, o estabelecimento de um *rapport* positivo com os participantes durante a pesquisa foi um facilitador. Esse *rapport* foi reforçado ao início de cada uma das entrevistas, onde eram fornecidos aos participantes informações preliminares do estudo: a justificativas e os objetivos da entrevista; o caráter voluntário das participações; o tratamento agrupado dos dados apenas pelos pesquisadores a fim de preservar o sigilo das informações e o anonimato dos participantes.

A coleta dos dados fez uso parcial da abordagem Análise Ergonômica do Trabalho (AET) não sendo utilizado, por exemplo, observação sistemática. As entrevistas foram gravadas e transcritas integralmente e submetidas à avaliação dos participantes para validação dos dados. O período de realização das 13 entrevistas semiestruturadas ocorreu entre junho e julho de 2018. A amostra de conveniência correspondeu a cerca de 72% do total de médicos da Unidade de Pronto Atendimento (UPA), sendo adequada para o escopo deste estudo dado o caráter pesquisa exploratória que, segundo Oliveira (2001), serve para geração de ideias como base para hipóteses e *insights*.

As entrevistas foram organizadas em categorias analíticas pré-definidas, segundo o referencial teórico-metodológico adotado, formando dois *corpus* textuais específicos que foram submetidos à análise lexicométrica pelo *software* IRaMuTeQ, (Camargo, & Justo, 2013). O tratamento utilizado foi a Classificação Hierárquica Descendente (CDH), concebido por Reinert (1990) que permite identificar os Núcleos Temáticos Estruturadores do Discursos (NTED), seus percentuais na produção do discurso, correlações interclasses e frases mais representativas. Não exorbita salientar que os resultados obtidos não se prestam a generalização à outras populações, mas sim à produção de resultados satisfatórios e representativos desta amostra, os quais, conforme assinala Yin (2015) podem servir de subsídios para novas agendas de pesquisa e ainda fomentar a discussão sobre o tema.

**Perfil dos participantes** – Os traços mais característicos dos participante sete mulheres e seis homens; idade até 35 anos completos (média de 32 anos); seis casados, seis solteiros e um divorciado; a maioria possuindo algum tipo de especialização médica; e quase a metade possuíam três a cinco anos de egresso da graduação; quase todos ainda estavam no estágio probatório, ou seja, tinha menos de 3 anos de trabalho na UPA.

## **Resultados e discussão**

A apresentação dos resultados a seguir buscam fornecer elementos de respostas ao objetivo central da pesquisa, centrado na análise da relação entre custo humano do trabalho e as estratégias de mediação individuais e coletivas.

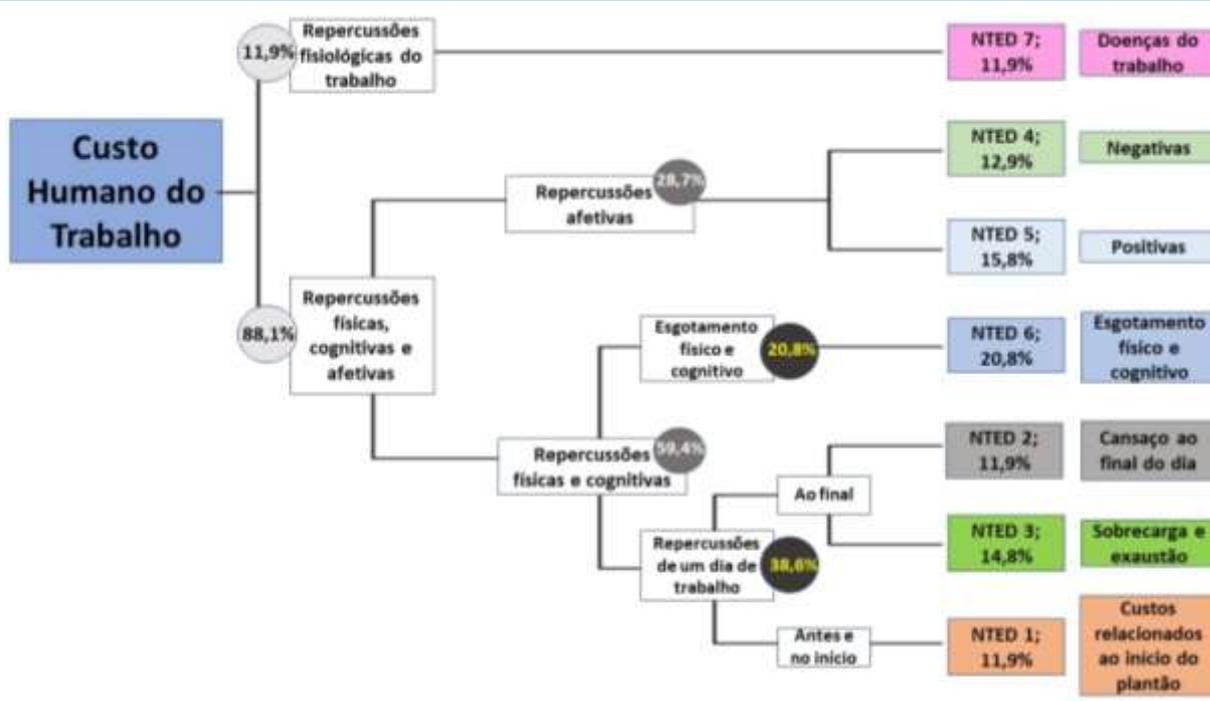
### **1. Custo Humano do Trabalho**

Constituiu-se o *corpus* textual referente ao CHT com base nas respostas dos participantes à pergunta: “[Nome do Médico], como você se sente ao final de um dia de trabalho na [Unidade]?”. O tratamento do IRaMuTeQ evidenciou: 122 segmentos de texto (ST); aproveitamento de 101 (82,79%); 4290 ocorrências (palavras, formas ou vocábulos); 879 distintas; 452 de ocorrência única; e identificou-se sete núcleos temáticos estruturadores de discurso (NTED).

A Classificação Hierárquica Descendente (CHD) (Figura 1) possibilitou identificar dois eixos distintos e complementares, resultantes das falas dos entrevistados.



**Figura 1:** Classes Temáticas Estruturadoras do Custo Humano do Trabalho.



**Fonte:** Elaborado pelos autores (2020).

Um eixo que trata das repercussões do CHT, ou seja, descreve a percepção pelos participantes da incidência de sintomas e doenças relacionadas ao trabalho, aqueles passíveis de tratamento com medicações, remédios. Este eixo constituiu-se apenas pelo NTED 7 – “*Repercussões fisiológicas do trabalho*”. O outro eixo, mais amplo e ramificado, compreende todos os outros NTEDs, e apresenta discursos que concernem com as dimensões que integram o conceito de CHT (físico, cognitivo, afetivo), denominado de “*Repercussões físicas, cognitivas e afetivas do trabalho*”.

Tais resultados veiculam mensagens importantes do estudo:

1. Apenas 11,9% das evocações dos entrevistados fazem relação/nexo causal com doenças. Apesar da pequena porcentagem, esse dado da incidência de doenças é significativo, visto que impacta tanto nos trabalhadores quanto em custos previdenciários e para a instituição, pois são relacionadas aos afastamentos de saúde que, em consequência, repercutem ainda mais na sobrecarga de trabalho que os participantes referem nos demais núcleos desta análise; e
2. 88,1% das evocações são representativas dos custos físicos, cognitivos e afetivos, que podem ter relação com o aparecimento de doenças, mas não fazendo a conexão direta com o trabalho, tal qual o primeiro eixo.

Esses resultados encontram interface com achados na literatura. Ramos-Cerqueira e Lima (2002) citam estudos que descrevem a incidência de síndromes relacionadas à atividade

médica: a síndrome da sobrecarga de trabalho (com sintomas de fadiga, irritabilidade, distúrbio do sono, dificuldade de concentração, depressão e queixas físicas) e a síndrome de *burnout*.

Vejamos mais detalhes o que mostram os resultados encontrados em cada um dos eixos identificados.

Quanto ao Eixo 1 “Repercussões fisiológicas do trabalho”:

O NTED 7 “Doenças do trabalho” (11,88%,  $f = 12$  ST) do *corpus* textual total. É resultado das relações e coocorrência de palavras e radicais que se encontram no intervalo de  $\chi^2 = 5,78$  (“Ruim”) e  $\chi^2 = 22,93$  (“Medicação”). Não emergiram diferenças estatisticamente significativas das variáveis adotadas (sexo, idade, estado civil, escolaridade, tempo desde a graduação, tempo na UPA). As falas representativas deste núcleo (ST típicos) descrevem a percepção da incidência de sintomas e doenças, àqueles passíveis de tratamento com medicações (grifos nossos):

“Saio daqui com uma **dor muscular** assim, que eu não tenho nenhum outro plantão, entendeu? [...] Periodicamente eu acabo tendo **crise de ansiedade**. Em função disso eu estou **fazendo uso de ansiolítico, de medicação** para ansiedade. Recentemente, tem 15 dias eu tive que voltar pro psiquiatra para poder ajustar novamente a medicação. **E em função disso, acabei que eu fiquei 10 dias afastado** daqui da UPA pra poder ajustar a medicação e tudo. Preciso **fazer tratamento** com terapia e tudo. Entendeu? E em função da minha vida como médico.” (part. 4);

“É, por exemplo: eu tenho do plantão, **no outro dia eu tô com enxaqueca**. É fato. É um fato, eu tô com **dor na cervical**, aqui de um lado, **contratura muscular**. Aí eu fico gastando para fazer as outras coisas. Tipo assim: eu me acabo no plantão. Entende? É fisicamente, é afetado. Oh, **eu tenho que tomar remédio** toda vez. Eu tenho que tomar um relaxante muscular. Coisa que eu não preciso se eu tiver no meu dia normal. Não. Então tipo assim: eu me medico muito mais para dar plantão.” (part. 9);

“Eu vivia assim **triste**, com **vontade de chorar**, às vezes descontava em outras, outras pessoas que não tinham nada a ver com o problema. Às vezes **tinha que tomar alguma medicação** pra tentar tirar a dor, pra dormir, pra... Às vezes até chegava a usar álcool, pra dormir, pra relaxar um pouco.” (part. 13).

Quanto ao segundo eixo de análise, denominado “Repercussões físicas, cognitivas e afetivas”, os resultados mostram uma diversidade de aspectos. É o eixo mais robusto da análise, contemplando todos os 6 NTED restantes, formado pela retenção de aproximadamente 88,1% dos ST do *corpus* total analisado. A importância deste eixo é decorrente das queixas que estes participantes referem em relação à execução de suas atividades, não guardando especificidade suficiente para a classificação dentro de uma doença ou síndrome. Esse eixo de análise guarda coerência com a literatura (Assunção, 2003) acerca das relações entre o trabalho e o processo saúde-doença, pois segundo esta autora, que considera saúde para além da dimensão da

ausência de doenças, as repercussões sociais, econômicas e psicológicas interferem neste processo.

O primeiro nível deste eixo, formado pelos NTED 4 e 5, apresentam evocações relativas às repercussões afetivas do trabalho denominado de “*Repercussões afetivas*”, evidenciando os efeitos positivos e negativos. O segundo nível é ainda mais ramificado versando sobre as “*Repercussões físicas e cognitivas*” do trabalho. Neste caso, dois subníveis foram identificados:

a. O primeiro subnível versa sobre o esgotamento como resultado do trabalho executado na Unidade de Pronto Atendimento (UPA), tanto físico como mental, representados na forma de falta de energia, adinamia, esgotamento cognitivo.

b. O segundo subnível apresenta os discursos que remetem às manifestações físicas e cognitivas relativas ao dia de trabalho, diferenciando os custos relativos ao início do dia de trabalho na Unidade de Pronto Atendimento (UPA) dos custos e aqueles que emergem ao final do dia, resultantes da jornada executada. Neste sentido, cabe destacar que:

- As evocações que versam sobre os custos “*Antes e no início*” do dia de trabalho padrão formaram o NTED 1 – “*Custos relacionados ao início do plantão*” –, e apresentam descrições como “chegar cansado” no trabalho e apresentar “ansiedade” antes mesmo de chegar no trabalho.
- As evocações dos custos apresentados “*Ao final*” do dia de trabalho formaram os NTED 2 e 3 – respectivamente “*Cansaço ao final do dia*” e “*Sobrecarga e exaustão*” –, com discursos que remetem ao cansaço físico, à exaustão e à baixa de rendimento no trabalho, resultados sobrecarga e da carga de trabalho na Unidade de Pronto Atendimento (UPA).

Vejamos os principais resultados em cada nível deste eixo.

### **1.1 Primeiro Nível: Repercussões afetivas (negativas e positivas)**

Com 32,6% dos discursos considerados para a formação do eixo, este nível é formado pelos NTED 4 e 5, apresentando evocações relativas aos afetos vivenciados enquanto da realização do trabalho. O NTED 4 (Repercussões Afetivas) Negativas corresponde a 12,87% ( $f = 13$  ST) do *corpus* textual, apresentando as palavras e radicais no intervalo entre  $x^2 = 4,26$  (“Quando”) e  $x^2 = 28,19$  (“Situação”). Por sua vez, o NTED 5 (Repercussões Afetivas) Positivas corresponde a retenção de 21,05% ( $f = 16$  ST), com palavras e radicais no intervalo de  $x^2 = 3,91$  (“Inteiro”) e  $x^2 = 12,78$  (“Hora”). Eles apresentam as evocações predominantes de

um dos participantes da pesquisa; porém o NTED 5 ainda elenca que os discursos dos médicos ( $x^2 = 9,35$ ; 14 ST) e tempo de formação entre 36 a 72 meses ( $x^2 = 8,84$ ; 15 ST) foram as variáveis estruturadoras deste núcleo. As falas representativas destes núcleos (ST típicos) descrevem tanto os estados de humor deprimido, tristeza, labilidade emocional; quanto alguns afetos relativos à satisfação e à gratificação do trabalho realizado, com descrições de “sair bem”, “feliz” com o trabalho realizado.

Frases típicas do NTED 4 (Repercussões Afetivas) Negativas (grifos nossos):

“O que acaba **que às vezes eu fico um pouco desproporcional** com as outras pessoas. Eu acabo que às vezes **agrindo verbalmente** alguém que não deveria ser naquele momento, se eu tivesse numa situação que eu tivesse saindo de um plantão daqui, não teria acontecido isso.” (part. 4);

“Às vezes quando você perde um paciente que você acha que poderia ter dado um pouco mais, você fica se perguntando se faltou alguma coisa e tudo, e isso acaba me deixando assim bem **chateado e triste** em relação à essa situação.” (part. 4).

Frases típicas do NTED 4 (Repercussões Afetivas) Positivas (grifos nossos):

“Se eu tiver um **bem-estar no trabalho eu mantenho um humor bom**, até o fim. E não é qualquer coisa que tira meu humor... precisa ser fort Leandro Silva Pádua, Mário César Ferreira e...” (part. 1);

“Porque, como eu falei anteriormente, é um trabalho que é **um trabalho que tem um retorno assim**, você vê ali o paciente melhorando na sua frente, [...] que se ver melhorar objetivamente na sua frente ali. É um paciente que é um paciente que precisa de cuidados. Você vê que é **um paciente que precisa de um atendimento médico de qualidade, e às vezes consegue, mesmo com todas as limitações**, a gente consegue fazer um atendimento, que poderia ser um pouco melhor, mas que a gente consegue fazer. **Isso dá uma satisfação** pra gente.” (part. 4).

A descrição dos afetos positivos serem predominantemente resultados das evocações dos participantes do sexo masculino pode ser discutida pela perspectiva da distinção de gênero com relação ao (auto)cuidado. Historicamente, o cuidado com a saúde e a vida teve como foco as mulheres e as crianças, determinando o estereótipo de ‘sexo frágil’ às mulheres, que requerem mais cuidado, e de ‘sexo forte’ aos homens. Barata (2009) refere que em estudos sobre a percepção de saúde, as mulheres são as que relatam pior avaliação, ou seja, avaliações negativas. Segundo Botton, Cúnico e Strey (2017), diferenças de gênero decorrem da trajetória histórica e cultural da formação sobre os modos de viver e de se cuidar, uma vez que a orientação para o cuidado de si e dos outros não faz parte da socialização dos homens. Por isso, pode-se depreender que as percepções sobre o cuidado com o outro podem ter conteúdo mais positivo para os homens, uma vez que a preocupação com o cuidado é histórica e culturalmente mais relacionada às mulheres. Nesta pesquisa o núcleo dos afetos negativos não mostrou nível

estatístico de significância para as evocações das médicas. Esse resultado provavelmente está relacionado ao número de sujeitos entrevistados. Por fim, apesar de representativo este núcleo, a menor importância com relação aos afetos vivenciados talvez decorra da dificuldade dos participantes, e das pessoas de modo geral, elaborar cognitivamente ou reconhecer as emoções (Domingues, 2001).

## 1.2 Segundo Nível: Repercussões físicas e cognitivas

É formado por quatro NTED distintos com a retenção de 59,4% dos ST do *corpus* total analisado que, por sua vez, dão origem a dois subníveis distintos:

- a. Um subnível contendo representações relativas ao sentimento de esgotamento físico e cognitivo causado pelo trabalho (NTED 6 “Esgotamento físico e cognitivo”); e
- b. Outro subnível “*Repercussões de um dia de trabalho*” com representações relativas às repercussões físicas e cognitivas resultantes de um dia de trabalho sentidas no plantão (início = NTED 1 “*Custos relacionados ao início do plantão*”; e final NTED 2 “*Cansaço ao final do dia*” e NTED 3 “*Sobrecarga e exaustão*”).

Vejamos os principais resultados em cada subníveis deste eixo.

### 1.2.1 Primeiro subnível: “Esgotamento físico e cognitivo” NTED 6

Este subnível é formado por 20,79% ( $f = 21$  ST) do *corpus* textual de CHT, palavras e radicais no intervalo entre  $x^2 = 3,95$  “Energia” e  $x^2 = 19,46$  “Porque”. Apresenta evocações predominantes de uma participante em específico, e dos participantes com menor tempo de graduação (até 36 meses;  $x^2 = 6,45$ ; 8 ST). Isto permite inferir que o menor tempo de graduação talvez possa estar influenciando nessas representações de esgotamento, e que aqueles com mais tempo de ‘lida’ como profissionais médicos tenham mais aparatos ou artifícios para contornar este esgotamento. Eis frases típicas que integram este núcleo (grifos nossos):

“Bom, **esgotamento físico e mental** sem dúvida né? Eu acho que **é impossível você não sair esgotado**. Porque nós somos muito expostos aqui. A nossa média de atendimento aqui, especialmente durante o dia, a gente mexe, a gente atende muitas pessoas, convive com muitas pessoas, muitos problemas dos mais simples aos mais complexos. É impossível não causar um esgotamento emocional e físico.” (part. 5);

“**Eu simplesmente tô muito cansada e quero descansar. Físico, emocional.** Porque você tem que, infelizmente, você tem que ver as pessoas né... você tem que conviver com morte, por exemplo.” (part. 6);

“Ah, **é um esgotamento. Físico, mental. Assim, é muito desgastante.** Em outros trabalhos, em outros serviços não desgasta tanto como aqui. Assim, **a gente fica muito sobrecarregado.**” (part. 10).

### 1.2.2 Segundo Subnível: Repercussões de um Dia de Trabalho

Quanto ao NTED 1 Custos relacionados ao “antes e no início” do plantão (retenção de 11,9%; 12 ST) ele apresenta as evocações das repercussões físicas e cognitivas de um dia de trabalho. As palavras e radicais que o compõem estão no intervalo de  $x^2 = 3,97$  “Até” e  $x^2 = 18,29$  “Unidade”. As evocações são predominantes de dois participantes da pesquisa, e daqueles que não possuem nenhum tipo de especialização (12 ST;  $x^2 = 8,57$ ). Eis frases típicas que integram este núcleo (grifos nossos):

“**E tudo isso acaba me dando muita apreensão e muita ansiedade.** E mais importante de tudo é, que eu fico louco pra tirar férias.” (part. 4);

“**A gente chega com uma estafa mesmo, mental e física.** Sim, é... algumas vezes, eu já pensei assim, de estar desenvolvendo algum transtorno de ansiedade. Mais por essa cobrança mesmo. Né? Assim: eu noto que é diferente. A pessoa assim que ela chega no começo do plantão, ela tá com o humor mais leve. Ao final a gente já tá mais... não é a mesma coisa. A gente já tá com um desgaste emocional maior. E aí isso realmente interfere.” (part. 10);

“Aí eu sempre digo pro pessoal: gente, **eu já chego cansado aqui.** Porque é a estrada, o sol, e tudo.” (part. 11).

Uma inferência possível é que, para estes profissionais sem especialização, o exercício da atividade médica em condições precárias gera maior custo cognitivo para a resolução de problemas do que para aqueles com mais escolaridade/expertise. Barros (2015) cita estudos em que a necessidade de se manterem constantemente atualizados é elemento, entre vários outros, indicativo da presença de pressão para a execução do trabalho médico.

No que concerne o NTED 2 “Cansaço ao final do dia” (retenção de 11,88%; 12 ST) este núcleo apresenta os ST relacionados às repercussões físicas e cognitivas manifestas ao final de um dia de trabalho, com a descrição de que o sentimento é de cansaço extremo. As evocações predominantes foram de dois participantes da pesquisa, todavia os participantes com maior tempo de profissão desde a graduação são os mais representativos deste núcleo (6 ST;  $x^2 = 7,05$ ). Eis frases típicas que integram este núcleo (grifos nossos):

“Então isso tudo é, pra mim assim, é energia. E vem pra gente. Então **no final do dia, você tá pesado, pesado, esgotado, cansado.**” (part. 6);

“Então no final do plantão, a coisa boa que tem é: chegou o final, vou embora. Sendo bem sincera. É assim, mas **o cansaço, esgotamento, ele é evidente.**” (part. 6);

“Assim: eu noto que é diferente. A pessoa assim que ela chega no começo do plantão, ela tá com o humor mais leve. Ao final a gente já tá mais... não é a mesma coisa. A gente já tá com um desgaste emocional maior.” (part. 10);

“Mas **a parte mental vai sendo desgastada e dilapidada ao longo do dia** também, que é aquele cansaço que quando você chega o final do plantão você: ufa, sobrevivi.” (part. 11);

“É você tentar fazer pelo paciente, não conseguir resolver ou resolver parcialmente, e **parece que no final do dia você enxugou gelo.** Porque você fez, fez, fez, fez, mas se no final do dia, será que eu deixei do jeito que eu queria? Que... deixar? Então tem isso. Que é, **é cansativo.** Sempre no final do plantão você se sente cansado. É, vai somando as coisas ao longo do dia. Né?” (part. 11).

Tais resultados são corroborados por dados que mostram que a profissão médica tem tido um traço marcante de estafa, conforme indica relatório do Conselho Federal de Medicina (CFM, 2007).

No que concerne o NTED 3 “Sobrecarga e exaustão” (14,85% dos ST; f = 15 ST; com palavras no intervalo de  $x^2 = 4,07$  “Começo” e  $x^2 = 30,16$  “Hoje”), ele é relativo às repercussões também manifestas ao final do dia de trabalho, mas focado em evocações acerca da sobrecarga e da exaustão causadas pelo trabalho. Os discursos predominantes vêm das entrevistas dos participantes 1, 3 e 12 da amostra e daqueles com maior tempo desde a graduação (8 ST;  $x^2 = 11,83$ ) e dos com idade acima de 36 anos (5 ST;  $x^2 = 9,14$ ). Os segmentos típicos deste núcleo são: Eis frases típicas que integram este núcleo (grifos nossos):

“Então assim...  **você trabalha 12 horas**, vamos concordar que é 4 horas a mais, é um terço a mais do que qualquer outra pessoa faz em qualquer outro lugar... entendeu? Então a gente faz um terço a mais do que qualquer outro...  **todo mundo trabalha 8 horas. A gente trabalha 12 horas.** Então assim, é **normal você ter um cansaço físico.** Não é... a gente anda, a gente atende.” (part. 1);

“Eu acho que já  **não consigo mais render igual rendia no começo do plantão né?** Que eu acho assim,  **12 horas é o limite máximo de um plantão.** Não sei como alguém consegue fazer 18. Te juro. E nem 24, e nem 36. Então pra mim 12 horas é o limite de plantão.” (part. 3);

“Fisicamente porque eu acho que a  **gente trabalha além do limite.** Entende?  **No lugar que era pra ter muito mais gente, você trabalha...** por exemplo: no plantão de hoje você vai trabalhar 2 pessoas, no lugar que precisava de mais. Então você tá desgastado fisicamente porque você atendeu muita gente.” (part. 9);

“É  **sempre cansado.** É sempre.  **Não tem nenhum plantão que você diga assim: não, hoje foi leve, foi tranquilo.** Claro que tem uns que são mais puxados que os outros, mas é sempre cansativo. Por conta desse desgaste, porque é... às vezes você tá lá naquela correria tentando, tentando, tentando fazer pelo paciente. Eu acho que é o que mais desgasta.” (part. 11).

Os dados levantados de certa forma contradizem com os levantamentos de Machado; Avila; Oliveira; Lozana, & Pinto, (1996) e Machado; Barcelos; Braga; Campos; Lozana;

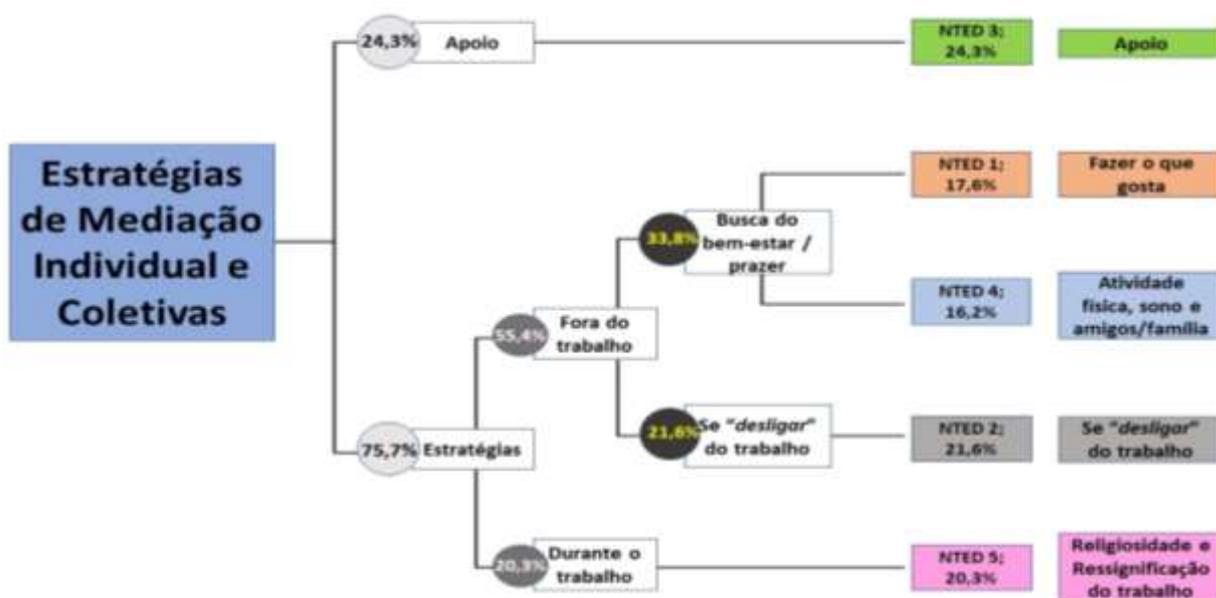
Oliveira; Perreira; Pinto; Rego, & Sertã, 1997), os quais afirmam que, com relação à faixa etária, os médicos mais jovens são aqueles que apresentam um maior desgaste. Há de se considerar que este estudo descreve desgaste de forma geral, não explicitando suas modalidades de manifestação.

## 2. Estratégias de Mediação Individual e Coletivas (EMICs)

O corpus textual referente às EMICs concerne às respostas dos participantes à pergunta: “O que você faz para lidar com esse custo humano proveniente de seu trabalho como médico na [Unidade]?”. Esse corpus organizado em 106 ST, com aproveitamento de 74 (69,81%), onde emergiram 3582 ocorrências (palavras, formas ou vocábulos), sendo 847 palavras distintas e 464 com uma única ocorrência. O conteúdo analisado foi categorizado em cinco núcleos temáticos distintos. Os resultados são apresentados na Figura 2.

De acordo com a Classificação Hierárquica Descendente, as EMICs se ancoram em dois eixos distintos:

**Figura 2:** Classes Temáticas Estruturadoras das Estratégias de Mediação Individual e Coletiva



**Fonte:** Elaborado pelos autores (2020).

## 2.1 Estratégia: Expectativa de Apoio

O primeiro eixo é relativo à temática “apoio” no sentido de que, para lidar com estes custos na Unidade de Pronto Atendimento (UPA) pesquisada, é importante ter apoio das mais diversas formas (dos pares, da equipe, psicológico e profissional). Estes discursos assumem o sentido de amparo, suporte, ajuda e auxílio e compõem o NTED 3 "Apoio" com retenção de 24,32% dos ST;  $f = 18$  ST). As palavras e radicais que o compõe estão no intervalo de  $x^2 = 4,14$  “Só” e  $x^2 = 16,68$  “Profissional”.

Eis frases típicas que integram este núcleo (grifos nossos):

“Mas assim, eu costumo me **apegar a colaboração e o conselho dos amigos** né? Que são colegas médicos aqui, que **dão um apoio pra gente** e a gente continuar. Aos **meus familiares** também. Até a **questão de origem assim espiritual, eu conto com essa força** para poder também conseguir seguir em frente, né? Tendo uma oração e tudo.” (part. 4);

“E também, de repente, até um **apoio psicológico**, né? Um psicólogo aqui é... à disposição dos médicos na Secretaria de Saúde.” (part. 6);

“Eu tenho **apoio religioso** também. Bem menos do que eu gostaria, mas auxilia bastante. Eu acho que **conversar com outros colegas de trabalho** também, e ver o que que a gente pode fazer para melhorar, e **até desabafar só**. Já ajuda bastante a reduzir essa situação de estresse né?” (part. 7);

“**A principal felicidade é hora de sair do plantão e saber que vai para casa**. Né? Que vai **encontrar com a família**, vai descansar. Acho que o fator principal. Tanto ajudar o doente, como também pensar aqui com um pouco você vai estar junto da família novamente.” (part. 12).

É o núcleo mais robusto da análise com quase um quarto dos ST, autorizando inferir que ter apoio familiar, dos colegas de trabalho, dos amigos e profissional, entre todas as estratégias citadas talvez seja a mais importante. Cabe, todavia, destacar que se trata aqui mais de expectativa de apoio que propriamente estratégia de mediação individual e coletiva, conforme preconizado em Ergonomia (Wisner, 1995; Daniellou, 1996). Na analogia metafórica “cenário de guerra” que os resultados mencionados do custo humano parecem evidenciar, este núcleo sugere forte expectativa de ajuda externa, de pedido de socorro dos médicos para sobreviverem em contexto organizacional em que a saúde está em risco.

Para este núcleo, o discurso presente na entrevista de um dos participantes foi bastante expressivo para o tema ( $x^2 = 8,6$ ; 8 ST), assim como o foi para os médicos com menos de 3 anos de graduação ( $x^2 = 4,39$ ; 8 ST). Pode-se deduzir que para médicos inexperientes com pouca prática clínica, quando inseridos no contexto de emergências médicas, a expectativa de poder contar com apoio é um dos modos para lidar com as exigências do trabalho e seus custos relacionados. A relação entre fatores psicossociais estressores no contexto de trabalho e a

importância de apoio social (dos colegas de trabalho, das chefias, da família etc.) é um dado já conhecido da literatura na área médica (Silva, 2001). Além disto, segundo Scheffer, M. (2018) a maioria dos médicos recém-formados considera fundamental uma boa combinação entre trabalho e vida pessoal.

O segundo eixo, mais complexo, apresenta os discursos relativos às estratégias, aos modos de agir, pensar e sentir destes trabalhadores frente aos custos humanos do trabalho, já apresentados na Figura 1. Contempla todos os demais núcleos da questão geradora do *corpus*, correspondendo à 75,7% dos ST aproveitados. As estratégias são descritas em dois momentos, ou seja, àquelas realizadas durante o trabalho e àquelas que ocorrem fora do trabalho:

- a. Com relação às **estratégias durante trabalho**, os discursos relativos à estas se organizam em um núcleo apenas (NTED 5 “Religiosidade e ressignificação do trabalho”) representam 20,3% (f = 15 ST) dos ST do *corpus* total; e
- b. Quanto às **estratégias referidas fora do trabalho** são resultados dos aproximados três quartos restantes dos ST deste eixo (73,2% aproximadamente).

Vejam os detalhes no que consistem estas modalidades de estratégias para lidar com o custo humano do trabalho na Unidade de Pronto Atendimento do DF.

## 2.2 Estratégia Durante o trabalho: Religiosidade e Ressignificação do trabalho

Neste caso, as falas geraram apenas o NTED 5 (20,27%; f = 15 ST) do *corpus* total das EMIC. Dos discursos analisados, predominaram as evocações de dois participantes da pesquisa e não houve nível de significância com relação às variáveis adotadas. As palavras e radicais que compõem este núcleo estão no intervalo de  $x^2 = 4,16$  e  $x^2 = 20,49$ .

Eis frases típicas que integram este núcleo (grifos nossos):

“Eu aprendi que, que, assim... não que eu aprendi, né? Mas é o que eu tenho comigo. É, é **a fé em Deus**. Né? É **a religiosidade**. É se apegar a Deus porque, sem essa fé, sem Deus, eu acho que é... a gente não é nada lá dentro não. Então eu acredito que, se eu tô indo lá, e continuo indo ou, seja por uma força maior, é **Deus que me dá forças**. Eu acredito nesse sentido. [...] Mas a, **busco uma espiritualidade**, uma força maior. A gente procura ir à missa.” (part. 11).

“Porque eu não quero ficar doente. E eu sei, porque assim, a gente... **pontualmente aqui é a minha fonte de estresse**. Mesmo, assim... os problemas começam aqui. **Mas eu tô tentando meio que ressignificar isso. Assim, encarar de uma forma diferente**. Eu acho que vai se tornar mais leve. Entendeu? Tô tentando. Porque eu acho... porque eu ainda preciso.” (part. 9).

As evocações remetem à religiosidade como um recurso pessoal importante para lidar com os custos descritos, com menções de que é preciso ter fé em Deus para dar conta do trabalho. Trata-se, a rigor, de resultado inédito a relação entre prática médica e o uso da religiosidade como modo lidar com os problemas vivenciados no trabalho. De um lado, contrasta com o grau de escolaridade e a tradição da formação médica, calcada nas ciências, de outro, sugere ser a opção que resta em contexto de trabalho que se assemelha à guerra. Não foi encontrado na literatura fontes que possibilitassem dialogar com tal resultado.

Apresenta também falas que remetem à ressignificação do trabalho para os participantes, como forma de atenuar os impactos negativos oriundos do trabalho. Pinho, Abrahão e Ferreira (2003) e Dejours (2004) falam das estratégias que os trabalhadores criam para ressignificar o sofrimento e transformar o que fazem no trabalho em fonte de prazer. Em pesquisa com médicos e enfermeiros, Barros (2015) apontou que estes acabaram recorrendo às práticas religiosas ou de cunho espiritual e à revisão de valores pertinentes ao equilíbrio entre vida social e vida profissional, entre outros, como mecanismos para lidarem com problemas do trabalho.

## **2.3 Estratégia Fora do Trabalho**

Comparativamente às demais evocações, pode-se inferir que para os participantes as estratégias que estes utilizam fora do trabalho são as mais importantes e/ou efetivas para lidar com o custo humano do trabalho na UPA, visando à promoção de bem-estar no trabalho. Este tipo de estratégias nos discursos analisados representa mais de 50% dos ST aproveitados. Formado por aproximadamente 55,4% dos ST analisados do *corpus* total das EMIC (f = 41 ST), demonstrando o predomínio da descrição deste tipo de estratégias para os/as médicos/as participantes. Isto pode sugerir que essa modalidade seja a mais importante para os médicos pesquisados, visto a relevância na produção dos discursos.

### **2.3.1 Estratégia Fora do Trabalho: Busca do Bem-Estar/Prazer**

Os discursos presentes nesta modalidade de estratégia descrevem atitudes e ações que objetivam a promoção de bem-estar, tanto físico quanto afetivo. São dois os núcleos que descrevem este tópico, os NTED 1 e 4. Estatisticamente, ambos apresentam peso semelhante dentro do *corpus* das EMIC.

Quanto ao **NTED 1 Fazer o que gosta** (17,57%; f = 13 ST) as palavras e radicais que o compõem estão no intervalo entre  $x^2 = 4,27$  “Assim” e  $x^2 = 17,06$  “Como”. Neste núcleo não aparece variáveis que mais produziram o discurso, indicando um ponto de vista generalizado entre os entrevistados. Eis frases típicas que integram este núcleo (grifos nossos):

“Eu tento **fazer uma coisa que eu gosto** também depois... primeiro porque eu faço uma coisa que eu gosto. Entendeu? [...] Mas aí depois você vai fazer uma coisa que você gosta... assistir um filme... assistir uma série... sair com alguém... namora... **faz o que você quiser**... entendeu? Uma coisa que você gosta, e aí dá aquela... entendeu?” (part. 1);

“**Tentar fazer o que eu gosto**, que é música. Tentar conviver com outro, **fazer outras coisas** para não... né? Ficar focado só aqui.” (part. 6).

Para os pesquisados fazer o que gosta ao sair do trabalho é importante estratégia de regular os conflitos e contradições vivenciadas do trabalho. Gerir, principalmente, sentimento de impotência, os medos em face à precariedade, falta de segurança no trabalho e de reconhecimento no trabalho, conforme evidenciou pesquisa de Lima (2012) com profissionais que cuidam dos outros.

No que concerne o **NTED 4 Atividade Física, Sono e Amigos/Família**: (16,22%; f = 12 ST) e as palavras e radicais no intervalo entre  $x^2 = 4,04$  “Bem” e  $x^2 = 11,67$  “Dia” com a predominância das evocações de um dos participantes da pesquisa e também das falas dos participantes com idade inferior a 30 anos (8 ST;  $x^2 = 4,06$ ). Eis frases típicas que integram este núcleo (grifos nossos):

“Pessoalmente, eu **tento levar um estilo de vida, atualmente, que não me faça gerar ansiedade**. Então tento preservar, fazer a minha escala de vida que eu tento **preservar sono** diário, **fazer atividade física**. Porque eu sei que a médio, longo prazo, isso me deixaria mais ansioso.” (part. 5);

“Ah, eu acho que é você tentar manter um **vínculo de amizade, de familiares**. De você **poder desabafar** também sobre isso. **Atividade física** também ajuda. Eu faço bem menos do que eu gostaria, mais ajuda sim.” (part. 7);

“**Busco a família**. Né? Então a minha esposa, a minha família. **Busco as pessoas que estão mais próximas de mim**.” (part. 11).

Este núcleo, em certa medida, complementa em significado o núcleo descrito anteriormente, uma vez que explicita as atividades e ações que os médicos da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) citam como estratégias fora do trabalho para a promoção de bem-estar e busca do prazer. As evocações típicas remetem à realização de atividades físicas após a jornada de trabalho e com regularidade; à preservação do sono e a sua restauração, com a manutenção

de uma quantidade de horas adequada e reservando tempo suficiente para o sono após uma jornada de trabalho; e estar com amigos e familiares.

Como citado no relatório do Conselho Federal de Medicina (CFM, 2007), que trata sobre a saúde dos médicos no Brasil, contrariando o que existe no imaginário popular, os médicos não estão imunes às doenças prevalentes na população em geral. O desgaste resultante de jornadas de trabalho exaustivas não raro leva os médicos a negligenciarem o cuidado com a sua saúde, o que pode resultar em adoecimento com proporções até mesmo superiores às das pessoas a quem prestam assistência. As atitudes destes profissionais, em face de sinais e/ou sintomas apresentados costumam ser, na maioria das vezes, como as das pessoas em geral: a busca do descanso, a automedicação, a consulta informal. Uma das falas de nossos entrevistados vai ao encontro de tais constatações: “Então se você não cuidar da sua saúde, ninguém tá preocupado, se você tá bem ou se você não tá. Você tem que impor você. As pessoas falam e, falam, falam, falam... e não sabe o que o médico passa.” (part. 6).

### 2.3.2 Estratégia Fora do Trabalho: Se “Desligar” do Trabalho

O segundo tipo de estratégia fora do trabalho identificada apresenta evocações que remetem à busca de distanciamento, ‘desligamento’ do trabalho e dos impactos negativos que este causa para os entrevistados. No **NTED 2 Se “desligar” do trabalho** (21,62%;  $f = 16$  ST). As palavras variam entre  $x^2 = 4,26$  “Atividade física” e  $x^2 = 23,67$  “Sair”. Os discursos estão relacionados às férias, à realização de exercícios físicos e às pausas materializando o desejo de “esquecer” o trabalho estressante vivenciado na Unidade de Pronto Atendimento (UPA). Eis frases típicas que integram este núcleo (grifos nossos):

“Eu tento **esquecer quando eu saio daqui**. Só. Não pratico... às vezes você fala: ah, faz atividade física pra distrair, alguma atividade lúdica. Infelizmente não dá tempo porque eu moro longe.” (part. 3);

“**Dou umas voltas**. A cada uma hora, uma hora e meia. Aí eu **dou uma volta, tomo uma água, converso**. Saio um pouco, vejo o dia que para mim é importante. **Olho ali pela janela**. E aí volto. Não, tem que dar uma volta não dou... Passar o dia sentado aqui, não posso.” (part. 3);

“Aí eu tento **recuperar fazendo atividade física**, pra ver se diminui um pouco..., mas é de tensão mesmo assim sabe? Ah, faz a atividade física.” (part. 9).

Quanto às pausas, cabe salientar que, apesar de descrito como estratégias fora do trabalho, feitas durante a jornada de trabalho são descritas neste núcleo porque adquirem o sentido para os entrevistados de que é importante fazer pausas para ‘parar’, para ‘dar umas

voltas' durante a jornada de trabalho, objetivando a desconexão da sua 'mente' e da 'cabeça', mesmo estando o corpo físico dentro da Unidade de Pronto Atendimento (UPA). Desta forma o pensamento, a mente, a cabeça, durante estas pausas extrapolaria, segundo os entrevistados, os limites territoriais da UPA.

Os resultados deste núcleo evidenciam estratégia que busca compensar os desgastes vivenciados no contexto de trabalho da UPA. Tal estratégia tem, certamente, uma função essencial na preservação da saúde, mas, sobretudo, na mitigação dos efeitos nocivos que nascem das vivências dentro do ambiente de trabalho. Ela concretiza comportamento típico dos trabalhadores na busca permanente da saúde e do bem-estar, pois na medida em que o contexto de trabalho "rouba" a felicidade, os trabalhadores buscam fora do trabalho modos de compensação como recurso de enfrentamento ou resistência às adversidades do trabalho (Ferreira, 2009).

### **Considerações finais**

O foco da pesquisa consistiu em avaliar/relacionar o custo humano do trabalho e as estratégias de mediação dos médicos que trabalha em uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA). Embora, o estudo de caso não autorize nem um tipo de generalização que, a rigor, não se constituiu em preocupação primeira dos pesquisadores, ele é revelador de uma realidade de trabalho dos médicos muito preocupante, inquietante e, sobretudo, requerendo medidas imediatas para prevenir acidentes e agravos à saúde.

Os dados coletados, com destaque aqueles oriundos das entrevistas, fazem emergir os ingredientes que caracterizam o custo humano do trabalho em termos de exigências físicas, cognitivas e afetivas. A realidade que toma forma e conteúdo se apresenta nas falas indicando relatos de sobrecarga, esgotamento, exaustão, cansaço, ansiedade, tristeza, labilidade emocional e os impactos fisiológicos do trabalho na UPA sob a forma de queixas, sintomas, doenças. Ao falarem do trabalho e dos problemas existentes parecem descrever um cenário de guerra, onde ferimentos, sofrimentos, óbitos são corriqueiros.

Neste contexto "bélico" a saúde dos médicos, cuja missão é cuidar da saúde dos outros, está permanentemente na berlinda e busca pela sobrevivência física e mental é desafio que se renova a cada jornada de trabalho. Os resultados concernentes às estratégias de mediação completam um quadro explicativo no qual se configura a relação trabalho-saúde no contexto da UPA estudada. De um lado, clamam por ajuda e alimentam a expectativa de apoio/suporte para melhor fazer o trabalho prescrito, inclusive se protegendo dos riscos existentes buscando

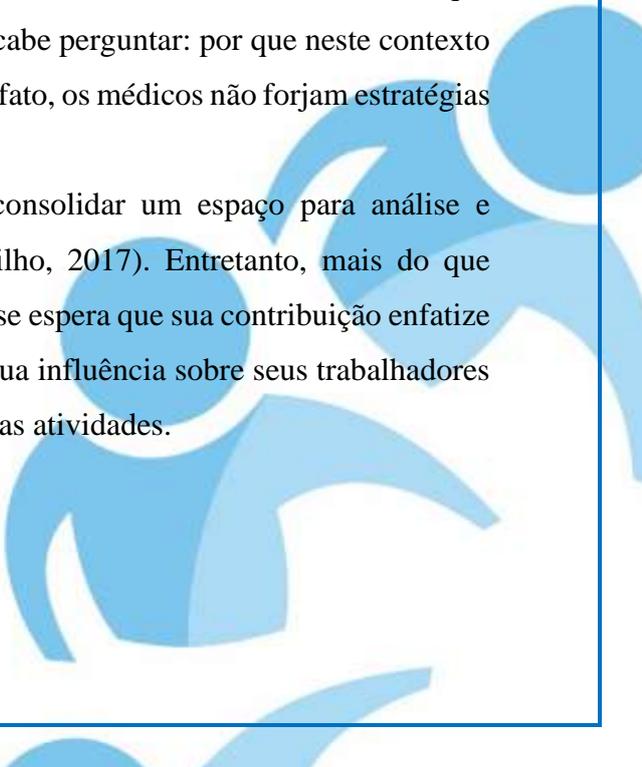
reassignificar o trabalho e, no limite, clamando por amparo espiritual, de outro, um elenco de iniciativas/providências que os médicos operacionalizam fora do trabalho para regular/compensar os desgastes vivenciados no cotidiano da UPA.

Trata-se, portanto, de mais um case que evidencia tanto a realidade dos trabalhadores da saúde quanto as dificuldades enfrentadas pelos cidadãos-usuários para o acesso aos serviços de qualidade, cujos impostos pagos por estes deveriam ser corretamente aplicados nos serviços públicos de saúde. Do ponto de vista da área de saúde do Governo do Distrito Federal os resultados da pesquisa enfatizam a necessidade urgente de intervenção preventiva dos agravos e promotora do bem-estar no trabalho. A garantia sustentável da saúde dos trabalhadores requer a implantação participativa de um modelo de gestão organizacional e do trabalho em saúde que efetivamente tome em conta, tal qual preconiza a Ergonomia, as exigências sociotécnicas reais do trabalho, a expertise dos profissionais de saúde e, sobretudo, as necessidades destes trabalhadores para melhor cumprirem a missão de cura e preservação da vida.

Os resultados aqui encontrados guardam certa interface com outros achados da literatura. Davezies (1998) argumenta que no processo saúde-doença de trabalhadores em emergências está fortemente influenciado pela hipersolicitação cognitiva destes profissionais o que pode explicar a dificuldade em obter êxito nos modos de contornar esse problema. Certamente, a pressão temporal com vidas em risco, típica da urgência que cobra decisões rápidas e assertivas, constitui outro grande obstáculo que impacta nas performances dos médicos (Machado et. al. 1997).

Apesar do limite já exposto com relação à amostra selecionada, esta pesquisa por si só apoia uma série de outros estudos que descrevem a realidade do trabalho em emergências médicas, explicitando a vulnerabilidade destes trabalhadores e a nocividade do trabalho que executam. Entre questões novas que a pesquisa suscita, cabe perguntar: por que neste contexto tão nocivo da UPA estudada, no qual a hipersolicitação é fato, os médicos não forjam estratégias coletivas de mediação?

Nesta pesquisa não foi possível “construir e consolidar um espaço para análise e transformação das atividades laborais” (Chiavegato Filho, 2017). Entretanto, mais do que apenas registrar e reconhecer o sofrimento dos médicos, se espera que sua contribuição enfatize a importância de se reconhecer o contexto de trabalho, sua influência sobre seus trabalhadores e o protagonismo destes na organização e na execução das atividades.



## REFERÊNCIAS

- Assunção, A. (2003). Uma contribuição ao debate sobre as relações saúde e trabalho. *Ciência & Saúde Coletiva*, 8(4), 1005-1018. <https://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232003000400022>
- Assunção, A. L. (2003). A contribuição da Ergonomia para a identificação, Redução e Eliminação da Nocividade do Trabalho. In R. M. (org). *Patologia do Trabalho* (pp. 1768-1789). Ed. Atheneu.
- Barata, R. (2009). Relações de gênero e saúde: desigualdade ou discriminação? In R. Barata, *Como e por que as desigualdades sociais fazem mal à saúde* (pp. 73-94). Editora Fiocruz.
- Barros, N. M., & HONÓRIO, L. C. (Janeiro de 2015). Riscos de Adoecimento no Trabalho de Médicos e Enfermeiros em um Hospital Regional Mato-Grossense. *Revista de Gestão*, 22(1), 21-39.
- Botton, A. C. (Jan-Jun de 2017). Diferenças de gênero no acesso aos serviços de saúde: problematizações necessárias. Mudanças. *Psicologia da Saúde*, 25(1).
- Camargo, B. V. (2013). IRAMUTEQ: Um software gratuito para análise de dados textuais. *Temas em Psicologia*, 21(2), 513-518. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v21n2/v21n2a16.pdf>
- CFM. (2007). *A Saúde dos Médicos no Brasil*. Conselho Federal de Medicina.
- Chiavegato Filho, L. (2017). A prática médica no Sistema Único de Saúde: quando uma atividade de trabalho pede socorro. *Estudos de Psicologia*, 34(1), 63-73. <https://dx.doi.org/10.1590/1982-02752017000100007>
- CNS. (2012). Resolução Nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Conselho Nacional de Saúde (CNS).
- CNS. (2016). Resolução Nº 510, de 07 de abril de 2016. Conselho Nacional de Saúde (CNS).
- Daniellou, F., & (Org.). (2004). *A ergonomia em busca de seus princípios: debates epistemológicos*. Edgard Blücher.
- Davezies, P. (1998). Recherche en ergonomie et santé. In *Actes du Colloque Recherche et Ergonomie* (pp. 173-176). Toulouse.
- Dejours, C. (2004). Subjetividade, trabalho e ação. *Production*, 14(3), 27-34. <https://doi.org/10.1590/S0103-65132004000300004>
- Demo, P. (2000). *Pesquisa e construção do conhecimento: metodologia científica no caminho de Habermas*. Tempo Brasileiro.
- Domingues, A. (2001). *A dificuldade de expressar emoções: um estudo psicossocial da servidão*. [Dissertação de Mestrado]. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, SP, Brasil.

- Eisenhardt, K. (1989). Building Theory from Case Study Research. *The Academy of Management Review*, 14(4).
- Ferreira, M. (2015). Ergonomia da Atividade aplicada à Qualidade de Vida no Trabalho: lugar, importância e contribuição da Análise Ergonômica do Trabalho (AET). *Rev. bras. Saúde ocup.*, 40(131), 18-29.
- Ferreira, M. C. (2008). A ergonomia da atividade se interessa pela qualidade de vida no trabalho? Reflexões empíricas e teóricas. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 11(1), 83-99.
- Ferreira, M. C. (Fevereiro de 2009). Onde mora a felicidade? *Jornal do Brasil*, 13-13.
- Ferreira, M. C. (2017). *Qualidade de Vida no Trabalho. Uma abordagem centrada no olhar dos trabalhadores* (3 ed.). Paralelo 15.
- Ferreira, M. C., & Seidl, J. (2009). Mal-estar no Trabalho: Análise da Cultura Organizacional de um Contexto Bancário Brasileiro. *Psicologia Teoria e Pesquisa*, 25(2), 245-254.
- Ferreira, M. C., Araújo, J. N., Almeida, C. P., & Mendes, A. M. (2011). *Dominação e Resistência no Contexto Trabalho-Saúde* (1 ed.). Editora Makenzie.
- Gaulejac, V. d. (2007). *Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social*. Ideias e Letras.
- Gil, A. C. (2001). *Métodos e técnicas de pesquisa social* (6 ed.). Atlas.
- Guérin, F. e. (2001). *Compreender o trabalho para transformá-lo: a prática da ergonomia*. Edgard Blücher.
- Lima, S. C. (2012). O trabalho do cuidado: uma análise psicodinâmica. *Revista Psicologia Organizações e Trabalho*, 12(2), 203-2015.  
[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1984-66572012000200006&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-66572012000200006&lng=pt&tlng=pt)
- Machado, M., Ávila, C., Braga, M., Campos, M., Lozana, J., Oliveira, E., Teixeira, M. &. (1996). *Perfil dos Médicos no Brasil – relatório final: Médicos em números*. FIOCRUZ/CFMMS/PNUD.
- Machado, M., Barcellos, E., Braga, M., Campos, M., Lozana, J., Oliveira, E. S., Rego, S. &. (1997). *Os Médicos no Brasil – um retrato da realidade*. Fiocruz.
- Mendes, A. M., & Ferreira, M. C. (2007). Inventário de Trabalho e Riscos de Adoecimento – ITRA: instrumento auxiliar de diagnóstico de indicadores críticos no trabalho. In A. M. Mendes. *Psicodinâmica do trabalho: teoria, método e pesquisa*. Casa do Psicólogo.
- Morin, E. (2004). The meaning of work in modern times. *10th World Congress on Human Resources Management*. Rio de Janeiro.
- Nações unidas no brasil. (s.d.). *A Agenda 2030*. <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>

- Organização Internacional do Trabalho (2013). *La prevención de las enfermedades profesionales*. Organización Internacional del Trabajo.
- Oliveira, T. M. (2001). *Amostragem não probabilística: adequação de situações para uso e limitações de amostras por conveniência, julgamento e quotas*. FECAP. [http://www.fecap.br/adm\\_online/art23/tania2.htm](http://www.fecap.br/adm_online/art23/tania2.htm)
- Pinho, D. L., Abrahão, J. I., & Ferreira, M. (2003). As estratégias operatórias e a gestão da informação no trabalho de enfermagem, no contexto hospitalar. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 11, 168-176.
- Pizo, C. A., & Menegon, N. L. (26 de Novembro de 2010). Análise ergonômica do trabalho e o reconhecimento científico do conhecimento gerado. *Production*, 20(4).
- Ramos-Cerqueira, Abreu, A. T., & Lima, M. C. (2002). A formação da identidade do médico: implicações para o ensino de graduação em Medicina. *Interface. Comunicação, Saúde, Educação*, 6(11), 107-116. <https://dx.doi.org/10.1590/S1414-32832002000200008>
- Reinert, M. A. (1990). Une méthodologie d'analyse des données textuelles et une application. In A. G. de Nerval, *Bulletin de Méthodologie Sociologique*, 28, 24-54.
- Scheffer, M., Cassenote, A., Guilloux, A. G., Biancarelli, A., Miotto, B. A., & Mainardi, G. M. (2018). *Demografia Médica no Brasil 2018*. Conselho Federal de Medicina.
- Silva, M. M. (2001). Trabalho medico e o desgaste profissional: pensando um método de investigação. [Dissertação de Mestrado]. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, Brasil. <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/313166>
- Wisner, A. (1995). Ergonomie et analyse ergonomique du travail: Un champ de l'art de l'ingénieur et une méthodologie générale des sciences humaines. In *Performances Humaines & Techniques* (pp. 74-78). Série Séminaire Paris I.
- Yin, R. K. (2015). *Estudo de Caso: planejamento e métodos*. Bookman.



## **A FINANCEIRIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR PRIVADO E SUAS REPERCUSSÕES NA DINÂMICA PRAZER E SOFRIMENTO DO TRABALHADOR DOCENTE**

The financing of private higher education and its repercussions in the dynamic pleasure and suffering dynamic of the teaching worker

Le financement de l'enseignement supérieur privé et sa répercussion dans le plaisir dynamique et la souffrance du travailleur enseignant

La financiarización de la enseñanza superior privada y sus repercusiones en la dinámica placer y sufrimiento del trabajador docente

**Rafaelle Sanches Cutrim**<sup>1</sup> ©

Universidade Federal do Maranhão, São Luís, MA, Brasil<sup>2</sup>

**Denise Bessa Leda**<sup>3</sup> ©

Universidade Federal do Maranhão, São Luís, MA, Brasil

### **Resumo**

Este artigo é fruto da dissertação de mestrado intitulada "A financeirização do ensino superior privado e suas repercussões na dinâmica prazer e sofrimento do trabalhador docente". Utilizou como referencial teórico-metodológico a Psicodinâmica do Trabalho. A coleta de dados se deu através de entrevistas semiestruturadas que foram analisadas sob o enfoque da Análise Crítica do Discurso, e questionários socioeconômicos, com 08 professores atuantes em um grande conglomerado educacional no Maranhão. A partir das análises do material empírico foi possível constatar: tecnologização dos processos produzindo o aumento do trabalho em extensão e intensidade; regime de tensão frequente; diminuição da rede de apoio aos professores pela Instituição; salas de aula muito cheias por meio do processo de "ensalamento"; salários que não valorizam o aperfeiçoamento profissional; intenso uso de estratégias de defesa individuais e coletivas; sofrimentos, mas, também, transgressões de regras e normas, resistências e enfrentamentos por parte dos docentes e discentes e relações prazerosas. Conclui-se pela defesa do trabalho docente, permeado por dignidade, sentido e reconhecimento.

**Palavras-chave:** Professor; Financeirização; Prazer e sofrimento.

### **Abstract**

This article is a byproduct of the master's thesis entitled "The financing of private higher education and its repercussions on the pleasure and suffering dynamic of the teaching worker". It used as a theoretical-methodological reference the Psychodynamics of Work. Data collection was done through semi-structured interviews that were analyzed under the focus of Critical Discourse Analysis, and socioeconomic questionnaires, with eight teachers belonging to a large educational conglomerate in Maranhão. In the daily life of these workers it was possible to verify: technology of the processes producing the increase of the work in extension and intensity; frequent stress regimen; reduction of the support network for teachers by the Institution; very crowded classrooms through the "salute" process; wages that do not value professional development; intense use of individual and collective defense strategies; suffering, but also, transgressions of rules and norms, resistance and confrontation

<sup>1</sup> rafaellesanches@gmail.com

<sup>2</sup> Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social -SEMCAS

<sup>3</sup> denise.bessa.leda@gmail.com

on the part of the teachers and students and pleasant relations. It concludes with the defense of teaching work, permeated by dignity, meaning and recognition.

**Keywords:** Teacher; Financing; Pleasure and suffering.

---

### Résumé

Cet article à la suite du mémoire de maîtrise intitulé "Le financement de l'enseignement supérieur privé et ses répercussions sur le plaisir et la souffrance dynamiques du travailleur enseignant". Il a utilisé comme référence théorique-méthodologique la psychodynamique du travail. La collecte de données a été réalisée au moyen d'entretiens semi-structurés analysés, dans le cadre de l'analyse du discours critique, et de questionnaires socio-économiques auprès de 08 enseignants travaillant d'un établissement d'enseignement supérieur appartenant au grand conglomérat éducatif dans le Maranhão. Dans la vie quotidienne de ces travailleurs, il a été possible de vérifier: la technologie des processus produisant l'augmentation du travail en extension et en intensité; régime de stress fréquent; réduction du réseau de soutien pour les enseignants par l'institution; salles de classe très encombrées dans le processus de "salutation"; des salaires qui ne valorisent pas le développement professionnel; utilisation intensive de stratégies de défense individuelles et collectives; souffrance, mais aussi transgression des règles et des normes, résistance et confrontation de la part des enseignants et des étudiants et relations agréables. Il se termine par la défense du travail d'enseignement avec dignité, signification et reconnaissance.

**Mots clés:** Professeur; Financement; Plaisir et souffrance.

---

### Resumen

Este artículo es el resultado de la tesis de maestría titulada "La financiarización de la educación superior privada y sus repercusiones en la dinámica placer y el sufrimiento del trabajador docente". Utilizó como referencia teórico-metodológica la Psicodinámica del trabajo. La recolección de datos se dio a través de entrevistas semiestructuradas que fueron analizadas bajo el enfoque del Análisis Crítico del Discurso, y cuestionarios socioeconómicos, con 08 profesores actuantes en un gran conglomerado educativo en el Maranhão. En el cotidiano de estos trabajadores fue posible verificar: tecnología de los procesos produciendo el aumento del trabajo en extensión e intensidad; régimen de tensión frecuente; disminución de la red de apoyo a los profesores por la Institución; las aulas muy llenas por medio del proceso de "ensalamiento"; salarios que no valoran el perfeccionamiento profesional; intenso uso de estrategias de defensa individuales y colectivas; sufrimientos, pero también transgresiones de reglas y normas, resistencias y enfrentamientos por parte de los docentes y discentes y relaciones placenteras. Se concluye por la defensa del trabajo docente, impregnado de dignidad, sentido y reconocimiento.

**Palabras clave:** Profesor; Financiarización; Placer y sufrimiento

---

### Introdução

Este artigo se propõe a apresentar, a partir de uma Instituição de Ensino Superior (IES) pertencente a um grande conglomerado educacional no Maranhão, as repercussões da financeirização do ensino superior privado na dinâmica prazer e sofrimento do trabalhador docente. Sendo assim, busca caracterizar as atividades rotineiras e a dinâmica das relações laborais nessa Instituição de Ensino Superior; identificar elementos da organização do trabalho que se constituem como fonte de prazer e/ou de sofrimento no cotidiano dos trabalhadores docentes, e analisar as estratégias de mediação implementadas pelos trabalhadores docentes para o enfrentamento das adversidades e dificuldades no cotidiano de trabalho.

Tal trabalho é fruto da dissertação intitulada "A financeirização do ensino superior privado e suas repercussões na dinâmica prazer e sofrimento do trabalhador docente"

desenvolvida a partir do Projeto “Trabalho docente na expansão da educação superior” da Rede Universitas/Br, com financiamento do Observatório da Educação (OBEDUC/CAPES) e está inserida na linha de pesquisa “Trabalho, saúde e subjetividade” do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Psicologia (NEPP/UFMA).

O que se observa, como aponta Vale (2017) é que, em meados dos anos 2000, o processo de privatização, mercantilização e empresariamento da educação superior brasileira entra em um novo patamar com a centralização e a concentração de capital, bem como com a oligopolização mercantil e educacional que proporcionou a formação de grandes conglomerados educacionais e a abertura de capital em Bolsas de Valores Nacionais e Internacionais de diversas empresas educacionais, marcadas pela presença de fundo público financiando boa parte dessas instituições.

Sendo assim, no Brasil, a partir dos anos 2000, tem início um novo formato de oferta da educação superior, em que as IES privadas, tradicionalmente de origem familiar e em sua maioria empresas de Sociedade Limitada (Ltda), associam-se a grupos financeiros em busca de uma maior valorização do seu capital, ou seja, ocorre o processo de financeirização dessas empresas (Sebim, 2015).

A partir de 2007, acontece inclusive uma alteração no arcabouço jurídico dos estabelecimentos de ensino superior, momento em que muitas IES, que estavam constituídas como sociedades limitadas, são incorporadas a grandes conglomerados educacionais e como resultado dessa nova conjuntura, surgem quatro grupos desse gênero: a Anhanguera Educacional Participações S.A., a Kroton Educacional S.A., a Estácio Participações S.A. e o Sistema Educacional Brasileiro S.A (SEB). No entanto, em julho de 2014, a partir de sua fusão com a Anhanguera Educacional Participações S.A., a Kroton se tornou a maior empresa educacional do mundo (Sebim, 2015).

Segundo dados do Diário do Comércio, Indústria e Serviços (DCI, 2017), no ranking dos maiores grupos educacionais estão a Kroton com 877 mil alunos, a Estácio com 436,3 mil alunos, a Unip com 403 mil alunos, a Laureate com 245 mil alunos e a Ser Educacional com 137 mil alunos.

Dentre estes grupos educacionais, Kroton/Anhanguera (que se fundiram em um único grupo, em 2014), Estácio, Ânima e Ser Educacional são empresas de capital aberto brasileiras (sociedades anônimas) com inserção no mercado de ações (BM&FBovespa); os grupos Whitney e Devry são empresas norte-americanas de capital aberto; o grupo Laureate é um conglomerado americano de universidades com inserção em diversos países. Os grupos

educacionais Universidade Paulista (UNIP), Universidade Nove de Julho (UNINOVE), Universidade Cruzeiro do Sul (UNICSUL) e Universidade Tiradentes (UNIT) ainda não abriram o capital no mercado de ações (Santos Filho, 2016).

Tal processo, como destaca Vale (2017) representa um imenso risco de desnacionalização da educação superior brasileira, sendo possibilitado por uma superexploração do trabalho docente que se apresenta reconfigurado e limitado em sua autonomia didático-pedagógica e na participação democrática na condução do processo educacional cada vez mais orientado pelo mercado.

Chesnais (1996) também aponta que os oligopólios se consolidam com a interdependência entre as companhias, mas também constituem instrumentos de anulação da concorrência (estratégia de sobrevivência no mercado competitivo), impedindo ou limitando a atuação de empresas concorrentes.

As instituições privadas de ensino superior estão experimentando, assim, um intenso processo de reconfiguração em razão da entrada de novos capitais no setor. Publicações especializadas em economia que acompanham as novidades no chamado “mercado da educação”, estimam um faturamento entre R\$ 10 bilhões a R\$ 15 bilhões por ano. Consultores e investidores falam ainda em “consolidação” do setor, eufemismo para designar um enxugamento, com aquisições, fusões, desaparecimento das instituições mais fracas, mal administradas ou em dificuldades financeiras (Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo [ADUSP], 2011).

No entanto, que impactos trará o processo de “modernização” e capitalização do setor? O professor Romualdo Portela, do Departamento de Administração Escolar e Economia da Educação (Faculdade de Educação da USP), pensa que tais mudanças significam a completa financeirização do setor, o que transforma, na prática, a educação numa grande mercadoria, negociada no mercado financeiro. Situação que se agrava por não haver, no horizonte visível, perspectivas de ampliação do setor público (ADUSP, 2011).

Desse modo, diante da crise que se refletiu de forma mais aguda sobre o Brasil a partir de 2013/14, as empresas educacionais buscam novas estratégias de conquista/manutenção de mercado, dentre elas:

[...] acirramento do processo de concentração e centralização de capital, reforçando a criação de grandes oligopólios empresariais-educacionais, engendramento de um processo de “bancarização” das empresas educacionais, em que estas, por convênios, parcerias ou mesmo per se, passam a financiar o estudante com taxas e condições próximas àquelas ofertadas pelo financiamento estatal (FIES), bem como ampliam sua organização para o processo de disputa do fundo público. Pleiteiam ainda

possíveis alunos a partir de outras estratégias: mudanças no modelo de oferta de EaD, oferta de cursos técnicos como chamariz, criação de seguros educacionais, “subsídios” para o financiamento privado e a reorganização da Graduação Tecnológica (Vale, 2017, p. 1).

Uma das docentes entrevistadas comentou sobre essas novas estratégias de conquista/manutenção de mercado:

“[...] cada vez que passa, está crescendo mais, não sei como hoje eles conseguem lotar tantas salas aqui, porque teve uma baixa muito grande, e eu acredito que o FIES era o grande financiador, mas depois que teve esse corte, eles conseguiram achar outras estratégias econômicas, não sei se a pessoa está estudando de graça e só depois vai pagar, eu não sei. Mas tem muita gente que ainda está aparecendo” (Entrevistado 7, grifo nosso).

Bittar e Ruas (2012) também reforçam tal argumento, afirmando que esses oligopólios têm contribuído para a transformação da educação superior em um produto a ser comercializado e lançado no mercado para ser adquirido por meio de estratégias de marketing cada vez mais ousadas e inovadoras. São estratégias que têm como finalidade atrair, conquistar e fidelizar seus estudantes-clientes com a venda de seus serviços, hoje disputados quase que individualmente pelas IES. Um docente relata bem as cobranças institucionais relativas a números e índices quando questionado se as regras institucionais interferiam em sua dinâmica de trabalho:

“[...] só não interfere mais porque eu não me submeto a elas, entendeu? Porque se eu tivesse que me submeter, sim, então é aquilo que eu falei, pra mim o professor deveria ser mais cobrado pelo conteúdo, não por formalidades, então ela atrapalha nesse sentido. Porque a gente é cobrado por uma coisa, que na minha concepção é o que deveria ser menos valorizado, e na verdade lá é o que é mais valorizado, que são números e índices” (Entrevistado 6, grifo nosso).

O termo estudantes-clientes coaduna-se com o que pontua Fairclough (2001) ao discutir sobre as mudanças no uso da linguagem como parte significativa de mudanças sociais e culturais. Muitas dessas mudanças dão origem ao que esse autor denomina “relexicalizações”, novas acepções, que atualmente são adotadas. São consequências da extensão do mercado à totalidade da vida social. Alguns exemplos de relexicalizações bastante atuais são as novas acepções de aprendizes que passam a ser denominados “consumidores” ou “clientes”. E o autor completa enfatizando que tais alterações atingem diretamente “... as atividades, as relações sociais e as identidades sociais e profissionais das pessoas que trabalham em tais setores ...” (Fairclough, 2001, p. 25).

Tal mudança de cenário tem contribuído para uma maior intensificação e precarização do trabalho docente, bem como para uma redução da autonomia do professor no que concerne

as atividades de planejamento e ensino, de modo que a natureza do trabalho pedagógico e as implicações políticas e sociais envolvidas nele estão sendo fortemente afetadas.

### **Materiais e métodos**

A pesquisa realizada foi do tipo qualitativa. Tal tipo de pesquisa proporciona compreensão em profundidade do contexto do problema e aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas (Minayo, 2001).

Os participantes do estudo foram professores de uma Instituição de Ensino Superior pertencente a um grande conglomerado educacional no Maranhão. Foram entrevistados oito professores: quatro docentes que já trabalhavam na IES antes dela ser adquirida pelo oligopólio educacional, e que vivenciaram o processo de compra desta pelo grupo mercantil, a fim de se obter mais informações sobre a realidade do trabalho docente antes da IES ser adquirida pelo grupo e sobre as mudanças após a aquisição, e quatro docentes que começaram a trabalhar na IES após esta ser adquirida pelo oligopólio educacional. A caracterização foi diversificada quanto ao sexo, idade, estado civil, nível de titulação, dentre outros.

A amostra foi do tipo proposital (*purposeful sampling*), na qual se selecionaram casos ricos em informações para um estudo em profundidade. Assim, foram sendo identificados os casos de interesse a partir da própria população que foi pesquisada, ou seja, por meio dos próprios entrevistados (Ramalho & Nogueira-Martins, 2007).

A pesquisa teve como instrumento um roteiro de entrevista semiestruturada baseado nos pressupostos da Psicodinâmica do Trabalho e específico para a amostra de profissionais que atuam na IES pertencente ao grande conglomerado educacional.

Além do roteiro de entrevista, também foi utilizado um questionário socioeconômico, tendo como objetivo fazer uma aproximação desses dados com a análise da fala dos docentes. Tal questionário se destinou a levantar informações mais objetivas, como sexo; idade, estado civil, número de filhos e dependentes, tempo de docência, curso superior, pós-graduação, carga horária de trabalho, renda pessoal e familiar e recebimento de remuneração na IES para atividades fora de sala de aula.

Os entrevistados também assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e o Termo de autorização para gravação de voz, de modo a se adequarem aos parâmetros ético-científicos exigidos para pesquisas, sendo os discursos transcritos na íntegra.

Na metodologia utilizada, optou-se utilizar pelos fundamentos teóricos da Psicodinâmica do Trabalho.

A Psicodinâmica do Trabalho amplia o campo inicial da psicopatologia do trabalho. “A investigação da patologia continua destacando o seu campo de atuação, mas é ampliada em seus horizontes, pois são utilizados conceitos que dão conta tanto do sofrimento como do prazer, tanto da loucura e da alienação como da normalidade” (Dejours, 2004a, p. 101).

Além disso, as entrevistas foram analisadas sob o enfoque da Análise Crítica do Discurso, elaborada por Norman Fairclough, que pretende mostrar como as práticas linguístico-discursivas estão imbricadas com estruturas sociopolíticas mais abrangentes, de poder e dominação (Magalhães, 2001). Assim, foram realizadas leituras exaustivas de cada entrevista para que os discursos pudessem ser apreendidos na totalidade.

## **Resultados e Discussão**

### **Organização do trabalho e a dinâmica prazer-sofrimento**

Segundo Dejours e Abdoucheli (1994) a organização do trabalho se refere à “... divisão do trabalho: divisão de tarefas entre os operadores, repartição, cadência e, enfim, o modo operatório prescrito; e por outro lado a divisão de homens: repartição de responsabilidades, hierarquia, comando, controle, etc.” (p.125). Já as condições de trabalho se referem às pressões físicas, mecânicas, químicas e biológicas do posto de trabalho. Os autores também apontam que as condições de trabalho têm por alvo principalmente o corpo e a *organização* do trabalho, atua ao nível do funcionamento psíquico.

Após a IES, alvo da pesquisa, ter sido submetida ao processo de financeirização, é possível constatar muitas mudanças no complexo cotidiano de trabalho dos docentes, especialmente a obstinação pelos dados quantitativos que se revertam em lucros para a instituição:

*“[...] então eles perderam muito a mão de observar a qualidade do professor em sala de aula e passaram a ver números. Quantas vezes a gente acessa o site, quantas vezes a gente posta aula estruturada, como que a gente é avaliado pelo aluno no Avaliar, porque eles têm um sistema de avaliação ... Então assim, ficou uma rotina de trabalho que eu avalio mais cansativa, mais pesada e uma circunstância de controle aversivo mesmo” (Entrevistada 2, grifo nosso).*

*“[...] e além disso, principalmente depois da compra e etc., se passou a ter uma exigência muito maior pra gente ter uma carga de trabalho maior fora da sala de aula (Entrevistado 2).*

Em virtude de tais mudanças, o que se observa é uma organização do trabalho com muitas restrições impostas pelo trabalho prescrito, principalmente através da tecnologia dos processos que produz o aumento do trabalho em extensão e intensidade:

“[...] *pra lá, ou você se enquadra, ou você sai*” (Entrevistado 1, grifo nosso).

“[...] *Não, nenhuma possibilidade de mudança. Cada vez mais, a precarização é cada vez maior. A tendência é essa*” (Entrevistado 5, grifo nosso).

“[...] Então é uma coisa que, no início, quando eu entrei lá na instituição, era uma coisa que toda vez que tinha reunião de professores eu batia, “o quê que a gente pode melhorar?”, e eu sempre falava sobre isso. *Porque assim, pra mim, ainda era uma coisa que poderia ser mudada, mas aos poucos eu percebi que não, que aquilo ali é a forma deles fazerem*” (Entrevistado 6, grifo nosso).

“[...] Mas as regras básicas para o trabalho docente são: cumprir os horários da aula, alimentar o sistema virtual de aprendizagem e manter o tempo todo ali frequência também no sistema” (Entrevistado 4).

Existe também uma cultura organizacional inflexível com nível de cobrança rígido em toda a hierarquia, inclusive com preocupação relativa à forma como o professor se comporta dentro de sala de aula com os alunos, como é possível identificar na fala da seguinte docente:

“[...] E aí, bom, têm as instâncias superiores, e vem muito essa cobrança, é uma cobrança excessiva. *Eles têm uma preocupação muito grande com o que a gente fala, com o que a gente deixa de falar, eles querem controlar o que a gente fala em sala de aula. Eles ficam muito preocupados disso, porque os alunos têm muitas insatisfações em relação ao sistema, ao modelo deles. Então eles ficam muito nesse movimento de dizer “ó, vocês têm que abafar, vocês tão na ponta com os alunos, vocês têm que fazer o movimento de acalmar os alunos, vocês não podem ficar incitando*” (Entrevistado 2, grifo nosso).

Predomina também um regime de tensão frequente, através de controles e pressões no cumprimento de prazos e metas; além do medo frequente da demissão, pela distribuição surpresa da carga horária, devido principalmente, ao crescente número de disciplinas interativas, como é possível verificar na fala de alguns docentes:

“[...] e por ser uma instituição privada também tem todas as questões com a instabilidade, a cada semestre você não sabe se fica, você não sabe se vai ser demitido. A gente não tem uma segurança no sentido de que *“ah tudo bem, pode ir descansar suas férias tranquilo, gozar das suas férias de forma agradável, porque quando você voltar vai está tudo certo”*. A gente não sabe, quando voltar das férias pode ter demissão” (Entrevistado 4, grifo nosso).

“[...] isso aconteceu comigo, a disciplina que eu dava já há um ano, um ano e meio essa disciplina, e aí teve um semestre que tudo já estava planejado, eu ia dar a disciplina de novo, *ok. Já estava com a carga horária garantida, e aí de uma hora pra outra virou interativa, veio uma determinação lá da direção, virou interativa ...* (Entrevistado 2, grifo nosso).

É possível observar também uma diminuição da rede de apoio aos professores e uma mudança no papel do coordenador após a financeirização da Instituição, como uma docente relatou:

“[...] ele é um burocrata, o coordenador, ele não é mais uma pessoa que tem um pensamento estratégico, que tem um pensamento mais nesse nível. Eu vejo essa mudança, eu vejo também, e aí eu acredito que eles procuram pessoas para estar nesse local, que acabam seguindo muito aquilo que eles desejam. Então assim, eu vejo também uma mudança com relação aos professores, ao tratamento que esse coordenador tem com os professores. Antes era assim, havia uma rede de proteção a esse professor por parte da coordenação, e hoje em dia não, tudo que acontece, há uma proteção com relação àquele aluno e o professor sempre acaba sendo o culpado pelas situações que se processam, que acontecem. Então eu vejo essa coordenação um pouco mais virada contra esse professor. E também o próprio discurso da própria instituição, principalmente nessas semanas estratégicas, tipo se não tão alcançando as coisas que se tem que alcançar, é porque os professores não tão dando o máximo que eles podem pra isso” (Entrevistado 7).

Desse modo, a docente relata que houve mudanças em relação ao tratamento do coordenador para com o professor, o que conseqüentemente ocasiona mais sofrimento aos docentes. Segundo Dejours (2004a) toda organização é desestabilizadora da saúde e não se pode conceber uma organização do trabalho sem sofrimento, mas organizações do trabalho mais favoráveis à negociação da superação do sofrimento.

O sofrimento possui, portanto, “[...] uma dimensão dinâmica e implica sobretudo em um estado de luta do sujeito contra as forças (ligadas à organização do trabalho) que o empurram em direção à doença mental” (Dejours & Abdoucheli, 1994, p. 127).

Assim, as organizações perigosas atacam e destroem o desejo dos trabalhadores e provocam doenças mentais e físicas, enquanto que organizações favoráveis à saúde possibilitam uma organização do trabalho mais flexível, o que está intimamente ligado ao bem-estar psíquico pelo livre funcionamento em relação ao conteúdo da tarefa (fator de equilíbrio) em oposição a fatores de sofrimento e doença (Dejours, Dessours, & Desrioux, 1993).

Desse modo, os principais elementos da organização do trabalho que se constituem como fonte de prazer para os docentes são o relacionamento com os alunos e com os pares e o reconhecimento do trabalho por parte dos alunos, como é possível identificar através do seguinte relato:

“[...] além do dinheiro, porque dinheiro não é suficiente para manter a gente numa atividade como essa, tem o *reconhecimento dos alunos*, alguns alunos viram pra você e dizem o quanto que foi importante aquela disciplina, as coisas que você falou, o quanto que você conseguiu ajudá-lo, o quanto que ele pensava diferente da forma que entrou. Então essas coisas é que motivam a gente a continuar no trabalho docente, apesar das dificuldades, que ao meu ver, elas também têm um fundo institucional,

uma vez que uma rede privada está orientada no sentido de ter lucro (Entrevistado 4, grifo nosso).

Já os principais elementos da organização do trabalho que se constituem como fonte de sofrimento para os docentes entrevistados são: salas de aula muito cheias através do processo de “ensalamento”, cobranças excessivas em relação aos prazos, desvalorização salarial do trabalho docente e o relacionamento com alguns alunos, como é possível constatar nas falas abaixo:

“[...] eu estou com uma disciplina onde a gente tem um *ensalamento*, ou seja, eles juntam o sétimo período A com o sétimo período B, num turno, e aí eu fico com um total de mais ou menos 90 alunos numa sala. Então assim, é bastante aluno, e aí essa dinâmica acaba sendo mais complicada no sentido de conseguir mesmo desde fazer com que os alunos consigam te ouvir, e conseguir fazer com que aquele momento seja proveitoso pra eles, pra mim, enfim, porque é complicado você pegar uma turma de 90 alunos e tentar fazer o trabalho caminhar direitinho, é complicado” (Entrevistado 5, grifo nosso).

“[...] *prazos que aparecem do dia pra noite*, a gente recebe algumas mensagens via *whatsapp*, de trabalho, que têm que ser cumpridas até o final do dia” (Entrevistado 4, grifo nosso).

“[...] o desprazer, como eu falei, a questão da, pelo menos eu, não sei se isso é com todos os professores, mas eu nesse caso *me sinto um pouco desvalorizado*, entendeu? Porque, por exemplo, o valor do salário na instituição é praticamente a metade do valor que eu recebo em outra instituição” (Entrevistado 6, grifo nosso).

“[...] mas têm *alguns alunos muito difíceis*, difíceis mesmo, de te peitar, e hoje em dia, com essa questão toda de Procon, de tudo mais, então assim, a gente tem que ter muito cuidado com o que a gente diz, com o que a gente deixa de dizer, porque qualquer coisa, e com aplicativo de mensagem, o que você escreve, o que você fala, o que você digita, porque tudo isso pode ser utilizado” (Entrevistado 5, grifo nosso).

## O uso das estratégias de mediação

O conflito entre organização do trabalho e funcionamento psíquico pode ser reconhecido como fonte de sofrimento, mas ao mesmo tempo como chave de sua possibilidade de análise, pois os trabalhadores constroem estratégias de mediação, individuais ou coletivas contra as situações adversas ao meio, geradoras de sofrimento. Essas estratégias podem ser de mobilização coletiva ou de defesa (Barros & Mendes, 2003).

Estratégias de Mobilização Coletiva referem-se ao modo como os trabalhadores se organizam conjuntamente quando há o objetivo comum de eliminarem o custo negativo que o trabalho lhes impõe. Tais estratégias, para que sejam utilizadas, necessitam da existência de cooperação entre os trabalhadores (confiança e solidariedade entre os colegas de forma a permitirem que se chegue a um produto comum entre os trabalhadores) e de um espaço público de discussão, para que os trabalhadores possam expressar coletivamente seu sofrimento (Anjos et al, 2011, p. 566).

No entanto, o sofrimento também suscita estratégias defensivas. “Essas defesas levam à modificação, transformação e, em geral, à eufemização da percepção que os trabalhadores têm da realidade que os faz sofrer” (Dejours & Abdoucheli, 1994, p. 128).

Estratégias Defensivas são mecanismos utilizados pelos trabalhadores, por vezes de modo inconsciente, para negarem (negação do próprio sofrimento e sofrimento alheio no trabalho) ou racionalizarem (evitação e eufemização da angústia, medo e insegurança vivenciados no trabalho) o sofrimento e o custo humano no trabalho (Anjos et al, 2011, p. 567).

Existem ainda, segundo Dejours (2004d), diferentes funções das defesas em um coletivo de trabalho, de modo que estas se articulam em cadeia e se dão em um *continuum*, podendo estruturar-se inicialmente como defesas de proteção, posteriormente como defesas de adaptação e, por fim, como defesas baseadas na exploração:

[...] as defesas de proteção se fundamentam na racionalização e consistem em modos de pensar, sentir e agir compensatórios, que são utilizados para suportar o sofrimento. Tendem a perder a eficácia quando as adversidades do trabalho se intensificam. As defesas de adaptação e exploração, por sua vez, se baseiam na negação do sofrimento e na submissão ao desejo da produção. São funcionais para a empresa porque os trabalhadores assumem como suas, as metas de produtividade e de excelência, tomando como seu o desejo da organização. As defesas de adaptação e exploração tendem a se esgotar mais rapidamente, porque exigem maior investimento físico e sócio-psíquico, que extrapola os limites dos trabalhadores (Moraes, 2008, pp. 260-261).

As estratégias defensivas aparecem nas falas dos entrevistados em vários momentos, por exemplo quando relacionam a interferência do trabalho no tempo disponível para as esferas familiar e social, assim como com os cuidados com a saúde. A estratégia defensiva da negação pode ser observada na fala de um dos docentes quando afirma que o trabalho não interfere na sua saúde e no seu bem-estar:

“[...] não, porque eu nunca deixei de, quer dizer, nunca deixei não, de alguns anos pra cá a questão de cuidar da saúde pra mim é um fato, uma situação primordial, então eu não deixo de fazer, não deixo nunca de fazer minhas atividades físicas, me alimentar bem, cuidar da minha saúde, fazer meus exames, *então isso [o trabalho] não me atrapalha nunca*” (Entrevistado 6, grifo nosso).

A racionalização do custo humano no trabalho pode ser observada na fala de um dos docentes quando afirma que possui atualmente uma rotina de trabalho “bastante puxada”, porque faz parte de um planejamento de vida para os próximos dois anos:

“[...] olha, hoje eu tenho um planejamento de vida que é de um sacrifício maior nos próximos três anos, três não, nos próximos dois anos, meu planejamento é mais ou menos esse, pra depois eu poder dar uma equilibrada. Então hoje realmente, a minha

rotina de trabalho é bastante puxada, posso dizer que *praticamente 90% do meu tempo é trabalhando*, mas é uma coisa que faz parte de um planejamento que depois eu pretendo ir reduzindo essa carga horária” (Entrevistado 6, grifo nosso).

Pode-se inclusive perceber o uso de estratégias de adaptação e exploração individuais que se baseiam na negação do sofrimento e na submissão ao desejo da produção na fala de uma das docentes entrevistadas:

“[...] *não, porque eu acho que pelo tempo que eu estou lá eu já me adaptei*, mas no começo eu achei um pouquinho mais maçante porque são muitas coisinhas assim, mas depois que você se acostuma fica mais tranquilo” (Entrevistado 3, grifo nosso).

No entanto, “[...] com o uso continuado das defesas, a tendência é que se estabeleça um encadeamento entre sofrimento, defesa e alienação, que intensifica o sofrimento e pode conduzir ao esgotamento da defesa, precipitando a crise (doença)” (Moraes, 2008, p. 261). É possível constatar tal afirmação através da fala de uma das docentes:

“[...] *ultimamente eu tenho me irritado, foi quando eu comecei a reconhecer que eu estava adoecendo no trabalho, eu já não estava lidando da mesma maneira*. Então hoje o que eu tenho tentado fazer, como eu falei, eu tenho tentado me desligar no final de semana, tentar focar minha saúde mental ... porque antes, é como se eu tivesse que ter que responder o tempo todo, estar disponível ...” (Entrevistado 1, grifo nosso).

Assim, de vítimas passivas, os trabalhadores se colocam na posição de agentes ativos de um desafio, de uma atitude provocadora ou de uma minimização diante da pressão patogênica. No entanto, embora o prazer e o sofrimento sejam vivências subjetivas, os sujeitos são capazes de unir seus esforços para construir uma estratégia defensiva comum, denominada estratégia coletiva de defesa.

[...] a diferença fundamental entre um mecanismo de defesa individual e uma estratégia coletiva de defesa é que o mecanismo de defesa está interiorizado (no sentido psicanalítico do termo), ou seja, ele persiste mesmo sem a presença física de outros, enquanto a estratégia coletiva de defesa não se sustenta a não ser por um consenso, dependendo assim, de condições externas. E se falamos de estratégia e não de mecanismo, é também para sublinhar que as contribuições individuais a estas estratégias são coordenadas e unificadas pelas regras, as regras defensivas (Dejours & Abdoucheli, 1994, p. 129).

Uma estratégia coletiva de defesa adotada por grande parte do grupo é a resignação, tendo em vista que a maioria dos docentes sofre, mas não se posiciona por medo da demissão, como relatou um professor. O docente ainda afirmou que se recusa a fazer o que não concorda por possuir outra atividade profissional além da docência e inclusive tinha o objetivo de pedir o desligamento da IES no semestre seguinte:

“[...] como eu tenho outras atividades, eu não me sinto na obrigação de me submeter ao que eu não aceite, entendeu? Então eu sou meio que do contra, a minha forma é simplesmente me recusando. Então eu não faço. Toda vez que existe uma, *e-mails* cobrando, meu nome está lá na lista dos cobrados, mas não sou só eu, então significa que não sou só eu que não entendo o sistema, ou que não concorde, são várias pessoas. *Então a maneira é essa, é tentando, mas, eu tentei já várias vezes nas reuniões que existiram, falar sobre esse descontentamento, que não é só meu, que é de vários professores.* Infelizmente, na minha opinião, muitos deles acabam, não que concordando, mas tendo que concordar, porque precisam, e aí às vezes como só tem um ou dois reclamando, falando sobre isso, e a maioria, ou não fala nada ou concorda, acaba que a gente não consegue mudar. Então assim, eu percebi que chegou um momento pra mim crucial que eu não estou tendo, eu não estou vendo outra alternativa. Eu vou, essa é uma decisão que eu já tomei, que eu vou solicitar o meu desligamento agora no início do próximo semestre” (Entrevistado 6, grifo nosso).

Embora as estratégias de defesa coletivas tenham um papel essencial na estruturação dos coletivos de trabalho e sejam necessárias para a continuação do trabalho e adaptação às pressões para evitar a loucura, em contrapartida, elas podem contribuir para estabilizar a relação subjetiva com a organização do trabalho e alimentar uma resistência à mudança levando ao risco da alienação. Nesse caso, passa-se a falar em ideologia defensiva, na medida em que a defesa se torna programa de ação coletiva (Dejours & Abdoucheli, 1994). É possível identificar a ideologia defensiva na fala de alguns docentes quando afirmam que não têm como escapar das regras e prescrições da Instituição:

“[...] eu não vejo escape, tem que fazer. O escape é fazer final de semana, porque não tem como fazer durante a semana” (Entrevistado 1).

“[...] tem que seguir elas exatamente, não tem como escapar” (Entrevistado 3).

Contudo, o predomínio da utilização das estratégias de defesa conduz à minimização do sofrimento, mas não a ressignificação e transformação dos aspectos nocivos presentes no contexto de produção, ao passo que a aplicação das estratégias de mobilização coletiva implica redução ou eliminação do sofrimento e mudança da situação de trabalho (Mendes, 2002).

### **A mobilização subjetiva e a ressignificação do sofrimento**

Dejours e Abdoucheli (1994) ressaltam que, em psicopatologia do trabalho, há uma importante defasagem percebida pelos ergonômicos entre organização prescrita e a organização real do trabalho, e que é essa defasagem, a qual se constitui como principal fonte de sofrimento e como desafio, em que se insere a inteligência astuciosa.

Como essa inteligência astuciosa é fundamentalmente transgressiva e elaborada no espaço psíquico privado, para se tornar eficaz deve passar por uma validação social pela via do reconhecimento, seja da hierarquia (reconhecimento de utilidade) ou dos pares (reconhecimento

de habilidade). Tal reconhecimento traz também um benefício no registro da identidade, isto é, naquilo que torna o trabalhador um sujeito único, sem nenhum igual (Dejours & Abdoucheli, 1994).

Assim, o compromisso do trabalhador com a organização é fortalecido pela dinâmica contribuição/retribuição. “O sujeito contribui atendendo demandas, obedecendo a ordens e resolvendo problemas, e espera retribuição tanto material, quanto simbólica pela sua dedicação” (Anjos, Mendes, Santos, & Facas, 2011, p.565).

É possível observar na fala de uma docente o quanto o reconhecimento do trabalho por parte dos alunos é importante:

“[...] mas assim, onde a gente pode tirar algum prazer ali é na relação mesmo com o aluno, *o reconhecimento por parte dos alunos*. Depois de uma aula que tu dá, extremamente cansativa, e que tu demorou horas pra trabalhar com aquele conteúdo, pra montar ali, no computador ali montando a aula, e você termina a aula e o aluno pega e te espera no final do corredor, pra quando você passar ele dizer assim “poxa professora, adorei a sua aula”. Então isso aí é extremamente recompensador. Esse reconhecimento...” (Entrevistado 5, grifo nosso).

É possível observar também o uso da inteligência astuciosa, que implica algum grau de risco subjetivo ao trabalhador, já que ela é fundamentalmente transgressiva, através de três fatores: a socialização de respostas dos cursos exigidos pela IES; a divisão do material do conteúdo KLS para os alunos apresentarem e a utilização do próprio material de trabalho nas aulas; e a postergação dos prazos para a postagem dos materiais no sistema e da replicação de provas, como relatado por alguns docentes:

“[...] em relação a esses cursos, são coisas que a gente faz e que depois a gente vai conversando com um professor e com outro, e que às vezes [risos] *a gente vai transgredindo mesmo o negócio*, vamos lá, tem que fazer milhões de cursos .... e aí a gente pega e, aí tem uma avaliação no final do curso, que aí só se tu acertar tanta porcentagem das questões que tu recebe [risos] o certificado. Vamos repassar o gabarito, aí o professor repassa os gabaritos, aí a gente socializa isso” (Entrevistado 5, grifo nosso).

“[...] alguns professores fazem assim: eles *dividem o conteúdo do KLS* do material e fazem como prova parcial um e dois pros alunos apresentarem, e acaba fazendo, utilizando seu próprio material no decorrer da disciplina ...” (Entrevistado 4, grifo nosso).

“[...] eu acho engraçado que tem umas amigas ... que dizem assim “*ah eles querem controlar, então a gente contracontrola essa situação*” [risos]. Então assim, a gente já sabe, algumas pessoas já sabem que eles dão um prazo, mas só que depois eles vão abrir e vão prorrogar o prazo. O prazo é até lá, aí fica aquela loucura pra se postar, mas aí “ah abriu de novo”, postagem de provas até tal dia, aí aquela agonia e a pressão pra gente postar prova, aí passa do dia “ah abriu-se o portal de novo”, então tem gente que já se agarra nessa...” (Entrevistado 7, grifo nosso).

“[...] então às vezes, por exemplo, também quando tem um prazo muito curto de prova, eu não elaboro prova porque não vai dar tempo, então eu replico as provas que eu já tenho, o que não é o ideal, ou misturo questões que eu já tive, porque eu não vou ter tempo de elaborar uma prova, porque é isso” (Entrevistado 2).

No entanto, a inteligência prática comparece na medida do grau de autonomia permitida pela organização do trabalho, que no caso da IES pesquisada, esse grau é extremamente restrito devido às regras e prescrições muito rígidas e do constante clima de insegurança em relação ao risco de demissão, como relatado por uma docente:

“[...] é como eu lhe falei da reunião, se você não está satisfeito, então você peça pra sair. Então por exemplo, não tem isso de você não cumprir. *Ou você cumpre, ou você é demitido.* Então a minha estratégia é, por exemplo, final de semana eu tento não ficar olhando mensagem de *whatsapp*, porque você fica “ai meu Deus, o quê que foi?”. E têm coisas importantes que chegam no domingo” (Entrevistado 8, grifo nosso).

O destino favorável do sofrimento, bem como o uso da inteligência prática e o posterior reconhecimento, constituem o processo de mobilização subjetiva. A mobilização subjetiva conduz ao prazer e à realização por meio da busca de transformação das situações que geram sofrimento e, sendo assim, mostra-se fundamental para a saúde por se relacionar ao prazer no trabalho (Moraes, 2008).

Para que a mobilização subjetiva ocorra, é necessário que exista um coletivo de trabalho, um espaço público de discussão, onde haja visibilidade, confiança, participação e consenso.

Embora a maioria dos professores avalie como positiva a relação com os seus pares, o que possibilita a promoção de laços de cooperação e o atendimento às demandas da coordenação com mais celeridade, na IES pesquisada esses espaços públicos de discussão são extremamente restritos (se é que assim podem ser denominados, haja vista que eles não se dão a partir do prescrito). Ainda assim, nas reuniões, poucos professores se expõem pelo medo recorrente da demissão.

### **A saúde como um horizonte a ser perseguido**

Para a Psicodinâmica, o trabalho é de fundamental importância em função de sua centralidade na vida das pessoas, sendo assim “... é um gerador de saúde, ou, ao contrário, um constrangimento patogênico, jamais é neutro, ou joga a favor da saúde, ou pelo contrário, contribui para sua desestabilização e empurra o sujeito para a descompensação” (Dejours, 2004c, p.138).

Enquanto que, para a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2014) “a saúde é um estado de completo bem-estar físico, mental e social, não consistindo somente em uma ausência de

doença ou enfermidade” (p. 1), a Psicodinâmica faz críticas a essa formulação, pondo em dúvida a existência desse estado de completo bem-estar, afirmando que: “a saúde não é um estado, mas um objetivo que se remaneja sem cessar. Não é alguma coisa que se tem ou não se tem, mas que se tenta conquistar e que se defende, como a liberdade” (Dejours, Dessors & Desrioux, 1993, p.104).

Outra constatação irrefutável é que com o capitalismo contemporâneo, o trabalho se tornou mais intenso, com ritmo e velocidade maiores e cobrança por resultados mais fortes. Chama-se de intensificação “os processos de quaisquer naturezas que resultam em maior dispêndio das capacidades físicas, cognitivas e emotivas do trabalhador com o objetivo de elevar quantitativamente ou melhorar qualitativamente os resultados. Em síntese, mais trabalho” (Dal Rosso, 2008, p. 23).

É possível identificar na Instituição pesquisada a intensificação do trabalho docente por meio das cobranças e monitoramento em relação ao ambiente virtual de aprendizagem e do processo de ensalamento:

“[...] então assim, a gente tinha um movimento de trabalho mais tranquilo, mais leve, que a gente conseguia desenvolver um trabalho em sala de aula que era sem tanto essas pressões externas e pressões muito disso, de você ter que cumprir prazo, de você ter que fazer aquilo, de você ter que postar alguma coisa no *site* que você tem que postar até tal horário, porque tal horário eles vão gerar um relatório do *site* que você tem que está lá com tantos por cento de acesso dos professores. *Então virou uma coisa que transformou a educação em número* (Entrevistada 2, grifo nosso).

Desse modo, a intensificação do cotidiano acadêmico do docente é identificada por boa parte dos entrevistados, que trazem em suas falas vários aspectos relacionados à sobrecarga, inclusive por meio da utilização dos novos sistemas de comunicação, especialmente pelo *smartphone* e pelo computador. Assim:

“[...] os trabalhadores ficam à disposição de um padrão remoto que os alcança a qualquer hora do dia ou da noite. O trabalho dito flexível traduz-se em jornadas imprevisíveis, alternando tempos ociosos e trabalhos intensos, pois, habitualmente, as tarefas encomendadas deverão ser executadas em tempo recorde (Dal Rosso, 2008, p. 10).

A fala de uma das docentes expõe essa sensação de vigília permanente através do uso dos sistemas de comunicação, de modo que, quando indagada sobre o que significava para ela ser professora nesta Instituição de Ensino Superior, relatou:

“[...] hoje tem sido um peso, porque com essas mudanças na tecnologia, a gente tem que está todo tempo postando material, assistindo curso... toda vez inventam um curso novo, então hoje está sendo um peso na questão de uma vigília, como se a gente tivesse

em vigília todo tempo na Instituição, sempre com novidades, por mais que você termine e entregue um processo, tem outro processo, é o tempo todo nessa vigília (Entrevistado 1).

Sendo assim, quando questionados acerca da interferência do trabalho na saúde e no bem-estar, a maioria dos docentes afirmou que interferia, sendo as principais queixas relacionadas a problemas vocais, osteomusculares e de saúde mental, inclusive culminando em doenças musculoesqueléticas:

“[...] interfere porque tem determinados períodos que eu fico muito *ansiosa*, principalmente algumas dessas atividades da [IES], alguns desses prazos, dessas coisas que às vezes você fica... *E final de ano* também é um período que geralmente a gente fica assim *em alerta*, o quê que vai acontecer? Alguém vai ser demitido, alguém não vai? Final de período que você tem que corrigir milhões de provas, corrigir relatório, não sei quê, uma série de coisas, então eu fico *mais sobressaltada, mais ansiosa, fico muito estressada, eu fico com raiva das coisas*, de tudo, bater o vento errado você está com raiva, então eu acho que interfere muito nisso. E eu tenho tido alguns problemas, eu estou com um *problema aqui no ombro*, que eu acho que tem relação com a minha atividade de professora, eu escrevo muito no quadro, eu corrijo prova escrevendo, corrijo relatório escrevendo, ..., então eu escrevo demais. *Eu estou com um problema no ombro atualmente por causa disso, vou ter que fazer fisioterapia ...*” (Entrevistado 2, grifo nosso).

“[...] tem, eu tenho, com essa exigência de a gente está fazendo muitas coisas no computador, eu não consigo curar uma *epicondilite que eu tenho no meu braço direito*, porque exige muito, no momento que eu estou teclando o tempo todo acionando essa inflamação que eu tenho aqui no cotovelo. Então essa é a maior interferência hoje a nível de saúde mesmo que eu tenho por conta do trabalho. Mas assim, ainda não senti nada na voz, *tem gente que tem problema na voz*, tem gente que, por exemplo, hoje minha coordenadora estava me dizendo que ela está fazendo um holter, ela está com problema de taquicardia e arritmia, que ela começou a ter depois que ela está nesse cargo. *Tem gente que vai pra esse lado do estresse, tem gente lá que já teve pico de pressão, mas o meu eu sinto muito aqui na articulação* (Entrevistado 7, grifo nosso).

Também compareceram relatos de situações próximas ao esgotamento profissional ou *Burnout*, que é um termo da cultura anglo-saxônica que pode ser traduzido para o português como apagar-se ou queimar-se, lembrando a imagem de uma vela ou fogueira apagando-se lentamente (Mendes, 2002).

Em geral, segundo Carlotto (2002) os profissionais com tal síndrome se sentem emocional e fisicamente exaustos e estão frequentemente irritados, ansiosos, com raiva ou tristes. As frustrações emocionais peculiares a este fenômeno podem levar à sintomas somáticos como insônia, úlceras gástricas, dores de cabeça e hipertensão, além de abuso no uso de álcool e medicamentos, incrementando problemas familiares e conflitos sociais.

“[...] e aí a reflexão que eu tenho é que, se nessa mesma lida, com essa quantidade de exigência que a cada vez se apresenta pra gente, se seria uma boa continuar nessa área, ou se essa área é uma área só de passagem mesmo, porque acaba consumindo muito, consumindo, estressando ... e às vezes *eu tenho medo de chegar nesse processo mesmo*

*de esgotamento dentro dessa área por conta dessa crescente demanda que se tem* (Entrevistado 7, grifo nosso).

“[...] por exemplo, agora, depois de um tempo de perceber que *estava realmente me fazendo muito mal*, eu comecei a fazer uma atividade física, porque eu não estava encontrando tempo pra fazer uma atividade física. [...] E aí eu fui ao médico fazer os exames de rotina, e aí meus exames começaram a dar alterados, e muito em função do sedentarismo, de estar *me consumindo muito pela esfera profissional*. E aí acabou que eu tive que diminuir um pouco da minha carga horária na docência, pra poder conseguir fazer uma atividade física, que era uma coisa que eu não tava conseguindo (Entrevistado 4, grifo nosso).

Sendo assim, as implicações para a saúde do professor abrangem desde o abandono da carreira até problemas de saúde, relacionados ao sofrimento extremo, colocando em voga a relação entre a objetividade social, os sentidos do trabalho e a sua não realização (LANDINI, 2006). Tal constatação foi possível quando a maioria dos docentes ao serem indagados sobre a perspectiva de futuro profissional possuem a ideia de permanecer por um tempo na IES para adquirirem mais experiência no trabalho docente e depois saírem:

“[...] agora assim, eu vejo a [IPMES] ali, enquanto algo passageiro. *Eu não quero isso pro resto da minha vida, mas no momento é o que está pagando minhas contas*, querendo ou não, eles pagam em dia, pagam tudo direitinho, quanto a isso eu não tenho o que reclamar não. Mas eu vejo isso enquanto algo passageiro, e é como a gente conversa lá na sala dos professores, os professores que eu tenho um pouco mais de intimidade, *“vamos pensar isso aqui pra gente daqui a uns dois, três anos”*. E aí a gente com certeza vai em busca de algo melhor, com melhores condições de trabalho, enfim, é isso (Entrevistado 5, grifo nosso).

### **Considerações finais**

Pôde-se constatar que, de fato, após a financeirização da IES, houve muitas modificações na organização do trabalho docente e, mais do que isso, o que se identifica é que a própria natureza do trabalho docente está sendo fortemente afetada. Identificou-se que a IES se utiliza de muitas estratégias de conquista/manutenção de mercado, e os docentes sofrem diversas cobranças institucionais relativas a números e índices.

Constatou-se também que a tecnologização dos processos produz o aumento do trabalho em extensão e intensidade. A intensificação do trabalho docente foi observada principalmente através das cobranças e monitoramentos em relação ao ambiente virtual de aprendizagem e do processo de “ensalamento”.

A instabilidade dos vínculos com risco de demissão também é uma constante, trazendo sérios danos, inclusive, à qualidade do ensino. Além disso, a superlotação em salas de aula gera um fluxo de trabalho muito grande para o professor, que também compromete o processo de ensino-aprendizagem.

Com a pesquisa, constatou-se também a grande resistência que muitos discentes e docentes têm em relação às disciplinas interativas (virtuais), inclusive há muitos processos no PROCON/MA por parte dos alunos. Observou-se também uma organização do trabalho com muitas restrições impostas pelo trabalho prescrito e uma cultura organizacional inflexível com nível de cobrança rígido em toda a hierarquia, inclusive com preocupação relativa à forma como o professor se comporta dentro de sala de aula com os alunos. Tal fato se tornou ainda mais evidente quando houve o reconhecimento por grande parte dos docentes entrevistados de que o ambiente de trabalho não possui possibilidades concretas de mudança.

Predomina, ainda, um regime de tensão frequente através de controles e pressões no cumprimento de prazos e metas, além do medo frequente da demissão pela distribuição surpresa da carga horária devido, principalmente, ao crescente número de disciplinas interativas. Foi possível observar também uma diminuição da rede de apoio aos professores e uma mudança no papel do coordenador após a financeirização da Instituição.

Os principais elementos da organização do trabalho que se constituem como fonte de prazer para os docentes são: o relacionamento com os alunos, com os pares e o reconhecimento do trabalho por parte dos discentes. Já os principais elementos da organização do trabalho que se constituem como fonte de sofrimento para os docentes entrevistados são: salas de aula muito cheias através do processo de “ensalamento”, cobranças excessivas em relação aos prazos e o relacionamento com alguns alunos, considerados mais “difíceis”.

As estratégias defensivas compareceram nas falas dos entrevistados em vários momentos. A estratégia defensiva da negação pôde ser observada na fala dos docentes quando afirmaram que o trabalho não interferia na saúde e no bem-estar destes.

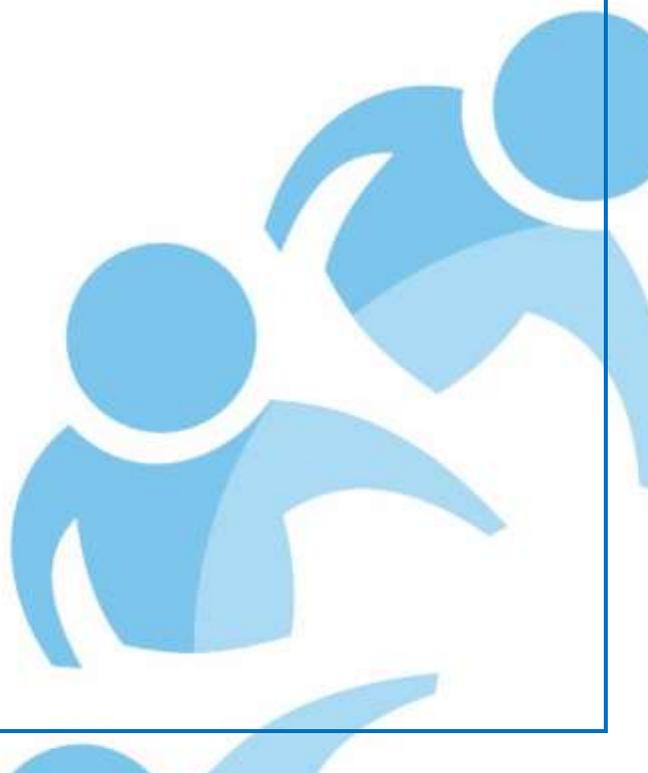
A racionalização do custo humano no trabalho também pôde ser observada na fala dos docentes quando afirmaram que possuíam atualmente uma rotina de trabalho mais intensificada, porque fazia parte de um planejamento de vida por um determinado período de tempo.

Também foi possível identificar a ideologia defensiva na fala de alguns docentes quando afirmaram que não têm como escapar das regras e prescrições da Instituição. Foi possível observar ainda o uso da inteligência astuciosa que implica algum grau de risco subjetivo ao trabalhador (já que é fundamentalmente transgressiva), através de alguns fatores: a socialização de respostas dos cursos exigidos aos professores pela IES; a divisão do material do conteúdo KLS para os alunos apresentarem e a utilização do próprio material de trabalho nas aulas; a postergação dos prazos para a postagem dos materiais no sistema e a reaplicação de provas.

Outrossim, o recurso às estratégias de defesa individual ou coletiva se mostrou bem mais comum do que a mobilização subjetiva como destino do sofrimento. No entanto, esta constatação é preocupante, porque, com o uso continuado das defesas, a tendência é que se estabeleça um encadeamento entre sofrimento, defesa e alienação, que intensifica o sofrimento e pode conduzir ao esgotamento da defesa, precipitando a crise (doença).

Tal fato foi constatado na pesquisa tendo em vista que foi observada a interferência do trabalho na saúde e no bem-estar da maioria dos docentes entrevistados, sendo as principais queixas relacionadas a problemas vocais, osteomusculares e de saúde mental, que culminaram em doenças musculoesqueléticas, além de compareceram relatos de situações próximas ao esgotamento profissional (*Burnout*).

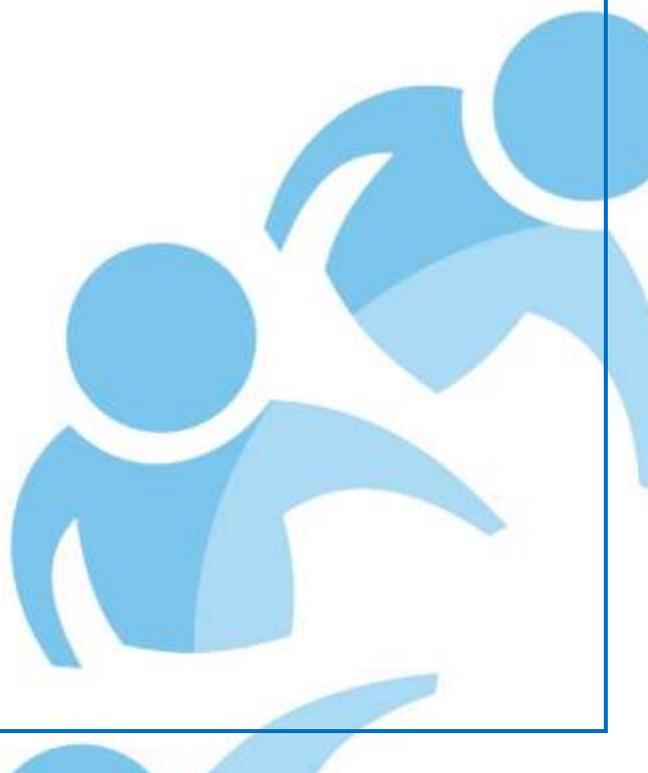
Conclui-se, portanto, pela defesa do trabalho docente, permeado por dignidade, sentido e reconhecimento, e pretende-se que esse artigo possa auxiliar os trabalhadores na esperança de adoecer menos e transformar relações de trabalho, nas quais os indivíduos lutem cotidianamente para serem protagonistas. Utópico? Talvez. No entanto, acredita-se que um primeiro passo - o debate e a reflexão - possa auxiliar nessa tarefa.



## REFERÊNCIAS

- Anjos, F., Mendes, A., Santos, A., & Facas, E. (2011). Trabalho prescrito, real e estratégias de mediação do sofrimento de jornalistas de um órgão público. *Revista Eletrônica Sistemas & Gestão*, 6 (4), 562-582.
- Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo. (2011). *Financeirização chega ao ensino superior privado*. <http://www.adusp.org.br/index.php/146-defesa-da-escola-publica/481-financeirizacao-chega-ao-ensino-superior-privado>
- Barros, P. C., & Mendes, A. M. (2003). Sofrimento psíquico no trabalho e estratégias defensivas dos operários terceirizados da construção civil. *Psico-USF*, 8 (1), 63-70.
- Bock, A., Gonçalves, M., & Furtado, O. (2001). *Psicologia Sócio-Histórica: uma perspectiva crítica em psicologia*. Cortez.
- Carlotto, M. S. (2002). Síndrome de Burnout e Satisfação no Trabalho: um estudo com professores universitários. In A.M. Benevides-Pereira (Ed.). *Burnout: quando o trabalho ameaça o bem-estar do trabalhador*. Casa do Psicólogo.
- Chesnais, F. (1996). *A mundialização do capital*. Xamã.
- Dal Rosso, S. (2008). *Mais trabalho!: a intensificação do labor na sociedade contemporânea*. (1 ed.). Boitempo.
- Diário Do Comércio Indústria E Serviços. (2017). Maiores grupos educacionais. *Diário do Comércio, Indústria e Serviços*. <https://www.dci.com.br>
- Dejours, C. (2004a). Da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho. In S. Lancman & L.I. Sznelwar (Eds.). *Da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho*. Fiocruz.
- Dejours, C. (2004b). O trabalho como enigma. In: S. Lancman & L.I. Sznelwar (Eds.). *Da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho*. Fiocruz.
- Dejours, C. (2004c). Sofrimento e prazer no trabalho: A abordagem pela psicopatologia do trabalho. In: S. Lancman & L.I. Sznelwar (Eds.). *Da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho*. Fiocruz.
- Dejours, C., & Abdoucheli, E. (1994). Itinerário teórico em psicopatologia do trabalho. In: C. Dejours., E. Abdoucheli & C. Jayet (Eds.). *Psicodinâmica do trabalho: contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho*. Atlas.
- Dejours, C., Dessors, D., & Desrioux, F. (1993). Por um trabalho, fator de equilíbrio. *Revista de Administração de Empresas*, 33 (3), 98-104.
- Landini, S. R. (2006). Professor, Trabalho e Saúde: as políticas educacionais, a materialidade histórica e as consequências para a saúde do trabalhador-professor. *Anais do Seminário da Redestrado - Regulação Educacional e Trabalho Docente*, Rio de Janeiro, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Brasil, 06.
- Magalhães, C. M. (2001). *Reflexões sobre a análise crítica do discurso*. Universidade Federal de Minas Gerais.

- Mendes, F. M. (2002). *Incidência de Burnout em professores universitários*. [Dissertação de Mestrado]. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC, Brasil.
- Minayo, M. C. S. (2001). Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: M.C.S. Minayo (Ed.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Vozes.
- Moraes, R. D. (2008). *Prazer-sofrimento e Saúde no trabalho com automação: estudo com operadores em empresas japonesas no Pólo Industrial de Manaus* [Tese de doutorado]. Universidade Federal do Pará. Belém, Pará, Brasil.
- Organização Mundial Da Saúde (OMS). (2014). *Documentos básicos: Con las modificaciones adoptadas hasta el 31 de diciembre de 2014*. [Basic documents: With the modifications adopted until December 31, 2014]. (48 ed). <http://www.who.int/about/mission/es/>
- Ramalho, M., & Nogueira-Martins, M. (2007). Vivências de profissionais de saúde da área de oncologia pediátrica. *Psicologia em Estudo*, 12 (1), 123-132.
- Santos Filho, J. R. (2016). *Financiamento da educação superior privado-mercantil: incentivos públicos e financeirização de grupos educacionais*. [Tese de doutorado]. Universidade Federal do Pará. Belém, Pará, Brasil.
- Sebim, C. (2015). O trabalho docente no processo de financeirização da educação superior: o caso da Kroton no Espírito Santo. *Anais da Reunião Anual da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação*, Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil, 37.
- Vale, A. A. (2017). “Nem parece banco”: As faces da financeirização da educação superior no Brasil. *Anais do Seminário da Rede Universitas/Br*, Brasília, DF: Universidade de Brasília, Brasil, 25.



## **ASSÉDIO MORAL NO TRABALHO: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO SOBRE AS CONSEQUÊNCIAS PARA TRABALHADORES ACOMETIDOS**

Moral harassment: an exploratory study on its consequences among affected workers

Harcèlement moral au travail : une étude exploratoire sur les conséquences pour les  
travailleurs hébergés

Acoso laboral: um estudo exploratório sobre las consecuencias para los trabajadores  
afectados

**Patricia Andréa Barbosa Machado<sup>1</sup>**©

Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre-UFCSPA, Porto Alegre, RS, Brasil.<sup>2</sup>

**Mayte Raya Amazarray<sup>3</sup>**©

Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre-UFCSPA, Porto Alegre, RS, Brasil.

### **Resumo**

O presente artigo é resultado de uma pesquisa qualitativa exploratória, que utilizou a entrevista individual semiestruturada como técnica para a coleta de dados. O objetivo foi conhecer as consequências do assédio moral no trabalho para trabalhadores acometidos, que buscaram o reconhecimento do fato por vias judiciais. Foram entrevistados cinco profissionais assediados na iniciativa pública e privada. Para a análise de conteúdo das entrevistas, foi utilizada a técnica da análise temática, identificando-se três temas chave: vivências do assédio, desfechos da violência e sentidos do trabalho. Os resultados revelaram, além do entrelaçamento de sintomas reveladores do assédio e dos efeitos advindos do fenômeno, a intensidade das consequências na vida e na saúde dos trabalhadores acometidos.

**Palavras-chave:** Violência no trabalho; Saúde do trabalhador; Pesquisa empírica; Estresse ocupacional.

### **Abstract**

This article is the result of a qualitative exploratory research that applied semi-structured individual interview as a technique for data collection. The objective was to know the consequences of moral harassment among affected workers, who sought recognition of the fact through judicial means. Five professionals harassed in the public and private initiative were interviewed. For the content analysis of the interviews, the thematic analysis technique was applied, identifying three key themes: experiences of harassment, outcomes of violence and meanings of work. The results revealed, in addition to the intertwining of symptoms revealing harassment and the effects of the phenomenon, the intensity of the consequences on the lives and health of affected workers.

**Keywords:** Workplace Violence; Occupational Health; Empirical Research; Occupational Stress.

### **Résumé**

Cet article est le résultat d'une recherche exploratoire qualitative qui a utilisé l'entretien individuel semi-structuré comme technique de collecte de données. L'objectif était de connaître les conséquences de l'intimidation sur le

<sup>1</sup> machadopatriciamp@gmail.com

<sup>2</sup> Rua Sarmiento Leite, 245 – prédio I, sala 610, CEP - 90050-170

<sup>3</sup> maytepsi@gmail.com

lieu de travail pour les travailleurs concernés, qui cherchaient à faire reconnaître ce fait par des moyens judiciaires. Cinq professionnels harcelés dans l'initiative publique et privée ont été interviewés. Pour l'analyse du contenu des entretiens, la technique de l'analyse thématique a été utilisée, identifiant trois thèmes principaux: les expériences de harcèlement, les conséquences de la violence et les significations du travail. Les résultats ont révélé qu'en plus de l'interpénétration de symptômes révélateurs de harcèlement et des effets du phénomène, l'intensité des conséquences sur la vie et la santé des travailleurs affectés.

**Mots clés:** Violence au travail; Santé au travail; Recherche empirique; Stress professionnel.

---

### Resumen

Este artículo es el resultado de una investigación exploratoria cualitativa que utilizó una entrevista individual semiestructurada como técnica para la recolección de datos. El objetivo era conocer las consecuencias del acoso laboral para los trabajadores afectados, que buscaban el reconocimiento del hecho por medios judiciales. Se entrevistó a cinco profesionales acosados en la iniciativa pública y privada. Para el análisis de contenido de las entrevistas, se utilizó la técnica de análisis temático, identificando tres temas clave: experiencias de acoso, resultados de violencia y significado del trabajo. Los resultados revelaron, además de la combinación de síntomas que revelaban acoso y los efectos del fenómeno, la intensidad de las consecuencias en la vida y la salud de los trabajadores afectados.

**Palabras-clave:** Violencia Laboral; Salud Laboral; Investigación Empírica; Estrés Laboral.

---

### Introdução

A importância do trabalho é tal na vida das pessoas que se pode considerá-lo como fonte de prazer e/ou de sofrimento. É preciso reconhecer os valores sociais gerados pelo trabalho, mas, simultaneamente, identificar sua capacidade de fragilizar o trabalhador, causando-lhe danos irreparáveis dependendo do contexto no qual se desenvolve (Dejours, 2007; Dejours, Dessors, & Desrioux, 1993).

Pensar o adoecimento proveniente das hostilidades e dos modos de administração da organização do trabalho, legitimados em determinados modelos de gestão, é trazer à tona as formas de como a violência pode se apresentar no contexto laboral. A violência no trabalho pode ser física, sexual, psíquica, social e organizacional (OIT, 2016; Soboll, 2017). Essas formas se definem e caracterizam-se nas diversas expressões de agressividade determinadas por ocorrências específicas.

Em um informe de 2016 publicado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2016), o assédio moral no trabalho foi indicado como uma das apresentações mais frequentes e preocupantes de violência denunciadas no mundo laboral (OIT, 2016). No Brasil, em 2018, mais de 56 mil ações envolvendo assédio moral foram ajuizadas na Justiça do Trabalho (Brasil, 2019).

O assédio pode ser qualificado como situações incômodas manifestas de modo hábil (Menezes, 2002; Soboll, 2008; 2017; Soboll & Gosdal, 2009), que encontram lugar em mecanismos sutis, mas também em procedimentos concretos que cumprem objetivos organizacionais. Rigor excessivo, delegação de tarefas inúteis, desqualificação, críticas

públicas, isolamento, inatividade forçada, ameaças, exploração, obrigação de realizar autocríticas em reuniões públicas, são alguns exemplos de estratégias utilizadas e que servem, muitas vezes, aos propósitos da organização ou das metas organizacionais. As incorporações, aquisições, fusões, implantação constante de programas de controle e novas tecnologias, que buscam maximizar os lucros e minimizar as despesas, podem propiciar a ocorrência dessas estratégias e facilitar a atuação perversa da organização, desprezando o trabalhador e fazendo com que ele seja apenas um pormenor em todo esse processo (Soboll & Horst, 2015).

Segundo Hirigoyen (2009), as situações de assédio podem se apresentar em quatro categorias: 1) deterioração deliberada das condições de trabalho, 2) isolamento e recusa de comunicação, 3) atentado contra a dignidade, e 4) violência verbal, física e/ou sexual. Pode acarretar dano à personalidade, à dignidade e à integridade física e/ou psíquica. É possível, ainda, provocar a perda do emprego ou a degradação do ambiente em que os trabalhadores acometidos estão inseridos. Para Freitas, Heloani e Barreto (2017), Hirigoyen (2009), Hirigoyen (2011) e Leymann (1990), é um processo no qual há intencionalidade, os ataques são repetidos, propositais e com certa recorrência no tempo.

Por outro lado, alguns autores (Glina & Soboll, 2012; Soboll, 2008; 2017; Soboll & Gosdal, 2009) apontam ser dispensável a intencionalidade na caracterização do assédio, uma vez que pode ser empreendido até mesmo como uma forma de gestão organizacional. O ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Alexandre Agra Belmonte (Brasil, 2019) ratifica a dispensa da intencionalidade, ao afirmar que o assédio pode ser cometido por culpa ou por dolo.

Soboll (2017) indica, ainda, a necessidade da presença de dois atributos obrigatórios para sua identificação: o elemento objetivo e o subjetivo. No elemento objetivo, consideram-se os atos e comportamentos hostis, a ação ou omissão com ocorrência insistente, repetitiva e prolongada, por meios evidentes ou sutis. No elemento subjetivo, estão a ofensa à dignidade humana e outros danos: a vivência de ser humilhado e a experiência do constrangimento.

A identificação do assédio por meio de uma lista de comportamentos torna-se desnecessária, uma vez que é impossível descrever todas as potenciais expressões do assédio em função da dinamicidade que compõe as relações sociais (Soboll & Gosdal, 2009). O que pode caracterizar o assédio, portanto, é a presença constante de atos hostis, repetitivos e prolongados, realizados no contexto do trabalho (Soboll & Horst, 2015). O que é compartilhado e admitido entre os autores (Hirigoyen, 2009; Hirigoyen, 2011; Leymann, 1990; Menezes, 2002; Soboll, 2008, 2017; Soboll & Gosdal, 2009) é a questão da não eventualidade, da conduta continuada e repetida em determinado lapso de tempo.

Bobroff e Martins (2013) apontam para uma definição que apresenta o assédio moral pelo deterioro das condições de trabalho, na medida em que é capaz de instaurar um contrato de tolerância e silêncio coletivos quanto à desestabilização e fragilização do assediado que, gradativamente, rebaixa sua autoestima, desacredita de si mesmo, impossibilitando o desempenho de seu labor e, em muitos casos, suas atividades familiares e sociais.

Ainda, é possível separar o assédio moral no trabalho entre interpessoal e organizacional. Segundo Soboll e Gosdal (2009), há atitudes, critérios, objetivos e formas que diferenciam o modo interpessoal da forma organizacional de ocorrência. No assédio moral organizacional, evidenciam-se práticas inseridas nas estratégias de gestão e presentes nas políticas da empresa que se legalizam facilmente entre os trabalhadores.

O assédio moral organizacional é uma violência estrategicamente utilizada pela organização para buscar maior envolvimento e produtividade dos trabalhadores. Abrange as interações entre trabalhadores e empresa, mediadas por práticas abusivas de gestores ou dirigentes, em que o propósito não é pessoal, mas sim administrativo. Importante referir que o acompanhamento e controle de execução das atividades não é o que caracteriza o assédio moral, mas sim a forma de fazê-lo. É quando são adotadas práticas institucionais que promovem situações de constrangimento, medo, exposição e humilhação, utilizando a violência como meio para gerenciar os trabalhadores. Algumas expressões que imprimem diretamente o assédio moral organizacional são a gestão por estresse, gestão por injúria e gestão por medo (Soboll & Horst, 2015).

O assédio moral pode apresentar-se em diversas direções: descendente, na qual o subordinado é agredido por um superior; horizontal, em que a agressão é realizada por um colega de trabalho de mesmo nível hierárquico, e a forma ascendente, que se configura quando um superior é assediado por um ou vários subordinados (Pedroso et al., 2006). A este rol, Silva (2005) e Hirigoyen (2009) acrescentam o assédio misto, sofrido de modo paralelo vertical e horizontalmente.

Independentemente do tipo e da natureza do assédio, pode-se pensar, de acordo com Franco, Druck e Seligmann-Silva (2010), uma contaminação do ambiente organizacional. Quando o assédio se faz presente, os medos se multiplicam, criando um estado de tensão e alerta permanentes. Os trabalhadores acometidos se percebem ameaçados, isolados e impossibilitados de confiar em alguém. O desdobramento do evento é amplo e atinge colegas não integrantes do assédio, pois estes compartilham o ambiente de trabalho tenso, desagradável e hostil. Há sempre alguma forma de prejuízo material e ou imaterial para os implicados. Assim, perde a sociedade como um todo (Freitas et al., 2017; Inácio, 2012; Soboll & Gosdal, 2009).

Ainda que muitas pesquisas versem sobre o assédio moral, percebe-se uma lacuna em estudos que tratem destes efeitos na vida das vítimas, inclusive para aqueles buscaram alguma reparação judicial aos prejuízos causados. Percebendo esse hiato, nos trabalhos realizados, esta pesquisa teve como objetivo o estudo das consequências do assédio moral para trabalhadores acometidos que tenham ingressado ações no Poder Judiciário, reivindicando o reconhecimento do assédio e a reparação do dano.

## **Método**

Foi realizada uma pesquisa qualitativa exploratória, utilizando a entrevista individual semiestruturada como técnica para a coleta de dados. Um roteiro de perguntas foi utilizado como guia para o entrevistador, buscando respostas aos objetivos da pesquisa. No período compreendido entre outubro de 2018 e maio de 2019, foram entrevistados cinco trabalhadores acometidos pelo assédio moral no trabalho e com ações ingressadas no Poder Judiciário. A busca por participantes percorreu longo caminho. Inicialmente, foi realizado um contato com um dos órgãos do Poder Judiciário, que indeferiu o acesso à informação de processos. Realizou-se, então, uma pesquisa jurisprudencial para identificar processos que indicavam a prática do assédio, de modo a tentar fazer contato com as partes. Essa estratégia foi frustrada, por não haver retorno nem das vítimas nem de seus advogados. Outro recurso utilizado foi a tentativa de contato com escritórios de advocacia que atendessem causas trabalhistas e especificamente ao reclamante; não houve resposta de nenhum dos escritórios contatados. Por fim, sindicatos de trabalhadores, bem como a rede pessoal e profissional dos pesquisadores foram acionados e, mediante a técnica “bola de neve”, os participantes foram encontrados. A quantidade de entrevistas foi determinada por critérios de tempo e disponibilidade dos contatados, não se prestando a qualquer análise de base estatística. Dentre os cinco entrevistados (um homem e quatro mulheres), um atuava na esfera pública, em órgão federal, os demais na iniciativa privada; apenas um exercia cargo de gestão. Os entrevistados mantinham relações de trabalho com empresas de diversos segmentos (transporte aéreo, educação, previdência social e, saúde).

O presente estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA), conforme parecer nº. 2.833.140 de 21/08/2018. Os participantes assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

A comunicação com os participantes ocorreu, primeiramente, por telefone, quando foi realizada uma breve apresentação da pesquisa e explicados os objetivos e a forma de participação. Após o aceite do participante, foram feitas as combinações acerca do horário e

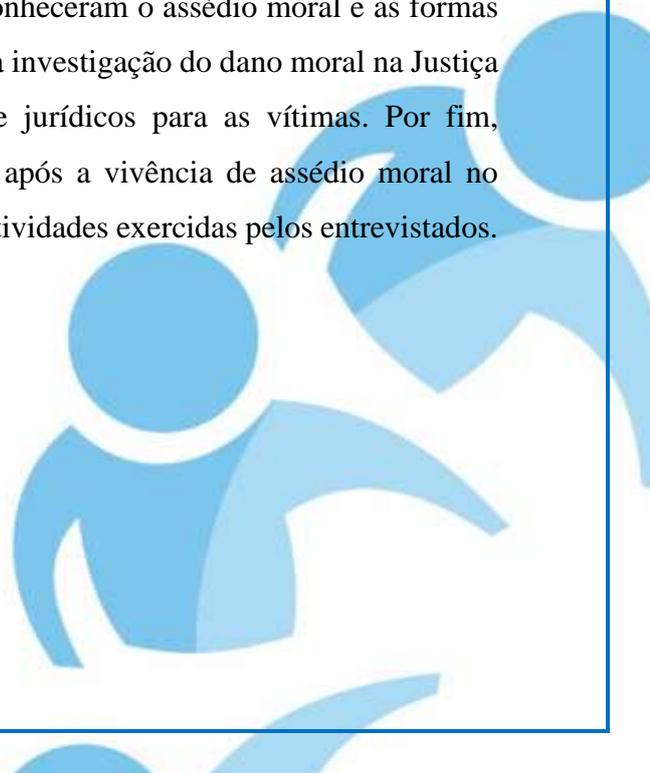
local da entrevista, priorizando o bem-estar e conforto dos entrevistados. As entrevistas foram gravadas em áudio, mediante o consentimento dos participantes, e tiveram duração média de 1 hora e 30 minutos, com exceção de uma que foi executada em 3 horas. Todas foram realizadas em locais escolhidos pelos participantes: suas próprias casas, salas de bibliotecas e outros espaços públicos. A tabela 1 apresenta algumas características sociodemográficas dos participantes.

**Tabela 1:** Características sociodemográficas dos participantes.

Entrevistado	Idade	Gênero	Cor da pele	Situação conjugal	Escolaridade/Formação	Ocupação quando assediado	Ocupação atual	Cidade e Estado de residência
1	55	Masculino	Branca	União estável	Ensino médio	Aeroviário	Motorista	Porto Alegre/RS
2	57	Feminino	Parda	Divorciado	Grau superior	Agente previdenciário	Aposentado	Cachoeirinha/RS
3	67	Feminino	Branca	Divorciado	Pós graduação	Nutricionista	Nutricionista	Porto Alegre/RS
4	38	Feminino	Negra	Casado	Pós graduação	Secretária	Desempregado	Caçapava/SP
5	34	Feminino	Branca	Casado	Grau superior	Fisioterapeuta	Fisioterapeuta	Porto Alegre/RS

**Fonte:** Elaborada pelas autoras (2020).

Pretendeu-se compreender como as vítimas reconheceram o assédio moral e as formas de assédio vivenciadas por elas. Entender como se deu a investigação do dano moral na Justiça e quais os desfechos psicológicos, físicos, laborais e jurídicos para as vítimas. Por fim, investigar o sentido do trabalho para vítimas antes e após a vivência de assédio moral no trabalho. A tabela 2 exibe um maior detalhamento das atividades exercidas pelos entrevistados.



**Tabela 2:** Descrição das atividades exercidas pelos participantes.

Entrevistado	Âmbito da Instituição	Cargo	Atividades
1	Privado	Assistente de almoxarifado	Separação e entrega de peças para manutenção das aeronaves, confecção de relatórios, inserção de dados em sistema de controle de estoque.
2	Público	Agente previdenciário	Abertura de processos de benefício e aposentadoria aos assegurados da previdência social.
3	Privado	Nutricionista	Atendimento aos usuários do serviço, confecção do cardápio, gestão das equipes de cozinha dos refeitórios de 5 unidades.
4	Privado	Secretária	Assistência ao reitor, vice-reitor e equipe de diretores das escolas, participação em reuniões, confecção de relatórios.
5	Privado	Fisioterapeuta	Atendimentos fisioterápicos em clínica terceirizada, instalada no interior de uma unidade fabril.

**Fonte:** Elaborada pelas autoras (2020).

As entrevistas foram transcritas na íntegra e submetidas à técnica da Análise Temática, método que compreende etapas de leitura profunda ao longo de toda a análise. Tal procedimento consiste em seis fases definidas e sequenciais: familiarização com os dados; geração de códigos iniciais; busca por temas; revisão dos temas; definição e nomeação dos temas e produção do relatório final (Braun & Clarke, 2006).

### Resultados e discussão

Após o refinamento do processo da análise do conteúdo e construção do mapa temático, restaram definidos três temas: 1) vivências do assédio; 2) desfechos da violência e 3) sentidos do trabalho. A figura 1 apresenta o mapa temático, com os três temas-chave identificados e os subtemas que os compuseram.



**Figura 01:** Mapa Temático

**Fonte:** Elaborado pelas autoras (2020).

Os temas-chave (Figura 1) foram construídos a partir das falas dos entrevistados, com base nas questões de entrevista e na literatura, descrevendo-os e identificando semelhanças e diferenças dos participantes em relação aos temas abordados. A interpretação dos resultados buscou analisar os dados à luz do referencial teórico sobre assédio moral no trabalho.

### **Vivências do assédio**

Neste tema, foram verificados os conteúdos relativos às percepções dos entrevistados sobre o assédio moral no que diz respeito aos atos negativos a que estiveram expostos, formas de manifestação e sintomas iniciais, além dos meios pelos quais os entrevistados perceberam-se assediados. Também foi identificada a percepção da cumplicidade da organização, indicando a ocorrência do assédio moral organizacional, sendo pela via da omissão/permissão, seja pela sua ocorrência enquanto forma de gestão. Foram incluídos, ainda, os conteúdos que apontavam

a decisão do trabalhador de ingressar judicialmente, ou seja, o que o fez recorrer a um advogado ou defensor público para buscar o reconhecimento do assédio e alguma forma de reparação legal do dano causado. Esses conteúdos foram evidenciados a partir da fala dos participantes e agrupados em subtemas.

### **Motivações para assediar**

Forçar o trabalhador a pedir o desligamento ou promover sua demissão, de modo geral, é a motivação para que o assédio ocorra. Porém, pode configurar-se, também, com o objetivo de mudar a forma de proceder do trabalhador visando, por exemplo, sua humilhação perante chefia e colegas, assim como uma forma de punição por suas opiniões, atitudes ou, ainda, por discriminação (Brasil, 2016). São atitudes que afetam a saúde física e mental e acabam por desencadear sua exclusão do ambiente de trabalho de uma forma ou outra. Os trechos a seguir expõem falas dos entrevistados que apontam diretamente o objetivo de forçar a demissão dos trabalhadores.

Eu entrei com assédio moral trabalhando e aí começaram a acontecer coisas para mim tipo para que houvesse uma dispensa por justa causa. (Entrevistado 1).

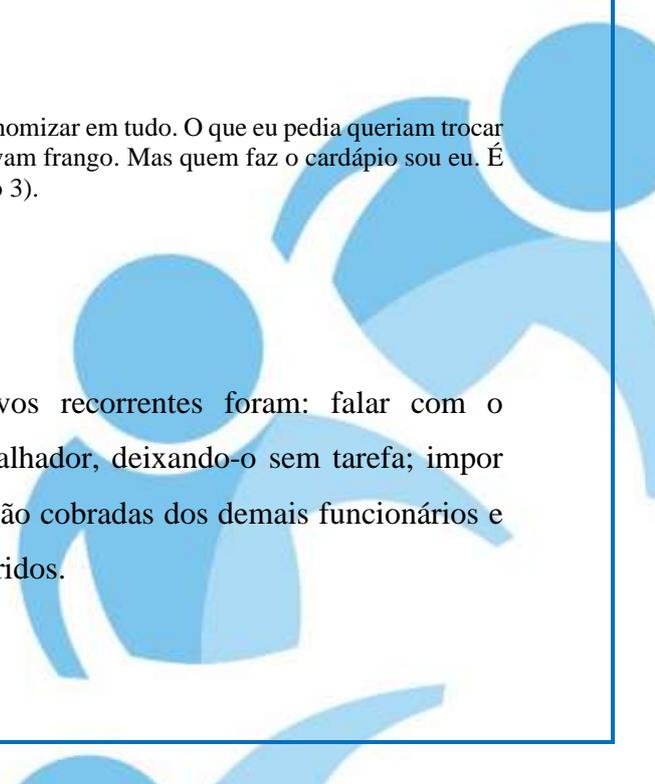
[...] eu tive esse caso de quererem mudar, foi bem assédio para eu querer pedir demissão. (Entrevistado 3).

O que pôde também ser observado na fala dos entrevistados, é o que refere Alkimin (2013) a respeito de outras motivações como mudanças ocorridas na estrutura das organizações, as hierarquias rígidas, pressões em razão de terceirização e subcontratação e necessidade constante de controle e redução de custos.

[...] entrou esse diretor. Tinha que economizar em tudo. O que eu pedia queriam trocar por mais barato. Eu pedia peixe, botavam frango. Mas quem faz o cardápio sou eu. É minha responsabilidade. (Entrevistado 3).

### **Caracterização**

Dentre os entrevistados, alguns atos negativos recorrentes foram: falar com o funcionário aos gritos; não atribuir atividades ao trabalhador, deixando-o sem tarefa; impor condições e regras personalizadas, diferentes das que são cobradas dos demais funcionários e delegar tarefas com prazos impossíveis de serem cumpridos.



O trecho da fala do Entrevistado e, a seguir, refere a forma desrespeitosa como seu superior hierárquico tratava a ela e a outros funcionários.

[...] entrou esse diretor. Ele tinha mania de gritar com todo mundo, tinha mania. (Entrevistado 3).

A entrevistada 4 também sofreu com a retirada de suas atividades, ficando sem função no trabalho.

Ele me tirou todas as funções. [...] Daí nesse meio tempo, uma vez ele fez uma reunião, eu tinha várias responsabilidades, ele retirou todas as minhas responsabilidades e deixou para outra pessoa. (Entrevista 4).

A cartilha sobre assédio moral e sexual, desenvolvida pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) (Brasil, 2016), reconhece uma extensa lista de comportamentos do assediador ou da organização que caracterizam o assédio. Dentre elas, a retirada do trabalho que competia à pessoa, ou mesmo ignorar sua presença (Brasil, 2016).

### **Assédio organizacional e suas nuances**

Conforme Uchimura (2015), estudos de reorganização produtiva tem demonstrado que os novos métodos de gestão estão diretamente ligados ao adoecimento dos trabalhadores. A partir disso, compreende-se que o assédio organizacional não depende de um assediador determinado, mas se desenha como o assédio inerente a maneira pela qual o trabalho se organiza para aumentar a lucratividade (Teles, Santos, & Cozero, 2015).

Nos trechos a seguir, a fala dos entrevistados apresenta o assédio organizacional por meio da omissão/convivência ou participação direta da empresa no assédio:

[...] eu jamais imaginei que uma empresa do tamanho do que a empresa que eu trabalhei, conseguisse dá respaldo para tudo que foi feito contra mim [...] pô eu ganhei um processo de assédio moral, eu consegui provar e, no entanto, o assediador continua trabalhando numa boa, enquanto eu tô aqui fora, numa crise violenta, com uma certa idade porque parece que as portas meio que se fecham. (Entrevistado 1).

Quando eles me chamaram no RH, eles falaram, quando tu for fazer o exame demissional, tu não fala que está em tratamento, tu não leva teus remédios, tu não... Porque tu vê ne, teu FGTS já está alto, tu vai ter uma indenização boa, se tu tiver uma continha tu pode pagar. Ai eu achei estranho aquilo ali sabe, foi que eu decidi procurar um advogado, pena que eu não procurei meu sindicato. (Entrevistado 4).

O assédio moral no trabalho pode ser compreendido através de duas abordagens (Carrusca Vieira, Antunes, Lima & Antunes Lima, 2012; Soboll, 2017): a tradicional ou psicologicista, que trata da relação vítima-agressor, e a psicossocial, esta bem mais complexa,

uma vez que entende o assédio moral originado na forma de organização do trabalho e da sociedade. Na vertente psicossocial, o assédio pode ser entendido precipuamente como um sintoma do trabalho assediado. O que significa dizer de uma circunstância controlada pela organização do trabalho (Carrusca Vieira et al., 2012).

### **Reconhecimento**

Este subtema foi identificado pelas falas dos entrevistados que apresentavam não o reconhecimento pelas características, mas o momento, ou o fato que os fez perceber, dar-se conta de que estavam sofrendo assédio. Na maioria dos casos investigados, o discernimento veio por um terceiro. Uma pessoa externa ao evento, como um amigo, o cônjuge ou terapeuta, foi responsável por declarar e nomear o que os acometidos estavam sofrendo. Bobroff e Martins (2013) consideram que alguns trabalhadores podem não perceber as situações de assédio como tal. Muitas vezes, por desconhecimento sobre o fenômeno, conferem as manifestações clínicas a problemas e dificuldades próprias.

Quando ela mostrou aquilo pra mim (referindo-se a um folder que sua esposa trouxe para casa), eu disse opa. Ai eu comecei a ler aquilo ali e dizia exatamente isso, tipo, tu não pode dizer por exemplo, tu é improdutivo, tu é isso ou tu é aquilo, que isso caracteriza um assédio moral. Até então eu não tinha essa noção, no momento que ela me trouxe, que eu vi isso, ai eu comecei a ver exatamente toda a perseguição que estava havendo comigo. Que isso é um assédio moral. (Entrevistado 1).

Eu comecei a fazer disciplinas como aluno especial, ali que eu disse, o que eu vivi. Ai o professor também, ele soube da minha história, foi assedio, tudo que tu viveu foi assédio. Depois estudando, foi tudo que vivi, foi assédio. (Entrevistado 4).

Eu comecei a sentir fisicamente, no meu físico assim. A questão do relógio despertar e eu acordar chorando compulsivamente, ali eu me dei conta que eu tava sobre um sofrimento intenso, que eu tava sofrendo mesmo, aquilo não era normal [...] foi diante de um questionamento da minha terapeuta de qual era o meu valor nisso tudo, que eu pensei sim a minha mãe não pode me dar essa resposta, ninguém pode me dar essa resposta, só eu. E aí depois daquilo, eu decidi, eu liguei para ela. Ela já tinha tudo né, todos os documentos e disse assim vamos e ali eu iniciei, mas foi muito sofrido. (Entrevistado 5).

### **Desfechos da violência**

Conforme referido por Freitas *et al.* (2017), os prejuízos decorrentes do assédio podem ser materiais ou imateriais, mas sempre existirão. As consequências e o dano causado são capazes de comprometer a saúde emocional e também a saúde física dos trabalhadores. De acordo com dados estatísticos divulgados pelo TST (Brasil, 2019), do ajuizamento de uma reclamatória até a sua baixa, o tempo médio de tramitação de um processo é de 565 dias. Com

isso, é importante pensar que durante o transcorrer do processo judicial, os efeitos ainda prosseguem, tanto pela espera, quanto pela dificuldade da prova e a dúvida da vitória ao final. As subcategorias incluídas neste tema tratam dos impactos na saúde dos trabalhadores e dos diversos desenlaces decorrentes da vivência do assédio.

### **Consequências**

São inúmeros os efeitos sentidos pelas vítimas de assédio moral: ansiedade, depressão, distúrbios psicossomáticos, sentimentos de vergonha, humilhação, perda do sentido, podendo chegar a modificações psíquicas (Rufino, 2011). Este subtema apresenta consequências da vivência do assédio, antes e depois do ingresso judicial.

Depois que aconteceu tudo isso eu não consegui me recolocar no mercado de trabalho. (Entrevistado 1).

[...] tendinite, bursite, síndrome do manguito rotador, túnel do carpo, várias doenças né. E a psiquiátrica também, né... (Entrevistado 2).

[...] agora eu não cogito trabalhar com ninguém, não confio em ninguém. (Entrevistado 5).

O subtema apresentado a seguir expõe as formas e os tratamentos realizados pelos acometidos, para tratar as consequências advindas do assédio moral, antes durante e após o ingresso judicial.

### **Tratamentos de saúde**

Neste subtema foram abarcados os efeitos na saúde e os tratamentos aos quais os acometidos foram, ou continuam a ser submetidos, em decorrência das consequências do assédio sofrido. De acordo com Teixeira (2016), os prejuízos morais ao assediado são de tamanha magnitude que podem repercutir em tratamentos médicos demasiadamente longos e custosos.

O médico me deu a fluoxetina que é o normal e me deu ele disse que se eu tivesse uma crise muito forte assim para eu tomar um sublingual de rivotril e ele não quer me dar remédios muito fortes porque como eu dirijo. (Entrevistado 1).

Eu comecei em 2000 meu tratamento, médico do trabalho, traumatologista, psiquiatra, psicólogo, já tinha, só que naquele momento deu um “bum” que não aguentei. (Entrevistado 2).

## Reconhecimento pela lei

Freitas et al. (2017) apontam a dificuldade no reconhecimento e na penalização do assédio, pelo alto grau de subjetividade envolvido na questão e do nexos causal. Para os acometidos, a legitimação da ocorrência do assédio pode significar a comprovação aos envolvidos de que, tanto a vivência, quanto os sintomas foram reais, apresentando, assim, um simbolismo quase libertador à vítima. São apresentados alguns trechos das entrevistas, em que esse sentimento é exposto.

A reintegração pra mim é, que nem eu falei, o que rolava muito dentro da conversa do pessoal, que na realidade eu tava representando. Que o que tava acontecendo comigo não era tudo aquilo, então através da justiça e da minha reintegração seria como uma comprovação de tudo aquilo que eu tava falando. (Entrevistado 1).

Tem o lado pessoal, que o reconhecimento me trouxe um alívio (...). Pode parecer assim demagogia, mas é mais importante que o dinheiro. O dinheiro vou usar para gastar, deu. (Entrevistado 2).

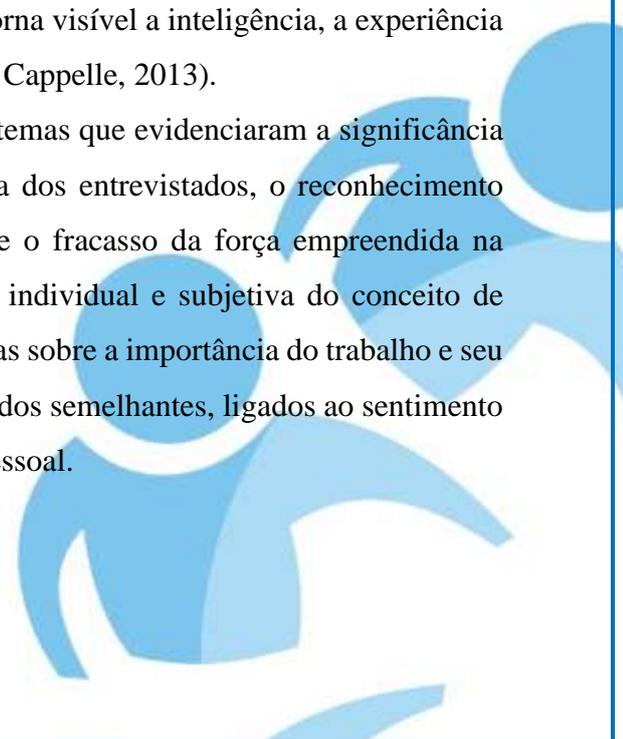
Eu queria era respeito e eu ganhei isso com a ação, que era o que eu queria. (Entrevistado 3).

(...) a primeira sentença já me trouxe um alívio assim imenso, tipo, alguém ta enxergou o que eu to passando. (Entrevistado 5).

## Sentidos do trabalho

O trabalho é fator de equilíbrio psíquico na vida das pessoas. Em nossa sociedade, é um modo de construir uma obra, é prova de existência e de possuir uma identidade. Em razão do encontro do trabalhador com outros, é também uma possibilidade de se inserir socialmente, uma forma de relação social. Essa participação social torna visível a inteligência, a experiência e o reconhecimento dos pares (Lima, Tavares, Brito, & Cappelle, 2013).

A partir deste tema, foram encontrados três subtemas que evidenciaram a significância do trabalho na vida dos sujeitos. Avistou-se, pela fala dos entrevistados, o reconhecimento social advindo das relações do trabalho, a decepção e o fracasso da força empreendida na realização do sonho e a transformação da construção individual e subjetiva do conceito de trabalho, a partir da ocorrência do assédio. As referências sobre a importância do trabalho e seu significado para cada entrevistado apresentaram conteúdos semelhantes, ligados ao sentimento de utilidade, valorização, independência financeira e pessoal.



## A importância do trabalho

O trabalho é central na sociedade, é uma forma de incluir-se socialmente, de sustentar-se, de construir uma identidade e ser valorizado. Fornece autonomia, interação e pode proporcionar a realização de uma obra significativa (Bendassolli & Borges-Andrade, 2011; Dejours, 2007). Este subtema apresenta e reforça, por meio das falas dos entrevistados, a magnitude do trabalho, tanto na questão do reconhecimento social, quanto meio de subsistir provendo necessidades básicas.

Vou te dizer que não é só o teu trabalho, é os teus colegas, é meu ambiente, porque o aeroporto é um mundo à parte. Então não é só a relação financeira é a relação social que tem com teus amigos porque na verdade eu era um cara que me dava bem com todo mundo; E eu sinto ainda falta disso aí e hoje né eu tô sobrevivendo assim né, tentando me colocar. (Entrevistado 1).

Minha família é pobre. Pra ti ser independente, conseguir adquirir tuas coisas. Estudar, sempre tive vontade de estudar, eu tinha que ter dinheiro. Então trabalho, pra mim, de início, de primeiro momento, era subsistência, dinheiro. (Entrevistado 2).

E agora eu tô sentindo falta dos colegas, eu tô sentindo falta de sair, tô sentindo falta de me arrumar pra trabalhar. (...) só durmo, eu só vejo televisão, eu ...(...) eu queria tá lá, mas não posso tá lá. (Entrevistado 2).

## Sonhos desfeitos

Segundo Teixeira (2016), o assédio moral gera efeitos que vão muito além dos limites corporativos. Impacta negativamente na concretização dos planos; no investimento quanto ao futuro, no desejo do crescimento e do reconhecimento. Este subtema foi construído com base nas falas que apontaram para a frustração e o desencanto, pela vivência do assédio, dos ideais particulares sobre o universo laboral.

As falas a seguir expressam os sentimentos de humilhação e derrota experimentados pelos trabalhadores ao perceberem-se vitimados pela violência laboral e terem suas expectativas de crescimento e prosperidade frustradas pelo impacto do assédio em suas trajetórias profissionais. Trata-se de narrativas carregadas de desilusão pelos sonhos outrora imaginados.

*Aí eu entrei em 95 lá. Entrei muito feliz. E trabalhei assim... Bah, adorava. Ficava além do horário. Não tenho mais isso (...)na verdade eu me senti morta. (Entrevistado 2).*

*Eu tava num ascendente, foi como se viesse um zarpão, uma coisa e me jogasse no chão. (Entrevistado 4).*

## Ressignificações

Com a experiência de ser assediado e dos danos causados à saúde e ao bem estar do trabalhador, muitos buscaram um novo rumo em sua trajetória, resignificando o trabalho em suas vidas. Este subtema expõe a transformação da construção individual e subjetiva do conceito de trabalho, a partir da ocorrência do assédio.

Se eu estiver num ambiente de trabalho hoje, eu vou tentar entrar mudo e sair calado. Porque eu tenho medo das pessoas, eu não sei o que isso pode ser interpretado ou usado contra mim. Como confiar nas pessoas? (Entrevistado 1).

O trabalho pra mim, hoje, ele tem um significado depois de tudo que aconteceu muito grande, muito maior do que eu imaginava. Justamente pela autoestima, porque essa coisa de assédio, de tu perder teu posto de trabalho, te abala de tal maneira assim, que eu acho que principalmente tua autoestima (Entrevistado 1).

E eu precisava disso, percebi que eu estava ja tava esse tempo todo, de 2015 até ano passado, sem ter um colega de trabalho. (Entrevistado 4).

Eu não tenho mais tesão pela fisioterapia. Eu não tenho mais entusiasmo pela fisioterapia. Eu trabalho hoje pra me sustentar e isso ta começando a me incomodar, a fisioterapia me proporciona muitas coisas financeiramente, óbvio, mas isso não é o suficiente, eu tenho 34 anos. Eu não quero que seja assim. (Entrevistado 5).

O assédio moral pode estar oculto na justificativa de determinadas práticas violentas em prol da sobrevivência da empresa. Deste modo, as situações de assédio podem ser percebidas, pelos trabalhadores, como processos organizacionais necessários, o que influencia e dificulta a percepção subjetiva da realidade (Soboll & Gosdal, 2009).

Foi possível perceber a dificuldade em reconhecer o assédio como tal antes que os sintomas estivessem manifestos, ou sem o olhar de um terceiro. O que indica uma espécie de fusão entre sintomas e consequências. Provavelmente, tal ocorrência justifica-se pelo caráter processual do assédio.

Esse estudo apresentou, ainda, as consequências que não se extinguem com o fim do assédio. Identificou-se, junto aos entrevistados, o quão difícil é o seguir em frente. De acordo com Rufino (2011), por recaírem sobre a saúde, sobre as relações interpessoais e sociais, as consequências do assédio afetam o direito personalíssimo da dignidade e da vida

## Considerações finais

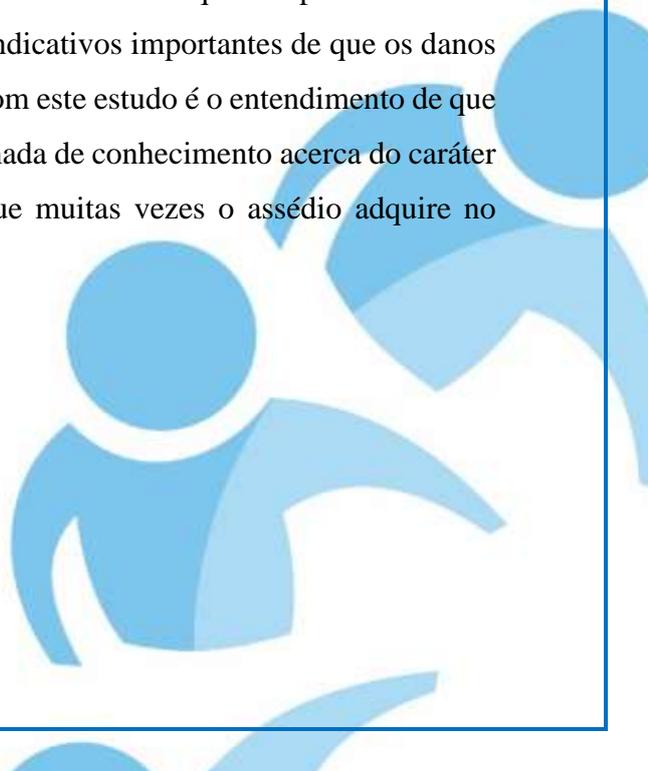
O trabalho, além de ser um meio de promover a subsistência, é abundante de sentido, tanto no entendimento individual quanto no social. A relevância do trabalho se expõe na relação

estabelecida entre a atividade e a vida de cada indivíduo (Bendassolli & Guedes Gondim, 2014; Tolfo & Piccinini, 2007). Foi possível constatar a importância do trabalho na vida das pessoas, principalmente pelos aspectos subjetivos como a identificação, o reconhecimento, a valorização e o sentir-se útil e considerado dentro da sociedade e de seu universo familiar.

Esta pesquisa teve como objetivo o estudo das consequências do assédio moral no trabalho, para os trabalhadores acometidos e que decidiram ingressar judicialmente para comprovar a ocorrência do assédio. O estudo das consequências do assédio e seus efeitos por meio de uma pesquisa empírica revelou a intensidade com que o trabalhador assediado tem sua vida afetada. A dificuldade para reconstruir objetivos e sonhos mostrou-se um obstáculo para o seguimento da vida profissional, impossibilitando o trabalhador de retornar ao mercado de trabalho, ou forçando-o a ingressar em um novo ramo ocupacional. O dano causado pelo assédio afeta a dignidade e a integridade do indivíduo e coloca sua saúde em risco, mostrando o potencial degradante do assédio moral na trajetória pessoal e profissional de quem é atingido por ele.

Sugerem-se novas pesquisas junto a uma amostra ampliada de sujeitos, com o objetivo de aprofundar questões relacionadas à resignificação do trabalho e à sequência da vida após o assédio. Estudos que investiguem as questões de idade, cor da pele, gênero e escolaridade no cenário do assédio moral, além de pesquisas que tratem de ações preventivas e interventivas, bem como seus resultados, também podem ser melhor explorados.

Foram limitações do estudo a dificuldade de encontrar sujeitos que tivessem realmente ingressado processo judicial buscando reparação ao dano e reconhecimento do assédio, bem como dispostos a contar sua história de dor, sofrimento e desilusão com o mundo do trabalho. A interpretação dos dados ficou restrita a uma amostra reduzida. Ainda que não possamos fazer generalizações, o contato com os entrevistados trouxe indicativos importantes de que os danos causados podem ser irreversíveis. O que se depreende com este estudo é o entendimento de que a melhor forma de evitar a ocorrência do assédio é a tomada de conhecimento acerca do caráter abusivo dessas relações, tencionando a banalização que muitas vezes o assédio adquire no cotidiano de trabalho.



## REFERÊNCIAS

- Alkimin, M. A. (2013). *Assédio moral na relação de trabalho*. Juruá Editora.
- Bendassolli, P., & Borges-Andrade, J. (2011). Significado do trabalho nas indústrias criativas. *RAE - Revista de Administração de Empresas*, 51 (2), 143-159. [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-75902011000200003&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75902011000200003&lng=pt&tlng=pt)
- Bendassolli, P., & Gondim, S. G. (2014). Significados, sentidos e função psicológica do trabalho: Discutindo essa tríade conceitual e seus desafios metodológicos. *Avances en Psicología Latinoamericana*, 32(1), 131-147. <https://revistas.urosario.edu.co/index.php/apl/article/view/apl32.1.2014.09/2361>
- Bobroff, M. C. C., & Martins, J. T. (2013). Assédio moral, ética e sofrimento no trabalho. *Revista Bioética*, 21(2), 251-258. <http://www.scielo.br/pdf/bioet/v21n2/a08v21n2.pdf>
- Brasil. (2016). Ministério Público. Conselho Nacional do Ministério Público. *Assédio moral e sexual: previna-se*. Conselho Nacional do Ministério Público. Brasília: CNMP. 28 p. <https://www.cnmp.mp.br/portal/images/Publicacoes/documentos/2016/assedio-moral-e-sexual.pdf>.
- Brasil. (2019). Tribunal Superior do Trabalho. Programa Rádio e Justiça. Coordenadoria de Rádio e TV. Rádio Justiça brasileira. *Entrevista com o desembargador Sebastião Gerado de Oliveira*. [http://www.tst.jus.br/radio-outras-noticias/-/asset\\_publisher/OH7n/content/entrevista-sebastiao-geraldo-de-oliveira-gestor-nacional-do-programa-trabalho-seguro-e-desembargador?inheritRedirect=true](http://www.tst.jus.br/radio-outras-noticias/-/asset_publisher/OH7n/content/entrevista-sebastiao-geraldo-de-oliveira-gestor-nacional-do-programa-trabalho-seguro-e-desembargador?inheritRedirect=true)
- Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative research in psychology*, 3, 77-101. <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1191/1478088706qp063oa>
- Dejours, C. (2007). *A banalização da injustiça social*. FGV.
- Dejours, C., Dessors, D. & Desrioux, F. (1993). Por um trabalho, fator de equilíbrio. *Revista de Administração de Empresas*, 33(3), 98-104. [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-75901993000300009&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75901993000300009&lng=pt&tlng=pt)
- Franco, T., Druck, G., & Seligmann-Silva, E. (2010). As novas relações de trabalho, o desgaste mental do trabalhador e os transtornos mentais no trabalho precarizado. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, 35(122), 229-248. [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0303-76572010000200006&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0303-76572010000200006&lng=pt&tlng=pt)
- Freitas, M. E., Heloani, J. R., & Barreto, M. (2017). *Assédio moral no trabalho*. Cengage Learning.
- Glina, D. M. R., & Soboll, L. A. (2012). Intervenções em assédio moral no trabalho: uma revisão da literatura. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, 37(126), 269-283.

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0303-76572012000200008&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0303-76572012000200008&lng=pt&tlng=pt)

- Hirigoyen, M. F. (2009). *Mal-estar no trabalho: redefinindo o assédio moral*. Bertrand Brasil.
- Hirigoyen, M. F. (2011). *Assédio Moral, a violência perversa do cotidiano*. Bertrand Brasil.
- Inácio, A. (2012). *Assédio moral no mundo do trabalho*. Ideias e Letras.
- Leymann, H. (1990). Mobbing and Psychological Terror at Workplaces (Assédio e terror psicológico nos locais de trabalho). *Violence and Victims*, 5(2) 119-126. [http://www.mobbingportal.com/LeymannV&V1990\(3\).pdf](http://www.mobbingportal.com/LeymannV&V1990(3).pdf)
- Lima, M. P., Tavares, N. V., Brito, M. J. & Cappelle, M. C. A. (2013). O sentido do trabalho para pessoas com deficiência. *Revista de Administração Mackenzie*, 14(2) <http://www.scielo.br/pdf/ram/v14n2/a03v14n2>
- Menezes, C. A. C. (2002). Assédio Moral e seus efeitos jurídicos. *Revista do Tribunal Superior do Trabalho*, 68(3), 189-195. [https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/20.500.12178/70732/009\\_menezes.pdf?sequence=1](https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/20.500.12178/70732/009_menezes.pdf?sequence=1)
- Organização Internacional do Trabalho - OIT (2016). *Boletim Internacional de Investigação Sindical*, 8 (1-2). [http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms\\_556028.pdf](http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_556028.pdf)
- Pedroso V. G., Limongi, A. C., Martins, F. A. S., Hrdlicka, H., Jorge, S. M., & Cornetta, V. K. (2006). Aspectos conceituais de assédio moral: um estudo exploratório. *Revista de Administração em Saúde*, 8(33), 139-147.
- Ruffino, R. C. P. (2011). *Assédio Moral no âmbito da empresa*. LTr.
- Silva J. L. O. (2005). *Assédio moral no ambiente de trabalho*. Jurídica.
- Silva, R. B. T. (2004). Critérios de fixação da indenização do dano moral. In: Delgado, M. L. & Alves, J. F. *Questões controvertidas no novo Código Civil* (pp. 257-268). Método.
- Soboll, L. A. P. (2008). *Assédio moral/organizacional: uma análise da organização do trabalho*. Casa do Psicólogo.
- Soboll, L. A. P. (2017). *Intervenções em assédio moral e organizacional*. LTr.
- Soboll, L. A. P., & Gosdal, T. C. (2009). *Assédio moral interpessoal e organizacional: um enfoque interdisciplinar*. LTr.
- Soboll, L. A. P., & Horst, A. C. O. (2015). Assédio Moral como estratégia de gerenciamento: solicitações da forma atual de gestão. In: N. A. Allan, J. S. B. Gizzi, & P. T. Cozero. *Assédio Moral Organizacional: as vítimas dos métodos de gestão nos bancos*. Canal 6. p. 19-38.
- Teixeira, J. L. V. (2016). *O assédio moral no trabalho: conceitos, causas e efeitos, liderança versus assédio, valoração do dano e sua prevenção*. LTr.

- Teles, G. C., Santos, L. B. P. & Cozero, P. T. (2015). In: N. A. Allan, J. S. B. Gizzi, & P. *Assédio Moral Organizacional e adoecimento de trabalhadores: o caso do HSBC em Curitiba*
- T. Cozero. Assédio Moral Organizacional: as vítimas dos métodos de gestão nos bancos. Canal 6. pp. 51-74.
- Tolfo, S. R., & Piccinini, V. (2007). Sentidos e significados do trabalho: explorando conceitos, variáveis e estudos empíricos brasileiros. *Psicologia & Sociedade*, 19(1), 38-46. <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v19nspe/v19nspea07>
- Uchimura, G. C. (2015) Assédio Moral Organizacional: por um olhar a partir da crítica da economia política. In: N. A. Allan, J. S. B. Gizzi, & P. T. Cozero. *Assédio Moral Organizacional: as vítimas dos métodos de gestão nos bancos*. Bauru: Canal 6. p. 39-50.
- Vieira, C. C., Lima, F. L., & Lima, M. A. (2012). E se o assédio não fosse moral? Perspectivas de análise de conflitos interpessoais em situações de trabalho. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, 37(126), 256-268. [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0303-76572012000200007&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0303-76572012000200007&lng=pt&tlng=pt)



## **A INVISIBILIDADE DO TRABALHADOR NA METODOLOGIA DE MENSURAÇÃO DO RISCO OPERACIONAL A PARTIR DA ABORDAGEM DEJOURIANA**

Worker invisibility in the operational risk measurement methodology from the dejourian approach

Invisibilité des travailleurs dans la méthodologie de mesure du risque opérationnel de l'approche dejourian

Invisibilidad del trabajador en la metodología de medición del riesgo operacional desde el enfoque dejouriano

**Paulo Cesar Chagas<sup>1</sup>**©

Centro Universitário UDF, Brasília, DF, Brasil.<sup>2</sup>

**Leda Gonçalves Freitas<sup>3</sup>**©

Universidade Católica de Brasília, Brasília, DF, Brasil.

### **Resumo**

Este estudo tem por objetivo desnudar na metodologia de cálculo do risco operacional o sujeito que trabalha, para tanto alicerça-se na interseção entre a abordagem dejouriana e a abordagem de mitigação do risco operacional no ambiente do trabalho. E é neste ponto de convergência cognitiva que se possibilita a construção da pergunta desta pesquisa, assim formulada: a metodologia de cálculo do risco operacional considera como variável da organização do trabalho a pessoa que trabalha? Quanto à sua relevância, este estudo, ao oportunizar o estreitamento de duas abordagens, investiga com profundidade, na matematização do risco operacional, a invisibilidade da pessoa que trabalha, o que metodologicamente o classifica de caráter exploratório, de abordagem qualitativa, de natureza aplicada, bibliográfica e também como uma revisão sistemática da literatura naquilo que se refere ao construto matemático da metodologia de apuração do risco operacional. Ao comprovar a invisibilidade do sujeito que trabalha, quanto à mitigação do risco operacional, o estudo aponta para uma pseudocrença de pleno controle da organização do trabalho, o que é preocupante ante aquilo que aponta para um ambiente de trabalho com potencialidade de danos à saúde física e mental de quem trabalha.

**Palavras-chave:** Trabalho; Risco operacional; Controle operacional.

### **Abstract**

This study aims to denude the working subject calculation methodology to the working subject, to be based on the intersection between the Dejourian approach and the operational risk mitigation approach in the work environment. And it is at this point of cognitive convergence that it is possible to construct the question of this research, formulated as follows: Does the operational risk calculation methodology consider the person who works as a variable of work organization? The relevance of this study, by allowing the narrowing of two approaches, investigates in depth, in the mathematization of operational risk, the invisibility of the working person, which methodologically classifies them as exploratory objectives, qualitative approach, applied nature, bibliographic and also a literature review on what refers to the mathematical construct of the operational risk assessment methodology. As a result, the study, by proving the invisibility of the working subject, in the mitigation of

<sup>1</sup> pchagas2009@gmail.com

<sup>2</sup> 704/904 Seps Eq 702/902, Brasília - DF, 70390-045

<sup>3</sup> ledagfr@gmail.com

operational risk, points to a pseudo-belief of full control of the work organization, which is worrying in what points to a work environment with potential for physical and mental health damage of those who work.

**Keywords:** Work; Operational risk; Operational control.

---

### Resumen

El objetivo de este estudio es denunciar en la metodología de cálculo del riesgo operacional el sujeto que trabaja, para esto, se basa en la intersección entre el enfoque dejouriano y el enfoque de mitigación del riesgo operacional en el ambiente de trabajo. Y es en este punto de convergencia cognitiva que es posible construir la pregunta de esta investigación, formulada de la siguiente manera: ¿La metodología de cálculo del riesgo operacional considera a la persona que trabaja como una variable de la organización del trabajo? Cuanto a sua relevância, este estudio, al permitir el estrechamiento de dos enfoques, investiga en profundidad, en la matematización del riesgo operacional, la invisibilidad de la persona trabajadora, lo que metodológicamente lo clasifica como exploratorio, enfoque cualitativo, de naturaleza aplicada, bibliográfica y también como una revisión sistemática de literatura sobre lo que se refiere a la construcción matemática de la metodología de evaluación del riesgo operacional. Como resultado, el estudio, al demostrar la invisibilidad del sujeto de trabajo, en la mitigación del riesgo operacional, apunta a una pseudo creencia de control total de la organización del trabajo, lo que es preocupante en lo que apunta a un ambiente de trabajo con potencial para daños a la salud física y mental de quien trabaja.

**Palabras clave:** Trabajo; Riesgo operacional; Control operacional.

---

### Résumé

L'objectif de cette étude est de fonder la méthodologie de calcul du sujet de travail sur le sujet de travail, en se basant sur l'intersection de l'approche de Dejourian et de l'approche d'atténuation des risques opérationnels dans l'environnement de travail. Il est possible de construire la question de cette recherche, formulée comme suit: La méthodologie de calcul du risque opérationnel considère-t-elle la personne qui travaille comme une variable de l'organisation du travail? La pertinence de cette étude, en permettant le rapprochement de deux approches, approfondit, dans la mathématisation du risque opérationnel, l'invisibilité de la personne qui travaille, qui la classe méthodologiquement en objectifs exploratoires, approche qualitative, nature appliquée, bibliographique et aussi revue la littérature sur ce qui fait référence à la construction mathématique de la méthodologie d'évaluation des risques opérationnels. En conséquence, l'étude, en prouvant l'invisibilité du sujet actif dans l'atténuation du risque opérationnel, suggère une pseudo-conviction d'une maîtrise totale de l'organisation du travail, ce qui est inquiétant en ce qui concerne un environnement de travail potentiellement dommageable pour la santé physique et mentale de qui travaille.

**Mots clés:** Travail; Risque opérationnel; Contrôle opérationnel.

---

### Introdução

O presente artigo foi concebido a partir da perspectiva da teoria econômico-financeira, berço do risco operacional, que busca na vigilância da execução do trabalho prescrito e segmentado a maximização do resultado almejado pelo acionista, haja vista se tratar da garantia da rentabilidade pensada com o menor impacto probabilístico de perda.

Assim, para o estado da arte do risco operacional, a relação homem-trabalho é significativamente percebida no cuidado com a probabilidade do erro humano em gerar prejuízos ao empreendimento, a julgar pela referência comparativa e normatizada do fazer que fora prescrita com o objetivo precípua de ser obedecida em sua plenitude, propiciando, desta

forma, para cada ação humana empregada um ambiente da onipresença desse risco operacional (Marshall, 2002; Morgan, 2002).

Esta sustentação mecanicista da mitigação do risco operacional é o entendimento da engenharia da administração de que o processo de trabalho é uniforme ao longo do tempo, ou seja, sem qualquer interferência de outras variáveis, sejam intrínsecas ou extrínsecas à organização do trabalho, senão aquelas prescrições das tarefas previamente consideradas na confecção do trabalho prescrito.

Mesmo considerando que as prescrições das tarefas são necessárias para orientar a execução do trabalho e, assim, são importantes para a relação sujeito-trabalho (Facas, 2013), a originalidade deste estudo está contemplada na premissa abordada pela psicodinâmica do trabalho que se alicerça na concepção da saúde mental no trabalho; trabalho prescrito e trabalho real; e dinâmica de prazer-sofrimento no trabalho, favorecendo, portanto, o objetivo precípua deste estudo que é desnudar a metodologia do risco operacional naquilo que ela não consegue evidenciar em sua metodologia, ou seja, a pessoa que trabalha.

E, ao considerar que medir risco operacional, em última análise, é estimar a probabilidade de uma potencial perda em função das variáveis do trabalho inseridas no processo produtivo, chama a atenção o entendimento de Keck e Jovic (1999, p. 18) de que “as instituições financeiras mensuram o risco de crédito e de mercado, porque eles têm dados e informações sobre estes riscos, e não porque esses são os maiores riscos enfrentados pelas empresas”. E é decorrendo dessa incompletude das informações do sujeito que surge o interesse por esta pesquisa.

## **Materiais e Métodos**

O percurso da experimentação prática no mercado financeiro de um dos autores foi o esteio do estudo na investigação da interseção entre a teoria dejouriana e a mitigação do risco operacional. E é sobre este ponto de convergência cognitiva que foi possível a construção deste estudo para desnudar na metodologia do risco operacional a invisibilidade do sujeito que trabalha.

A novidade desta pesquisa é sua aderência ao estágio atual da evolução científica, tanto das ciências aplicadas, as quais buscam soluções prescritas para os problemas diários do processo produtivo, quanto da psicodinâmica do trabalho, que deseja novos relacionamentos com teorias de outros campos do conhecimento (Mendes, 2007).

O método utilizado neste artigo foi o hipotético-dedutivo, haja vista que nesta perspectiva caberia perfeitamente a lógica de Popper ao considerar que “se uma conjectura implica certas consequências observáveis e se estas são refutáveis, então, a opinião pode ser eliminada” (Freixo, 2011, p. 101), considerando a preocupação com a compreensão ampla do fenômeno em estudo.

No que se refere à abordagem desta investigação, o estudo é qualitativo, exploratório, bibliográfico. A necessidade que se fez especificamente presente para alicerçar o estudo exploratório foi o entendimento da psicodinâmica do trabalho sobre o trabalhar, assim como a execução do trabalho apregoada pela teoria econômico-financeira no gerenciamento do risco operacional.

## **Resultados e Discussão**

### **O que é risco?**

Tratar do risco, em sua forma macro, é uma condição necessária para o entendimento do risco operacional. Assim, encontramos na pergunta formulada e respondida por Bernstein (1997, p. 1), “o que distingue os milhares de anos de história do que consideramos os tempos modernos?”, nossa primeira reflexão sobre este complexo tema.

A resposta a esta pergunta transcende o progresso da ciência, da tecnologia, do capitalismo e da democracia, pois, para o autor, a fronteira entre os tempos modernos e o passado é o domínio da probabilidade da perda, ou seja, “a noção de que o futuro é mais do que um capricho dos deuses” (Bernstein, 1997, p. 3).

Este futuro ao qual o autor faz referência, não está sob o poder dos deuses do Olimpo que buscaram estabelecer a ordem no universo, como era entendido pelos gregos, ou mesmo ao Deus onipresente da Idade Média (De Santi, 1998). O desafio “aos deuses”, proposto por Bernstein (1997), é a busca pela afirmação de uma concepção de subjetividade privada que nasce sob o manto do humanismo moderno, isto é, no Renascimento.

A possibilidade da crença de liberdade humana na Idade Média, conforme é apregoado por De Santi (1998, p. 16), era muito restrita e não havia lugar para a privacidade, uma vez que a onipresença e a onisciência são atributos de Deus, nada poderia ser mantido em segredo e nunca o homem estaria sozinho, assim enfatizando o autor: “pecar em pensamento já é pecado”.

A onipresença do risco no cotidiano do homem contemporâneo também é percebida no livre-arbítrio, quando este, por exemplo, decide dirigir e ao mesmo tempo usar o aparelho

celular, em que a exposição a este tipo de risco pode ocasionar consequências, tais como multa por dirigir usando o aparelho celular, bater o carro devido à falta de atenção no trânsito enquanto dirige, atropelar algum pedestre pela desatenção, ou mesmo envolver-se em um acidente cujo resultado possa ser bem mais danoso, física e/ou financeiramente (Damodaran, 2009).

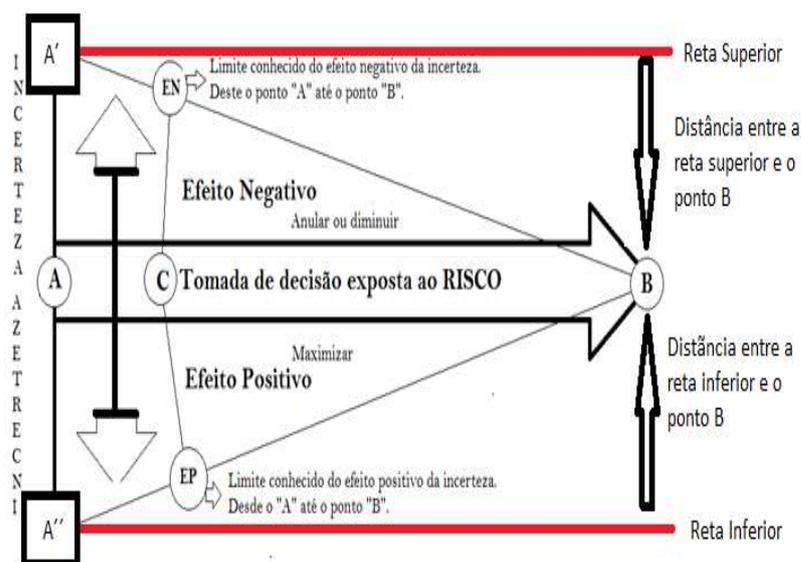
Para melhor explorar a amplitude desse conceito, neste contexto, assumimos a hipótese de que só existirá risco se existir a incerteza sobre o alcance dos objetivos previamente pensados, cuja exemplificação desta dependência é assim apresentada por Damodaran (2009, p. 23): “Uma pessoa que salta de um avião sem paraquedas não enfrenta qualquer risco de morrer, já que nessa situação a morte é certa, não há incertezas”.

Então, qual é a definição de risco? Marshall (2002, p. 19) o define como “o potencial de eventos ou tendências continuadas causarem perdas ou flutuações em receitas futuras”, ou seja, esta manifestação converge para o que se denomina de incerteza quantificável.

Portanto, o risco nas organizações é a incerteza inerente aos ganhos ou perdas resultantes das ações e decisões tomadas, sendo assim, “o risco vem relacionado com escolhas e não ao acaso” (Weber & Diehl, 2014, p. 41).

E a tomada de decisão, que é uma expectativa de futuro, busca alcançar um objetivo que fora planejado, ou como alguns autores preferem uma meta determinada, que na figura 1 é representado pelo ponto **B**, e a seta central, que tem origem na tomada de decisão representado pelo ponto **A**, esculpe, portanto, o espaço de tempo entre o que se desejou, ponto **A** e o que se alcançou, ponto **B**.

**Figura 01:** Risco em função do tempo.



**Fonte:** Elaborada pelos autores (2020).

Se percebe duas retas, uma superior, **EN**, e outra inferior, **EP**, as quais têm como origem os pontos **A'** e **A''** e buscam ao longo do tempo uma convergência para o **B**. Este deslocamento é devido aos ajustes que a organização do trabalho faz em função dos cenários intrínsecos e extrínsecos que vão se agregando ao processo produtivo no decorrer do tempo, minimizando, portanto, o risco.

Até que o atingimento da meta seja efetivado, chegar ao ponto **B**, a tomada de decisão realizada lá no ponto **A** fica exposta aos efeitos da incerteza, que, na figura é representado pela amplitude entre o ponto **C** e os pontos **EN** e **EP**, efeitos negativo e positivo da incerteza, respectivamente.

Todo este espaço de tempo entre a tomada de decisão, ponto **A**, e o objetivo a ser alcançado, ponto **B**, representa uma exposição aos efeitos das incertezas internas e externas à organização do trabalho, cujos limites dos pontos **EN** e **PN** tendem ao eixo central, reta **A – B**, em função dos dados que serão capturados, analisados e utilizados como informações para que estrategicamente a meta, ponto **B**, seja gerenciada a partir da leitura do risco, a qual poderá ser mantida ou não em função de novos processos de decisões que serão tomadas ao longo do percurso da reta **A – B**.

Este comportamento convergente ao ponto **B**, que é executado pelos eixos **EN** e **PN**, em função dos efeitos negativos e/ou positivos das incertezas sobre o futuro, representa, em tese, a existência de um gerenciamento do risco em que o *feedback* contínuo das imprecisões é estrategicamente utilizado para maximizar o resultado que se predeterminou no ponto **A**, ou seja, a observação das forças dos riscos existentes sobre aquilo que se propôs vão contribuir para o encontro das retas **EN** e **PN** com o ponto **B** ao longo de todo percurso.

Percebe, ainda que o deslocamento das retas **EN** e **PN** ao ponto **B** propicia um distanciamento destas retas com as retas superior e inferior, representando, portanto, o risco não capturado pela gestão do risco.

### **O que é risco operacional?**

Até o final da década de noventa e início dos anos dois mil, o risco operacional não atraía nem o interesse da academia e tampouco os holofotes da mídia especializada em finanças. No entanto, quando investidores começaram a acumular prejuízos em função de má gestão, de fraudes e de erro humano na execução dos procedimentos operacionais, o risco operacional torna-se a única explicação sustentável para o mercado de capitais, creditando esta crença à

justificativa do fechamento de empresas de grande porte e/ou instituições financeiras nacionais e internacionais (Cunha & Prates, 2001).

Este raciocínio desenvolvido pelo mercado financeiro associou o sujeito que trabalha ao risco operacional em função da falha humana, e ao humano coube ser constantemente vigiado durante a realização dos objetivos cristalizados na execução dos processos operacionais, isto é, do ponto **A** ao ponto **B** da figura 1.

Todos os potenciais eventos causadores de prejuízos e que chamaram a atenção do mercado de capitais são agora estudados sob a importância do risco operacional, como a insolvência, ocorrida em 1995, com o tradicional banco de investimentos inglês – *Barings Bank* – causada pelo gerente de mesa de derivativos, cujo nome é Nicholas Leeson, e com apenas 28 anos, ficou conhecido por ter sido citado na mídia especializada ou não como ‘o único responsável’ pela quebra da instituição (Mendonça, Galvão, & Loures, 2008; Oliveira, Garcia, & Marques, 2013). Chama a atenção a afirmação ‘o único responsável’.

As causas para a perda deste patrimônio inglês foram várias. Entretanto, os destaques, tanto na mídia quanto da maioria dos artigos científicos da ciência da administração e finanças, ficaram centrados no trabalho prescrito das ações operacionais, tais como: erro de reconciliação, falhas nos processos de autorização de operações, falta de acompanhamento dos problemas apontados nos relatórios de auditoria interna, supervisão inadequada e falta de processos de controle (Pedote, 2002).

A venda do banco inglês *Barings*, em 1995, pela simbólica quantia de uma libra esterlina, fez com que o mercado financeiro fortalecesse suas atenções para o risco operacional, em que se acreditava que métodos qualitativos e subjetivos eram suficientes para avaliação do mesmo (Mendonça et al., 2008).

Os padrões qualitativos e subjetivos referiam-se às diretrizes de qualidade dos controles internos, diretrizes de qualidade para processos e recursos e diretrizes setoriais de boas práticas operacionais para o gerenciamento de risco, além de indicadores-chave de risco (Alves & Cherobim, 2009; Borges & Moura, 2010).

O interesse pela ‘falha humana’ ainda é estimulado, quando o caso do *Barings Bank* se repete em outros escândalos de fraude, fracasso financeiro e interrupção de negócios ao longo dos anos noventa e anos dois mil, fomentando, portanto, a necessidade de que autoridades reguladoras do mercado financeiro e de capitais passassem a focar com mais cuidado o risco operacional, isto é, entender este risco como merecedor de tratamento corporativo (Alves & Cherobim, 2009; Oliveira & Rocha, 2014; Weber & Diehl, 2014).

A inquietação dos investidores à época é cristalizada na seguinte frase de Mendonça et al. (2008, p. 311): “os danos a ativos, que em princípio não parecem estar associados à gestão do conhecimento, costumam estar intimamente ligados à incompetência ou à displicência”. Perceba-se que esta fala é direcionada ao sujeito que executa a tarefa, ao sujeito que pertence à engrenagem operacional.

Portanto, o entendimento das causas de perdas patrimoniais e/ou de fracassos foram direcionadas à falha humana, o que contribuiu para que o conceito de risco operacional, sob o manto das ciências da administração, fosse incorporado tanto ao processo contínuo da gestão quanto também às questões corporativas.

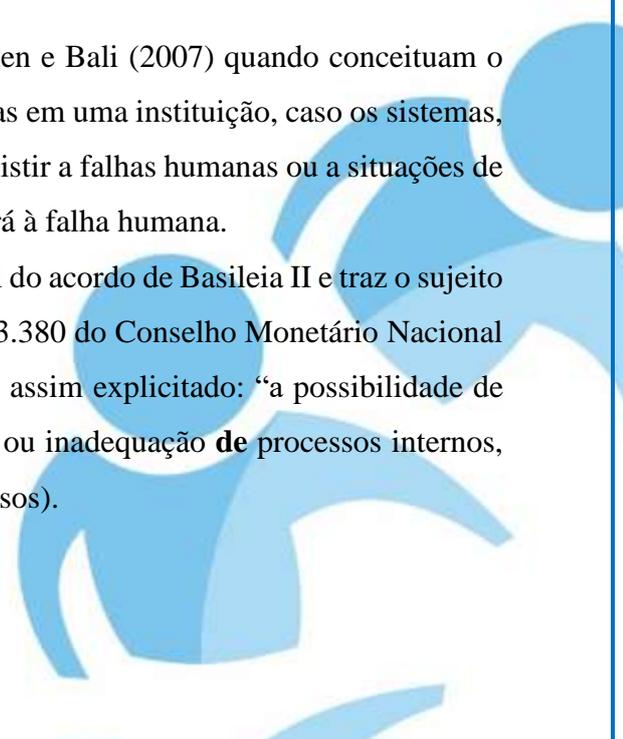
### **O sujeito do risco operacional**

O alicerce da construção do sujeito do risco operacional surge em um contexto internacional em que o Comitê de Supervisão Bancária da Basileia emite o acordo de Basileia II. Neste documento define-se risco operacional como “perdas resultantes de processos internos falhos ou inadequados, **pessoas** e sistemas” (BCBS, 2005, p. 140, grifo nosso).

O sujeito do erro, o sujeito da falha também é percebido por Chorafas (2004) ao entender que a abrangência do risco operacional passa pelas perdas inesperadas **resultantes de operações incorretas de pessoal**, de falha de sistemas e controles inadequados (grifo nosso). Este sentimento é corroborado por Alves (2005, p. 36): “a deficiência em sistemas de informações ou em controles internos [...] resultarão em perdas inesperadas. **Este risco é associado ao erro humano**, falhas de sistemas, procedimentos e controles inadequados” (grifo nosso).

A percepção do erro humano é mantida em Allen e Bali (2007) quando conceituam o risco operacional como uma medida das possíveis perdas em uma instituição, caso os sistemas, práticas e medidas de controle não sejam capazes de resistir a falhas humanas ou a situações de mercado. Percebe-se que o fato do prescrito não resistirá à falha humana.

A normatização brasileira segue a espinha dorsal do acordo de Basileia II e traz o sujeito do risco operacional, especificamente na Resolução n. 3.380 do Conselho Monetário Nacional – CMN (Brasil, 2006), como o responsável pela falha, assim explicitado: “a possibilidade de ocorrência de perdas **resultantes de falha**, deficiência ou inadequação **de** processos internos, **pessoas** e sistemas, ou de eventos externos” (grifos nossos).



Já Assaf Neto (2008, p. 115) compreende no fazer humano “o risco de perdas, diretas e indiretas, **determinadas por erros humanos**, falhas nos sistemas de informação e computadores, fraudes, eventos externos, entre outras” (grifo nosso).

Nota-se, portanto, que o sujeito do risco operacional é constituído pela falha que só é possível a partir da existência de um desejo prescrito do fazer. Esta prescrição é característica das ciências da engenharia a qual designa o lado da falha humana, haja vista que a ideia de erro, para os engenheiros que compõem o grupo das ciências aplicadas, é ligada à execução (Dejours, 2005).

Esta objetividade nutre-se das tradições das teorias organizacionais que, na década de 1970, contribuíram para o desenvolvimento de técnicas, como a descrição e análise de cargos, enriquecimento das tarefas e a gestão participativa nos objetivos, momento em que a Administração de Recursos Humanos tem a visão das pessoas como custo e as trata como recursos à disposição da empresa (Vergara, 2009).

Este recurso humano, em termos de falha humana, induz o encadeamento das seguintes noções práticas: Falha – Erro. Ao partir do ponto de vista epistemológico, Dejours (2005, p. 10) nos possibilita a seguinte reflexão:

Como seria possível, nas situações reais de trabalho, examinar condutas concretas tomando como referência comportamentos ideais presumidos a partir de teorias? Remete-nos assim a uma reflexão essencial que parte do reconhecimento da incompletude do conhecimento científico existente sobre a complexidade humana em situações de trabalho e que nos exige uma sensibilidade constantemente aberta a observações e vivências do cotidiano.

A inexistência de compreensão da complexidade humana no ambiente do risco operacional deve-se também à abordagem funcionalista da Administração de Recursos Humanos, que é baseada nas tarefas de seleção, treinamento direcionado à execução e o tratamento da pessoa como fonte primeira de *performance* (Vergara, 2009).

Ainda segundo a autora, o eixo principal da Administração de Recursos Humanos é ancorado na abordagem funcionalista, que possibilita condições para o aumento da produtividade e favorecimento de vantagem competitiva por intermédio do fornecimento de funcionários estáveis e produtivos, pois o sucesso da empresa acarreta o bem-estar individual e social.

Constata-se, portanto, que este sujeito, que é o sujeito do risco operacional, não é percebido nem na dimensão social, nem na dimensão subjetiva, que são centrais para a psicodinâmica do trabalho, ao entender que o gerenciamento da distância entre a organização

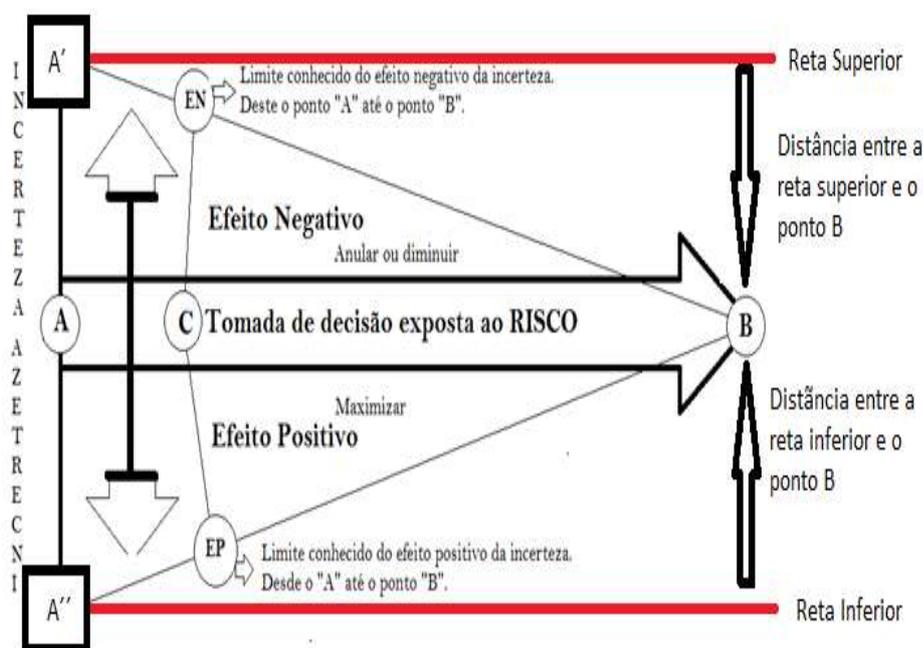
do trabalho prescrito e o real do trabalho é preenchido pela cooperação que é desenvolvida no coletivo do trabalho.

Esta aproximação da gestão com a pessoa também é percebida em Drucker (2003, p. 12) ao entender que, “vista a distância possa pensar que a gestão só trata de economia e engenharia, mas de perto, vemos que está muito relacionada à pessoa”.

A objetividade do risco operacional é atrelada ao “ter” e não alicerçada no “ser” do sujeito que trabalha, o qual não tem merecido atenção na gestão organizacional, confirmando, portanto, que o sujeito do risco operacional é o sujeito da execução, e é este sujeito que é pensado no desenvolvimento de metodologias para mensuração do risco operacional.

Para melhor explorar este sujeito do risco operacional é elucidativo partir da figura 1 e realizar uma nova análise a partir da posição do sujeito para o risco operacional, conforme demonstrado na figura 2:

**Figura 02:** O sujeito do risco operacional.



**Fonte:** Elaborada pelos autores (2020).

A ineficácia da metodologia do risco operacional é inicialmente percebida quando esta não reconhece o sujeito que trabalha a partir do trabalhar e do real do trabalho dentre as variáveis tratadas e ajustadas ao longo da reta A – B, ou seja, nos eixos EN e EP.

Esta ineficiência ganha representatividade na figura 2, quando o comportamento temporal estático das retas superior e inferior mantém uma distância constante com relação a

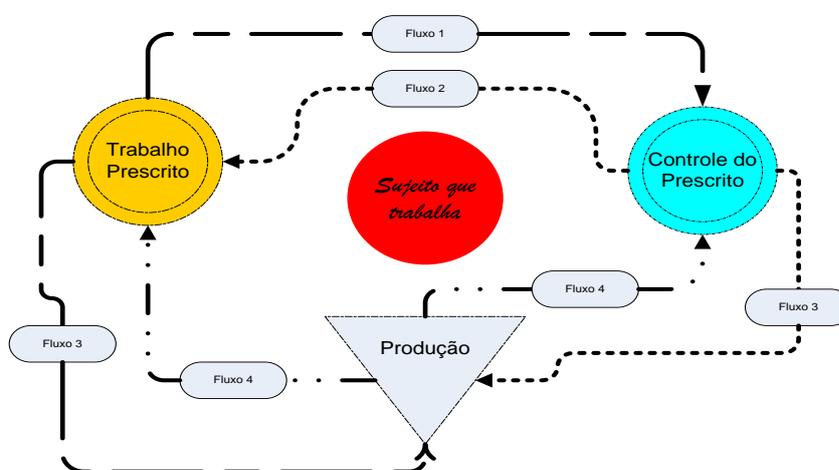
reta **A – B**, que em tese, ao chegar no ponto **B**, deveria ser igual a zero, conforme sugere o comportamento das retas **EN** e **EP** ao atingirem a meta predeterminada, ou seja, o ponto **B**.

No entanto, a metodologia para apuração do risco operacional é estruturada em técnica de avaliação qualitativa dos riscos e do processo de autogestão, que é implementado pelo mapeamento de procedimentos operacionais e a aplicação de questionários para validar a qualidade dos controles operacionais. Isto mesmo, validação dos controles operacionais.

Esta técnica tem produzido bons resultados no que se refere à identificação dos riscos operacionais que afetam as atividades rotineiras da empresa, ou seja, apenas o efeito sobre os controles internos (Giglioli, Cassaro, & Santos, 2016). Porém, a técnica é limitada naquilo que busca detectar situações em que os controles implementados estejam aquém do necessário.

Esta situação é evidenciada na figura 3 abaixo, cuja finalidade é destacar o ciclo do gerenciamento do risco operacional, cujo *start* é a captura de dados da eficácia do trabalho prescrito.

**Figura 03:** A invisibilidade do sujeito que trabalha para o risco operacional.



**Fonte:** Elaborada pelos autores (2020).

A gestão do risco operacional é desenvolvida dentro de um ciclo de produção, composto por quatro fluxos dinâmicos e interligados, na troca de informações sobre o que foi verificado e o que será ajustado para que haja a máxima eficácia deste processo operacional em função do que fora pensado.

O **fluxo 1** representa a coleta de dados a partir do mapeamento dos processos prescritos, e as incoerências, percebidas ou não pelo controle interno, serão ajustadas para que os processos prescritos tenham em sua execução a máxima eficácia, **fluxo 2**.

O **fluxo 3** é a verificação do controle interno sobre a produção daquilo que fora examinado, dados capturados pelo **fluxo 1**, e a consistência ou não do pensado será tratado no bojo das informações disponibilizadas pelo **fluxo 2** no ajustamento dos processos operacionais.

Paralelamente a este processo, o **fluxo 3** em contato com a produção verifica a eficácia do trabalho prescrito, e o **fluxo 4** abre um espaço de comunicação entre aquilo que se planejou produzir e a efetiva produção, em que o *start* das informações é a produção e o destino da análise dos dados coletados que é bifurcado no trabalho prescrito e no controle interno do prescrito.

O dinamismo dos quatro fluxos de comunicação preconiza entender os fatores e as variáveis internas e externas do processo produtivo, bem como a espinha dorsal da estratégia de coleta de dados e mitigação do risco operacional.

No entanto, chama a atenção que nenhum dos fluxos teve qualquer nível de comunicação com o sujeito que trabalha, o qual está representado no centro da figura 3, ou seja, este trabalhador é tratado como uma engrenagem do processo produtivo, isto é, para a metodologia do risco operacional este sujeito que trabalha está contido no mapeamento do processo de captura e avaliação do gerenciamento do risco operacional.

Assim, os processos mecanicistas tentam despossuir os trabalhadores de seus corpos, da sua subjetividade, forçando-os a agir conforme o planejado, tal qual máquinas; é central para a teoria dejouriana que o trabalhador não pode ser neutro no fazer a vontade do outro, que neste caso é o trabalho que fora prescrito, pois, para se tornar competente o sujeito que trabalha deve transgredir a norma, isto é, desrespeitar a regra, o preestabelecido, e transgredir, neste contexto, implica se afetar pelo real, pelo fracasso (Dejours, Abdoucheli, & Jayet, 2007; Mendes, 2007; Facas, 2013).

A sonegação da variável ‘sujeito que trabalha’ coloca também em dúvida a sustentação da engenharia do fator humano quando esta transfere a culpa do erro ao sujeito que trabalha e não para a deficiência da metodologia utilizada pela ciência aplicada no processo de mitigação do risco operacional, em que as dificuldades e as cobranças hierárquicas, sob esta perspectiva, não concebem o real do trabalho e nem tampouco entendem que “trabalhar é passar por caminhos que se afastam das prescrições” (Dejours, 2008, 2012, p 38).

Para a psicodinâmica do trabalho, o trabalhar significa um reconhecimento, uma atividade humana que está além do controle institucional, já que o sentido do trabalho é construído a partir dessa valorização, dentro de uma identidade social, e esta expectativa de sucesso e gratidão, quando não acontece pode afetar a saúde mental do trabalhador, pois uma

vez estagnada essa dinâmica, não existe a possibilidade de transformar o sofrimento em prazer (Beatty, Becker, & Huselid, 2005).

A negação da subjetividade do sujeito que trabalha, conforme demonstrado na figura 3, tende a contribuir para que potenciais impactos negativos se façam sentir sobre o trabalhador, na forma de adoecimento físico e/ou psíquico. Isto avigora a crença de que a metodologia do risco operacional não traz em seu bojo a essência do sujeito que trabalha, conforme ensinam Keck e Jovic (1999), Marshall (2002), Beatty et al. (2005) e Robbins (2009).

Este fato é fortalecido, por exemplo, pela abordagem apregoada pela engenharia do fator humano que compreende que os fatores que provocam os erros ou eventos de perda estão localizados entre o pessoal operacional (Keck & Jovic, 1999), ou seja, é pressuposto que a maioria dos riscos humanos ocorra por causa da interação entre diferentes componentes do sistema operacional, o que não está errado, apenas incompleto.

Mesmo que a engenharia do fator humano tenha entendido que a visão sistêmica dos erros humanos passe pela análise dos funcionários, das tarefas, das ferramentas e de informação de apoio e do ambiente físico e social, conforme ensina Marshall (2002), é latente a existência de uma lacuna na metodologia de mitigação do risco operacional quando exclui o fazer do sujeito que trabalha, ou seja, o trabalhar.

Assim, “os gerentes podem ser responsabilizados não só por suas palavras e ações em relação às pessoas, mas também pelo sucesso da força de trabalho” (Beatty et al., 2005 p. 17), e o conceito de equidade, no piso da fábrica, é constantemente confundido com o conceito de igualdade, em que tudo e todos são tratados como uma constante tanto nos processos produtivos quanto na coleta de dados para análise do risco operacional da organização, ou seja, se confirma que o sujeito que trabalha não é capturado pelas ferramentas do risco operacional.

Na metodologia de apuração do risco operacional, é o sujeito que falha e aparece como a potencial causa das perdas e, muitas vezes, isso é usado como uma forma de evitar as responsabilidades gerenciais, basta ver que a engenharia do fator humano tende a empurrar a culpa para baixo da estrutura hierárquica. É por isso, aliás, que em caso de incidente ou acidente, nunca haverá dificuldade para colocar em evidência as falhas na execução das prescrições e o sujeito que trabalha ficará sempre exposto à intenção de seus superiores (Dejours, 2008).

E ao negar o sujeito que trabalha, a gestão do risco operacional também não demonstra fidelidade plena às ferramentas dos controles internos, as quais são utilizadas para validação das atividades operacionais, pois lança-se luz de desconfiança sobre a eficácia dos processos prescritos, ofertados à produtividade pelas ciências aplicadas, sempre que esses procedimentos demonstram indícios de insegurança.

Associando neste contexto o comportamento temporal estático das retas superior e inferior, demonstrado na figura 2, variáveis não capturadas pelo mapeamento dos controles internos, central para o gerenciamento do risco operacional, possibilitando desta forma identificar que entre estas retas e a reta **A – B**, surge uma lacuna que representa, neste estudo, o risco não capturado pelo processo de gerenciamento do risco operacional. E à medida que se aproxima do ponto **B** o risco é significativamente crescente e não identificado.

Em suma, é preciso conhecer as exigências do trabalho prescrito e do real do trabalho para analisar e avaliar o trabalho e o trabalhar (Costa, 2013) evitando, desta forma, que os processos prescritos tragam em seu bojo um sujeito que trabalha igual todos os dias.

### **Considerações Finais**

Este estudo alcança seu objetivo e demonstra que a abrangência conceitual da metodologia do risco operacional busca capturar, na organização do trabalho, variáveis que possam oportunizar perdas inesperadas resultantes de operações incorretas de pessoal, de falha de sistemas e controles inadequados.

Como medida das possíveis perdas em uma instituição, a percepção do erro humano é central na estrutura conceitual do risco operacional caso os sistemas, práticas e medidas de controle não sejam capazes de resistir a falhas humanas.

A fragilidade desta quantofrênia, que é alicerçada na sustentação mecanicista da mitigação do risco operacional, ao entender que o processo de trabalho é uniforme a partir de um passado que possa se repetir indefinidamente ao longo do tempo e, caso haja interferência de alguma variável não pensada no construto do prescrito, esta será tratada como uma anomalia, e incorporada ao processo de produção.

Este estudo, ao demonstrar em seus resultados que nem todas as variáveis da organização do trabalho são capturadas pela metodologia do risco operacional, mostra a fragilidade do método em não capturá-las, haja vista o comportamento constante das retas superior e inferior, nas figuras 1 e 2, ao longo de todo o processo produtivo, como também aflora o sujeito que trabalha a partir da relação homem-trabalho.

A relação homem-trabalho é sustentada em três dimensões: a) que o organismo do trabalhador não é um motor humano; b) que o trabalhador não chega a seu local de trabalho como uma máquina nova; e c) cada trabalhador, em razão de sua história, dispõe de vias de descargas preferenciais, conforme Dejours et al. (2007, p. 24). E “as situações de trabalho são

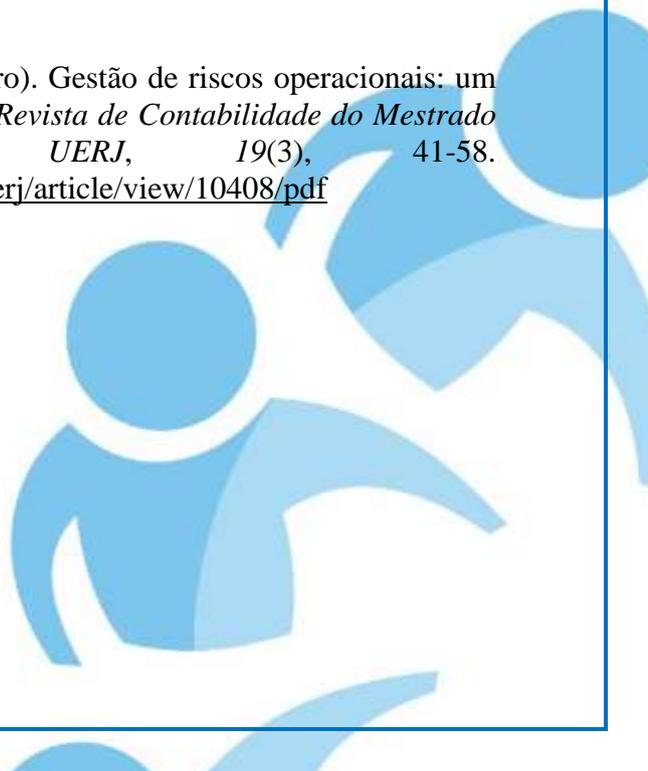
impactadas por acontecimentos inesperados: panes, incidentes, anomalias de funcionamento, incoerência organizacional, colegas, chefes, equipes etc.” (Dejours, 2012, p. 24).



## REFERÊNCIAS

- Allen, L., & Bali, T. (2007, abril). Cyclicity in catastrophic and operational risk management. *Journal of Banking & Finance*, 31(4), 1191-1235.
- Alves, C. A. de M., & Cherobim, A. P. M. S. (2009, março/abril). Análise do nível de divulgação do risco operacional segundo recomendação do comitê de Basileia: estudo em bancos no país e do exterior. *Revista de Administração Mackenzie*, 10(2), 57-86. <http://www.scielo.br/pdf/ram/v10n2/04.pdf>
- Assaf Neto, A. (2008). *Mercado financeiro* (8ª ed.), Atlas.
- BCBS, B. (2005, novembro). Committee on Banking Supervision. *International convergence of capital measurement and capital standards: a revised framework*. Bank for International Settlements. <http://www.bis.org/>
- Beatty, R., Becker, B., & Huseld, M. (2005). *Scorecard para recursos humanos: conceitos e ferramentas para medir a contribuição das equipes*. Elsevier.
- Bernstein, P. L. (1997). *Desafio aos deuses: a fascinante história do risco*. Elsevier.
- Chorafas, D. N. (2004). *Operational risk control with basel II: basic principles and capital requirements*. Elsevier Butterworth-Heinemann.
- Cunha, A. M., & Prates, D. M. (2001, julho). Instabilidade e crises nos anos 90: a reação conservadora. *Revista Economia Ensaios*, 2(15), 151-187. <http://www.seer.ufu.br/index.php/revistaeconomiaensaios/article/view/1197>
- Damodaran, A. (2009). *Gestão estratégica do risco: uma referência para a tomada de riscos empresariais*. Bookman.
- Dejours, C. (2005). *O fator humano* (5ª ed.). Fundação Getúlio Vargas.
- Dejours, C. (2008). A avaliação do trabalho submetida a prova do real: críticas aos fundamentos da avaliação. In Sznelwar, L., & Mascia, F. (Orgs.). *Trabalho, tecnologia e organização. Cadernos de TTO*, Bucher.
- Dejours, C. (2012). *Trabalho vivo: trabalho e emancipação*. Tomo II. Paralelo 15.
- Dejours, C., Abdoucheli, E., & Jayet, C. (2007). *Psicodinâmica do trabalho: contribuições da Escola Dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho*. Atlas.
- De Santi, P. L. R. (1998). *A construção do 'eu' na modernidade: da renascença ao século XX*. Editora Holos.
- Drucker, P. F. (2003). A disciplina universal. In Magretta, J. (Org.). *O que é gerenciar e administrar*. Elsevier, 11-24.
- Facas, E. P. (2013). *Protocolo de avaliação dos riscos psicossociais no trabalho: contribuições da psicodinâmica do trabalho*. [Tese Doutorado em Psicologia]. Universidade de Brasília, Brasília.

- Freixo, M. J. V. (2011). *Metodologia Científica*. Instituto Piaget.
- Giglioli, A., Cassaro, M. C. A., & Santos, F. A. (2016, janeiro/fevereiro). As contribuições do gerenciamento de risco operacional para os resultados das micro, pequenas e médias empresas. *Revista Redeca*, 3(1), 22-34.
- Keck, W., & Jovic, D. (1999). Das management von operationellen risiken bei banken. *Der Schweizer Trehänder*, 963-970. [http://download.almafinjaeger.ch/academy/papers/10\\_opetationelle\\_risiken.pdf](http://download.almafinjaeger.ch/academy/papers/10_opetationelle_risiken.pdf)
- Marshall, C. (2002). *Medindo e gerenciando riscos operacionais em instituições financeiras*. Qualitymark.
- Mendes, A. M. (2007). *Psicodinâmica do trabalho: teoria, método e pesquisa*. Casa do Psicólogo.
- Mendonça, H. F, Galvão, G. D. J. C., & Loures, R. F. V. (2008, maio/agosto). Risco operacional nas instituições financeiras: contratar seguro ou auto segurar-se? *Revista Economia*, 9(2), 309-326. [www.anpec.org.br/revista/vol9/vol9n2p309\\_326.pdf](http://www.anpec.org.br/revista/vol9/vol9n2p309_326.pdf)
- Morgan, G. (2002). *Imagens da organização* (2ª ed.). Atlas.
- Oliveira, M. C., Garcia, E. A. da R., & Marques, E. O. (2013). O caso Barings: lições aprendidas? In *Anais do XXXVII encontro da ANPAD*. Rio de Janeiro, 78-93.
- Paulo, W. L. et al. (2007, janeiro/abril). Riscos e controles internos: uma metodologia de mensuração dos níveis de controle de riscos empresariais. *Revista de Contabilidade Financeira*, 49-60. <http://dx.doi.org/10.1590/S1519-70772007000100005>
- Pedote, C. (2002). *Análise e gerenciamento de risco: gestão do risco operacional em instituições financeiras*. [Dissertação de Mestrado em Administração]. Fundação Getúlio Vargas. São Paulo, SP, Brasil.
- Robbins, S. P. (2009). *Fundamentos do comportamento organizacional*. Person Prentice Hall.
- Vergara, S. C. (2009). *Gestão de pessoas*. Atlas.
- Weber, E. L., & Diehl, C. A. (2014, setembro/dezembro). Gestão de riscos operacionais: um estudo bibliográfico sobre ferramentas de auxílio. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências contábeis da UERJ*, 19(3), 41-58. <http://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/rcmccuerj/article/view/10408/pdf>



## **PRAZER E SOFRIMENTO NA POLÍCIA MILITAR: UMA REVISÃO DE LITERATURA**

Pleasure and suffering in military police: a literature review

Plaisir et souffrance dans la police militaire: revue de la littérature

Placer y sufrimiento en la policía militar: una revisión de la literatura

**Hanna Izabel Ferreira Marçal<sup>1</sup>** ©

Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, Rondônia, Brasil<sup>2</sup>

**Vanderléia de Lurdes Dal Castel Schlindwein<sup>3</sup>** ©

Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, Rondônia, Brasil

### **Resumo**

As transformações políticas e econômicas do estado brasileiro têm impactado diretamente nos investimentos na segurança pública do país. Situação que repercute negativamente na saúde do policial militar e favorece o sofrimento, expondo-o aos riscos físicos e psicossociais. Como objetivo o estudo buscou identificar nos artigos científicos brasileiros, publicados no período de 2008 a 2018, as implicações da organização e condições de trabalho nas vivências de prazer-sofrimento dos policiais militares e as repercussões à saúde física e mental. Utilizou-se as bases de dados: SciELO, Google Acadêmico, BDTD (Biblioteca Digital de Teses e Dissertações), Lilacs – BVS e Periódicos Capes. Foram analisados vinte e quatro estudos. Observou-se que apesar dos policiais militares serem a principal barreira contra a criminalidade, o embate com a violência não é o fator protagonista das vivências que ressoam negativamente na vida desses indivíduos, os autores apontam para um adoecimento ligado a atual precarização do trabalho na Polícia Militar. Os constrangimentos advêm das condições de trabalho e da sua organização real de trabalho. O relato sobre o prazer no trabalho apareceu em estudos realizados com coletivos de policiamento especializado, o que sinaliza que as condições de trabalho diferenciadas propiciam um trabalho com vivências de prazer e ressignificação do sofrimento.

**Palavras-chave:** Policial militar; Trabalho; Prazer-Sufrimento; Saúde do trabalhador.

### **Abstract**

The political and economic transformations of the Brazilian state have had a direct impact on investments in public security in the country. This situation negatively affects the health of the military police officer and favors suffering, exposing them to the physical and psychosocial risks arising from their profession. As objective, the article aimed to identify in Brazilian scientific articles published from 2008 to 2018 the implications of the organization and working conditions on the experiences of pleasure-suffering of military police and the repercussions on physical and mental health. The following databases were searched: SciELO, Google Scholar, BDTD (Digital Library of Theses and Dissertations), Lilacs - VHL and Periodical Capes, the Brazilian productions on the subject. Twenty-four studies were analyzed. It was observed that, although military police are the main barrier against crime, the confrontation with violence is not the protagonist factor of experiences that resonate negatively in the lives of these individuals, the authors point to a disease linked to the current precariousness of the work at the Military Police. The constraints come from working conditions and their actual work organization.

<sup>1</sup> hannamarcal@gmail.com

<sup>2</sup> Secretaria Municipal de Saúde de Rio Branco – AC Av. Brasil, n 0. 475 – 2 0 andar - Centro

<sup>3</sup> vdalcastel@gmail.com

The report about pleasure appeared in studies performed in specialized policing groups, which indicates that different working conditions provide a work with experiences of pleasure and resignification of suffering.

**Keywords:** Military Police, Work, Pleasure-Suffering, Occupational health.

---

### Résumé

Les changements politique et économique d'État brésilien ont impacté directement aux investissements de la sécurité publique du pays. La situation qui répercute négativement dans la santé de la police militaire et favorise la souffrance, les expose à des dangers physique et psychosociaux. L'objectif de l'étude était de détecter dans les articles scientifiques brésiliens, publiés dans la période de 2008 et 2018, les implications de l'organisation et conditions de travail dans les expériences du plaisir-souffrance des officiers de police et les répercussions à la santé physique et mental. Les bases de données suivantes ont été utilisées: SciELO, Google Scholar, BDTD (Bibliothèque Digital de Thèses et Dissertation), Lilacs – BVS et Périodiques Capes, les productions brésiliennes sur le sujet. Vingt-quatre études ont été analysées. Il a été observé que bien que la police militaire soit la principale barrière contre le crime, la confrontation avec la violence n'est pas le facteur principal des expériences qui résonnent de manière négative dans la vie de ces individus, les auteurs soulignent une maladie liée à la précarité du travail de la police militaire. Les contraintes proviennent des conditions de travail et de votre organisation du travail réelle. Le rapport sur le plaisir au travail est apparu dans des études menées avec des groupes de police spécialisés, ce qui indique que les différentes conditions de travail fournissent un travail avec des expériences de plaisir et de resignification de la souffrance.

**Mots clés:** Police Militaire, Travail, Plaisir-Souffrance, Santé du travailleur.

---

### Resumen

Las transformaciones políticas y económicas del estado brasileño ha impactado directamente las inversiones en la seguridad pública del país. Situación que repercute negativamente en la salud del policía militar y favorece el sufrimiento, exponiéndolos a los riesgos físicos y psico-sociales. El artículo tiene como objetivo identificar en los artículos científicos brasileños, publicados en el período de 2008 a 2018, las implicaciones de la organización y las condiciones de trabajo en la vivencias de placer y sufrimiento de los policías militares y las repercusiones en la salud física y mental. Se utilizaron las siguientes bases de datos: SciELO, Google Académico, BDTD (Biblioteca Digital de tesis y Disertaciones) Lilacs – BVS y Periódicos Capes, como producciones brasileñas sobre el tema. Fueron analizados veinticuatro estudios. Se observó que, a pesar de que los policías militares son la barrera principal contra el crimen, ataque a la violencia no es el fator protagónico de experiencias que resuenan negativamente en la vida de esos individuos, los autores apuntan para una enfermedad relacionada con la actual precariedad del trabajo en la Policía Militar. Los agobios que son resultados de las condiciones de trabajo y de su organización real de trabajo. El relato sobre el placer apareció en estudios realizados con grupos de vigilancia especializados, lo que indica que las condiciones de trabajo diferenciadas propician un trabajo con experiencias de placer y re-significación de sufrimiento.

**Palabras Clave:** Policía militar, Trabajo, Placer-Sufrimiento, Salud del trabajador.

---

### Introdução

O Brasil vem passando por constante intensificação da violência e da criminalidade, refletindo diretamente nas relações sociais. As infrações têm tomado proporções cada vez mais constantes e perversas, deixando a sociedade em estado de alerta. Diante desse cenário atenta-se para o trabalho exercido pelos policiais militares (PM), profissionais que se tornam a primeira barreira contra a violência e é utilizado pelo governo, estados e municípios brasileiros como uma ferramenta para manutenção da ordem pública.

As transformações políticas e econômicas trazem dificuldades para a classe policial e a falta de investimentos nos próprios profissionais representa um risco à saúde e à vida desses trabalhadores. O Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2018) demonstra que um policial (entre civil ou militar) foi assassinado por dia no ano de 2017. Já o último anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2019 aponta que, em 2018 teve uma redução de 8% das mortes de policiais civis e militares em serviço, com relação a 2017, no entanto mais policiais foram vítimas de suicídio comparado a quantidade que morreu em decorrência de confrontos nas ruas. Foram 104 suicídios no país, o equivalente a dois policiais mortos a cada semana, situação que expõem a face da violência e letalidade da tarefa do policial na sociedade brasileira.

Os policiais enfrentam a criminalidade de perto e estão vivenciando as consequências das transformações contemporâneas, da falta de reestruturações no país e principalmente a falta de investimentos na segurança pública. É indiscutível que há necessidade urgente de reformas no âmbito da segurança pública, mudanças concretas que garantam maior segurança à população e melhores condições de trabalho aos PM, que diariamente estão expostos aos riscos físicos e psíquicos na realização de seu trabalho.

Alguns autores apontam que dentre os fatores que favorecem o sofrimento e o adoecimento na categoria dos PM, está a precarização do trabalho policial, a criminalidade que enfrentam no dia-a-dia não traz tantos danos quanto a falta de condições para exercer a sua função. Os estudos expõem os impactos das mudanças políticas e econômicas para a segurança pública, como: falta de investimento na Polícia Militar, a falta de reconhecimento do trabalho do policial por parte dos Estados e da sociedade, as condições precárias de trabalho, os baixos salários e o alto nível de estresse entre os trabalhadores (Amador, 2000; Basílio, 2009; Minayo, Assis, & Oliveira, 2011; Souza, Minayo, Silva, & Pires, 2012; Magalhães, 2015).

Para elencar os desafios vividos pelos profissionais da Polícia Militar, utilizou-se do aporte teórico da Psicodinâmica do Trabalho (PdT), pelo fato de considerar importante a discussão sobre as intempéries do trabalho, atenuando o protagonismo das organizações do trabalho nas vivências dos trabalhadores, sejam elas positivas ou negativas. Dejours, Abdoucheli e Jayet (2015), precursor desta teoria afirma que o prazer e o sofrimento são realidades nos contextos de trabalho e, cita que certas formas de gestão propiciam o sofrimento e conseqüentemente o adoecimento.

Para a abordagem da PdT, o sofrimento no trabalho surge quando as exigências das organizações ultrapassam o que foi prescrito como atribuições da função do trabalhador, ou

seja, quando o sujeito se depara com o real do trabalho<sup>4</sup> (Ferreira, 2013). Existe uma distância entre o que foi prescrito e o que a organização realmente exige, afinal, na prática, ocorrem os mais diversos imprevistos dos quais o trabalhador terá que dar conta. Ou seja, quando o sujeito se depara com o trabalho em sua totalidade, ele deve mobilizar uma sabedoria singular criativa, uma engenhosidade para lidar com aquilo que não estava previsto.

Já o prazer atua como um princípio mobilizador da dinâmica existente entre o trabalho e o trabalhador, é importante para manutenção da saúde mental e para a continuidade do trabalho. Entretanto, a busca pelo prazer e a tentativa de evitar o sofrimento é incessante, pelo fato de o trabalho agir como inibidor daquilo que o sujeito deseja, tolhendo a subjetividade e incitando as vivências de sofrimento.

Cada indivíduo é detentor de estratégias de defesas individuais que ajudam na continuidade do trabalhar e dependem da construção histórica social de cada sujeito, sendo assim, um trabalho pode ser mais adoecedor para uns do que para outros. Ressalta-se que quando os indivíduos formam um coletivo e podem compartilhar suas defesas, torna-se mais fácil a mobilização contra os constrangimentos no trabalho.

Compreende-se que prazer e o sofrimento são indissociáveis, de modo que mesmo que as vivências de prazer se façam presentes, o sofrimento poderá aparecer quando as estratégias de defesa tiverem sido esgotadas. Ressalta-se que cada indivíduo lida com as situações de forma singular, os sentimentos e a capacidade de mobilizar-se contra as adversidades do trabalho resultam de uma combinação das experiências vividas pelo sujeito (subjetividade) somado com a dinâmica da organização do trabalho (Mendes & Muller, 2013).

Nesta perspectiva, este estudo tem como objetivo identificar nos artigos científicos brasileiros, publicados no período de 2008 a 2018, as implicações da organização e condições de trabalho nas vivências de prazer-sofrimento dos policiais militares e as repercussões à saúde física e mental.

## **Método**

Trata-se de um estudo de caráter descritivo, no qual foi realizada uma revisão de literatura com intuito de mapear e sintetizar estudos que revelam as implicações da organização do trabalho nas vivências de prazer e/ou sofrimento dos policiais militares e as repercussões à

---

<sup>4</sup> Traduz-se pela situação vivida, o encontro com o inesperado que exige investimento da subjetividade, da inteligência prática sobre a realidade enfrentada.

saúde. A Revisão Bibliográfica também denominada de Revisão de literatura evidencia a totalidade de contribuições científicas de autores sobre um tema específico (Santos & Candeloro, 2006).

A busca foi realizada nas seguintes bases de dados: SciELO, Google Acadêmico, Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), Lilacs - BVS e Periódicos Capes, por meio dos descritores: polícia militar e policial militar combinados com operador booleano AND das seguintes palavras: prazer; sofrimento; saúde mental; trabalho. Foram utilizados os seguintes critérios de inclusão: estudos brasileiros publicados entre 2008 a 2018; podendo ser de caráter qualitativo e/ou quantitativo; com foco principal nas vivências de prazer-sofrimento no trabalho e as ressonâncias na saúde dos PM. Como critérios de exclusão: artigos de revisão; estudos que não fazem articulação específica com os policiais militares e/ou não abordam a temática das vivências subjetivas no trabalho desses sujeitos. Foram identificados no total 64 estudos, que passaram pela leitura dos títulos e resumos e assim foram selecionados 24 estudos que atenderam todos os critérios para inclusão neste estudo.

Como método de análise optou-se pela leitura dos resumos, métodos e resultados. Os achados foram sintetizados por grupos temáticos, isto é, seguindo a Análise de Conteúdo, “operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento” (Bardin, 2011, p. 117), ou seja, isolam-se os elementos e os subdividindo procurando impor certa organização de sentido entre as categorias mais elencadas, sendo estas: Ano de publicação; A formação do policial militar; A organização do trabalho e o prazer e sofrimento dos policiais; Ressonâncias do trabalho da polícia militar à saúde física e mental; A relação entre o estresse e a profissão do policial militar.

## **Resultados e Discussão**

Como resultados observou-se que a maior quantidade de estudos publicados que abordam temáticas relacionadas aos PM, se deu nos anos de 2014 e 2015, onde os índices de violência no Brasil, apesar de obter uma redução de 2,5%, ainda eram assustadores e a situação da segurança pública estava se agravando (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2017).

A tabela 1 sistematiza o resultado do levantamento bibliográfico acerca dos estudos sobre a temática, em ordem decrescente em relação ao ano de publicação.

**Tabela 01:** Síntese dos estudos publicados sobre a polícia militar no período de 2008 a 2018.

AUTOR (ES)/ANO	DELINEAMENTO	RESULTADOS
<b>Bravo, Barbosa &amp; Calamita (2017)</b>	Estudo retrospectivo, transversal, de abordagem quantitativa, realizado com 285 policiais militares que trabalham na região de Marília (SP), e são atendidos na Unidade Integrada de Saúde (UIS) do 9º BPM/I.	Os traumas e problemas ortopédicos foram os que mais levaram os policiais a se afastarem de suas atividades laborais, correspondendo a um total de 154 dias de absenteísmo em um ano.
<b>Cunha (2017)</b>	Pesquisa-ação de natureza descritiva e qualitativa, realizado estudo de caso. Foram feitas sete sessões de escuta clínica para acessar o sofrimento de um policial afastado do trabalho.	Existe uma contradição entre o trabalho prescrito e o real do trabalho. A busca incessante pelo reconhecimento desencadeou sofrimento.
<b>Bravo, Barbosa &amp; Calamita (2016)</b>	Estudo quanti-qualitativo, retrospectivo e transversal. Coletaram dados a partir de 285 prontuários relativos ao ano de 2012 e de uma entrevista semiestruturada com policiais atendidos na Unidade Integrada de Saúde (UIS).	As maiores causas de absenteísmo foram por traumas e problemas ortopédicos. A atividade da Polícia Militar parece favorecer diretamente o sofrimento, o envelhecimento e propiciar o absenteísmo-doença.
<b>Coelho, Antloga, Maia &amp; Takaki (2016)</b>	Estudo de caso, correlacional e abordagem quantitativa. Utilizou o Inventário de Avaliação de Qualidade de Vida no Trabalho e a Escala de Autoeficácia Geral em 1027 policiais militares.	Os autores encontraram relação significativa entre a crença de autoeficácia e melhora na Qualidade de Vida no Trabalho.
<b>Ferreira (2016)</b>	Pesquisa qualitativa, realizada por meio de 13 entrevistas semiestruturadas analisadas sob a técnica de análise de conteúdo (Bardin, 1977) e análise documental.	Os resultados indicam exigências psicofisiológicas que causam desconforto, constrangimentos e adoecimento nos policiais. Verificou-se também resistência, enfrentamento e ressignificação do sofrimento.
<b>Turte-Cavadinha (2016)</b>	Estudo qualitativo descritivo, que utilizou entrevistas individuais, com 24 policiais de Brasília/DF, que atuassem ou estivessem atuando no policiamento ostensivo.	A militarização molda a subjetividade dos policiais, e causa impedimentos para que estes indivíduos enfrentem as situações conflituosas e expressem as suas emoções.
<b>Lima, Blank &amp; Menegon (2015)</b>	Trata-se de um estudo epidemiológico, descritivo de corte transversal. Estimou a prevalência de Transtorno Mental e Comportamental (TMC) em Policiais Militares de Licença para	A análise verificou prevalência de TMC de 24% e fator de associação positiva de TMC e hierarquia. Os resultados demonstram alta prevalência de

	Tratamento de Saúde (LTS) em Florianópolis/SC.	licença para tratamento de saúde por TMC.
<b>Machado, Traesel &amp; Merlo (2015)</b>	Pesquisa qualitativa, de abordagem exploratória. Os autores realizaram um grupo de escuta e discussão com 4 profissionais da brigada militar do Rio Grande do Sul, embasados teórico e metodologicamente na Psicodinâmica do Trabalho.	Rotina laboral intensa, alto nível de estresse, desgaste físico e emocional, além do sentimento de não ser reconhecido e valorizado pela comunidade e por seus superiores. Lidam com limites, pressões e decisões, mantendo-se em estado de alerta e tensão constantes.
<b>Lopes &amp; Leite (2015)</b>	Estudo de caráter exploratório e analítico, embasado na Psicologia Histórico-Cultural. Participaram da pesquisa sete policiais militares que apresentavam algum tipo de deficiência. Utilizaram entrevistas e relatos.	A exclusão do policial com deficiência de seu contexto de trabalho reforça a visão da deficiência enquanto sinônimo de ineficiência e invalidez.
<b>Magalhães (2015)</b>	Estudo qualitativo, realizado por meio de entrevistas, pesquisa documental e observação-participante do Curso de Formação e Habilitação de policiais do Espírito Santo.	A atividade do policial é marcada pela imprevisibilidade e pelos princípios da hierarquia e disciplina. Ser policial exige uma série de regras e modos de vida que traçam uma condição policial de ser.
<b>Fonseca, Oliveira-Silva &amp; Naves-Silva (2014)</b>	A partir da Psicodinâmica do Trabalho, a presente pesquisa utilizou o Protocolo de Avaliação dos Riscos Psicossociais no Trabalho – PROART em 552 Policiais Militares do Distrito Federal.	Os resultados indicaram deficiência relacionada à divisão das tarefas, os estilos de gestão são individualistas e normativos. Esgotamento mental apareceu como indicador de sofrimento patológico e os danos físicos constituem uma realidade.
<b>Liz, Silva, Arab, Viana, Brandt, Vasconcellos &amp; Andrade (2014)</b>	Trata-se de um estudo de caráter descritivo de campo, do tipo comparativo. Utilizou alguns questionários e uma escala com 86 policiais homens de um batalhão de Florianópolis.	As maiores médias de estresse percebido foram verificadas em policiais insuficientemente ativos, nos que possuíam até 35 anos de idade, nos que já passaram por algum evento traumático na carreira e nos que atuam na área operacional.
<b>Paulino &amp; Lourinho (2014)</b>	Estudo de abordagem qualitativa, utilizando-se de entrevistas semiestruturadas com seis policiais do Ceará, observações e análise dos afastamentos por problemas psiquiátricos.	É revelado que além da existência de vários fatores, há associação com a falta de investimento em prevenção e promoção da saúde dos policiais militares.
<b>Cândido (2013)</b>	Foram utilizados quatro questionários numa amostra de 37 Policiais Militares, com o objetivo	Os resultados mostraram, que 40,54% dos respondentes apresentaram distúrbios

	de avaliar a saúde mental e a relação com a atividade laboral dos Policiais Militares que atuam na cidade de Palhoça – SC.	psiquiátricos menores, enquanto 97,06% apresentaram fenômenos incapacitantes ou angustiantes e 52,38% estão com sobrecarga de trabalho.
<b>Sales (2013)</b>	Foi realizado um estudo etnográfico sobre a trajetória de vida de três militares, com o objetivo de compreender como se estabelece a lógica explicativa sobre a atividade fim como parte do adoecimento do sujeito.	Parte do adoecimento deve-se a dois tipos de problemas constituintes de sua rotina de trabalho: os problemas que afetam diretamente o corpo do indivíduo e violências simbólicas que incidem diretamente na mente.
<b>Couto, Brito, Vasconcelos-Silva &amp; Lucchese (2012)</b>	Estudo quantitativo, com um grupo de 325 policiais, alunos dos cursos de Formação de Oficiais da Polícia Militar de um estado do Sudeste brasileiro. Instrumentos: Inventário de Sintomas de Estresse de Lipp (ISSL) e Checklist de Relações Interpessoais – Revisado (CLOIT-R).	Há sintomas de estresse em 55,9% da amostra, há também o efeito positivo do tempo de carreira na saúde dos policiais, primeiro pela redução dos sintomas de estresse e de características interpessoais negativas ao longo da carreira, e segundo pelo aumento correspondente entre as características interpessoais positivas e tempo de carreira.
<b>Couto, Vandenberghe &amp; Brito (2012)</b>	Estudo quantitativo, com intuito de verificar como as interações interpessoais se relacionam com o estresse e investigar uma evidência de validade para o Checklist de Relações Interpessoais II (CLOIT-II). Participaram 327 soldados.	Os resultados apontaram correlações positivas significativas entre estresse e posições interpessoais baseadas em hostilidade e ausência de correlação com posições interpessoais amigáveis.
<b>Muller (2012)</b>	Estudo qualitativo, com abordagem na Psicodinâmica do Trabalho. Realizado com aproximadamente 12 policiais do Pelotão de Operações Especiais (POE) do 25º Batalhão da Brigada Militar de São Leopoldo.	Conclui-se que o POE representa um espaço de trabalho que possibilita a vivência de prazer, devido: 1) às características da tarefa; 2) à gestão do trabalho; 3) às Condições de Trabalho; 4) às Relações de Trabalho.
<b>Souza, Minayo, Silva &amp; Pires (2012)</b>	Análise dos dados quantitativos de uma pesquisa de corte transversal, a qual buscou investigar os fatores associados ao sofrimento psíquico dos policiais militares do Rio de Janeiro.	Relação entre sofrimento psíquico e fatores como: capacidade de reagir a situações difíceis e grau de satisfação com a vida; problemas de saúde e condições adversas de trabalho, como carga excessiva, constante exposição ao estresse e à vitimização.

<b>Dantas, Brito, Rodrigues, &amp; Maciente (2010)</b>	Com objetivo de verificar o nível de estresse em policiais militares, foi utilizado o Inventário de Sintomas de Stress para Adultos de Lipp (ISSL) em trinta e oito policiais militares, de ambos os sexos, maiores de 18 anos, em uma unidade do batalhão no sul de Minas Gerais.	Foi verificado que 45% apresentaram estresse em algum nível, com predominância da fase de resistência. Em relação ao gênero, constatou-se que policiais militares do sexo feminino apresentaram mais estresse, bem como aqueles que estão entre 25 e 42 anos.
<b>Oliveira &amp; Bardagi (2010)</b>	Estudo comparativo dos níveis de estresse e comprometimento na carreira de 75 policiais militares de Santa Maria (RS). Instrumentos: Questionário sociodemográfico; Escala de Comprometimento com a Carreira e um Inventário de Sintomas de Estresse para Adultos.	57,3% dos participantes apresentaram sintomatologia de estresse, as mulheres em maior escala de severidade. Os resultados indicam que quanto maior o risco envolvido, menor é a segurança em relação à carreira.
<b>Oliveira &amp; Santos (2010)</b>	Estudo exploratório descritivo, utilizando uma escala com 30 questões, em um total de 24 policiais militares de dois Batalhões da Polícia Militar de São Paulo.	91,7% dos participantes sempre ou às vezes se percebiam estressados, 88,3% sempre ou às vezes se sentiam emocionalmente cansados após o dia de trabalho, 62,5% afirmaram que às vezes se percebiam agressivos no trabalho, 20,8% já pensaram em suicídio.
<b>Basílio (2009)</b>	Este estudo é exploratório e utilizou-se de pesquisa de campo, documental e bibliográfica. Foram realizadas 24 entrevistas semiestruturadas.	O estudo evidencia o processo de formação anacrônico do policial militar no Estado do Rio de Janeiro, no que tange à construção cognitiva necessária para este profissional que trabalha com alta complexidade.
<b>Silva &amp; Vieira (2008)</b>	Estudo de caráter exploratório-descritivo, baseado na Ergonomia da Atividade e na PdT. Coleta de dados: observação, análise documental e entrevistas individuais e coletivas com 19 PMs de João Pessoa/PB.	O policial militar está no centro de uma complexa constituição de forças advindas da organização do trabalho, da precarização do trabalho e, por fim, da sociedade contemporânea, favorecendo o seu sofrimento psíquico.

**Fonte:** Elaborada pelos autores (2020).

Posterior a sistematização por ano de publicação, agrupou-se estes estudos em categorias das quais as temáticas se complementavam ao longo do estudo bibliográfico.

## A formação do policial militar

Para ser um (a) agente militar é necessário aprovação em concurso público de provas e títulos e também ser aprovado (a) no Curso de Formação para Praças PM. Este curso de formação tem em média duração de nove meses, e somente após aprovação neste curso os aspirantes a soldados podem ingressar de fato na Corporação da Polícia Militar Estadual.

O curso de formação se constitui na primeira etapa de socialização dos novos membros, sendo a sua finalidade a introdução dos conhecimentos, habilidades e técnicas necessárias para o exercício profissional. Basílio (2009) esclarece que a principal função da academia de polícia é a preparação do sujeito para interagir com o meio pelo qual foi recrutado a trabalhar, para lidar com os diversos conflitos sociais os quais irá se deparar. Devido à complexidade do trabalho policial, a capacitação adequada e específica, antes da prática propriamente dita, torna-se de fundamental importância, porém, de acordo com o autor, o curso de formação policial não tem cumprindo com seu objetivo.

De acordo com o relato de 24 policiais do Rio de Janeiro, Basílio (2009) concluiu que o processo de formação não capacita o profissional para interagir com o seu meio conforme se espera, há um desvio de finalidade no curso de formação, por vezes o aluno-soldado é solicitado a realizar tarefas que não englobam o processo de formação policial, como por exemplo serviços de limpeza, manutenção de equipamentos, pintura, dentre outras. É requisitado a ele realizar tarefas que preenchem a lacuna deixada pela falta de funcionários dentro da instituição.

Magalhães (2015) também escreveu sobre o início da trajetória desses profissionais, a autora adentrou na Corporação da Polícia Militar do Espírito Santo e fez observações acerca do curso de formação de alunos-soldados. Em seus resultados a autora concluiu que a atividade de trabalho dos PM é atravessada pelo inesperado, sendo a formação o meio pelo qual se pretende fechar a lacuna da imprevisibilidade, no entanto, vem servindo para ensinar o viver como policial, os fundamentos da condição de ser/estar PM, fomentando uma produção de formação e um padrão de comportamento característico de polícia.

As corporações militares têm uma cultura rigorosa, baseada na hierarquia e disciplina, sendo repassada ao longo dos anos sem reformulações significativas. De acordo com os achados de Basílio (2009, p. 24), o PM está sendo formado dentro de uma cultura militarizada, “[...] na qual o menor elemento dentro de sua hierarquia, deveria somente cumprir ordens”. Acerca das instituições engessadas, que não têm espaço para (re) criação, Dejours (1992) aponta que uma organização de trabalho rígida e imutável é mais temida do que as condições precárias de trabalho, visto esta última poder ser adaptada.

Magalhães (2015) alerta para os moldes rígidos das corporações militares e menciona a necessidade de espaço onde os PM possam se colocar livremente e contribuir com as suas vivências dentro da corporação. Basílio (2009) corrobora, enfatizando que o processo de formação do policial é obsoleto e não leva em consideração a construção cognitiva dos indivíduos que vão lidar com a complexidade de sua atividade na prática.

Além do desvio de finalidade do curso de formação e dos moldes rígidos da Polícia Militar, Basílio (2009) cita que não há investimento adequado na infraestrutura do curso de formação, falta munições para as instruções de tiro, os instrutores não são selecionados adequadamente, a transmissão de conhecimentos sobre direito penal, administrativo e constitucional é insuficiente, sem contar o treinamento precário de manuseio e utilização das armas, bem como a transmissão das técnicas de abordagem que os habilitam à prática na rua.

Por fim, o curso de formação é uma estratégia fundamental de transmissão de conhecimentos, normas, técnicas e dever desse campo de atuação, mas, vem servindo para enquadrar as relações dentro e fora da corporação, idealizando um perfil de identidade policial. Os policiais relatam que não se sentem preparados para lidar com os conflitos cotidianos exigidos na sua profissão, mesmo após o curso de formação (Basílio, 2009).

Estes estudos acima destacados reiteram que os PM estão entrando em prática sem uma base sólida de conhecimentos necessários à profissão e já no início de sua carreira passam a vivenciar contradições na sua organização do trabalho. Este processo cria uma distância entre o prescrito do trabalho, que são as atribuições e normas da organização e o real da atividade, que se traduz nos fatos e acontecimentos do dia-a-dia. Tem-se assim uma situação paradoxal para a profissão, enfrentar o despreparo para atuar na realidade e de outro lado assegurar a manutenção da segurança pública à sociedade.

### **A organização do trabalho e o prazer e sofrimento dos policiais**

A organização do trabalho para a Psicodinâmica do Trabalho pode se constituir em fonte de prazer e/ou sofrimento, na medida em que as relações e condições de trabalho sejam favoráveis ao prazer ou desencadeadoras de sofrimento/adoecimento. Considera-se que as vivências constrangedoras no trabalho podem ser acessadas por meio da escuta dos próprios trabalhadores, recurso que permite a fala e a reflexão sobre as experiências vividas no trabalho (Müller, 2012; Dejourns, Abdoucheli, & Jayet, 2015).

Nesta perspectiva, o estudo realizado por Ferreira (2016) com 13 policiais do Distrito Federal/DF da reserva remunerada, destaca que os elementos organizacionais e a própria

natureza do trabalho policial somado às histórias individuais dos sujeitos impõem pressões que geram fortes impactos na vida desses profissionais. A exposição aos riscos de morte e a falta de reconhecimento social podem causar desequilíbrio psíquico e impactar na subjetividade do policial. O autor acredita que a ineficácia das estratégias de enfrentamento dá lugar ao sofrimento patológico, manifestando-se em forma de doença física e psíquica.

Já Silva e Vieira (2008) identificaram como a organização da Polícia Militar se estrutura e a relacionaram com a saúde mental dos trabalhadores à luz da PdT. A precarização das condições de trabalho é apontada pelos trabalhadores como um fator de insatisfação: armas obsoletas, “[...] *nossas armas estão bem mais atrasadas que as dos bandidos que vêm de fora [...]*” (Silva & Vieira, 2008, p. 166, grifo original), viaturas insuficientes e sem reparo, falta de reconhecimento, salários baixos. Além das repercussões da hierarquia verticalizada, onde uns pensam e outros exclusivamente executam, fomentando uma relação de poder.

Alguns relatos convocam o leitor a refletir sobre a produção de sentidos quanto à condição de sujeito desses profissionais, “*Por trás desta farda existe um ser humano [...]*” (Silva & Vieira, 2008, p. 165, grifo original). Nesse sentido, os autores apontam para alguns aspectos envolvidos na relação entre atividade policial e saúde mental, com possíveis desdobramentos em alcoolismo, depressão e até mesmo no suicídio.

No estudo de Cunha (2017) com um policial militar afastado do trabalho, realizou sete sessões de escuta clínica e concluiu que existe uma contradição entre o trabalho prescrito e o real do trabalho, sendo que a busca incessante pelo reconhecimento gerou um estado de desamparo levando à frustração, angústia e fobia. O sujeito utilizou o álcool como subterfúgio para suportar as vivências de sofrimento desencadeadas no decorrer de sua trajetória, atravessadas pelos conflitos profissionais e pessoais.

Já outra pesquisa Fonseca, Oliveira-Silva e Naves-Silva (2014) utilizaram um instrumento idealizado por Facas (2013), o Protocolo de Avaliação dos Riscos Psicossociais no Trabalho (PROART) para saber quais dimensões constituem fatores de riscos psicossociais no trabalho do PM do Distrito Federal. Os resultados do protocolo indicam a deficiência relacionada à divisão das tarefas, os estilos de gestão individualistas e normativos, o esgotamento mental apareceu como indicador de sofrimento patogênico e os danos físicos consistem em um dano significativo na realidade de trabalho dos sujeitos participantes.

Na investigação de Machado, Traesel e Merlo (2015), os pesquisadores realizaram um grupo de escuta e discussão para investigar as vivências coletivas e os impactos destas na saúde e subjetividade dos PM do Pelotão de Operações Especiais (POE) de um município do Rio Grande do Sul. Os autores constaram que estes profissionais possuem uma rotina intensa, alto

nível de estresse, desgaste físico, psíquico, além da falta de reconhecimento pela sociedade e seus superiores. Mas, os autores enfatizaram as vivências de prazer como servir à população, ser útil, cumprir o que foi solicitado. O prazer advindo do dever cumprido aplaca o sofrimento vivenciado diante dos riscos e da pressão.

Na análise de Müller (2012) com 12 policiais do Pelotão de Operações Especiais (POE) do 25º Batalhão da Brigada Militar de São Leopoldo, que atuam com demandas especiais, com foco no tráfico de drogas e no crime organizado, observou que os PMs apresentam vivências de prazer dentro da sua organização de trabalho. As experiências de prazer eram constituídas por momentos de formação e atuação coletiva, como: treinamento contínuo, atuação em grupo (diminuindo a vulnerabilidade a imprevistos), a possibilidade de um encontro semanal para discussões das operações (espaço de escuta coletiva) e outros fatores que contribuem para as vivências de prazer dentro dessa configuração de trabalho. O pelotão conta com maior apoio institucional, melhores equipamentos e quantitativo de pessoal suficiente para o trabalho coletivo, diferenciando-se dos policiais da radiopatrulha.

O estudo conclui que entre as principais diferenças entre os policiais do POE e da Rádio Patrulha (RP) são: pouco tempo de treinamento, falta de policiais efetivos para trabalho coletivo, falta de aprimoramento das técnicas de abordagem e a falta de atenção no que diz respeito aos fatores psicológicos dos policiais.

Vários fatores adversos da organização da Polícia Militar não contribuem para o enfrentamento dos paradoxos no trabalho do policial, como: condições precárias de trabalho, relações interpessoais conflituosas entre superiores e subordinados, falta de valorização profissional, progressão de carreira e, ainda, falta de reconhecimento por parte da sociedade. Estas problemáticas não são sanadas e nem amenizadas por palestras motivacionais ou pela crença dos trabalhadores em suas altas capacidades profissionais (Coelho, *et al.*, 2016).

Portanto, pode-se perceber que existe uma relação direta entre as condições de trabalho e as vivências individuais e coletivas dos trabalhadores. Quando submetidos às condições precárias, maiores as chances de sofrimento/adoecimento, em contrapartida, quando as condições dadas pela organização do trabalho são “especiais”, o sentimento de prazer se faz mais presente.

### **Ressonâncias do trabalho da polícia militar à saúde física e mental**

Ao analisar a definição de saúde da Organização Mundial de Saúde como “um estado de completo bem-estar físico, mental e social [...]” (OMS, 2006), compreende-se que é

necessário um equilíbrio perfeito entre todos os fatores constituintes da vida de um ser humano, algo que dificilmente possa ser alcançado. Dejours, Dessors e Desriaux (1993) defende que saúde não é um estado ou algo que se tenha ou não, mas sim aquilo que almejamos e devemos conquistar, deve-se ter liberdade para buscar tudo aquilo que proporciona o bem-estar, ou seja, é o ideal e não uma realidade. O trabalho é um dos fatores fundamentais para o desenvolvimento dos sujeitos, e está presente em grande parte da vida dos indivíduos, porém, o próprio trabalho traz instabilidade ao bem-estar do ser humano, pode provocar desconforto e sofrimento.

O trabalho é um dos responsáveis pela construção da identidade, estruturação das funções psíquicas, das relações sociais, além da subsistência e qualidade de vida dos indivíduos. Porém, o trabalhar é desafiador e está em constante transformação, pode ser fonte de prazer e ao mesmo tempo de sofrimento, ressoando na saúde dos indivíduos (Dejours, Abdoucheli, & Jayet, 2015). Então, não há como pensar em saúde, sem pensar nas questões que emanam das relações de trabalho, sendo o completo bem-estar físico e psíquico uma busca incessante dos sujeitos, principalmente quando se fala sobre o mundo do trabalho.

Diante disso, observa-se a importância dos estudos que versam sobre a saúde dos profissionais da Polícia Militar, atividade na qual o risco físico e psicológico é elemento estruturante da própria profissão. São grandes as exigências sobre o porte físico dos policiais, eles precisam ter condicionamento adequado para encarar as demandas do dia-a-dia, ter um perfil psicológico quase imune ao estresse cotidiano, às pressões da sociedade e do Estado e, coragem para enfrentar a criminalidade sem a mínima condição de trabalho.

Turte-Cavadinha (2016) menciona que os PM estão à margem das discussões sobre a Saúde do Trabalhador e conseqüentemente das ações de melhorias, pelo fato de estarem em uma condição diferenciada. De acordo com o Decreto-Lei Nº 09-A, de 09 de março de 1982, Art. 3º do Estatuto dos Policiais Militares da Polícia Militar do Estado de Rondônia, “Os membros da Polícia Militar, em razão de sua destinação constitucional, natureza e organização, formam uma categoria especial de servidores públicos denominados policiais-militares” (p. 2). Nessa condição, seus deveres são ampliados e seus direitos diferenciados dos civis.

Com condições diferenciadas, os PM possuem uma responsabilidade muito grande que têm afetado diretamente a sua saúde psíquica, Souza *et al.* (2012) publicaram uma pesquisa a respeito da investigação dos fatores associados ao sofrimento psíquico dos PM do Rio de Janeiro. Os autores analisaram dados de uma pesquisa de corte transversal, cujo objetivo era estudar a qualidade de vida e as condições de saúde de trabalho dos PM do Rio de Janeiro.

A capacidade de reagir a situações difíceis, o grau de satisfação com a vida, o comprometimento das condições de saúde física e mental, o trabalho, horário, estresse e a

vitimização<sup>5</sup> são alguns fatores observados no estudo que influenciam no desencadeamento de sofrimento psíquico entre os PM. O constante risco pelo qual os policiais estão expostos geram tensões e podem resultar em prejuízos à sua saúde física e psíquica. A insatisfação com vários aspectos da vida, incluindo o trabalho, aumenta a possibilidade de sofrimento psíquico dessa categoria.

Já Sales (2013) citou dois tipos de problemas constituintes da profissão do policial militar: o primeiro diz respeito aos fatores que afetam diretamente o físico do indivíduo, como: as condições insalubres, a falta de equipamentos de segurança (armas, coletes, munições), as escalas exaustivas, de prontidão no sol, dentre outros. O segundo está ligado diretamente às “[...] violências simbólicas que incidem diretamente na mente do indivíduo, provocando uma dor invisível capaz de gerar sofrimentos, como o assédio moral, humilhação, abuso de autoridade e as punições veladas [...]” (p. 5), sendo estas as mais recorrentes nas narrativas dos sujeitos.

Com relação ao tema saúde mental e trabalho, mais especificamente, Lima, Blank e Menegon (2015) constataram que 24% dos PM da região metropolitana de Florianópolis que estavam em licença para tratamento no ano de 2012 possuíam algum tipo de Transtorno Mental e Comportamental (TMC), havendo uma correlação positiva entre o TMC e o posto hierárquico. Quanto mais alta a patente, maior é a autoridade e responsabilidade, conseqüentemente, maior a exigência e pressão exercidas diante daquele profissional, conseqüentemente maiores são os impactos em sua saúde.

Paulino e Lourinho (2014) corroboram os fatores de risco citados acima e citam que é significativamente grande o número de policiais que são afastados de suas atividades laborais acometidos por patologias, sendo os transtornos mentais os mais comuns. Os afastamentos acarretam prejuízo para o policial, para o Estado e para a população.

Cândido (2013) realizou uma pesquisa a fim de avaliar a saúde mental dos PM de Palhoça – SC e investigar se haveria relação entre a saúde mental e a atividade laboral desses profissionais, já que de acordo com os dados da Junta Médica da Corporação da Polícia Militar de Santa Catarina, 35% das licenças para tratamento de saúde são provenientes de algum tipo de transtorno mental. A autora aplicou quatro questionários em 37 PM e os resultados demonstraram que 40,54% dos participantes apresentaram distúrbios psiquiátricos menores, 97,06% apresentaram fenômenos incapacitantes ou angustiantes e 52,38% estavam com

---

<sup>5</sup> A vitimização acontece quando o policial passa por confronto com meliantes, havendo troca de tiros ou até mesmo alguma morte no local.

sobrecarga de trabalho. Apesar de contemplar uma amostra consideravelmente pequena, pode-se concluir que os resultados são bastante preocupantes, pois a maioria dos PM que fazem parte desta pesquisa encontra-se com transtornos decorrentes do estresse e da pressão causada pelo risco diário a integridade física e mental aos quais os policiais estão expostos.

De acordo com Matheus e Silva (2014), os meios de comunicação e a segurança pública brasileira construíram uma retórica do policial herói, aquele que junto com seus companheiros do *Front*, vestem suas fardas e vão ao encontro do perigo para defender e proteger em nome da lei. Para Ribeiro (2019) o mito do policial herói prejudica a criação de uma cultura de acompanhamento da saúde mental dos policiais, visto que as suas corporações os veem como imunes aos problemas e às condições estressantes da atividade, contribuindo à invisibilidade da problemática. E, quando pedem ajuda ou afastam-se por motivos de adoecimento são vistos como moles, frescos e fracos.

Mesmo nos casos de afastamentos dos policiais não há uma estratégia organizacional que possa identificar o aparecimento dos fatores de adoecimento, para que desde o início sejam tomadas medidas de combate ou controle, evitando que os profissionais sejam/estejam vulneráveis aos fatores que geram adoecimento, o estado não tem Psicólogos e Psiquiatras suficientes para cuidar da saúde mental dos policiais. Somente o investimento na Segurança Pública Brasileira pode buscar o desenvolvimento de programas de prevenção e promoção da qualidade de vida dos policiais (Paulino & Lourinho, 2014).

A pesquisa de Oliveira e Santos (2010) revelam a percepção dos próprios policiais da força tática e de rua sobre a sua saúde mental. Os resultados foram: 91,7% dos participantes sempre ou às vezes se percebiam estressados, 41,7% relataram já ter agido com impulsividade em alguma ocorrência, 88,3% sempre ou às vezes se sentiam emocionalmente cansados após o dia de trabalho, 62,5% afirmaram que às vezes se percebiam agressivos no trabalho, 20,8% já pensaram em suicídio e 8,3% nunca se sentiram realizados com a profissão.

O suicídio citado na pesquisa acima, pode vir a ser uma das consequências acarretadas pelos fatores de risco citados nestes estudos: alta tensão, estresse diário, estado de alerta constante, precariedade das condições de trabalho, falta de reconhecimento, dentre outros, geram um desgaste físico e mental muito grande no indivíduo. Porém, os poucos estudos ainda que mencionam os casos de suicídio na polícia são preocupantes e necessitam de maior atenção e visibilidade<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup> O Livro: Porque Policiais se Matam? Organizado por Dayse Miranda (2016) aprofunda essa discussão.

Contudo, entende-se o mal-estar dos policiais quando da análise e investigação qualitativa do trabalho executado nas ruas, situação comum em todo o mundo, especialmente no Brasil. Minayo, Assis e Oliveira (2011) escreveram um artigo de grande relevância, porém, esse estudo não consta no levantamento bibliográfico por fugir dos critérios de inclusão estabelecidos. Os autores realizaram um estudo com policiais civis e militares e destacam que uma das dificuldades nas investigações dar-se-á pelas restrições ao acesso a informações por parte das corporações e pelo receio dos policiais de serem prejudicados quando informam sobre si próprios como profissionais da segurança pública.

Para Rodrigues, Oliveira e Silva (2015) a sobrecarga de trabalho do policial gera falta de tempo, indisposição, má alimentação e grau de sedentarismo elevado. Mesmo com a exigência de um bom condicionamento físico os autores identificaram a falta de interesse pela prática de exercícios físicos. E pontuam que a carga horária excessiva, o relacionamento com os superiores hierárquicos e a falta de efetivos, apresentam associação com o estresse.

Bravo, Barbosa e Calamita (2016), identificaram que em 2012 as maiores causas de absenteísmo nos PM do interior de São Paulo foram por motivos de traumas e problemas ortopédicos, os autores constataram também, nas entrevistas, inúmeras queixas relacionadas ao estresse. Que estão diretamente relacionadas com as poucas condições de trabalho, os autores trazem ainda uma discussão sobre a relação entre as causas do absenteísmo e o envelhecimento funcional.

Os mesmos autores publicaram um artigo em 2017 sobre a distribuição do número de dias de absenteísmo por motivos de saúde. Analisaram 285 prontuários referentes aos mesmos sujeitos e período do estudo anterior. De acordo com os prontuários, 70,52% dos PM atendidos eram policiais combatentes, aqueles da atividade-fim na rua, e estavam em uma faixa de 11 a 20 anos de serviço. Predominaram os absenteísmos por motivos relacionados a traumas e problemas ortopédicos, correspondendo a um total de 154 dias de falta em um período de 12 meses, além de 124 dias por outros motivos, totalizando 278 dias (Bravo, Barbosa, & Calamita, 2017).

Lopes e Leite (2015) ao realizarem uma pesquisa com sete policiais acometidos por alguma deficiência adquirida no trabalho, perceberam que a exclusão do policial com deficiência reforça o estereótipo da deficiência como sinônimo de ineficiência e invalidez. A falta de abertura para permanência na corporação perpetua esse sentido e significados na vida dos PM com deficiência. Dos sete sujeitos, cinco adquiriram sua deficiência em decorrência da sua profissão, então percebe-se que há uma linha tênue entre atividade e inatividade no caso

dos PM, sendo reforçada a discrepância entre valorização e desvalorização pessoal e profissional.

Verifica-se nos estudos que tratam dessa temática que os fatores que causam o adoecimento dos PMs, independentemente do período e lugar, são comuns a esse tipo de organização do trabalho, incitando a discussão sobre onexo causal entre atividade policial e a fragilização da saúde. Os constrangimentos e contradições que assolam a qualidade de vida e saúde dos PMs é uma problemática vivenciada nas Polícias Militares do país, e causa preocupações pois os profissionais da segurança são responsáveis pelo zelo das regras sociais.

### **A relação entre o estresse e a profissão do policial militar**

O PM lida com pressões e, às vezes rapidamente, tem de tomar decisões contra qualquer ameaça à vida, sua e a de outros. Pode-se dizer que vivem constantemente no limiar da fronteira entre a vida e a morte. Diariamente, esses fatores exigem que o sujeito invista toda a sua capacidade de agir, reagir, de adaptar-se ao meio, sendo o estresse uma reação presente nas reações vivenciadas por estes profissionais.

As produções sobre o estresse na profissão do policial são expressivas, cinco estudos relacionam a profissão do policial como uma atividade suscetível ao estresse. Em observância ao contexto socioeconômico, ao aumento da violência e as exigências advindas da corporação e da sociedade, verifica-se que é uma questão crescente e recorrente no âmbito da segurança pública.

Liz *et al.* (2014) comparou a percepção de estresse em policiais militares, considerando as características ocupacionais e sociodemográficas, e chegou ao resultado de que as maiores médias de estresse foram verificadas em policiais insuficientemente ativos (que não praticam atividade física), de até 35 anos de idade, e que já passaram por algum evento traumático na carreira. Com relação à área de atuação, concluiu que o estresse é maior naqueles que atuam na área operacional (na rua). Devido às noites mal dormidas, à exigência de preparo físico, à exposição ao risco de morte, tomada de decisões imediatas, dentre outros, os profissionais que atuam diretamente com a sua atividade-fim são mais propensos ao estresse.

Já Couto *et al.* (2012) investigaram a percepção de um grupo sobre as variáveis de estresse e características de relacionamento interpessoal, divididos pelo tempo de exercício profissional. A amostra foi composta por 325 policiais do curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar de um estado no sudeste brasileiro; os resultados demonstram que 55,9% dos respondentes apresentam sintomas de estresse. Um aspecto interessante deste estudo é que os

autores verificaram que os sintomas de estresse diminuem sistematicamente conforme maior tempo de carreira dos sujeitos. Este dado entra em contradição com outro estudo (Lima, Blank, & Menegon, 2015) o qual cita que, quanto maior o tempo de carreira policial, mais responsabilidades e propensão ao adoecimento, bem como ocorre a diminuição da vitalidade.

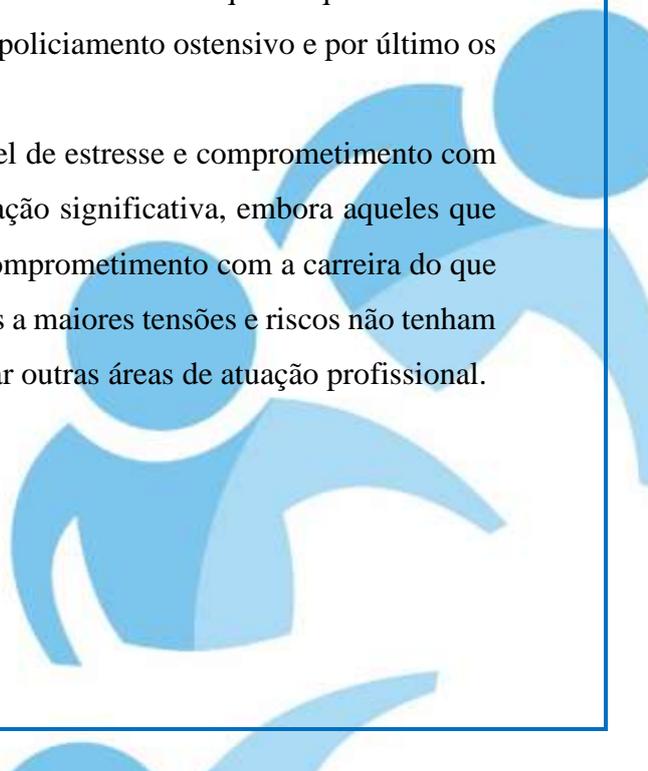
Outro fator determinante para o estresse na profissão do PM são as relações interpessoais. Num grupo com 327 policiais, Couto, Vandenberghe e Brito (2012) concluem que há correlações significativamente positivas entre estresse e posições interpessoais baseadas em hostilidade e ausência de correlação com posições interpessoais amigáveis.

Dantas *et al.* (2010) também fizeram uma pesquisa com a finalidade de verificar o nível de estresse com 38 PM, de ambos os sexos, que estavam em atividade, em uma unidade do batalhão no sul de Minas Gerais. Concluíram que 45% apresentaram estresse em algum nível, com relação ao gênero verificou-se que as policiais do sexo feminino apresentaram maiores índices de estresse. Quanto à função, observou-se que os policiais da área operacional apresentaram níveis de estresse mais elevados e maior propensão a este, corroborando os dados trazidos por Liz *et al.* (2014).

Ainda, Oliveira e Bardagi (2010) reafirmam que a atuação no policiamento ostensivo (operacional) é mais propensa a níveis mais elevados de estresse, afinal, trabalham cotidianamente enfrentando a violência, expondo sua própria vida e integridade física aos riscos provenientes de sua profissão.

As autoras compararam o nível de estresse e o comprometimento na carreira de policial militares em 75 PM, resultando em um achado de 57,3% de participantes com sintomas de estresse, sendo que a maioria era do sexo feminino. A distribuição por área de atuação, revelou que os profissionais que apresentaram maior nível de estresse foram aqueles que atuam no atendimento de emergências (190), em sequência os do policiamento ostensivo e por último os que trabalham na área administrativa.

Todavia, com relação à comparação sobre o nível de estresse e comprometimento com a carreira, as autoras concluíram que não houve correlação significativa, embora aqueles que trabalham na área administrativa apresentaram maior comprometimento com a carreira do que os demais. Considera-se que aqueles que são submetidos a maiores tensões e riscos não tenham tanta segurança perante sua carreira, podendo vislumbrar outras áreas de atuação profissional.



## Considerações finais

Compreende-se que o trabalho é constituinte da vida dos indivíduos, sendo uma das áreas responsáveis pelo bem-estar dos sujeitos. A partir da análise dos estudos apresentados, pode-se afirmar que há influência dos fatores que constituem a organização de trabalho nas vivências de prazer e/ou sofrimento dos profissionais da Polícia Militar, e conseqüentemente em sua saúde.

A Corporação da Polícia Militar é regida por dois princípios basilares: hierarquia e disciplina, e treina os indivíduos para seguir e respeitar a cultura e padrões impostos prioritariamente, ainda que tenham que subtrair sua subjetividade. A ineficácia dos cursos de formação policial é fator preocupante, pois obriga os indivíduos a lidarem com os riscos intrínsecos à profissão sem preparação adequada.

Apointa-se, inicialmente, para um dos fatores que suscita sofrimento dentro das instituições, que é a impossibilidade de criar e recriar no seu ambiente de trabalho. A falta de autonomia dentro do seu ofício de trabalho, que se traduz não só por aquilo que não se pode fazer, mas também pelo que deixou de fazer por medo, pode trazer danos à saúde do trabalhador (Lhuilier, 2011).

Em suma, os estudos analisados apontam para duas principais categorias que implicam em vivências de sofrimento dos PMs: a primeira são as características da **organização de trabalho**, com as pressões, a falta de reconhecimento da instituição e da sociedade, os moldes rígidos, a gestão verticalizada, o estresse, a falta de participação nas decisões, falta de investimentos em ações de promoção de saúde e nos profissionais; e a segunda está relacionada com as suas **condições de trabalho**: falta de treinamentos, armas obsoletas, recursos insuficientes, falta de viaturas, quantidade de pessoal reduzido, grande exposição aos riscos, salário baixo e alta carga horária.

São fatores que não só geram o sofrimento como fragilizam a saúde dos policiais impedindo-os de exercerem suas atividades com qualidade. Portanto, tais estudos reforçam a relação causal entre a atividade policial e danos à saúde física e mental desses trabalhadores.

Pode-se dizer que o sofrimento é inerente ao mundo do trabalho, pois é nele que se estabelece um conflito entre o desejo do trabalhador e as exigências da organização do trabalho. Todavia, três dos trabalhos analisados apontaram que mesmo diante dos constrangimentos, os PM têm espaço para vivenciar o prazer na sua profissão. Dois desses estudos foram realizados com um grupo específico, o Pelotão de Operações Especiais (POE) e conclui-se que o prazer vivenciado pelos seus integrantes está relacionado com as condições de trabalho diferenciadas

que possuem, ou seja, as condições de trabalho têm grandes implicações sobre o prazer, a saúde e a qualidade de vida no trabalho.

As reflexões acerca dos processos de trabalho e da saúde dos PM merecem atenção e medidas urgentes de transformação. Souza *et al.* (2012) pontuam que uma dessas medidas deve ser o desenvolvimento de espaços de escuta dos problemas cotidianos dos policiais e de momentos de grandes tensões, visando melhor desempenho técnico dos profissionais, bem como melhoria da sua qualidade de vida e de suas famílias. Igualmente, de maior investimento nos instrumentos de trabalho e nos próprios PMs.

Porém, sabe-se que as transformações necessárias no âmbito da segurança pública se configuram em uma problemática que vai muito além de uma reconfiguração na própria instituição, afinal a falta de apoio dos Estados acarreta em agravos não só para a saúde dos servidores da segurança pública, como interfere na qualidade de vida da sociedade como um todo, que vive atualmente em meio à insegurança.

Por conseguinte, ressalta-se a importância de pesquisas que busquem a compreensão dos atravessamentos dessa atividade incluindo os próprios trabalhadores, abrindo a possibilidade de reflexão dos sujeitos e ressignificação do sofrimento. As pesquisas são instrumentos importantes no respaldo de ações transformadoras em prol da instituição, do trabalhador e sobretudo da sociedade. É imprescindível que estudiosos continuem traçando caminhos de melhorias dos aspectos intrínsecos à organização e condições de trabalho dos PMs, mesmo que limitados em sua ação.



## REFERÊNCIAS

- Amador, F. S. (2000). Trabalho e saúde: considerações a respeito da categoria dos policiais militares. *O Alferes*, 15(52), 47-60. <https://revista.policiamilitar.mg.gov.br/index.php/alferes/issue/download/28/52>
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. Edições 70.
- Basílio, M. P. (2009). O desafio da formação do policial militar do estado do Rio de Janeiro: utopia ou realidade possível? *Gestão & Sociedade*, 2(3). <https://doi.org/10.21171/ges.v2i3.552>
- Brasil. Decreto-Lei Nº 09-A, de 09 de março de 1982. Estatuto dos policiais militares da polícia militar do estado de Rondônia. [http://www.cbm.ro.gov.br/anexos/menu-conteudo/%7B84243F0A-5730-41AA-955E-DAA88BEB30B3%7D\\_dl09a82estatuto.pdf](http://www.cbm.ro.gov.br/anexos/menu-conteudo/%7B84243F0A-5730-41AA-955E-DAA88BEB30B3%7D_dl09a82estatuto.pdf).
- Bravo, D. S., Barbosa, P. M. K. & Calamita, Z. C. (2017). Ausência por doença na carreira do policial militar. *Rev. enferm. UFPE on line*, 11 (7), 2758-2764. <http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/?IsisScript=iah/iah.xis&src=google&base=BDENF&lang=p&nextAction=lnk&exprSearch=32344&indexSearch=ID>
- Bravo, D. S., Barbosa, P. M. K. & Calamita, Z. C. (2016). Absenteísmo e envelhecimento no contexto ocupacional do policial militar. *Rev. Bras. Med. do trabalho*, 14(2), 134-142. <http://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1828>
- Cândido, P. E. F. (2013). *Trabalho e saúde mental em policiais militares de Palhoça (SC)*. [Dissertação de mestrado]. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC, Brasil. <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/122601>
- Coelho, E., Antloga, C., Maia, M. & Takaki, K. (2016). Autoeficácia e qualidade de vida no trabalho: um estudo com policiais militares. *Psicologia: teoria e pesquisa*, 32(spe), pp. 1-7. <http://dx.doi.org/10.1590/0102-3772e32ne220>
- Couto, G., Brito, E. A. G., Vasconcelos-Silva, A & Lucchese, R. (2012). Saúde mental do policial militar: Relações interpessoais e estresse no exercício profissional. *Psicologia Argumento*, 30(68), 185-194. <https://periodicos.pucpr.br/index.php/psicologiaargumento/article/view/20507>
- Couto, G., Vandenberghe, L & Brito, E. A. G. (2012). Interações interpessoais e estresse entre policiais militares: um estudo correlacional. *Arquivos Bras. de psicologia*, 64(2). <http://seer.psicologia.ufrj.br/index.php/abp/article/view/758>
- Cunha, A. M. S. (2017) *Narrativas do sofrimento do trabalho de um policial militar afastado* [Dissertação de mestrado]. Universidade Federal do Tocantins. Palmas, TO, Brasil. <http://dx.doi.org/10.13037/ci.vol19n39.5132>
- Dantas, M. A., Brito, D. V. C., Rodrigues, P. B. & Maciente, T. S. (2010). Avaliação de estresse em policiais militares. *Psicologia: Teoria e pesquisa*, 12(30), 66-77. [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1516-36872010000300006](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872010000300006)

- Dejours, C. (1992). *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho* (6a ed.). Cortez.
- Dejours, C., Dessors, D., Desrioux, F. (1993). Por um trabalho, fator de equilíbrio. *Revista de Administração de empresas*, 33(3), 98-104. <http://www.scielo.br/pdf/rae/v33n3/a09v33n3>
- Dejours, C., Abdoucheli, E. & Jayet, C. (2015). *Psicodinâmica do trabalho: contribuições da escola Dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho* (BETIOL, M. I. S., Trad.). Atlas.
- Facas, E. P. (2013). Prazer-sofrimento no trabalho: a abordagem psicodinâmica do trabalho. In V. L. D. C. Schlindwein (Org.), *Saúde mental e trabalho na Amazônia: Múltiplas leituras sobre prazer e sofrimento no trabalho* (cap.3, pp. 40-53). Edufro.
- Ferreira, L. B. (2016). Mesmo com o sacrifício da própria vida: Vivências de prazer e sofrimento do trabalho entre policiais militares do DF. [Dissertação de mestrado]. Universidade de Brasília. Brasília, DF. [http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNB\\_ac25525df0e5a01184acd409ac49fca1](http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNB_ac25525df0e5a01184acd409ac49fca1)
- Ferreira, J. B. (2013). Real do trabalho. In: Vieira, F. O., Mendes, A. M. & Merlo, A. R. C. (Orgs.) *Dicionário Crítico de Gestão e Psicodinâmica do Trabalho*. Juruá editora.
- Fonseca, D. M., Silva-Oliveira, M. & Silva-Naves, R. J. (2014). A organização do trabalho e os riscos psicossociais na Polícia Militar do Distrito Federal. Pós-Graduação Lato Sensu em Psicodinâmica do Trabalho. [Monografia de especialização]. Universidade de Brasília. Brasília, DF. <http://bdm.unb.br/handle/10483/9780>
- Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (2019). *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2019*. São Paulo. <https://www.cartacapital.com.br/wp-content/uploads/2019/09/Anuario-2019-FINAL-v3.pdf>
- Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (2018). *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2018*. São Paulo. <http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/03/Anuario-Brasileiro-de-Seguran%C3%A7a-P%C3%ABblica-2018.pdf>
- Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (2017). *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2017*. São Paulo. [http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2017/12/ANUARIO\\_11\\_2017.pdf](http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2017/12/ANUARIO_11_2017.pdf)
- Lima, F. P., Blank, L. G. & Menegon, F. A. (2015). Prevalência de transtorno mental e comportamental em policiais militares/SC, em licença para tratamento de saúde. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 35(3), 824-840. <http://dx.doi.org/10.1590/1982-3703002242013>
- Liz, C. M., Silva, L. C., Arab, C., Viana, M. S., Brandt, R. Vasconcellos, D. I. C & Andrade, A. (2014). Características ocupacionais e sociodemográficas relacionadas ao estresse percebido de policiais militares. *Rev. Cub. Medicina Militar*, 43(4), 467-480. [http://bvvs.sld.cu/revistas/mil/vol43\\_4\\_14/mil07414.htm](http://bvvs.sld.cu/revistas/mil/vol43_4_14/mil07414.htm)
- Lhuillier, D. (2011) Filiação teóricas das clínicas do trabalho. In: Bendassolli, P. F. & Soboll, L. A. P. (Orgs.). *Clínicas do trabalho*. Atlas.

- Lopes, E. M. C. & Leite, L. P. (2015). Deficiência adquirida no trabalho em policiais militares: significados e sentidos. *Psicologia & Sociedade*, 27(3), 668-677. <http://dx.doi.org/10.1590/1807-03102015v27n3p668>
- Machado, C. E., Traesel, E. S. & Merlo, A. R. C. (2015). Profissionais da brigada militar: vivências do cotidiano e subjetividade. *Psicologia Argumento*, 33(81), 238-257. <http://dx.doi.org/10.7213/psicol.argum.33.081.AO02>
- Magalhães, J. D. M. (2015). *Entre amarras e possíveis: atividade de trabalho e modos de viver dos policiais militares capixabas em análise*. [Dissertação de mestrado]. Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, ES, Brasil. <http://repositorio.ufes.br/handle/10/2965>
- Matheus, L. C.; Silva, P. H. (2014). O herói e o desviante: medo e euforia no noticiário policial. *Intexto*, 31, 142-161. <https://seer.ufrgs.br/intexto/article/view/49127/32204>
- Mendes, A. M. & Muller, T. C. (2013). Prazer no trabalho. In.: Vieira, F. O., Mendes, A. M. & Merlo, Á. R. C. (Orgs.), *Dicionário crítico de gestão e psicodinâmica do trabalho* (pp. 289-307). Juruá.
- Minayo, M. C. D. S., Assis, S. G. D. & Oliveira, R. V. C. D. (2011) Impacto das atividades profissionais na saúde física e mental dos policiais civis e militares do Rio de Janeiro (RJ, Brasil). *Ciênc. saúde coletiva*, 16(4), 2199-2209. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232011000400019>
- Miranda, D. (2016). *Diagnóstico e prevenção do comportamento suicida na polícia militar do Estado do Rio de Janeiro* (1 ed.). Mórula Editorial.
- Miranda, D. (Org). (2016). *Por que policiais se matam? Diagnóstico e prevenção do comportamento suicida na polícia militar do Estado do Rio de Janeiro*. 1 ed. Mórula.
- Müller, D. Z. (2012). *Uma polícia especial: possibilidades de prazer no trabalho dos policiais militares do pelotão de operações especiais*. [Dissertação de mestrado]. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS, Brasil. <http://hdl.handle.net/10183/55426>
- Oliveira, P. L. M. & Bardagi, M. P. (2010). Estresse e comprometimento com a carreira em policiais militares. *Boletim de psicologia*, 59(131), 153-166. [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0006-59432009000200003](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0006-59432009000200003)
- Oliveira, K. L. & Santos, L. M. (2010). Percepção de saúde mental em policiais militares da força tática e de rua. *Sociologias*, 12(25), 224-250. <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-45222010000300009>
- Organização Mundial da Saúde. (outubro de 2006). Constituição da Organização Mundial da Saúde. *Documentos básicos, suplemento da 45ª edição*, [http://www.who.int/governance/eb/who\\_constitution\\_sp.pdf](http://www.who.int/governance/eb/who_constitution_sp.pdf)
- Paulino, F. R., Lourinho, L. A. (2014). O adoecimento psicológico do policial militar do Ceará. *Rev. Trabalho e Sociedade*, 2(2), 58-77. <https://pt.scribd.com/document/278287673/o-Adoecimento-Psicologico-Do-Policial-Militar-Do-Ceara>

- Ribeiro, A. (2019). Suicídio de policiais supera mortes em operações no país. *O Globo*, 1-3. <https://oglobo.globo.com/brasil/suicidio-de-policiais-supera-mortes-em-operacoes-no-pais-aponta-relatorio-23950319>
- Rodrigues, C. S., Oliveira, B. N. & Silva, A. L. F. (2015). Saúde do trabalhador e qualidade de vida: experiência em um batalhão de polícia comunitário do sertão cearense. *Motrivivência*, 27(44), 142-149. <https://doi.org/10.5007/2175-8042.2015v27n44p142>
- Sales, L. J. M. (2013). *Medo e sofrimento social: uma análise das narrativas de policiais militares em atendimento clínico*. [Dissertação de mestrado]. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, CE, Brasil. <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/7932>
- Santos, V. D.; Candeloro, R. J. (2006). *Trabalhos Acadêmicos: Uma orientação para a pesquisa e normas técnicas*. AGE Ltda.
- Silva, M. B. & Vieira, S. B. (2008). O processo de trabalho do militar estadual e a saúde mental. *Saúde e Sociedade*, 17(4), 161-170. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902008000400016>
- Souza, E. R., Minayo, M. C. S., Silva, J. G. & Pires, T. O. (2012). Fatores associados ao sofrimento psíquico de policiais militares do Rio de Janeiro, Brasil. *Cad. Saúde Pública*, 28(7). <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2012000700008>
- Turte-Cavadinha, S. L. (2016) *Violências, relações de gênero e poder: efeitos do trabalho sobre subjetividades e saúde mental de policiais militares*. [Tese de doutorado]. Universidade de São Paulo. São Paulo, SP, Brasil. <http://dx.doi.org/10.1590/0102-3772e32ne220>



## **PESQUISA E INTERVENÇÃO NO ENSINO SUPERIOR: CONSIDERAÇÕES A PARTIR DO “DOSSIÊ SAÚDE MENTAL E ADOECIMENTO NAS IES”**

Research and intervention in higher education: considerations from the “Dossier mental health and illness in the Higher Education Institutions”

Recherche et intervention dans l'enseignement supérieur: considérations de la «Dossier Santé mentale et maladie dans les institutions d'enseignement supérieur»

La investigación y la intervención en la educación superior: consideraciones desde el “Dossier de salud mental y la enfermedad en las instituciones de Educación Superior”

**Carlos Manoel Lopes Rodrigues**<sup>1</sup>©

Centro Universitário de Brasília, Brasília, Distrito Federal, Brasil.<sup>2</sup>

**Karine Vanessa Perez**<sup>3</sup>©

Université du Québec à Montréal, Montreal, Quebec, Canadá.

**Luciana Gisele Brun**<sup>4</sup>©

Faculdade IBGEN/FTEC, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.

### **Resumo**

Em 2019 iniciou-se a construção do Dossiê Temático "Saúde Mental e Adoecimento nas Instituições de Ensino Superior" publicado em dois volumes da Revista Trabalho (En)Cena congregando 20 artigos no total. À partir da experiência com o dossiê, este artigo apresenta algumas reflexões quanto a pesquisa e intervenção em saúde mental no contexto universitário. Em relação à pesquisa, as reflexões seguem na direção da adoção de estratégias que articulem métodos diferentes de pesquisa, na condução de estudos longitudinais, na ampliação dos atores da comunidade acadêmica estudados e da necessidade de consideração nos estudos de variáveis micro e macroeconômicas, de gênero e de raça. No campo da intervenção, pontos como a construção de espaços de fala e participação da comunidade acadêmica, investimento em programas continuados de prevenção e mudanças estruturais reais, são apontados como centrais na construção de um ambiente universitário que realmente propicie o desenvolvimento humano saudável.

**Palavras-chave:** Saúde Mental; Sofrimento Psíquico; Ensino Superior; Estudantes Universitários; Professores Universitários.

### **Abstract**

In 2019, construction began on the Thematic Dossier "Mental Health and Illness in Higher Education Institutions" published in two volumes of the Revista Trabalho (En) Cena bringing together 20 articles in total. Based on the experience with the dossier, this article presents some reflections regarding research and intervention in mental health in the university context. In relation to research, reflections move towards the adoption of strategies that articulate different research methods, in conducting longitudinal studies, in expanding the actors of the academic community studied and the need of consideration in the study of micro and macroeconomic variables, gender and race. In the field of intervention, points such as the construction of spaces for speech and participation of the

<sup>1</sup> prof.carlos.manoel@gmail.com

<sup>2</sup> SEPN 707/907 - Campus Universitário, 70790-075, Brasília/DF

<sup>3</sup> karinevanessaperez@gmail.com

<sup>4</sup> lubrun@gmail.com

academic community, investment in continued prevention programs and real structural changes, are pointed out as central to the building a university environment that real foster healthy human development.

**Keywords:** Mental health; Psychic Suffering; University education; University students; University Professors.

---

### Résumé

En 2019, le dossier thématique "Santé mentale et maladie dans les institutions d'enseignement supérieur" a été publié en deux volumes de la revue Trabalho (En)Cena, rassemblant 20 articles au total. À partir de l'expérience du dossier, cet article présente quelques réflexions sur la recherche et l'intervention en santé mentale dans le contexte universitaire. En ce qui concerne la recherche, les réflexions vont vers l'adoption de stratégies qui articulent différentes méthodes de recherche, la réalisation d'études longitudinales, l'élargissement des acteurs de la communauté universitaire étudiée et la nécessité de prendre en compte dans les études les variables micro et macroéconomiques, le genre et la race. Dans le domaine des interventions, points comme la construction d'espaces de parole et la participation de la communauté académique, l'investissement dans les programmes continus de prévention et les changements structurels réels, sont indiqués comme étant centraux dans la construction d'un environnement universitaire qui assure réellement un développement humain sain.

**Mots clés:** Santé mentale; Souffrance psychique; Enseignement supérieur; Étudiants universitaires; Professeurs d'université.

---

### Resumen

En 2019 se inició el Dossier Temático "Salud Mental y Enfermedad en Instituciones de Educación Superior" publicado en dos volúmenes de la revista Trabalho (En)Cena, que reúne 20 artículos en total. A partir de la experiencia del dossier, este artículo presenta algunas reflexiones sobre la investigación e intervención en salud mental en el contexto universitario. En relación con la investigación, las reflexiones se orientan hacia la adopción de estrategias que articulen los diferentes métodos de investigación, la realización de estudios longitudinales, la ampliación de los actores de la comunidad académica estudiada y la necesidad de considerar en los estudios las variables micro y macroeconómicas, el género y la raza. En el campo de la intervención se señalan puntos como la construcción de espacios de expresión y participación de la comunidad académica, la inversión en programas continuos de prevención y cambios estructurales reales, se apuntan como centrales en la construcción de un espacio universitario que realmente proporcione un desarrollo humano saludable.

**Palabras clave:** Salud mental; Sufrimiento psíquico; Educación superior; Estudiantes universitarios; Profesores universitarios.

---

### Introdução

Em fevereiro de 2019 a Revista Trabalho (En)Cena publicou a chamada de trabalhos para comporem o Dossiê Temático "Saúde Mental e Adoecimento nas Instituições de Ensino Superior", pensado a partir de uma série de discussões de um grupo multidisciplinar de pesquisadores e profissionais mobilizados em torno desta temática. A resposta a esta chamada foi muito positiva e chegamos ao final com um total de 21 trabalhos aceitos. Deste modo o coletivo de Editores decidiu publicar o dossiê em dois volumes, 10 artigos publicados no número 2 do volume 4 em 2019, e 11 artigos no número 1 do volume 5 em 2020.

Ao mesmo tempo que a quantidade de trabalhos pode ser vista de modo positivo por indicar o interesse da comunidade acadêmica sobre as condições de saúde no contexto do Ensino Superior, também sinaliza o estado emergencial em que se encontram estas instituições

e os diversos atores nelas inseridos. Tal indicativo converge com os efeitos já identificados e relacionados com as políticas e práticas de gestão atuais que configuram estas organizações (Ball, 2005; Bianchetti, Zuin, & Ferraz, 2018) sobre o bem-estar e saúde mental de professores (Silva & Carvalho, 2016; Diehl & Marin, 2016; Campos, Vêras, & Araújo, 2020) e estudantes (Graner & Cerqueira, 2019; Silva, 2019; Gomes, Pereira Junior, Cardoso, & Silva, 2020).

A partir da construção dos dois volumes do dossiê, este artigo tem por objetivo apresentar algumas reflexões quanto a pesquisa em saúde mental no contexto universitário, bem como quanto a construção de propostas intervenção, principalmente com enfoque preventivo e de promoção da saúde mental. Não se pretende, no entanto, uma apresentação exaustiva de todos os pontos possíveis nesta discussão, mas destacar questões que emergem quando considerados os trabalhos publicados em seu conjunto.

### **Reflexões sobre as pesquisas de saúde mental nas IES**

Durante a construção do dossiê observou-se uma tendência da pesquisa no campo como multidisciplinar, congregando pesquisadoras e pesquisadores de áreas da saúde, educação, administração e até engenharias, característica presente na pesquisa no campo da saúde mental em geral (Menezes, et al., 2018) e no contexto universitário em particular (Diehl & Marin, 2016). De maneira similar a adoção de múltiplos referenciais teóricos e metodológicos nos estudos caracterizou os estudos selecionados (Perez, Brun, & Rodrigues, 2019).

Ante a complexidade, tanto do tema da saúde mental, quanto do contexto do ensino superior, esta característica multidisciplinar surge como algo salutar, bem como a convergência de estratégias de pesquisa quantitativas e qualitativas de modo a melhor compreensão das relações e fenômenos em foco. Entretanto, ainda há que se avançar em direção a estudos onde as estratégias metodológicas possam ser coordenadas para além dos trabalhos isolados, bem como na condução de pesquisas longitudinais que ainda são esparsas na produção do campo, ainda marcado por estudos descritivos e correlacionais majoritariamente transversais (Diehl & Marin, 2016; Graner & Cerqueira, 2019).

Em termos amostrais os estudos tendem a focalizar o corpo docente e discente, ficando o corpo técnico-administrativo de certa forma invisibilizado, apesar de compor parte importante da comunidade acadêmica e estarem expostos a fatores de risco psicossociais da mesma maneira que os professores e os estudantes (Andrade, 2008; Reis, 2017; Nunes, Pellegrini, Gonçalves & Tolfo, 2017). Ainda mais invisibilizados estão os trabalhadores terceirizados que representam uma importante força de trabalho nas instituições de ensino superior, mas que

passam despercebidos tanto nas pesquisas, quando no cotidiano da vida acadêmica (Guimarães Junior & Ferreira, 2018). A condução de estudos que abarquem todos os atores no contexto universitário surge então como uma demanda ainda a ser atendida, bem como de estudos que se debrucem sobre os docentes, técnicos-administrativos e discente em IES privadas, já que a maioria dos estudos se concentram em universidades públicas.

Neste sentido, a inclusão nos estudo de forma mais intensa das variáveis gênero, raça e relativas ao contexto social e político (Cristo, et al., 2019; Graner & Cerqueira, 2019; Oliveira, Nunes, & Antloga, 2019) se faz urgente sob a pena de condução de estudos que apenas tangenciem os problemas sérios ora enfrentados. Como apontado por Oliveira, Nunes e Antloga (2019, p. 118), mulheres negras universitárias de IES públicas e privadas entrevistadas quanto a dinâmica de prazer e sofrimento no trabalho de estudar destacam o sexismo e racismo como violências presentes indicando a “a consubstancialidade de gênero, raça e classe, reafirmando a impossibilidade de análise separada dessas questões”.

### **Apontamentos sobre intervenções em saúde mental na IES**

O conhecimento acumulado com o dossiê corrobora os caminhos identificados na literatura quanto a necessidade da criação de espaços de fala, de expressão de emoções e do desenvolvimento de recurso individuais e coletivos para lidar com as situações e desafios do contexto universitário (Lantyer, Varanda, Souza, Padovani, & Viana, 2016; Neves, Ramos, Marangoni, & Martins, 2019; Ramos, 2016), bem como com o desenvolvimento de redes de apoio e fortalecimento dos vínculos sociais (Macêdo, 2018; Arenas, Viduani, Bassols, 2019; Oliveira, Nunes, & Antloga, 2019).

Outra frente de ação consiste em preparar a comunidade acadêmica a reconhecer situações de risco e de necessidades de intervenção (Celis-Baldoz, 2019), além das ações de redução dos estigmas sociais relacionados a busca de ajuda por serviços de apoio em saúde mental (Yamaguchi, et al., 2013). Neste sentido, a integração entre os atores da comunidade acadêmica é primordial na construção de relações mais horizontais e cooperativas, superando as barreiras, oposições ora encontradas (Cristo, et al., 2019; Nunes, Pellegrini, Gonçalves, & Tolfo, 2017).

Mais um ponto a superar reside no fato das intervenções ainda se basearem em iniciativas isoladas sem a constituição de uma política institucional ou nacional, principalmente no campo da prevenção (Messias, Valente, & Rosas, 2019). Em adição, as intervenções

existentes não são alvo de acompanhamento e avaliação sistemáticos, dificultando o processo de escolha e disseminação de boas práticas (Yamaguchi, et al., 2013).

Assim, as intervenções necessitam de investimento e manutenção para que não sejam apenas paliativas em momentos de crise, mas que possibilitem a construção de um ambiente acadêmico saudável (Winzer, Lindberg, Guldbrandsson, & Sidorchuk, 2018). Além disso, é necessário que as intervenções se utilizem das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) e redes sociais (Harrer, 2019) tão presentes na vida da comunidade acadêmica, a exemplo do *World Mental Health International College Student* (WMH-ICS), iniciativa da Organização Mundial de Saúde (OMS) com objetivo de desenvolvimento de uma rede baseadas em TICs para monitoramento e intervenção em saúde mental para estudantes universitários (Cuijpers, et al., 2019).

Silva e Ghizoni (2019), realizaram um levantamento em relação a algumas intervenções que vêm sendo realizadas nos últimos anos por algumas universidades. Essas atividades referem-se a núcleos de atendimento psicológico e prevenção ao adoecimento para estudantes (ENSP/Fiocruz, 2017; Dutra 2012). As pesquisadoras também mencionaram a criação de uma disciplina intitulada “Felicidade” na Universidade de Brasília (UNB), que tinha como objetivo oferecer recursos aos estudantes para enfrentarem as dificuldades provenientes da vida acadêmica e pessoal<sup>5</sup>.

Inspirada nesta experiência na UNB a professora doutora Liliam Deisy Ghizoni, juntamente com alunas de mestrado, da Universidade Federal do Tocantins (UFT) ofereceu a disciplina “Prazer e Sofrimento na Universidade”. Essa disciplina optativa buscava “a) trabalhar com os discentes o cuidar do outro e de si mesmo enquanto acadêmico; b) dialogar sobre os fatores psicológicos que interferem no desempenho acadêmico, como insegurança e desamparo, ansiedade, timidez, depressão, etc. e c) e construir coletivamente caminhos para dar espaço ao sofrimento criativo, ao prazer e a saúde mental no espaço acadêmico”Silva e Ghizoni (2019, p. 76). Diversas atividades foram realizadas a partir desta disciplina como por exemplo rodas de conversa, dinâmicas de grupo e jogos cooperativos elaboradas em conjunto com a comunidade acadêmica.

Vale destacar também outras atividades realizadas na UFT, como o projeto “Mais Vida” criado em 2018, o projeto “Silenciamento, isolamento e sofrimento dos jovens universitários”, do Laboratório de Psicanálise, Saúde e Instituição da Universidade de São Paulo, elaborado em 201, entre outros projetos iniciados nos últimos anos.

---

<sup>5</sup> Disponível em: <http://www.portalbr4.com.br/Artigo/4636/materia>. Acessado em: 06 mai 2020.

Vale ressaltar que essas atividades são esparsas e não constituem práticas rotineiras nas universidades, obtendo mais uma realização pontual. Mesmo assim é importante reconhecer a importância dessas propostas, já que tem permitido a abertura para a reflexão a respeito dos temas que envolvem o adoecimento e a saúde mental nas IES.

Em adição, mudanças estruturais são necessárias, uma vez que o cerne da questão da saúde mental no ensino superior se encontra nas práticas e políticas de gestão com foco na mercantilização, produtividade, competição e ranqueamento de instituições, professores e estudantes (Ball, 2005; Paula, Costa, & Lima, 2018). Em tempos de pesquisa “administrada” em clima de “produzir ou perecer” (Bianchetti, Zuin, & Ferraz, 2018) e de ataques ao ensino superior com o crescimento do negacionismo e de uma atitude anti-intelectual, a busca por mudanças que melhorem a saúde mental no meio universitário é também um ato de resistência.

É preciso reconhecer o trabalho dos diversos agentes do ensino superior que, muitas vezes, exige o extrapolamento das suas tarefas e funções e o emprego de uma energia criativa que só é possível com a presença da vontade e da motivação. As ações de reconhecimento devem vir de forma legítima por parte da sociedade e dos órgãos reguladores da educação superior e não contribuírem para o aumento da competição (Silva, Deusdedit-Júnior & Batista, 2015).

### **Considerações Finais**

Nesta segunda edição do “Dossiê Saúde Mental e Adoecimento nas IES” observou-se que os estudos sobre a saúde mental vêm demonstrando um aumento do interesse da sociedade em pesquisas e intervenções neste contexto nos últimos anos. Não há uma tradição em se articular as questões psíquicas e emocionais ao mundo acadêmico que inclui discentes, docentes, técnicos-administrativos e gestores. Entretanto, como demonstrado pelos pesquisadores neste dossiê, pode-se observar o quanto a saúde mental daqueles que passam parte de suas vidas nas universidades vem sendo afetada.

O funcionamento das instituições de ensino superior sofre interferências constantes do mundo do trabalho que exerce pressão por ajustes e regulações na sua estrutura administrativa, física, metodológica e econômica. Por não consideramos o mundo acadêmico e separado do universo laboral, compreendemos que as práticas presentes nestas instituições são aquelas que também estão presentes nas empresas. Dentre elas podem ser citadas a exigência de produtividade, a avaliação por número, a competitividade, a cultura da performance, além de um ambiente não propício à cooperação.

Tais fatores atingem não só os professores, trabalhadores administrativos e terceirizados, mas também os estudantes que são “medidos” por avaliações numéricas e aprendem a competir uns com os outros desde a graduação, vendo seus colegas como potenciais rivais na disputa por vagas no mercado de trabalho. Neste sentido há um meio propício para os sentimentos de solidão, dificuldades na expressão das emoções, exacerbação do individualismo e culto à meritocracia, não levando-se em conta as nuances sociais, culturais e econômicas dos sujeitos.

Há que se considerar também os aspectos macro sociais e econômicos no planejamento de ações voltadas à saúde mental no universo acadêmico. As ações que foram mencionadas nos artigos do dossiê, em sua maioria, se configuram como periféricas, já que se apresentaram como iniciativas para estudos pontuais sobre a temática.

Apesar de não se pretender concluir ou esgotar o assunto, considerou-se o valor e a importância dos estudos e das intervenções ora compilados neste segundo volume do dossiê. A iniciativa de professores, pesquisadores e alunos no desenvolvimento das intervenções descritas nos artigos promovem um aumento da visibilidade desta problemática, além de oferecerem um embasamento teórico para futuras políticas de saúde mental neste contexto. Desta forma, sugere-se a apreciação de tais iniciativas, incluindo medidas contínuas na elaboração de políticas institucionais de promoção da saúde e de prevenção ao sofrimento psíquico nas instituições de ensino superior.



## REFERÊNCIAS

- Andrade, P. R. D. (2008). *Bem-estar psicológico de servidores e funcionários técnico-administrativos das Instituições de Ensino Superior Públicas e Privadas: indicadores e antecedentes*. [Tese de Doutorado]. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, Rio Grande do Norte, Brasil.
- Arenas, D. L., Viduani, A., Bassols, A. M. S. (2019). Pega Leve – saúde mental do estudante universitário: relato de experiência. *Trabalho (En)Cena*, 4(2), 519-530. <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/encena/article/view/7440>
- Ball, S. J. (2005). Profissionalismo, gerencialismo e performatividade. *Cadernos de Pesquisa*, 35(126), 539-564. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742005000300002>
- Bianchetti, L., Zuin, A. A., & Ferraz, O. (2018). *Publique, apareça ou pereça: produtivismo acadêmico, pesquisa administrativa e plágio nos tempos da cultura digital*. SciELO-EDUFBA.
- Campos, T., Véras, R. M., & de Araújo, T. M. (2020). Trabalho docente em universidades públicas brasileiras e adoecimento mental. *Revista Docência do Ensino Superior*, 10, 1-19. <https://doi.org/10.35699/2237-5864.2020.15193>
- Celis-Baldoz, R. J. (2019). *How community college instructors in louisiana recognize student mental health needs*. [Tese de Doutorado]. Concordia University Oregon. Oregon, Estados Unidos.
- Cristo, F., Farias, I. M. S. U., Cavalcante, A. C., Medeiros, A. L. G., Lima, G. D. O., & Diogo, W. F. Q. (2019). O ensino superior e suas exigências: consequências na saúde mental dos graduandos. *Trabalho (En)Cena*, 4(2), 485-505. <https://doi.org/10.20873/2526-1487V4N2P485>
- Cuijpers, P., Auerbach, R. P., Benjet, C., Bruffaerts, R., Ebert, D., Karyotaki, E., & Kessler, R. C. (2019). The World Health Organization World Mental Health International College Student initiative: An overview. *International Journal of Methods in Psychiatric Research*, 28(2), e1761. <https://doi.org/10.1002/mpr.1761>
- Diehl, L., & Marin, A. H. (2016). Adoecimento mental em professores brasileiros: revisão sistemática da literatura. *Estudos Interdisciplinares em Psicologia*, 7(2), 64-85. <http://dx.doi.org/10.5433/2236-6407.2016v7n2p64>
- Dutra, E. (2012) Suicídio de Universitários: O Vazio Existencial de Jovens na Contemporaneidade. *Estudos e Pesquisa em Psicologia*, 12(3), 924-937. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epp/v12n3/v12n3a13.pdf>
- Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca; Fundação Oswaldo Cruz (2017). Saúde mental de jovens preocupa universidades. *Radis*, 181(8). <https://radis.ensp.fiocruz.br/index.php/home/noticias/saude-mental-de-jovens-preocupa-universidades>.
- Flett, G., Khan, A., & Su, C. (2019). Mattering and psychological well-being in college and university students: Review and recommendations for campus-based initiatives.

*International Journal of Mental Health and Addiction*, 17(3), 667-680.  
<https://doi.org/10.1007/s11469-019-00073-6>

Gomes, C. F. M., Pereira Junior, R. J., Cardoso, J. V., & Silva, D. A. D. (2020). Transtornos mentais comuns em estudantes universitários: abordagem epidemiológica sobre vulnerabilidades. *SMAD - Revista Eletrônica Saúde Mental Álcool e Drogas*, 16(1), 1-8.  
<http://dx.doi.org/10.11606/issn.1806-6976.smad.2020.157317>

Graner, K. M., & Cerqueira, A. T. D. A. R. (2019). Revisão integrativa: sofrimento psíquico em estudantes universitários e fatores associados. *Ciência & Saúde Coletiva*, 24, 1327-1346. <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232018244.09692017>

Guimarães Junior, D. S., & Ferreira, J. B. O. (2018). Sujeito em terceiro plano: uma reflexão crítica acerca da articulação entre a dinâmica da terceirização e processos de subjetivação. *Revista Psicologia Organizações e Trabalho*, 18(2), 381-389.  
<http://dx.doi.org/10.17652/rpot/2018.2.14177>

Harrer, M., Adam, S. H., Baumeister, H., Cuijpers, P., Karyotaki, E., Auerbach, R. P., ... & Ebert, D. D. (2019). Internet interventions for mental health in university students: A systematic review and meta-analysis. *International Journal of Methods in Psychiatric Research*, 28(2), e1759. <https://doi.org/10.1111/jcpp.12663>

Lantyer, A., Varanda, C., Souza, F., Padovani, R., & Viana, M. (2016). Ansiedade e qualidade de vida entre estudantes universitários ingressantes: avaliação e intervenção. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 18(2), 4-19.  
<https://doi.org/10.31505/rbtcc.v18i2.880>

Macêdo, S. (2018). Sofrimento psíquico e cuidado com universitários: reflexões e intervenções fenomenológicas. *ECOS-Estudos Contemporâneos da Subjetividade*, 8(2), 265-277.  
<http://www.periodicoshumanas.uff.br/ecos/article/view/2844>.

Menezes, A. L. D. A., Muller, M. R., Soares, T. R. D. A., Figueiredo, A. P., Correia, C. R. D. M., Corrêa, L. M., & Ortega, F. (2018). Paralelos entre a produção científica sobre saúde mental no Brasil e no campo da Saúde Mental Global: uma revisão integrativa. *Cadernos de Saúde Pública*, 34, e00158017. <https://doi.org/10.1590/0102-311x00158017>

Messias, C. M., Valente, G. S. C., & Rosas, A. M. M. T. F. (2019). Saúde mental do docente do ensino superior de enfermagem – práticas de intervenção: um estudo bibliométrico. *Revista Enfermagem Atual InDerme*, 87(25), 1-7.  
<http://www.revistaenfermagematual.com.br/index.php/revista/article/download/185/87>

Neves, A. L. M., Ramos, E. S., Marangoni, A. L., & Martins, G. C. (2019). Saúde mental e universidade experiência do “espaço de atendimento psicossocial” (EPSICO). *Trabalho (En)Cena*, 4(2), 531-542.  
<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/encena/article/view/7482>

Nunes, T. S., Pellegrini, P. G., Gonçalves, J., & Tolfo, S. R. (2017). Assédio moral contra servidores universitários: a realidade de uma Universidade Federal Brasileira. In Escudero, E. & Franco, S. (Orgs.). *El presente del futuro del trabajo II: psicología y organización del trabajo XVI* (pp. 325-332). Psicolibros Universitario.

- Oliveira, F., Nunes, T., & Antloga, C. (2019). Dinâmica de prazer e sofrimento de estudantes negras de faculdades de Brasília – Epistemicídio, racismo e machismo. *Psicologia Revista*, 28(1), 103-124. [doi:10.23925//2594-3871.2019v28i1p103-124](https://doi.org/10.23925//2594-3871.2019v28i1p103-124)
- Paula, A. S. D. N., Costa, F. J. F., & Lima, K. R. R. (2018). A condicionalidade do Estado avaliador e suas implicações na avaliação e a expansão mercantilizada da educação superior brasileira. *Revista Internacional de Educação Superior*, 4(2), 330-346. <https://doi.org/10.20396/riesup.v4i2.8650708>
- Perez, K. V., Brun, L. G., & Rodrigues, C. M. L. (2019). Saúde mental no contexto universitário: desafios e práticas. *Trabalho (En)Cena*, 4(2), 357-365. <https://doi.org/10.20873/2526-1487V4N2P357>
- Ramos, L. F. C. (2016). *O trabalho e a saúde mental dos servidores de uma IFES, usuários do programa saudavelmente: uma análise psicodinâmica*. [Dissertação de Mestrado]. Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Goiânia, Goiás, Brasil.
- Reis, K. D. (2017). *A lógica gerencialista e a saúde mental do servidor público de uma instituição de ensino superior. 2017*. [Dissertação de Mestrado]. Universidade Federal de Goiás. Goiânia, Goiás, Brasil.
- Silva, D. A. (2019). A autoestima e o comportamento suicida em estudantes universitários: uma revisão da literatura. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, (23), e422. <https://doi.org/10.25248/reas.e422.2019>
- Silva, J. V. (2019). *“Estudar, para um pós-graduando strictu sensu, é o trabalho”*. [Dissertação de Mestrado]. Universidade Federal de Tocantins. Palmas, Tocantins, Brasil.
- Silva, T. R., & Carvalho, E. A. (2016). Depressão em professores universitários: uma revisão da literatura brasileira. *Revista Uningá Review*, 28(1), 113-117. <http://revista.uninga.br/index.php/uningareviews/article/view/1840>
- Silva, R. V. S., Deusdedit-Júnior, M. & Batista, M. A. (2015). A relação entre reconhecimento, trabalho e saúde sob o olhar da Psicodinâmica do Trabalho e da Clínica da Atividade: debates em psicologia do trabalho. *Revista Interinstitucional de Psicologia*, 8(2), 415-427. [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1983-82202015000300010&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-82202015000300010&lng=pt&tlng=pt)
- Winzer, R., Lindberg, L., Guldbbrandsson, K., & Sidorchuk, A. (2018). Effects of mental health interventions for students in higher education are sustainable over time: a systematic review and meta-analysis of randomized controlled trials. *PeerJ*, 6, e4598. [doi: 10.7717/peerj.4598](https://doi.org/10.7717/peerj.4598)
- Yamaguchi, S., Wu, S. I., Biswas, M., Yate, M., Aoki, Y., Barley, E. A., & Thornicroft, G. (2013). Effects of short-term interventions to reduce mental health-related stigma in university or college students: a systematic review. *The Journal of Nervous and Mental Disease*, 201(6), 490-503. <https://doi.org/10.1097/NMD.0b013e31829480df>

## **SOLIDÃO, DEPRESSÃO E SUPORTE SOCIAL EM ESTUDANTES DE PSICOLOGIA**

Loneliness, Depression and Social Support in College Students of Psychology

Solitude, dépression et soutien social chez les étudiants en psychologie

Soledad, depresión y apoyo social en estudiantes de psicología

**Nadyara Regina Oliveira<sup>1</sup>**©

Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Departamento de Psicologia, Uberaba, MG, Brasil<sup>2</sup>

**Sabrina Martins Barroso<sup>3</sup>**©

Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Departamento de Psicologia, Uberaba, MG, Brasil

### **Resumo**

Este trabalho avaliou os níveis de solidão, sintomas depressivos e suporte social em universitários do curso de Psicologia da Universidade Federal do Triângulo Mineiro. Participaram 48 universitários, de ambos os sexos. Utilizou-se a Escala de Solidão UCLA-BR, Escala de Suporte Social, o Questionário sobre a Saúde do Paciente (PHQ-9) e um questionário complementar. Grande parte da amostra apresentou solidão leve (45,8%), mas houve triagem para Episódio Depressivo em 46,7% dos estudantes e 39,6% estavam abaixo da média de Suporte Social. Houve correlação positiva entre solidão e depressão ( $r = 0,50$ ;  $p = 0,001$ ) e negativa entre solidão e suporte social ( $r = -0,51$ ;  $p = 0,001$ ) e depressão e suporte social ( $r = -0,45$ ;  $p = 0,001$ ). Conclui-se que o estado emocional de estudantes universitários avaliados é preocupante e são necessárias intervenções para alterar o quadro observado.

**Palavras-chave:** Solidão; Depressão; Estudante universitário – Psicologia; Apoio social.

### **Abstract**

This study evaluated the levels of loneliness, depressive symptoms and social support in undergraduate students of the Psychology course at the Federal University of Triângulo. A total of 48 college students of both sexes participated. The UCLA-BR Loneliness Scale, Social Support Scale, the Patient Health Questionnaire and a complementary questionnaire were used. Most of the sample presented mild loneliness (45.8%), but there was screening for Depressive Episode in 46.7% of students and 39.6% were below the Social Support average. There was a positive correlation between loneliness and depression ( $r = 0.50$ ;  $p = 0.001$ ) and a negative correlation between loneliness and social support ( $r = -0.51$ ;  $p = 0.001$ ) and depression and social support ( $r = -0.45$ ;  $p = 0.001$ ). It is concluded that the emotional state of university students evaluated is worrying and interventions are necessary to change the observed situation.

**Keywords:** Loneliness; Depression; College students – Psychology; Social support.

### **Résumé**

Cette étude a évalué les niveaux de solitude, de symptômes dépressifs et de soutien social chez les étudiants de premier cycle du cours de psychologie de l'Université fédérale de Triângulo Mineiro. Quarante-huit étudiants des deux sexes ont participé. L'échelle de solitude de UCLA-BR, l'échelle de soutien social, le questionnaire sur la

<sup>1</sup> nadyara.oliveira@uftm.edu.br

<sup>2</sup> Centro de Pesquisas Prof. Aluizio Rosa Prata, Rua Vigário Carlos, 100 - 5º andar, sala 525. CEP: 38025-350 - Bairro Abadia - Uberaba - MG

<sup>3</sup> smb.uftm@gmail.com

santé du patient et un questionnaire complémentaire ont été utilisés. La plupart des membres de l'échantillon présentaient une légère solitude (45,8%), mais un dépistage de l'épisode dépressif a été détecté chez 46,7% des étudiants et 39,6% était inférieur à la moyenne du soutien social. Il existait une corrélation positive entre solitude et dépression ( $r = 0,50$ ;  $p = 0,001$ ) et une corrélation négative entre solitude et soutien social ( $r = -0,51$ ;  $p = 0,001$ ) et dépression et soutien social ( $r = -0,45$ ;  $p = 0,001$ ). Il est conclu que l'état émotionnel des étudiants universitaires évalué est préoccupant et que des interventions sont nécessaires pour changer la situation observée.

**Mots clés:** Solitude; Dépression; Étudiants universitaire - Psychologie; Soutien social.

---

### Resumen

Este estudio evaluó los niveles de soledad, síntomas depresivos y apoyo social en estudiantes de pregrado del curso de Psicología en la Universidad Federal de Triângulo Mineiro. Participaron cuarenta y ocho estudiantes universitarios de ambos sexos. Se utilizaron la escala de soledad UCLA-BR, la escala de apoyo social, el cuestionario de salud del paciente y un cuestionario complementario. La mayor parte de la muestra presentó una soledad leve (45.8%), pero hubo un cribado de Episodio Depresivo en el 46.7% de los estudiantes y el 39.6% estaba por debajo del promedio de Apoyo Social. Hubo una correlación positiva entre la soledad y la depresión ( $r = 0.50$ ;  $p = 0.001$ ) y una correlación negativa entre la soledad y el apoyo social ( $r = -0.51$ ;  $p = 0.001$ ) y la depresión y el apoyo social ( $r = -0.45$ ;  $p = 0.001$ ). Se concluye que el estado emocional de los estudiantes universitarios evaluados es preocupante y que las intervenciones son necesarias para cambiar la situación observada.

**Palabras clave:** Soledad; Depresión; Estudiantes universitarios (Psicología); Apoyo social.

---

### Introdução

O ingresso no ensino superior tem sido visto como complexo e possuidor de múltiplos aspectos de influência, sendo a adaptação ao novo contexto dependente de aspectos pessoais e contextuais (Espírito-Santo, & Matreno, 2015). Tomás, Ferreira, Araújo e Almeida (2015) indicam que o *coping* ativo e uma melhor percepção de suporte social são preditores de uma melhor adaptação do estudante. A não adaptação pode ocasionar em *stress*, depressão, solidão e saudades de casa (Tomás et. al, 2015) e gerar uma crise emocional no estudante (Rhodes, 2014). Deve-se atentar também para o fato de que esta fase, de forma tradicional, coincide com a transição da adolescência para a fase adulta, podendo ampliar as dificuldades desse ingresso. Dificuldades essas que podem incluir mudança de cidade, o distanciamento da família, novas relações interpessoais estabelecidas ao morar com outras pessoas (muitas vezes desconhecidas até então), novas responsabilidades (gestão pessoal, financeira, do lar, de compromissos) e cobranças por um rendimento adequado (Bolsoni-Silva, & Guerra, 2014; Castro, 2017; Vizzotto, Jesus, & Martins, 2017).

Os estudos sobre saúde mental em estudantes universitários tiveram um aumento em número de publicações a partir do ano de 1999 com os mais diversos construtos (Bardagi & Hutz, 2011). Estuda-se muito hoje no Brasil sobre ansiedade, depressão e estresse em universitários (Guimarães, 2014; Oliveira, Barroso, & Lopes, no prelo; Souza, 2017).

Segundo dados divulgados na IV Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Instituições Federais de Ensino Superior, de 2014, parceria entre

a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) e o Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), 78,9% dos estudantes universitários afirmam ter passado por alguma dificuldade emocional, que pode ter interferido na sua vida acadêmica, nos 12 meses anteriores à pesquisa (FONAPRACE, 2016); os dados da versão anterior a esta pesquisa apresentavam dados menores dessas dificuldades emocionais: 47,7% (FONAPRACE, 2011).

A pesquisa lista ainda as dificuldades emocionais relatadas pelos estudantes: ansiedade (58,3%), desânimo/falta de vontade de fazer as coisas (44,7%), insônia ou alterações significativas de sono (32,5%), sensação de desamparo/desespero/desesperança (22,5%) e sentimento de solidão (21,2%). Porcentagens menores incluíam ainda “ideia de morte” (6,3%) e “pensamento suicida” (4,1%). Os problemas emocionais podem ter influência na falta de motivação para estudar ou dificuldades de concentração, baixo desempenho acadêmico, reprovações, trancamentos de disciplinas, mudança de curso, risco de ser jubilado e trancar o curso (FONAPRACE, 2011).

Algumas dessas dificuldades emocionais remetem a sintomas que podem estar presentes em patologias como a depressão, ou os transtornos depressivos. São sintomas da depressão a presença de humor deprimido, alterações no sono e alimentação, falta de energia ou prazer em realizar atividades, sentimento de culpa ou desvalia, baixa autoestima e concentração, entre outros (APA, 2014). Os estudos sobre prevalência de depressão em estudantes universitários brasileiros, de modo geral, variam bastante em porcentagem, mas a maior parte aponta para índices inferiores ou próximos a 30% (Cremasco, & Baptista, 2017; Leão, Gomes, Ferreira, & Cavalcanti, 2018; Paula, et al., 2014; Serra, et. al, 2015; Tabalipa et. al., 2015). No entanto, alguns outros estudos têm indicado índices maiores, como o de Souza (2017), 59,2% e o de Oliveira, Barroso e Lopes (no prelo), com 63% em uma amostra de estagiários de Psicologia. Existem aspectos que podem influenciar a depressão, seja como fatores adversos ou de proteção (Souza, 2017). Dentre estes aspectos, este estudo tem seu foco em um adverso, a solidão, e um protetivo, o suporte social.

A solidão pode ser compreendida como uma percepção discrepante sobre o que a pessoa deseja em quantidade ou qualidade dos seus relacionamentos e o que ela possui (Bradley, 1970, citado por Pinheiro & Tamayo, 1984; Barroso, Baptista, & Zanon, 2018; Barroso, Oliveira, & Andrade, 2019). Esta percepção negativa possui mais influência sobre a depressão do que o isolamento social, mostrando que a solidão pode ser preditora da depressão (Barroso, Baptista, & Zanon, 2018).

Enquanto a solidão é esta percepção negativa sobre os relacionamentos, o suporte social pode ser compreendido como a percepção de ser estimado, querido, amado, valorizado e pertencer a um grupo (Cobb, 1976); ele é ainda uma percepção de se ter alguém com quem contar para obter ajuda de ordem emocional, instrumental ou financeira (Siqueira, 2008; Souza, 2017). Os estudos que relacionam solidão e suporte social têm observado que mesmo que estejam distantes de seus familiares e amigos, pessoas que se percebem amadas e protegidas não se sentem solitárias (Russel, et. al, 2012), demonstrando uma relação inversa entre solidão e suporte social (Oliveira, & Silva, 2014; Souza, 2017). Essa relação se mostra importante ao se pensar que o investimento em ações que favoreçam o suporte social, como o estímulo a novas amizades e suporte através de redes sociais, pode se mostrar eficiente para reduzir a solidão e melhorar a adaptação dos jovens ao ensino superior (Ellwardt, et. al, 2013; Tomás, et. al, 2015).

Os estudantes do curso de Psicologia, além de lidar com as dificuldades comuns de um graduando, também lidam diretamente com as emoções, a subjetividade e o sofrimento do outro. Essa especificidade do curso pode gerar frustrações e uma sobrecarga emocional para os estudantes do curso de Psicologia, principalmente para aqueles que se encontram mais vulneráveis emocionalmente (Oliveira, 2019). No entanto, ainda hoje existem poucos estudos sobre depressão e solidão em estudantes de Psicologia (Cremasco, & Baptista, 2017; Oliveira, 2019), com isso o presente estudo teve como objetivo avaliar a intensidade da solidão, realizar a triagem para depressão e verificar a percepção do suporte social dos estudantes de Psicologia da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), verificando a relação entre solidão e depressão nessa população.

## **Materiais e métodos**

### **Participantes**

O curso de graduação em Psicologia da UFTM possui cerca de 300 alunos matriculados; participaram deste estudo uma amostra de 48 estudantes deste curso, com idade entre 18 e 29 anos ( $\bar{x} = 21,5$ ; D. P.  $\pm 2,3$ ). Desses, 85,4% eram mulheres, enquanto 95,8% se declararam solteiros. Quanto à renda familiar, 55,3% declararam renda de cinco salários ou mais, 31,9% tinha renda de três a quatro salários mínimos e 12,7% renda de dois salários ou menos. Uma parcela dos estudantes (17%) declarou receber algum tipo de auxílio financeiro da universidade para ajudar em sua permanência e 91,5% declararam não ter emprego remunerado. Mais dados de caracterização da amostra são apresentados na Tabela 1, incluída nos resultados.

## **Instrumentos**

*Escala Brasileira de Solidão UCLA (UCLA-BR)*. Desenvolvida por Russell, Peplau e Cutrona (1980) e validada para o contexto brasileiro por Barroso, Andrade, Midgett e Carvalho (2016), contém 20 afirmações, com respostas em escala tipo *likert* de quatro pontos, indo de 1 (nunca) a 4 (frequentemente). O total de pontos é de até 60, sendo: 0 a 22 pontos, indicativo de solidão mínima; 23 a 35 pontos, solidão leve; 36 a 47 pontos, solidão moderada; e 48 a 60 pontos, solidão intensa (Barroso, Andrade, & Oliveira, 2016).

*Escala de Percepção de Suporte Social (EPSS)*. Instrumento brasileiro criado e validado por Siqueira (2008), composto por 29 itens que avaliam a percepção sobre a existência de suporte social prático e emocional na vida do respondente. As respostas são apresentadas em escala *likert* de quatro pontos, indo de 1 (nunca) a 4 (sempre). A escala oferece três escores, um geral, um de suporte social prático e um de suporte emocional. A pontuação varia entre 29 e 116 pontos e não existe ponto de corte, nesse caso valores maiores indicam a presença de uma melhor rede de apoio social.

*Questionário sobre a Saúde do Paciente (PHQ-9)*. Criado por Kroenke, Spitzer e Williams (2001) o instrumento foi validado para o Brasil por Lima, Vilela, Crippa e Loureiro (2009) e Santos et. al, (2013); o questionário faz a triagem depressão por meio de nove afirmações baseadas em cada um dos sintomas para episódio depressivo maior, descritos na quarta edição do Manual Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais (DSM-IV), e que foram mantidos na versão mais recente do manual, o DSM-V. As alternativas de resposta são dadas em escala *likert* de quatro pontos. Segundo ponto de corte de Santos et. al (2013), entre 0 e 9 pontos não há triagem para depressão, entre 10 e 14 pontos há triagem para episódio depressivo menor, de 15 a 19 há triagem para episódio depressivo moderado e de 20 a 27 há triagem para episódio depressivo maior.

*Questionário complementar*. Construído para esse estudo, incluiu questões sociodemográficas e perguntas sobre a rotina de sono, refeições, lazer, atividades físicas, esportes, participação em grupos, relacionamentos sociais e afetivos, doenças crônicas, uso de medicação e percepção subjetiva sobre ansiedade e tristeza.

## **Procedimento**

Os dados foram coletados entre novembro de 2014 e maio de 2015. Este estudo foi aprovado no Comitê de Ética em Pesquisa da UFTM (Protocolo 2664) e todos os participantes

assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, no qual foram explicados os riscos e benefícios da pesquisa e ofertada a possibilidade de devolutiva por e-mail, além do contato das pesquisadoras para eventuais desconfortos que viessem a aparecer durante o procedimento de pesquisa. Após a concordância dos participantes, houve o preenchimento dos instrumentos (on-line), individualmente, na plataforma virtual SurveyMonkey. A divulgação foi feita pela rede social Facebook nos grupos da universidade e do curso de Psicologia e por e-mail encaminhado a todas as turmas de Psicologia da UFTM; a duração média para responder a pesquisa foi de 30 minutos. As análises inferenciais foram feitas no programa SPSS, versão 21.0 com significância de 5%. Foram realizadas análises de frequência absoluta e relativa, medidas de tendência central e dispersão, análises de normalidade (teste Kolmogorov-Smirnov) e correlações. Como houve distribuição normal para solidão ( $KS = 0,11$ ;  $p = 0,200$ ) e para a depressão ( $KS = 0,12$ ;  $p = 0,120$ ), as análises foram paramétricas.

## Resultados

A maior parte dos participantes (91,9%) considerava ter pelo menos um amigo ou mais e 73,1% mantinha contato com amigos de infância. Apesar da maioria dos estudantes possuírem atividades de lazer dentro (79,9%) e fora de casa (86,6%), uma parcela significativa não possuía lazer fora de casa (13,4%), enquanto 20,1% relatou não ter lazer nem dentro de casa. A maior parte da amostra praticava esportes ou atividades físicas (51,8%), não fumava (90,6%) e fazia uso de bebidas alcólicas (61,1%) (Tabela 1).

Quanto aos hábitos alimentares, a maior parte dos entrevistados relatou fazer quatro ou mais refeições diárias entre segunda e sexta-feira (55%) e também nos finais de semana (61,4%) e considerava sua alimentação como razoável, boa ou muito boa (85,6%). A maioria dos entrevistados relatou, ainda, dormir entre seis e sete horas por noite de segunda a sexta-feira (65,3%) e 8 horas ou mais por noite nos finais de semana (62%), além de considerarem a qualidade do sono como razoável, boa ou muito boa (85,5%).

**Tabela 01:** Caracterização da amostra.

	n	%
Feminino	41	85,4
Masculino	7	14,6
Estado civil		
Solteiro	46	95,8
Casado	2	4,2
Autoavaliação do sono		

Muito ruim	1	2,1
Ruim	6	12,8
Razoável	11	23,4
Boa	22	46,8
Muito boa	7	14,9
Acorda descansado pela manhã		
Sim	24	51,1
Não	23	48,9
Autoavaliação da alimentação		
Muito ruim	1	2,1
Ruim	8	17,0
Razoável	23	48,9
Boa	13	27,7
Muito boa	2	4,3
Fuma		
Sim	5	10,6
Não	42	89,4
Bebe		
Sim	28	59,6
Não	19	40,4
Já recebeu diagnóstico de transtorno psiquiátrico		
Sim	7	14,9
Não	40	85,1
Autoavaliação saúde física		
Muito ruim	2	4,3
Ruim	8	17,0
Razoável	15	31,9
Boa	20	42,6
Muito boa	10	21,3
Autoavaliação saúde mental		
Ruim	5	10,6
Razoável	12	25,5
Boa	20	42,6
Muito boa	10	21,3
Ter se sentido triste nos últimos 15 dias		
Nenhum dia	4	8,5
1 a 3	21	44,7
4 a 7	17	36,2
8 a 10	3	6,4
11 ou mais	2	4,3
Ter se sentido ansioso nos últimos 15 dias		
Nenhum dia	2	4,3
1 a 3	14	29,8
4 a 7	11	23,4
8 a 10	12	25,5
11 ou mais	8	17,0
Atividades de lazer dentro de casa		
Sim	44	95,7
Não	2	4,3
Atividades de lazer fora de casa		

Sim	36	76,6
Não	11	23,4
Atividades de grupo ligadas a UFTM		
Sim	28	60,9
Não	18	39,1
Ter um amigo ou mais		
Possui	31	67,4
Não possui	15	32,6
Já fez psicoterapia		
Sim	30	63,8
Não	17	36,2
Autoavaliação sobre seu curso		
Muito ruim	1	2,1
Ruim	5	10,6
Razoável	10	21,3
Bom	24	51,1
Muito bom	7	14,9
Renda Familiar		
Menos de 1 salário mínimos	1	2,1
Entre 1 e 2 salários mínimos	5	10,4
Entre 3 e 4 salários mínimos	15	31,9
Entre 5 e 7 salários mínimos	14	29,8
8 salários mínimos ou mais	12	25,0
Mantém contato com amigos de infância		
Sim	33	70,2
Não	14	29,8
Relacionamento com colegas de sala		
Ruim	2	4,3
Razoável	11	23,4
Bom	17	36,2
Muito bom	17	36,2
Relacionamento com o pai		
Ruim	5	10,9
Regular	8	17,4
Bom	18	39,1
Ótimo	15	32,6

**Fonte:** Elaborada pelos autores (2019).

Ao avaliar a solidão, observou-se que a maior parte dos estudantes apresentava nível mínimo (35,4%), outros 45,8% leve, 16,7% moderada, mas 2,1% sentia solidão intensa (Tabela 2). Além disso, embora a maior parte dos estudantes não tenha sido triado para depressão (53,3%), uma parcela expressiva recebeu triagem positiva para episódio depressivo menor (33,3%), 11,1% para episódio depressivo moderado e um estudante teve triagem para episódio depressivo maior. Quanto ao suporte social, observou-se uma média de 82,91 pontos ( $DP \pm 16,10$ ), sendo que 60,4% dos participantes ficaram acima desse valor médio.

**Tabela 02:** Prevalência de depressão, solidão e suporte social (n=48).

Variável	N	%
<b>Triagem para Depressão</b>		
Não triado (0-9)	24	53,3
Leve (10-14)	15	33,3
Moderada (15-19)	5	11,1
Severa (20-27)	1	2,2
<b>Intensidade Solidão</b>		
Mínima (0-22)	17	35,4
Leve (23-35)	22	45,8
Moderada (36-47)	8	16,7
Severa (48-60)	1	2,1
<b>Suporte Social</b>		
Abaixo da média (< 81,48)	19	39,6
Acima da média (> 81,48)	29	60,4

Fonte: Elaborada pelos autores (2019).

Foi encontrada correlação positiva moderada entre a classificação da solidão e a depressão ( $r = 0,50$ ;  $p \leq 0,001$ ), correlação negativa entre solidão e suporte social ( $r = -0,51$ ;  $p \leq 0,001$ ) e entre depressão e suporte social ( $r = -0,45$ ;  $p \leq 0,001$ ) (Tabela 3).

**Tabela 03:**

	Classificação Solidão	Triagem Depressão	Classificação do Suporte Social (pela média)
Triagem positiva para depressão	0,50**	-	-0,55**
Suporte Social	-0,51**	-0,45**	-
Período do curso	0,31*	-	-
Sexo	0,29*	-	-
Autoavaliação do sono	-	-0,41**	-
Acorda descansado	-	-0,38**	-
Fumar	-0,29*	-	-
Bebida alcoólica	-0,32*	-	-
Diagnóstico de Transtorno Psiquiátrico	0,54**	0,34*	-0,38**
Autoavaliação da saúde mental	-0,63**	-0,71**	0,38**
Tristeza nos últimos 15 dias	0,54**	0,48**	-0,47**
Ansiedade nos últimos 15 dias	0,53**	0,60**	-0,44**
Já ter feito psicoterapia	0,31*	-	-
Relacionamento com colegas	-	-0,34*	-
Atividade de lazer dentro de casa	-0,31*	-	-

Atividade de lazer fora de casa	-0,30*	-	-
Manter contato com amigos de infância	-	-	0,31*
Atividades de grupo ligadas a UFTM	-0,32*	-	0,32*
Considerar-se uma pessoa com muitos amigos	-0,35*	-	-
Escala fazer novos amigos	-0,47**	-0,40**	0,29*

**Fonte:** Elaborada pelos autores (2019).

**Nota:** \*\*  $p < 0,001$ ; \*  $p \leq 0,05$ .

Observou-se, também, que as mulheres ( $r = 0,29$ ;  $p \leq 0,05$ ) apresentaram níveis mais intensos de solidão do que os homens. As pessoas com níveis mais elevados de solidão não fumavam ( $r = -0,29$ ;  $p \leq 0,05$ ), não faziam uso de bebidas alcólicas ( $r = 0,32$ ;  $p \leq 0,05$ ), já tinham recebido diagnóstico de transtorno psiquiátrico ( $r = 0,54$ ;  $p \leq 0,001$ ), avaliaram pior sua saúde mental ( $r = -0,63$ ;  $p \leq 0,001$ ), relatavam ter se sentido triste por mais dias nos 15 dias que antecederam a entrevista ( $r = 0,54$ ;  $p \leq 0,001$ ), ter se sentido ansioso por mais dias nos 15 dias antes da entrevista ( $r = 0,53$ ;  $p \leq 0,001$ ) e já ter feito psicoterapia ( $r = 0,31$ ;  $p \leq 0,05$ ). As pessoas mais solitárias foram as que relataram não ter atividade de lazer em casa ( $r = -0,31$ ;  $p \leq 0,05$ ) e nem fora de casa ( $r = -0,30$ ;  $p \leq 0,05$ ), e também não participavam de atividades de grupos ligadas à UFTM ( $r = -0,32$ ;  $p \leq 0,05$ ). Os participantes com maior nível de solidão não consideravam ter muito amigos ( $r = -0,35$ ;  $p \leq 0,05$ ) e indicaram dificuldade para fazer novos amigos ( $r = -0,47$ ;  $p \leq 0,001$ ).

As pessoas triadas para depressão avaliavam pior a qualidade de seu sono ( $r = -0,41$ ;  $p \leq 0,001$ ), não acordavam descansados pela manhã ( $r = -0,38$ ;  $p \leq 0,001$ ). Observou-se, também, correlação entre a triagem positiva para depressão e ter diagnóstico anterior de transtorno psiquiátrico ( $r = 0,34$ ;  $p \leq 0,05$ ), ter pior percepção sobre a própria saúde mental ( $r = -0,71$ ;  $p \leq 0,001$ ), ter se sentido triste por mais dias nos 15 dias que antecederam a coleta dos dados ( $r = 0,48$ ;  $p \leq 0,001$ ), ter se sentido ansioso na maior parte dos dias nos 15 dias anteriores à coleta dos dados ( $r = 0,60$ ;  $p \leq 0,001$ ). A triagem para depressão também mostrou relação com classificar de forma pior o relacionamento com os colegas de sala ( $r = -0,34$ ;  $p \leq 0,05$ ) e com ter pior percepção sobre a facilidade para fazer amigos ( $r = -0,40$ ;  $p \leq 0,001$ ).

As pessoas com suporte social mais alto tiveram melhor autoavaliação da saúde mental ( $r = 0,38$ ;  $p \leq 0,001$ ), mantinham contato com amigos de infância ( $r = 0,31$ ;  $p \leq 0,05$ ), participavam de atividades de grupo ligadas a UFTM ( $r = 0,32$ ;  $p \leq 0,05$ ) e se percebiam como mais capazes de fazer novos amigos ( $r = 0,29$ ;  $p \leq 0,05$ ). Elas também apresentaram menos

triagem positiva para depressão ( $r = -0,55$ ;  $p \leq 0,001$ ), menos diagnósticos de transtorno psiquiátrico anteriormente ( $r = -0,38$ ;  $p \leq 0,001$ ) e se sentiam menos tristes ( $r = 0,47$ ;  $p \leq 0,001$ ) e ansiosas ( $r = -0,44$ ;  $p \leq 0,001$ ) nos 15 dias anteriores a pesquisa, como pode ser observado na Tabela 3.

## **Discussão**

O índice de depressão (em algum grau) observado para a população adulta brasileira por Barros, et. al (2016) foi de 9,7%. Lameu (2014) encontrou 7,26% de depressão em estudantes de diversos cursos de graduação, se aproximando mais dos valores da população adulta geral do que este estudo, onde houve triagem positiva para depressão em 46,6%. Os valores encontrados neste estudo são intermediários quando comparados a outros estudos sobre depressão em universitários, que variam desde índices inferiores ou próximos a 30% (Cremasco, & Baptista, 2017; Leão, et. al, 2018; Paula, et al., 2014; Serra, et. al, 2015; Tabalipa et. al., 2015) até índices maiores, como o de Souza (2017), 59,2% e o de Oliveira, Barroso e Lopes (no prelo), com 63% em uma amostra de estagiários de Psicologia.

Apesar de haver estudos internacionais que utilizam a Escala de Solidão UCLA com universitários, a ausência de ponto de corte nessas pesquisas dificulta uma comparação mais precisa dos dados deste estudo com outros. Além desta dificuldade, por não terem sido encontrados estudos com a população de estudantes de Psicologia, comparações diretas sobre a solidão não puderam ser feitas.

Oliveira (2019) observou que as estagiárias de Psicologia, por serem mulheres, estão mais propensas à ansiedade. A autora discute que outros estudos têm indicado que questões evolutivas, relativas ao ciclo hormonal feminino, parecem indicar uma maior propensão das mulheres a distúrbios de humor, como a ansiedade e a depressão. Neste estudo não foi observada correlações entre ser mulher e a depressão, no entanto as estudantes de Psicologia se mostraram mais solitárias.

Os resultados também mostraram que estudantes mais solitários apresentavam mais triagem positiva para depressão e menos suporte social. Outros estudos indicam relação entre solidão, baixo suporte social e risco aumentado para surgimento de transtorno depressivo (Barroso, Oliveira, & Andrade, 2018; Oliveira & Silva, 2014; Rhodes, 2014). A solidão e a depressão podem afetar a vida social e aumentar o consumo de álcool, cigarro e outras substâncias psicoativas usadas por jovens (Mushtaq, Shoib, Tabindah, & Mushtaq, 2014). Nos resultados dos estudantes de Psicologia da UFTM houve, no entanto, uma associação inversa

quanto à solidão e o consumo de álcool e tabagismo. Poderíamos sugerir que como o álcool tem estado cada vez mais presente em eventos sociais e estes indivíduos solitários apresentaram baixa quantidade de atividades de lazer fora de casa, talvez a estratégia de reclusão possa colaborar para o não uso dessas drogas.

Os resultados desta pesquisa permitem perceber a existência de relações entre solidão, depressão e diversos comprometimentos na vida dos estudantes. O impacto negativo da solidão foi observado na pior autopercepção sobre a saúde mental dos universitários mais solitários. As relações observadas sobre a pior percepção da saúde relacionadas com a solidão já haviam sido identificadas nos universitários da UFTM (Barroso, Oliveira, & Andrade, 2018; Souza, 2017). Observou-se, também, relação entre solidão e depressão com sentir-se triste e ansioso por mais dias nos 15 dias anteriores a pesquisa, percepção negativa do relacionamento com colegas de sala de aula e pior avaliação da qualidade do sono. É necessária atenção para estas relações visto que, segundo a pesquisa da FONAPRACE (2011) dificuldades emocionais podem aumentar o risco de evasão na graduação, causando impactos sociais e individuais na vida do estudante.

Segundo Thomas, Caputi e Wilson (2014), a procura por ajuda em saúde mental teria efeitos positivos durante a graduação em Psicologia, podendo oferecer benefícios quando associada à prevenção e intervenção precoce para problemas de saúde mental. É indicado que a intervenção seja feita durante o período de graduação do estudante, devido à faixa etária de menos de 24 anos ser mais vulnerável a desenvolver transtornos mentais e grupos etários mais jovens apresentarem maior probabilidade de mudança de atitudes. Apesar de 63,8% dos participantes desta pesquisa terem afirmado já ter passado por processo psicoterápico, não foi investigado se esses estudantes ainda estão em acompanhamento.

O potencial do suporte social e da adoção de estratégias de enfrentamento para modular o impacto da depressão e da solidão também foi evidenciado nos resultados do estudo. As relações entre a realização de grupos ligados à universidade, a autopercepção de ser capaz de fazer novos amigos e ter contato com amigos da infância mostraram seu potencial como formas de promoção do bem-estar. A atuação do suporte social como fator protetivo já havia sido identificada anteriormente em diferentes populações como possíveis formas de intervenção para lidar com estados emocionais negativos (Rhodes, 2014; Siqueira, 2008; Costa, Nakata, & Morais, 2015).

É necessário, contudo, indicar algumas limitações desse trabalho. Apesar de diversificados sobre as estratégias de enfrentamento da solidão e/ou depressão. Além disso, não foram conduzidas análises sobre o período em que o estudante se encontra no curso. Por se

tratar de um recorte de uma pesquisa, de uma única instituição, não se utilizou amostra aleatória e os resultados foram baseados em medidas de autorrelato. No entanto acredita-se que os resultados possam contribuir para suprir a lacuna de conhecimentos sobre a solidão da população universitária brasileira e dar indicativos sobre a saúde mental dos estudantes de Psicologia. Indica-se ainda que sejam realizados estudos que contemplem essas questões relacionando-as a temáticas como as ideações e tentativas de suicídio, tema que tem se mostrado fonte de preocupação nas instituições devido a emergência de ocorrências em universitários.

### **Considerações finais**

Apesar de um ser um período bastante rico em experiências, a vida universitária traz consigo diversas necessidades de adaptação, escolhas importantes e várias cobranças novas. Dessa forma, o período pode ser estressante, marcado por vivência de solidão e com risco aumentado para o surgimento de transtornos de humor, como é o caso da depressão. A não investigação do estado emocional dos estudantes de Psicologia pode mascarar condições psicopatológicas e privar os estudantes de acompanhamento, prejudicando a qualidade de vida e de formação desses acadêmicos.

Apesar dos índices de solidão observados não serem tão altos nesta amostra, a frequência de triagem para depressão foi superior à média da população geral, indicando necessidade de pensar em propostas de intervenção. Essas propostas, individuais ou grupais poderão auxiliar no tratamento/prevenção dos sentimentos de solidão e sintomas depressivos entre os estudantes de Psicologia, colaborando para uma melhor qualidade de vida e de formação do universitário. Os resultados também chamam a atenção para a necessidade de novos estudos sobre o estado emocional dessa população, que incluam a avaliação da solidão e de outras emoções negativas e transtornos de humor nessa população, visando identificação precoce e tratamento aos que necessitarem.



## REFERÊNCIAS

- American Psychiatric Association. (2014). *DSM-5: Manual Diagnóstico e estatístico de transtornos mentais*. Artmed.
- Bargadi, M. P., & Hutz, C. S. (2011). Eventos estressores no contexto acadêmico: uma breve revisão da literatura brasileira. *Interação Psicologia*, 15(1), 111-119. <http://dx.doi.org/10.5380/psi.v15i1.17085>
- Barros, M. B. D. A., Lima, M. G., Azevedo, R. C. S. D., Medina, L. B. D. P., Lopes, C. D. S., Menezes, P. R., & Malta, D. C. (2017). Depressão e comportamentos de saúde em adultos brasileiros–PNS 2013. *Revista de Saúde Pública*, 51. <https://doi.org/10.1590/s1518-8787.2017051000084>
- Barroso, S. M., Andrade, V. S., & Oliveira, N. R. (2016). Escala Brasileira de Solidão: Análises de Resposta ao Item e definição dos pontos de corte. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, 65(1), 76-81. <https://doi.org/10.1590/0047-2085000000106>
- Barroso, S. M., Andrade, V. S., Midgett, A. H., & Carvalho, R. G. N. (2016). Evidências de validade da Escala Brasileira de Solidão UCLA. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, 65(1), 68-75. <https://doi.org/10.1590/0047-2085000000105>
- Barroso, S. M., Baptista, M. N., & Zanon, C. (2018). Solidão como variável preditora na depressão em adultos. *Estudos Interdisciplinares em Psicologia*, 9(3), 26-37. <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/eip/article/view/30561/24355>
- Barroso, S. M., Oliveira, N. R. & Andrade, V. (2019). Solidão e depressão em estudantes de uma universidade do interior de Minas Gerais. *Psicologia, Teoria e Pesquisa*, 35(e35427). <https://doi.org/10.1590/0102.3772e35427>
- Bolsoni-Silva, A. T., & Guerra, B. T. (2014). O impacto da depressão para as interações sociais de universitários. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 14(2), 429-452. <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/12649/9823>
- Castro, V. R. (2017). Reflexões sobre a saúde mental do estudante universitário: estudo empírico com estudantes de uma instituição pública de ensino superior. *Revista Gestão em Foco*, 9, 380-401. [http://unifia.edu.br/revista\\_eletronica/revistas/gestao\\_foco/artigos/ano2017/043\\_saude\\_mental.pdf](http://unifia.edu.br/revista_eletronica/revistas/gestao_foco/artigos/ano2017/043_saude_mental.pdf)
- Costa, F. M., Nakata, P. T., & Morais, E. P. (2015). Estratégias desenvolvidas pelos idosos residentes na comunidade para morarem sozinhos. *Texto Contexto Enfermagem*, 24(3), 818-825. <http://dx.doi.org/10.1590/0104-07072015002730014>
- Cobb, S. (1976). Social support as a moderator of life stress. *Psychosomatic Medicine*, 38(5), 300-314. <https://doi.org/10.1097/00006842-197609000-00003>
- Cremasco, G. S. & Baptista, M. N. (2017). Depressão, motivos para viver e o significado do suicídio em graduandos do curso de Psicologia. *Estudos interdisciplinares em Psicologia*, 8(1), 22-37. [doi:10.5433/2236-6407.2017v8n1p22](https://doi.org/10.5433/2236-6407.2017v8n1p22)

- Ellwardt, L., Aartsen, M., Deeg, D., & Steverink, N. (2013). Does loneliness mediate the relation between social support and cognitive functioning in later life? *Social Science & Medicine*, 98, 116-124. <https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2013.09.002>
- Espírito-Santo, H. A., & Matreno, J. (2015). University students' psychopathology: correlate and the examiner's potential bias effect. *Revista Portuguesa de Investigação Comportamental e Social*, 1(1), 42-51. <https://doi.org/10.7342/ismt.rpics.2015.1.1.10>
- Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis. (2011). *Perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das instituições federais de ensino superior*. FONAPRACE.
- Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis. (2016). *Perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das instituições federais de ensino superior*. FONAPRACE.
- Guimarães, M. F. (2014). *Depressão, ansiedade, estresse e qualidade de vida de estudantes de universidades pública e privada*. [Dissertação de Mestrado]. Universidade Metodista de São Paulo. São Paulo, SP, Brasil. <http://tede.metodista.br/jspui/handle/tede/1348>
- Kroenke, K., Spitzer, R. L., & Williams, J. B. W. (2001). The PHQ-9: Validity of a brief depression severity measure. *Journal of General Internal Medicine*, 16(9), 606-613. <https://doi.org/10.1046/j.1525-1497.2001.016009606.x>
- Lameu, J. N., Salazar, T. L., & Souza, W. F. (2016). Prevalência de sintomas de stress entre graduandos de uma universidade pública. *Psicologia da Educação*, (42), 13-22. <http://dx.doi.org/10.5935/2175-3520.20150021>
- Leão, A. M., Gomes, I. P., Ferreira, M. J. M., & Cavalcanti, L. P. G. (2018). Prevalência e fatores associados à depressão e ansiedade entre estudantes universitários da área da saúde de um grande centro urbano do Nordeste do Brasil. *Revista Brasileira de Educação Médica*, 42(4), 55-65. <http://dx.doi.org/10.1590/1981-52712015v42n4rb20180092>
- Lima, F. L., Vilela, A. M., Crippa, J. A., & Loureiro, S. R. (2009). Study of the discriminative validity of the PHQ-9 and PHQ-2 in a sample of Brazilian women in the context of primary health care. *Perspectives in Psychiatric Care*, 45, 216-227. <https://doi.org/10.1111/j.1744-6163.2009.00224.x>
- Mushtaq, R., Shoib, S., Tabindah, S., & Mushtaq, S. (2014). Relationship between loneliness, psychiatric disorders and physical health? A review on the psychological aspects of loneliness. *Journal of Clinical & Diagnostic Research*, 8(9), we01-we04. [doi:10.7860/JCDR/2014/10077.4828](https://doi.org/10.7860/JCDR/2014/10077.4828)
- Oliveira, A. P. S. V., & Silva, M. M. (2014). Fatores que dificultam a perda de peso em mulheres obesas de graus I e II. *Revista Psicologia e Saúde*, 6(1), 74-82. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpsaude/v6n1/v6n1a10.pdf>
- Oliveira, N. R. (2019). *Ansiedade, estresse e depressão em estagiários de Psicologia do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba*. [Dissertação de mestrado]. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, MG, Brasil.

- Oliveira, N. R., Barroso, S. M., & Lopes, E. J. (no prelo). Como estamos formando nossos psicólogos? Indicadores de depressão, ansiedade e estresse em estagiários de psicologia. *PSICO*.
- Paula, J. D. A. D., Borges, A. M. F. S., Bezerra, L. R. A., Parente, H. V., Paula, R. C. D. A. D., Wajnsztejn, R., ... & Abreu, L. C. D. (2014). Prevalência e fatores associados à depressão em estudantes de medicina. *Journal of Human Growth and Development*, 24(3), 274-281. [doi:10.7322/jhdg.88911](https://doi.org/10.7322/jhdg.88911)
- Pinheiro, Â. D. A. A., & Tamayo, A. (1984). Conceituação e definição de solidão. *Revista de Psicologia*, 2(1), 29-37. <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/10614>
- Rhodes, J. L. (2014). Loneliness: How Superficial Relationships, Identity Gaps, and Social Support Contribute to Feelings of Loneliness at Pepperdine University. *Journal of Communication Research*, 2(3). <https://digitalcommons.pepperdine.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1006&context=pjcr>
- Russel, D. W., Cutrona, C. E., McRae, C., & Gomez, M. (2012). Is Loneliness the Same as Being Alone? *The Journal of Psychology*, 146(1-2), 7-22. <https://doi.org/10.1080/00223980.2011.589414>
- Russell, D., Peplau, L. A., & Cutrona, C. E. (1980). The revised UCLA Loneliness Scale: concurrent and discriminant validity evidence. *Journal of Personality and Social Psychology*, 39(3), 472-480. <https://pdfs.semanticscholar.org/9a8f/3d85de78c2fe20eda64eddfb1edaefa46d24.pdf>
- Santos, I. S., Tavares, B. F., Munhoz, T. N., Almeida, L. S. P., Silva, N. T. B., Tams, B. D., & Matijasevich, A. (2013). Sensibilidade e especificidade do Patient Health Questionnaire-9 (PHQ-9) entre adultos da população geral. *Cadernos de Saúde Pública*, 29(8), 1533-1543. <http://dx.doi.org/10.1590/0102-311X00144612>
- Serra, R. D., Dinato, S. L. M., & Caseiro, M. M. (2015). Prevalence of depressive and anxiety symptoms in medical students in the city of Santos. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, 64(3), 213-220. <https://doi.org/10.1590/0047-2085000000081>
- Siqueira, M. M. M. (2008). Construção e validação da escala de percepção de suporte social. *Psicologia em Estudo*, 13(2), 381-388. <https://doi.org/10.1590/S1413-73722008000200021>
- Souza, D. C. (2017). *Condições emocionais de estudantes universitários: stress, depressão, ansiedade, solidão e suporte social*. [Dissertação de mestrado]. Universidade Federal do Triângulo Mineiro. Uberaba, MG, Brasil.
- Tabalipa, F. O., Souza, M. F. Pfüzenreuter, G., Lima, V. C., Traebert, E., & Traebert, J. (2015). Prevalence of Anxiety and Depression among Medical Students. *Revista Brasileira de Educação Médica*, 39(3), 388-394. <https://doi.org/10.1590/1981-52712015v39n3e02662014>
- Thomas, S. J., Caputi, P., & Wilson, C. J. (2014). Specific attitudes which predict psychology student's intentions to seek help for psychological distress. *Journal of Clinical Psychology*, 70(3), 273-282. <https://doi.org/10.1002/jclp.22022>

Tomás, R. A., Ferreira, J. A., Araújo, A. M., & Almeida, L. S. (2015). Adaptação Pessoal e Emocional em Contexto Universitário: O Contributo da Personalidade, Suporte Social e Inteligência Emocional. *Revista portuguesa de pedagogia*, 87-107. <https://impactum-journals.uc.pt/rppedagogia/article/view/2323>

Vizzotto, M. M., Jesus, S. N., & Martins, A. C. (2017). Saudades de casa: indicativos de depressão, ansiedade, qualidade de vida e adaptação de estudantes universitários. *Revista Psicologia e Saúde*, 9(1), 59-73. <http://dx.doi.org/10.20435/pssa.v9i1.469>



## **BURNOUT EM ESTUDANTES DE PSICOLOGIA EM UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA EM MOÇAMBIQUE**

Burnout in students of Psychology from a Public University in Mozambique

Le Burnout chez des étudiants en Psychologie d'une Université Publique au Mozambique

Burnout en estudiantes de psicología en una Universidad Pública en Mozambique

**Paciência Lina Adelino Mucavêa<sup>1</sup>**©

Universidade Rovuma, Departamento de Psicologia, Maputo, Nampula, Moçambique

**Mussa Abacar<sup>2</sup>**©

Universidade Rovuma, Faculdade de Educação e Psicologia, Maputo, Nampula, Moçambique

**Gildo Aliante<sup>3</sup>**©

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Departamento de Psicologia Social e Institucional, Porto Alegre, RS, Brasil<sup>4</sup>

### **Resumo**

Este estudo avaliou os níveis de Burnout e variáveis sociodemográficas e acadêmicas associadas em estudantes de graduação em Psicologia em uma Universidade Pública em Moçambique. Foi aplicado um questionário de dados sociodemográficos e acadêmicos e, o Maslach Burnout Inventory – Student Survey (MBI-SS), versão em português a 102 estudantes de ambos os sexos, que frequentam dois regimes de cursos (diurno e noturno). Os dados foram analisados com o auxílio do Statistical Package for the Social Sciences (SPSS). Os resultados indicam que a subescala de Eficácia Profissional obteve maiores índices ( $M = 4,6333$ ;  $M=4,7199$ ), seguido de Exaustão Emocional ( $M = 1,9545$ ;  $M=1,3227$ ) e de Descrença ( $M = 1,8961$ ;  $M=1,3972$ ) para o regime diurno e noturno respectivamente. Verificou-se associação estatisticamente positiva entre a dimensão Exaustão Emocional e a variável “regime do curso”, sendo os alunos de regime diurno os que revelaram maior tendência de esgotamento e cansaço mental. A dimensão Descrença correlacionou-se inversamente com as variáveis “idade” e “número de filhos” para ambos os cursos e a de Eficácia Profissional não apresentou qualquer correlação estatisticamente significativa. Considera-se a necessidade de concepção e implementação de programas de prevenção e de promoção de saúde mental dos estudantes.

**Palavras-chave:** Ambiente acadêmico; Burnout; Estudantes; Saúde mental; Ensino superior.

### **Abstract**

This study aimed at assessing the levels of burnout and its associated sociodemographic and academic variables in graduation students of Psychology in a Public University in Mozambique. It was administered a socio-demographic and academic data questionnaire and the Maslach Burnout Inventory - Student Survey (MBI-SS), Portuguese version to 102 students of both genders and both shifts (day and evening shift, respectively). The data were analyzed by means of Statistical Package for the Social Sciences (SPSS). The results indicate that the subscale of Professional Efficacy obtained high indices ( $M = 4,6333$ ;  $4,7199$ ), for Emotional Exhaustion ( $M = 1,9545$ ;  $1.3227$ ) and Disbelief ( $M = 1,8961$ ;  $1,3972$ ) for both courses. It was verified a positive statistical association between the Emotional Exhaustion dimension and the variable “course regime”, in which day shift students reveal high level of tendency for exhaustion and mental fatigue. The subscale disbelief correlated inversely with the

<sup>1</sup> pacimucavea96@gmail.com

<sup>2</sup> abacarmussa@yahoo.com.br

<sup>3</sup> aliantegildo@yahoo.com.br

<sup>4</sup> Rua Ramiro Barcelos, 2600.

variables “age” and “quantity of children” for both courses and the subscale Professional Efficacy did not show any statistically significant correlation. It is considered the need for conception and implementation of prevention and student’s mental health improvement programs.

**Keywords:** Academic environment; Burnout; students; Mental health; Higher education.

---

### Résumé

Cette étude visait à évaluer les niveaux de Burnout et les variables sociodémographiques et académiques associées chez des étudiants de premier cycle en psychologie dans une Université publique du Mozambique. Le questionnaire de données sociodémographiques et académiques et Maslach Burnout Inventory – Student Survey (MBI-SS), version portugaise, ont été appliqués à 102 étudiants des deux sexes, que assistent aux cours du cursus ayant lieu la journée et du cursus qui se déroule le soir. Les données ont été analysées à l’aide du logiciel Statistical Package for the Social Sciences (SPSS). Les résultats obtenus indiquent des taux plus élevés pour la sous-échelle relative à l’efficacité professionnelle ( $M = 4,6333; 4,7199$ ), celle de l’épuisement émotionnel ( $M = 1,9545; 1,3227$ ) et l’incrédulité ( $M = 1,8961; 1,3972$ ) pour les deux cursus. On a constaté une association statistiquement positive entre la dimension de l’épuisement émotionnel et la variable «période de scolarisation», les étudiants de la période diurne montrant la plus grande tendance à l’épuisement et à la fatigue mentale. La sous-échelle d’incrédulité était inversement corrélée aux variables «âge» et «nombre d’enfants» pour les deux cursus, et la sous-échelle d’efficacité professionnelle n’a montré aucune corrélation statistiquement significative. Il est nécessaire de concevoir et de mettre en œuvre des programmes de prévention et d’amélioration de la santé mentale des étudiants.

**Mots clés:** Milieu académique; Burnout; Étudiants; Santé mentale; Enseignement supérieur.

---

### Resumen

Este estudio tuvo como objetivo evaluar los niveles de agotamiento y las variables socio demográficas y académicas asociadas en estudiantes universitarios de psicología en una universidad pública de Mozambique. El cuestionario de datos sociodemográficos y académicos y El Maslach Burnout Inventory – Student Survey Inventory (MBI-SS) versión portuguesa se aplicaron a 102 estudiantes de ambos sexos, que asisten a dos turnos del curso (día y noche). Los datos se analizaron utilizando el Statistics Package for the Social Sciences (SPSS). Los resultados indican que la subescala de Efectividad Profesional obtuvo los índices más altos ( $M = 4,6333; 4,7199$ ) para los dos cursos, Agotamiento emocional ( $M = 1,9545; 1,3227$ ) e incredulidad ( $M = 1,8961; 1,3972$ ). Hubo una asociación estadísticamente positiva entre la dimensión de Agotamiento Emocional y la variable "régimen de curso", con estudiantes diurnos mostrando la mayor tendencia de agotamiento y cansancio mental. La subescala descriptiva se correlacionó inversamente con las variables "edad" y "número de niños" para los dos cursos, y la subescala de Efectividad Profesional no mostró correlación estadísticamente significativa. Se considera la necesidad de diseñar e implementar programas de prevención y mejora para la salud mental de los estudiantes.

**Palabras clave:** Ambiente académico; Burnout Estudiantes; Salud mental; Enseñanza superior.

---

### Introdução

O ingresso ao ensino superior constitui para muitos estudantes, uma importante fase para seu desenvolvimento pessoal e social, pois se trata de uma etapa que pode definir o futuro profissional do estudante. No entanto, ao longo do seu percurso acadêmico, o estudante pode encarar dificuldades de adaptação ao novo ambiente da universidade em virtude de demandas relacionadas ao curso e à instituição, às relações interpessoais, à quebra de expectativas, ao excesso de carga horária, à falta de domínio de línguas, de algumas disciplinas e conteúdos, aos problemas financeiros, ao isolamento familiar, às reprovações (Carleto, Moura, Santos, & Pedrosa, 2018), à falta de tempo para estar com amigos e para descansar, à falta de competência, à impotência e incerteza (Martins, Campos, Duarte, Martins, Moreira, & Chaves, 2017). Na

verdade, estudar constitui uma ocupação em que se lida com objetos intelectuais e o processo de ensino-aprendizagem exigindo dos estudantes uma adaptação às constantes mudanças sociais e muitas vezes enfrentar uma multiplicidade de estressores que podem originar fadiga, angústia, desmotivação, insatisfação e isolamento.

À semelhança dos achados em outros contextos internacionais, um estudo de Salomão, Abacar e Aliante (2018), envolvendo uma amostra de estudantes de uma instituição pública de ensino superior, revelou que as variáveis acadêmicas: “número de disciplinas reprovadas”, “ano frequência”, “número de vezes que o aluno reprovou” correlacionaram-se negativamente com a satisfação discente. Além do mais, os alunos pesquisados apontaram más condições físicas (falta higiene das salas de aulas e banheiros, insuficiência de salas, falta de equipamento audiovisual e ventiladores nas salas de aula), fraco preparo acadêmico dos professores, falta de domínio de língua inglesa, processos avaliativos inadequados, como os principais aspectos críticos e percebidos como estressores. Esses aspectos se persistentes podem desencadear uma série de problemas de saúde física e mental, como ansiedade, depressão (Andifes, 2019; Ariño & Bardagi, 2018; Medeiros, Camargo, Barbosa, & Calderia, 2018), estresse (Aliante, Abacar, Saquina, & Aristides, 2019; Cestari, Barbosa, Florêncio, Pessoa, & Moreira, 2017; Estrela, Rezende, Guedes, Pereira, & Souza, 2018; Querido, Naghettini, Orsini, Bartholomeu, & Montie, 2016) e Burnout (Borges & Carlotto, 2004; Carlotto & Câmara, 2008; Mota, Faria, Silva, & Folle, 2017), o que pode comprometer a qualidade de vida e sucesso acadêmico do estudante.

O termo Burnout tornou-se mundialmente conhecido a partir dos artigos de Herbert Freudenberger na década de 1970, mas a sua popularidade deveu-se aos trabalhos da psicóloga social Christina Maslach e seus colaboradores (Maslach, Schaufeli, & Leiter, 2001). Burnout é definido como um fenômeno psicossocial que ocorre como uma resposta crônica aos estressores interpessoais ocorridos no ambiente de trabalho (Maslach & Leiter, 2016), composto por três elementos centrais: Exaustão Emocional, Despersonalização e Baixa Realização Pessoal (Leiter & Maslach, 2016; Maslach & Leiter, 2017). A Exaustão Emocional caracteriza-se pela falta de energia e sentimento de esgotamento de recursos com relação ao trabalho, tendo como maior causa o conflito pessoal nas relações e a sobrecarga. A Despersonalização se apresenta como um estado psíquico no qual prevalece a dissimulação afetiva, o distanciamento e uma forma de tratamento impessoal com a clientela, podendo apresentar sintomas como baixo comprometimento com os resultados, conduta voltada a si mesmo, alienação, ansiedade, irritabilidade e desmotivação. A Baixa Realização Profissional é caracterizada pela tendência

do trabalhador a se auto-avaliar de forma negativa. Ele se torna insatisfeito com seu desenvolvimento profissional e experimenta um declínio no sentimento de competência e êxito.

Com base nos resultados de diferentes pesquisas empíricas, Benevides-Pereira (2002) agrupa os sintomas e manifestações de Burnout em quatro grandes grupos: a) Sintomas físicos: fadiga constante e progressiva, distúrbios do sono, dores musculares ou osteomusculares, cefaléias, enxaquecas, perturbações gastrointestinais, imunodeficiência, transtornos cardiovasculares, distúrbios do sistema respiratório, disfunções sexuais e alterações menstruais; b) Sintomas psíquicos: falta de atenção e de concentração, alterações de memória, lentificação do pensamento, sentimento de alienação, sentimento de solidão, de impaciência, de sentimento de insuficiência, baixa auto-estima, dificuldade de auto-aceitação, astenia, desânimo, disforia, depressão, desconfiança e paranóia, c) Sintomas comportamentais: negligência ou excesso de escrúpulos, irritabilidade, incremento da agressividade, incapacidade para relaxar, dificuldade na aceitação de mudanças, perda de iniciativa, aumento do consumo de substâncias, comportamentos de alto risco e suicídio e d) Sintomas defensivos: tendência ao isolamento, sentimento de onipotência, perda do interesse pelo trabalho (ou até pelo lazer), absenteísmo, ironia e cinismo.

Inicialmente as pesquisas sobre Burnout cingiram-se em profissões que mantêm constantes relações interpessoais com seus “clientes”, como é o caso de profissionais de saúde, educação, assistência social (Lopes & Guimarães, 2016). Atualmente, vários estudos têm revelado que outros ambientes de trabalho (e.g., ambiente acadêmico) podem ocasionar Burnout. De fato, o ambiente acadêmico é caracterizado pela presença de uma série de estressores, que se crônicos podem desencadear Bournout (Mota et al.,2017; Pinto, Nunes, Campos, Freitas, Bonan, & Batista, 2018). Em estudantes, o Burnout apresenta, também, três dimensões específicas: Exaustão Emocional, descrita pelo sentimento de estar exausto em resposta às intensas exigências do estudo; Descrença, percebida como o desenvolvimento de uma atitude cética e distanciada no âmbito dos estudos e, Baixa Eficácia Profissional, assinalada pela percepção de estarem sendo ineficazes como estudantes (Schaufeli, Martínez, Pinto, Salanova, & Bakker, 2002a)

Alguns estudos empíricos com amostras de estudantes evidenciaram a presença de manifestações e sintomas de Burnout em pelo menos em uma das suas dimensões. Por exemplo, o estudo de Carlotto, Câmara, Otto e Kauffmann (2010) verificou que a dimensão de Exaustão Emocional apresentou um índice de 2,5 (algumas vezes ao mês) indicando a existência de desgaste emocional nos estudantes pesquisados. Por seu turno, a pesquisa de Rodrigues, Bezerra, Soares e Dantas (2018) revelou uma média de 3,14 na dimensão de Exaustão

Emocional. É importante frisar que a Exaustão Emocional é considerada um elemento característico de Burnout (Maslach et al., 2001). Outros autores (e.g., Campos, Jordani, Zucoloto, Bonafé, & Maroco, 2012; Chagas, Moreira Junior, Cunha, Caixeta, & Fonseca, 2016; Tomaschewski-Barlem et al., 2013) apontaram que as especificidades das situações vivenciadas pelos estudantes estão associadas à Exaustão Emocional, contribuindo para seu distanciamento dos estudos e o comprometimento do seu sentimento de Eficácia Profissional. As manifestações de desgaste, distanciamento dos estudos e ineficácia, ou seja, de Burnout, referidas pelos estudantes requerem atenção e valorização por parte das instituições de ensino, com planejamento e implementação de ações para minimizar o estresse ocasionado pelas situações identificadas, as quais parecem estar associadas ao desenvolvimento das dimensões do Burnout entre os estudantes.

Embora o fenômeno de Burnout em estudantes seja uma temática já pesquisada em outros contextos internacionais, a maioria dos estudos cinge-se em amostras com estudantes da área de saúde (Mota et al., 2017). Além disso, não foi achado qualquer estudo sobre Burnout em estudantes em Moçambique, o que permite considerar este estudo como pioneiro na área. De modo geral, a pesquisa sobre o assunto em Moçambique é bastante incipiente e das pesquisas encontradas envolvem amostras de professores (e.g., Abacar, 2015; Abacar, Tarcísio, Aliante, & 2017; Aliante, 2018), daí que esta investigação pode contribuir para a compreensão de Burnout em estudantes moçambicanos, uma temática ainda inexplorada, bem como ajudar a comunidade acadêmica na reflexão sobre a necessidade de prevenção da doença, o que pode contribuir para a maximização dos resultados de ensino.

O objetivo deste estudo foi de avaliar os níveis de Burnout e variáveis sociodemográficas e acadêmicas associadas em estudantes de graduação em Psicologia de uma Universidade Pública em Moçambique. Com base no objetivo formulado, eis a hipótese norteadora da pesquisa: Existem diferenças estatisticamente significativas no nível de Burnout dos estudantes em função das variáveis “sexos”, “idade”, “regime do curso”, “vínculo empregatício”, “sucesso acadêmico”, “estado civil” e “número de filhos”.

## **Método**

Esta pesquisa descritiva, transversal e de natureza quantitativa envolveu uma amostra não probabilística por acessibilidade de 102 estudantes de dois turnos distintos, sendo 55 do curso Psicologia Educacional (PE) e 47 de Psicologia Social e das Organizações (PSO) que

estudam em uma universidade pública localizada em Nampula-Moçambique. O curso de PE é lecionado no turno diurno e o PSO no noturno.

O projeto de pesquisa foi aprovado pela Direção de Pós-graduação, Pesquisa e Extensão da Universidade Rovuma, Parecer nº 05/DPPE/UNIROVUMA/2019. Posteriormente, foram contatadas as coordenações dos cursos que também foram informadas sobre as intenções da pesquisa e respectivos procedimentos metodológicos. E finalmente, os coordenadores acompanharam os pesquisadores nas turmas, em que decorreu o preenchimento por escrito dos questionários e de forma individual. Os questionários foram aplicados entre os meses de abril a junho de 2019 em salas de aulas, em tempos livres, por intermédio da primeira pesquisadora, a qual coletou os dados.

Os estudantes que consentiram em participar da pesquisa receberam as instruções dadas pela autora que coletou os dados. Foram cumpridos todos os procedimentos éticos vigentes em Moçambique e na Universidade onde decorreu o estudo, nomeadamente o consentimento livre e esclarecido, o anonimato dos participantes, a confidencialidade dos dados e a proteção dos sujeitos de possíveis danos psicológicos. Caso algum participante apresentasse mal-estar durante a realização da pesquisa, teria o devido acompanhamento pela autora que coletou os dados que tem formação em psicologia. E, em caso grave, seria encaminhado ao Grupo de Estudos em Saúde e Trabalho (GEST) do Laboratório de Psicologia da Universidade Rovuma, que é coordenado pelo primeiro autor que também tem formação em psicologia.

A coleta de dados deu-se por meio do questionário de dados sociodemográficos e acadêmicos elaborado pelos autores para fins deste estudo e do Maslach Burnout Inventory-Student Survey (MBI-SS), versão em português, desenvolvido por Campos e Maroco (2012) e Maroco e Tecedeiro (2009). O primeiro questionário tinha como plano de fundo o levantamento das variáveis sociodemográficas (sexo, idade, estado civil, número de filhos) e acadêmicas (ano que frequenta, curso, número de cadeiras reprovadas, ocupação), que foram usadas para a análise das correlações com as dimensões de Burnout.

O MBI-SS tem 15 questões que se subdividem em três subescalas: Exaustão Emocional (EE) (5 itens); Descrença (DE) (4 itens) e Eficácia Profissional (EP) (6 itens). Todos os itens são avaliados em escala Likert de sete pontos, variando de 0 (nunca) a 6 (sempre), tendo como corte no ponto de 3 (poucas vezes por mês). O instrumento avalia os índices de Burnout de acordo com os escores de cada dimensão, sendo que altas médias em Exaustão Emocional e Descrença ( $M \geq 3$ ) e baixas médias em Eficácia Profissional ( $M < 3$ ) indicam alto nível de Burnout (Schaufeli, Salanova, Gonzalez-Romae, & Bakker, 2002b).

A fiabilidade dos três fatores da escala de MBI-SS estimada pelo alfa de Cronbach, tem revelado boa consistência interna. Em sua versão transcultural, adaptada para estudantes portugueses e brasileiros por Campos e Maroco (2012) os três fatores obtiveram valores acima de 0,80. Uma vez que Moçambique é um país falante de língua portuguesa e tendo em conta as propriedades psicométricas do MBI-SS, versão em português, este foi considerado o instrumento ideal a aplicar na pesquisa do constructo. Embora Campos e Maroco (2012) reconheçam haver diferenças culturais entre os países, consideram que a sua adaptação com amostra mista (estudantes portugueses e brasileiros) buscou possibilitar a sua utilização em diferentes contextos de língua portuguesa, aumentando assim a sua abrangência e uso. Para o efeito, estes autores explicam que as equivalências idiomática, semântica, cultural e conceitual do instrumento foram verificadas por equipe multidisciplinar das áreas de psicologia e língua portuguesa, com oito integrantes.

Os dados da pesquisa foram tratados estatisticamente a partir do software estatístico SPSS (Statistical Package for the Social Sciences), versão 22. Foram feitas análises estatísticas descritivas (Médias e Desvio-padrão) para determinar o perfil sociodemográfico e académico dos participantes, bem como para calcular as médias de cada dimensão de Burnout. Seguidamente, foram feitas análises das correlações entre os índices de cada dimensão de Burnout as variáveis em estudo, por meio do teste de coeficiente de Pearson com nível de significância de 0,05.

## **Resultados**

Esta parte destina-se a análise e discussão dos resultados. Para maior compreensão os resultados estão organizados em tabelas. Inicialmente faz-se a apresentação e, em seguida, a respectiva discussão.

### **Perfil dos participantes**

Participaram da pesquisa 102 estudantes que estudavam em uma instituição pública do ensino superior localizada em Nampula, dos quais 55 (53,9%) do curso Psicologia Educacional (PE) e 47 (46,1 %) de Psicologia Social e das Organizações (PSO), sendo 59 (57,8%) do sexo feminino e 43 (42,2%) do sexo masculino. A média de idade é 32 anos (DP=7,2). Em relação ao estado civil, 76 (74,5%) eram solteiros e os restantes 26 (25,5%) tinham união estável. Em termos de regime de frequência do curso, 55 (53,9%) eram do regime diurno (PE) e 47 (46,1

%) do noturno (PSO). No que se refere ao número de filhos, a maioria dos participantes 71 (69,6%) tinha pelo menos um filho e 31 (30,4%) participantes não tinham filhos. No que tange ao desempenho acadêmico, 63 (61,7%) não tinham nenhuma disciplina reprovada e 39 (38,3%) tinham reprovado pelo menos uma disciplina. Quanto ao vínculo empregatício, 47 (46,1%) trabalhavam e 55 (53,9%) eram desempregados.

### Confiabilidade interna da escala MBI-SS

Para avaliar a confiabilidade do MBI-SS foi calculado o coeficiente alfa de Cronbach. A Tabela 01 apresenta os valores de medida de confiabilidade da escala e suas dimensões.

**Tabela 01:** Valores de alpha de Cronbach do MBI-SS.

Dimensões						Geral	
Exaustão Emocional		Descrença		Eficácia			
Alfa de Cronbach	Nº de itens	Alfa de Cronbach	Nº de itens	Alfa de Cronbach	Nº de itens	Alfa de Cronbach	Nº de itens
<b>0,74</b>	6	0,58	3	6	0,66	0,66	15

Fonte: Elaborada pelos autores (2019).

Os resultados obtidos na Tabela 1 revelaram que, as dimensões de Exaustão Emocional e de Eficácia apresentaram uma consistência interna aceitável, nomeadamente 0,74 e 0,66. Já a subescala de Descrença apresentou fraca consistência interna, com o valor de 0,58.

### Comparação dos índices das dimensões de Burnout entre os cursos

Foram examinados os índices das três dimensões de Burnout entre os dois cursos ou grupos de estudantes pesquisados. A Tabela 2 ilustra os resultados obtidos.

**Tabela 02:** Índices de Burnout entre estudantes de curso PE (diurno) e PSO (noturno).

Dimensões	Estudantes de Psicologia				
	PE		PSO		<i>p-valor</i>
	M	DP	M	DP	
<b>Exaustão Emocional</b>	1.9545	1.2296	1.3227	1.1767	0.010*
<b>Descrença</b>	1.8061	1.2232	1.3972	1.3127	0.107
<b>Eficácia Profissional</b>	4.6333	0.9815	4.7199	0.9787	0.658

Fonte: Elaborada pelos autores (2019).

Nota: \*Diferença de significância a nível de 5%.

Com base na Tabela 2, a dimensão com maior índice é a de Eficácia Profissional para os dois cursos com (M = 4,6333; 4,7199), seguida pela Exaustão Emocional (M = 1,9545; 1,3227) e por último a de Descrença (M = 1,8961; 1,3972). Portanto, verifica-se um elevado índice na dimensão da Eficácia Profissional nos dois cursos.

Observa-se ainda que somente a dimensão de Exaustão Emocional é a que apresentou diferença significativa ( $p = 0.010 < 5\%$ ), sendo os estudantes de PE os que apresentam maior sentimento de desgaste, cansaço ou esgotamento que seus congêneres de PSO. Nas dimensões de Descrença e Eficácia Profissional não foram identificadas diferenças significativas.

### Correlação entre as dimensões de Burnout e variáveis sociodemográficas e acadêmicas

A Tabela 3 apresenta as correlações entre as dimensões de Burnout com as variáveis sociodemográficas e acadêmicas. As análises pretendiam observar se as dimensões de Burnout se relacionavam com as variáveis: sexo, idade, estado civil, número de filhos, curso ou regime, número de cadeiras reprovadas e situação ocupacional. Para tal, foi empregue o teste de correlação de Pearson.

**Tabela 03:** Correlação entre as dimensões de Burnout e variáveis sociodemográficas (n = 102).

Dimensão	Sexo		Filhos		Idade		Estado civil	
	M	F	Com	Sem	>35	35 <sup>+</sup>	S	C
<b>Exaustão Emocional</b>	.051	.614	-.109	.276	.819	-.023	-.044	.661
<b>Descrença</b>	.038	.703	-.219*	.027	.000	-.344**	-.125	.210
<b>Eficácia Profissional</b>	.158	.113	-.012	.903	.192	.129	-.131	.188

**Fonte:** Elaborada pelos autores (2019).

\* Nível de significância de 0.05% - \*\* Nível de significância de 0.05%

M – Masculino/F – Feminino/S – Solteiro/C – Casado

A Tabela 4 ilustra as correlações entre as dimensões de Burnout com as variáveis acadêmicas.

**Tabela 04:** Correlação entre as dimensões de Burnout e variáveis acadêmicas (n = 102)

Dimensão	Disciplinas reprovadas		Regime		Emprego	
	Com	Sem	D	N	Com	Sem
<b>Exaustão Emocional</b>	-.173	.081	-.255**	.010	-.183	.065
<b>Descrença</b>	-.002	.985	-.161	.107	-.145	.146
<b>Eficácia Profissional</b>	.046	.646	.044	0.658	.004	.969

**Fonte:** Elaborada pelos autores (2019).

D – Diurno/Regular/N – Noturno/ Pós-laboral/ EE – Exaustão Emocional, D – Descrença/EP – Eficácia Profissional.

Os valores da matriz de correlação permitem observar que a dimensão de Exaustão Emocional somente correlacionou-se com a variável curso/regime, o que significa que, o cansaço, desgaste ou esgotamento observado nos estudantes tem relação linear com o regime ou curso em que o estudante frequenta, sendo os alunos do regime diurno (regular) os que se encontram em situação crítica. Importa salientar que, as variáveis “situação ocupacional” e “número de disciplinas reprovadas” apresentaram tendência de uma correlação significativa ao se relacionar linearmente com a dimensão EE, mostrando que estudantes trabalhadores e com cadeiras reprovadas tendem a revelar maior desgaste psíquico.

A dimensão de Descrença correlaciona-se negativamente com as variáveis “idade” e “número de filhos”, sendo os estudantes mais velhos e aqueles que têm filhos os que revelaram algum distanciamento, indiferença ou cinismo na vida acadêmica. Esse resultado pode se justificar pelo fato de os estudantes mais velhos e com filhos terem mais obrigações familiares em relação aos novatos.

A dimensão de Eficácia Profissional não tem relação linear com nenhuma das variáveis sociodemográficas e acadêmica. O que quer dizer, segundo os resultados, a falta de confiança nas próprias habilidades e competências, menos ambições de sucesso de carreira e a sensação de insatisfação não tem relação com as variáveis: sexo, idade, estado civil, número de filhos, curso, número de cadeiras em atraso ou reprovadas muito menos se trabalha ou não.

## **Discussão**

A aferição da consistência interna do Maslach Burnout Inventory, versão em português para estudante utilizado neste estudo, indicou valores de alpha de Cronbach aceitável nas dimensões de Descrença e Eficácia Profissional e índice pouco satisfatório na dimensão Exaustão Emocional. Estes achados não corroboram com outros estudos sobre propriedades psicométricas do instrumento realizados em alguns países de língua portuguesa como Brasil e Portugal. Por exemplo, no estudo de Carlotto e Câmara (2006), os fatores de Exaustão Emocional e Eficácia Profissional alcançaram um nível satisfatório de consistência interna de 0,81 e 0,74 respectivamente. Já o fator de Descrença apresentou índice de consistência interna em nível baixo (0,59). Por sua vez, Marco e Tecedeiro (2009) revelaram coeficientes de alfa de Cronbach de 0,836; 0,882 e 0,791 sucessivamente para os fatores Exaustão Emocional, Descrença e Eficácia Profissional. Já a versão transcultural de estudantes portugueses e brasileiros, Campos e Maroco (2012) encontraram valores de alpha de Cronbach de 0,823; 0,876 e 0,828 sucessivamente para Exaustão Emocional, Descrença e Eficácia Profissional.

De modo geral, os resultados obtidos com relação aos índices de Burnout não sugerem a presença da síndrome na amostra estudada, de acordo com os critérios referidos por Schaufeli et al. (2002a). Segundo os autores, altas médias ou escores em Exaustão Emocional e Descrença ( $M \geq 3$ ) e baixas médias ou escores em Eficácia Profissional ( $M < 3$ ) são indicativos de Burnout, numa variação de 0 a 6 pontos. Assim, há indícios de Burnout caso se alcance o limite estabelecido em pelo menos duas dimensões, sendo uma delas a Exaustão Emocional. Deste modo, para os dois grupos de estudantes verificou-se um índice baixo em Exaustão Emocional ( $M=1,95$ ;  $DP=1,32$ ) e Descrença ( $M=1,80$ ;  $DP=1,38$ ) e alto em Eficácia Profissional ( $M=4,63$ ;  $DP=4,71$ ). No entanto, observa-se uma ligeira diferença em termos de médias de cada índice, sendo os alunos de Psicologia Educacional (regime diurno) os que obtiveram médias relativamente maiores nas dimensões de Exaustão Emocional e Descrença. Na mesma direção, o mesmo grupo apresentou média baixa em Eficácia Profissional. Resultados similares foram encontrados nos estudos de Lopes e Guimarães (2016) e Carlotto, Câmara, Otto e Kauffmann (2010). Lopes e Guimarães (2016) não revelaram prevalência da síndrome em estudantes do curso de Psicologia. A pesquisa de Carlotto *et al.* (2010) encontrou seguintes médias para as três dimensões de Burnout: Emocional ( $M=2,50$ ;  $DP=1,45$ ), Descrença ( $M=1,20$ ;  $DP=1,12$ ) e Eficácia Profissional ( $M=5,14$ ;  $DP=0,78$ ).

A análise das dimensões de Burnout em estudantes de outras áreas de conhecimento (e.g., medicina) realizada por Chagas et al. (2016) apresentou uma média de 4,32 de Exaustão Emocional, 2,96 de Descrença e 5,36 de Eficácia Profissional. Também a aferição em três dimensões de uma pesquisa feita junto a estudantes do ensino superior de ciências contábeis indicou 46,3% dos alunos com alteração na Exaustão Emocional, 11,2% na Descrença e 31,3% na Eficácia Profissional (Peleias, Guimarães, Chan & Carlotto, 2017). E um estudo de Rodrigues et al. (2018), envolvendo estudantes do curso de enfermagem indicou que a Eficácia Profissional foi a dimensão que atingiu maior índice médio, com 4,97, seguida pela Exaustão Emocional, com média de 3,14 e pela Descrença com média de 0,98.

Essas médias são ligeiramente diferentes com as alcançadas neste estudo. A diferença nas médias obtidas neste estudo em relação às achadas em outras pesquisas, sobretudo na subescala Eficácia Profissional, pode ser pelo fato de a Psicologia ser reconhecida como uma profissão no Brasil e em Portugal. No Brasil, por exemplo, foram estabelecidos Conselhos Federais e Regionais que regulam o exercício da profissão, diferentemente em Moçambique em que o qualificador profissional que regula o acesso de carreiras na Administração Pública ainda não reconhece a Psicologia como profissão específica. E isso pode estar a dificultar aos graduados em Psicologia a sua inserção no mercado do trabalho e, conseqüentemente o

exercício profissional, gerando incerteza nos graduandos sobre o seu futuro profissional. Excetuando a área da saúde (hospitais centrais), quase todas as instituições moçambicanas funcionam sem psicólogos, o que obriga os graduados de diferentes áreas da psicologia a concorrerem vagas de áreas gerais para atuarem em serviços não condizentes com a sua área de formação.

Importa mencionar, também, que majoritariamente os estudantes do curso Psicologia Social e das Organizações (regime noturno) são simultaneamente trabalhadores, carregando consigo esperanças em termos de crescimento e desenvolvimento profissional por meio da mudança de carreira e, por conseguinte, a melhoria das condições de vida. Pelo contrário, os estudantes sem vínculo empregatício ainda vivem na incerteza em relação ao seu futuro profissional.

No que diz respeito às correlações entre as dimensões de Burnout e as variáveis em estudo, constatou-se que a dimensão de Exaustão Emocional foi estatisticamente correlacionada (de forma positiva) com as variáveis “regime do curso”, “etapa do curso”, significando que os alunos do curso diurno tendem a mostrar maior cansaço e desgaste físico e psicológico. Razão disso pode residir no fato de os alunos do curso diurno não terem vínculo empregatício e se dedicarem exclusivamente aos estudos, o que exige um esforço adicional de modo a ter melhores notas para o sucesso profissional futuro. E a maioria de alunos do regime noturno pretende obter o diploma para mudar de carreira e ter o aumento salarial, não estando preocupados com a obtenção de um bom histórico escolar.

As associações negativas da dimensão de Descrença com as variáveis “idade” e “número de filhos”, revelam que os estudantes mais velhos e com filhos tenderem ao distanciamento e indiferença com a vida acadêmica devido, possivelmente, pelo fato de, ter filhos exigir responsabilidades acrescidas (e.g., educar, prover recursos materiais e econômicos, garantir a saúde e o bem-estar), o que não favorece maior dedicação aos estudos. E por fim, a ausência de correlações entre a dimensão de Eficácia Profissional e outras variáveis estudadas pode estar associada às incertezas e dúvidas dos estudantes em relação à inserção no mercado de trabalho.

Diferentemente deste estudo, a pesquisa de Lopes e Guimarães (2016) identificou que os estudantes mais jovens também apresentaram maior sentimento de Exaustão Emocional. Embora não tenham encontrado estudantes com indícios de Burnout, estes autores advogam que as dimensões presentes no estudo revelam uma sobrecarga emocional e um distanciamento desses estudantes em relação aos estudos, verificando-se certo prejuízo na vivência acadêmica

desses estudantes, podendo-se pensar que no futuro os mesmos entrarão no mercado de trabalho com danos em sua saúde psíquica, o que pode prejudicar o desenvolvimento do seu trabalho.

### **Considerações finais**

Este estudo objetivou avaliar os níveis de Burnout e as variáveis sociodemográficas e acadêmicas associadas em estudantes de graduação em psicologia de uma Universidade Pública, em Moçambique. A hipótese do estudo aventava que existiam diferenças estatisticamente significativas no nível de Burnout dos estudantes em função das variáveis “sexo”, “idade”, “regime do curso”, “vínculo empregatício”, “sucesso acadêmico”, “estado civil” e “número de filhos”. Os resultados corroboram parcialmente a hipótese levantada, pois algumas variáveis de análise tiveram correlações estatisticamente significativas com as dimensões de Burnout que compõem o modelo utilizado nesta pesquisa.

Embora não se tenha verificado a presença de Burnout na amostra pesquisada, os resultados alcançados servem de alerta de um processo em desenvolvimento e contribuem para a compreensão do Burnout em estudantes moçambicanos. O grande mérito desta pesquisa é de ser pioneira no estudo do fenômeno tendo como amostra estudantes moçambicanos.

O estudo apresenta algumas limitações que devem ser levadas em consideração na interpretação dos resultados. A primeira tem a ver com a sua natureza transversal e não envolver uma amostra probabilística. Nesse sentido, e tendo em conta que o estudo foi realizado num contexto sociocultural específico, é obvio que não se deve generalizar os resultados para todos os estudantes moçambicanos do ensino superior. Na verdade, o contexto social no qual a psicologia organizacional se tem desenvolvido é carregado de cultura específica, realidades sociopolíticas e sistemas de valores que por sua vez afetam as questões de pesquisa dos investigadores (Gelfand, Leslie, & Fehr, 2008). A segunda limitação é o fato de o modelo usado para avaliar o Burnout não fornecer qualquer prova de causalidade, pois o instrumento avalia apenas a presença de Burnout sem identificar os fatores associados. Faz-se necessário a realização de estudos futuros envolvendo amostras probabilísticas e correlacionais.

O bem-estar do estudante é um pré-requisito crucial para o sucesso acadêmico e para o futuro profissional. É assim que, neste trabalho, é enfatizada a concepção e implementação de programas preventivos de saúde mental, sobretudo de gestão de estresse de modo a treinar ou capacitar os estudantes para lidarem eficazmente com os estressores da vida acadêmica. Os programas de treinamento podem ser em forma de minicursos ou disciplinas a serem

ministrados por psicólogos com a devida preparação e formação em gestão de estresse e/ou saúde mental.



## REFERÊNCIAS

- Abacar, M. (2015). *Burnout em docentes do ensino básico em escolas moçambicanas e brasileiras*. [Tese de Doutorado]. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, PE, Brasil.
- Abacar, M., Roazzi, A., & Bueno, J. M. H. (2017). Estresse ocupacional: percepções dos professores. *Revista AMAzônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq/ EDUA*, 19(1), 430-472. <http://www.periodicos.ufam.edu.br/amazonica/article/view/4668>
- Abacar, M., Tarcísio, L., & Aliante, G. (2017). *Burnout em professores moçambicanos do ensino superior público e privado*. *Revista Saúde e Pesquisa*, 10(3), 567-577. <http://dx.doi.org/10.177651/1983-1870.2017v10n3p567-577>
- Aliante, G. (2018) *Síndrome de Burnout e Trabalho: um estudo junto a professores moçambicanos do ensino fundamental das escolas da rede pública na Cidade de Nampula*. [Dissertação de Mestrado]. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS, Brasil.
- Aliante, G., Abacar, M., Saquina, B. H., & Aristides, C. L. (2019). *Stress em estudantes de graduação em uma universidade pública da região norte de Moçambique*. *Trabalho En(Cena)*, 4(2), 465-484. <https://doi.org/10.20873/2526-1487V4N2P465>
- Ariño, D. O. & Bardagi, M. P. (2018). Relação entre fatores acadêmicos e a Saúde Mental de estudantes universitários. *Psicol. Pesqui.*, 12(3), 44-52. <http://dx.doi.org/10.24879/2018001200300544>
- Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) (2019). *V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES*. Uberlândia.
- Benevides-Pereira, A. M. T. (2002). *Burnout: Quando o trabalho ameaça o bem-estar do trabalhador*. São Paulo: Casa do psicólogo.
- Borges, A. M. B. & Carlotto, M. S. (2004). Síndrome de Burnout e fatores de estresse em estudantes de um curso técnico de enfermagem. *Aletheia*, 19, 45-56. [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S141303942004000100005](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141303942004000100005)
- Campos, J. A. D. B., Jordani, P. C., Zucoloto, M. L., Bonafé, F. S. S., & Maroco, J. (2012). Síndrome de Burnout em graduandos de Odontologia. *Rev. Bras. Epidemiol.*, 15(1), 155-65. [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-790X2012000100014](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-790X2012000100014)
- Campos, J. A. D. B. & Maroco, J. (2012). Maslach Burnout Inventory –Student Survey: Portugal-Brazil cross-cultural adaptation. *Rev. Saúde Pública*, 46(5), 816-25. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-89102012000500008>
- Castro, V. R. (2017). Reflexões sobre a saúde mental do estudante universitário: estudo empírico com estudantes de uma instituição pública de ensino superior. *Revista Gestão em Foco*, 9, 380-401. [portal.unisepe.com.br/unifia/wp-content/uploads/sites/.../06/043\\_saude\\_mental.pdf](http://portal.unisepe.com.br/unifia/wp-content/uploads/sites/.../06/043_saude_mental.pdf)

- Carleto C. T., Moura, R. C. D., Santos, V. S., & Pedrosa, L. A. K. (2018). Adaptação à universidade e transtornos mentais comuns em graduandos de enfermagem. *Rev. Eletr. Enf.*, 20(20), 1-11. <https://doi.org/10.5216/ree.v20.43888>
- Carlotto, M. S. & Câmara S. G. (2008). Preditores da Síndrome de Burnout em estudantes universitários. *Pensamiento Psicológico*, 4(10), 101-109. <https://www.researchgate.net/publication/41449562> Preditores da Síndrome de Burnout em estudantes universitarios
- Carlotto, M. S., Câmara S. G., Otto, F., & Kauffmann, P. (2010). Síndrome de Burnout e coping em estudantes de psicologia. *Boletim de Psicologia*, 56(131), 167-178. [pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S0006-59432009000200004&script=sci](https://psicic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S0006-59432009000200004&script=sci)
- Cestari, V. R. F., Barbosa, I. V., Florêncio, R. S., Vera Lúcia Mendes de Paula Pessoa, V. L. M. P., & Moreira, T. M. M. (2017). Stress em estudantes de enfermagem: estudo sobre vulnerabilidades sociodemográficas e acadêmicas. *Acta Paul. Enferm.*, 30(2), 190-6. <http://dx.doi.org/10.1590/19820194201700029>
- Chagas, M. K. S., Moreira Junior, D. B., Cunha, G. N., Caixeta, R. P., & Fonseca, E. F. (2016). Ocorrência da Síndrome de Burnout em acadêmicos de medicina de instituição de ensino no interior de Minas Gerais. *Rev. Med. Saúde Brasília*, 5(2), 234-45. <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/rmsbr/article/download/7241/4567>
- Estrela, Y. C. A., Rezende, A. C. C. Guedes, A. F., Pereira, C. O., & Sousa, M. N. A. (2018). Stress e correlatos com características de saúde e sociodemográficas de estudantes de medicina. *Rev. CES Med.*, 32(3), 215-225. <http://dx.doi.org/10.21615/cesmedicina.32.3.3>
- Fogaça, M. C., Hamasaki, E. I. M., Barbieri, C. A. P., Borsetti, J., Martins, R. Z., Silva, I. G., & Ribeiro, L. P. (2012, maio/dez.). Burnout em estudantes de psicologia: diferenças entre alunos iniciantes e concluintes. *Aletheia*, 38-39, 124-131. [pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid...03942012000200010](https://psicic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid...03942012000200010)
- Gelfand, M. J., Leslie, L. M., & Fehr, R. (2008). To prosper, organizational psychology should adopt a global perspective. *Journal of Organizational Behavior*, 29, 493-517. <https://psycnet.apa.org/doi/10.1002/job.530>
- Gil, C. A. (2008). *Pesquisa Social*, (2ª. ed.). Altas.
- Goebel, D. K., & Carlotto, M. S. (2019). Preditores sociodemográficos, laborais e psicossociais da Síndrome de Burnout em docentes de educação a distância. *Avances en Psicología Latinoamericana*, 37(2), 295-311. <http://dx.doi.org/10.12804/revistas.urosario.edu.co/apl/a.6886>
- Lopes, F. L. & Guimarães, G. S. (2016, jan./jul.). Estudo da Síndrome de Burnout em Estudantes de Psicologia. *Psicologia: Ensino & Formação*, 7(1), 40-58. [pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci...pid=S2177-20612016000100005](https://psicic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci...pid=S2177-20612016000100005)
- Leiter, M. P. & Maslach, C. (2017). Latent burnout profile: A new approach to understanding the burnout experience. *Burnout Research*, 3, 89-100.

- Maroco, J. & Tecedor, M. (2009). Inventário de Burnout de Maslach para estudantes portugueses. *Psicologia, Saúde & Doenças*, 10(2), 227-235. [repositorio.ispa.pt > Psicologia da Saúde > PSAU - Artigos em revistas nacionais](http://repositorio.ispa.pt/Psicologia da Saúde > PSAU - Artigos em revistas nacionais)
- Martins, C., Campos, S., Duarte, J., Martins, R., Moreira, T., & Chaves, C. (2017). Situações indutoras de *stress* e *Burnout* em estudantes de enfermagem nos ensinamentos clínicos. *Revista Portuguesa de Enfermagem de Saúde Mental*, 5, 25-32. <http://dx.doi.org/10.19131/rpesm.0163>
- Maslach, C., & Leiter, M. P. (2016). Understanding the burnout experience: Recent research and its implications for psychiatry. *World Psychiatry*, 15(2), 103-111. <https://doi.org/10.1002/wps.20311>
- Maslach, C. & Leiter, M. P. (2017). New insights into burnout and health care: Strategies for improving civility and alleviating burnout. *Medical Teacher*, 39(2), 160-163. <https://doi.org/10.1080/0142159X.2016.1248918>
- Maslach, C., Schaufeli, W. B., & Leiter M.P. (2001). Job burnout. *Ann Rev Psychol*, 52, 397-422.
- Medeiros, M. R. B., Camargo, J. F., Barbosa, L. A. R., & Caldeira, A. P. (2018). Saúde mental de ingressantes no curso médico: uma abordagem segundo o sexo. *Rev. Bras. de Ed. Med.*, 42(3), 214-221. <http://dx.doi.org/10.1590/1981-52712015v42n3rb20170008>
- Mota, I. D., Farias, G. O., Silva, R., & Folle, A. (2017, dezembro). Síndrome de *Burnout* em estudantes universitários: um olhar sobre as investigações. *Motrivivência*, 29, 243-256. <https://doi.org/10.5007/2175-8042.2017v29nespp243>
- Peleias, I. R., Guimarães, E. R., Chan, B. B., & Carlotto, M. S. (2017, jan./mar). A síndrome de *Burnout* em estudantes de ciências contábeis de IES Privadas: pesquisa na cidade de São Paulo. *REPeC – Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, 11(1), 30-51. <http://dx.doi.org/10.17524/repec.v11i1.1468>
- Pinto, P. S., Nunes, F. M. R., Campos, D. S., Freitas, R. H. B., Bonan, P. R. F., & Batista, A. U. D. (2018). Síndrome de *Burnout* em estudantes de Odontologia, Medicina e Enfermagem: uma revisão da literatura. *Revista Família, Ciclos de Vida e Saúde no Contexto Social*, 6(2), 238-248. <https://doi.org/10.18554/refacs.v6i2.2822>
- Richardson, R. J. Peres, J. A. S., Wanderley, J. C. V., Correia, L. M., & Peres, M. H. M. (1999). *Pesquisa Social: Métodos e Técnicas*, (3ª. ed.). Atlas.
- Rodrigues, J. M. S., Bezerra, E. P., Soares, H. S., & Dantas, T. R. S. (2018). Prevalência da Síndrome de *burnout* em acadêmicos de enfermagem de uma instituição de ensino superior no Estado da Paraíba. *III Congresso Brasileiro de Ciências de Saúde*, Campina Grande/PB, 13 a 15 de junho. [www.conbracis.com.br](http://www.conbracis.com.br)
- Salomão, I. F. C. S., Abacar, M., & Aliante, G. (2018). Satisfação acadêmica em estudantes de Ensino Superior: Um estudo no curso de graduação em ensino básico da Universidade Pedagógica-Delegação de Nampula. *Revista Brasileira de Ensino Superior*, 4(1), 24-42. <http://doi.org/10.18256/2447-3944.2018.v4i1.2239>

- Sarmiento, P., Nunes, F. M. R., Silva Campos, D., Freitas, R. H. B., Bonan, R. H. B., & Batista, A. U. D. (2018). Síndrome de Burnout em estudantes de Odontologia, Medicina e Enfermagem: uma revisão da literatura. *Revista Família, Ciclos de Vida e Saúde no Contexto Social*, 6(2). [seer.uftm.edu.br/revistaeletronica/index.php/refacs/article/view/2822](http://seer.uftm.edu.br/revistaeletronica/index.php/refacs/article/view/2822)
- Schaufeli, W.B., Martínez, I. M., Pinto, A. M., Salanova, M., Bakker, A.B. (2002a). Burnout and engagement in university students: a Cross National Study. *Journal of Cross-Cultural Psychology*, 33(5), 464-481.
- Schaufeli, W. B., Salanova, M., Gonzalez-Romae, V. & Bakker, A. (2002b). The measurement of burnout and engagement: A confirmatory factor analytic approach. *Journal of Happiness Studies*, 3, 71-92.
- Tomaschewski-Barlem, J. G., Lunardi, V. L., Ramos, A. M., Silveira. R. S., Barlem, E. L. D., & Ernande, C. M. (2013, jul-set.). Manifestações da Síndrome de Burnout entre estudantes de graduação em enfermagem. *Texto Contexto Enferm.*, 22(3), 754-62. [www.scielo.br/pdf/tce/v22n3/v22n3a23.pdf](http://www.scielo.br/pdf/tce/v22n3/v22n3a23.pdf)



## **ANÁLISE CONSTRUTIVO INTERPRETATIVA DOS PROCESSOS SUBJETIVOS DA ROTINA DOCENTE UNIVERSITÁRIA**

Interpretative constructive analysis of the subjective processes of the university teacher routine

Analyse constructive interprétative des processus subjectifs de la routine d'enseignement universitaire

Análisis constructivo interpretativo de los procesos subjetivos de la rutina de profesores universitários

**Luís Fernando Martins Ribeiro<sup>1</sup>**  
Uniceub, Faces, Brasília, DF, Brasil<sup>2</sup>

**Valéria Deusdará Mori<sup>3</sup>**  
Uniceub, Faces, Brasília, DF, Brasil

### **Resumo**

Nesse trabalho, discute-se como o professor universitário no contexto contemporâneo está submetido a diferentes condições de trabalho que podem ser configuradoras de processos subjetivos diversos. Assim, considerando a rotina docente e as exigências impostas às suas carreiras, percebe-se que tanto a subjetividade social quanto a subjetividade individual são mobilizadas emocional e simbolicamente na configuração dos processos de trabalho. A discussão está orientada pela teoria da subjetividade, com base no enfoque cultural histórico, proposta por González Rey. A subjetividade é definida como sistema individual e social em que um sistema não se esgota no outro. O objetivo desta pesquisa foi compreender os processos subjetivos relacionados à atividade acadêmica e avaliar como os docentes têm vivenciado de forma saudável ou não a rotina acadêmica, tanto em termos de diferentes exigências como na consequente intensificação da atividade docente. O estudo proposto baseia-se nos pressupostos da epistemologia qualitativa que está na base do método construtivo interpretativo proposto por González Rey. Com base nos resultados obtidos, a partir do processo dialógico realizado, foi possível discutir a configuração da subjetividade social nesses contextos e seus desdobramentos nos processos individuais de saúde.

**Palavras chave:** Docência; Subjetividade; Saúde.

### **Abstract**

In this paper, we discuss how the university professor in the contemporary context is subjected to different working conditions that can configure different subjective processes. Thus, considering the teaching routine and the demands imposed on their careers, it is clear that both social subjectivity and individual subjectivity are mobilized emotionally and symbolically in the configuration of working processes. The discussion is guided by the theory of subjectivity, based on the historical cultural approach proposed by González Rey. Subjectivity is defined as an individual and social system in which one system does not exhaust itself in the other. The objective of this research was to understand the subjective processes related to academic activity and to evaluate how teachers have experienced healthy or not at the academic routine, both in terms of different demands and consequent intensification of teaching activity. The research is based on the assumptions of the qualitative epistemology that underlies the interpretative constructive method proposed by González Rey. Based on the results obtained, from

<sup>1</sup> martins.luisf@gmail.com

<sup>2</sup> 707/907 - Campus Universitário, SEPN - Asa Norte

<sup>3</sup> morivaleria@gmail.com

the dialogical process performed, it was possible to discuss the configuration of social subjectivity in these contexts and its consequences in the individual health processes.

**Keywords:** Teaching; Subjectivity; Health.

---

### Résumé

Dans cet article, nous discutons de la manière dont le professeur d'université est soumis à différentes conditions de travail pouvant être configurateurs de différents processus subjectifs. Compte tenu de la routine d'enseignement et des exigences imposées à leur carrière, il est clair que la subjectivité sociale et la subjectivité individuelle sont mobilisées émotionnellement et symboliquement dans la configuration des processus de travail. La discussion est guidée par la théorie de la subjectivité, basée sur l'approche culturelle historique proposée par González Rey, qui définit la subjectivité comme un système individuel et social dans lequel un système ne s'épuise pas dans l'autre. L'objectif de cette recherche était de comprendre les processus subjectifs liés à l'activité académique et d'évaluer comment les enseignants ont expérimenté la routine académique de manière saine ou non, à la fois en termes de demandes différentes et d'intensification consécutive de l'activité d'enseignement. La recherche proposée est basée sur les hypothèses de l'épistémologie qualitative qui sous-tendent la méthode interprétative constructive proposée par González Rey. Sur la base des résultats obtenus, à partir du processus dialogique réalisé, il a été possible de discuter de la configuration de la subjectivité sociale dans ces contextes et de ses conséquences sur les processus de santé individuels.

**Mots clés:** Enseignement; Subjectivité; Santé.

---

### Resumen

En este artículo, discutimos cómo el profesor universitario en el contexto contemporáneo está sujeto a diferentes condiciones de trabajo que pueden ser configuradores de diferentes procesos subjetivos. Considerando la rutina de enseñanza y las demandas impuestas en sus carreras, tanto la subjetividad social como la subjetividad individual se movilizan emocional y simbólicamente en la configuración de los procesos de trabajo. La discusión se guía por la teoría de la subjetividad, basada en el enfoque cultural histórico propuesto por González Rey. La subjetividad se define como sistema individual y social en el que un sistema no se agota en el otro. El objetivo de esta investigación fue comprender los procesos subjetivos relacionados con la actividad académica y evaluar cómo los docentes han estado experimentando una rutina académica de manera saludable o no, tanto en términos de diferentes demandas como de la consiguiente intensificación de la actividad docente. La investigación se basa en los supuestos de la epistemología cualitativa que subyace al método constructivo interpretativo propuesto por González Rey. Con base en los resultados obtenidos, a partir del proceso dialógico realizado, fue posible discutir la configuración de la subjetividad social en estos contextos y sus consecuencias en los procesos de salud individuales.

**Palabras clave:** Enseñanza; Subjetividad; Salud.

---

### Introdução

As atuais exigências que fazem parte da rotina do professor universitário estão quase que exclusivamente vinculadas aos processos de avaliação estabelecidos pelos órgãos de fomento. Neste contexto, tem-se dado um excessivo valor à produção de artigos em revistas indexadas. Percebe-se com esta situação que a grande maioria das atividades docentes tem perdido o seu valor em detrimento de exigências severas de publicação. Essas exigências evidenciam-se tanto no contexto de pós-graduação de ensino privado quanto público. A docência é afetada pelas diferentes exigências da configuração dos processos de trabalho nesses contextos. Nesse sentido, compreender os processos da subjetividade social desses espaços é importante, pois nos possibilita, da mesma forma, compreender seus efeitos na rotina docente.

Esse trabalho tem como foco a discussão de diferentes processos subjetivos de professores universitários do ensino público.

Alves (2003), ao se referir a estes critérios, diz ter descoberto que para este sistema de avaliação não existem mais docentes, apenas pesquisadores. Estes “novos” docentes, com base nestas novas exigências, têm que escrever e publicar meia dúzia de artigos de qualidade (Qualis CAPES) em revistas indexadas, lidos por poucos pesquisadores.

Adicionalmente, a esta condição percebe-se que tal processo de avaliação gera um grande desafio ao docente, já que a sua manutenção nos programas de pós-graduação e o acesso a recursos financeiros estão diretamente vinculados a sua produção e qualificação científica.

Percebe-se ainda que a concorrência entre docentes tem se tornado uma condição constante nessa nova rotina e mais especificamente no contexto dos cursos de pós-graduação. Essa concorrência exagerada baseada nas premissas de sobrevivência própria no contexto de recursos financeiros e alta qualificação tem ocorrido tanto entre docentes do mesmo programa como em diferentes programas da mesma instituição e de forma mais abrangente entre os diversos centros de pesquisas.

Assim, considerando essa rotina intensa de trabalho e as exigências impostas nas carreiras docentes, percebe-se que a rotina acadêmica está conduzindo os professores ao adoecimento: a um permanente quadro de estresse, à depressão, à ansiedade tipificado em um esgotamento físico e mental. Esta condição certamente nos leva a pensar quais seriam os aspectos mais relevantes no contexto da rotina docente e sua configuração como processo subjetivo que se expressa em processos de adoecimento.

Neste contexto, destaca-se a necessidade de se desenvolver pesquisas que investiguem os diferentes processos relacionados às condições envolvidas na rotina docente atual, bem como o impacto destas atividades em diferentes esferas da vida desses profissionais, de modo que caminhos alternativos à situação atual sejam vislumbrados.

Uma análise mais criteriosa dos aspectos na rotina docente se torna imperiosa no sentido de compreender as diferentes implicações nos processos de saúde do docente. A saúde não é um processo divorciado de outras áreas da vida da pessoa e é importante reconhecer sua organização como processo subjetivo. O que implica refletir sobre a forma como o trabalho tem expressão em diferentes produções subjetivas, não por uma relação de causa e efeito, mas pela sua organização em processos simbólico emocionais. A compreensão da configuração desses processos pode contribuir para que estratégias possam ser discutidas em relação ao trabalho docente e da mesma forma como os docentes podem gerar alternativas de saúde no contexto do trabalho contemporâneo.

Dessa forma, o objetivo dessa pesquisa foi compreender os processos subjetivos relacionados à atividade acadêmica e avaliar como os docentes têm vivenciado de forma saudável ou não a rotina acadêmica, tanto em termos de diferentes exigências como na consequente intensificação da atividade docente.

A justificativa desta pesquisa encontra-se na análise sobre a intensificação do trabalho docente nos últimos anos em vista das exigências atuais impostas nas carreiras docentes e o aumento do adoecimento no trabalho. Esta condição tem se mostrado configuradora do desenvolvimento de uma emocionalidade que muitas vezes tem como resultado o adoecimento e a incapacidade de gerar alternativas de saúde nos processos de vida. São processos subjetivos que se constituem pela forma como a sociedade contemporânea organiza-se em relação aos diferentes discursos e representações dominantes.

### **Trabalho docente e sociedade contemporânea**

A competitividade tem se caracterizado como uma expressão básica da sociedade ocidental capitalista (Rattner, 2009). Bauman (2003) destaca que “vivemos em tempos implacáveis, tempos de competição e de desprezo pelos mais fracos” (p. 08). Segundo o autor, permanecer no mercado de trabalho demanda do indivíduo “toda sua capacidade, sua vida inteira e toda sua personalidade” (Bauman, 2003, p. 08) e, contudo, não há nenhuma garantia de sua manutenção. Observa-se que, a competitividade, que perpassa as relações entre nações, empresas, redes de comércio e indústria, também se estende para o ambiente acadêmico. Assim, a academia expressa, através de processos da sua subjetividade social, a competitividade que configura o ambiente universitário, pautando, em certa medida, as relações estabelecidas em seu interior. Na academia, essa proposição ocorre em alguma medida, no processo de alcançar a excelência, tanto relacionado aos professores quanto aos alunos, cujo reconhecimento ocorre na medida em que suas atividades, suas produções se destacam nesse ambiente.

A competitividade é também fomentada pelas exigências estabelecidas pelas agências de fomento à pesquisa, cujo cumprimento favorece a concessão de bolsas-pesquisa para professores e alunos, e pode melhorar mantém ou melhoram os indicadores de qualidade dos currículos desses indivíduos (Bosi, 2011). Observa-se que estas atuais exigências reduzem a rotina do professor universitário quase que exclusivamente aos processos de avaliação estabelecidos pelos órgãos de fomento.

Com relação aos professores universitários, em específico, essas exigências incluem constante produção científica, publicação dos resultados, formação continuada de recursos

humanos, liderança de grupos, participação em bancas e congressos, participação em programas de pós-graduação, supervisão e orientação de alunos, entre outras atribuições (Bosi, 2011; Santana, 2011).

Os programas de pós-graduação, na busca de sua excelência, exigem cada vez mais dos docentes. Publicações, orientações, captação de recursos e a própria manutenção como pesquisador tem demandado um grande esforço dos docentes. Esta condição tem mudado o contexto de atuação docente, em que a grande maioria das atividades docentes tem perdido o seu valor em detrimento as exigências severas de publicação (Alves, 2003). Segundo Alves (2003), não existem mais docentes, apenas pesquisadores, na sua visão, pesquisadores voltados quase que exclusivamente a competir entre si e a superar seus próprios limites e suas capacidades físicas e intelectuais. O autor refere-se ao trabalho do professor de universidades públicas. Evidentemente, essas se diferenciam das exigências do ensino privado. Pensamos importante ressaltar que ainda que possam existir diferenças, o trabalho docente tem se precarizado pelas diferentes demandas e processos institucionais.

As atuais exigências que abrangem a rotina do professor universitário têm sido alvo de discussão em diferentes estudos (Bianchetti, 2008; Bosi, 2011; Silva, 2008), e alguns deles problematizam diferentes processos orgânicos e psicológicos que estão relacionados com o ritmo de trabalho desses profissionais. O anterior não tem relação direta com a forma como a subjetividade social dos espaços acadêmicos se configura, mas expressa a forma como os diferentes processos são subjetivados e estão relacionados com a qualidade das relações e a própria configuração da sociedade contemporânea e seus aspectos relacionados ao trabalho. Bem expresso por Mancebo (2006) sobre a forma como afeta os espaços de ensino e aprendizagem universitários:

Passam a pautar-se (contexto de trabalho nas universidades) mais profundamente pelo individualismo, pela competição entre instituições educacionais e, entre os pares, pela supervalorização das avaliações com viés pseudomeritocrático, pelo imediatismo em relação às demandas do mercado de trabalho e, enfim, por uma construção ideológica cuja lógica é a do desmonte da educação como direito social e como compromisso social coletivo (MANCEBO, 2006, p.44).

Assim, considerando essa rotina intensa de trabalho e as exigências impostas nas carreiras docentes, Bosi (2011) considera que a rotina acadêmica está conduzindo os professores ao adoecimento: a um permanente quadro de estresse, à depressão, ao esgotamento físico. Alguns estudos têm endossado essa afirmação, como é o caso de Meis et al. (2003) que correlacionam a prática docente com a síndrome de Burnout, e o de Santana (2011), que

apresenta uma correlação positiva entre a rotina exaustiva do professor universitário e uma maior incidência de doenças cardiovasculares observada nessa população.

Nessa direção, Santana (2011) discorre sobre a relação diretamente proporcional “entre as doenças cardiovasculares e o número de orientandos e de produção científica por ano” do pesquisador. Acrescenta-se ainda a complementação destes estudos na alerta feita por Silva (2008) para a crescente incidência de doenças mentais entre professores-pesquisadores, como depressão, estresse e síndrome do pânico, bem como para o consumo frequente de psicotrópicos como antidepressivos, ansiolíticos e antiestressantes por essa população.

Observa-se também a partir do trabalho de Bosi (2011) uma análise sobre a intensificação do trabalho docente nos últimos 20 anos. Esse autor acrescenta que, compete ao professor universitário inúmeras atividades e que a rotina atual de trabalho é capaz de ocupar cada vez mais espaço na vida do professor, que chega a cumprir uma jornada de trabalho de 60, 70 horas semanais. Essa nova rotina faz com que o professor universitário se envolva em captar recursos, cada vez mais escassos e disputados, para suas pesquisas; organizar e participar de eventos; orientar mestrado, doutorado e iniciações científicas; participar de bancas examinadoras de mestrado, doutorado e concursos; pesquisar; publicar artigos em revistas mais bem avaliadas, de acordo com os critérios QUALIS de classificação de periódicos científicos estipulados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); prestar consultorias; produzir patentes; prestar diversos serviços; ministrar aulas, sempre tendo em vista prazos apertados.

### **A subjetividade como processo no trabalho docente**

Os processos discutidos anteriormente têm desdobramentos subjetivos diversos tanto individualmente quanto socialmente. A subjetividade (González Rey, 2017a) é uma categoria que implica pensar na forma como os processos humanos se configuram. Não significa o individual em abstrato e tampouco o social, mas sim sua articulação como sistema em processos simbólico-emocionais que se organizam ao vivermos diferentes experiências individuais numa sociedade concreta. A subjetividade se organiza em sentidos subjetivos definidos por González Rey (2017b) como:

A relação particular que se produz entre processos simbólicos e as emoções num espaço de atividade culturalmente delimitado do indivíduo, no qual ambos os processos se implicam de forma recíproca sem que um seja a causa da aparição do outro (REY, 2017b, p.54).

Dessa forma, a experiência da docência não tem um efeito direto sobre a saúde do professor, mas os sentidos subjetivos produzidos nas diferentes esferas da vida se integram aos processos atuais e configuram a forma como o momento atual é subjetivado. Participam dessa gênese tanto a subjetividade social quanto a individual, pois se constituem mutuamente. Os processos subjetivos configurados no adoecimento se expressam em diferentes sentidos subjetivos que significam pensar a forma como pessoas ou grupos vivem uma experiência (Mori & González Rey, 2011).

As diferentes contradições que tensionam a subjetividade tanto social quanto individual têm efeitos diversos nas pessoas. A experiência vai se configurando subjetivamente de forma recursiva entre os dois sistemas o que “implica compreender a organização da experiência da pessoa desde uma perspectiva processual, sendo impossível descrever fenômenos diversos a partir da forma como se apresentam externamente sem nenhuma articulação com a forma como o indivíduo sente sua experiência” (Mori & Goulart, 2019, p. 130). Ou seja, a docência e suas exigências vão sendo subjetivadas pelos diferentes indivíduos e não têm uma forma universal de configuração. São processos singulares que podemos compreender a partir dos efeitos colaterais em pessoas que têm histórias de vida diferentes. Os sintomas não são expressão direta da forma como vivenciamos algo, eles integram a organização de processos subjetivos em nível mais complexo que não estão evidenciados de forma direta.

As diferentes representações sobre trabalho, a convivência com outros docentes, a competitividade, o perfeccionismo, a insatisfação e o contexto social associado a carreira docente são alguns dos processos que conformam a subjetividade social das instituições. Assim sua configuração tem múltiplas repercussões para a saúde humana que não podem ser definidos por uma relação de causalidade senão pelos efeitos associados ao processo de ‘viver a rotina’ docente. Os sentidos subjetivos produzidos nessa experiência podem mobilizar produções subjetivas alternativas que possibilitam avançar e não se submeter de forma acrítica aos discursos hegemônicos ou ao contrário, não são facilitadores de novos posicionamentos no curso da experiência.

As exigências do cotidiano docente, apresentadas no início desse trabalho, podem gerar contradições e mal-estar. É importante evidenciar a forma como a subjetividade social tem se configurado e é caracterizada pelo não reconhecimento das necessidades individuais. A dificuldade de posicionamentos próprios gerados pelo medo, por exemplo, pode ser danosa para a saúde das pessoas que participam desses espaços. Certamente não há relação direta entre a subjetividade social e a pessoa, mas sua forma de organização pode ter desdobramentos para a

qualidade das relações de trabalho e dos diferentes sistemas de relações dos docentes para além do trabalho.

## **Método**

Essa pesquisa se apoia no método construtivo interpretativo proposto por González Rey (2005, 2019) que tem como base a epistemologia qualitativa, do mesmo autor, que se apoia em três princípios fundamentais:

**i.** O caráter construtivo interpretativo do conhecimento – o processo de conhecimento não se organiza por modelos prontos a priori, mas pela capacidade do pesquisador de articular teoria e ideias próprias no processo de construção de informação.

**ii.** A legitimidade do singular – significa reconhecer o valor do caso singular para produção teórica pela sua possibilidade de abrir novos caminhos de significação.

**iii.** A pesquisa como processo de comunicação dialógica – a pesquisa é um espaço social em que o diálogo se organiza pelo engajamento dos envolvidos no processo da pesquisa (pesquisador e participantes).

O instrumento utilizado foi a dinâmica conversacional que se caracteriza por uma conversação livre sem roteiro feito a priori, “o pesquisador desloca-se do lugar das perguntas para integrar-se na dinâmica de conversação” (González Rey, 2005, p. 45). Os processos de comunicação são importantes vias de produção de informação em espaços relacionais. A conversação possibilita, de forma gradual, o envolvimento dos participantes, facilitando a emergência de sentidos subjetivos diversos.

Nesse método, a análise e construção de informação são organizados a partir da construção de indicadores que são significados gerados pelo pesquisador a partir da expressão do participante, não pela sua correspondência direta pelo que fala o participante, mas pelas conjecturas que o pesquisador elabora a partir das informações. É a partir dos indicadores que se organizam as hipóteses no processo de interpretação que são a base dos modelos teóricos desenvolvidos na pesquisa (González Rey, 2017a).

Na proposta do estudo foi primeiramente avaliado qual o grupo de participantes seriam interessantes para os objetivos da pesquisa. Por se tratar de um processo de avaliação da atual rotina docente optou-se por concentrar em grupos de docentes que atuavam de forma direta em programas de pós-graduação de uma instituição pública de ensino superior. Foi feita uma reunião inicial com os possíveis participantes a respeito das características da pesquisa e os

decentes que se sentissem motivados poderiam entrar em contato e conseqüentemente formalizar a sua participação. Nesse trabalho, foram utilizados trechos de informação de um participante da pesquisa. Foram realizados 3 encontros, um deles com o grupo de participantes da pesquisa e dois individualmente com o participante da pesquisa apresentada nesse trabalho. Essa pesquisa foi aprovada no comitê de ética e pesquisa de uma instituição de ensino superior com parecer n. 3.432.511/19 registro CAAE: 12056919.0.0000.0023.

### **Análise e construção de informação**

Nesse método, a análise e construção de informação são organizadas a partir da construção de indicadores que são significados gerados pelo pesquisador a partir da expressão do participante, não pela sua correspondência direta pelo que fala o participante, mas pelas conjecturas que o pesquisador elabora a partir das informações. É a partir dos indicadores que se organizam as hipóteses no processo de interpretação que são a base dos modelos teóricos desenvolvidos na pesquisa (González Rey, 2017a).

### **Resultados e discussão**

**Pesquisador:** “Como você sente a carga de trabalho na universidade?”.

**Participante:** “Eu acho que a carga horária da gente de aula tem que ser menor, difícil conciliar essa carga em sala e pesquisa. Quando morei nos Estados Unidos, ficava perguntando sobre a carga horária para colegas de outros países que estavam fazendo doutorado lá. Eles têm no máximo o que a gente tem aqui como mínimo que são 8 horas, ou seja, 8 horas em sala de aula e aqui o professor tem muita coisa administrativa por sermos um país burocrático né? Então é muito puxado. Dá para melhorar, estou muito frustrado com a quantidade de coisas que a gente faz que é de nível administrativo.”

Nesse trecho, temos indicador dos processos da subjetividade social da universidade que se expressam na forma como o tempo do docente é organizado. A subjetividade social não tem relação direta com a forma como a pessoa sente o que está vivendo, mas constitui os diferentes processos subjetivos individuais. Dessa forma, a subjetividade como sistema se configura na tensão desses dois processos como se expressa nesse trecho. O participante expressa a contradição em relação ao trabalho que realiza. Essas contradições muitas vezes podem ser geradoras de processos subjetivos que não facilitam a relação com o trabalho e muitas vezes resultam na incapacidade de gerar alternativas saudáveis nesse contexto.

O sentimento de frustração é indicador da dificuldade para gerar posicionamentos novos relacionados ao tipo de rotina docente. O participante sente os problemas a partir de causas externas que não possibilitam mudar seu modo de vida. A sua expectativa está centrada na mudança da subjetividade social, o que é importante de fato, mas uma vez que a situação nos gera mal-estar é importante refletir sobre possibilidades de outras alternativas de organização do tempo.

Os efeitos de diferentes experiências na vida das pessoas não se expressam de forma direta, pois “a subjetividade não tem causas externas, ela expressa produções diante de situações vividas” (González Rey, 2017, p. 51). O que resulta importante compreender como diferentes experiências são subjetivadas pelas pessoas.

Temos outro trecho que se articula com o anterior:

**Pesquisador:** “Há um processo de falta de recursos e para conseguir recursos tem que ter um bom currículo, para conseguir um bom currículo é importante publicação e orientação, como é que você percebe isso?”

**Participante:** “Cobrança tem que ter, mas temos que ter cuidado com os critérios de cobrança. Eu não acredito que quantidade é qualidade, sinto a pressão, mas existiria em qualquer emprego. O problema que o governo quer cobrar da gente uma produção americana nas condições brasileiras.”

Outro indicador da configuração da subjetividade social, a produtividade em abstrato que não leva em conta as características singulares do país que vivemos e das pessoas no contexto da pós-graduação. O participante reconhece que o trabalho, qualquer que seja ele, tem suas exigências, o que evidencia sua capacidade de reflexão e não vitimização nesse processo. Por outro lado, sente também como excessivo os critérios. Os critérios não são ponto isolado, pois a forma como a competitividade toma forma na subjetividade social se expressa também na forma como os critérios são definidos. É uma forma de diferenciação entre pares, mas evidencia a exploração da jornada de trabalho para o sucesso, de quem ou de que?

Interessante notar que o participante tem reflexão interessante sobre essa forma de cobrança o que implica pensar na possibilidade de posicionamentos em instituições que podem favorecer mudanças em outro nível como bem expresso por González Rey (2017):

“[...]os indivíduos e espaços microssociais que se organizam em um espaço macrossocial podem desenvolver produções subjetivas alternativas às formas ideológicas hegemônicas, que se subordinam, por sua vez, a outras produções simbólicas dentro da realidade social. Nesse processo, tais indivíduos e espaços microssociais tornam-se sujeitos de mudança e resistência” (REY, 2017, p.65).

Em outro trecho, o participante relata como esses critérios são sentidos por ele:

**Pesquisador:** “Como você se sente com essa meta de produtividade? Gera ansiedade?”

**Participante:** “Ansiedade não é a palavra certa, eu tenho uma meta. Quero produzir uma quantidade de artigos X por ano agora que já não estou em cargos administrativos. Assim como vendedor tenho metas de produção”.

A forma como a subjetividade social se configura tem desdobramentos nos processos individuais do participante. E se expressa na necessidade de gerenciar seu tempo para produzir mais. Como mencionado acima, a organização da subjetividade não é universal, dessa forma, a exigência para o participante mobiliza recursos para agir, ele não se sente subordinado a critérios externos a ele. Importante evidenciar como o participante produz subjetivamente em relação a essa experiência. A sua capacidade para avançar expressa processos subjetivos que não estão relacionados unicamente com o trabalho, mas sentidos subjetivos diversos que são organizados em diferentes áreas da sua vida e que na convergência com outros sentidos subjetivos relacionados ao trabalho possibilitam uma forma de ação mais favorável. Avançar em relação à subjetividade social institucional é um desafio, pois as instituições tendem a ser conservadoras. O que representa contradições para as pessoas que participam delas, bem exposto no trecho a seguir:

**Pesquisador:** Em relação ao que você comenta, a necessidade de produção acadêmica gerou comprometimento na sua saúde?

**Participante:** Eu nunca tive um dia de chutar a porta. Com a doença que eu tive agora, eu pensei muitas coisas. Se fosse por estresse, teria que ter sido na época da coordenação. Talvez a minha volta para o Brasil e a necessidade de organizar tudo. A doença não tem uma explicação, é um defeito. Não sei o que foi o gatilho, se é que teve. É uma doença autoimune.

A representação que o participante tem sobre saúde nos possibilita pensar como muitas vezes tentamos estabelecer um paralelo entre uma situação concreta e o adoecimento, ainda que na expressão do participante isso apareça de forma contraditória. Os processos de adoecimento não se organizam de forma pontual em relação a um evento específico. A saúde e a doença como processos subjetivos nos levam a refletir sobre a processualidade do vivido. As diferentes configurações subjetivas não se evidenciam nos sintomas, mas na forma como emergem nas representações e comportamentos do cotidiano. Interessante notar que para ele a reação de raiva é a forma esperada nas situações difíceis, mas não é a sua forma de agir; a contradição se evidencia aqui pela necessidade de explicar que seu comportamento não é esse.

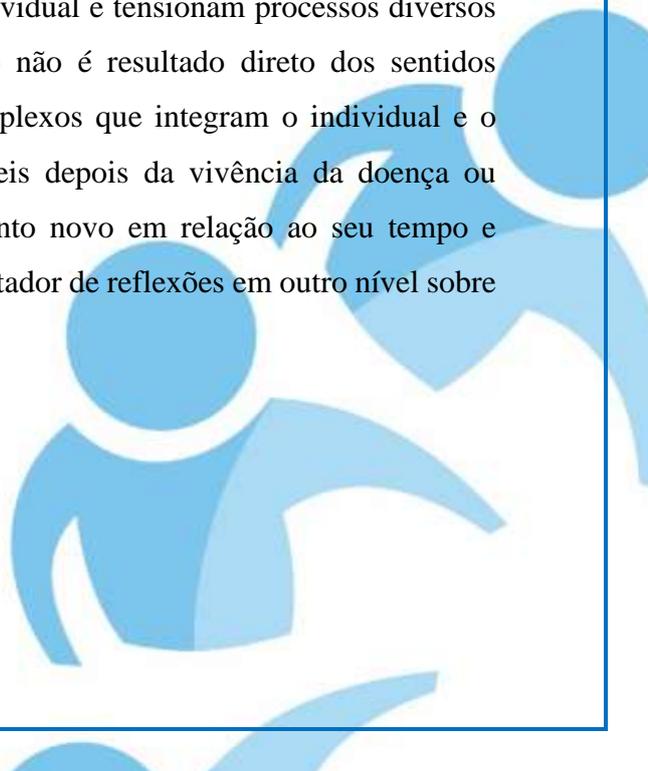
Os indicadores produzidos sobre a subjetividade social dos contextos universitários nos possibilitam reconhecer que sua organização tem desdobramentos para a subjetividade individual através de efeitos colaterais. O participante não adoce em razão do trabalho diretamente, mas o trabalho se organiza como produção subjetiva. Ainda que os sintomas

apareçam tempos depois de uma situação de tensão, no caso a coordenação do curso, essa experiência mobiliza sentidos subjetivos que se organizam em novos processos para além da representação consciente da pessoa. As diferentes contradições que se expressam nos diferentes trechos de informação evidenciam a forma como sentidos subjetivos diversos configuram uma experiência concreta e não estão subordinados à intencionalidade da pessoa (González Rey, 2011). Nos diferentes trechos evidencia-se o valor do trabalho para o participante, e outros contextos, para além do trabalho, não aparecem nesses momentos de diálogo. O que pode ser indicador do trabalho como configuração dominante na vida do participante. E expressa como o trabalho na sociedade contemporânea tem protagonismo que muitas vezes pode gerar uma emocionalidade danosa para os processos do cotidiano.

**Pesquisador:** você teve consequências mais graves desse processo todo?

**Participante:** Não, mas depois do diagnóstico eu faço exercícios físicos, eu como melhor hoje, tenho mais tempo para me dedicar a minha família. Entende? Mais do que na época da coordenação, pois na coordenação você está sempre atrasado com o que deve ser feito.

Esse é o primeiro trecho em que o participante fala sobre sua família. É indicador da forma como o trabalho aparece em primeiro plano na sua vida. Esse indicador é congruente com o indicador do trecho anterior possibilitando hipotetizar sobre a forma como seu tempo pessoal está orientado para atender a questões de trabalho em detrimento da família. A naturalização do cotidiano faz com que a pessoa perca sua capacidade de reconhecer o mal-estar gerado em alguns espaços de vida, no caso do participante, o trabalho. A configuração do cotidiano é organizada por sentidos subjetivos diversos associados, por exemplo, a gênero e a processos socioeconômicos (González Rey, 2011). Dessa forma, esses sentidos subjetivos passam a fazer parte de processos da subjetividade individual e tensionam processos diversos sem que a pessoa tenha consciência. O adoecimento não é resultado direto dos sentidos subjetivos, mas são expressão de processos mais complexos que integram o individual e o social. O participante desenvolve alternativas saudáveis depois da vivência da doença ou sintoma mais grave, o que expressa um posicionamento novo em relação ao seu tempo e relações familiares. Esse posicionamento pode ser facilitador de reflexões em outro nível sobre a organização do seu cotidiano.



## Considerações finais

O caso apresentado nos permite avançar na compreensão sobre os processos de adoecimento como configuração processual e não pela expressão de sintomas. Ainda que diferentes categorias definam sintomas, ansiedade por exemplo, elas não podem ser tomadas em abstrato sem que se estude a forma como se expressam em experiências individuais. Os processos subjetivos se organizam a partir de diferentes experiências humanas e estão constituídos pelo social e o individual numa cultura específica. Os processos de saúde e doença se organizam pela forma como a pessoa subjetiva diferentes experiências de vida, por essa razão para compreender a forma como docentes vivenciam as diferentes exigências da rotina acadêmica evidencia processos da subjetividade social e da subjetividade individual.

A subjetividade social é uma categoria importante para gerar inteligibilidade sobre os processos emocionais e simbólicos de um contexto específico, no caso em questão a universidade. A forma como o trabalho docente tem se organizado tem gerado mal-estar pela qualidade dos processos que se configuram nesse cenário. Processos esses que não estão dissociados da subjetividade social de forma mais ampla. Han (2018) faz uma leitura fundamental sobre o contexto contemporâneo ao enfatizar que temos uma psicopolítica como forma de domesticar os processos psicológicos através da superação de resistências para a otimização da produtividade.

Essa forma de domesticação não é imposta às pessoas, mas é a configuração de processos da subjetividade social que se expressam pela competitividade, status, ganhos financeiros e outros. E em sociedades como a brasileira esses são processos simbólicos que tem grande repercussão em processos da subjetividade individual. O que se evidencia no aumento de diferentes transtornos pela própria contradição entre as possibilidades e necessidades com a frustração, medo que caracterizam a relação com o trabalho em grande medida hoje.

Compreender como as configurações subjetivas de diferentes experiências de vida se organizam é importante para que se avance em relação à universalização de sintomas e processos. A ideia de configuração subjetiva facilita a compreensão dos processos humanos na sua multiplicidade, pois integra sentidos subjetivos associados a experiências muito distintas das pessoas. Nenhum fato ou pessoa é determinante de uma produção subjetiva pontual. A subjetividade se organiza pelos diferentes efeitos que uma situação tem, efeitos esses que estão atrelados a processos históricos e culturais. A produção de saber nesse campo deve orientar as ações profissionais para esse grupo, no sentido de dar visibilidade para a singularidade desses processos.

Pensamos ser importante diferentes pesquisas nesse tema, pois muitas vezes os processos institucionais têm efeitos diferentes na maneira como os docentes vivem o trabalho. Da mesma forma, docentes de instituições privadas e públicas sentem as situações descritas nesse trabalho de uma maneira que não podemos generalizar, pois são situações e demandas distintas a depender da instituição. O adoecimento no trabalho tem sido uma situação preocupante no cenário contemporâneo, é interessante compreendermos os processos subjetivos que tomam forma tanto individualmente quanto socialmente. Esse estudo possibilitou uma análise que evidencia aspectos importantes, mas essa é uma pesquisa em andamento que pensamos que poderá contribuir para o aprofundamento de pontos não contemplados aqui.



## REFERÊNCIAS

- Alves, R. (2003, setembro 8) *Entrevista concedida ao Programa Roda Viva, da Rede Brasil – TV Cultura*. <https://www.youtube.com/watch?v=TUgIBp3D90Y>
- Bauman, Z. (2003). *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Zahar
- Bianchetti, L. (2008). Pós-graduação em educação: processo e resultados de uma "indução voluntária". *Universidade e Sociedade*, 17(41), 143-161.
- Bosi, A. P. (2011). Feios, sujos e malvados: intensificação do trabalho docente e produtividade. *Educação e sociedade*, 20(47), 133-148.
- González Rey, F. (2003). Sujeito e subjetividade: um enfoque histórico cultural. Thonsom.
- González Rey, F. (2005). Pesquisa qualitativa e subjetividade: os processos de construção de informação. Thonsom learning.
- González Rey, F. (2011). Subjetividade e saúde: superando a clínica da patologia. Cortez.
- González Rey, F. (2019). Epistemologia qualitativa vinte anos depois. In A. Mitjans Martinez, & F. V. González Rey, (Orgs.). *Epistemologia qualitativa e teoria da subjetividade: discussões sobre educação e saúde* (pp. 21-45). EDUFU.
- González Rey, F. (2017). Subjetividade: teoria, epistemologia e método. Alínea.
- Han, B.-C. (2018). *Psicopolítica - o neoliberalismo e as novas tendências de poder*. Ayné.
- Meis, L., Velloso, A., Lannes, D., Carmos, M. S., & Meis, C. (2003). The growing competition Brazilian science: rites of passage, stress and burnout. *Brazilian Journal of Medical and Biological Research*, 36(9), 1135-1141.
- Mori, V. D., & González Rey, F. (2011). Reflexões sobre o social e o individual na experiência do câncer. *Psicologia e Sociedade*, 23(spe), 99-108. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822011000400013>
- Mori, V., & Goulart, D. (2019). Subject and subjectivity in psychotherapy: a case study. In F. González Rey, A. Mitjans Martinez, & D. Goulart, (Orgs.). *Subjectivity within cultural-historical approach* (pp. 231-244). Springer.
- Rattner, H. (2009). Os limites da competitividade. *Revista Espaço Acadêmico*, 9(99), 47-50.
- Santana, O. C. (2011). Docentes de pós graduação: grupo de risco de doenças cardiovasculares. *Acta Scientiarum Education*, 33(2), 219-226.
- Silva, G. (2008). Sob aparente desistência, trabalhadores do ensino sofrem, doentes, com a síndrome de Burnout. *Universidade e Sociedade*, 17(41), 133-142.

**REFLEXOS DO MODELO DE PÓS-GRADUAÇÃO NA SAÚDE DOCENTE:  
RECORTE DE UMA PESQUISA EM UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA  
BRASILEIRA**

Consequences of research model in teacher's health: a survey in a Brazilian Public University

Conséquences du modèle de recherche scientifique dans la santé des enseignants: une enquête dans une Université Publique Brésilienne

Reflejos del modelo de posgrado en la salud de docentes: una investigación en una Universidad Pública Brasileña

**Fernanda da Conceição Zanin<sup>1</sup>**©

Universidade Federal do Paraná, Departamento de Psicologia, Curitiba, PR, Brasil<sup>2</sup>

**Luis Allan Kunzle<sup>3</sup>**©

Universidade Federal do Paraná, Departamento de Informática, Curitiba, PR, Brasil

**Brendha Rodrigues de Lima<sup>4</sup>**©

Universidade Federal do Paraná, Departamento de Estatística, Curitiba, PR, Brasil

**Marcia Marzagão Ribeiro<sup>5</sup>**©

Universidade Federal do Paraná, Departamento de Solos e Engenharia Agrícola, Curitiba, PR, Brasil

**Resumo**

A participação em programas de pós-graduação se tornou, ao longo dos anos, uma das principais atividades dos docentes das universidades federais brasileiras. Esta atividade, assim como todas as atividades humanas está subsumida a processos de determinação social que têm sua origem em um modelo societário baseado sobretudo na acumulação financeira. Estes processos atuaram e transformaram a pós-graduação e seus atores, impondo um modelo de produção científica quantitativo, competitivo e produtivista. O marco teórico da pesquisa aqui apresentada é a Epidemiologia Crítica e a Determinação Social da Saúde. Os objetivos do trabalho consistem em estabelecer relações entre o trabalho na pós-graduação e a saúde docente e, principalmente, identificar os principais processos críticos relacionados a esta atividade. Neste artigo foram analisados os dados extraídos de uma pesquisa realizada entre julho de 2014 e julho de 2015. Conclui-se que atividade de pesquisa e pós-graduação se constitui um espaço dialético, em que estão presentes tanto processos críticos protetores quanto destrutivos, pois, de um lado, esta atividade permite aos docentes exprimir sua criatividade na pesquisa e na formação de novos pesquisadores, mas, por outro lado, está submetida a um modelo de avaliação produtivista, competitivo, meritocrático, que implica estresse e sobrecarga de trabalho.

**Palavras-chave:** Saúde; Professor Universitário; Educação de Pós-graduação.

<sup>1</sup> ferczanin@gmail.com

<sup>2</sup> Rua Doutor Alcides Vieira Arcoverde, 1193

<sup>3</sup> lakunzle@pm.me

<sup>4</sup> brendharlima@gmail.com

<sup>5</sup> marzagaomarcia@gmail.com

## Abstract

Participation in postgraduate programs has become one of the main activities of teachers in Brazilian federal universities. This activity, like all human activities, is subsumed to processes of social determination that have their origin in a model of society based on financial accumulation. These processes acted and transformed the postgraduate and its actors, imposing a quantitative, competitive and productive model of scientific production. The theoretical framework of this research is Critical Epidemiology and Social Determination of Health. The objectives of the work are to establish relationships between postgraduate work and the health of teachers and identify the main critical processes related to it. In this article, the data extracted from a survey conducted between July 2014 and July 2015 was analyzed. It is concluded that research and postgraduate activities are a dialectical space, in which critical protective and destructive processes are present. On the one hand, this activity allows researchers to express their creativity in research and in the training of new researchers; on the other hand, it is subject to a meritocratic, competitive, productive evaluation model, which implies stress and work overload.

**Keywords:** Health; Faculty; Graduate.

---

## Résumé

La participation à des programmes d'investigation scientifique est devenue l'une des principales activités des enseignants des universités fédérales brésiliennes. Cette activité, comme toutes les activités humaines, est subsumée à des processus de détermination sociale qui trouvent leur origine dans un modèle de société fondé sur l'accumulation financière. Ces processus ont agi et transformé l'investigation et ses acteurs, imposant un modèle quantitatif, compétitif et productif de production scientifique. Le cadre théorique de ce travail est l'épidémiologie critique et la détermination sociale de la santé. Les objectifs sont d'établir des relations entre le travail d'investigation et la santé des enseignants et d'identifier les principaux processus critiques qui y sont liés. Dans cet article, les données extraites d'une enquête menée entre juillet 2014 et juillet 2015 ont été analysées. Il est conclu que la recherche et les activités de formation doctorale sont un espace dialectique, dans lequel des processus critiques de protection et de destruction sont présents. D'une part, cette activité permet aux chercheurs d'exprimer leur créativité dans la recherche et dans la formation de nouveaux chercheurs; d'autre part, elle est soumise à un modèle d'évaluation méritocratique, compétitif et productif, ce qui implique du stress et une surcharge de travail.

**Mots clés:** Santé; Enseignants; Enseignement Supérieur.

---

## Resumen

La participación en programas de posgrado se ha convertido en una de las principales actividades de los docentes en las universidades federales brasileñas. Esta actividad, como todas las actividades humanas, está subsumida a procesos de determinación social que tienen su origen en un modelo de sociedad basado en la acumulación financiera. Estos procesos actuaron y transformaron la postgrado y sus actores, imponiendo un modelo cuantitativo, competitivo y productivo de producción científica. El marco teórico de esta investigación es la Epidemiología Crítica y la Determinación Social de la Salud. Los objetivos del trabajo son establecer relaciones entre el trabajo en posgrado y la salud de los docentes y identificar los principales procesos críticos relacionados con él. En este artículo, se analizaron los datos extraídos de una encuesta realizada entre julio de 2014 y julio de 2015. Se concluye que las actividades de investigación y posgrado son un espacio dialéctico, en el que están presentes procesos críticos protectores y destructivos. Por un lado, esta actividad permite a los docentes expresar su creatividad en la investigación y en la formación de nuevos investigadores; por otro lado, está sujeta a un modelo de evaluación meritocrático, competitivo, productivo, que implica estrés y sobrecarga de trabajo.

**Palabras clave:** Salud; Docentes; Educación de Postgrado

---

## Introdução

A universidade pública brasileira, sobretudo após a Constituição de 1988, estruturou-se em um tripé de atividades de ensino, pesquisa e extensão (Maciel & Mazzilli, 2010), ao qual incorporou-se, para garantir seu funcionamento operacional, um quarto elemento: a gestão. Esta estrutura acadêmico-administrativa reestruturou o trabalho docente nas universidades públicas.

O peso atribuído a cada uma destas atividades também evoluiu ao longo do tempo e este processo impôs mudanças significativas no modo e na carga de trabalho. Diversos fatores, externos e internos ao sistema federal de ensino superior, foram responsáveis por redefinir o papel e a relevância das diferentes atividades acadêmicas. O principal fator externo foi a imposição, via MEC e órgãos de fomento, de modos neoliberais de gestão e de controle. Exemplos recentes de mudanças dessa ordem que afetaram as universidades públicas são aquelas promovidas pelos diferentes governos da nova república: as várias reformas da previdência, que fizeram com que um número elevado de docentes experientes antecipassem a aposentadoria para não serem prejudicados por essas reformas; a criação de gratificações vinculadas a produtividade, a partir das quais se estabeleceu um modo de trabalho baseado em “quantidade de produtos” gerados e não em sua qualidade e seu vínculo com a mudança da realidade social. Muitos outros exemplos podem ser incluídos nesta lista. Um exemplo importante, que combina fatores de ordem externa e interna, foram os planos de expansão das universidades sem a devida contrapartida de recursos físicos e humanos que, a despeito do mérito em aumentar o número de vagas públicas, geraram sobrecarga de trabalho para os servidores. Isto é suficientemente claro com os números referentes à Universidade Federal de Minas Gerais. Em Valle (2014, p. 149), constata-se que, no período entre 2002 e 2010 (basicamente durante todo o governo de Lula da Silva), o número de matrículas teve um aumento de 50% na graduação, 54% na pós-graduação *stricto-sensu*, 50% na especialização e 77% na residência médica. A área física construída teve aumento de 16%. Entretanto, nesse mesmo período, o número de docentes aumentou apenas 13% e o aumento no número de técnicos administrativos não alcançou 7% (Valle, p. 151). Este cenário se repete para todas as demais universidades federais, mas foi ainda mais grave nas novas universidades implantadas nesse período. O desmonte da carreira dos servidores técnicos administrativos teve como consequência a transferência aos docentes de parte do trabalho por eles realizado. No que se refere à disponibilidade de recursos para o financiamento das pesquisas científicas, o modelo implementado pelos organismos governamentais de fomento, pelos fundos setoriais e também pelas universidades, consiste na abertura de editais, para os quais os docentes necessitam dedicar um grande número de horas de trabalho na construção de projetos que sejam suficientemente competitivos para ter acesso a esses recursos. Em caso de sucesso, que atinge uma pequena parcela das propostas apresentadas, o docente terá uma carga também alta de horas de trabalho para comprovar o correto uso dos recursos de acordo com a legislação vigente.

Outro fator importante de alteração do modo de trabalho dos docentes vinculados a programas de pós-graduação se deu na forma de valoração da produção da pesquisa científica

e no estabelecimento de critérios mais rígidos referentes ao processo de titulação de novos pesquisadores. Estas modificações foram decorrentes do modelo quantitativo e produtivista de avaliação dos programas de pós-graduação implementado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES). É importante ressaltar dois elementos de análise. O primeiro refere-se ao fato que este modelo foi construído e referendado pelos principais pesquisadores das próprias universidades, através de comitês assessores nacionais compostos por docentes eleitos e/ou indicados pelos programas melhor ranqueados. O segundo, vinculado sem dúvida ao primeiro, é que em geral o processo de implantação impôs regras ainda mais exigentes no interior dos programas, muitos dos quais passaram a estabelecer critérios extremamente rígidos de produtividade para o corpo docente e de tempo máximo de titulação e número mínimo de publicações em periódicos referenciados para os estudantes. O resultado desse modelo é ainda hoje comemorado por governos, universidades e programas, uma vez que se constatou um incremento de 95% de docentes vinculados a programas de pós-graduação e o número de publicações feitas pelos docentes teve aumento de 105% a 392%, conforme diferentes áreas de conhecimento. Entretanto, diversos “efeitos colaterais” desse processo passaram a fazer parte do cotidiano acadêmico, entre os quais o fato que os docentes que não alcançam a produtividade em número de artigos passaram a ser considerados “improdutivos” (Bosi, 2007) e a cobrança pela produção de artigos indexados tem sido transferida aos estudantes de pós-graduação, sob pena de serem impedidos de defender suas dissertações ou teses. Estas e outras mudanças, que não foram abruptas e sim ocorreram paulatina e incessantemente ao longo dos anos, modificaram o peso e a valoração das atividades acadêmicas. Há um evidente prestígio associado ao pertencimento a programas de pós-graduação *stricto-sensu*, principalmente se este estiver bem colocado no ranqueamento da CAPES. Ou seja, valoriza-se a pós-graduação em detrimento das demais atividades acadêmicas. O ensino resume-se a atender as normativas mínimas determinadas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). A extensão é completamente desvalorizada, sendo realizada por poucos servidores e estudantes abnegados. Nesse contexto, as atividades de gestão administrativa e pedagógica são rejeitadas e em geral atribuídas a docentes considerados como “improdutivos”.

Considerando esse cenário, a proposta deste trabalho é analisar, especificamente, a percepção dos docentes sobre os efeitos da intensificação do trabalho nas atividades relacionadas à pós-graduação e o reflexo desta intensificação em suas condições de saúde e adoecimento, a partir dos dados sistematizados de uma pesquisa quali-quantitativa de caráter mais amplo sobre as condições de trabalho e saúde dos docentes da Universidade Federal do

Paraná (UFPR), realizada pela Associação de Professores da UFPR, em conjunto com o Núcleo de Estudos em Saúde Coletiva da UFPR. Ressalta-se que o recorte temporal dos dados se refere ao período compreendido entre os meses de julho de 2014 e julho de 2015, ou seja, ainda sob o segundo governo de Dilma Rousseff, anterior ao golpe parlamentar que a destituiu. Os períodos políticos que se seguiram trouxeram insegurança à autonomia (didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial) das universidades e têm modificado ainda mais o trabalho acadêmico nas universidades federais, mas este quadro não faz parte do presente estudo.

O texto a seguir é composto pelas seguintes seções. Inicialmente é apresentado um breve histórico das publicações relacionadas à sobrecarga de trabalho nas atividades de pós-graduação. Em seguida é apresentado o marco conceitual teórico no qual a pesquisa se referencia. A seção subsequente discorre sobre a metodologia adotada. A penúltima seção contém uma análise dos dados da pesquisa referentes às relações entre a sobrecarga de trabalho resultante do modelo de pós-graduação e as condições de saúde dos docentes. Por fim são discutidos os resultados e apresentadas as considerações finais.

### **Sobrecarga de trabalho na pós-graduação e adoecimento: um breve histórico**

No biênio 1996-1997 a CAPES implantou sua primeira versão do processo de avaliação dos programas de pós-graduação. O principal objetivo desse modelo era uniformizar o sistema, para estabelecer parâmetros de comparação entre os programas, de forma a classificá-los e impor mecanismos de competitividade entre eles. Três principais critérios, todos quantitativos, estavam no cerne desse sistema: a qualificação do corpo docente, o tempo de titulação e o volume de produção bibliográfica dos docentes. A comunidade acadêmica foi surpreendida pelo descredenciamento de vários programas de pós-graduação já na primeira aplicação do modelo de avaliação, por não cumprirem os critérios recém estabelecidos. (Horta & Moraes 2005). No entanto, esse sistema de avaliação se consolidou e alguns elementos da conjuntura social, política e acadêmica permitem compreender sua aceitação nas universidades públicas.

Neste mesmo período o Brasil estava em processo de consolidação do seu sistema nacional de pós-graduação. O país já vinha realizando significativos investimentos na formação de doutores no exterior. Esta política pública garantia o atendimento ao primeiro critério de avaliação e a chegada desses novos docentes titulados ampliou a oferta de programas de pós-graduação. O segundo critério, que impôs um rigoroso controle nos tempos máximos de titulação, aumentou a “eficiência operacional” na formação de pesquisadores e evidenciou a

opção pelo critério quantitativo em detrimento do uso de elementos de avaliação qualitativos. O terceiro critério, que privilegia a publicação em revistas indexadas, já estava consolidado nas principais universidades dos países centrais e já estava subsumido por parte significativa dos docentes formados nessas universidades, que passaram a compor os novos programas de pós-graduação. Um outro elemento importante deste período de implantação do processo de avaliação foi o discurso governamental, na gestão de Fernando Henrique Cardoso (FHC) e Bresser Pereira, dois políticos oriundos do meio acadêmico, de “modernização” do Estado brasileiro, com a adoção de mecanismos de gestão neoliberal, entre elas as avaliações quantitativas de caráter produtivista. Como já apresentado, esse modelo de avaliação se consolidou e também se complexificou, passando de avaliações bianuais a trianuais e, recentemente, a quadrianuais.

No início dos anos 2000, em nível internacional, um significativo número de publicações passou a criticar esse novo modo de produção acadêmica, alcunhado como *publish or perish* (Dessibourg, 2005). Na sequência, várias publicações nacionais denunciaram o caráter quantitativo da avaliação e a crescente valorização das atividades de pesquisa e pós-graduação em detrimento das demais atividades acadêmicas (Lopes, 2006; Bosi, 2007; Sguissardi & Silva Junior, 2009). Também nesse período diversos autores analisam o “capitalismo acadêmico” que toma conta do espaço de trabalho nas universidades públicas (Léda, 2006; Zaia, 2008; Lima & Struwka, 2010; Maués 2010). As implicações deste modelo de produção científica sobre a saúde docente surgem na segunda metade da década de 2000-2010 focam principalmente na sobrecarga e na precarização de trabalho (Mendes, et al, 2007; Léda, & Mancebo, 2009; Biachetti & Machado, 2010; Silva Junior, et al., 2010; Pinto e Silva, Silva Junior, 2010; Battini 2011; Campos, 2011; Lemos, 2011; Machado & Bianchetti 2011; Zanin, et al., 2013). Logo a seguir começaram a surgir pesquisas que estabeleceram relações de causalidade entre a atividade de pós-graduação e diversas patologias (Santana, 2011). Nos últimos anos tem aumentado significativamente o número de pesquisas, agora com ênfase no adoecimento psíquico de docentes que atuam em programas de pós-graduação (Coutinho, et al. 2011; Bernardo, 2014; Ruza, 2017).

Um elemento preocupante referente a encaminhamentos decorrentes destes estudos é o fato que várias das publicações analisadas associam o adoecimento ao estilo de vida do docente (sedentarismo, descuido com alimentação, falta de exercícios físicos), individualizando a culpa. O mesmo ocorre nas administrações universitárias, onde os setores de recursos humanos e/ou gestão de pessoas acreditam poder resolver o adoecimento docente por meio de palestras de “conscientização” na escolha de estilos de vida “saudáveis”.

## Marco teórico da pesquisa

A pesquisa na qual este trabalho está inserido tem como marco teórico a Epidemiologia Crítica, definida a partir do paradigma da determinação social da saúde (Breilh, 2010; 2013). Desta forma, considera-se superficial e incompleta a caracterização do adoecimento decorrente das atividades acadêmicas de pós-graduação somente a partir de um conjunto de sintomas e patologias que indivíduos passam a apresentar ao atuarem nestas atividades, sejam como docente ou como estudante de pós-graduação. Também serão insuficientes as iniciativas de atuar de maneira focalizada em sintomas e patologias a partir do uso de fármacos ou outras tecnologias biomédicas. De mesmo modo, as mudanças de estilo de vida, em geral benéficas pontual ou temporalmente, acabam por criar a médio ou longo prazo um quadro mais agravado, pois o indivíduo, ainda com a saúde física e mental degradada, passa a se culpabilizar por não ser capaz de superar suas condições de adoecimento. As relações de causalidade entre fatores de risco e suas manifestações físicas ou psíquicas não são capazes de dar conta da totalidade de elementos que representam uma vida saudável, em todos os seus aspectos.

Em Epidemiologia Crítica considera-se que em uma dimensão mais ampla, geral, há uma determinação social da saúde imposta por um modelo socioeconômico que tem como principal elemento propulsor a acumulação de capital. Diversos elementos são constitutivos deste modelo, como a divisão social em classes, o patriarcado e a heteronormatividade, o racismo e a natureza como fonte inesgotável de recursos, que foram impostos como valores naturalizados. Além disso, essa acumulação tem assumido um caráter cada vez mais predatório, acelerado, a partir das novas tecnologias de informação e da expropriação de bens naturais.

A determinação social não se esgota no seu caráter geral, mas atua também sobre as demais esferas da vida social. Em uma dimensão particular, coletividades são subsumidas por esse conjunto de valores e passam a reproduzir, dentro de seu âmbito, processos de acumulação. Em uma dimensão singular, indivíduos também são subsumidos por esses valores de seus ambientes coletivos. Este não é, entretanto, um processo rígido, de mão única. Indivíduos, em sua singularidade, e também as diferentes formas de agrupamento social, dispõem de uma autonomia relativa que permite que se estabeleçam relações dialéticas entre as diferentes dimensões, do singular ao geral. E é na dimensão singular, individual, que as manifestações patológicas são evidenciadas. Mas estas manifestações e variáveis de controle e fatores de risco a elas associadas, são apenas a “ponta do iceberg” do que representa a saúde como um conceito mais completo. Desta forma, um perfil epidemiológico crítico busca identificar, em todas as dimensões, quais são os “processos críticos”, destrutivos ou protetores associados ao

metabolismo social e aos diferentes modos de determinação (reprodução social, relações de poder, relações culturais, territorialidade, entre outros). O resultado é uma “matriz de processos críticos” a partir da qual é possível estabelecer estratégias de ação não pontuais ou isoladas.

A determinação social do trabalho acadêmico deve, portanto, ser pensada em todas as dimensões sociais. O modelo de acumulação capitalista, através dos organismos internacionais que o representam, busca impor aos governos sua agenda neoliberal, com diversas receitas, entre as quais a redução do Estado, com a privatização inclusive dos serviços sociais. Cada governo, por sua vez, estabelece sua própria agenda, de acordo com sua conjuntura interna. No governo FHC, o sistema privado de ensino superior se estruturou no Brasil, tendo tido um aumento de 111% no número de instituições, a partir de um forte apoio governamental, via financiamentos públicos (Traina-Chacon & Calderón, 2015). O ensino superior público, apesar de aumentar 50% o número de matrículas nesse mesmo governo, teve redução no quadro de servidores e sofreu fortes restrições orçamentárias. No governo Lula da Silva a rede federal de ensino superior teve forte expansão, com a implantação de novas universidades, mas o aumento em orçamento e em número de servidores foi insuficiente, como já descrito anteriormente. Em relação ao setor privado de ensino superior, o governo Lula da Silva manteve os privilégios do governo FHC, através de isenções fiscais, o que lhe garantiu uma das melhores rentabilidades enquanto modelo de negócios. No que se refere à pós-graduação pública federal, houve também grande expansão, mas o modelo de avaliação quantitativo da CAPES, não somente foi mantido como aprimorado, em um viés meritocrático, em que os programas com melhor avaliação são agraciados com as maiores fatias das verbas e aqueles com baixa avaliação se veem obrigados a buscar melhores resultados com um volume inferior de recursos, tanto em proporção como em valores absolutos.

A política de ensino superior definida pelo governo federal também é subsumida por cada universidade de acordo com suas realidades específicas. De acordo com a conjuntura local e as relações de poder entre reitoria, movimento dos servidores e estudantil estabelece-se o nível de autonomia relativa que terá a universidade. Isto permite entender por que os diversos programas governamentais têm implementação diferente em cada universidade federal.

A Universidade Federal do Paraná, tal como as demais universidades federais, foi submetida ao conjunto de políticas federais e também a políticas do Estado do Paraná referentes ao ensino superior e aos editais de financiamento de pesquisa e pós-graduação. A maneira e a amplitude como essas políticas foram implementadas foi resultado de um processo dialético de lutas entre administração, servidores, estudantes e comunidade. A principal premissa da pesquisa em andamento, parte da qual é apresentada neste trabalho, é que uma das

consequências deste conjunto de políticas de ensino superior, em todas as diferentes dimensões, do geral ao particular, especificamente no que se refere ao modelo de pós-graduação, tem relação direta com o adoecimento docente. Nas próximas seções vamos analisar dados da pesquisa referentes a esta hipótese.

## **Método**

A discussão sobre saúde dos docentes tem sido travada no Sindicato Nacional dos Docentes de Ensino Superior do Brasil (ANDES-SN) desde a década de 2000, impulsionada pelo Grupo de Trabalho em Seguridade Social e Assuntos de Aposentadoria (GTSSA). O debate sobre o modelo de pesquisa e pós-graduação, por sua vez, tem sido um dos principais temas de estudo do Grupo de Trabalho em Ciência e Tecnologia (GTC&T). Estes dois grupos realizaram, ao longo das últimas duas décadas, diversos seminários, debates, encontros e mesas redondas com o objetivo de aprofundar análises e divulgar esta problemática para a comunidade acadêmica. Em 2012, o GTSSA, buscando entender como a comunidade docente percebe as relações entre suas condições de trabalho e a saúde, propôs a realização de uma pesquisa nacional sobre a saúde docente. Elaborou-se então um instrumento de avaliação a ser aplicado pelas seções sindicais de cada universidade. A APUFPR, por meio do GTSSA local, decidiu por adaptar e estender o instrumento nacional e construiu um projeto local que foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFPR e registrado na Plataforma Brasil sob o número 13352613.0.0000.0102. Os resultados aqui apresentados referem-se exclusivamente à pesquisa realizada com servidores docentes do quadro permanente da UFPR. A proposta inicial do ANDES-SN, referente a uma pesquisa de caráter nacional, ainda não se consolidou.

O instrumento de coleta de dados da pesquisa da APUFPR é dividido em quatro seções: perfil pessoal e profissional, condições dos ambientes de trabalho, relações interpessoais de trabalho e perfil de saúde. Os aplicadores foram estudantes e docentes de diferentes áreas de saúde da universidade, que passaram por diversas oficinas de formação em saúde coletiva e de estudo sobre o instrumento de coleta de dados. A metodologia adotada foi de amostragem aleatória estratificada. O tamanho da amostra foi de 390 docentes do quadro permanente, de um universo de aproximadamente 2.300 docentes (nível de confiança superior a 95% e nível de significância de 5%). A amostra foi construída por sorteio obedecendo a uma estratificação baseada em sexo, regime de trabalho (20 horas, 40 horas sem dedicação exclusiva ou 40 horas com dedicação exclusiva), titulação (graduação, especialização, mestrado ou doutorado) e tipo de carreira (magistério superior ou ensino tecnológico). A partir de dados obtidos na Pró-

Reitoria de Gestão de Pessoas da UFPR foi possível caracterizar o universo de docentes, que se constitui pelas seguintes características: dentre os efetivos e substitutos, 40% são do sexo feminino e 60% masculino. Possuem doutorado 75%, mestrado 21% e os 4% restantes são graduados ou especialistas. 77% trabalham em regime de 40 horas com Dedicção Exclusiva, 15% em 20 horas e 8% em 40 horas. Na carreira de ensino superior são 97% e apenas 3% na carreira de ensino básico, técnico e tecnológico. O conjunto de docentes distribui-se de forma não homogênea entre os diversos setores da universidade, assim como a faixa etária e por tempo de serviço.

Cada docente sorteado foi contactado para agendamento da entrevista; em caso de recusa, um novo docente foi sorteado, respeitando a estratificação apontada acima. A aplicação do questionário foi realizada por entrevista pessoal, cuja duração variou entre 40 minutos e três horas. Um aspecto fundamental desta pesquisa é que a atividade de coleta de dados se converteu em um momento de reflexão do docente sobre seu processo de trabalho.

### **Alguns resultados que correlacionam atividade de pós-graduação e saúde**

Dos 390 respondentes da pesquisa, 37,9% docentes declaram não estar vinculados a qualquer programa de pós-graduação. Quando questionado o motivo dessa não vinculação, diversas foram as respostas, dentre elas as que mais se destacaram foram: 20,2% dizem não ter formação suficiente para tal; 14,6% constataram que possuem excesso de trabalho e estar na pós-graduação aumentaria mais ainda a quantidade de atividades a realizar; e 10,1% não teriam produção suficiente para serem admitidos em um programa de pós-graduação. Um dado que chama atenção foi o fato de que, desses professores que declararam não fazer parte de programa algum, 53,3% possuem a titulação de doutor, o que seria o primeiro pré-requisito para se habilitar a ingressar em um programa.

Quando volta-se o olhar para os docentes que responderam estar vinculados a algum programa de pós-graduação, ou seja, 62,1% dos respondentes, dentre os motivos declarados de assim estar foram: 36,1% encontram na pós um espaço para desenvolver pesquisas; 18,7% estão por querer participar da formação de novos pesquisadores e docentes; e 12,9% estão por isso fazer parte da função de professor universitário ou por se sentirem obrigados a estar em tal lugar, por conta do contrato de dedicação exclusiva. A esses mesmos docentes vinculados foi perguntado se o programa seria da UFPR ou de outra instituição, bem como se o programa era *Stricto sensu* ou especialização não remunerada e se seu vínculo era enquanto docente

permanente ou colaborador: a grande maioria está em pós-graduação da UFPR (97,1%) e *stricto sensu* (95,7%), como permanente (87,1%).

Ainda no que diz respeito ao perfil dos professores que têm vínculo em pós-graduação, nota-se uma aproximação com os resultados dos demais professores participantes da pesquisa. A maioria dos professores vinculados estão entre 41 e 50 anos de idade (39,3%), são do sexo masculino (60,3%), estão casados (68,6%) e tem filhos (71,5%). Quanto ao ano de ingresso e regime de trabalho, há diferença do restante da população estudada: os docentes de pós-graduação, majoritariamente, têm regime de trabalho de 40 horas semanais, com dedicação exclusiva (86,8%) e ingressaram na UFPR nos anos 2000 (43,8%).

Quando questionado aos pesquisados sobre a existência de metas dentro da UFPR, assim como, perguntado se estas seriam abusivas, e se, o docente se sentia pressionado a cumpri-las ou se essas metas, degradariam sua saúde, nota-se divergência nas respostas dos professores que faziam parte de algum programa de pós-graduação. Na população pesquisada, 72,3% indicava a existência de metas em seu trabalho na UFPR, enquanto esse número, quando se trata do professor vinculado à pós-graduação, aumenta para 85,5%. Metas estas pelas quais 49,2% dos professores da instituição, declaram se sentir pressionados a atingi-las, à medida que, ao selecionar somente as respostas dos docentes vinculados à pós-graduação, vê-se um aumento de mais de 13%, ou seja, 62,8% dos vinculados se sentem pressionados pelas metas. Outro dado que chama atenção é referente ao fato de que, quando questionados se essas mesmas metas lhes pareciam abusivas, mesmo tendo considerado que se sentem pressionados por elas, somente 30,5% da população geral responde sim, ao passo que, 35,5% dos professores de pós-graduação consideram as metas abusivas.

Quando perguntado quais exatamente eram suas metas, esses mesmos docentes apresentaram respostas como: produzir artigos para revistas indexadas ou capítulos de livros, orientar um número específico de estudantes, fazer pesquisa, independente do tema ou qualidade, dar um número específico de disciplina na pós, cumprir funções burocráticas (envio de relatórios e prestações de contas, todos com prazos), fazer parte de bancas e eventos científicos da área, assumir cargo dentro do programa, angariar recursos financeiros através de sua pesquisa, ou mesmo metas autoimpostas.

Cabe também comentar que, apesar de não haver no instrumento de pesquisa uma pergunta direta entre saúde docente e atuação na pós-graduação, uma correlação entre essas duas variáveis pode ser estabelecida a partir de outras variáveis. Por exemplo, chama atenção que 43,8% dos docentes vinculados à pós-graduação sentem sua saúde degradada. Além disso, 46,7% dos professores de pós-graduação fazem tratamento medicamentoso com prescrição

médica, e essas medicações, em sua maioria, serem voltadas para o sistema cardiovascular, bem como para sintomas referentes à saúde mental, sobretudo, uso de ansiolítico e antidepressivo.

Por fim, ao responder à pergunta “O que o gratifica na sua vida acadêmica?”, apenas 29,3% dos docentes vinculados à pós-graduação, responderam espontaneamente que as atividades a ela vinculadas são gratificantes. Ademais, quando questionados sobre “Qual o sentido do seu trabalho?”, apenas 10,3% dos docentes ligados a programas de pós-graduação mencionam por si só as atividades da pós como parte do sentido do trabalho. Por outro lado, ao se depararem com a questão “O que o incomoda na sua vida acadêmica?” somente 12,8% dos vinculados apontaram as atividades referentes à pós-graduação como incômodas em seu cotidiano de trabalho. No entanto, quando solicitados a destacar três atividades de seu cotidiano acadêmico que desgastavam sua saúde, 26,4% dos professores participantes de pós-graduação citaram espontaneamente, ao menos uma vez, a pós-graduação como desgastante. Posteriormente, foi perguntado de que maneira, então, essa degradação ocorreria e dentre as mais respondidas obteve-se que 31,1% indicaram a existência de reflexos diretos das diversas atividades vinculadas à pós-graduação (sem citar uma em específico) em sua saúde; 26,6% comentaram que seriam as exigências e cobranças dos programas ou das agências de fomento que desgastavam sua saúde; 23,4% apresentaram a falta de condições de trabalho; e 21,9% citaram as orientações dos estudantes, a relação interpessoal com os mesmos ou a correção de suas teses e dissertações como desgastantes.

### **Discussão e considerações finais**

Os dados apresentados na seção anterior abrem um amplo espectro de análise das condições de trabalho nos programas de pós-graduação das universidades públicas e suas relações com a saúde dos docentes. Apesar de se referirem a uma amostragem de uma única universidade federal, dentro de um recorte temporal específico, considera-se que estes resultados são representativos para o conjunto de instituições de ensino superior públicas brasileiras. As discussões aqui apresentadas têm se tornado recorrentes nas publicações que relacionam trabalho dos docentes de ensino superior e saúde (Bianchetti & Machado, 2010; Battini 2011; Campos, 2011; Coutinho, et. al., 2011; Santana, 2011; Bernardo, 2014; Ruza 2017). Pontuam-se a seguir os dados considerados mais relevantes.

Um dos primeiros elementos de análise está no fato de ter-se um número significativo de docentes com doutorado que não estão vinculados a nenhum programa de pós-graduação, seja pelo receio da sobrecarga de trabalho resultante dessa atividade ou por não preencherem

os exigentes requisitos decorrentes do modelo de avaliação imposto pela CAPES. Viu-se que com a expansão das Universidades, o aumento do número de programas de pós-graduação foi também significativo, ou seja, houve um incremento considerável no número de estudantes titulados. Porém, quando estas pessoas ingressam como docentes, sobretudo nos novos campi ou novas universidades, de algum modo são desestimulados a continuar suas pesquisas, seja por falta de infraestrutura ou pela inexistência de programas de pós-graduação estabelecidos. Considerando também que a realização de um doutorado implica um grande esforço pessoal e também um alto investimento público, essa questão deveria estar presente nos debates sobre o trabalho dos docentes de ensino superior.

Ao fazer uma leitura pelo olhar da Epidemiologia Crítica, pode-se notar que os docentes apresentam diversos processos protetores associados ao trabalho na pós-graduação, dentre eles: a possibilidade de realizar pesquisas, de formar novos pesquisadores e de cumprir suas funções como docente de ensino superior. Outro elemento importante que pode ser deduzido das respostas é a importância da manutenção do regime de dedicação exclusiva para que o docente possa dar conta dos compromissos da pós-graduação e da sobrecarga de trabalho deles decorrente, pois, como sinalizado pelos próprios docentes, muitos não solicitam ingresso na pós-graduação já pelo excesso de trabalho nas demais atividades acadêmicas. Cabe então questionar, dentre os docentes que conseguem se manter em um programa de pós-graduação, o custo pessoal exigido em termos de carga de trabalho no cotidiano laboral.

No que se refere à saúde docente, os resultados evidenciam que a percepção da pressão por metas aumenta para os docentes que estão vinculados a programas de pós-graduação. Entretanto, de forma aparentemente contraditória, somente menos de um terço desses docentes consideram essas metas abusivas. Essa contradição se torna mais evidente quando quase metade dos docentes indicam que as metas da pós-graduação degradam sua saúde. Uma primeira possível explicação para isto está no fato que, no ambiente universitário, a cultura de produtividade, de competitividade e de metas está naturalizada e foi subsumida das dimensões geral e particular, uma vez que ela é parte integrante da atual fase de acumulação do modelo capitalista. Os docentes apenas percebem seus efeitos, mas não estabelecem relações entre essa cultura e a piora de suas condições de saúde. Para confirmar essa hipótese, já apresentada na revisão bibliográfica, percebe-se também na análise dos dados que quase metade dos docentes vinculados a programas de pós-graduação fazem tratamento de saúde com prescrição médica, para doenças cardiovasculares ou para saúde mental.

A guisa de conclusão, a atividade de pesquisa e pós-graduação, nas universidades públicas federais, se constitui um espaço dialético, em que estão presentes tanto processos

críticos protetores quanto destrutivos, pois, de um lado, permite aos docentes exprimir sua criatividade na pesquisa e na formação de novos pesquisadores, mas, por outro lado, está submetida a um modelo de avaliação produtivista, competitivo, meritocrático, que implica estresse e sobrecarga de trabalho. Outro elemento importante a considerar é que parte desta análise pode ser desdobrada para as condições de saúde dos estudantes de pós-graduação, uma vez que estes estão também sujeitos a vários dos processos de determinação social da saúde que atingem os docentes. Além disso, parte significativa das metas de produtividade científica são transferidas aos estudantes de pós-graduação, o que também pode explicar estas metas não serem consideradas abusivas por muitos docentes. Acredita-se que esse é um estudo necessário a ser realizado, principalmente com a presença recorrente de notícias de adoecimento, suicídios e tentativas de suicídio entre estudantes de pós-graduação.

As próximas etapas deste trabalho de pesquisa serão a inclusão de novas análises baseadas na coleta de dados, a identificação de processos críticos protetores e destrutivos relativos às demais atividades acadêmicas, a vinculação destes às diferentes dimensões da vida social e a elaboração da matriz de processos críticos. Este trabalho busca contribuir na construção pautas de luta e de ação, a serem travadas nos diferentes âmbitos: societárias, nos programas governamentais, dentro de cada universidade, nos programas de pós-graduação e também nas escolhas individuais de cada docente.



## REFERÊNCIAS

- Battini, O. (2011). *Produtividade acadêmica e políticas avaliativas no ensino superior: intensificação do trabalho e descaracterização da identidade docente no Departamento de Educação da Universidade Estadual de Londrina*. [Tese de Doutorado]. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, Paraná, Brasil.
- Bernardo, M. H. (2014). Produtivismo e precariedade subjetiva na universidade pública: o desgaste mental dos docentes. *Psicologia & Sociedade*, 26, 129–139. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822014000500014>
- Bianchetti, L., & Machado, A. M. N. (2010). Reféns da produtividade: sobre produção do conhecimento, saúde dos pesquisadores e intensificação do trabalho na pós-graduação, *Anais da 30ª Reunião Anual da ANPED*, Caxambu, Minas Gerais, Brasil, 30.
- Bosi, A. P. (2007). A precarização do trabalho docente nas instituições de ensino superior do Brasil nesses últimos 25 anos. *Educação & Sociedade*, 28(101), 1503–1523. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302007000400012>
- Breilh, J. (2010). La epidemiología crítica: una nueva forma de mirar la salud en el espacio urbano. *Salud Colectiva*, 6(1), 83-101. <https://doi.org/10.18294/sc.2010.359>
- Breilh, J. (2013). La determinación social de la salud como herramienta de transformación hacia una nueva salud pública (salud colectiva). *Revista Facultad Nacional de Salud Pública*, 31(s. 1), 13-27. [http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0120-386X2013000400002&lng=en&tlng=es](http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0120-386X2013000400002&lng=en&tlng=es)
- Campos, F. J. S. (2011). *Trabalho docente e saúde: tensões da educação superior, Universidade Federal do Pará*. [Dissertação de Mestrado]. Universidade Federal do Pará, Belém, Pará, Brasil.
- Coutinho, M. C., Del Magro, M. L. P., & Budde, C. (2011). Entre o prazer e o sofrimento: um estudo sobre os sentidos do trabalho para professores universitários. *Psicologia: teoria e prática*, 13(2), 154–167. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ptp/v13n2/v13n2a12.pdf>
- Dessibourg, O. (2005, 27 de dezembro). Publier ou périr: le destin des chercheurs. *Le Temps*, <https://www.letemps.ch/societe/publier-perir-destin-chercheurs>
- Horta, J. S. B., & Moraes, M. C. M. (2005). O sistema CAPES de avaliação da pós-graduação: da área de educação à grande área de ciências humanas. *Revista Brasileira de Educação*, 30, 95–116. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782005000300008>
- Léda, D. B. (2006). Trabalho Docente no Ensino Superior sob o Contexto das Relações Sociais Capitalistas, *Anais do 29ª Reunião Anual da ANPED*, Caxambu, Minas Gerais, Brasil, 29.
- Léda, D. B., & Mancebo, D (2009). REUNI: o contrato de gestão na reforma da educação superior pública. Em Chaves, V. L. J., Cabral Neto, A., & Nascimento, I. V. (Org.). *Políticas para a educação superior no Brasil: velhos temas e novos desafios* (pp. 49-67). Xamã.

- Lemos, D. (2011). Trabalho docente nas universidades federais: tensões e contradições, *Caderno CRH*, 24(1), 105–120. <https://doi.org/10.1590/S0103-49792011000400008>
- Lima, M. F., & Struwka, S. (2010). Considerações sobre o neoliberalismo e o trabalho docente no ensino superior, *Anais do VII Seminário do Trabalho: Trabalho, Educação e Sociabilidade*, Marília, São Paulo, Brasil.
- Lopes, M. C. R. (2006). "Universidade produtiva" e trabalho docente flexibilizado. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 6(1), 35–48. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epp/v6n1/v6n1a04.pdf>
- Machado, A. M. N., & Bianchetti, L. (2011). (Des)feticização do produtivismo acadêmico: desafios para o trabalhador-pesquisador. *Revista de Administração de Empresas*, 51(3), 244–254. <https://doi.org/10.1590/S0034-75902011000300005>
- Maciel, A. S., & Mazzilli, S. (2010). Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão: percursos de um princípio constitucional. *Anais da 33ª reunião anual da ANPED*, Caxambu. Minas Gerais, Brasil. <http://www.anped11.uerj.br/Indissociabilidade.pdf>
- Maués, O. (2010). A reconfiguração do trabalho docente na educação superior. *Educar em Revista*, 1(ne), 141–160. <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/20468/13748>
- Mendes, L., Chaves, C. J. A., Santos, M. C., & Mello Neto, G. A. R. (2007). Da arte ao ofício: vivências de sofrimento e significado do trabalho de professor universitário. *Revista Mal Estar e Subjetividade*, 7(2), 527–556. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/malestar/v7n2/15.pdf>
- Pinto e Silva, E., & Silva Júnior, J. R. (2010). Estranhamento e Desumanização nas Relações de Trabalho na Instituição Universitária Pública. *Revista HISTEDBR On-line*, 38, 223–238. [http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/38e/art14\\_38e.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/38e/art14_38e.pdf)
- Porto, M. C. S. (2009). Estado Assistencialista e questão social no Brasil pós- Constituinte. *Anais da IV Jornada Internacional de Políticas Públicas: Estado e Neoliberalismo no Brasil Contemporâneo: implicações para as políticas sociais*, 2009, São Luís, Maranhão, Brasil, 4. [http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/eixos/1\\_Mundializacao/estado-e-neoliberalismo-no-brasil-contemporaneo.pdf](http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/eixos/1_Mundializacao/estado-e-neoliberalismo-no-brasil-contemporaneo.pdf)
- Ruza, F. M. (2017). *Trabalho e subjetividade do professor da pós-graduação da UNESP o sentido do trabalho e as relações entre sofrimento e prazer*. [Tese de doutorado]. Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, São Paulo, Brasil.
- Santana, O. A. (2011). Docentes de pós-graduação: grupo de risco de doenças cardiovasculares, *Acta Scientiarum. Education*, 33(2), 219-226. <https://doi.org/10.4025/actascieduc.v33i2.13569>
- Sguissardi, V., & Silva Júnior, J. R. (2009). *Trabalho intensificado nas federais: Pós-graduação e produtivismo acadêmico*. Xamã.
- Silva Júnior, J. R., Sguissardi, V., & Pinto e Silva, E. (2010). Trabalho Intensificado na universidade pública brasileira. *Educação superior no Brasil: tempos de internacionalização*. Xamã.

- Souza, C. D., Filippo, D., & Casado, E. S. (2018). Crescimento da atividade científica nas universidades federais brasileiras: análise por áreas temáticas. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, 23(1), 126-156. <http://dx.doi.org/10.1590/s1414-40772018000100008>
- Valle, A. S. (2014). *Trabalhadores técnicos-administrativos em educação da UFMG: inserção institucional e superação da subalternidade*. [Dissertação de mestrado]. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.
- Traina-Chacon, J. M., & Calderón, A. I. (2015). A expansão da educação superior privada no Brasil: do governo de FHC ao governo de Lula. *Revista iberoamericana de educación superior*, 6(17), 78-100. <https://doi.org/10.1016/j.rides.2015.10.004>
- Zaia, R. E. M. (2008). O capitalismo acadêmico. *Anais do V Colóquio de Pesquisa Sobre Instituições Escolares*, São Paulo, São Paulo, Brasil.
- Zanin, F. C., Freitas, J. A. R., Kunzle, L. A. & Tostes, R. A. (2013). REUNI no campus de Palotina da UFPR: trabalho docente e ação sindical. *Universidade e Sociedade*, 51, 74-83.



## SOFRIMENTO PSÍQUICO ENTRE OS DISCENTES DO ENSINO SUPERIOR

Psychic Suffering Among Higher Education Students

Souffrance psychique entre les étudiants de l'enseignement supérieur

Sufrimiento psíquico entre estudiantes de educación superior

**Aline Soares Oliveira**<sup>1</sup>©

Faculdade Católica Dom Orione, Araguaína. TO, Brasil<sup>2</sup>

**Edilson Barros Macedo**<sup>3</sup>©

Universidade Federal do Tocantins, Araguaína, TO, Brasil

**Iany Lima Sousa**<sup>4</sup>©

Faculdade Católica Dom Orione, Araguaína, TO, Brasil

### Resumo

Este artigo objetivou analisar, as produções nacionais publicadas entre os anos de 2008 a 2018, sobre o tema sofrimento psíquico entre os discentes do ensino superior. Para tanto, realizou-se a partir de um conjunto de descritores correlacionados a temática uma pesquisa bibliográfica nas bases de dados Scielo (Scientific Electronic Library Online), Pepsic (Periódicos Eletrônicos em Psicologia), Medline (Medical Literature Analysis and Retrieval System online) e Bireme (Scientific Electronic Library Online), sendo constatado um aumento no número de publicações nos últimos anos sobre o tema em questão e uma estreita correlação do sofrimento psíquico com demandas relacionadas à dificuldade em procurar ajuda, estresse, adaptação ao meio acadêmico, doenças psíquicas e somáticas e contexto familiar.

**Palavras-chave:** Sofrimento psíquico; ensino superior; aluno e universidade.

### Abstract

This article goal analyzes national articles published between 2008 and 2018 on the subject of psychological distress among higher education students. To this end, from a set of descriptors correlated to the theme, a bibliographic search in the databases, Scielo (Scientific Electronic Library Online), Pepsic (Electronic Journals in Psychology), Medline (Medical Literature Analysis and Retrieval System online). ) and Bireme (Scientific Electronic Library Online), was conducted and pointed to an increase in the number of publications in recent years on the subject and a close correlation between psychological distress and demands related to the difficulty in seeking help, stress, adaptation to the academic environment, mental illness and somatic and family context.

**Keywords:** Psychic suffering; higher education; student and university.

### Résumé

Cet article visait à analyser des articles nationaux publiés entre 2008 et 2018 sur le sujet de la détresse psychologique chez les étudiants de l'enseignement supérieur. À cette fin, à partir d'un ensemble de descripteurs en corrélation avec le thème, une recherche bibliographique dans les bases de données, Scielo (Bibliothèque électronique scientifique en ligne), Pepsic (Revue électronique en psychologie), Medline (Système d'analyse et

<sup>1</sup> line.s.o1996@gmail.com

<sup>2</sup> FACDO – PROCIENT - R. Santa Cruz, 557 - St. Central.

<sup>3</sup> psiebm@gmail.com

<sup>4</sup> ianylima377@gmail.com

de recherche de documentation médicale en ligne). ) et Bireme (Bibliothèque électronique scientifique en ligne), a révélé une augmentation du nombre de publications sur le sujet et une corrélation étroite entre détresse psychologique et demandes liées à la difficulté à chercher de l'aide, au stress, à l'adaptation au milieu universitaire, à la maladie mentale et contexte somatique et familial.

**Mots clés:** Souffrance psychique; enseignement supérieur; étudiant et université.

---

### Resumen

Este artículo tuvo como objetivo analizar artículos nacionales publicados entre 2008 y 2018 sobre el tema sufrimiento psíquico entre los estudiantes de educación superior. Con este fin, a partir de un conjunto de descriptores correlacionados con el tema, se realizó una búsqueda bibliográfica en las bases de datos, Scielo (Scientific Electronic Library Online), Pepsic (Electronic Journals in Psychology), Medline (Medical Literature Analysis and Retrieval System en línea). ) y Bireme (Scientific Electronic Library Online), siendo constatado un aumento en el número de publicaciones en los últimos años sobre el tema y una estrecha correlación entre el sufrimiento psíquico y las demandas relacionadas con la dificultad para buscar ayuda, estrés, adaptación al entorno académico, enfermedades mentales y contexto somático y familiar.

**Palabras clave:** Sufrimiento psíquico; educación superior; estudiante y universidad.

---

### Introdução

Na guinada entre os séculos XX e XXI, as mudanças ocorridas no mundo do trabalho foram marcadas por inovações tecnológicas, novas formas de organização e o aumento da internacionalização e desterritorialização dos mercados. No Brasil, a flexibilização dos contratos, a precarização e a desindustrialização dos empregos, foram algumas das transformações que tomaram repercussão no mercado de trabalho, de forma que as demissões em massa surgiram e começou a se exigir do trabalhador uma polivalência funcional a fim de acompanhar as modificações no mundo do trabalho (Martins & Oliveira, 2017).

Assim sendo, as transformações no mundo do trabalho impactaram diretamente no ensino superior, de forma que, nos últimos anos as universidades têm recebido alunos cada vez mais jovens e muitos destes, ainda vivendo na fase da adolescência. Neste contexto, o sujeito que já vive um tempo de conflitos decorrentes das demandas e transformações advindas de seu desenvolvimento, é inserido em um espaço permeado por intensas demandas relacionadas a cobranças, expectativas, excesso de informações e discordâncias, que exigem dele uma estrutura psicológica capaz de suportar pressões.

A inserção dos jovens nos cenários universitário, social, socioeconômico e cultural, tem sido evidenciada ao longo dos anos como ocorrendo de forma prematura. Portanto, sem que o mesmo disponha de condições psicossociais para lidar com as adversidades vindouras, podendo, sobretudo no contexto universitário, isso se tornar um íterim de vulnerabilidade e sofrimento psíquico.

Segundo Matos (2013), o sofrimento psíquico na universidade remete para manifestações de múltiplos sintomas, tais como os depressivos e ansiosos, como também as

fobias sociais atreladas às dificuldades de falar em público. Desta forma, o estudante se percebe frente a uma grande pressão e pode, com o intento de se aliviar, recorrer a uso de substâncias psicoativas e/ou aderir a uma dinâmica comportamental regada a isolamento social e afetivo, experiências que podem influenciar grandemente em seu processo de aprendizagem.

De acordo com Andrade et al. (2016) os acadêmicos podem vivenciar tal sofrimento, corroborando da extensão a outras áreas de conhecimento as quais se tem a presença de pessoas que passam pelo processo de adaptação ao contexto do ensino superior, vindas de outras regiões em busca de uma graduação, cujas consequências abarcam o distanciamento da família e dos amigos, onde há cobranças, tanto por parte dos familiares, quanto da instituição.

Dito isso, o presente estudo é fruto de uma revisão bibliográfica que analisou os artigos nacionais publicados entre os anos de 2008 a 2018, que foram escritos sobre o tema sofrimento psíquico entre os discentes do ensino superior, atentando-se, principalmente, para os fatores que de alguma forma fomentam a experiência do sofrimento psicológico dentro da universidade.

## **Materiais e métodos**

Os artigos revisados foram selecionados a partir de um levantamento bibliográfico realizado nas bases de dados, Scielo (Scientific Electronic Library Online), Pepsic (Periódicos Eletrônicos em Psicologia), Medline (Medical Literature Analysis and Retrieval System online) e Bireme (Scientific Electronic Library Online). Para tanto, foram utilizados quatro descritores relevantes para o tema e condizentes com a literatura, sendo eles: sofrimento psíquico and universitários, sofrimento psíquico and universidade, Sofrimento psíquico and discentes e sofrimento psíquico and ensino superior. Para análise da referida construção do artigo, utilizou-se dos seguintes critérios de inclusão: Que todos os artigos deveriam ser empíricos e terem sido publicados no Brasil entre os anos de 2008 a 2018, bem como estarem totalmente atrelados ao tema central do artigo, ou seja, sofrimento psíquico entre os discentes no ensino superior.

Utilizando-se o descritor sofrimento psíquico and universitários, encontrou-se um total de 770 artigos, sendo 8 na Scielo, 715 na Bireme, 47 na Medline e 0 na Pepsic. Contudo, após leitura de todos os resumos e, em alguns casos, de todo o artigo, selecionou-se um total de 9, sendo que destes 2 advieram da Scielo e os demais da Bireme.

Durante as pesquisas feitas com o descritor sofrimento psíquico and universidade foram encontrados um total de 251 artigos. Destes, 25 foram encontrados na Scielo, 43 na Pepsic e

183 na Bireme. Quanto à plataforma Medline, não houve resultados. Destarte, deste total 8 artigos foram selecionados e inclusos nesta revisão bibliográfica.

No que se refere ao descritor sofrimento psíquico and discentes, encontrou-se um total de 19 artigos, sendo 18 deles na Bireme, de onde foram selecionados um total de 5 e 1 na Scielo que se enquadrou plenamente nos critérios de inclusão. As plataformas Medline e Pepsic não apresentaram qualquer resultado durante a busca.

Quanto ao descritor sofrimento psíquico and Ensino Superior, foram encontrados um total de 56 artigos, sendo 52 deles na plataforma Bireme e 4 na Scielo, visto que na Medline e Pepsic não foram localizados nenhum artigo. Ressalta-se que deste total, nenhum artigo foi selecionado, haja vista que todos eles fugiam aos critérios de inclusão acima citados. Após a leitura dos resumos ou, quando necessário, de todo o artigo, 22 foram selecionados e, posteriormente, submetidos a uma leitura sistemática, seguida de resumos focados em questões como tema central, público pesquisado e principais inferências. Ademais, preocupou-se em caracterizar todos os artigos, conforme periódicos publicados e o tema central debatido no mesmo, de forma que, construiu-se um processo de categorização.

## **Resultados e discussão**

A partir dos critérios exigidos e já citados, foram analisados cerca de 20 artigos nacionais. Dentre eles, 4 foram publicados na revista Enfermagem, 3 foram encontrados na revista Arquivos Brasileiros de Educação Médica, enquanto as revistas Arquivos Brasileiros de Psicologia, Estudos de Psicologia (Campinas) e Psicologia da Educação, foram encontrados 2. Nas demais, Rene, Acta Paulista de enfermagem, Revista de Enfermagem Centro Oeste Mineiro (RECOM), Psico, Psicologia: Ciência e Profissão, Revista Mal Estar e Subjetividade, REUFMSM Revista de Enfermagem da UFSM, Aletheia e Escola Anna Nery foi encontrado 1 em cada. Foi possível verificar que entre os anos 2008 a 2013, 5 estudos foram publicados e, entre 2014 a 2018, o número de artigos aumentou, sendo um indicativo de que pesquisadores brasileiros estão se interessando cada vez mais em pesquisar e publicar sobre tema sofrimento psíquico de estudantes do ensino superior.

No tocante às pesquisas analisadas através da leitura dos artigos, percebeu-se que dentre os participantes a maioria eram jovens graduandos de universidades públicas, os quais relacionaram as causas de seu sofrimento a variáveis, como processo de adaptação e vivência do contexto universitário, experiências que se não realizadas a partir de um acolhimento

psicossocial, podem se transformar em fonte estresse e doenças psicossomáticas. Ademais, percebeu-se que o estresse é uma vivência mais constante entre as mulheres.

Por fim, notou-se que, embora algumas instituições forneçam algum tipo de acolhimento aos estudantes, há outras que precisam inserir serviços de intervenção para atender as demandas acadêmicas.

**Tabela 01:** Categorias às quais os artigos foram agrupados com identificação dos autores e ano em que foram publicados

<b>Categorias</b>	<b>Autores/ano</b>
Dificuldade em procurar ajuda	Quintana et al (2008) Ribeiro, Cunha e Alvim (2016) Andrade et al (2016) Osse e Costa (2011)
Estresse	Quintana et al (2008) Vieira e Scherman (2015) Bublitz et al (2012) Andrade et al (2016) Lameu, Salazar e Souza (2016) Preto (2018) Feitosa (2013) Pellegrini, Calais e Salgado (2012)
Contexto familiar	Ribeiro, Cunha e Alvim (2016) Santana et al (2018) Vieira e Scherman (2015) Bublitz et al (2012) Lameu, Salazar e Souza (2016) Osse e Costa (2011) Preto (2018)
Adaptação ao meio acadêmico	Ribeiro, Cunha e Alvim (2016) Santana et al (2018) Vieira e Scherman (2015) Bublitz et al (2012) Osse e Costa (2011) Preto (2018) Girardi e Borges (2017)
Doenças psíquicas e somáticas	Ribeiro, Cunha e Alvim (2016) Quintana et al (2008) Santana et al (2018) Andrade et al (2016) Lameu, Salazar e Souza (2016) Osse e Costa (2011) Preto (2018) Girardi e Borges (2017)

**Fonte:** Elaborada pelos autores (2019).

## **Dificuldade em procurar ajuda**

Historicamente, o cuidado com a saúde mental, independente do público ou demanda suscitada, tem sido negligenciado e, não raramente, deixado de lado. Tal situação se deve a diversas questões psicossociais, sobretudo, aquelas que estão associadas ao preconceito e estereótipos para com a doença mental e aos profissionais que lidam com o assunto. Neste contexto, a universidade que é um local onde se pode encontrar diversos estressores, como sobrecarga de conhecimentos, excessos de responsabilidades e expectativas sociais, deverá criar uma cultura de fomento ao cuidado com a saúde emocional oferecendo serviços e ações com este objetivo.

Para Costa (2003), diante de situações que causam sofrimento e havendo dificuldade para lidar com tais, as pessoas tendem a buscar algo que proporcione alívio ou, de certa forma, uma solução para a problemática a qual estão vivenciando. No entanto, há quem tenha dificuldades em procurar por ajuda, principalmente, quando este sofrimento está relacionado ao contexto do ensino superior. Nesse sentido, ou seja, dificuldade em procurar ajuda, poderá se agravar quando o discente se encontra inserido em uma instituição de ensino que não dispõe de uma rede de apoio a contento as necessidades psicossociais de seus alunos.

Andrade et al. (2016, p. 835) pontua que a “responsabilidade em ajudá-los, nesse momento, seria da instituição em que se encontrem inseridos.” Deste modo, infere-se que havendo dificuldade em procurar ajuda, ainda que haja fortes indícios da necessidade, a instituição deverá cumprir com seu papel de acolhimento e ofertar aos seus discentes serviços e políticas públicas com o intento da promoção da saúde mental e bem-estar psicossocial.

Penejando sobre as vivências causadoras de sofrimento no ensino superior, Lameu, Salazar & Souza (2016) alertam para o fato de que os estudantes, especialmente na condição psíquica de estresse, cobranças, pressões, distanciamento da família e adaptação ao novo contexto, podem ter o desempenho acadêmico prejudicado. Neste contexto, qualquer instituição que prima pela qualidade do ensino e também por práticas acolhedoras e humanitárias, deverá prover sua comunidade discente de atividades de cunho psicossocial, bem como sensibilizá-los da importância do cuidado com saúde mental.

Perante o exposto, o fornecimento de serviços psicossociais através da instituição pode, conforme Cerioni e Herzberg (2016, p. 604), “fazer com que esse sujeito que busca por ajuda psicológica, possa se sentir compreendido naquilo que nem ele próprio compreende de si” De certa forma, alcançando ainda “uma aproximação com o sofrimento da pessoa que busca ajuda.” (p. 606).

Outro aspecto que os estudantes podem enfrentar referente a esta categoria, é a falta de conhecimento ou compreensão de situações que causam prejuízos a si mesmos, sendo possível que eles apresentem dificuldades para reconhecer que necessitam de ajuda. Porém, as situações inesperadas revelam o quanto seus meios são inexperientes para o enfrentamento das dificuldades. (Osse & Costa, 2011). Isso não significa que eles não sejam capazes de lidar, mas se tratando de um sofrimento de ordem psíquica, a busca por ajuda ou fornecimento da mesma é papel essencial da instituição.

## **Estresse**

Molina (1996) define estresse como qualquer situação de tensão aguda ou crônica que produz uma mudança no comportamento físico e no estado emocional do indivíduo. Já para Selye (1936), estresse se caracteriza como sinônimo de cansaço, dificuldade, frustração, ansiedade, desamparo e desmotivação.

O espaço universitário, instituto de valorização e fomento à competição e de excessos no que se refere à dispersão de conteúdo, termina por ser um local onde a ocorrência de vivências sob estresse seja uma realidade constante. Neste contexto, outros fatores sociais, como o distanciamento do seio familiar, condição socioeconômica limitada, dificuldade em construir laços sociais e organização do tempo, tornam ainda mais fértil o ambiente acadêmico para o surgimento do estresse.

Hocke (1995) define estresse como um fenômeno universal e fruto de uma experiência intensa e aflitiva que parece exercer uma enorme influência no comportamento humano. De acordo com Costa e Polak (2009), a exposição do acadêmico a situações diárias no ambiente universitário demandam adaptações que podem ser avaliadas como estressoras, haja visto que o aluno ao iniciar a graduação se depara com um ambiente novo, na maioria das vezes, diferente do contexto de vida e de suas expectativas, o que acaba por exigir um dispêndio maior de energia psíquica.

Monteiro, Freitas e Ribeiro (2007), ressaltam que alguns acadêmicos desenvolvem dificuldades e sentimentos de incapacidade frente às atividades exigidas tanto no âmbito universitário quanto profissional, o que acabam por favorecer a redução do rendimento acadêmico. Os estudantes passam por um processo para ser aprovado no vestibular, sendo que suas profissões muitas das vezes são idealizadas por outras pessoas que, por vez, criam e projetam expectativas em seu processo de formação e desenvolvimento profissional. Contudo, alguns estudos comprovam que tais exigências e expectativas advindas, principalmente do

mercado de trabalho, contexto familiar e sociedade, podem fomentar e acarretar estresse, depressão e angústia no aluno universitário, tornando-se prejudicial para o bem-estar físico e psicológico dos mesmos (Quintana et al., 2008).

Neste contexto, Vieira e Scherman (2015) definem o estresse como um conjunto de reações internas vinda do organismo, quando são submetidos a reações que promova modificações adversas sobre o seu bem-estar físico e emocional. Isto posto, quando o discente universitário se percebe frente a um conjunto de exigências, quase sempre, exacerbante e superior as suas capacidades de enfrentamentos, desenvolve uma dinâmica comportamental pautada no estresse e, por conta disso, poderá desenvolver um conjunto de processos psíquicos considerados adoecedores.

### **Contexto familiar**

Segundo Oliveira (2009, p. 31), no decorrer de “[...] cada momento histórico, em cada contexto, a família vem sendo construída e possui mobilidade e, por estar sempre em movimento, tal como a sociedade, [...]” torna-se dificultoso estabelecer um conceito de família, sendo necessária a observação do contexto sociocultural e histórico. De acordo com Bastos e Trad (1998), correlacionar indivíduo e contexto está além de voltar o olhar para a relação existente entre ambos; pois é fundamental uma reflexão sobre os mecanismos específicos existentes, uma vez que, as relações entre pessoa-contexto, envolvem um espaço de desenvolvimento do ser humano, aberto e/ou ativamente mutável, com objetos produtores de significados coletivos e culturais.

Dentro deste contexto, a família ocupa espaços que influenciam a aprendizagem para sobrevivência e procriação. Assim, diante desta ocupação ela estabelece “[...] relações de convivência, conflituosas ou não, trocam experiências, acumulam saberes, habilidades, hábitos e costumes, produzindo e reproduzindo concepções e cultura.” (Bastos & Trad, 1998, p. 107).

Com relação ao meio universitário, o modo em que os jovens enfrentam os acontecimentos diários está ligado aos eventos ocorridos ao longo de sua vida. A família, por exemplo, exerce bastante influência neste processo, porém é fonte de muitas cobranças, pois espera que este jovem se torne um adulto que assuma papéis, autonomia, competência, que consiga gerenciar seus aspectos emocionais durante a convivência com outras pessoas. (Osse & Costa, 2011).

Outros aspectos também podem estar relacionados à cobrança exercida pela família, pois essa exigência influencia na escolha dos filhos por uma formação profissional, devido à

reativação das escolhas e principalmente os conflitos vivenciados pelos pais que não foram resolvidos, além de inconscientemente esta situação ser vista como uma oportunidade de eles repararem as escolhas que fizeram; sendo assim, o filho alvo das fantasias da família que deposita nele a função de continuar ou realizar aquilo que não foi possível ser exercido. Portanto, a família intermedia o social e o indivíduo, sendo ainda “responsável pelos valores morais e pela cultura. O jovem é, em parte, o resultado da relação da família com a sociedade.” (Nepomuceno & Witter, 2010, p. 17).

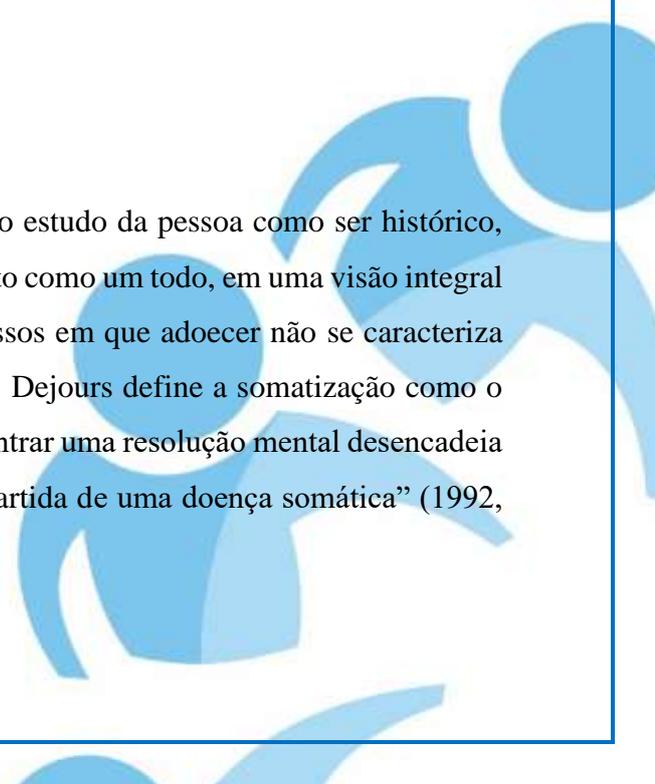
### **Adaptação ao meio acadêmico**

De acordo com os autores Oliveira, Carlotto, Vasconcelos e Dias (2014), a evasão de jovens das universidades tem se tornado um evento comum, haja vista que a necessidade pelo ingresso na faculdade, traz como consequência aprender a lidar com novos desafios dentro das suas dimensões no meio acadêmico em seus aspectos social, pessoal, institucional e vocacional. Em decorrência dessa nova realidade, os alunos são submetidos a práticas e devem seguir um ritmo de estudos, pautado nas demandas e regras da instituição, situação que poderá remeter os mesmos ao sofrimento psíquico.

Os autores Ribeiro, Cunha e Alvim (2016) relatam que diante da aprovação do vestibular, em decorrência das modificações na vida dos adolescentes/jovens e também das demandas que terão que lidar, como sobrecarga de conteúdo dentro das universidades, competitividade entre os estudantes dentro das salas de aulas, estes poderão desenvolver enorme sofrimento psicológico, considerando a sua pouca maturidade para utilização de estratégias com o intento de minimização da angústia.

### **Doenças psíquicas e somáticas**

Rangel (2009) conceitua psicossomática como o estudo da pessoa como ser histórico, constituído por três sistemas: corpo, mente e social. Visto como um todo, em uma visão integral como ser biopsicossocial, o indivíduo passa por processos em que adoecer não se caracteriza uma situação casual, mas uma resposta de um sistema. Dejours define a somatização como o “processo pelo qual um conflito que não consegue encontrar uma resolução mental desencadeia no corpo, desordens endócrinometabólicas, ponto de partida de uma doença somática” (1992, p. 127).



Para Peres (2006), a pessoa que somatiza não se caracteriza pela incapacidade de vivenciar ou de exprimir as emoções, mas sim pela incapacidade de suportar a contenção do excesso da experiência afetiva e afirma ainda que um corpo sofredor é um corpo vivo e mesmo aquelas enfermidades que ameaçam a vida biológica podem indicar, uma batalha pela sobrevivência psíquica.

Campos e Rodrigues (2005) recordam que a somatização é a própria expressão das emoções. Uma resposta fisiológica às emoções no corpo, que dependendo da intensidade e da repetição dessas respostas, podem produzir os mais distintos sintomas.

Considerando que alunos entram para universidade em uma transfusão da adolescência para juventude, onde são submetidos às regras institucionais, aos conteúdos acadêmicos, modificações sociais, distancia da família, infere-se que todas essas situações influenciam para o sofrimento psíquico do discente. Diante do acúmulo de exigência e entre as contingências no seu meio pessoal e seu contexto de vida, resultam em falhas de comportamentos inadequados que pode ser causado para a geração de doenças físicas e psicológicas dentro da universidade (Osse & Costa, 2011).

Em o período de estresse, em que o estudante é submetido à preocupação que vai além dos conteúdos acadêmicos, pode ocorrer a quase exaustão, que está caracterizado ao enfraquecimento do indivíduo, o seu organismo não consegue se adaptar ao estressor, onde começam a surgir doenças somáticas que passa a não ser tão grave quanto à exaustão, fragilizando as defesas do organismo, onde surgem os desconfortos ansiosos, o corpo suscetível ao desenvolvimento de infecções (Preto, 2018).

### **Considerações finais**

A adolescência é a fase do desenvolvimento onde o sujeito vivencia diversas transformações atreladas não somente às questões hormonais, mas também, mental e comportamental. Contudo, a maioria dos estudantes brasileiros entram na universidade nesta fase e passam a lidar com diversas experiências, como distanciamento familiar, excesso de conhecimento, exagerada competição e assunção de responsabilidades e expectativas para com a vida profissional, que demanda dos mesmos um grande dispêndio de energia psíquica com o intento de promover os enfrentamentos necessários.

Neste contexto, o presente estudo que teve por objetivo fazer uma revisão bibliográfica sobre os fatores causadores de sofrimento psíquico em estudantes do ensino superior, tomando como base as publicações nacionais dos últimos dez anos, constatou que dentre os participantes

das pesquisas empíricas presentes na literatura pesquisada, as mulheres ganharam destaque devido indicarem maiores queixas de sofrimento psicológico, quando comparadas com os homens.

Ademais, verificou-se que a maioria dos estudos foram voltados para o contexto dos estudantes de universidades públicas, sendo um indicativo de que esta parcela da população necessita de mais atenção, portanto, dispor de instituições de ensino dotadas de serviços de saúde mental capaz de suprir suas necessidades psicossociais.

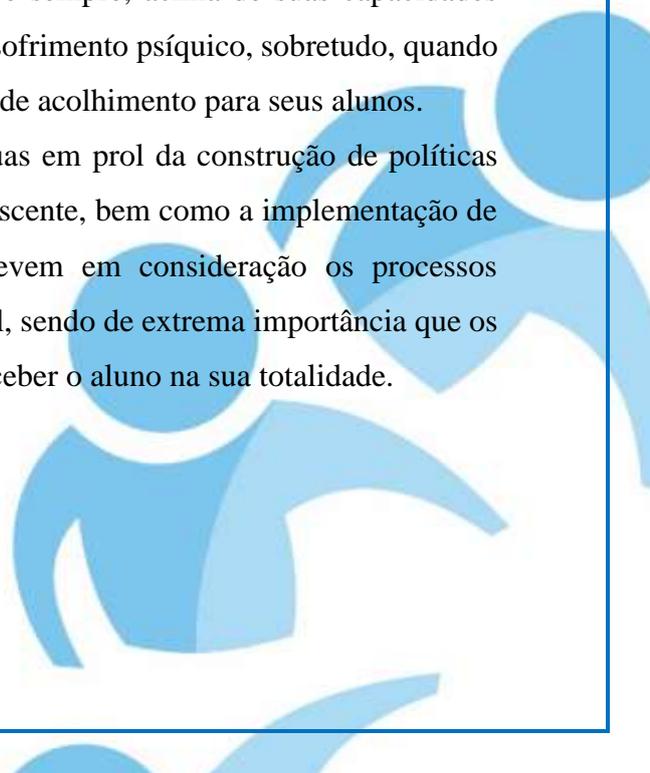
Outro dado interessante advém do fato de que o sofrimento psicológico no espaço universitário não tem causa única, mas sim, a conjunção de um conjunto de fatores psicossociais relacionados não somente a instituição de ensino, como também a família e demais interações sociais.

Sabe-se que a sociedade capitalista demanda por sujeitos constantemente emponderados, portanto, com uma estrutura psíquica resistente e habilitada aos enfrentamentos psicossociais diários. Contudo, a entrada na universidade é uma experiência que pode colocar o indivíduo em condição de vulnerabilidade, pois exige do mesmo um processo de adaptação associado às cobranças, tanto por parte familiar quanto da própria instituição.

Os resultados encontrados no referido estudo remetem-se ao sofrimento psíquico dos universitários dentro da universidade. O sofrimento dentro da universidade está vinculado a fatores que influenciam na modificação de vida do estudante, fatores esses que estão ligados a sair da casa dos pais e assumirem responsabilidades, se adaptar ao novo contexto de vida e a rotina dentro da universidade com deveres e regras.

Assim sendo, o discente, não raramente, em condição de vulnerabilidade psicossocial se percebe frente a um contexto com exigências, quase sempre, acima de suas capacidades psíquicas de enfrentamento, podendo assim, decair em sofrimento psíquico, sobretudo, quando inserido em uma instituição que não dispõe de serviços de acolhimento para seus alunos.

Diante disso, sugere-se discussões mais profícuas em prol da construção de políticas públicas de saúde mental direcionadas a comunidade discente, bem como a implementação de estratégias de ensino e cobranças avaliativas que levem em consideração os processos subjetivos do sujeito aluno e seu estado de saúde mental, sendo de extrema importância que os docentes sejam sensibilizados da importância de se perceber o aluno na sua totalidade.



## REFERÊNCIAS

- Andrade, A. S., Tiraboschi, G. A., Antunes, N. A., Viana, P. V. B. A., Zanoto, P. A., & Curilla, R. T. (2016). Vivências Acadêmicas e Sofrimento Psíquico de Estudantes de Psicologia. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 36(4), 831-846. <https://doi.org/10.1590/1982-3703004142015>
- Bastos, A. C. S., & Trad, L. A. B. (1998). A Família enquanto Contexto de Desenvolvimento Humano: Implicações para a Investigação em Saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, 3(1), 106-115. <https://doi.org/10.1590/1413-812319983100272014>
- Bublitz, S., Guido, L., Freitas, E., & Lopes, L. (2012). Estresse em estudantes de enfermagem: uma revisão integrativa. *Revista de Enfermagem da UFSM*, 2(3), 530-538. <http://dx.doi.org/10.5902/217976923485>
- Campos, E. M. P., & Rodrigues, A. L. (2005). Mecanismo de formação dos sintomas em psicossomática. *Mudanças – Psicologia da Saúde*, 13(2), 271-471. <http://dx.doi.org/10.15603/2176-1019/mud.v13n2p290-308>
- Cerioni, R. A. N., & Herzberg, E. (2016). Expectativas de Pacientes acerca do Atendimento Psicológico em um Serviço-Escola: da Escuta à Adesão. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 36(3), 597-609. <https://doi.org/10.1590/1982-3703001402014>
- Costa, A. L. S., & Polak, C. (2009). Construção e validação de instrumento para Avaliação de Estresse em Estudantes de Enfermagem (AEEE). *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 43(spe), 1017-1026. <https://doi.org/10.1590/S0080-62342009000500005>
- Costa, N. (2003). Terapia: sofrimento necessário? *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 5(1), 1-10. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbtcc/v5n1/v5n1a02.pdf>
- Dejours, C. (1992). *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*. Cortez-Oboré.
- Feitosa, F. B. (2013). Habilidades sociais e sofrimento psicológico. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 65(1), 38-50. [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S180952672013000100004&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S180952672013000100004&lng=pt&tlng=pt)
- Girardi, J. F., & Borges, L. M. (2017). Dimensões do Sofrimento Psíquico em Estudantes Universitários Estrangeiros. *Psico*, Porto Alegre, 48(4), 256-263. <http://dx.doi.org/10.15448/1980-8623.2017.4.26143>
- Hocke, R. R. (1995). *Forty studies that changed Psychology: explorations into the history of psychological research*. (2a ed.). Upper Saddle River (NJ): Prentice-Hall. [https://anchel.weebly.com/uploads/2/7/0/6/2706667/roger\\_hock\\_forty\\_studies\\_that\\_changed\\_psychology\\_6th\\_edition](https://anchel.weebly.com/uploads/2/7/0/6/2706667/roger_hock_forty_studies_that_changed_psychology_6th_edition)
- Lameu, J. N., Salazar, T. L., & Souza, W. F. (2016). Prevalência de sintomas de stress entre graduandos de uma universidade pública. *Psicologia da Educação*, (42), 13-22. <https://dx.doi.org/10.5935/2175-3520.20150021>

- Martins, B. V., & Oliveira, S. R. (2017). Reflexões sobre a Empregabilidade dos Jovens Provenientes de Cursos Superiores de Tecnologia. *Revista Pensamento Contemporâneo em Administração*, 11(1), 37-54
- Matos, N. A. (2013). *Conhecendo o sofrimento psíquico dos universitários da Faculdade de Ceilândia* (Trabalho de conclusão de curso). Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil. [http://bdm.unb.br/bitstream/10483/6906/1/2013\\_NayaraAndradeDeMatos.pdf](http://bdm.unb.br/bitstream/10483/6906/1/2013_NayaraAndradeDeMatos.pdf)
- Molina O. F. (1996). *Estresse no cotidiano*. Pancast.
- Monteiro, C. F. S, Freitas, J. F. M., & Ribeiro, A. A. P. (2007). Estresse no cotidiano dos alunos de enfermagem da UFPI. *Esc Anna Nery R Enferm*, 11 (1), 66–72. <http://www.scielo.br/pdf/ean/v11n1/v11n1a09.pdf>
- Nepomuceno, R. F., & Witter, G. P. (2010). Influência da família na decisão profissional: opinião de adolescentes. *Psicol. Esc. Educ.*, 14(1), 15-22. <https://doi.org/10.1590/S1413-85572010000100002>
- Oliveira, C. T., Carlotto, R. C., Vasconcelos, S. J. L., & Dias, A. C. G. (2014). Adaptação acadêmica e coping em estudantes universitários brasileiros: uma revisão de literatura. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 15(2), 177-186. [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S167933902014000200008&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S167933902014000200008&lng=pt&tlng=pt)
- Oliveira, N. H. D. (2009) *Recomeçar: família, filhos e desafios*. Editora UNESP. Cultura Acadêmica. (236 p., ISBN 978-85-7983-036-5). <http://books.scielo.org/>
- Osse, C. M. C., & Costa, I. I. (2011). Saúde mental e qualidade de vida na moradia estudantil da Universidade de Brasília. *Estudos de Psicologia* (Campinas), 28(1), 115-122. <https://doi.org/10.1590/S0103-166X2011000100012>
- Pellegrini, C. F. S., Calais, S. L., & Salgado, M. H. (2012). Habilidades sociais e administração de tempo no manejo do estresse. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 64(3), 110-129. [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S180952672012000300008&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S180952672012000300008&lng=pt&tlng=pt)
- Peres, R. S. (2006). O corpo na psicanálise contemporânea: sobre as concepções psicossomáticas de Pierre Marty e Joyce McDougall. *Psicologia Clínica*, 18(1), 165-177. [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-56652006000100014&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652006000100014&lng=pt&tlng=pt)
- Preto, V. A. (2018) *O Estresse em universitários de Enfermagem e sua reação com fatores pessoas e ambientais*. [Tese de doutorado]. Universidade de São Paulo. Ribeirão Preto, São Paulo, Brail. <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/22/22131/tde31082018155141/publico/VIVIANALINEPRETO.pdf>
- Quintana, A. M., Rodrigues, A. T., Arpini, D. M., Bassi, L. A., Cecim, P. S., & Santos, M. S. (2008). A angústia na formação do estudante de medicina. *Revista Brasileira de Educação Médica*, 32(1), 7-14. <https://doi.org/10.1590/S0100-55022008000100002>

- Rangel, F. B. (2009) Sintomas Psicossomáticos e a Organização do Trabalho: um estudo em uma IES. *Anais do Encontro da ANPAD*, São Paulo, SP, Brasil, 33. <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/GPR1951.pdf>
- Ribeiro, M. G. S., Cunha, C. F., & Alvim, C. G. (2016). Trancamentos de Matrícula no Curso de Medicina da UFMG: Sintomas de Sofrimento Psíquico. *Revista Brasileira de Educação Médica*, 40(4), 583-590. <https://doi.org/10.1590/1981-52712015v40n4e00282015>
- Santana, L. L., Beljaki, W. D., Gobatto, M., Haeffner, R., Antonacci, M. H., & Buzzi, J. A. P. (2018) Estresse no Cotidiano de Graduados de Enfermagem de um instituto Federal de Ensino. *Revista de Enfermagem do Centro Oeste mineiro*, 8, e2738. <http://dx.doi.org/10.19175/recom.v8i0.2738>
- Selye, H. A. (1936) syndrome produced by diverse nocuous agents. *Nature*, 32(138). <https://www.sfn.org/~media/SfN/Documents/ClassicPapers/Stress/selye.ashx>
- Vieira, L. N., & Schermann, L. B. (2015). Estresse e fatores associados em alunos de psicologia de uma universidade particular do sul do Brasil. *Aletheia*, (46), 120-130. [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-03942015000100010&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942015000100010&lng=pt&tlng=pt)



## **RISCOS PSICOSSOCIAIS NO TRABALHO EM PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU PÚBLICOS E PRIVADOS**

Work psychosocial risks in public and private stricto sensu post-graduate programs

Risques psychosociaux au travail dans les programmes d'études supérieures stricto sensu publics et privés

Riesgos psicosociales en el trabajo en programas de postgrado stricto sensu públicos y privados

**Vanessa Rissi**<sup>1</sup>©

Faculdade Meridional, Departamento de Psicologia, Passo Fundo, RS, Brasil<sup>2</sup>

**Janine Kieling Monteiro**<sup>3</sup>©

Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Departamento de Psicologia, São Leopoldo, RS, Brasil

**Vinicius Renato Thomé Ferreira**<sup>4</sup>©

Faculdade Meridional, Departamento de Psicologia, Passo Fundo, RS, Brasil

### **Resumo**

Este estudo objetivou avaliar os riscos psicossociais no trabalho em programas de pós-graduação stricto sensu (PPGs) públicos em comparação com PPGs privados. Participaram 230 docentes de PPGs do Brasil, que responderam a um instrumento de coleta de dados online, composto por um questionário sociodemográfico e laboral e três escalas do Protocolo de Avaliação de Riscos Psicossociais: Escala de Organização Prescrita do Trabalho, Escala de Sofrimento Patogênico no Trabalho e Escala de Danos Físicos e Psicossociais no Trabalho. Os dados foram tabulados e análises estatísticas foram conduzidas. O estudo revelou que os docentes de PPGs públicos apresentaram maior risco psicossocial na organização prescrita do trabalho (divisão das tarefas e divisão social do trabalho), maior sofrimento patogênico (falta de reconhecimento) e mais danos sociais e físicos. Os achados implicam na necessidade de viabilizar propostas de intervenções e/ou políticas públicas que propiciem ambientes saudáveis de trabalho nos programas de pós-graduação stricto sensu brasileiros.

**Palavras-chave:** Risco psicossocial; Docentes; Ensino superior.

### **Abstract**

This study aimed to evaluate work psychosocial risks comparing public and private stricto sensu post-graduate programs (PPGs). Two hundred and thirty PPG's Brazilian professors responded to an online survey, composed of a socio-demographic and labor questionnaire, and three scales of the Psychosocial Risk Assessment Protocol: Prescribed Work Organization scale, Pathogenic Work Suffering scale, and Physical and Psychosocial Damage at Work scale. Data were tabulated and statistical analyzes were conducted. The study revealed that teachers of public

<sup>1</sup> nessa\_rissi@hotmail.com

<sup>2</sup> R. General Prestes Guimarães, 304 - Vila Rodrigues, Passo Fundo - RS, 99070-220.

<sup>3</sup> janinekm@unisinos.br

<sup>4</sup> vinicius.ferreira@imed.edu.br

PPGs presented greater psychosocial risk in the prescribed organization of work (division of labor and social division of labor), greater pathogenic suffering (lack of acknowledgment) and more social and physical damage. The findings indicate the need to offer feasible proposals for policies and interventions in order to foster healthy work environments in Brazilian private and public stricto sensu post-graduate programs.

**Keywords:** Psychosocial risk; Professors; Higher education.

---

### Résumé

Cette étude visait à évaluer les risques psychosociaux au travail en comparant les programmes de troisième cycle (PPG) publics et privés stricto sensu. Deux cent trente professeurs brésiliens de PPG ont répondu à un sondage en ligne, composé d'un questionnaire sociodémographique et relatif au travail, et de trois échelles du protocole d'évaluation des risques psychosociaux: échelle d'organisation du travail prescrit, échelle de souffrance liée au travail pathogène et échelle de dommages physiques et psychosociaux au travail. Les données ont été totalisées et des analyses statistiques ont été effectuées. L'étude a révélé que les enseignants des PPG publics présentaient un risque psychosocial accru dans l'organisation du travail prescrite (division du travail et division sociale du travail), une plus grande souffrance pathogène (manque de reconnaissance) et davantage de dommages sociaux et physiques. Les résultats indiquent la nécessité de proposer des propositions réalisables de politiques et d'interventions afin de favoriser des environnements de travail sains dans les programmes post-universitaires brésiliens privés et publics stricto-sensu.

**Mots clés:** Risque psychosocial; Professeurs; L'enseignement supérieur.

---

### Resumen

Este estudio objetivó evaluar los riesgos psicosociales en el trabajo en programas de postgrado stricto sensu públicos en comparación con privados. Participaron 230 profesores de programas de postgrado en Brasil que contestaron un instrumento online, compuesto por un cuestionario sociodemográfico y laboral y tres escalas del Protocolo de Evaluación de Riesgos Psicosociales: Escala de Organização Prescrita do Trabalho, Escala de Sofrimento Patogênico no Trabalho y Escala de Danos Físicos e Psicossociais no Trabalho. Los datos fueron tabulados y los análisis estadísticos se llevaron a cabo. El estudio reveló que los docentes de programas de postgrado públicos presentaron un mayor riesgo psicosocial en la organización prescrita del trabajo (división de las tareas y división social del trabajo), mayor sufrimiento patogénico (falta de reconocimiento) y más daños sociales y físicos. Los hallazgos implican la necesidad de viabilizar propuestas de intervenciones y/o políticas que propicien ambientes saludables de trabajo en los programas de postgrado stricto sensu brasileños.

**Palabras clave:** Riesgo psicosocial; Profesores; Enseñanza superior.

---

### Introdução

O trabalho, ao mesmo tempo em que se constitui um espaço privilegiado de construção de identidade, de sentidos psíquicos e de relacionamentos sociais, pode produzir situações que causam sofrimento e adoecimento (Dejours, 2015). A identificação destes elementos é essencial para que se possa promover ações que combatam o adoecimento no trabalho e promovam saúde e qualidade de vida.

O conjunto de elementos da organização e das condições de trabalho que podem comprometer o bem-estar físico e mental dos trabalhadores é chamado de riscos psicossociais (Borges, Santos, Saraiva & Pocinho, 2018). Incluem conteúdo, organização, gerenciamento, condições ambientais e organizacionais, que, na dinâmica da interação com as necessidades e competências do trabalhador, podem gerar o risco de adoecimento (OIT, 1986).

Não há exatidão na literatura quanto aos elementos que devam ser considerados riscos psicossociais nas organizações, assim como não há homogeneidade nas terminologias (Carlotto, Cruz, Guillard, Ruppel, Dalagasperina & Ariño, 2018). Em linhas gerais, as principais denominações envolvem as expressões “riscos psicossociais no trabalho” e “fatores psicossociais no trabalho”. A primeira, cuja origem é atribuída a programas europeus de gestão de saúde no trabalho, considera que os riscos psicossociais envolvem as características da gestão e da organização do trabalho com potencial nocivo, independente da resposta do trabalhador (Carlotto, et al. 2018; Zoni & Lucchini, 2008); Nesta perspectiva o risco psicossocial seria inerente ao trabalho. Por outro lado, os fatores psicossociais, denominação influenciada pela Organização Internacional do Trabalho, considera que a exposição ao risco terá um efeito modificado pelas influências subjetivas do trabalhador (Carlotto, et al., 2018; OIT, 1986).

A partir da Psicodinâmica do Trabalho, a organização do trabalho (OT) é considerada a principal fonte de riscos psicossociais (Facas, 2013). Incluem-se como elementos da OT capazes de favorecerem os riscos psicossociais, a comunicação deficitária, processos precários de tomada de decisão, grau reduzido de autonomia, intensidade da carga de trabalho, organização do tempo de trabalho, qualidade das relações interpessoais (isolamento, falta de apoio, violências), impossibilidade de equilíbrio entre trabalho e lazer (Cox & Cox, 1993).

Neste estudo, os riscos psicossociais são tomados a partir do embasamento teórico da Psicodinâmica do Trabalho, que os consideram como resultantes das relações entre o desejo do trabalhador e as demandas das relações socioprofissionais e da organização do trabalho (Mendes, 2008; Facas, 2013; Knust, Seidl & Facas, 2019).

A capacidade nociva que os riscos psicossociais podem ter sobre o trabalho afetam qualquer profissão, inclusive a de professor, em qualquer nível educacional (Vale & Aguillera, 2016). Os riscos psicossociais aumentam a probabilidade da ocorrência de problemas de relacionamento interpessoal, estresse, patologias de sono e problemas de saúde geral no contexto do trabalho, e contribuem diretamente para a ocorrência de Burnout (Carlotto & Câmara, 2017) e Transtorno Mental Comum, definido como a ocorrência de sintomas depressivos e de ansiedade que não preenchem critérios suficientes para a proposição de um diagnóstico de transtorno depressivo maior ou algum dos transtornos de ansiedade (Bueno, 2017). Esses efeitos nocivos do trabalho podem ser potencializados, também, pela menor disponibilidade de tempo do professor para o lazer (Souza, et al. 2017).

A exposição contínua dos docentes de instituições de ensino superior (IES) aos riscos psicossociais (Borges, Santos, Saraiva & Pocinho, 2018) pode ser compreendido ao se

considerar a complexidade deste nível educacional, marcada por interesses antagônicos: enquanto que para os governos as universidades devem servir para fomentar o desenvolvimento, para os acadêmicos deveria capacitá-los para a empregabilidade e competitividade no mercado de trabalho, e para os professores deveria visar a produção de conhecimento e de ciência em um ambiente de trabalho favorável (Carlotto & Câmara, 2017).

No Brasil, o ensino superior tem apresentado crescimento expressivo nos últimos anos contando com cerca de 2.300 instituições IES. A cada ano, 3,1 milhões de novos estudantes ingressam no ensino superior, ao passo que as IES possuem mais de 800 mil trabalhadores em seus quadros, dos quais, aproximadamente 400 mil são docentes e 414 mil atuam em atividades técnico-administrativas (Reis & Capelato, 2016). Tomando-se o segmento educacional da pós-graduação *stricto sensu* brasileira, também se encontram números que indicam progressos. As políticas de expansão da pós-graduação, nas últimas décadas, resultaram no estabelecimento de mais de 4 mil programas de pós-graduação *stricto sensu*, em nível de mestrado e doutorado (PPGs), sendo que cerca de 80% estão em instituições públicas de ensino superior e o restante em privadas (CAPES, 2017).

O contexto brasileiro do ensino superior e dos PPGs passou por mudanças significativas após 1988, recebendo novos direcionamentos da Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que é responsável pela autorização, acompanhamento e fiscalização dos PPGs (Leite, 2017). O Brasil, pressionado por organismos internacionais, realizou uma ampla reforma universitária para que a educação se inserisse no campo das atividades econômicas (Souza, Mendonça, Rodrigues, Felix, Teixeira, & Moura, 2017). De um lado, instaurou-se uma racionalidade organizacional nas universidades públicas, a partir da incorporação de conceitos como eficácia, eficiência, metas e produtividade (Chauí, 2003; Piolli, Silva, & Heloani, 2015); de outro, assistiu-se à ascensão do ensino superior privado de perfil empresarial (Martins, 2009). O resultado direto dessas mudanças foi a instauração de uma nova organização do trabalho no ensino superior, cuja característica principal é a intensificação do trabalho por demandar maior carga física, cognitiva e/ou emocional, a fim de que o desempenho seja melhor, do ponto de vista quantitativo e qualitativo (Dal Rosso, 2006; Souza et al., 2017).

Os crescentes números de matriculados no ensino superior público, em nível de graduação e pós-graduação, não foram acompanhados de contratações de quadro técnico-administrativo que, ao contrário, sofreu enxugamento e muitas de suas funções, administrativas e burocráticas, foram repassadas aos docentes (Leite, 2017). Nas universidades públicas, as condições objetivas do trabalho são consideradas precárias no que diz respeito à infraestrutura, aos equipamentos e materiais didáticos (Borsoi & Pereira, 2013; Mattos, Vidal, Lira, Costa, &

Abud, 2017). Recursos financeiros para a melhoria das condições de trabalho ou financiamentos diversos, relacionados às atividades de pesquisa, são escassos ou inexistentes. Periódicos de alto impacto geralmente são publicados em outro idioma que não o português, mediante cobrança de taxas. Assim, não raramente, cabe ao pesquisador arcar com o custo de tradução e publicação (Kuhlmann Júnior, 2015).

Em outros países, o cenário é semelhante. Em Portugal, por exemplo, mudanças decorrentes do processo de Bolonha, recessão econômico-social, diminuição exponencial do número de alunos, sustentabilidade da autonomia das universidades, qualidade do ensino superior são, entre outros, fatores desencadeadores para as situações de mal-estar, insatisfação, estresse e desgaste emocional (Borges, 2012).

No contexto privado, os docentes são compelidos a aumentar o tempo destinado ao trabalhado para além da carga horária formal para atender a estas novas demandas (Godoi & Xavier, 2012; Leite, 2017). Professores trabalham três turnos, 60 horas semanais, 6 ou 7 dias da semana, dividindo-se em funções de ensino (pós-graduação, especialização e graduação), pesquisa, orientações e administrativo/burocráticas (Godoi & Xavier, 2012; Machado & Bianchetti, 2011).

Se as atividades de ensino, pesquisa e extensão já são bastantes exigentes para o docente, observam-se muitas queixas referentes às atividades administrativas e burocráticas, tais como reuniões, preenchimentos de formulários, de relatórios e documentos, representações colegiadas diversas (Rozendo & Dias, 2015; Ruza & Silva, 2016; Salvá & Nascimento, 2017; Souto, Beck, Trindade, Silva, Backes, & Bastos, 2017), que demandam às vezes habilidades que o docente não adquiriu durante sua formação e aumentam o risco de estresse e Burnout.

Considerando-se o contexto de trabalho dos docentes e as questões que envolvem o ensino de pós-graduação, objetivou-se avaliar os riscos psicossociais no trabalho de professores de pós-graduação stricto sensu públicos e privados. De forma específica, foram analisados a organização do trabalho, sofrimento patogênico no trabalho e danos relacionados ao trabalho.

## **Materiais e métodos**

### **Participantes**

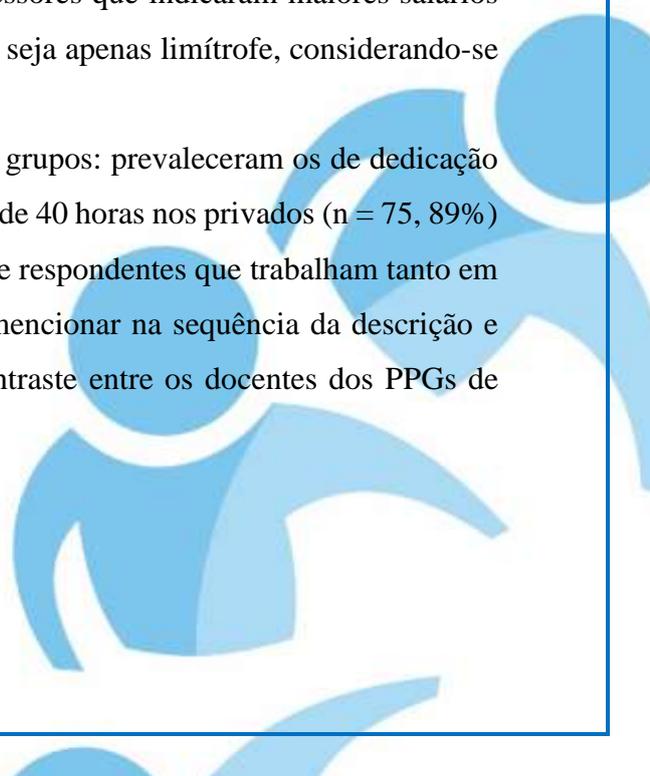
Participaram do estudo quantitativo, descritivo e transversal, 230 professores de programas de pós-graduação stricto sensu brasileiros, autorizados pela CAPES. Destes, 51% (n = 117) atuam em PPGs públicos, 46% (n = 105) em PPGs privados e 3% (n = 8), em ambos.

Utilizou-se como critério de inclusão na amostra o tempo mínimo de um ano de trabalho dos docentes no PPG. O número de participantes foi estimado com base em critérios que pudessem garantir a realização de testes estatísticos com confiabilidade, propostos por Hair, Black, Babin, Anderson e Tatham (2009), segundo os quais indicou-se uma amostra mínima de 175 sujeitos. A amostragem foi não-probabilística, mediante participação espontânea e voluntária dos professores de PPG que receberam o convite para participar da pesquisa e atenderam aos critérios de seleção da amostra. De todo modo, houve docentes participantes de todas as grandes áreas de conhecimento classificadas pela CAPES e atuantes em todas as regiões brasileiras.

As amostras dos grupos de professores de PPGs públicos e de privados distribuíram-se de forma equilibrada na maioria das variáveis sociodemográficas, ou seja, não encontrou-se diferença estatisticamente significativa entre ambos. A única diferença entre os grupos foi encontrada em relação ao tipo de vínculo contratual. Sendo assim, a descrição dos participantes examina as características sociodemográficas predominantes entre o total de professores de PPGs brasileiros, a exceção do tipo vínculo contratual.

A quantidade de docentes mulheres foi de 126 (55%) e de homens foi de 104 (45%). O estado civil predominantemente foi casado ( $n = 184$ , 80%). A idade média dos participantes situou-se em 48,3 anos ( $DP = 9,54$ ); todos (100%) são doutores e 84 (36%) realizaram estágio pós-doutoral. Em média, os professores atuam em IES há 17,55 anos ( $DP = 10$ ) e nos PPGs, em média, há 9,3 anos ( $DP = 6,98$ ). A maior parte dos PPGs representados na amostra situam-se nas regiões Sul ( $n = 150$ , 65%) e Sudeste ( $n = 40$ , 17%). Prevaleram PPGs de natureza acadêmica ( $n = 160$ , 70%). A maioria dos docentes exerce as atividades tanto nos cursos de mestrado quanto doutorado ( $n = 155$ , 67%), e mencionaram não atuar como coordenadores de PPGs ( $n = 187$ , 81%). Quanto à faixa salarial, os professores que indicaram maiores salários estão nos PPGs privados, embora a diferença estatística seja apenas limítrofe, considerando-se o “p” definido para este estudo ( $\chi^2 = 7,15$ ;  $p = 0,06$ ).

O tipo de vínculo contratual contrastou entre os grupos: prevaleceram os de dedicação exclusiva no âmbito de PPGs públicos ( $n = 107$ , 80%) e de 40 horas nos privados ( $n = 75$ , 89%) ( $\chi^2 = 118$   $p \leq 0,01$ ). Tendo em vista a baixa frequência de respondentes que trabalham tanto em PPGs públicos quanto privados, optou-se por não os mencionar na sequência da descrição e discussão dos resultados, que serão focalizados no contraste entre os docentes dos PPGs de instituições públicas e privadas, exclusivamente.



## **Instrumentos**

Quatro instrumentos foram utilizados para a coleta de dados: Questionário Sociodemográfico e Laboral e três escalas integrantes do PROART – Protocolo de Avaliação de Riscos Psicossociais Relacionados ao Trabalho (Facas, 2013). O Questionário Sociodemográfico e Laboral, sistematizado especialmente para esta coleta, buscou caracterizar a amostra quanto à idade, gênero, estado civil, titulação acadêmica, etc., bem como a variáveis básicas do seu contexto de trabalho (tempo de trabalho, localização geográfica da Instituição de Ensino Superior (IES), área do PPG, etc.).

O PROART está fundamentado em abordagens críticas e clínicas do trabalho. Sua aplicação é voltada para o mapeamento dos riscos psicossociais no trabalho, a partir de 4 instrumentos que avaliam diversas dimensões da relação trabalhador-organização do trabalho: Escala de Organização Prescrita do Trabalho (EOPT), Escala de Estilos de Gestão (EEG); Escala de Sofrimento Patogênico no Trabalho (ESPT) e Escala de Danos Físicos e Psicossociais no Trabalho (EDT). A validação do PROART foi realizada com uma amostra de 3205 respondentes de instituições públicas e privadas de diversas naturezas.

A EOPT possui 19 itens distribuídos nos fatores “divisão das tarefas” ( $\alpha = 0,85$ ) e “divisão social do trabalho” ( $\alpha = 0,90$ ). A EEG, contém 22 itens que integram os fatores “estilo gerencialista” ( $\alpha = 0,85$ ) e “estilo coletivo” ( $\alpha = 0,92$ ). A ESPT, inclui 28 itens por meio dos fatores “falta de sentido do trabalho” ( $\alpha = 0,91$ ), “esgotamento mental” ( $\alpha = 0,91$ ) e “falta de reconhecimento” ( $\alpha = 0,92$ ). Por fim, a EDT está estruturada por 23 itens incluindo os fatores “danos psicológicos” ( $\alpha = 0,94$ ), “danos sociais” ( $\alpha = 0,91$ ) e “danos físicos” ( $\alpha = 0,93$ ) (Facas, 2013). Todas as escalas são avaliadas a partir de uma escala Likert de frequência, composta por 5 pontos: 1 = Nunca, 2 = Raramente; 3 = Às vezes; 4 = Frequentemente; 5 = Sempre (Facas, 2013; Facas, Duarte, Mendes, & Araujo, 2015).

Para este estudo, excluiu-se a EEG, pois não atendia aos objetivos propostos.

## **Procedimentos de coleta de dados e cuidados éticos**

A coleta de dados foi realizada on-line, através da ferramenta Google Forms. Por meio de consulta à Plataforma Sucupira (base de dados da pós-graduação brasileira), verificaram-se quais eram os PPGs brasileiros, e em seguida foram buscados os endereços eletrônicos de professores. Enviou-se convite para participação por e-mail onde foi disponibilizado o link para acesso ao instrumento de pesquisa. Em paralelo à esta estratégia, foram encaminhados e-mails

aos professores de pós-graduação *stricto sensu* que faziam parte da rede de relacionamentos profissionais da pesquisadora. A partir da leitura e aceite do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), os participantes iniciaram o preenchimento online dos instrumentos, cujo tempo foi estimado em 30 minutos. A coleta estendeu-se de junho a setembro de 2017.

Esta pesquisa foi aprovada pelo comitê de ética da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, sob parecer nº 2.018.416, garantindo que o estudo resguardou todos os preceitos das resoluções 466/12 e 510/16, do Conselho Nacional de Saúde (CNS), em todas as suas etapas. Adotaram-se os procedimentos necessários para resguardar o sigilo dos participantes, que aderiram voluntariamente à pesquisa e, também, das instituições de ensino superior e dos PPGs a que estavam vinculados os participantes.

### **Procedimentos de análise de dados**

Os dados foram tabulados e as análises conduzidas no programa SPSS for Windows (versão 21). A análise descritiva do desempenho dos participantes nos instrumentos da pesquisa objetivou apresentar, sumarizar e descrever os aspectos relevantes no conjunto de dados. Assim, abarcou medidas de tendência central (média, desvio padrão e frequência), dispersão e propriedades da distribuição para as variáveis de interesse.

Para a análise das diferenças dos grupos de professores de PPG's públicos em relação aos privados e nos dados sociodemográficos, definiu-se o valor de  $p \leq 0,05$  como nível de significância e as diferenças foram levantadas através do teste qui-quadrado ( $\chi^2$ ) e, quando possível, ANOVA (idade, tempo de PPG e tempo no ensino superior). Tomando-se as escalas que investigaram os riscos psicossociais, a diferença entre os dois grupos foi avaliada através do teste não-paramétrico de Mann-Whitney, considerando um nível de significância de  $p \leq 0,05$  e o tipo de dado (ordinal). Foi calculado o tamanho de efeito para identificar a diferença em escores  $z$ , entre as duas amostras.

### **Resultados e discussão**

#### **Resultados**

A análise da média global da EOPT indicou prejuízo moderado, com diferença estatisticamente significativa em prejuízo do grupo de docentes de PPGs públicos ( $p \leq 0,01$ ,  $d = 0,60$ ). Em relação aos dois fatores que constituem a escala, quais sejam, “divisão das tarefas”

( $p < 0,01$ ,  $d = 0,88$ ) e “divisão social do trabalho” ( $p = 0,04$ ,  $d = 0,32$ ), as diferenças foram estatisticamente significativas, também em prejuízo do grupo de docentes das instituições públicas.

No fator “divisão das tarefas”, observou-se a maior diferença entre os PPGs, em termos de tamanho de efeito, considerado grande ( $d = 0,88$ ) (Dancey & Reidy, 2013). Os itens deste fator, que são relacionados à infraestrutura, foram os que apresentaram as maiores diferenças entre os grupos, todos em detrimento dos docentes de programas públicos: “O número de trabalhadores é suficiente para a execução das tarefas” ( $p < 0,01$ ,  $d = 0,54$ ); “Os recursos de trabalho são em número suficiente para a realização das tarefas” ( $p < 0,01$ ,  $d = 0,77$ ); “O espaço físico disponível para a realização do trabalho é adequado” ( $p < 0,01$ ,  $d = 0,78$ ) e “Os equipamentos são adequados para a realização das tarefas” ( $p < 0,01$ ,  $d = 0,85$ ).

No fator “divisão social do trabalho” foi constatado que os seguintes itens divergiram entre os grupos, apontando prejuízo para os professores da pós-graduação pública: “Há clareza na definição das tarefas” ( $p < 0,01$ ,  $d = 0,45$ ), “A comunicação entre chefe e subordinado é adequada” ( $p = 0,02$ ,  $d = 0,31$ ), “As informações de que preciso para executar minhas tarefas são claras” ( $p = 0,02$ ,  $d = 0,31$ ) e “A avaliação do meu trabalho inclui aspectos além da minha produção” ( $p \leq 0,05$ ,  $d = 0,32$ ).

Quanto à classificação de grau de risco psicossocial, os resultados apontaram risco mediano/alerta na EOPT total para os docentes de IES públicas e privadas. Quanto ao fator divisão das tarefas, o risco classificou-se em mediano/limite para os dois grupos. No fator divisão social do trabalho, o risco foi considerado baixo/positivo entre o grupo de docentes de PPGs privados e mediano/limite entre os atuantes em PPGs privados (Tabela 1).

**Tabela 1:** Caracterização da Organização Prescrita do Trabalho (EOPT) em PPG’s Públicos comparados a PPG’s privados.

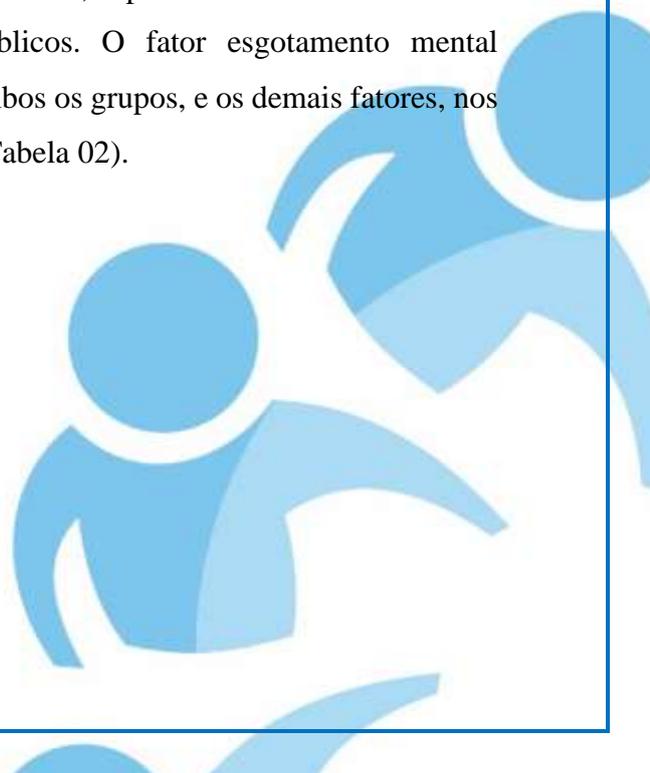
Fator	Item	Tipo de instituição									<i>d</i>	<i>U</i>
		Pública			Privada			Total				
		M	DP	RP	M	DP	RP	M	DP			
Divisão das tarefas	Número trabalhadores suficiente	2,75	1,11		3,30	0,93		3,02	1,07	0,54	4397,5**	
	Número de recursos suficientes	2,53	1,05		3,34	1,06		2,93	1,13	0,77	3639**	
	Espaço físico adequado	3,05	1,17		3,94	0,98		3,50	1,18	0,83	3543**	
	Equipamentos adequados	3,02	1,05		3,83	0,86		3,42	1,05	0,85	3490**	
	Média Divisão das tarefas	2,93	0,59	Médio	3,41	0,49	Médio	3,16	0,60	0,88	3115**	

Divisão social do trabalho	Clareza definição de tarefas	3,39	1,05		3,84	0,95		3,62	1,03	0,45	4761**
	A comunicação entre chefe/subordinados é adequada	3,47	1,01		3,77	0,94		3,63	0,99	0,31	5097*
	As informações para executar tarefas são claras	3,56	0,91		3,83	0,80		3,70	0,87	0,31	5119*
	Avaliação inclui aspectos além de produção	3,38	1,24		3,70	1,15		3,55	1,20	0,27	5234,5*
	Média Divisão social do trabalho	3,53	0,59	Médio	3,71	0,57	Baixo	3,63	0,59	0,32	5351*
Média total EOPT		3,31	0,50	Médio	3,60	0,48	Médio	3,46	0,51	0,60	4051,5**

**Fonte:** Elaborada pelos autores (2019).

Quanto à ESPT os resultados indicaram que, diante da média total, não houve diferença estatisticamente significativa entre os grupos ( $p = 0,11$ ,  $d = 0,18$ ). Apesar disso, o fator “falta de reconhecimento no trabalho” indicou esta diferença, cuja média maior (maior prejuízo) correspondeu ao grupo dos professores dos PPGs públicos ( $M = 2,03$ ,  $DP = 0,70$ ;  $U = 5166$   $p = 0,04$ ,  $d = 0,23$ ). Para melhor compreensão, atentou-se, então, para os itens deste fator, cujas diferenças foram estatisticamente significativas. Todos, neste caso, resultaram em médias maiores no grupo dos professores de PPGs públicos: “Meu trabalho é desvalorizado pela organização” ( $M = 2,53$ ,  $DP = 0,99$ ), “Meus colegas desvalorizam meu trabalho” ( $M = 2,02$ ,  $DP = 0,96$ ), “Sou excluído do planejamento das tarefas” ( $M = 1,79$ ,  $DP = 0,93$ ) e “Minha chefia trata meu trabalho com indiferença” ( $M = 1,85$ ,  $DP = 1,00$ ).

Em se tratando da categorização de riscos psicossociais, a partir da média total da ESPT, os dois grupos enquadraram-se em risco baixo/positivo, apesar das médias maiores encontrarem-se entre os participantes de PPGs públicos. O fator esgotamento mental classificou-se como grau de risco mediano/alerta em ambos os grupos, e os demais fatores, nos dois grupos, perceberam grau de risco baixo/positivo (Tabela 02).



**Tabela 02:** Caracterização do Sofrimento Patogênico no Trabalho em Docentes (ESPT) de PPG's Públicos comparados com os de PPG's Privados.

Fator	Item	Tipo de instituição									d	U
		Pública			Privada			Total				
		M	DP	RP	M	DP	RP	M	DP	RP		
	Meu trabalho é desvalorizado	2,53	0,99		2,18	0,98		2,36	1,00	0,36	4878	**
Falta de reconhecimento no trabalho	Meus colegas desvalorizam meu trabalho	2,02	0,96		1,76	0,97		1,89	0,96	0,27	5116	*
	Sou excluído do planejamento tarefas	1,79	0,93		1,54	0,84		1,66	0,89	0,28	5167	*
	Minha chefia trata meu trabalho com indiferença	1,85	1,00		1,6	0,88		1,72	0,94	0,27	5272	*
ESPT falta de reconhecimento no trabalho média		2,03	0,70	Baixo	1,87	0,70	Baixo	1,95	0,70	0,23	5166	*

**Fonte:** Elaborada pelos autores (2019).

Na EDT, considerando-se a média total, observou-se diferença estatisticamente significativa em prejuízo dos professores de PPGs públicos ( $p = 0,01$ ,  $d = 0,16$ ). O mesmo ocorreu nos fatores danos sociais ( $p = 0,03$ ,  $d = 0,11$ ) e danos físicos ( $p = 0,02$ ,  $d = 0,12$ ), cujas médias maiores corresponderam aos professores de PPGs públicos. O fator danos psicológicos não apresentou diferença estatisticamente significativa, apesar de também ter apresentado maior prejuízo nos programas públicos ( $p = 0,10$ ,  $d = 0,13$ ).

Examinou-se, então, em cada fator, os itens em que a diferença também foi estatisticamente significativa ( $p \leq 0,05$ ). Na totalidade dos itens, as médias maiores corresponderam aos professores de instituições públicas, indicando maior prejuízo para este grupo. No fator “danos sociais”, destacando-se as médias maiores, condizentes ao grupo de PPGs públicos: “insensibilidade em relação aos colegas” ( $M = 2,23$ ,  $DP = 1,00$ ), “Agressividade com os outros” ( $M = 2,13$ ,  $DP = 0,74$ ) e “Impaciência com as pessoas em geral” ( $M = 2,49$ ,  $DP = 0,85$ ). No fator “danos físicos”: “Dores no braço” ( $M = 2,53$ ,  $DP = 1,20$ ), “Dores nas pernas” ( $M = 2,32$ ,  $DP = 1,01$ ), e “Distúrbios circulatórios” ( $M = 1,82$ ,  $DP = 0,92$ ).

Na análise do grau de risco psicossocial, na média total da EDT e fator danos físicos, o risco foi do tipo mediano nos PPGs públicos e baixo nos privados. No fator danos sociais, os dois grupos classificaram-se em nível baixo/positivo (Tabela 3).

**Tabela 03:** Caracterização dos Danos Psicossociais e Físicos no Trabalho (EDT) nos PPG's Públicos em relação aos Privados.

Fator	Item	Tipo de instituição									d	U
		Pública			Privada			Total				
		M	DP	RP	M	DP	RP	M	DP			
Danos sociais	Mau humor	2,61	0,90		2,34	2,23		2,45	0,95	0,17	5166,5*	
	Insensibilidade com colegas	2,23	1,00		1,95	0,98		2,10	1,00	0,13	5108*	
	Agressividade com os outros	2,13	0,74		1,94	0,93		2,03	0,84	0,13	5211,5*	
	Impaciência pessoas em geral	2,49	0,85		2,26	0,93		2,38	0,90	0,13	5129,5*	
	Média Danos sociais	2,24	0,68	Baixo	2,07	0,82	Baixo	2,16	0,75	0,11	5087*	
Danos físicos	Dores braço	2,53	1,20		2,12	1,27		2,36	1,25	0,14	4885**	
	Dores nas pernas	2,32	1,01		2,01	1,05		2,18	1,05	0,14	5049*	
	Distúrbios circulatórios	1,87	0,92		1,68	0,97		1,78	0,95	0,10	5241,5*	
	Média Danos físicos	2,49	0,77	Médio	2,26	0,84	Baixo	2,39	0,82	0,12	5028,5*	
Média total EDT		2,32	0,57	Médio	2,13	0,62	Baixo	2,23	0,60	0,16	4890,5**	

**Fonte:** Elaborada pelos autores (2019).

Nota. U = Mann-Whitney. d = tamanho de efeito. RP = Risco Psicossocial. \* $p \leq 0,05$ . \*\*  $p \leq 0,01$ .

## Discussão

Sobre os riscos psicossociais, a julgar primeiramente pela organização prescrita do trabalho, mensurada pela EOPT, obteve-se como resultado do escore total da escala, uma média menor entre os docentes de PPGs públicos, indicando maior prejuízo neste grupo. A partir disto, então, já se presume maior chance de sofrimento e danos físicos e psicossociais nos PPGs públicos, em razão da organização do trabalho, visto que é elemento central na compreensão dos processos intersubjetivos que se estabelecem entre o trabalhador e o trabalho. Encarada como variável preditora nestas relações (Facas, 2013), a organização do trabalho pode colocar em risco a saúde do trabalhador, assim como é possível, por outra via, favorecer o enfrentamento do sofrimento, dependendo de suas características (Mendes, 2008).

Denotou-se prejuízo maior no grupo dos PPGs públicos, no fator divisão das tarefas, na EOPT, e em especial nos itens relacionados à infraestrutura (adequação de equipamentos e de espaço físico e número suficiente de trabalhadores e de recursos). A precariedade das condições de trabalho nas IES públicas não é uma queixa recente (Borsoi & Pereira, 2013). No que se refere ao item “número suficiente de trabalhadores”, o resultado pior das IES públicas pode ser explicado pelo fato de que a crescente expansão do ensino superior público no Brasil, registrada a partir de 1995, com aumento significativo de alunos matriculados, não foi acompanhada, na mesma proporção, da contratação de docentes e equipes técnicas e administrativas (Silva Júnior & Reis, 2009).

O fator divisão social do trabalho, também da EOPT, denotou maior prejuízo para o grupo de PPGs públicos especialmente nos itens que avaliaram a clareza na definição das tarefas, nas informações para adequada execução das tarefas e alinhamento da comunicação entre chefia e subordinado. Sobre estes dados recai a compreensão de que um traço cultural comum em universidades públicas é o despreparo daqueles que exercem cargos de chefia e que deveriam garantir isso (Nunes, 2011). Estes cargos são ocupados, geralmente, por apadrinhamento entre os grupos de professores que detêm o poder e não por competência técnica ou comportamental (Buendía, 2003), de modo que, muitas vezes, o chefe sequer entende das atividades que os subordinados exercem para que possa repassar alguma informação clara sobre o seu trabalho (Nunes, 2011).

Quanto à análise do grau de risco psicossocial, evidenciou-se que os PPGs públicos e privados apresentam risco psicossocial médio/limite em organização do trabalho total e no fator divisão das tarefas. Evidenciou-se, a partir deste dado, que, embora o prejuízo maior esteja nos PPGs públicos, os PPGs privados não estão isentos de risco. A excessiva carga de trabalho na docência privada é um dos principais problemas que envolvem a divisão das tarefas (Caran, Freitas, Alves, Pedrão, & Robazzi, 2011; Dalagasperina & Monteiro, 2016; Marqueze & Moreno, 2009).

Em relação ao fator divisão social do trabalho, nos PPGs públicos o risco foi considerado como médio/limite e nos privados foi baixo/positivo. O melhor desempenho em divisão social do trabalho, nas IES privadas, pode ser explicado pelo fato de que estas instituições são gerenciadas com base em ferramentas administrativas, como é o caso do planejamento estratégico que, dentre outras funções, pressupõem comunicar e orientar claramente a todos sobre as suas responsabilidades (Brito, Silva, & Vecchia, 2014). Por outro lado, o ensino superior público carece de planejamento e controle (Beppler, 2012) e as tarefas não são bem definidas (Hirigoyen, 2005).

Não houve diferença estatisticamente significativa na média total da ESPT, embora esta diferença tenha sido constatada em detrimento dos docentes de PPGs públicos, no fator reconhecimento do seu trabalho, e, mais precisamente, nos itens que envolveram desvalorização do trabalho pelos colegas e chefia, além da exclusão do planejamento das tarefas. O reconhecimento possui relação estreita com o coletivo de trabalho, ou seja, só é possível que uns valorizem aos outros quando existe um coletivo de trabalho (Lima, 2013; Lima, 2011). Já é sabido, contudo, que as relações interpessoais nas IES públicas são marcadas por individualismo e competição (Borsoi, 2012; Silva Júnior & Reis, 2009; Mattos, Vidal, Endringer, Costa, & Corradi, 2015), o que, por sua vez, impõe dificuldades à constituição de um coletivo de trabalho.

Quanto à classificação dos riscos psicossociais para a ESPT, segundo Facas (2013), foi considerado baixo/positivo. Quanto aos fatores, depreendeu-se que, em “reconhecimento no trabalho”, cujas médias evidenciaram prejuízo dentre os PPGs públicos, encontrou-se classificação de risco baixo, em ambos os grupos. Este resultado é importante na medida em que o reconhecimento no trabalho é considerado um espaço privilegiado de transformação do sofrimento em prazer (Gernet, 2010). A profissão docente resguarda, ainda, mesmo que em condições de trabalho insuficientes, um certo grau de autonomia, e é reconhecida socialmente (Borsoi & Pereira, 2013).

A análise da diferença das médias na EDT indicou prejuízo para os docentes de PPGs públicos, no total da escala, em danos sociais e danos físicos. Nos danos sociais, sobressaíram-se itens que envolveram o relacionamento interpessoal (insensibilidade com colegas e agressividade com pessoas em geral), ponderando-se que a docência é fundamentada na interação humana (Pereira, Traesel, & Merlo, 2017). Logo, é de se esperar que, em análise de danos relacionados ao trabalho de professores, esta esfera venha a apresentar agravos. No que concerne aos colegas, novamente foram desveladas mais dificuldades envolvendo os professores de PPGs públicos, justificadas pelo fato de que existem disputas, em níveis de verbas e poder, por exemplo, que chegam a formar o que Marra e Mello (2005) denominaram de “feudos por área de conhecimento”. Quanto aos danos físicos, sobressaíram-se as diferenças em relação a dores nos braços, pernas e distúrbios circulatórios. Este tipo de queixa também foi constatada em outra pesquisa com amostra de professores (Fontana & Pinheiro, 2010). Quando se tratam de professores de instituições públicas, é provável que estes danos estejam relacionados às condições de infraestrutura deficitárias, como já foi explicado na literatura (Araújo, Sena, Viana, & Araújo, 2005; Lima & Lima-Filho, 2009).

A classificação dos riscos psicossociais seguiu os mesmos padrões mencionados para a ESPT (Facas, 2013). Assim sendo, como apenas um fator (danos físicos) apresentou grau de risco médio/limite e os demais situam-se em grau de risco baixo/positivo, afirma-se que em relação a danos físicos e psicossociais no trabalho, os professores de pós-graduação públicos e privados apresentam grau de risco baixo. Entretanto, subtraindo-se desta análise o fator danos físicos, ao mesmo tempo em que a média já era maior entre docentes de PPGs públicos, na classificação, os professores de PPGs públicos apresentaram risco médio/limite. Em última instância, confirma-se o achado de que os danos físicos estão mais presentes em professores de PPGs públicos, em razão, certamente, das condições físicas deficitárias deste ambiente (Araújo, Sena, Viana, & Araújo, 2005; Fontana & Pinheiro, 2010; Lima & Lima-Filho, 2009).

### **Considerações finais**

Tomados em conjunto, os resultados desta pesquisa revelaram que os docentes de PPGs públicos apresentaram maiores prejuízos quanto aos riscos psicossociais no trabalho, de um modo geral, quando comparados aos docentes atuantes em PPGs privados. Os fatores em que houve maiores agravos foram a divisão das tarefas, divisão social do trabalho, reconhecimento, danos sociais e danos físicos. Em nenhuma das dimensões, fatores ou itens, houve avaliação favorável ao contexto público de pós-graduação stricto sensu brasileira.

Isto implica em considerar a necessidade de ampliar discussões que possam viabilizar intervenções que promovam ambientes de trabalhos saudáveis nos programas de pós-graduação brasileiros. Sugere-se a implementação de espaços de fala e escuta aos trabalhadores docentes, embasadas na clínica do trabalho, de modo que isto favoreça a mobilização subjetiva. Os dados deste estudo também permitem reflexões sobre o estabelecimento de políticas educacionais que reduzam os riscos psicossociais, como é o caso dos relacionados a infraestrutura das IES. Os programas de pós-graduação stricto sensu são o cenário no qual a ciência toma lugar, e contribui decisivamente com o desenvolvimento de um país, e, como tal, deve constituir-se em espaço com condições de trabalho objetivamente favoráveis.

Uma das limitações deste estudo é que foram consideradas, nas análises, apenas duas categorias de instituições, públicas e privadas, de modo que as universidades comunitárias foram incorporadas à classificação “privadas”; estudos que avaliem os riscos psicossociais nestas instituições podem ser objeto de pesquisas futuras. Guardados estes limites, a comparação apresentada nesta pesquisa ofereceu subsídios privilegiados para as discussões

sobre riscos psicossociais na pós-graduação stricto sensu brasileira, já que analisou, exclusivamente este público.



## REFERÊNCIAS

- Araújo, T. M., Sena, I. P., Viana, M. A., & Araújo, E. M. (2005). Mal-estar docente: avaliação de condições de trabalho e saúde em uma instituição de ensino superior. *Revista Baiana de Saúde Pública*, 29(1), 6-21.
- Beppler, M. K. (2012). *A influência da cultura organizacional na concepção e execução da estratégia nas unidades acadêmicas da Universidade Federal de Santa Catarina*. [Dissertação de Mestrado]. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC, Brasil.
- Borges, S. L., Santos, C., Saraiva, A., & Pocinho, M. T. (2018). Avaliação de fatores de risco psicossociais: estudo com docentes do ensino superior. *Revista Portuguesa de Investigação Comportamental e Social: RPICS*, 4(1), 22-33.
- Borges, S. C. M. L. (2012). *Satisfacción en el trabajo y salud mental em docentes de enseñanza superior de Coimbra*. [Tese de Doutorado]. Universidad de Extremadura. Badajoz. <http://dehesa.unex.es/handle/10662/316>
- Borsoi, I. C. F. (2012). Trabalho e produtivismo: saúde e modo de vida de docentes de instituições públicas de Ensino Superior. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 15(1), 81-100. <https://doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v15i1p81-100>
- Borsoi, I. C. F., & Pereira, F. S. (2013). Professores do ensino público superior: produtividade, produtivismo e adoecimento. *Universitas Psychologica*, 12(4), 1211-1233. <https://doi.org/10.11144/averiana.upsy12-4.peps>
- Brito, T. C. J., Silva, C. H. P., & Vecchia, D. C. (2014). *Planejamento e Estratégia em Instituições Ensino Superior Privadas: uma busca por vantagem competitiva*. XIV Colóquio Internacional de Gestão Universitária – CIGU. Santa Catarina. <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/131847/2014202.pdf?sequence=1&isAllowed=y>
- Buendía, J. (2003). El mobbing e el centro de estudios. Mobbing Opinion. *Boletín de noticias sobre acoso psicológico*. [http://mobbingopinion.bpweb.net/artman/publish/article\\_793.shtml](http://mobbingopinion.bpweb.net/artman/publish/article_793.shtml)
- Bueno, H. P. V. (2017). *Fatores de riscos psicossociais em professores de escolas pantaneiras: Relações com transtornos mentais comuns e estresse ocupacional*. [Tese de Doutorado]. Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande. Campo Grande, MS, Brasil. <https://site.ucdb.br/public/md-dissertacoes/1018294-helen-final.pdf>
- Caran, V. C. S., Freitas, F. C. T., Alves, L. A., Pedrão, L. J., & Robazzi, M. L. C. C. (2011). Riscos Ocupacionais Psicossociais e sua Repercussão na Saúde de Docentes Universitários. *Revista de Enfermagem*, 19(2), 255-261. <http://www.facenf.uerj.br/v19n2/v19n2a14.pdf>
- Carlotto, M. S., & Câmara, S. G. (2017). Psychosocial risks associated with burnout syndrome among university professors. *Avances en Psicología Latinoamericana*, 35(3), 447-457. <http://dx.doi.org/10.12804/10.12804/revistas.urosario.edu.co/apl/a.4036>

- Carlotto, P. A. C., Cruz, R. M., Guiland, R., da Rocha, R. E. R., Dalagasperina, P., & Ariño, D. O. (2018). Riscos Psicossociais Relacionados ao Trabalho: perspectivas teóricas e conceituais. *Revista Interamericana de Psicología Ocupacional*, 37(1), 52-57. <https://doi.org/10.1186/1471-2458-14-37>
- Chauí, M. (2003). A universidade pública sob nova perspectiva. *Revista brasileira de educação*, 24, 5-15.
- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior. (2017). *Portal de Periódicos da CAPES*. <http://www.qualis.capes.gov.br/>
- Cox, T., & Cox, S. (1993). Psychosocial and organizational hazards at work. *European Occupational Health Series*, 5.
- Dalagasperina, P., & Monteiro, J. K. (2016). Estresse e docência: um estudo no ensino superior privado. *Revista Subjetividades*, 16(1), 36-51. <http://dx.doi.org/10.5020/23590777.16.1.37-51>
- Dal Rosso, S. (2006). *Intensidade e imaterialidade do trabalho e saúde* Intensity and immateriality. *Trabalho*, 4(1), 65-92.
- Dancey, C. P., & Reidy, J. (2013). *Estatística sem matemática para psicologia*. 5. ed. Penso, 2013.
- Dejours, C. (2015). *Le Choix: Souffrir au travail n'est pas une fatalité*. Bayard.
- Facas, E. P. (2013). *Protocolo de Avaliação dos Riscos Psicossociais no Trabalho – Contribuições da Psicodinâmica do Trabalho*. [Tese de Doutorado]. Universidade de Brasília – UnB. Brasília, DF, Brasil.
- Facas, E. P., Duarte, F. S., Mendes, A. M., & Araujo, L. K. R. (2015). Sofrimento ético e (in)dignidade no trabalho bancário: análise clínica e dos riscos psicossociais. Em J. K. Monteiro, F. de O. Vieira, A. M. Mendes. *Trabalho & Prazer - Teoria, Pesquisas e Práticas* (pp. 233-256). Juruá.
- Fontana, R. T., & Pinheiro, D. A. (2010). Condições de saúde auto-referidas de professores de uma universidade regional. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, 31(2), 270-276 <https://doi.org/10.1590/S1983-14472010000200010>
- Gernet, I. (2010). Psicodinâmica do reconhecimento. Em A. M. Mendes. (Org.). *Psicodinâmica e clínica do trabalho: Temas, interfaces e casos brasileiros*. (pp. 61-76). Juruá.
- Godoi, C., & Xavier, W. (2012). O produtivismo e suas anomalias. *Cadernos EBAPE.BR*, 10(2), 456-465. <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cadernosebape/article/view/5272/4006>
- Hair, J.F., Black, W.C., Babin, B.J., Anderson, R.E., & Tatham, R.L. (2009). *Análise multivariada de dados*. 6 ed. Bookman.
- Hirigoyen, M-F. (2005). *Assédio moral: a violência perversa no cotidiano*. 7 ed. Bertrand Brasil.

- Knust, Sérgio Ricardo Alves, Seidl, Eliane Maria Fleury, & Facas, Emílio Peres. (2019). Riscos psicossociais em um departamento de taquigrafia legislativa federal: uma análise quantitativa. *Contextos Clínicos*, 12(3), 921-948. <http://dx.doi.org/10.4013/ctc.2019.123.11>
- Kuhlmann Jr., M. (2015). Produtivismo acadêmico, publicação em periódicos e qualidade das pesquisas. *Cadernos de Pesquisa*, 45(158), 838-855. <http://dx.doi.org/10.1590/198053143597>
- Leite, J. L. (2017). Publicar ou perecer: a esfinge do produtivismo acadêmico. *Revista Katálysis*, 20(2), 207-215. <https://doi.org/10.1590/1982-02592017v20n2p207>
- Lima, M. F. E. M., & Lima-Filho, D. O. (2009). Condições de trabalho e saúde do/a professor/a universitário/a. *Ciências e Cognição*, 14(3), 062-082. [http://www.cienciasecognicao.org/pdf/v14\\_3/m253.pdf](http://www.cienciasecognicao.org/pdf/v14_3/m253.pdf)
- Lima, S. C. C. (2011). *Coletivo de trabalho e reconhecimento: uma análise psicodinâmica dos cuidadores sociais*. [Tese de Doutorado]. Universidade de Brasília. Brasília, DF, Brasil.
- Lima, S. C. C. (2013). Reconhecimento no trabalho. Em Vieira, F. O., Mendes, A. M., & Merlo, R. C. (Orgs.). *Dicionário crítico de gestão e psicodinâmica do trabalho* (pp. 351-355). Juruá.
- Machado, A., & Bianchetti, L. (2011). (Des)feticização do produtivismo acadêmico: desafios para o trabalhador-pesquisador. *RAE*, 51(3), 244-254. <http://www.scielo.br/pdf/rae/v51n3/v51n3a05.pdf>
- Marqueze, E. C., & Moreno, C. R. C. (2009). Satisfação no trabalho e capacidade para o trabalho entre docentes universitários. *Psicologia em Estudo*, 14(1), 75-82. <https://doi.org/10.1590/S1413-73722009000100010>
- Marra, A. V., & Melo, M. C. O. L. (2005). A prática social de gerentes universitários em uma instituição pública. *Revista de Administração Contemporânea*, 9(3), 9-31. <http://dx.doi.org/10.1590/S1415-65552005000300002>
- Martins, C. B. (2009). A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. *Educação & Sociedade*, 30(106), 15-35.
- Mattos, C., Vidal, J., Endringer, D., Costa, N., & Corradi, A. (2015). Contexto de Trabalho: Uma Investigação entre Professores e Técnicos Administrativos de uma Instituição Federal de Ensino Superior. *Revista de Estudos Sociais*, 17(33), 72-91. <http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/res/article/view/2299/pdf>
- Mattos, C. A. C., Vidal, J. P., da Silveira Lira, M., Costa, N. L., & Abud, G. M. B. (2017). Satisfação e trabalho na administração pública federal: uma investigação entre servidores do ensino superior. *Revista Cereus*, 9(1), 57-75.
- Mendes, A. M. (2008). A Organização do Trabalho como Produto da Cultura e a Prevenção do Estresse Ocupacional: O Olhar da Psicodinâmica do Trabalho. Em A. Tamayo. (Org.). *Estresse e Cultura Organizacional*. (pp. 163-189). Casa do Psicólogo.

- Nunes, T. S. (2011). A influência da cultura organizacional na ocorrência do assédio moral no trabalho na Universidade Federal de Santa Catarina. [Tese de Doutorado]. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC, Brasil.
- Organização Internacional do Trabalho. (1986). *Bureau International du Travail – Les Facteurs Psychosociaux Travail – Nature, incidentes et Prévention*. Serie Sécurité, Hygiène et Medicine du Travail, 56. Autor.
- Organização Internacional do Trabalho. (1981). *Informe de la reunión paritaria sobre las condiciones de trabajo del personal docente*. Autor.
- Pereira, J. Z., Traesel, E. S., & Merlo, Á. R. C. (2017). Docência: Psicodinâmica e relações de trabalho. *Psicologia Argumento*, 31(72), 89-99. <http://dx.doi.org/10.7213/psicol.argum.7585>
- Piolli, E., Silva, E. P., & Heloani, J. R. M. (2015). Plano Nacional de Educação, autonomia controlada e adoecimento do professor. *Caderno CEDES*, 35 (97), 589-607. <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v35n97/1678-7110-ccedes-35-97-00589.pdf>
- Reis, F., & Capelato, R. (2016). A relevância do ensino superior privado no Brasil. *Revista de Educación Superior en América Latina*, (1). <http://rcientificas.uninorte.edu.co/index.php/esal/article/viewFile/9430/9074>
- Rozendo, K. C. T., & Dias, C. L. (2015, May). Possibilidades de sofrimento psíquico do professor universitário de uma licenciatura. *Colloquium Humanarum*, 11(3), 126-144. <http://revistas.unoeste.br/revistas/ojs/index.php/ch/article/viewArticle/1213>
- Ruza, F. M., & Silva, E. P. (2016). As transformações produtivas na pós-graduação: o prazer no trabalho docente está suspenso? *Revista Subjetividades*, 16(1), 91-103. <http://dx.doi.org/10.5020/23590777.16.1.91-103>
- Salvá, M. N. R., & Nascimento, R. P. (2017). O sistema CAPES e o trabalho docente na pós-graduação: uma análise com docentes da área de saúde pública. *Acta Scientiarum Human and Social Sciences*, 39(3), 235-243. <https://doi.org/10.4025/actascihumansoc.v39i3.34166>
- Silva Júnior, J. R., & Reis, J. (2009). O professor pesquisador nas universidades públicas no contexto da internacionalização do capital: a produtividade do trabalho imaterial superqualificado. *Revista Portuguesa de Educação*, 22(1), 145-177. [http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S087191872009000100007&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S087191872009000100007&lng=pt&tlng=pt)
- Souto, B. L. C., Beck, C. L. C., Trindade, L. R., Silva, R. M., Backes, D. S., & Bastos, R. A. (2017). O trabalho docente em pós-graduação: prazer e sofrimento. *Revista de Enfermagem da UFSM*, 7(1), 29-39. <https://doi.org/10.5902/21797692222871>
- Souza, K. R., Mendonça, A. L. O., Rodrigues, A. M. S., Felix, E. G., Teixeira, L. R., & Moura, M. (2017) The new organization of labor at public universities: collective consequences of job instability on the health of teachers. *Ciência e Saúde Coletiva*, 22(11), 3667-3676. <https://doi.org/10.1590/1413-812320172211.01192016>

Vale, P. C. S., & Aguilera, F. (2016). Estresse dos professores de ensino fundamental em escolas públicas: Uma revisão de literatura. *Revista Psicologia, Diversidade e Saúde*, 5(1).

Zoni, S., & Lucchini, R. G. (2012). European approaches to work-related stress: A critical review on risk evaluation. *Safety and Health at Work*, 3(1). <https://doi.org/10.5491/SHAW.2012.3.1.43>



## AVALIAÇÃO DOS NÍVEIS DE ANSIEDADE DOS ESTUDANTES DA UFRRJ

Evaluation of anxiety levels of UFRRJ students

Évaluation des niveaux d'anxiété des étudiants de l'UFRRJ

Evaluación de los niveles de ansiedad de los estudiantes de la UFRRJ

**Azarias Machado de Andrade<sup>1</sup>**©

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Departamento de Produtos Florestais, Seropédica, RJ, Brasil<sup>2</sup>

**Emmy Uehara Pires<sup>3</sup>**©

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Departamento de Psicologia, Seropédica, RJ, Brasil

### Resumo

Os objetivos deste estudo foram avaliar os níveis e identificar os possíveis geradores de ansiedade em universitários da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) no período letivo. Utilizou-se um questionário estruturado e os Inventários Beck de Ansiedade (BAI) e da Ansiedade Traço-Estado (IDATE). Efetuou-se a análise de variância, análises de frequências e comparações de variáveis (teste de Qui-Quadrado). De um total de 533 estudantes entrevistados, as três situações mais citadas como possíveis desencadeadoras da ansiedade, foram: provas e seminários (98 citações); expectativa para/ao terminar o curso (87 citações); e, estar diante de muitas tarefas (50 citações). As mulheres demonstraram maior interesse em submeter-se a um acompanhamento psicológico do que os homens (72,1% e 58,5%, respectivamente) e apresentaram, também, níveis mais elevados de ansiedade BAI - Grave (30,3% e 16,5%, respectivamente) e Ansiedade Traço - Alta Sintomatologia (47,4% e 35,0%, respectivamente).

**Palavras-chave:** Ensino superior; Fatores ansiogênicos; BAI; IDATE.

### Abstract

The objectives of this study were to evaluate the levels and to identify the possible generators of anxiety in university students from the Federal Rural University of Rio de Janeiro (UFRRJ) in the semester. A structured questionnaire was used and, as instruments for assessing anxiety levels, the Beck Anxiety Inventory (BAI) and the Trait-State Anxiety Inventory (IDATE) were used. The analysis of variance, frequency analyzes and comparisons of variables were performed (Chi-Square test). From a total of 533 students interviewed, the three most cited situations as possible triggers of anxiety were: tests and seminars (98 citations); Expectation for / at the end of the course (87 citations); and, being faced with many tasks (50 citations). Women were more interested in undergoing psychological counseling than men (72.1% and 58.5%, respectively). Women, when compared with men, had higher levels of BAI - Serious anxiety (30.3% and 16.5%, respectively); and, Anxiety Trait - High Symptomatology (47.4% and 35.0%, respectively).

**Keywords:** Higher education; Anxiogenic factors; BAI; IDATE.

### Résumé

Les objectifs de cette étude étaient d'évaluer les niveaux et d'identifier les générateurs d'anxiété possibles chez les étudiants universitaires de l'Université Rurale Fédérale de Rio de Janeiro (UFRRJ) pendant la période universitaire. Un questionnaire structuré et des inventaires d'anxiété de Beck (BAI) et des inventaires d'anxiété de

<sup>1</sup> azariasmachado@bol.com.br

<sup>2</sup> Rodovia BR 465, Km 7 (Antiga Estrada Rio-São Paulo), CEP 23897-000.

<sup>3</sup> emmy.uehara@gmail.com

caractère d'État (STAI) ont été utilisés. L'analyse de la variance, l'analyse de la fréquence et la comparaison des variables (test du chi carré) ont été effectuées. Sur un total de 533 étudiants interrogés, les trois situations les plus citées comme déclencheurs possibles de l'anxiété étaient: des tests et des séminaires (98 citations); attente pour / à la fin du cours (87 citations); et être confronté à de nombreuses tâches (50 citations). Les femmes étaient plus intéressées par le conseil psychologique que les hommes (72,1% et 58,5%, respectivement) et présentaient également des niveaux d'anxiété plus élevés. BAI - Grave (30,3% et 16%), 5%, respectivement) et Anxiété Trait - Symptomatologie Élevée (47,4% et 35,0%, respectivement).

**Mots-clés:** Enseignement supérieur; Facteurs anxiogènes; BAI; IDATE.

---

### Resumen

Los objetivos de este estudio fueron evaluar los niveles e identificar los posibles generadores de ansiedad en universitarios de la Universidad Federal Rural de Río de Janeiro (UFRRJ) en el período lectivo. Se utilizó un cuestionario estructurado y, como instrumentos de evaluación de los niveles de ansiedad, el Inventario Beck de Ansiedad (BAI) y el Inventario de la Ansiedad Traza-Estado (IDATE). Se realizó el análisis de varianza, análisis de frecuencias y comparaciones de variables (prueba de Qui-Cuadrado). De un total de 533 estudiantes entrevistados, las tres situaciones más citadas como posibles desencadenantes de la ansiedad, fueron: pruebas y seminarios (98 citas); expectativa para / al terminar el curso (87 citas); y, estar delante de muchas tareas (50 citas). Las mujeres demostraron mayor interés en someterse a un acompañamiento psicológico que los hombres (72,1% y 58,5%, respectivamente) y, también, presentaron niveles más altos de ansiedad BAI - Serio (30,3% y 16,5%, respectivamente) y Ansiedad Traza - Alta Sintomatología (47,4% y 35,0%, respectivamente).

**Palabras clave:** Enseñanza superior; Factores ansiogénicos; BAI; IDATE.

---

### Introdução

A palavra ansiedade é derivada de uma palavra alemã, cuja raiz “angh” significa estreitamento, aperto ou constrição. Na Grécia, o seu termo representativo “anshein” significa estrangular ou sufocar e, no latim, os seus equivalentes seriam “angustus” - desconforto, “angor” - falta de ar e opressão e “angere” - constrição, sufocação e pânico (Paes, 2009; Guimarães, Silva Neto, Vilar, Almeida, Albuquerque, & Fermoseli, 2015). Tais definições sugerem situações de sofrimento, acarretadas por agentes estressores biográficos, como a morte súbita ou o acidente de um ente querido; traumáticos, como o abuso sexual infantil; crônicos, como o excesso de trabalho e o divórcio; e, quotidianos, a exemplo do tráfego lento, das provas escolares e da preocupação com as dívidas (Cerchiari, Caetano, & Faccenda, 2005; Karino & Laros, 2014). Biaggio e Natalício (2003) e Alves Gama, Moura, Araújo e Teixeira Silva (2008) mencionam que existem dois conceitos distintos de ansiedade: 1) a ansiedade-traço, que se refere a uma disposição pessoal, relativamente estável, a responder com ansiedade a situações estressantes e uma tendência a perceber um maior número de situações como ameaçadoras; e, 2) a ansiedade-estado, referente a um estado emocional transitório, caracterizado por sentimentos subjetivos de tensão que podem variar em intensidade ao longo do tempo.

A ansiedade é uma emoção que pode ser caracterizada por um desconforto derivado de uma antecipação de perigo, de algo desconhecido ou estranho. Difere de medo, considerado

quando existe um estímulo desencadeador externo que provoca o comportamento de fuga e evitação, enquanto que ansiedade é um estado emocional aversivo sem desencadeadores específicos (Guimarães et al., 2015). Silva Santos (2016) acrescenta que a ansiedade tem o propósito de proteger os seres humanos dos perigos que ameaçam a sua existência ou os seus valores. Quando mantida em níveis suportáveis, a ansiedade é importante para a sobrevivência e para o desenvolvimento, uma vez que atua como um estímulo para a consciência, vigilância e ação. Os transtornos de ansiedade são representados por sensações desagradáveis excessivas e persistentes, diante de uma ou mais situações sociais ou de desempenho, nas quais o indivíduo pode sentir-se envergonhado ou embaraçado. Além disso, o sujeito pode apresentar o receio de ser observado; julgado ou humilhado por outras pessoas; parecer ridículo; dizer tolices; interagir com estranhos ou pessoas do sexo oposto; ser o centro das atenções; comer, beber ou escrever em público; falar ao telefone e usar banheiros públicos; etc. Quando não podem ser evitadas, tais situações, às vezes, vêm acompanhadas por sintomas como palpitação, sufoco, rubor, tremor, diarreia, tensão muscular e sudorese.

No cenário atual, o estilo de vida das pessoas é caracterizado por muitas exigências, um dia a dia corrido e várias tarefas sendo executadas ao mesmo tempo. As respostas físicas e mentais aos estímulos externos variam entre os indivíduos, uma vez que as estratégias de enfrentamento (coping) adotadas podem ser diferentes. Contudo, muitas vezes, os esforços cognitivos e comportamentais não são eficazes para lidar com certas situações e o indivíduo é compelido à ansiedade que, dependendo do grau ou da frequência, pode se tornar patológica. Segundo Karino e Laros (2014), a ansiedade em níveis muito altos, ou quando apresentada em conjunto com a timidez ou depressão, impede que a pessoa desenvolva o seu pleno potencial intelectual, interferindo negativamente nos meios educacional e social. Neste caso, o indivíduo fica sem saber como se portar na escola, em ocasiões sociais ou no trabalho, o que pode levar a uma baixa na autoestima e ao medo de errar, sem ao menos ter tentado realizar as tarefas.

Os ambientes pré-universitário e universitário estão entre os mais estressores e potenciais indutores de ansiedade (Almondes & Araújo, 2003; Alves Gama et al., 2008; Binelli, Ortiz, Muñoz, Gelabert, Ferraz, Filho, Crippa, Nardi, Subirà, & Martín-Santos, 2012; Jatobá & Bastos, 2007; Osse & Costa, 2011). Ao ingressarem na universidade, os estudantes são submetidos a uma grande carga de estresse, devido a longas horas de estudo e cobranças de professores e familiares. Além disso, as transformações maturacionais (fisiológicas, neurológicas e psicológicas), decorrentes da passagem da adolescência para a fase adulta, levam os mesmos a vivenciarem um período de relativa crise, por exigir a adaptação a um novo papel social, o de adulto jovem. A própria transição do ambiente familiar para o universitário,

normalmente, é vivenciada pelo jovem de uma maneira ambígua: de um lado as enormes expectativas sobre a conquista da autonomia com a conclusão do ensino superior e de outro, os sentimentos de ansiedade frente aos desafios dessa transição (Cervinski & Enricone, 2012; Ferreira da Silva & Emanuel Pereira, 2009; Hutz & Bardagir, 2006; Lira Ferreira, Almondes, Braga, Mata, Lemos, & Maia, 2009; Lopes & Rezende, 2013; Matos, Carvalho, Costa, Gomes, & Santos, 2010; Maura Pereira & Moura Lourenço, 2012; Melo Cruz, Romão Pinto, Almeida, & Aleluia, 2010; Oliveira & Duarte, 2004; Rodrigues & Pelisoli, 2008). Ainda em relação ao contexto universitário, percebe-se, por parte de tais autores, a tendência para considerar as pressões de uma sociedade moderna, tecnológica e competitiva como fatores de grande importância no desenvolvimento da ansiedade. Também afirmam que, ao longo do percurso acadêmico, o estudante universitário é confrontado com obstáculos e situações geradoras de pressão psicológica e ansiedade. Lira Ferreira et al. (2009) mencionam que, no momento de traçar as estratégias que possibilitem a superação destes obstáculos, alguns universitários experienciam mais ansiedade do que outros, em função da própria tendência de encarar os desafios como agentes ansiogênicos. Por outro lado, Melo Cruz et al. (2010) salientam que, para os estudos de ansiedade nos estudantes de ensino superior, é essencial que se considere todo o envolvimento cultural, étnico e social da pessoa, para avaliar os mecanismos de adaptação, de forma a concluir se o comportamento demonstrado é inadequado, aceitável ou apropriado. Todavia, os pesquisadores são unânimes ao afirmar que os fatores ansiogênicos podem interferir negativamente sobre alguns aspectos cognitivos, como o processo de aprendizagem, a redução de atenção e da concentração, diminuindo, assim, a aquisição de habilidades.

Este trabalho de pesquisa objetivou avaliar os níveis de ansiedade de estudantes de cursos de graduação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), durante o semestre letivo, utilizando-se como instrumentos o Inventário Beck de Ansiedade (BAI) e o Inventário da Ansiedade Traço-Estado (IDATE). Mais especificamente, buscou identificar os possíveis fatores causadores de ansiedade nos estudantes de cursos de graduação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

### **Materiais e métodos**

Esta pesquisa abordou o tema ansiedade considerando, principalmente, que o ambiente humano pode ser classificado sob várias vertentes. Japiassu (1979) e Farias et al. (2010), por exemplo, mencionam que o habitat humano se divide em dois ambientes: interno e externo. O

interno caracteriza-se pelo líquido intersticial, onde as células estão em estreito contato e o externo é composto pela família, comunidade e sociedade, que resultam nas relações sociais, econômicas e psicológicas. Como as interações entre os citados ambientes podem gerar variadas reações, positivas ou negativas, neste trabalho foram buscadas, especificamente, as associações entre a ansiedade de universitários com o seu cotidiano. Isto, porque o dia a dia universitário, normalmente, é caracterizado por momentos de dificuldades, incluindo as relacionais, econômicas e acadêmicas (provas, cobranças, avaliações, perdas, reprovações, apresentações, convivência, etc.), com elevado potencial para afetar a saúde mental dos estudantes.

### **Participantes**

A pesquisa foi realizada de março a maio de 2017 e, de forma voluntária, participaram 533 estudantes universitários da UFRRJ, brasileiros, na faixa etária dos 17 aos 50 anos ( $M = 22,3$ ;  $DP = 4,28$ ). Os estudantes pertenciam a 31 cursos de graduação, distribuídos por oito Grandes Áreas do Conhecimento (CAPES). A pesquisa foi analisada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFRRJ/COMEP e recebeu parecer favorável. Todos os participantes receberam um termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE), onde foram inteirados sobre a pesquisa e convidados a participar da mesma.

### **Procedimentos**

Em atenção às formalidades que a situação exige, os docentes que se encontravam ministrando as suas aulas foram solicitados a disporem de alguns minutos das suas atividades já programadas para a realização da pesquisa em pauta. Após algumas explicações sobre os objetivos do trabalho aos presentes, procedeu-se a leitura pausada e a discussão dos itens apresentados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Tais iniciativas colaboraram para o estabelecimento de um vínculo de confiança com os estudantes que se dispuseram a participar da pesquisa e que assinaram o referido Termo. Após o cumprimento dos requisitos éticos, foram dadas as instruções para o preenchimento dos instrumentos. Durante a aplicação dos instrumentos, a sequência de preenchimento dos documentos recomendada aos participantes da pesquisa foi a seguinte: 1º) Assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido; 2º) Responder ao Questionário Estruturado; 3º) Responder ao BAI; 4º) Responder ao IDATE-TRAÇO; e, 5º) Responder ao IDATE-ESTADO.

## Instrumentos

Para se organizar a coleta e evitar o possível esquecimento da aquisição de informações importantes acerca do participante, foi utilizado um Questionário Estruturado, abordando informações sócio-demográficas, acadêmicas e psicossociais dos estudantes. Além de abordar variáveis como sexo, idade, condição de alojado/não alojado, curso de graduação, semestre no curso e origem geográfica, no questionário também foram incluídas perguntas, como: 1ª) “Você já se sentiu ansioso(a) diante de uma situação cotidiana?”; 2ª) Se a resposta anterior foi afirmativa: “Em qual momento você se sentiu ansioso(a)?”; 3ª) “Nesse momento da vida você está passando por alguma situação geradora de ansiedade?” 4ª) Se a resposta anterior foi afirmativa: “Poderia descrever a referida situação?”. Para a manutenção do anonimato, o referido questionário foi repassado aos participantes, juntamente com os demais documentos, dentro de um envelope lacrado.

Outro instrumento utilizado foi o Inventário Beck de Ansiedade (BAI), indicado para sujeitos na faixa etária entre 17 e 80 anos. Para Karino & Laros (2014), a resposta ansiosa depende da percepção da situação como sendo desafiadora e muitos autores conceituam a ansiedade focando, predominantemente, no aspecto cognitivo, que é representado pela “preocupação”. Dentro deste contexto, citam que nas abordagens clínicas o Inventário Beck de Ansiedade, juntamente com a Escala de Ansiedade de Hamilton, são os instrumentos mais utilizados. Gandini et al. (2007), por sua vez, relatam que estudos têm demonstrado a eficácia do Inventário Beck de Ansiedade na avaliação dos níveis de depressão de adolescentes, pânico em universitários e transtornos depressivos maior em pacientes psiquiátricos. O BAI é uma escala de autorrelato que mede a intensidade dos sintomas da ansiedade. Durante o seu processo de criação (Beck et al., 1988) e mesmo durante a sua adaptação e validação para o Brasil (Cunha, 2001), os testes de fidedignidade (confiabilidade) demonstraram excelente replicabilidade e consistência dos escores. A sua validade também se mostrou satisfatória ao serem consideradas as relações observadas entre os escores e os atributos reais que o teste estava mensurando. O BAI é constituído por 21 itens, que são afirmações descritivas de sintomas de ansiedade. Tais afirmações deverão ser consideradas pelo participante do estudo em relação a si mesmo, utilizando uma escala Likert de quatro pontos. As opções de respostas se correlacionam aos seguintes níveis crescentes de gravidade: 0 = Absolutamente não; 1 = Levemente: não me incomodou muito; 2 = Moderadamente: foi muito desagradável, mas pude suportar; e, 3 = Gravemente: dificilmente pude suportar. O escore total (0 a 63 pontos) representa a soma dos escores dos itens e permite a classificação em níveis de intensidade da

ansiedade. Os escores para o estabelecimento dos níveis de intensidade da ansiedade do BAI, de acordo com as normas brasileiras, são os seguintes: Mínimo = 0 a 7; Leve = 8 a 15; Moderado = 16 a 25; e, Grave = 26 a 63.

Além do BAI, utilizou-se o Inventário de Ansiedade Traço-Estado (IDATE), composto de duas escalas distintas de autorrelatório, para medir dois conceitos distintos de ansiedade: traço de ansiedade (A-traço) e estado de ansiedade (A-estado). Apesar de originalmente desenvolvido como um instrumento de pesquisa para investigar fenômenos da ansiedade em “adultos típicos” (sem perturbações de ordem psiquiátricas), o IDATE também mostrou ser de grande utilidade para medir ansiedade em estudantes, e em pacientes neuropsiquiátricos, cirúrgicos e de clínica médica (Biaggio & Natalício, 2003). No que se refere ao “Traço”, o IDATE apresenta vinte afirmações e quatro níveis possíveis de resposta. Os vinte itens referem-se a diferenças na tendência de reagir diante das situações apresentadas, numa escala crescente de intensidade (1 a 4 pontos). Para facilitar o seu entendimento, Lira Ferreira et al. (2009), referem-se à ansiedade-traço como um conjunto de características que cada indivíduo traz consigo, que resulta numa maior ou menor disposição de considerar as situações como ansiogênicas. Em relação ao “Estado”, o IDATE também apresenta vinte afirmações e quatro níveis possíveis de resposta. Os participantes, nesse caso, devem indicar como geralmente se sentem em um determinado momento, numa escala crescente de intensidade (1 a 4 pontos). De acordo com Lira Ferreira et al. (2009), a ansiedade-estado está relacionada a um momento ou situação particular, causando um estado emocional transitório. Segundo Agostini, Sakae e Feldens (2011), no caso do IDATE, devem ser considerados os seguintes pontos de corte: até 32 = sem sintomatologia ou ansiedade leve; de 33 a 49 = média sintomatologia; e, acima de 49 = alta sintomatologia.

Portanto, no decorrer da presente pesquisa, tendo por base as ponderações de Karino & Laros (2014), o BAI permitirá uma reflexão mais abrangente sobre os aspectos cognitivos da ansiedade, sobretudo em relação à dimensão “preocupação” dos participantes. O Inventário de Ansiedade Traço-Estado (IDATE), por sua vez, é o instrumento que permitirá as interpretações no contexto da “autoavaliação” dos mesmos.

### **Análise dos dados**

Uma vez definidos os instrumentos, bem como os parâmetros e dimensões à serem mensurados, os dados foram analisados no programa IBM SPSS (Versão 20.0, 2011), fazendo-se uso dos artifícios estatísticos disponíveis. Para os dados sociodemográficos (idade, sexo,

estado civil, procedência regional, grande área referente ao curso do estudante) e resultados dos instrumentos, utilizaram-se análises estatísticas descritivas através de médias, desvios-padrão e análises de frequências. Já as comparações entre os dados obtidos deste estudo foram feitas utilizando-se o Teste de Qui-Quadrado.

## **Resultados e discussão**

Dos 533 participantes do estudo, 333 (62,5%) eram do sexo feminino e, 200 (37,5%), do sexo masculino. Estudantes com idades variando de 17 a 25 anos, em número de 450, correspondiam a, aproximadamente, 84,3 % dos participantes. Os outros 83 participantes (15,7%) encontravam-se distribuídos, em frequências variáveis, com tendência decrescente, por idades que variavam de 26 a 50 anos. No geral, a média das idades dos participantes foi de 22,3 anos (DP = 4,28). Quinhentos e quinze estudantes eram solteiros (96,6%) e, dentre os 18 estudantes restantes, 2,6% (14) se declararam casados, 0,6% divorciados/separados (3) e 0,2% (1) mencionou que convivia em união estável. Em relação à procedência, os participantes eram originários das cinco regiões do Brasil, sendo 511 da Região Sudeste (95,9%), dois da Região Sul (0,4%), oito da Região Nordeste (1,5%), sete da Região Norte (1,3%) e cinco da Região Centro-Oeste (0,9%). Dos 533 participantes da pesquisa, somente 75 (14,1%) optaram por residir nos Alojamentos Universitários.

Neste estudo, a maior representação feminina em relação à masculina não foi por acaso. Dados governamentais (IBGE, 2014; MEC, 2016; MEC, 2017), referentes ao Plano Nacional de Qualificação, do Ministério do Trabalho e Previdência Social, apontam para o fato de que as mulheres são maioria em universidades e cursos de qualificação. Segundo tais pesquisas, a representatividade feminina nas salas de aula cresce em todos os níveis estudantis. Em 2013, por exemplo, as mulheres já representavam 60% dos estudantes matriculados no ensino superior.

Outra constatação, também, de suma importância para a presente pesquisa, é o baixo percentual de estudantes casados (2,6%) ou, em união estável (0,2%). Pesquisas do IBGE (2013) indicam que os brasileiros estão casando cada vez mais tarde, sendo que a idade média dos solteiros, na data do casamento, é de 30 anos para os homens e de 27 anos para as mulheres. Em uma das suas publicações, o Jornal Zero Hora (ZH, 2017) menciona que, no Brasil, as percentagens de homens e mulheres que se casam após os 50 anos têm aumentado: para as mulheres, em 2003 = 7,1% e, em 2013 = 13,3%; para os homens, em 2003 = 10,4% e, em 2013 = 19,4%.

Os números também indicam que a UFRRJ, após as mudanças possibilitadas pelo REUNI, que visou a expansão do acesso ao ensino superior e, a consolidação do recrutamento de novos estudantes com base no ENEM, passou a receber mais estudantes das suas circunvizinhanças. Estudantes do Nordeste e do Norte que, outrora, representavam uma grande massa pensante da Instituição, devem ter se deslocado para outras regiões, uma vez que, na amostra pesquisada, se apresentaram em baixos números (1,5% e 1,3%, respectivamente). Essa configuração distributiva parece resultante dos novos meios de seleção dos universitários que, indiretamente, privilegiam os candidatos regionais, ou seja, aqueles que residem mais próximos à instituição de ensino. Isto se deve, provavelmente, à possibilidade de “ir e vir” dos estudantes oriundos de municípios próximos à UFRRJ que, com uma maior frequência (diariamente, ou aos finais de semana), retornam à casa dos seus pais. Na UFRRJ, os estudantes que fazem uso da moradia estudantil representam, em média, 15% dos seus alunos regularmente matriculados. Na presente pesquisa, os participantes alojados, em número de 75, representavam 14,1% da amostra total. Percebe-se, portanto, que a representatividade desse segmento estudantil foi atendida, mostrando-se satisfatória. Com respeito à questão de residir na moradia estudantil, Melo Cruz et al. (2010) comentam que isto resulta em certa tranquilidade para o estudante. Morar numa casa alugada, com a obrigação do pagamento mensal de um aluguel, acaba se tornando um fator de ordem emocional, com capacidade para elevar os níveis de ansiedade.

Das respostas dos participantes à arguição “Você já se sentiu ansioso(a) diante de uma situação cotidiana?”, correlacionadas ao sexo e à condição de alojado/não alojado, pode-se observar que as três situações que resultaram numa maior carga de ansiedade, em ordem decrescente, foram: os momentos que antecederam as provas e seminários, a percepção de um grande volume de tarefas para ser resolvido e a expectativa provocada por aguardar algo ou alguém. O Teste de Qui-Quadrado detectou diferenças significativas entre os níveis que as situações do dia-a-dia afetam os indivíduos de ambos os sexos ( $\chi^2 = 54,5$ ;  $gl = 37$ ;  $p < 0,03$ ). Os estudantes do sexo masculino demonstraram uma maior ansiedade antes das provas e seminários e diante das experiências de se aguardar, por exemplo, a chegada de uma pessoa ou, até mesmo, de uma encomenda e, de ter que tomar uma decisão. As estudantes, por sua vez, demonstraram relações bem mais complexas no que tange à ansiedade. Sentem-se mais ansiosas do que os representantes do sexo masculino, por exemplo, “diante de muitas tarefas”, “em todos, ou, quase todos os momentos da vida”, “nos relacionamentos sociais em que devem manter a calma”, e, em outras situações.

No caso dos estudantes alojados ou não-alojados ( $\chi^2 = 56,7$ ;  $gl = 37$ ;  $p < 0,02$ ), os primeiros demonstram preocupação, significativamente maior, “diante de muitas tarefas”, em

“todos, ou, quase todos os momentos”, por “diversos motivos”, além de uma maior preocupação com as “questões familiares”. Os não-alojados, por sua vez, ficam mais ansiosos diante das provas e seminários, das avaliações e testes diversos e, da necessidade de manter a calma nos relacionamentos sociais.

Das respostas mais observadas à arguição “Nesse momento da vida, você está passando por alguma situação geradora de ansiedade?”, correlacionadas ao sexo e à condição de alojado/não alojado, destacaram-se: a “expectativa para terminar e/ou ao terminar o curso de graduação” (sem diferença significativa entre os sexos), com 87 respondentes (16,3% da amostra total); ansiedade na “véspera de provas”, com 40 respondentes (7,5% da amostra total); e, vivenciando problemas com o “sistema universitário”, com 37 respondentes (6,9% da amostra total).

No que se refere às comparações entre os sexos, após a utilização do Teste de Qui-Quadrado ( $\chi^2 = 53,4$ ; gl = 34;  $p < 0,01$ ), foi possível perceber que os participantes do sexo masculino preocupam-se, significativamente mais, com as questões financeiras (4,5%), com o término de um relacionamento (4,0%) e, aguardando algo e/ou alguém (2,5%). As representantes do sexo feminino, por sua vez, são, significativamente, mais afetadas pelo “sistema universitário” (9,0%), aproximação das provas (8,1%), acúmulo das tarefas (7,5%), preocupação com a família (4,8%) e, pela vivência de um relacionamento (3,0%).

Em relação aos estudantes alojados e não-alojados, tendo por base os resultados do Teste de Qui-Quadrado ( $\chi^2 = 63,9$ ; gl = 34;  $p < 0,001$ ), de forma significativa, os primeiros demonstram maior preocupação com as “expectativas para terminar e/ou ao terminar o curso de graduação” (29,3%) e, com o “término de um relacionamento” (8,0%), o que é de se esperar, em se tratando de indivíduos em condições de semi-clausura. Os não-alojados, por sua vez, mostram-se mais ansiosos nas vésperas das provas (8,3%), diante do “sistema universitário” (7,6%), devido às questões financeiras (2,8%) e, aguardando algo e/ou alguém (2,4%), dentre outras situações.

Ao serem argüidos se sentiam necessidade de receber atenção psicológica, os participantes da pesquisa, majoritariamente, responderam que sim (67,0%). Diante dos resultados, foi possível perceber que, dentro das Grandes Áreas do Conhecimento, os estudantes das Ciências Agrárias demonstraram maior interesse em receber atenção psicológica. Isto se deve, possivelmente, às grandes demandas apresentadas pelos cursos de Zootecnia (86,7%), Engenharia Agrícola (83,3%) e da Medicina Veterinária (75,0%). Após a utilização do Teste de Qui-Quadrado ( $\chi^2 = 29,3$ ; gl = 3;  $p < 0,000$ ), foi possível constatar que as mulheres se

mostraram, significativamente, mais interessadas em receber atenção psicológica do que os homens (72,1% e 58,5%, respectivamente).

A Tabela 1 apresenta a distribuição numérica e percentual dos participantes da pesquisa, em função dos níveis de ansiedade e do sexo, a partir da aplicação do BAI.

**Tabela 01:** Distribuição numérica e percentual dos participantes da pesquisa, em função dos níveis de ansiedade e do sexo, a partir da aplicação do BAI.

Nível	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
<b>Mínimo (0 a 7)</b>	58* (29,0%)	48 (14,4%)	106 (19,9%)
<b>Leve (8 a 15)</b>	69* (34,5%)	99 (29,8%)	168 (31,5%)
<b>Moderado (16 a 25)</b>	40 (20,0%)	85* (25,5%)	125 (23,5%)
<b>Grave (26 a 63)</b>	33 (16,5%)	101* (30,3%)	134 (25,1%)
<b>Total</b>	200 (100%)	333 (100,0%)	533 (100,0%)

**Fonte:** Elaborada pelos autores (2019).

\*Significativo, ao nível de 95% de probabilidade, pelo Teste de Qui-Quadrado.

Conforme se constata na Tabela acima, os quatro níveis de ansiedade se apresentaram em valores percentuais que variaram de 14,4% a 34,5%. Quando os níveis de ansiedade foram correlacionados ao sexo, por meio do Teste de Qui-Quadrado, foram verificadas diferenças significativas ( $\chi^2 = 2,54$ ;  $gl = 3$ ;  $p < 0,000$ ), indicando que as mulheres são, significativamente, mais acometidas pela ansiedade do que os homens. Considerando-se que, para o sexo masculino, 63,5% dos participantes apresentaram níveis mínimo e leve de ansiedade, somente 36,5% corresponderam aos níveis moderado e grave. Os dois níveis superiores (moderado e grave), por sua vez, foram alavancados pelos significativos índices correspondentes, observados para o sexo feminino. Isto denota a possibilidade de que as mulheres, quando comparadas com os homens, podem apresentar sintomas mais graves de ansiedade, corroborando com os resultados encontrados por Melo Cruz et al. (2010) e Rodrigues e Pelisoli (2008). Os escores médios do BAI, relativos aos níveis de ansiedade dos representantes dos cursos de graduação da UFRRJ, variaram de mínimo a grave. De um total de 31 cursos de graduação avaliados, 2 (dois) se enquadraram no nível mínimo de ansiedade, 11 (onze) no nível leve, 17 (dezessete) no nível moderado e 1 (um) no nível grave. O escore médio do BAI, para os 31 cursos, ou seja, para os 533 participantes da pesquisa, foi de 17,75 (DP = 11,51),

denotando que, no geral, a ansiedade média dos estudantes da UFRRJ manteve-se no nível moderado (escore de 16 a 25).

Entre os sintomas que compõem o Inventário Beck de Ansiedade (BAI), os cinco mais referenciados e valorizados pelos participantes da pesquisa, em ordem decrescente de frequência, foram: Nervoso (Média = 2,73 e Desvio Padrão = 0,92); Medo que aconteça o pior (M = 2,65 e DP = 1,03); Incapaz de relaxar (M = 2,63 e DP = 0,97); Palpitação ou aceleração do coração (M = 2,18 e DP = 0,98); Medo de perder o controle (M = 2,09 e DP = 1,08). Como pode ser observado, o fato de estar “Nervoso” prevaleceu como o sintoma mais importante, com a pontuação média de 2,73 (0,92). É válido ressaltar que, no BAI, a pontuação equivalente a 3 (três) representa o nível mais grave de ansiedade, cujos sintomas são difíceis de suportar.

A Tabela 2 apresenta a distribuição numérica dos participantes da pesquisa, em função dos níveis de ansiedade-traço e do sexo, a partir da aplicação do IDATE-TRAÇO.

**Tabela 02** Distribuição numérica dos participantes da pesquisa, em função dos níveis de ansiedade-traço e do sexo, a partir da aplicação do IDATE-TRAÇO.

<b>Sexo</b>	<b>Média Sintomatologia (33 a 49)</b>	<b>Alta Sintomatologia (50 a 80)</b>	<b>Total</b>
<b>Masculino</b>	130* (65,0%)	70 (35,0)	200 (100,0%)
<b>Feminino</b>	175 (52,6%)	158* (47,4%)	333 (100,0%)
<b>Total</b>	305 (57,2%)	228 (42,8%)	533 (100,0%)

**Fonte:** Elaborada pelos autores (2019).

\*Significativo, ao nível de 95% de probabilidade, pelo Teste de Qui-Quadrado.

Não foi detectado nenhum indivíduo com escore dentro do intervalo de 20 a 32, classificado como “Sem Sintomatologia” de ansiedade-traço. A partir da utilização do Teste de Qui-Quadrado ( $\chi^2 = 7,9$ ; gl = 1;  $p < 0,005$ ), foi possível perceber, em valores estatisticamente significativos, que os representantes do sexo masculino apresentaram o menor nível sintomatológico de ansiedade (Média Sintomatologia), quando comparados com as representantes do sexo feminino (Alta Sintomatologia). Este resultado corrobora com os observados por Melo Cruz et al. (2010) e Rodrigues e Pelisoli (2008). Face ao exposto e, dentro do presente contexto, os participantes do sexo feminino (estudantes universitárias da UFRRJ), possivelmente, sejam os que manifestam a maior probabilidade de exibir traços de ansiedade.

Entre os sintomas de cunho negativo que são apresentados pelo IDATE-TRAÇO, os cinco mais referenciados e valorizados pelos participantes da pesquisa, em ordem decrescente de frequência, foram: Fico tenso e perturbado quando penso nos meus problemas do momento

( $M = 2,78$  e  $DP = 0,97$ ); Deixo-me afetar muito pelas coisas ( $M = 2,75$  e  $DP = 1,02$ ); Às vezes, ideias sem importância entram na minha cabeça e me preocupam ( $M = 2,66$  e  $EP = 1,04$ ); Preocupo-me demais com coisas sem importância ( $M = 2,60$  e  $DP = 1,02$ ); Canso-me facilmente ( $M = 2,58$  e  $DP = 0,93$ ). Como pode ser observado, o fato de “Ficar tenso e perturbado quando penso nos meus problemas do momento” prevaleceu como o sintoma mais importante, com a pontuação média de 2,78 (0,97). É válido ressaltar que, na escala utilizada pelo IDATE-TRAÇO, a maior pontuação equivale a 4 (quatro), que expressa a situação em que os sintomas se manifestam “quase sempre”.

A Tabela 3 apresenta a distribuição numérica dos participantes da pesquisa, em função dos níveis de ansiedade-estado e do sexo, a partir da aplicação do IDATE-ESTADO.

**Tabela 03:** Distribuição numérica dos participantes da pesquisa, em função dos níveis de ansiedade-estado e do sexo, a partir da aplicação do IDATE-ESTADO.

Nível de Ansiedade	Masculino	Feminino	Total
<b>Sem Sintomatologia</b> (20 a 32)	4 (2,0%)	10 <sup>ns</sup> (3,0%)	14 (2,6%)
<b>Média Sintomatologia</b> (33 a 49)	165 <sup>ns</sup> (82,5%)	271 (81,4%)	436 (81,8%)
<b>Alta Sintomatologia</b> (50 a 80)	31 (15,5%)	52 <sup>ns</sup> (15,6%)	83 (15,6%)
<b>Total</b>	200 (37,5%)	333 (62,5%)	533 (100,0%)

**Fonte:** Elaborada pelos autores (2019).

ns: Não significativo, ao nível de 95% de probabilidade, pelo teste de Qui-Quadrado.

Utilizando-se o Teste de Qui-Quadrado, foi possível perceber que, nesse caso, não houve diferença significativa entre os níveis de ansiedade-estado dos participantes, em função do sexo. Pode-se inferir, portanto, que o enfrentamento das situações ansiogênicas, consideradas passageiras, ocorreu de forma igualitária para homens e mulheres. Isto, independentemente, do fato deste ou daquele apresentar “traços” de ansiedade atrelados à sua personalidade.

Entre os sintomas de cunho negativo que são apresentados pelo IDATE-ESTADO, os cinco mais referenciados e valorizados pelos participantes da pesquisa, em ordem decrescente de frequência, foram: Sinto-me ansioso ( $M = 2,65$  e  $DP = 0,96$ ); Estou preocupado ( $M = 2,60$  e  $DP = 0,94$ ); Estou preocupado com possíveis infortúnios ( $M = 2,45$  e  $DP = 0,95$ ); Estou tenso ( $M = 2,32$  e  $DP = 0,89$ ); Sinto-me nervoso ( $M = 2,32$  e  $DP = 0,91$ ). É válido ressaltar que, na

escala utilizada pelo IDATE-ESTADO, a maior pontuação equivale a 4 (quatro), que expressa a situação em que os sintomas se manifestam “Muitíssimo”.

Em um estudo conduzido por Rodrigues e Pelisoli (2008), foi mencionada a importância da maior compreensão do meio acadêmico e do cotidiano de um universitário. Tais conhecimentos poderão auxiliar psicólogos, psiquiatras e outros profissionais, para atuarem com maior segurança e eficácia, contribuindo de forma mais evidente em relação aos jovens e aos seus familiares. A adoção do Questionário Estruturado foi primordial para o norteamento da pesquisa. Ao se ter acesso às questões que, possivelmente, conduzirão os estudantes em direção à ansiedade, mecanismos de prevenção mais eficientes poderão ser desencadeados. Desta forma, uma rede de informações poderá ser gerada antes, durante e, principalmente, após a aplicação dos instrumentos validados. Sem a inclusão do Questionário Estruturado, dificilmente se chegaria à constatação, por exemplo, de que o estudante sente-se ansioso por “achar que o tempo não será suficiente para executar as suas tarefas” ou, devido à “Expectativa para / ao terminar o curso”. A propósito, Melo Cruz et al. (2010) constataram que existe uma correlação altamente significativa entre as expectativas do estudante universitário para terminar o curso e/ou ao terminar o curso de graduação e a ansiedade. Mais improvável, ainda, concluir que “aguardar algo e/ou alguém” seja motivo suficiente para levar um indivíduo a um grave nível de ansiedade. Também, há necessidade de alguma reflexão, ao se constatar que, alguns estudantes, devido ao que quer que seja, percebem na “escolha da roupa que irá vestir”, no “penteadado que irá adotar”, na “constatação de que irá ganhar um vídeo-game”, ou “numa situação relacionada ao seu ídolo”, fortes motivos para ingressar num sério processo em direção à ansiedade. Em relação a estes casos, especificamente, uma hipótese a ser refletida é sobre a compreensão (ou falta dela), destes estudantes sobre o que é ansiedade.

Ao serem questionados sobre a percepção de que alguma interpelação deixou de ser feita, um número considerável de participantes (12,0%) deixou a sua contribuição à pesquisa. Nessa oportunidade, também, foi possível perceber certa angústia que aflige aos estudantes, refletida nas carências apontadas, tais como: faltou “falar sobre depressão”, “falar sobre suicídio”, “abordar o uso de medicamentos, além de drogas lícitas e ilícitas, para amenizar os efeitos da ansiedade”, “falar sobre a forte pressão que os estudantes sofrem para concluir, rapidamente, o curso de graduação”, dentre outras.

A sobreposição das informações, principalmente, depois da aplicação dos instrumentos, favoreceu o entendimento do quão difícil é, para o estudante universitário contemporâneo, suportar as crises de ansiedade. Pelas falas e pelos fatos, quase sempre, pode-se chegar à seguinte situação: um jovem adulto desorientado; recém desmembrado da casa dos pais; num

estalar de dedos, desaparecem os familiares e os amigos; com poucos recursos financeiros; e, sem a mínima experiência para o que a vida requer. Um sujeito que despenca dentro de um sistema burocrático, que lhe exige muito além do que as condições oferecidas permitem; e, cercado por outros indivíduos igualmente perdidos. Pinho (2016) comenta que, em função das políticas públicas, os alunos ingressam cada vez mais jovens no ensino superior. São cobrados pela definição da sua futura profissão, mudam seus papéis, sonhos, idealizações e, perdem o contato com a família, amigos e relacionamentos afetivos. Algumas instituições de ensino superior já perceberam isto e demonstram certa preocupação com os aspectos psicológicos dos seus discentes, procurando direcionar a atenção para esta causa. Lira Ferreira et al. (2009) ressaltam que, ao ingressarem na faculdade, os estudantes são submetidos a uma grande carga de estresse, devido a longos períodos de estudo, além das cobranças dos professores e familiares. Nestas circunstâncias que, na verdade, representa a passagem de uma fase de desenvolvimento para outra, pode ocorrer o agravamento do seu estado de ansiedade.

Na UFRRJ, participantes de quase todos os cursos demonstraram interesse em receber atenção psicológica. Entretanto, os cursos que demonstraram maior interesse neste sentido foram os vinculados às Ciências Agrárias. As altas demandas apresentadas pela Zootecnia (86,7%), Engenharia Agrícola e Ambiental (83,3%) e Medicina Veterinária (75,0%), podem ter alavancado esse interesse. Normalmente, os estudantes associam as grandes exigências do “sistema universitário” e, as dificuldades no meio familiar e no âmbito financeiro, à sua necessidade de ser amparado psicologicamente. Pereira, Schmitt, Buchalla, Reis e Aldrighi (2009), ressaltam que as dificuldades financeiras e o nível sócio-econômico, realmente, representam fatores determinantes e potenciais geradores de ansiedade. Altas demandas por atenção psicológica podem surgir, por exemplo, das dificuldades para acompanhar o ritmo de uma disciplina; para suportar as elevadas exigências de um determinado professor; e, para cicatrizar as feridas provocadas pelo término de um relacionamento amoroso. Surgem, também, para amenizar a dor da perda de um ente querido; e, para ajudar na aceitação de um tumor maligno, detectado no próprio corpo ou, no de um familiar amado. Em quaisquer circunstâncias, Pinho (2016) cita que, proporcionalmente, as estudantes procuram duas vezes mais ajuda psicológica do que os estudantes. Isto se deve, possivelmente, à maior facilidade de comunicação e menor resistência em pedir apoio das mulheres.

No presente estudo, os resultados demonstraram que os universitários mostram-se menos ansiosos do que as universitárias. Enquanto os homens se notabilizaram pelos níveis mínimo (BAI), leve (BAI) e, quando muito, médio (IDATE-TRAÇO) de ansiedade, as mulheres se destacaram nos níveis moderado (BAI), grave (BAI) e alto (IDATE-TRAÇO).

Parece que as mulheres, conforme enunciado por Melo Cruz et al. (2010), manifestam índices mais elevados de ansiedade social, apresentando, principalmente, ansiedade-traço significativamente superior. Segundo os mesmos autores, ao se tratar da ansiedade-estado, as mulheres, também, apresentam escores significativamente maiores do que os homens, fato não confirmado na presente pesquisa. Carvalho, Farah e Galdeano (2004) salientam que a ansiedade-estado, quando evidenciada, não deve ser ignorada, pois pode prejudicar o desempenho do estudante universitário e, interferir negativamente em termos emocionais. Nesse caso, o papel do professor, observando e orientando o aluno, é primordial.

Tendo por base os níveis de ansiedade estimados pelo BAI, os estudantes da UFRRJ vêm manifestando um nível moderado de ansiedade. Isto, obviamente, expressa a necessidade de uma atenção psicológica. Stallard (2010) afirma que os estudantes ansiosos tendem a subestimar a sua própria competência e habilidades, o que resulta em decréscimos significativos na produção acadêmica. De acordo com Carvalho et al. (2004), a ansiedade, até certo ponto, é benéfica para os estudantes universitários, pois funciona como mola propulsora, estimulando e motivando. Porém, deve ser mantida em níveis adequados, não podendo ser ignorada.

Para Rezende et al. (2008), os jovens universitários, em geral, são mais susceptíveis a alterações emocionais, devido à própria condição social a que estão expostos. Interessante é que já se sentem maduros biologicamente para serem socialmente adultos, mas, comportam-se como adolescentes, uma vez que devem cumprir um longo ritual de iniciação, até serem liberados para os papéis a que estão destinados (Rezende, Abrão, Coelho & Passos, 2008).

### **Considerações finais**

Deve-se frisar que a ansiedade é um sentimento frequente, que faz parte das emoções sentidas pelos jovens universitários. O jovem adulto universitário, notadamente, está envolvido em um intenso processo de desenvolvimento psicossocial. Assim sendo, encontra-se mais susceptível a situações de mal-estar e a desencadear emoções como a ansiedade. Além disso, no ambiente universitário, situações como as provas, apresentação de seminários, relacionamentos compulsórios, dentre outras, podem funcionar como agentes provocadores de ansiedade.

Numa próxima empreitada, em continuidade à presente pesquisa, talvez fosse interessante incluir no Questionário Estruturado uma pergunta, como: “Na condição de estudante universitário, para além das provas e seminários, o que mais lhe incomoda e deixa

ansioso?” Isto poderia evitar, em parte, a tendência natural dos estudantes de se reportarem à questão das cobranças pontuais e das apresentações públicas.

Em função dos testemunhos dos estudantes, percebe-se que os elevados níveis de ansiedade que, em alguns casos, se manifestam “o tempo todo”, prejudicam sobremaneira o rendimento do universitário. Muitas vezes, em função de uma ansiedade sem controle, provas deixam de ser realizadas e tarefas acadêmicas deixam de ser cumpridas. Isto, certamente, dependendo da frequência em que ocorre, pode resultar em prejuízos que transcendem a individualidade, atingindo a Instituição como um todo.

Situações altamente relevantes são citadas pelos estudantes como possíveis desencadeadoras de ansiedade. Dentre estas encontram-se, além das provas e seminários, as seguintes: “Expectativa para / ao terminar o curso”, “Por achar que o tempo não será suficiente para executar as tarefas”, “Nos relacionamentos sociais, em que devo manter a calma”, “Antes de entrevistas”, “Por questões relacionadas à família”, “Muitas tarefas acumuladas”, “Professores muito rigorosos”, e outras. Por outro lado, situações sem muita relevância ou incomuns, pelo menos, para a maioria da população universitária, também são relacionadas como provocadoras de ansiedade. Dentre estas, podem ser mencionadas: “Esperando por algo e/ou alguém”, “Ter que viver”, “Por ter tomado uma decisão errada”, “Por uma situação relacionada ao meu ídolo”, “Por medo de cobras”, “Por medo de abelhas”, “Pensando numa situação traumática e/ou na morte”, “Antes das aulas”, “Vontade de comprar alguma coisa”, “Quando estou fazendo algo e percebo que as pessoas estão torcendo por mim”, “Quando perco algum objeto”, “Quando descobri que iria ganhar um Play 2”, “Quando percebo que as pessoas estão olhando para mim”, e outras. Valer mencionar que, mesmo diante da evidente deficiência no contexto da segurança pública, com muitos casos de violência chegando ao conhecimento da sociedade, poucas foram as citações nesta direção.

Seis participantes da pesquisa (1,1%) se manifestaram propensos a “trocar de curso”. Atestaram que, têm dúvidas de estar no curso certo e, que isto é motivo mais do que suficiente para gerar ansiedade. Porém, alguns esbarram na vontade dos pais, e essa ansiedade tende a aumentar. Assim sendo, há de considerar a possibilidade da atenção psicológica antes mesmo do ingresso na universidade. É importante que as Escolas de 2º grau sejam orientadas e incentivadas a aplicar testes vocacionais, para que os seus alunos possam optar por cursos com os quais, realmente, apresentam afinidade. Caso contrário, corre-se o risco de envolvimento com uma formação acadêmica, cujo potencial para levar à ansiedade é maior do que para gerar satisfação.

No presente trabalho de pesquisa, um número significativo de estudantes (67,0%) demonstrou interesse em submeter-se a um acompanhamento psicológico. Se forem incluídos os estudantes que “às vezes” têm interesse (0,6%) e os que já estão sob atenção psicológica (7,3%), ter-se-á um contingente de 74,9% de voluntários. Isto, por si só, justifica um movimento interno, bem organizado, no sentido da unificação dos setores já existentes e, busca pela complementação dos recursos humanos, físicos e financeiros, para possibilitar o atendimento de todos os interessados. Na UFRRJ, é urgente e, plenamente justificável, a criação de um setor para o atendimento psicológico, exclusivamente, das mulheres que apresentaram, em média, níveis mais elevados de ansiedade do que os homens (BAI - Grave = 30,7% e 16,5%, respectivamente; e, IDATE-TRAÇO - Alta Sintomatologia = 47,4% e 35,0%, respectivamente).



## REFERÊNCIAS

- Agostini, P., Sakae, T. M., & Feldens, V. P. (2011). Prevalência de sintomas ansiosos em pacientes em consultório de anestesia de Tubarão. *Arquivos Catarinenses de Medicina*, 40(1), 52-56.
- Almondes, K. M., & Araújo, J. F. (2003). Padrão do ciclo sono-vigília e sua relação com a ansiedade em estudantes universitários. *Estudos de Psicologia*, 8(1), 37-43.
- Alves Gama, M. M., Moura, G. S., Araújo, R. F., & Teixeira Silva, F. (2008). Ansiedade-traço em estudantes universitários de Aracaju (SE). *Rev. de Psiquiatria do RS*, 30(1), 19-24.
- Beck, A. T., Epstein, N., Brown, G., & Steer, R. A. (1988). An inventory for measuring clinical anxiety. Psychometric properties. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 56, 893-897.
- Biaggio, A. M. B., & Natalício, L. (2003). *IDATE: Inventário de Ansiedade Traço-Estado*. Manual. CEPA.
- Binelli, C., Ortiz, A., Muñoz, A., Gelabert, E., Ferraz, L., Filho, A. S., Crippa, J. A. S., Nardi, A. E., Subirà, S., & Martín-Santos, R. (2012). Eventos negativos na infância e ansiedade social em estudantes universitários. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, 34(1), 569-580.
- Carvalho, R. de, Farah, O. G. D., & Galdeano, L. E. Níveis de ansiedade de alunos de graduação em enfermagem frente à primeira instrumentação cirúrgica. (2004). *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 12(6), 918-923.
- Cerchiari, E. A. N., Caetano, D., & Faccenda, O. (2005). Prevalência de transtornos mentais menores em estudantes universitários. *Estudos de Psicologia*, 10(3), 413-420.
- Cervinski, L. F., & Enricone, J. R. B. (2012). Percepção de calouros universitários sobre o processo de adaptação ao sair da casa dos pais para estudar. *Perspectiva*, 36(136), 101-110.
- Cunha, J. A. (2001). *Manual da versão em português das Escalas Beck*. Manual. Casa do Psicólogo.
- Farias, S. M. C., Vieira, T. A., Pereira, M. O., & Oliveira, M. A. F. (2010). Análise epistemológica da depressão e a ocorrência do processo na vida do enfermeiro. *Revista Enfermagem*, 4(2), 882-888.
- Ferreira da Silva, J., & Emanuel Pereira, M. (2009). Ameaça dos estereótipos no desempenho intelectual de estudantes universitários cotistas. In: Lordêlo, J. A. C., & Dazzani, M. V. (Orgs.) *Avaliação Educacional: desatando e reatando os nós (online)*. EDUFBA.
- Guimarães, A. M. V., Silva Neto, A. C., Vilar, A. T. S., Almeida, B. G. C., Albuquerque, C. M. F., & Feroseli, A. F. O. (2015). Transtornos de ansiedade: um estudo de prevalência sobre as fobias específicas e a importância da ajuda psicológica. *Ciências Biológicas e da Saúde*, 3(1), 115-128.
- Hutz, C. S., & Bardagir, M. P. (2006). Indecisão profissional, ansiedade e depressão na adolescência: a influência dos estilos parentais. *Psico-USF*, 11(1), 65-73.

- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2013). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio: Idade média dos solteiros, na data do casamento* (Portal Brasil). <http://www.brasil.gov.br>
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2014). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio: Mulheres na universidade* (Portal Brasil). <http://www.brasil.gov.br>
- Japiassu, H. F. *Introdução ao pensamento epistemológico - Epistemologia Crítica* (1979). 3 ed. Francisco Alves Editora, p. 135-158.
- Jatobá, J. D. V. N., & Bastos, O. (2007). Depressão e ansiedade em adolescentes de escolas públicas e privadas. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, 56(3), 171-179.
- Karino, C. A., & Laros, J. A. (2014). Ansiedade em situações de prova: evidências de validade de duas escalas. *Psico-USF*, 19(1), 23-36.
- Lira Ferreira, C., Almondes, K. M., Braga, L. P., Mata, A. N. S., Lemos, C. A., & Maia, E. M. C. (2009). Universidade, contexto ansiogênico? Avaliação de traço e estado de ansiedade em estudantes do ciclo básico. *Ciência e Saúde Coletiva*, 14(3).
- Lopes, A. P., & Rezende, M. M. (2013). Ansiedade e consumo de substâncias psicoativas em adolescentes. *Estudos de Psicologia*, 30(1), 49-56.
- Matos, A. M., Carvalho, R. C., Costa, M. C. O., Gomes, K. E. P. S., & Santos, L. M. (2010). Consumo freqüente de bebidas alcoólicas por adolescentes escolares: estudo de fatores associados. *Revista Brasileira Epidemiol.*, 13(2), 302-313.
- Maura Pereira, S., & Moura Lourenço, L. (2012). O estudo bibliométrico do transtorno de ansiedade social em universitários. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 64(1), 47-63.
- MEC - Ministério da Educação e Cultura. (2017). *Cresce a presença feminina em todos os níveis de ensino* (Portal Brasil). <http://www.mec.gov.br>
- MEC - Ministério da Educação e Cultura. (2016). *Mulheres são maioria em universidades e cursos de qualificação* (Portal Brasil). <http://www.mec.gov.br>
- Melo Cruz, C. M. V., Romão Pinto, J., Almeida, M., & Aleluia, S. (2010). *Ansiedade nos estudantes do ensino superior: um estudo do 4º ano do Curso de Licenciatura em Enfermagem da Escola Superior de Saúde de Viseu*. *Revista Millenium*, 38. <http://hdl.handle.net/10400.19/305>
- Oliveira, M. A., & Duarte, A. M. M. (2004). Controle de respostas de ansiedade em universitários em situações de exposições orais. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 6(2), 183-200.
- Osse, C. M. C., & Costa, I. I. (2011). Saúde mental e qualidade de vida na moradia estudantil da Universidade de Brasília. *Estudos de Psicologia*, 28(1), 115-122.
- Paes, F. A. A. (2009). *Metrologia e Psicometria: avaliação das Escalas de Hamilton e Beck para depressão e ansiedade*. [Dissertação de Mestrado]. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

- Pereira, W. M. P., Schmitt, A. C. B., Buchalla, C. M., Reis, A. O. A., & Aldrighi, J. M. (2009). Ansiedade no climatério: prevalência e fatores associados. *Rev. Bras. Crescimento e Desenvolvimento Humano*, 19(1), 89-97.
- Pinho, R. (2016). Caracterização da clientela de um programa de atendimento psicológico a estudantes universitários. *Psicologia, Conocimiento y Sociedad*, 6(1), 114-130.
- Rezende, C. H. A., Abrão, C. B., Coelho, E. P., & Passos, L. B. S. (2008). Prevalência de sintomas depressivos entre estudantes de medicina da Universidade Federal de Uberlândia. *Revista Brasileira de Educação Médica*, 32(3), 315-323.
- Rodrigues, D. G., & Pelisoli, C. (2008). Ansiedade em vestibulandos: um estudo exploratório. *Rev. Psiq. Clín.*, 35(5), 171-177.
- Silva Santos, S. J. (2016). A ansiedade e o estresse dos alunos universitários. *Psicopedagogia On Line*, Portal da Educação e Saúde. [http://www.psicopedagogia.com.br/new1\\_artigo.asp?entrID=1910](http://www.psicopedagogia.com.br/new1_artigo.asp?entrID=1910)
- Stallard, P. (2010). *Ansiedade: terapia cognitivo-comportamental para crianças e jovens*. Artmed.
- ZH - Zero Hora. (2017). *Vida e Estilo - Brasileiros estão casando cada vez mais tarde*. <http://www.zerohora.com.br>



## SAÚDE MENTAL DO ESTUDANTE DE PSICOLOGIA: POSSÍVEIS IMPLICAÇÕES PARA SUA ATUAÇÃO PROFISSIONAL

Mental health of the psychologist student: possible implications for their professional activities

Santé mentale de l'étudiant psychologue: implications possibles pour leurs activités professionnelles

Salud mental del estudiante de psicología: posibles implicaciones para su actuación profesional

**Cristiane de Carvalho Guimarães<sup>1</sup>**©

Universidade Estácio de Sá, Departamento de Psicologia, Rio de Janeiro, RJ, Brasil<sup>2</sup>

**Helen Alice Bezerra Moraes<sup>3</sup>**©

Universidade Estácio de Sá, Departamento de Psicologia, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

**Marcia Emilia Silva Barboza<sup>4</sup>**©

Universidade Estácio de Sá, Departamento de Psicologia, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

**Ralph Ribeiro Mesquita<sup>5</sup>**©

Universidade Estácio de Sá, Departamento de Psicologia, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

### Resumo

O artigo apresenta o resultado da pesquisa “Saúde mental do estudante de Psicologia: possíveis implicações para sua atuação profissional”, que foi apoiada pelo Programa Pesquisa Produtividade, da Universidade Estácio de Sá. O objetivo foi verificar se as vivências acadêmicas do estudante de Psicologia da Universidade Estácio de Sá, campus Nova Iguaçu, que está em contato com o sofrimento psíquico e conteúdos acadêmicos relacionados a subjetividade humana, afetam sua saúde mental gerando transtornos mentais menores; e como isso pode, potencialmente, trazer implicações para a prática profissional do psicólogo. Trinta e sete estudantes do curso de Psicologia (1º e 10º períodos) foram submetidos à Entrevista Clínica Estruturada para os Transtornos do DSM-5 (SCID-5) para verificação do objetivo. A conclusão indica que os estudantes de primeiro período referem como maior dificuldade associada à graduação, o manejo de tempo para as demandas do curso e outras demandas pessoais, como trabalho e vida social. Já nos estudantes de décimo período são recorrentes as falas de cansaço e a preocupação com o mercado de trabalho. Os resultados sugerem que há um impacto da rotina da faculdade na vida dos estudantes. Não foi possível correlacionar se há influência específica do contato com o sofrimento e a subjetividade humana no adoecimento dos estudantes. Desta forma tornam-se necessárias mais pesquisas sobre o tema.

**Palavras-chave:** Saúde mental; Estudante de Psicologia; Transtornos Mentais Menores.

<sup>1</sup> cris.cguima@gmail.com

<sup>2</sup> Rua do Bispo, 83 Rio Comprido/RJ

<sup>3</sup> helenalice.moraes@gmail.com

<sup>4</sup> mesemilia123@gmail.com

<sup>5</sup> rmesqt@gmail.com

## Abstract

The article presents the result of the research “Psychology student mental health: possible implications for their professional performance”, which was supported by the Productivity Research Program, from Estácio de Sá University. The aim was to examine if the academic experiences of the Psychology student at Estácio de Sá University, Nova Iguaçú campus, which is in contact with psychological distress and academic contents related to human subjectivity, affect their mental health generating minor mental disorders; and how this can potentially have implications for the psychologist's professional practice. Thirty-seven Psychology students (1st and 10th periods) underwent the Structured Clinical Interview for DSM-5 Disorders (SCID-5) to verify the objective. The conclusion indicates that first-year students report the greatest difficulty associated with graduation, time management for the demands of the course and other personal demands, such as work and social life. In the tenth period students, there are recurrent tiredness and concern about the job market. The results suggest that there is an impact of college routine on students' lives. It was not possible to correlate whether there is a specific influence of contact with suffering and human subjectivity in the illness of students. Thus, more research on the topic is necessary.

**Keywords:** Mental health; Psychology student; Minor Mental Disorders.

---

## Résumé

L'article présente le résultat de la recherche «Santé mentale des étudiants en psychologie: implications possibles pour leur performance professionnelle», soutenue par le programme de recherche sur la productivité de l'Université Estácio de Sá. L'objectif était de vérifier si les expériences académiques de l'étudiant en psychologie de l'Université Estácio de Sá, sur le campus de Nova Iguaçú, en contact avec la détresse psychologique et les contenus académiques liés à la subjectivité humaine avaient une incidence sur leur santé mentale, générant des troubles mentaux mineurs; et comment cela peut potentiellement avoir des implications pour la pratique professionnelle du psychologue. Trente-sept étudiants en psychologie (1ère et 10ème périodes) ont subi un entretien clinique structuré pour les troubles du DSM-5 (SCID-5) afin de vérifier l'objectif. La conclusion indique que les étudiants de première année signalent la plus grande difficulté associée à l'obtention du diplôme, à la gestion du temps imputable aux exigences du cours et à d'autres exigences personnelles, telles que le travail et la vie sociale. Dans la dixième période, les étudiants sont fatigués et préoccupés par le marché du travail. Les résultats suggèrent que la routine des collègues a un impact sur la vie des étudiants. Il n'a pas été possible de corrélérer s'il existe une influence spécifique du contact avec la souffrance et la subjectivité humaine dans la maladie des étudiants. Ainsi, davantage de recherches sur le sujet sont nécessaires.

**Mots-clés:** Santé mentale; Étudiant en psychologie; Troubles mentaux mineurs.

---

## Resumen

El artículo presenta el resultado de la investigación “Salud mental de los estudiantes de psicología: posibles implicaciones para su desempeño profesional”, que fue apoyada por el Programa de Investigación de Productividad, de la Universidad Estácio de Sá. El objetivo fue verificar si las experiencias académicas del estudiante de Psicología en la Universidad Estácio de Sá, en el campus de Nova Iguaçú, que está en contacto con la angustia psicológica y los contenidos académicos relacionados con la subjetividad humana, afectan su salud mental generando trastornos mentales menores; y cómo esto puede potencialmente tener implicaciones para la práctica profesional del psicólogo. Treinta y siete estudiantes de psicología (1º y 10º períodos) se sometieron a la entrevista clínica estructurada para trastornos del DSM-5 (SCID-5) para verificar el objetivo. La conclusión indica que los estudiantes de primer año informan la mayor dificultad asociada con la graduación, la administración del tiempo para las demandas del curso y otras demandas personales, como el trabajo y la vida social. En el décimo período, los estudiantes experimentan un cansancio y una preocupación recurrentes por el mercado laboral. Los resultados sugieren que hay un impacto de la rutina universitaria en la vida de los estudiantes. No fue posible correlacionar si existe una influencia específica del contacto con el sufrimiento y la subjetividad humana en la enfermedad de los estudiantes. Por lo tanto, se necesita más investigación sobre el tema.

**Palabras clave:** Salud mental; Estudiante de psicología; Trastornos Mentales Menores.

---

## Introdução

O ingresso na universidade é marcado por mudanças significativas e muitos desafios para todos os sujeitos. Alguns desses desafios dizem respeito à adaptação a novos saberes, à responsabilização no processo de construção do conhecimento e as expectativas quanto à inserção no mercado de trabalho, já nos últimos anos da graduação. Este momento coincide ainda, para muitos, com a transição da adolescência para a vida adulta. Ou, em muitos casos, com a volta aos bancos escolares depois de anos longe deles, como é o caso de diversos alunos da rede privada de ensino (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira [INEP], 2016). Para uma parcela significativa de estudantes, as dificuldades financeiras podem também estar presentes ao longo do processo de formação.

Alguns estudos envolvendo estudantes universitários e as questões referentes a esta etapa chamam a atenção para a vulnerabilidade experimentada neste período por eles e como isso pode afetar sua saúde e sua atuação profissional (Castro, 2017).

Segundo Tarnowski e Carlotto (2007), durante sua formação na área da saúde o estudante vive o encontro de fragilidades entre o racional e o emocional. Segundo os referidos autores, o cotidiano destes estudantes pode ser marcado por sentimentos de dúvida, decepção, ansiedade, medo, tristeza, raiva e angústia. O contato direto dos estudantes com outros seres humanos coloca-os diante de sua própria vida, sua própria saúde ou doença, seus próprios conflitos e frustrações. Ainda assim, como informam Andrade et al. (2016), a vivência estudantil na universidade é uma questão pouco investigada e discutida, em especial, a vivência do estudante do curso de graduação em psicologia. Mas já há estudos, como a pesquisa de Gastaud (2006), que indicam que este contato pode induzir sofrimento no estudante e, possíveis implicações para sua prática profissional. E é possível e desejável, a partir dos dados apresentados nas pesquisas citadas, refletir sobre as normas que orientam o curso de Psicologia.

No Brasil a legislação que apresenta as Diretrizes sobre os cursos de formação em Psicologia e a profissão de psicólogo não contempla a singularidade das vivências acadêmicas do estudante de Psicologia, que está em contato com o sofrimento psíquico de outras pessoas e com conteúdos acadêmicos diretamente relacionados com a subjetividade humana. Sequer sugerem que o estudante, de alguma forma, possa ser afetado por estas vivências ou indicam a necessidade de acompanhamento psicoterapêutico. Da mesma forma, o Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2017) também não sugere em suas resoluções nada que diga respeito à necessidade ou importância do acompanhamento psicológico para estudantes em formação.

A presente pesquisa teve como objetivo verificar se as vivências acadêmicas, o processo de formação do estudante de Psicologia, que está em contato com o sofrimento psíquico de outras pessoas e com conteúdos acadêmicos relacionados à subjetividade humana, afeta sua saúde mental gerando transtornos mentais menores.

A questão que se colocou então foi: como a vivência na universidade, o processo de formação, pode resultar em algum transtorno mental e como isso pode, potencialmente, trazer implicações para a prática profissional do psicólogo?

A pesquisa foi apoiada pelo Programa Pesquisa Produtividade da Universidade Estácio de Sá e foram observadas as normas ético-científicas para a realização de pesquisa com seres humanos seguindo a Resolução nº196 de 10 de outubro de 1996 do Conselho Nacional de Saúde, tendo o projeto sido aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa desta mesma Universidade (Número do Parecer: 2.425.083).

Compreender como tem sido a vivência dos estudantes de psicologia diante de sua formação pode ser considerado um passo importante para refletir como esse estudante poderá se tornar um profissional, priorizando ou não a qualidade de sua saúde mental, foco da psicologia, e um indicativo de que as Universidades, formadoras desses profissionais, precisam direcionar seu olhar para esse fato, preocupando-se em contribuir com algum suporte ou apoio.

Para averiguar a hipótese de sofrimento psíquico nos estudantes de psicologia foi investigada a existência de transtornos mentais menores (TMM). Sendo estes definidos por Cerchiari, Caetano e Faccenda (2005) como conjuntos de manifestações de mal-estar psíquico, de caráter inespecífico, com repercussões fisiológicas e psicológicas que podem gerar limitações. Eles estão associados a quadros menos graves e mais constantes de transtorno mental. Entre os sintomas mais comuns estão: esquecimento, dificuldade na concentração e tomada de decisões, insônia, irritabilidade, fadiga e queixas somáticas.

Os mesmos autores apontam que na população mundial, em geral, os índices de prevalência destes transtornos variam entre 7% e 26%, enquanto na população brasileira são de 8% a 23%. Os autores indicam que os estudos de epidemiologia psiquiátrica na população ocidental têm como resultado que 90% da morbidade psiquiátrica encontrada referem-se a distúrbios não-psicóticos. Mas que, devido às várias questões conceituais e metodológicas envolvidas no diagnóstico dos distúrbios não-psicóticos, alguns estudos têm utilizado categorias diagnósticas mais amplas, designando-as por morbidade psiquiátrica menor (MPM); transtornos mentais comuns (TMC) e problemas psiquiátricos menores (PPM). Neste estudo adotamos a terminologia de Transtornos Mentais Menores (TMM) (Coutinho, 1995; Benvegnú,

Deitos, & Copette, 1996; Facundes, 2002; Facundes & Ludermir, 2005 como citado em Cerchiari et al., 2005).

Gastaud et al. (2006) apresentaram um estudo no qual investigaram a prevalência de TMM em estudantes de psicologia. Os autores compararam o resultado com uma pesquisa similar realizada anteriormente por Volcan, Sousa, Mari e Horta (2003) na mesma universidade na qual foram encontrados os seguintes resultados 17,5% para os alunos de Direito e 20% para os alunos de Medicina. A pesquisa de Gastaud et al. (2006) encontrou a prevalência de TMM em 21,1% dos estudantes de psicologia. Os autores concluíram que o contato com o sofrimento psíquico de outras pessoas ou os conteúdos acadêmicos mais diretamente relacionados com a subjetividade humana pode elevar as probabilidades do desenvolvimento de algum transtorno mental menor.

Embora existam estudos apontando essa evidência dos TMM, a existência dos serviços de apoio a estudantes é escassa. As pesquisas de Cerchiari et al. (2005) apontam que esse tipo de serviço surgiu nos Estados Unidos na década de 1950 com a compreensão das Universidades de possuírem responsabilidade em ajudar seus estudantes. No Brasil, Figueiredo e Oliveira (1995) falam da tentativa de criar um serviço como esse na Universidade Federal de São Carlos. Esses autores também apontam que outras tentativas desse tipo foram investigadas, no entanto percebe-se apontam que a disponibilidade desse dispositivo não comporta a demanda para esse tipo de atendimento.

## **Métodos**

Trata-se de uma pesquisa exploratório-descritiva, de abordagem quali-quantitativa. Foi utilizada a aplicação da Entrevista Clínica Estruturada para os Transtornos do DSM-5 (SCID-5) que é um guia de entrevista para a realização dos principais diagnósticos do DSM-5 (anteriormente diagnosticados no Eixo I). Em relação aos procedimentos do instrumento utilizado destaca-se que a primeira parte da entrevista SCID-5 é uma visão geral, onde se pergunta a idade, em que tipo de lugar mora, com quem vive, se trabalha atualmente, se possui algum problema da saúde, e por fim um breve histórico de transtornos psiquiátricos. Após essas perguntas foram selecionados os módulos que constituíam o foco da pesquisa. Foram investigados os módulos que contém um repertório de perguntas estruturadas específicas sobre cada um dos seguintes transtornos: episódios de humor, que incluía os transtornos depressivos e maníacos, transtorno por uso de substâncias, considerando o hábito de bebidas no período de 12 meses, transtornos de ansiedade, que incluía transtorno de pânico ao longo da vida,

agorafobia atual, transtorno de ansiedade social, transtorno de ansiedade generalizada, Transtorno de déficit de atenção/hiperatividade em adultos. Esses módulos foram selecionados tendo em vista serem estes transtornos os mais mencionados na literatura sobre o adoecimento dos estudantes.

Os participantes da pesquisa foram 16 estudantes do 1º período e 21 estudantes do 10º período, turnos diurno e noturno, do curso de graduação em Psicologia, da Universidade Estácio de Sá, Campus Nova Iguaçu. A escolha desses períodos se deu com o objetivo de investigar alguma mudança nos possíveis sintomas, ou o surgimento deles, com o decorrer dos semestres. Todos os estudantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, onde liam os objetivos e implicações da pesquisa e também sobre seu risco mínimo, deixando claro que, na medida de qualquer desconforto de sua parte, as perguntas da entrevista seriam interrompidas sem qualquer prejuízo para o participante. Os critérios de inclusão foram estar regularmente matriculados no curso e aceitação voluntária. Para a seleção dos participantes adotou-se o método da amostra probabilística. As entrevistas SCID-5 foram realizadas individualmente em salas de atendimento clínico no Serviço de Psicologia Aplicada do campus, em horário escolhido pelos participantes e com sigilo e conforto necessários, no período de fevereiro a novembro/2018. A realização da entrevista SCID-5 durou, em média, 1 hora com cada participante. Todos os estudantes responderam a perguntas dos módulos selecionados para a pesquisa. As respostas dos participantes as entrevistas SCID-5 foram transcritas e analisadas.

A análise dos dados foi realizada a partir do preenchimento de critérios do material utilizado, o SCID-5. Em cada módulo há uma indicação de quantas respostas precisam ser positivas para o diagnóstico do transtorno investigado. Após essa etapa foram destacados os principais transtornos identificados em cada período da graduação.

## **Resultados e discussão**

Do total de 37 participantes apenas três do primeiro período e quatro do décimo período são do sexo masculino. Ou seja, há uma prevalência de mulheres nesta amostra, assim como há uma prevalência de mulheres no curso de Psicologia (Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística [IBOPE], 2004). Outro dado importante se refere ao INEP que divulgou em 2017 que o número de pessoas que ingressam nas Universidades é majoritariamente feminino. Segundo a investigação 70,6% dos ingressantes nas Universidades são do sexo feminino. Nesta pesquisa também foi possível observar essa prevalência, 81,1% dos participantes são mulheres.

Em relação ao primeiro período, dos 16 estudantes participantes é possível identificar que as idades variam de 17 a 59 anos.

Com os dados levantados da entrevista estruturada, SCID-5, verificou-se a prevalência do preenchimento de critérios para quadros de depressão e transtorno de pânico. Cinco estudantes apresentam quadro de Depressão Atual, nove apresentaram episódio depressivo anterior, sete estudantes já apresentaram Transtorno de pânico ao longo da vida, seis apresentam Transtornos de ansiedade generalizada. 50% dos participantes apresentam pelo menos dois desses quadros diagnósticos.

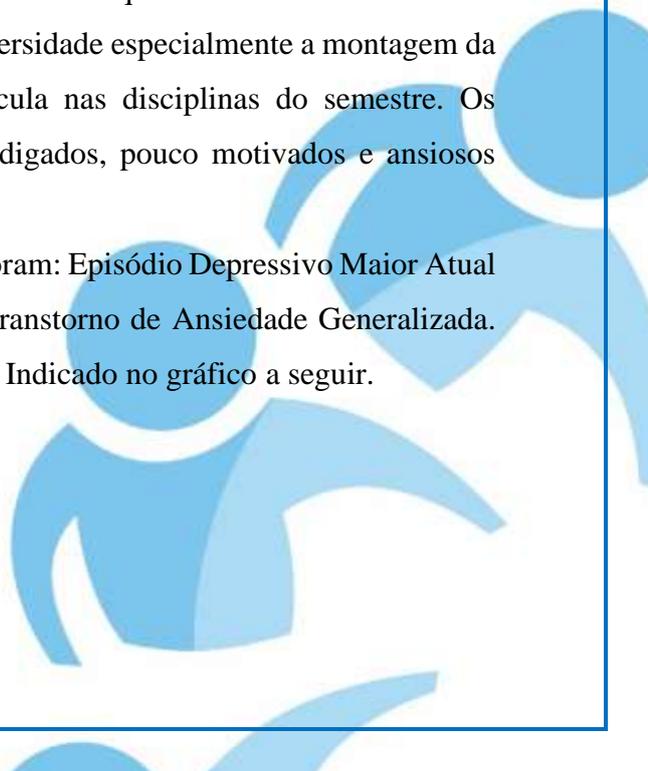
Podem-se notar nos relatos dos participantes, alterações de sono ou preocupação com a nova rotina da faculdade, dificuldade em conciliar a faculdade com o trabalho. Destaca-se ainda que em períodos de provas ocorra uma intensificação dessas alterações no sono. Outros destacam maior irritabilidade nesse período, e comportamentos como isolamento social.

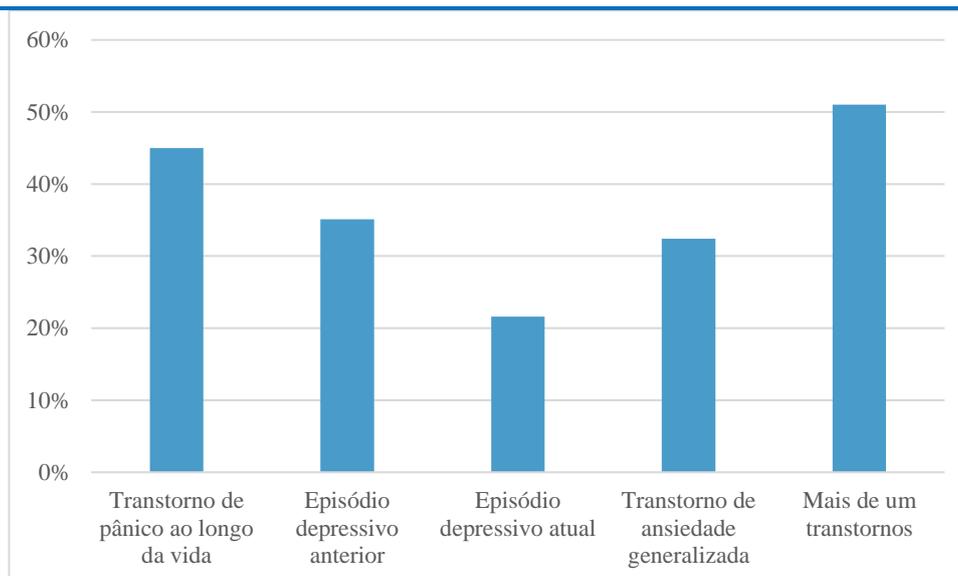
Nota-se que os estudantes de primeiro período referem como maior dificuldade associada à graduação o manejo de tempo para as demandas da faculdade e outras demandas pessoais, como trabalho, vida social. O fato de iniciar o curso superior, no entanto, constitui uma realização pessoal, o que em alguns casos desencadeia também alguns sintomas maníacos, característicos de estado de alta motivação.

Os dados encontrados no primeiro período revelam sintomas listados do TMM.

Analisando os resultados dos estudantes do 10º período observa-se que as idades variam de 22 a 41 anos. Dos 21 participantes, dez apresentaram episódios de Transtorno de pânico ao longo da vida e cinco estudantes apresentam transtorno de ansiedade generalizada. A preocupação com o final da graduação e com o mercado de trabalho é recorrente nas falas dos estudantes. Em relação à rotina da faculdade, repete-se a fala que menciona o aumento de estresse em períodos de provas e com o sistema da Universidade especialmente a montagem da grade acadêmica, que se refere ao período de matrícula nas disciplinas do semestre. Os estudantes do décimo período também se mostram fadigados, pouco motivados e ansiosos quanto à carreira.

Os transtornos mais recorrentes nas entrevistas foram: Episódio Depressivo Maior Atual e Anterior, Transtorno de Pânico ao longo da vida e Transtorno de Ansiedade Generalizada. 51% dos participantes apresentaram mais de transtorno. Indicado no gráfico a seguir.



**Figura 01:** Transtornos mentais identificados com maior recorrência.

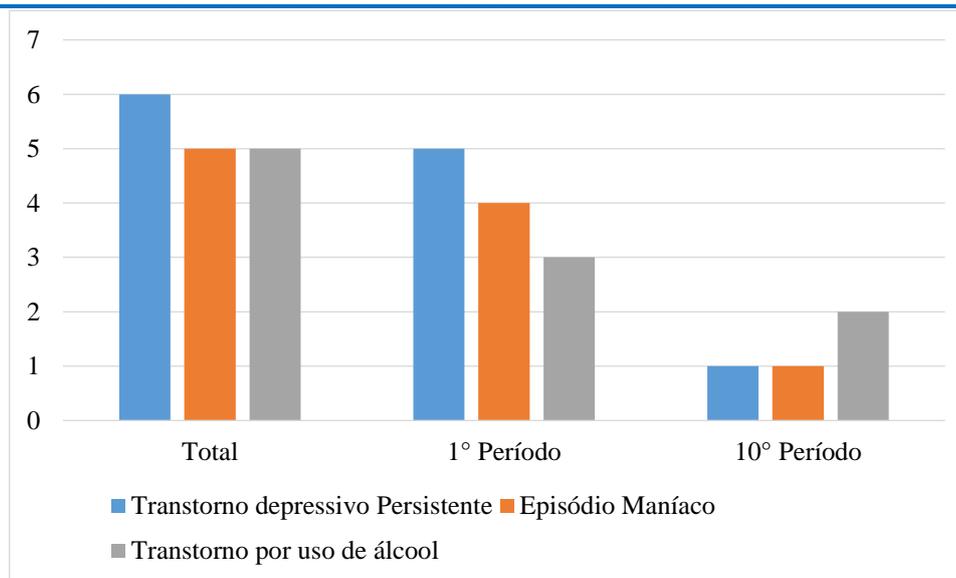
**Fonte:** Elaborada pelos autores (2019).

O transtorno de pânico ao longo da vida, segundo a entrevista SCID-5, foi identificado a partir da pergunta: “Você já teve um pico intenso, ou aquilo que se pode chamar de “ataque de pânico”, em que se sentiu subitamente muito amedrontado ou ansioso, ou desenvolveu subitamente muitos sintomas físicos?” As perguntas seguintes trataram-se dos sintomas físicos como coração acelerado, suor, tremores, falta de ar, entre outros sinais de um ataque de pânico. Esse transtorno foi observado em 17 dos 37 estudantes.

O transtorno de ansiedade generalizada atual foi identificado em doze estudantes. A pergunta introdutória era: “Nos últimos seis meses, você tem andado muito ansioso e preocupado durante grande parte do tempo?”. Nos estudantes do décimo período que preencheram os critérios para esse transtorno, a preocupação estava ligada a reta final da faculdade, ao mercado de trabalho e ao trabalho de conclusão de curso. Nos estudantes do primeiro período, dos sete que preencheram os critérios, seis atribuíram à preocupação a faculdade e ao período de provas: essa ansiedade está relacionada ao desejo de alcançarem um resultado satisfatório na Universidade. Os estudantes que já apresentavam esse quadro antes do ingresso na Universidade afirmam que perceberam o agravo desse quadro, especialmente com as primeiras provas.

Sobre os Transtornos depressivos, foi investigada a presença de episódios depressivos anteriores, em algum momento da vida do estudante, e na vida atual.

Outros três transtornos apareceram em proporção menor, sendo eles: Episódio Maníaco, Transtorno por uso de álcool e Transtorno Depressivo Persistente.

**Figura 02:** Transtornos mentais identificados com menor recorrência.

**Fonte:** Elaborada pelos autores (2019).

O Episódio maníaco surge nas categorias atual e anterior. Quatro participantes do primeiro período e um do décimo preenchem os critérios. A pergunta introdutória deste módulo se refere a sensação de grande empolgação dentro do período de um mês. Os estudantes atribuíam essa empolgação a Universidade, três destes possuíam mais de 37 anos, sendo eles do primeiro período o que indica que o retorno para bancos escolares é visto com empolgação e como realização pessoal.

O transtorno por uso de álcool no instrumento utilizado na pesquisa possui as categorias: leve, moderado e grave. Três participantes do primeiro período e dois do décimo preencheram os critérios. As perguntas desse módulo referiam-se aos hábitos e frequência de uso de bebidas alcoólicas. Um participante do décimo período apresentou esse transtorno em categoria grave, um participante não preencheu o período descrito no módulo para configurar o transtorno, no entanto relatou que por um período após seu ingresso na universidade fazia uso de bebida alcoólica compulsivamente.

Transtorno depressivo persistente foi considerado em 6 entrevistas SCID-5 sendo cinco nos estudantes do primeiro período. A investigação desse transtorno indagava a presença de humor deprimido na maior parte do dia na maioria dos dias no período de dois anos.

Dentre os participantes, somente dois não apresentam sintomas que podem estar relacionados ao TMM: uma delas mencionando, especificamente, que a universidade fez com que a ansiedade fosse controlada. Os demais apresentam transtornos de pânico, quadros depressivos, inapetência, fadiga, alterações do sono, ansiedade generalizada.

Considerando o que a literatura apresenta como sintomas dos TMMs - esquecimento, dificuldade na concentração e tomada de decisões, insônia, irritabilidade, fadiga e queixas somáticas - podemos considerar que os estudantes universitários abordados apresentam todos os citados. A literatura aponta para a questão da adaptação com a rotina da faculdade, o que é perceptível nos resultados coletados. A preocupação com compreender e acompanhar os conteúdos é presente na fala dos participantes e muitos atribuem alterações de sono em período de provas. Esse indicativo também é destacado nos estudantes do décimo período.

A literatura cita o contato do estudante com o sofrimento psíquico, no entanto talvez não tenham sido ressaltadas as próprias vivências do estudante antes de ser estudante de psicologia. Dos 37 participantes, 22 já apresentaram episódio depressivo anterior ou transtorno de pânico ao longo da vida (nomeações do SCID-5). Este resultado está de acordo com os dados que encontramos na sociedade em geral, onde se observam altos números de quadros depressivos e ansiosos. Em 2017, a Organização Mundial de Saúde (OMS) divulgou um relatório no qual aponta que a depressão atinge uma parcela de 5,8% da população brasileira, o que em números são aproximadamente 11.548.577. Em relação aos transtornos de ansiedade afetam 9,3% (18.657.943).

Cabe ressaltar que apenas três dos 37 participantes estão em processo de terapia, sendo esses estudantes do primeiro período. Alguns participantes embora tivessem passado por um transtorno depressivo não realizaram, e no momento da participação na entrevista também não estavam em processo psicoterápico. No décimo período um estudante relatou que interrompeu o processo terapêutico e não retornou apesar de suas respostas a entrevista SCID-5 demonstrar a existência de sofrimento psíquico assim como também comportamentos compulsivos. Esse dado aponta o não reconhecimento dos futuros profissionais da necessidade do cuidado com a saúde mental. O que levanta o questionamento do por que esses estudantes que fazem um curso que enfatiza a importância de cuidar da saúde mental não buscarem realizar esse acompanhamento. Dessa forma percebe-se a necessidade de uma diretriz mais específica no sentido de conscientizar sobre a importância do estudante realizar a psicoterapia.

Considerando que o curso de psicologia abrange as questões sobre adoecimento psíquico, pode ocorrer uma associação de que esses estudantes possuem conhecimentos para reconhecer com maior facilidade seu próprio sofrimento, e assim buscar meios com o objetivo de melhorar a qualidade de sua saúde mental. As questões observadas nos estudantes de psicologia também podem ser estendidas a outros cursos, no entanto, o que cabe ressaltar é que os estudantes de psicologia lidam diretamente com conteúdos sobre o sofrimento psíquico e os dados dessa pesquisa mostram a falta de manejo com a sua própria saúde mental.

A preocupação com o mercado também é algo exposto na literatura, e é evidente nos estudantes do décimo período. Nas falas dos mesmos surgem questões de compulsão alimentar devido a ansiedade com provas ou preocupação com o início da profissão. Os estudantes do décimo período que preencheram os critérios para Transtorno de Ansiedade Generalizada relacionavam a preocupação com o fim da graduação e mercado de trabalho.

Mercuri e Polydoro (2004) citam que o ingresso na universidade é um marco na vida do sujeito, e com isso podem ocorrer idealizações, ansiedade e angústias. Destacam que esse processo é permeado por aspectos psicológicos. Alguns estudantes citam sentimento de culpa em situações que não cumprem as atividades das disciplinas. Esse dado pode ser associado ao que foi dito anteriormente, o não cumprimento de tarefas pode provocar uma frustração nas idealizações criadas surgindo assim o sentimento de culpa.

A questão do retorno aos estudos também é destacada nas respostas à entrevista SCID-5 sendo possível notar que os estudantes que estão ingressando possuem uma variação maior de idade do que os estão terminando. As idades dos estudantes do décimo período variam de 22 a 41, e a do primeiro período de 17 a 59 anos. O jornal Folha de São Paulo (2018) divulgou um censo realizado pelo Quero Bolsa, uma plataforma de bolsas de estudo, que apontou que entre os anos de 2010 a 2017 o número de pessoas ingressando em universidades após os 50 anos de idade aumentou. Em 2017, 73.048 estudantes com 50 ou mais ingressaram na Universidade.

A questão da preocupação com o mercado de trabalho traz uma reflexão importante sobre o papel do trabalho na sociedade. Castro (2017) aponta que no atual cenário da sociedade, o trabalho possui um lugar central na vida dos sujeitos, dessa forma a identidade profissional é um ponto principal do processo identitário, ou seja, o trabalho também é algo que constitui o eu. Isto significa que a preocupação e ansiedade com o início da carreira evidenciada nos resultados desta pesquisa pode estar ligada a própria identidade do eu, tornando uma necessidade básica. As transformações da sociedade colocaram o trabalho no centro da rotina dos indivíduos, e cada vez mais há a compreensão da necessidade de qualificação, de profissionalização. Ter um trabalho, ser um profissional faz parte do processo de exercer a subjetividade de cada um.

O ingresso na universidade é visto pelos estudantes como uma possibilidade de melhora de vida. Percebe-se nas falas dos participantes o cansaço com a rotina dupla, estudar e trabalhar.

Um ponto a ser enfatizado é sobre a realidade social do contexto da pesquisa. A mesma foi realizada no município Nova Iguaçu. A cidade de Nova Iguaçu abriga aproximadamente 800 mil habitantes, quase 10% da população da Região Metropolitana do Estado do Rio de

Janeiro e constitui um dos maiores polos comerciais e industriais brasileiros (Secretaria Municipal de Saúde de Nova Iguaçu, 2010). Localiza-se na região conhecida como Baixada Fluminense, periférica à capital do Estado do Rio de Janeiro, conhecida como área formada por “cidades dormitório”, dado o movimento pendular realizado por seus moradores, que não encontram suficientes ofertas de emprego nas cidades em que residem (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional [IPPUR] da Universidade Federal do Rio de Janeiro [UFRJ], 2007). Alguns de seus municípios ocupam os últimos lugares nos indicadores socioeconômicos, têm alguns dos piores resultados em educação, renda e mesmo em serviços de saúde do Estado do Rio de Janeiro (Centro Estadual de Estatísticas Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro [CEPERJ], 2017).

A Baixada Fluminense possui uma população de aproximadamente quatro milhões de habitantes e é composta por 13 municípios: Belford Roxo, Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Guapimirim, Itaguaí, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis, Paracambi, São João de Meriti, Queimados e Seropédica. Outro aspecto importante que merece ser enfatizado refere-se à sua realidade social, marcada por baixos índices de desenvolvimento humano (IDH), evasão escolar e outros problemas comuns às grandes metrópoles brasileiras, como falta de saneamento básico, precariedade do transporte público e violência urbana (Pletsch, 2008, p. 34).

Medeiros (2017) apontou em sua pesquisa que houve um aumento no desenvolvimento social da baixada. No entanto destaca que existe vulnerabilidade social nessa região. O autor define vulnerabilidade como a necessidade da população em acessar a recursos, o que sugere que seu padrão de vida é baixo, configurando assim a não observância de direitos sociais. Esta carência de recursos é um impeditivo a melhorias nas condições de vida. O autor aponta ainda que essa vulnerabilidade também é um obstáculo às chances de ingresso no mercado de trabalho.

Correlacionando os dados de pesquisa com os dados citados acima é possível associar preocupação sobre o mercado de trabalho, o cansaço intensificando com a rotina de trabalho e estudo são recorrentes no dia a dia dos estudantes, com o contexto social desses estudantes. Essas informações foram percebidas e repetidas nas falas dos estudantes.

Os dados da pesquisa apontam a prevalência de adoecimento ou sofrimento psíquico nos estudantes: apenas 5% dos participantes não preencheram critérios para transtornos. Foi observado que o início da graduação, os períodos das avaliações e a reta final da graduação afetam o bem estar dos estudantes. No entanto não foi possível correlacionar se há influência específica do contato com o sofrimento e a subjetividade humana no adoecimento dos estudantes. Desta forma tornam-se necessárias mais pesquisas sobre o tema.

## Considerações finais

Psicólogos são profissionais de saúde mental. É importante que seja direcionado uma atenção também para a saúde mental dos mesmos, tendo em vista que seus transtornos podem atingir, diretamente, seu trabalho. Na Universidade estão os futuros profissionais que precisam também estar bem emocionalmente para desenvolverem suas atividades. No resultado desta pesquisa foram encontradas pessoas com diversos transtornos, alguns mais graves, como aqueles relacionados a bebidas alcoólicas e também a maus tratos com o próprio corpo.

Cabe destacar a realidade da Baixada Fluminense, onde a pesquisa foi realizada, é uma região carente de recursos onde muitos estão tentando alcançar uma melhor qualidade de vida. Percebe-se esse ponto quando se observa que muitos trabalham e estudam, e que muitos não moram em uma região próxima à Universidade.

Pode se observar também a necessidade de mais pesquisas sobre o impacto dos conteúdos sobre sofrimento e adoecimento psíquico diretamente na saúde mental dos estudantes. Conclui-se que os estudantes estão vulneráveis pelas suas vivências e seu contexto social. Seu ingresso na Universidade é permeado por outros desafios e o curso de Psicologia, por tratar de estudar o sofrimento psíquico humano, pode ter como consequência o surgimento ou agravamento de transtornos nesses estudantes, nos futuros profissionais de saúde mental, e isso pode implicar diretamente na sua atuação. Compreende-se que há um impacto da rotina da faculdade na vida dos estudantes de psicologia, pelos resultados apontados neste estudo, dentre os transtornos mentais identificados como de maior recorrência, estão: transtorno de pânico, transtorno de ansiedade generalizada e episódios depressivos persistentes, o que indica a necessidade de apoio e a ênfase na importância da psicoterapia. Por isso é necessário pensar em uma orientação das Diretrizes Curriculares para o curso de Psicologia que enfatize essa evidência do sofrimento psíquico atrelado a vida acadêmica destacando a importância de esses estudantes terem algum tipo de serviço e apoio emocional.



## REFERÊNCIAS

- Andrade, A. S., Tiraboschi, G. A., Antunes, N. A., Viana, P. V. B. A., Zanoto, P. A., & Curilla, R. T. (2016). Vivências Acadêmicas e Sofrimento Psíquico de Estudantes de Psicologia. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 36(4), 831-846. <https://dx.doi.org/10.1590/1982-3703004142015>
- Castro, V. R. (2017). Reflexões sobre a saúde mental do estudante universitário: estudo empírico com estudantes de uma instituição pública de ensino superior. *Revista Gestão em Foco*, 9, 380-401. <https://docplayer.com.br/64988169-Reflexoes-sobre-a-saude-mental-do-estudante-universitario-estudo-empirico-com-estudantes-de-uma-instituicao-publica-de-ensino-superior.html>
- Cerchiari, E. A. N., Caetano, D., Faccenda, O. (2005). Prevalência de transtornos mentais menores em estudantes universitários. *Estudos de Psicologia*, 10(3), 413-420. [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-294X2005000300010](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2005000300010)
- Conselho Federal de Psicologia. (n.d.). Legislação. *Resoluções*. <https://site.cfp.org.br/legislacao/leis-e-normas/>
- Figueiredo, R. M., & Oliveira, M. A. P. (1995). Necessidades de estudantes universitários para implantação de um serviço de orientação e educação em saúde mental. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 3(1), 05-14. <https://dx.doi.org/10.1590/S0104-11691995000100002>
- First, M. B., Spitzer, R. L., Karg, R. S., Janet, B. (2015). Entrevista Clínica Estruturada para os Transtornos do DSM-5: SCID-5-CV. (ed. Versão Clínica). Artmed.
- Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis. (2011). Perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das instituições federais de ensino superior. <http://www.andifes.org.br/relatorio-do-perfil-socioeconomico-e-cultural-dos-estudantes-de-graduacao-das-universidades-federais-brasileiras/>
- Fundação Centro de Estatísticas, Estudos e Pesquisas e formação de servidores públicos do Estado do Rio de Janeiro. (n.d.). <http://www.ceperj.rj.gov>
- Gastaud, M.B., Souza, L. D. M., Braga, L., Horta, C.L., Oliveira, F. M., Sousa, P. L. R., Silva, R.A. (2006). Bem-estar espiritual e transtornos psiquiátricos menores em estudantes de Psicologia: estudo transversal. *Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul*, 28(1),12-18. <https://doi.org/10.1590/S0101-81082006000100003>
- Granconato, E. (2018). Faculdades do país recebem cada vez mais alunos acima dos 50 anos. *Jornal Folha de São Paulo*. <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/201/11/faculdades-do-pais-recebem-cada-vez-mais-alunos-acima-dos-50-anos.shtml>
- Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística. (2004). Pesquisa de opinião com psicólogos inscritos no Conselho Federal de Psicologia. <https://site.cfp.org.br/publicacao/pesquisa-de-opinio-ibope-psicologo-brasileiro/>

- Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. (2007). Publicação semestral do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. <http://www.ippur.efrj.br/>
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. (2016). Sinopse Estatística da Educação Superior 2015. Brasília. <http://inep.gov.br/censo-da-educacao-superior>
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. (2017). MEC e Inep divulgam dados do Censo da Educação Superior 2016. [http://portal.inep.gov.br/artigo//asset\\_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/mec-e-inep-divulgam-dados-do-censo-da-educacao-superior-2016/21206](http://portal.inep.gov.br/artigo//asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/mec-e-inep-divulgam-dados-do-censo-da-educacao-superior-2016/21206)
- Junior, M. H. (2017). Desenvolvimento econômico, social e vulnerabilidade na região metropolitana do Rio de Janeiro. Territórios em Números: insumos para políticas públicas a partir da análise do IDHM e do IVS de municípios e Unidades da Federação brasileira. <http://repositorio.ipe.gov.br/bitstream/11058/8436/1/Desenvolvimento%20econ%C3%B4mico%20social%20e%20vulnerabilidade%20na%20Regi%C3%A3o%20Metropolitana%20do%20Rio%20de%20Janeiro>
- Lei n. 4.119, de 27 de agosto de 1962. Dispõe sobre cursos de formação em Psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo. Brasília: Presidência da República; Casa Civil; Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2007. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/L4119.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4119.htm)
- Mercuri, E. & Polydoro, S. A. J. (Org.). (2004). Estudante universitário: características e experiências de formação. Taubaté: Cabral Editora e Livraria Universitária.
- Ministério da Educação. (n.d.). Diretrizes Curriculares Cursos de Graduação. <http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/atos-normativos--sumulas-pareceres-e-resolucoes>
- Organização Pan-Americana de Saúde. (2018). Organização Mundial da Saúde divulga novas estatísticas mundiais de saúde. [https://www.paho.org/bra/index.php?option=com\\_content&view=article&id=5676:organizacao-mundial-da-saude-divulga-novas-estatisticas-mundiais-de-saude&Itemid=843](https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5676:organizacao-mundial-da-saude-divulga-novas-estatisticas-mundiais-de-saude&Itemid=843)
- Pletsch, M. D. (2012). Educação Especial e Inclusão Escolar: uma radiografia do atendimento educacional especializado nas redes de ensino da Baixada Fluminense /RJ. *Ciências humanas e sociais em revista*, 34(1), 31-48. <http://doi.editoracubo.com.br/10.4322/chsr.2014.003>
- Secretaria Municipal de Saúde de Nova Iguaçu. (2010). Caderno de Organização da Atenção básica e saúde mental de Nova Iguaçu. <http://brasil.campusvirtualsp.org/taxonomy/term/16507>
- Tarnowski, M., & Carlotto, M. S. (2007). Síndrome de Burnout em estudantes de psicologia. *Temas em Psicologia*, 15(2), 173-180. [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-389X2007000200004&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2007000200004&lng=pt&tlng=pt)

Tenente, L. (2017). 'É pesado emocionalmente': alunas do início e do fim do curso de psicologia contam impressões da graduação. Educação. Guia de Carreiras. R <https://g1.globo.com/educacao/guia-de-carreiras/noticia/e-pesado-emocionalmente-alunas-do-inicio-e-do-fim-do-curso-de-psicologia-contam-impressoes-da-graduacao.ghtml>

Volcan, S. M.A., Sousa, P. L. R., Mari, J. J., Horta. B. L. (2003). Relação entre bem-estar espiritual e transtornos psiquiátricos menores: estudo transversal. *Revista de Saúde Pública*, 37(4), 440-445. <https://dx.doi.org/10.1590/S0034-89102003000400008>



## VIVENCIAS DE PLACER Y SUFRIMIENTO EN LA FORMACIÓN DE UN GRUPO DE DOCTORANDOS DE LA CIUDAD DE MEDELLÍN

Prazer e sofrimento na formação de um grupo de doutorandos da cidade de Medellín

Pleasure and suffering in the formation of a group of PhD students in the city of Medellín

Plaisir et souffrance dans la formation d'un groupe d'étudiants de doctorat à la ville de Medellín

Laura Aristizábal Gómez<sup>1</sup>©

Universidad EAFIT, Departamento de Psicología, Medellín, Antioquia, Colômbia<sup>2</sup>

Johnny Orejuela<sup>3</sup>©

Universidad EAFIT, Departamento de Psicología, Medellín, Antioquia, Colômbia

### Resumen

Objetivo: describir las vivencias de placer y sufrimiento en el proceso de formación doctoral de un grupo de doctorandos de Medellín, Colombia. Método: estudio cualitativo de carácter descriptivo-interpretativo y diseño fenomenológico, basado en entrevistas a profundidad a 10 estudiantes de diferentes doctorados. Resultados: son causas de placer: respaldo institucional, gusto por la investigación, posibilidad de mejora económica y laboral, relación con compañeros y docentes. Causas de sufrimiento: lentitud en trámites, poca objetividad y estructuración en los procesos académicos, sobrecarga académica, dificultades en la orientación metodológica, mala relación con los orientadores. Estrategias defensivas individuales: meditación, escritura, ejercicio. Estrategias defensivas colectivas: actividades de esparcimiento con familia y amigos, posibilidad de colocar en palabras con compañeros, familiares y amigos el malestar vivenciado en el doctorado. Como consecuencias negativas se tienen: desgaste subjetivo generalizado, del cuerpo y de las relaciones interpersonales; positivas, mejora en capacidades cognitivas y productivas, aumento del capital social académico, reconocimiento social. Conclusiones: la formación doctoral trae consigo una alta carga de sufrimiento que obstaculiza el óptimo desempeño de los doctorandos, es necesario reconocer y ofrecer alternativas de apoyo emocional, que faciliten la dedicación a la formación intelectual, enfocarse en la producción académica sin que implique tan elevados costos psíquicos.

**Palabras clave:** Placer; sufrimiento; doctorado; subjetividad.

### Resumo

Objetivo: descrever as experiências de prazer e sofrimento no processo de formação de um grupo de estudantes de doutorado de Medellín, Colômbia. Método: estudo qualitativo de caráter descriptivo-interpretativo e desenho fenomenológico, com base em entrevistas aprofundadas com 10 alunos de diferentes doutorados. Resultados: são causas de prazer: apoio institucional, gosto pela pesquisa, possibilidade de melhoria econômica e trabalhista, relacionamento com colegas e professores. Causas do sofrimento: procedimentos lentos, pouca objetividade e estruturação nos processos acadêmicos, sobrecarga acadêmica, dificuldades na orientação metodológica, mau relacionamento com os orientadores. Estratégias defensivas individuais: meditação, escrita, exercício. Estratégias de defesa coletiva: atividades de lazer com familiares e amigos, possibilidade de expressar, por em palavras, com colegas, familiares e amigos o mal-estar vivenciado no doutorado. As consequências negativas são: desgaste subjetivo generalizado, no corpo e nos relacionamentos interpessoais; positivas, melhoria das capacidades cognitivas e produtivas, aumento do capital social acadêmico, reconhecimento social. Conclusões: a formação de

<sup>1</sup> larist26@eafit.edu.com

<sup>2</sup> Av. Las Vegas, Carrera 49 No. 7 sur 50, Medellín

<sup>3</sup> johnnyorejuela@hotmail.com

doutorado traz consigo uma alta carga de sofrimento que dificulta o ótimo desempenho dos estudantes de doutorado, é necessário reconhecer e oferecer alternativas de apoio emocional, que facilitem a dedicação a formação intelectual, se enfocar na produção acadêmica sem implicar níveis tão altos custos psíquicos.

**Palavras-chave:** prazer; sofrimento; doutorado; subjetividade.

---

### Abstract

Objective: to describe the experiences of pleasure and suffering in the doctoral training process of a group of doctoral students from Medellín, Colombia. Method: qualitative study of descriptive-interpretive character and phenomenological design, based on in-depth interviews with 10 students from different doctorates. Results: the causes of pleasure are: institutional support, will to investigate, possibility of economic and work improvement, relationship with colleagues and teachers. Causes of suffering: slow procedures, little objectivity and structure in academic processes, academic overload, difficulties in methodological orientation, poor relationship with counselors. Individual defensive strategies: meditation, writing, exercise. Collective defensive strategies: leisure activities with family and friends, possibility of putting into words with colleagues, family and friends the discomfort experienced in the doctorate. The negative consequences are: generalized subjective wear and tear on the body and interpersonal relationships; positive, improvement in cognitive and productive capacities, increase in academic social capital, social recognition. Conclusions: doctoral training brings with it a high burden of suffering that hinders the optimal performance of doctoral students, it is necessary to recognize and offer emotional support alternatives, which facilitate dedication to intellectual training, focus on academic production without implying such high levels of psychic costs.

**Keywords:** Pleasure; suffering; doctorate; subjectivity.

---

### Résumé

Objectif: décrire les expériences de plaisir et de souffrance dans le processus de formation doctorale d'un groupe de doctorants de Medellín, Colombie. Méthode: étude qualitative du caractère descriptif-interprétatif et de la conception phénoménologique, basée sur des entretiens approfondis avec 10 étudiants de différents doctorats. Résultats: ce sont des causes de plaisir: soutien institutionnel, goût pour la recherche, possibilité d'amélioration économique et professionnelle, relation avec collègues et enseignants. Causes de souffrance: procédures lentes, peu d'objectivité et de structure dans les processus académiques, surcharge académique, difficultés d'orientation méthodologique, mauvaise relation avec les conseillers. Stratégies défensives individuelles: méditation, écriture, exercice. Stratégies défensives collectives: activités de loisirs avec la famille et les amis, possibilité de mettre en mots avec les collègues et la famille l'inconfort ressenti au doctorat. Les conséquences négatives sont: l'usure subjective généralisée sur le corps et les relations interpersonnelles; positif, amélioration des capacités cognitives et productives, augmentation du capital social académique, reconnaissance sociale. Conclusions: la formation doctorale entraîne un lourd fardeau de souffrance qui entrave la performance optimale des doctorants, il est nécessaire de reconnaître et d'offrir des alternatives de soutien émotionnel, qui facilitent le dévouement à la formation intellectuelle, la concentration sur la production académique sans impliquer des coûts psychiques.

**Mots clés:** plaisir; souffrance; doctorat; subjectivité.

---

### Introdução

Al referirnos a un doctorado, surgen connotaciones negativas que constituyen frecuentemente la percepción sobre esta etapa de formación académica. Aunque la realización de estos estudios representa mayores posibilidades de inserción en el mundo laboral, hay una idea generalizada de que algunos de los efectos que este proceso de formación tiene sobre quienes lo realizan, son perjudiciales. Con respecto a estos efectos negativos, hay evidencia de que la tesis doctoral es perjudicial para la salud mental, (Evans, Bira, Beltrán, Todd &

Vanderford, 2018) y se ha demostrado que los doctorandos son seis veces más propensos a desarrollar ansiedad o depresión en comparación con la población general. (Evans, Bira, Beltran, Todd, & Vanderford, 2018) Conclusiones como esta han surgido en investigaciones internacionales sobre el fenómeno, las cuales han sido realizadas en diferentes poblaciones, entre ellas maestrandos en administración (Kruta & Henrique, 2013), maestrandos y doctorandos (Rodrigues & Felinto, 2018) y se menciona que en estos procesos hay una existencia concomitante de placer y sufrimiento. Por estas razones se hace necesaria una investigación enfocada en las vivencias de placer y sufrimiento que tienen los estudiantes de doctorado, ya que aunque hay algunas investigaciones internacionales al respecto, en Colombia hay poca información científica sobre el tema, e indagar sobre este fenómeno en nuestro país, nos permitiría responder a la pregunta: ¿Cuáles son las vivencias subjetivas de placer y sufrimiento en la formación doctoral de un grupo de doctorandos de la ciudad de Medellín?

### **Referencias conceptuales**

El marco de referencias conceptuales utilizado para la formulación y desarrollo de esta investigación fue la psicodinámica del trabajo, planteada inicialmente en Francia por C. Dejours y ampliada por Ana Magnolia Mendes, dando lugar a una clínica psicodinámica del trabajo brasilera (Mendes, A., Araujo, L., y Soares, F., 2014); esta es una perspectiva clínica crítica que toma por foco la relación trabajo-subjetividad en clave del binomio placer/sufrimiento (Orejuela, J., Pérez, M. y Vásquez, A. (2019). Desde esta perspectiva el trabajo tiene una significatividad psíquica y es un regulador de la salud mental cuando se permite que cumpla con su función organizadora de la economía psíquica, de lo contrario cuando se bloquea la función psicodinámica del trabajo este es una amenaza y se puede volver una fuente de malestar y sufrimiento, que puede llevar hasta la descompensación psicopatológica. El placer puede derivarse de una alineación entre la estructura de la tarea y la estructura del deseo del sujeto, esto es, cuando el trabajo es un campo de sublimación de la pulsión y de realización del deseo, de la pasión, cuando esto no es así, entramos en el campo de una experiencia de desgaste psíquico a la que podemos reconocer como sufrimiento. Así, el sufrimiento puede identificarse como “un estado de tensión psíquica vivido como desgaste (mental y del cuerpo) derivado del esfuerzo por restablecer la economía psíquica” (Orejuela, J & Malvezzi, S., 2016, pp. 21-22). Ahora bien, reconociendo los aportes de Dejours, pero intentando ofrecer una definición más completa de este concepto, tan central en la constelación teórica de la psicodinámica del trabajo, el sufrimiento, se puede entender como:

Modalidad del malestar que aspira al reconocimiento, es la experiencia subjetiva de excesiva tensión y desgaste que lleva a la pérdida de la experiencia de sí, a un sinsentido, derivada de la sobrecarga pulsional inconsciente que ha sido impedida de descargarse, de traducirse en el necesario placer que restablecería el equilibrio de la economía psíquica. (Orejuela, 2018, p. 126-127).

De acuerdo con lo anterior, y teniendo en cuenta que los estados mentales pueden abarcar tanto la dolencia mental en un extremo, como la salud mental y el bienestar, en el otro, (Dejours, 1999), se consideró también el concepto de placer, el cual se caracteriza por generar en los sujetos que lo experimentan, sensaciones satisfacción y gratificación subjetivamente interpretada y experimentada, las cuales pueden derivar de experiencias de reconocimiento, autonomía y cooperación (Dejours, 2005), así como, de identificación u orgullo. (Dejours, 1987), tenemos pues que el trabajo, junto con el amor, son las dos principales fuentes de construcción de la identidad de los sujetos, en esto estriba su significatividad subjetiva (Malvezzi, 2019).

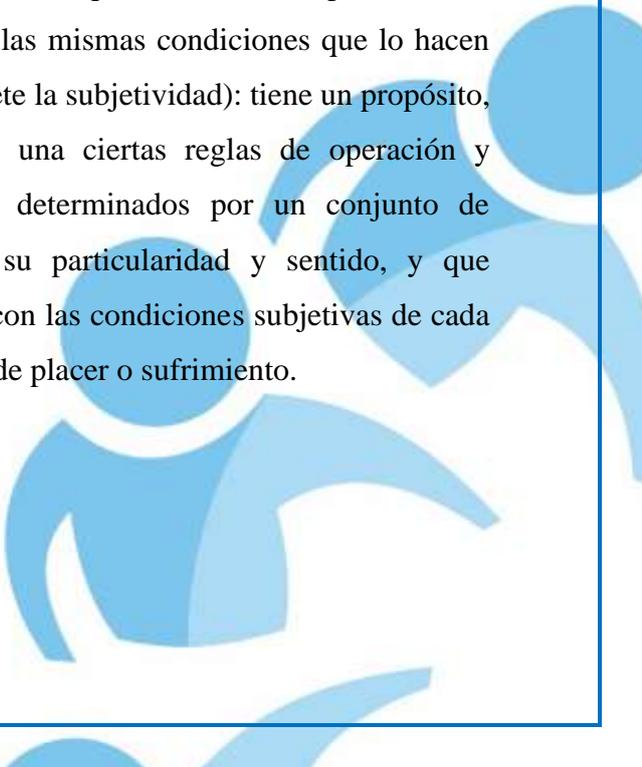
Además de esto, se tuvo en cuenta que, según Dejours & Gernet, (1985), para seguir siendo normales, los sujetos conciben estrategias para defenderse del sufrimiento experimentado por la confrontación con las condiciones y los modos de organización del trabajo. En este sentido, se diferenciaron los dos tipos de estrategias defensivas planteadas por Dejours: individuales y colectivas. Las estrategias individuales son todos aquellos modos de proceder en los que el sujeto, como individuo, despliega toda su recursividad subjetiva para hacer frente intentar simbolizar lo real, entendido este como toda situación que escapa al dominio y control de operador y deja como saldo la angustia; y a la vez elicit las estrategias defensivas, ya sea de manera consciente o inconsciente. Por otro lado, las estrategias de defensa colectivas son todas aquellas formas que de manera grupal y recursiva conciben los colectivos de trabajadores para disminuir el monto de desgaste que conlleva lo real del trabajo. Así, los sujetos ante las experiencias de sin sentido inherentes a la experiencia del sufrimiento, como su núcleo subjetivo, pueden desplegar tanto individual como colectivamente formas recursivas de afrontarlo para disminuir el impacto psíquico de lo real, en pos lograr mantener la salud mental y recuperar la experiencia de satisfacción pulsional que le es inherente al placer en el trabajo.

Por otro lado, teniendo en cuenta que como dice Freud (1930) nuestro psiquismo se orienta también por el imperativo del principio del placer, derivado de hacer lo que deseamos, se impone como tendencia a mantener el mayor nivel posible de placer en términos narcisísticos, se incluyó también la categoría “despliegue de inteligencia para mantener el placer”. Es decir, lo que la psicodinámica obliga a entender es que los sujetos en el trabajo no solo sufren, ni se reducen a la posición reactiva de defenderse del sufrimiento, sino que en una

posición de agentes activos y proactivos despliegan su inteligencia práctica y su recursividad subjetiva, su astucia y creatividad, para mantener y prolongar la experiencia de placer derivadas de la condición de encontrar en el trabajo, como campo de acción y relaciones, la posibilidad de realizar su deseo. (Mendes, 2018).

Ahora bien, se parte de reconocer que tanto el placer como el sufrimiento pueden ser analizados como experiencias subjetivas en el campo del trabajo como fenómenos clínicos que pueden ser desagregados para su comprensión en: sus causas o etiología, sus formas de manifestación o sintomatología, la forma de ser enfrentados o las estrategias defensivas y el despliegue de inteligencia que implican, así como, los efectos psíquicos o relacionales que conllevan o sus consecuencias, A partir de estas categorías se formularon los objetivos de la investigación y se establecieron el sistema de categorías que dieron lugar a la construcción técnica de los instrumentos de recolección de la información y al análisis sistemático de los datos.

Si bien la formación doctoral, como el más alto nivel de formación científica formal posible orientado al desarrollo de competencias para la producción autónoma de conocimiento, usualmente no es reconocida como un trabajo, en tanto que actividad económica de la que deriva algún tipo de remuneración salarial; se podría considerar que en la medida que como actividad que se caracteriza por ser un esfuerzo realizado de manera intencional por el sujeto implicado en ese ciclo de formación para producir algo (tangible o intangible), que es exterior a sí mismo (una tesis), hecho en relación y dirección a otros (la comunidad científica), y con una finalidad determinada (producir conocimiento); esta actividad humana puede ser considerada, en efecto, como un trabajo. Es decir, partimos de reconocer que la formación doctoral como actividad humana participa de las condiciones que la hacen susceptible de ser reconocida como un trabajo, o por lo menos comparte las mismas condiciones que lo hacen homologable a él como actividad (acción que compromete la subjetividad): tiene un propósito, se realiza en relación con otros y para otros, tiene una ciertas reglas de operación y funcionamiento, tiene una finalidad extrínseca, esta determinados por un conjunto de condiciones, organización y relaciones que le dan su particularidad y sentido, y que dependiendo de cómo se articula entre sí y en relación con las condiciones subjetivas de cada doctorando, como sujeto singular, puede ser una fuente de placer o sufrimiento.



## Método

Estudio cualitativo de carácter descriptivo-interpretativo y diseño fenomenológico, desarrollado a la manera de un estudio de caso.

El instrumento de recolección utilizado fue la entrevista semi-estructuradas y a profundidad en las que el participante narró sus vivencias en el marco de una situación conversacional. Las entrevistas estuvieron compuestas por dos tipos de preguntas: las primeras de caracterización sociodemográfica, y las segundas relacionadas con “las variables de interés del planteamiento del problema de investigación” (Hernández, 2017). En este sentido, durante la entrevista se preguntó por: elementos de la organización, condiciones, y relaciones dentro del doctorado que producen placer o sufrimiento, síntomas de ese placer o sufrimiento que se manifiestan en el cuerpo, el psiquismo o las relaciones interpersonales, estrategias de defensa individuales o colectivas usadas para lidiar con el sufrimiento, despliegue de inteligencia practica utilizada para mantener el placer, y consecuencias de ese placer o sufrimiento el ámbito subjetivo y relacional.

El grupo de 10 participantes fueron seleccionados de manera intencional y por medio de la técnica “bola de nieve”, con el único criterio de estar estudiando un doctorado en la ciudad de Medellín, no se tuvo en cuenta la edad, el sexo, ni la disciplina de formación.



**Figura 01:** Caracterización de los participantes.

Sujeto	Edad	Núcleo familiar	Formación	Doctorado	Modo de financiación	Tiempo que lleva en el doctorado.
1	37	Esposa, 3 hijos	Pregrado en sociología, maestría en comunicación organizacional	Administración	Beca	2 años y medio
2	49	Pareja	Pregrados en salud pública, administración de empresas, maestría en educación y desarrollo humano	Administración	Beca	8 años
3	41	Esposo, hija	Pregrado en nutrición y dietética, maestría en educación	Administración	Convenio universitario	2 años y medio
4	36	Esposo	Pregrado en comunicación y relaciones corporativas, maestrías en estudios de mujer y género y comunicación estratégica	Administración	Beca	2 años y medio
5	30	Esposo, hijo	Pregrado en psicología, maestría en desarrollo humano organizacional	Administración	Beca del 70%	1 semestre
6	36	Hija	Pregrado en sociología, maestría en ciencias de la administración	Administración/ estudios organizacionales	Beca para ambos	5 años/2años
7	39	Padre, dos hermanas	Licenciado en humanidades, magister en desarrollo	Humanidades	Recursos propios	3 años y medio
8	38	Padres, hermana	Pregrado en economía, maestría en banca y finanzas	Administración	Beca	4 años
9	57	Esposa, hijo	Pregrado en ingeniería civil, maestría en administración	Ingeniería	Beca	2 años y medio
10	49	Pareja	Pregrado en psicología, maestría en filosofía.	Psicoanálisis	Recursos propios	3 años

**Fuente:** elaboración propia (2019).

En relación con el procedimiento, la investigación se desarrolló en tres fases: la primera consistió en la Contextualización teórica que permitió establecer el estado del arte de la cuestión y la posterior construcción del marco de referencias conceptuales. La segunda fase fue el trabajo de campo, en la cual se construyó técnicamente el instrumento para la recolección de la información, en este caso la entrevista semiestructurada y en profundidad, y se realizó la aplicación de este al grupo de participantes. La tercera fase fue la organización, presentación y análisis de los datos se realizó bajo la modalidad de análisis categorial de contenido y sentido a partir de un conjunto de matrices de análisis estructuradas en estricta relación con los objetivos específicos y el marco conceptual (Orejuela, J. 2020), lo que facilitó el análisis sistemático del contenido. Lo anterior, implicó en primera medida la transcripción de las entrevistas, luego la discriminación de los contenidos para lograr ubicarlos y agruparlos de acuerdo a las categorías preestablecidas. Finalmente, se analizaron categorialmente los datos y se tomaron algunos de

los fragmentos de discurso más significativos como evidencia empírica de cada una de las categorías a analizar; y a partir de la cual se organizó la estructura narrativa de los resultados.

Se tomaron en cuenta las consideraciones éticas pertinentes con el manejo de la información, los participantes firmaron un consentimiento informado en el que se les explicaba la naturaleza de la investigación y su propósito. Cada uno autorizó la grabación y análisis de sus entrevistas y se les garantizó la reserva de su identidad y anonimato.

## **Resultados y discusión**

### **Causas del placer y sufrimiento**

Con respecto a la organización del doctorado, se puede evidenciar una sensación de satisfacción por el hecho de que el plan según el cual está diseñado el doctorado, se cumpla de una manera adecuada, consideran que el hecho de que la institución los respalde es realmente importante. Esto lo evidencia el participante 4 al mencionar: "...lo más positivo del doctorado ha sido el respaldo institucional (...) me genera tranquilidad porque he tenido colegas de otras instituciones que han sufrido mucho con eso por el incumplimiento con el currículum..."

Por otro lado, nos encontramos con que varios de ellos resaltan el hecho de que se faciliten espacios en los que se pueda compartir con sus compañeros el avance de sus proyectos de investigación, los consideran un elemento necesario para reducir la tensión, tal como lo expresó el participante 5: "...realizaron un coloquio donde podíamos compartir los avances de los trabajos, entonces rescato mucho eso desde la administración, que haya un espacio donde podamos compartir, retroalimentarnos, eso bajó mucho la ansiedad..."

En términos generales, se puede decir que la tendencia encontrada resalta el hecho de que para los participantes es fundamental sentir que la estructura que conocen del doctorado sea correctamente ejecutada, y que dentro de la misma estén incluidos programas de socialización de proyectos, en los cuales puedan interactuar con sus pares.

Con respecto a las condiciones del doctorado, los participantes en general tienen una percepción positiva de este proceso de formación en el sentido de que lo consideran una oportunidad para mejorar su condición tanto académica como económica, tal como se evidencia en el discurso del participante 10, quien menciona "...hay algo con relación al orden del placer y de la pasión que me provoca el tema...por otro lado, es una apuesta profesional en términos académicos, de estar vinculado a la Universidad, a la investigación..." y esto se ve reforzado por el discurso del participante 2, quien opina que "...objetivamente hay unas metas de...como

somos profesores, elevar el nivel de formación y seguir estudiando, entonces uno combina la meta de cómo mejoro mi perfil pero además cómo vivo estudiando ...”, y todo esto se refuerza con la afirmación del participante 4, quien menciona que “...es un proceso necesario sobre todo porque tiene impacto salarial, reputacional, de éxito o de logro...”

Así mismo les genera placer tener la oportunidad de poder acceder a un nivel de formación tan alto y de poder estar estudiando lo que les gusta, tal como lo menciona el participante 3: “...Tengo la oportunidad de formarme en un nivel que desafortunadamente en Colombia muy pocas personas tienen acceso...”

Por último, otro factor relevante es que todos los participantes a lo largo de la entrevista dejaron en claro que sentían pasión por el proceso que están llevando a cabo, y una simpatía por el hecho de poder estar investigando sobre algo que les llama la atención, y todo esto les causa placer, tal como lo podemos ver en el siguiente fragmento del participante 1, quien destaca que: “...para mí el placer máximo es estar leyendo y escribiendo...esto para mí del doctorado es algo magnífico...”, y esto es respaldado por una afirmación del participante 10, quien considera que “...me gusta [el doctorado] porque tiene los temas que trata el psicoanálisis que a mí me apasiona”

En síntesis, podemos afirmar que el hecho de poder mejorar su condición tanto académica como económica, tener acceso al proceso de formación que están realizando, teniendo en cuenta que este es uno de los más altos en la actualidad, y sentir gusto por la investigación y la academia, son los tres factores que les generan sensaciones de placer en este ámbito.

Refiriéndonos a las relaciones dentro del doctorado, hay una fuerte tendencia a mencionar a los compañeros como un pilar fundamental para atravesar este proceso, la mayoría de los participantes entrevistados los mencionan en algún momento de su discurso como un elemento que les ha generado bienestar, así lo podemos observar en el siguiente fragmento del participante 2, quien menciona “...los compañeros de estudio que lo ayudan a soportar a uno un poquito esa carga... porque estamos en igualdad de condiciones, porque estamos luchando por sacar una materia, un escrito...”, y esto se complementa con una anécdota narrada por el participante 3, quien menciona:

...sí ayuda mucho tener compañeros de doctorado, porque este proceso es un proceso de mucha soledad, entonces aliviana un poco las cargas, hace poco escuché a una estudiante de la nacional, dándole la bienvenida a los doctorandos (...)y ella les decía que a uno solo lo entiende el que está en la misma inmundicia porque absolutamente nadie distinto al que está viviendo lo que uno está viviendo puede entender la presión que uno siente en el doctorado...

A pesar de esto, cabe resaltar que no todos los participantes perciben la relación con sus pares como placentera, y algunos de ellos se enfocan más en la posibilidad de aprendizaje que identifican en sus relaciones con docentes o asesores, así lo evidencia el discurso del participante 1, quien resalta: "...las relaciones con los profesores tutores, asesores; para mí son absolutamente placenteras (...)eso me genera placer, poderme sentar con un profesor (...)decirle: esto pienso, y cuando escucho la retroalimentación en forma de enseñanza, me genera placer", lo cual coincide en gran medida con el discurso del participante 10, ya que este menciona que: "...los profesores de la Universidad me han permitido trabajar pero además me han apoyado en textos, asesorías, ha sido en ese sentido chévere para mí (...) he podido hacer vínculo social, formar una masa crítica allí, con los profesores".

Resumiendo, las fuentes de placer en cuanto a relaciones dentro del doctorado se refieren, están divididas en dos vertientes: el apoyo y acompañamiento que se encuentra en los compañeros, y la buena relación con los docentes y asesores, siendo más protagónico en el discurso de los participantes el lazo que forman con sus compañeros.

En relación con las causas del sufrimiento, y la subcategoría correspondiente a la organización del doctorado, podemos resaltar que aunque se mencionó anteriormente que es placentero para los participantes el hecho de que haya cierta estructura, ésta la pueden percibir como excesivamente demandante, ya que les pide responder ante una variedad de situaciones como las materias, los coloquios, y la formulación de la tesis, lo cual hace que el proceso sea muy desgastante para quienes lo están llevando a cabo, esto se evidencia en el discurso del participante 2, quien demuestra su incomodidad de la siguiente manera: "...la intensidad de lecturas es altísima, leer 20 lecturas para una semana, pero de una semana a la otra, entregar escritos, el ejercicio de escritura es muy doloroso...la coordinación del programa también termina siendo muy cruel...", y este discurso es muy similar al del participante 3, quien menciona:

"...siento que a veces es muchísima la carga, para muchos cursos tuvimos unas agendas supremamente atiborradas de cosas que quizá no eran tan importantes para nuestro proyecto, me parece que gastar los dos primeros años viendo materias sin tener tiempo para pensar en tu proyecto es supremamente desgastante..."

Lo cual demuestra que aunque para los doctorandos es placentero el hecho de que haya una estructura que se cumpla, la que está operando en nuestro contexto, parece excesiva en cuanto a responsabilidades y por lo tanto es dolorosa.

A pesar de lo anterior, hay que resaltar que también hay participantes que consideran que el doctorado carece de estructura, y sobre esto dice el participante 9: "...Todo está como

en el aire. Entonces ahora con este problema, yo ya empecé a pedir reglas”, lo cual demuestra su necesidad de que estén bien definidos los parámetros que rigen el proceso, y el displacer que genera el hecho de que actualmente no sea así.

Ahora bien, en términos de las condiciones, los participantes mencionan que la sensación recurrente de soledad les genera sufrimiento, consideran que este proceso los ha ido alejando de muchas personas, ya que requiere excesiva concentración y dedicación, lo cual los hace permanecer gran parte de su tiempo en soledad, así lo expresa el participante 8, al mencionar que “...se vuelve muy solitario el ejercicio de hacer un doctorado (...), hay poca relación a no ser que tú las busques de forma expresa, (...) de resto, estás trabajando solo todo el tiempo o con tu asesor...”, demostrando todo esto, que los momentos en los que no pueden contar con el apoyo de sus pares o incluso de los docentes, son generadores de malestar.

Por otro lado, en el discurso de los participantes se encontró que otra de las causas del sufrimiento, es la poca claridad que hay muchas veces a la hora de transmitir a los estudiantes la metodología correcta para realizar su investigación, así lo expresa el participante 7, quien en un fragmento de su discurso expresa: “...el cómo, que es el método, se vuelve muy complejo, y tan complejo es que quien no lo sabe, densifica, complejiza, algo que no tendría que ser tan complejo...”, resaltando así que muchas de las sensaciones de malestar que surgen a partir de la incertidumbre metodológica, podrían evitarse a partir de una orientación más clara.

En relación con lo anterior, otros de los elementos generadores de sufrimiento según el discurso de los participantes, son tanto los tiempos estrechos con los que se debe cumplir, y la sensación constante de evaluación y escrutinio a la que están expuestos, así nos lo hace saber el participante 6:

“...con la tesis doctoral, es tu responsabilidad, es lo que tú contribuyas, entonces es un peso digamos mayor, y los tiempos no son amigables (...) precisamente como uno está amarrado a esos contratos condonables uno tiene que cumplir con unos tiempos y si uno se pasa, eso es una angustia entonces como que el aprendizaje va acompañado de la angustia, es como un círculo vicioso de que te estresas porque tienes que entregar pero entonces el estrés no te permite producir ideas, y pensar claramente, entonces te estresas más porque te demoras más, y así... es un círculo, y se va aumentando y se va aumentando hasta que entras en shock...”

Y así mismo, este participante resalta en momentos posteriores, y con respecto a los espacios de evaluación: “...uno se angustia muchísimo porque uno siente que lo van a atacar, uno siente como que: precisamente es una ¡Defensa! ¿Por qué? Porque te van a atacar, es que la misma palabra lo dice...”, ambos testimonios demostrando que la sensación de sufrimiento es también causada por condiciones como los tiempos ajustados y el escrutinio permanente de su trabajo por parte de terceros.

En relación a las causas del sufrimiento derivadas de las relaciones dentro del doctorado, la investigación arrojó dos vertientes de las que se pueden desprender las sensaciones de sufrimiento: la relación con los superiores, y con los pares. Con respecto a los superiores, varios participantes mencionan que en ocasiones se han sentido tratados de una manera despectiva por parte de los docentes o los directivos, así lo relata el participante 6: “...yo no sé qué será... pero como que te juzgan y te dicen, ¿Y por qué no hiciste eso así? es que faltó esto, pero es que faltó aquello, pero es que, o sea como ¡Atacándote! ...”, discurso que se complementa con el del participante 5, quien relata:

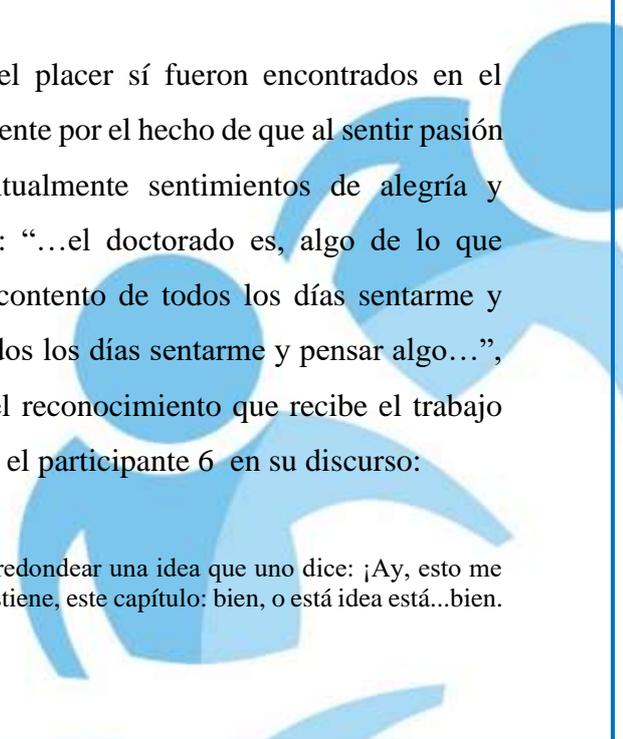
“...las dos primeras clases que yo vi la carga era muy alta y los profesores muy complicados, el tema de opinar te miraban como un bicho raro, eran muy controladores, hasta groseros... con los anteriores la producción era alta pero los profesores no facilitaban para nada... eran muy cerrados, el trato con el estudiante como de yo soy el doctor, usted todavía no es, entonces creo generó mucha tensión...”

Lo cual evidencia que hay cierta sensación de que los profesores pueden llegar a tener actitudes despectivas e incluso denigrantes. Por último, y retomando el tema de la relación con los compañeros como causa de sufrimiento, nos encontramos con el testimonio del participante diez, quien menciona: “... es quizás el efecto de la competencia, cada uno busca sus propios intereses, entonces eso a veces es como complicado, ¿No?... cada uno está halando para su lado y no piensan en el beneficio para todos...”, resaltando así que no siempre las relaciones con los pares son de positivas, sino que esta puede contribuir a generar un ambiente negativo.

La categoría síntomas físicos del placer, fue la única dentro de esta investigación en la cual los participantes no se pronunciaron. Cada uno de ellos consideraba que el ámbito físico eventualmente se había visto afectado de manera negativa, como consecuencia del malestar que estaban experimentando, pero nunca de forma positiva.

Contrario a esto, los síntomas psicológicos del placer sí fueron encontrados en el discurso de los participantes entrevistados, primordialmente por el hecho de que al sentir pasión por la investigación, el proceso les generaba eventualmente sentimientos de alegría y satisfacción, tal como lo menciona el participante 1: “...el doctorado es, algo de lo que hago...que me permite estar bien (...)yo vivo muy contento de todos los días sentarme y escribir algo o todos los días sentarme y leer algo o todos los días sentarme y pensar algo...”, y también hay emociones de satisfacción derivadas del reconocimiento que recibe el trabajo realizado a lo largo del doctorado, así nos lo hace saber el participante 6 en su discurso:

“...es muy bacano cuando uno logra redondear una idea que uno dice: ¡Ay, esto me quedó genial! ...ve, este capítulo se sostiene, este capítulo: bien, o está idea está...bien.



No, eso es lo mejor, cierto, lo mejor es eso, o que por ejemplo tú vayas a un evento, un congreso, y te feliciten porque está muy interesante el tema y quieren saber más, o que te publiquen un artículo, o sea, eso de verdad es muy satisfactorio...”

El discurso referente al sufrimiento, estuvo significativamente más presente que aquel que tenía relación con el placer, y el ámbito que abarcaba los síntomas físicos, fue uno de los más recurrentes a través de la entrevista. Todos los participantes mencionan afecciones físicas de algún tipo, muchos de ellos destacan que varias partes de su cuerpo se han visto afectadas, algunas incluso llegando a representar problemas serios que requerirán tratamiento por el resto de su vida. A continuación, se recopilarán algunos de los testimonios que dan cuenta de ello: el participante 2 menciona: “...ciertas tensiones que son muchas, me generaron gastritis, reflujo, hemorroides, lumbares y alergias (...) hay unas situaciones que independiente, nos toca escribir para mañana hay que trasnochar, hay que agotar el cuerpo, y el cuerpo cobra...”, y por su lado el participante 4 se refiere a la situación incluso de forma jocosa, haciendo analogías del deterioro en la salud tanto de él como de sus compañeros:

“...Me subí mucho de peso, me enfermé de los riñones, desde el primer año sufrí mucho de los riñones, un día incluso hicimos un chiste porque parecíamos carros que empiezan a fallar, entonces sacamos la “farmacia del doctorado” y yo por ahí tengo la foto, te lo juro que parecíamos una farmacia, eran pastillas para la inflamación, pastillas para eliminar líquidos, pastillas para el dolor de cabeza, para la migraña, pastillas para controlar la ansiedad, teníamos un cartapacio, o sea y yo nunca en mi vida había tomado tantos analgésicos como haciendo el doctorado...”

Y otro testimonio del participante 6 resalta que a partir del doctorado surgió un problema en su cuerpo que lo ha obligado incluso a asistir a fisioterapia y a asumir nuevas costumbres con el objetivo de cuidar la afección física que surgió a lo largo de este proceso de formación:

“... tengo una desviación en la columna, precisamente por la postura, por estar todo el día sentada, entonces tengo que estar haciendo cada... pausas activas cada vez. Entonces me dice la fisioterapeuta: cada hora te tienes que parar a hacer ejercicio. Y yo: pero como me decís eso si cada media hora apenas estoy como tratando de: listo la concentración. O sea, no puedo pararme porque pierdo el hilo...”

Todos estos elementos representando algún tipo de obstáculo a la hora de dar el mejor rendimiento posible ante las exigencias del doctorado.

Ahora bien, aunque los síntomas físicos constituían una gran limitante para los participantes, no se puede dejar atrás el ámbito emocional, ya que este también fue mencionado por todos los participantes a la hora de referirse a los síntomas psicológicos del sufrimiento, y se encontró que todos los participantes habían experimentado en algún momento consecuencias en el plano mental de índole negativa causadas por este proceso de formación.

A manera de síntesis, el panorama general en este ámbito estaba caracterizado por emociones de angustia y resignación ante el doctorado, ya que algunos participantes llegaban incluso a aceptar el lado negativo que traía este consigo y a hacerlo parte de su cotidianidad, así lo expresa el participante 8 en su discurso:

“...Un doctorado es eso, hablando un poco como del título de la propuesta tuya y tu investigación es como un auto suplicio porque te estás metiendo en una cosa que poco de bienestar va a tener, va a ser más malestar que otra cosa pero creo que lo asumo y el que no, en el proceso termina aceptándolo o si no simplemente se marcha...”

Todo esto convertido en una sensación que aunque molesta, parece percibirse también como inherente al proceso de formación, así nos lo hace saber el participante 6:

“... estoy cansada de que me evalúen, todo el tiempo te están evaluando, todo el tiempo te dicen que te falta y te falta y te falta, y nunca es suficiente, entonces esa es una sensación muy maluca y no porque uno crea ¡mejor dicho! uno se las sabe todas, no. Sino porque uno todo el tiempo se siente... O sea como que la satisfacción que te decía ahorita está chévere pero aun así uno siempre se siente en falta, siempre se siente mal, no hay un momento pleno...”

Así mismo, nos encontramos con episodios emocionales en los que los participantes mencionan incluso modificaciones en su comportamiento normal, así nos lo hacen saber los participantes 5 y 4 respectivamente:

“...los fines de semana cuando descanso he sentido síntomas de manía, o sea, yo soy acelerada, hablo, voy pa allá, voy pa acá, es una cosa impresionante, cuando me coge como el acelere, pero, cuando ya paro, siento que soy como un ente, cuando me pasa ese acelere, entonces a veces me pasa que se me olvidan las cosas, cuando ya baja eso se me olvidan o no me concentro...” (Participante 5).

“...estoy haciendo supresión involuntaria de palabras, es como si el cerebro fuera un disco duro que necesita ir abriendo espacio, entonces elimina cosas que no uso mucho para poder meter otras cosas y a mí me da mucho miedo eso porque mi mamá está en diagnóstico temprano de Alzheimer, entonces me da mucho miedo, le tengo mucho terror, me quedo en clase en blanco, se me olvida la palabra y la tengo en la punta de la lengua, no, se me borra el comando...” (Participante 4).

Ambos testimonios evidencian que el impacto generado por el doctorado en los participantes, llega a ser más profundo de lo que se espera, modificando incluso elementos conductuales de manera inconsciente.

Finalmente, abordando la subcategoría correspondiente a los síntomas relacionales del sufrimiento, podemos decir que estos estuvieron diferenciados según la personalidad de los participantes, esta aclaración surge a partir del hecho de que algunos de los entrevistados que no consideran realmente que su círculo social es amplio y tampoco suelen frecuentarlo comúnmente, reportaron una cantidad significativamente menor de relatos relacionados con

síntomas del sufrimiento que pudiesen surgir en la relación con las demás personas. Un ejemplo de esto nos lo da el participante 1, quien relata: “...Hay dos, tres momentos... donde he llegado a la casa triste, donde necesito a mi esposa que me pare, que me ayude, que me de fuerza sí, en realidad, pues, solo como en los momentos específicos se han visto malestares” recalcando que no ha sentido que el doctorado haya afectado significativamente la relación con su familia, y no menciona tampoco efectos negativos en la relación con amigos.

A pesar de esto, el discurso de los participantes está caracterizado por la percepción de un aislamiento por su parte hacia sus relaciones, ya sean laborales, familiares, o amorosas, lo cual las ha debilitado y los hace sentir culpables, lo cual se evidencia en el siguiente fragmento de discurso del participante 4:

...uno no vuelve a ver vacaciones, nada es igual, uno tiene mucho sentimiento de culpa, hay muchísimo rechazo porque uno todo el tiempo es “no puedo porque tengo que estudiar” la gente no le cree a uno, entonces es conflicto con la familia, nadie lo entiende a uno (...) uno se tiene que obligar a verse con la gente para no perder conexión, pero hay gente que yo no veo desde que empezó el doctorado, la gente cree que me morí, me perdí, o que no los quiero...

Y el participante 5 resalta incluso la invisibilización que siente que ha tenido en su trabajo, donde ya sus compañeros se preguntan incluso si sigue trabajando allí: “...te invisibiliza, porque ya no tienes el mismo impacto a nivel laboral que cuando no lo estás haciendo, entonces incluso uno dice que se pierden oportunidades...”, ambos relatos ejemplificando la sensación de soledad que aunque es variable en los participantes, al parecer siempre está presente.

### **Estrategias de defensa frente al sufrimiento**

Con respecto a las estrategias de índole individual, las practicas mencionadas fueron variadas, entre ellas nos encontramos con: hacer ejercicio, dibujar, llevar un diario en el que se registren emociones, dormir, meditar, conducir, entre otras. Pero en general se puede decir que se registraron pasatiempos que les permitían realizar acciones diferentes a las que por lo general deben cumplir con el doctorado, tal como lo expresa el participante 2:

“...para estar bien tengo que huir del doctorado irme pa'l mundo de la vida de verdad, irme pa' cine, disfrutar, ir a comer, no hacer nada el fin de semana, hacer deporte, huir, y eso es paradójico porque igual el estudio te genera placer pero cuando es con ciertas reglas con tanta exigencia tantas fechas, cuando se instrumentaliza tanto ya más bien no...”

Expresando de esta manera que muchas veces la mejor estrategia para afrontar el doctorado era dejar de pensar en él.

Ahora bien, las estrategias de índole colectiva a las que recurren los participantes, tienen cierta tendencia general, la mayoría de mencionan en este apartado a su familia y amigos cercanos, al verlos como un apoyo. Un ejemplo de lo anterior lo encontramos en el participante 3, quien dice "...mi familia es como mi principal escudo, me desahogo mucho con mi esposo, le cuento cómo me siento...mi hija me logra sacar, es la única que me saca de todo, con ella gracias a Dios no me pesa el tiempo...", discurso muy similar al del participante 8, quien también menciona a su familia:

"...mis soportes externos han sido mi familia, papá, mamá y mi hermana, particularmente papá y mamá, con ellos es con quienes he desarrollado un mayor vínculo. Yo te diría ellos han sufrido el doctorado igual que yo, conocen cada cosa del doctorado, han estado al tanto del doctorado, siempre les cuento cómo va, ya hasta se saben el título de la propuesta..."

Un punto a resaltar con respecto a las estrategias de defensa de índole colectiva, es que los participantes buscan especialmente un espacio para hablar, y desean encontrar esa oportunidad de catarsis en sus amigos y seres queridos, es así como lo menciona el participante 6:

"...yo creo que una cosa importante que hay que hacer es la catarsis. Sacarlo, no importa cuantas veces. Porque uno dice: Ay, sí, esta como se queja, pero yo creo que es necesario quejarse. Si uno se queda callado, lo padece y lo somatiza de otras maneras..."

Esto está relacionado con lo placentero que les resulta a los participantes tener compañeros con los que puedan hablar del proceso de formación, y a su vez con la respuesta positiva que tienen ante los espacios de socialización.

### **Despliegue de inteligencia para mantener el placer**

La particularidad encontrada en este apartado de la entrevista, fue que varios participantes mencionaron no haber pensado nunca en la manera en que mantenían el placer, sino que consideraban que este era pasajero y se esfumaba en cuestión de pocos días, hecho que les preocupaba, ya que recaían fácilmente en la sensación de malestar, y por lo tanto muchas veces ni siquiera alcanzaban a percibir los momentos en los que se encontraban ubicados en el polo del placer, así nos lo hace saber el participante 6, que en su discurso menciona

“...yo soy una persona que se estresa con facilidad, entonces a veces no le doy reconocimiento, es como: esos momentos de satisfacción son muy chéveres pero siento que pasan muy rápido, entonces yo no sé si es una zona de confort, aunque no sea de confort, pero puede que sea una fuente confort el estar estresada, o sea como que inconscientemente ese es mi estado natural, entonces vuelvo a angustiarme, vuelvo a preocuparme... hice esto bien... pero falta lo otro...”.

A pesar de esto, algunos mencionan las estrategias que utilizan para mantener el placer, y entre ellas nos encontramos con la “aceptación” de las situaciones que se presentan, y la identificación de los elementos que les generaron placer en cierta ocasión para poder replicarlos. ejemplo de esto son los fragmentos del discurso de los participantes 8 y 5, quienes respectivamente mencionan:

“... [Lo que hago]es aceptar. Si tú no aceptas las cosas que te llegan a la vida, se vuelve todo un sufrimiento, pero es precisamente aceptar cada una de las cosas que te llegan y ya está...el solo hecho de aceptarlo te libera, te sana, entonces ¿cómo hago yo para preservar el bienestar? Teniendo siempre presente esa premisa, esto me está sucediendo, lo acepto y lo segundo le miro a esto que algo de bueno tendrá que tener...”, (participante 8).

“...creo que cuando hay alguna situación exitosa en el proceso yo trato de leerla muy bien, para seguirla replicando, entonces, por ejemplo, una actividad que teníamos de grupo para exponer unos temas, el mismo grupo me reconoció el trabajo, pues yo dije, ¿pero qué fue lo que gustó?, voy a mirar qué fue, entonces identifico algunas cosas, claridad, muchos ejemplos, muchas cosas que aquí tengo que seguir haciendo (...) no irme como en piloto automático, y creo que eso ayuda como a identificar esas situaciones y estar tranquilo...” (Participante 5).

En síntesis, los participantes tienen tres posiciones: una en la que no parecen tener nada planeado para mantener el placer, porque en ocasiones ni siquiera les es posible identificarlo, otra en la que al identificar ese momento de bienestar y satisfacción, lo aceptan y no se dejan influenciar por las demás situaciones que se les puedan presentar posteriormente, y una última en la que analizan cuidadosamente la situación y sus características, de manera que puedan replicarlas después, y así mantener por más tiempo la sensación positiva.

### **Consecuencias del placer y sufrimiento**

En cuanto a las consecuencias subjetivas del placer, la mayoría de participantes reporta una mejora en sus habilidades investigativas, analíticas, de escritura, y de hecho algunos llegan a mencionar que el doctorado les cambió la vida, lo cual se ve reflejado en el siguiente fragmento del discurso del participante 6:

“...el doctorado es un camino hacia uno mismo, es un proceso de descubrirte en tus capacidades, de ponerte tus retos, de cuestionarte muchas cosas, el doctorado es un

proceso muy importante, la verdad yo siento que he aprendido demasiado con el doctorado (...) entonces me ha ayudado mucho y siento que ha aportado mucho a la manera como uno ve el mundo, de manera de pronto un poco más profunda, un poco más reflexiva...”

De acuerdo con lo anterior, nos encontramos con afirmaciones de índole positiva que destacan la mejora en diversas capacidades que les ha dejado el doctorado, así lo menciona el participante 4 “...ha sido muy chévere, recibí digamos diferentes estilos de enseñanza para incorporar en las clases, la concentración va mejorando incrementalmente, la capacidad de síntesis en todo, en el discurso hablado, en lo que uno escucha se van afinando los sentidos...” y pasa algo similar con la experiencia del participante 5 quien menciona: “...consecuencias positivas, definitivamente el desarrollo de unas competencias (...) como lectura, escritura, análisis, ir más allá (...) entonces creo que el doctorado me ha ayudado a ampliar mucho esa capacidad de análisis, como esa capacidad de leer el entorno...”, todo esto comprobando que de alguna manera el proceso de formación doctoral ha ocasionado en todos los participantes una transformación subjetiva que ellos perciben como positiva.

Abordando las consecuencias relacionales del placer, los participantes sentían que los efectos principales de índole positiva a lo largo de la realización del doctorado, habían sido variados: en primera instancia, se habla de la ampliación del círculo de relaciones, tal como lo menciona el participante 9: “...he conocido mucha gente ... si a mí me dicen que alguien sabe algo, yo voy y le pregunto, (...) A mí me han contestado tipos durísimos del comportamiento solo porque yo les escribo...” relato que demuestra cómo a través de este proceso se pueden formar lazos que antes se concebían como impensables.

Por otro lado, se mencionó el reconocimiento obtenido por parte de amigos y familiares, tema mencionado por el participante 7 y 10 respectivamente:

“...hay un reconocimiento social, poco a poco se va gestando como un imaginario, yo no sé si se dice así, de que yo soy una persona, que por lo menos me gusta mucho el tema, y que algo he aprendido, yo no diría que experto porque sonaría bastante arrogante, pero sí alguien que estudio sobre el tema y que si no sabe pues lo aprende, o lo consulta, entonces me genera mucho bienestar...” (Participante 7).

“...ver, pues la satisfacción de las personas que a uno lo aprecian y que lo quieren y que le dicen: bacano, y desde cierta manera me admiran pues por haber digamos apostado al deseo y haber dejado todo por venir, sabiendo que empezaba de cero entonces ellos, digamos admiran esas cosas, entonces yo siento placer con eso porque de alguna manera es un reconocimiento de parte del otro...” (Participante 10).

Comprobando ambos relatos que el efecto que tiene el doctorado sobre las personas en el entorno, y la percepción que estos asumen es también importante para los estudiantes.

Finalmente nos encontramos con una perspectiva diferente en la cual los participantes se sentían felices de que el doctorado les ofreciese un mejor repertorio de actitudes y opiniones con las cuales podían llegar a influir en las vidas de sus seres queridos, y fortalecer de esta manera el vínculo existente en cada una de sus relaciones interpersonales, todo esto haciéndose evidente en el discurso del participante 8:

“... yo creo que yo cuando converso con otras personas o con amigos que tengo hace tiempo familiares y demás, las cosas que yo les digo ahora creo que son mucho más aportantes, porque yo ya les digo cosas que no se las pudiera haber dicho hace cuatro años, porque no las tenía en la cabeza o, porque yo no veía el mundo de esa manera, entonces en esa medida aportas mucho a otras personas...”

En síntesis, aunque en el ámbito subjetivo todos los participantes coincidían en que el doctorado había contribuido significativamente al desarrollo de sus habilidades mentales, y este incluso les había otorgado una manera diferente de observar su entorno, el aspecto relacional arrojó que algunos de los participantes sentían bienestar por haber mejorado sus relaciones sociales, otros por obtener reconocimiento de sus amigos y familiares, y otros por sentirse en la capacidad de brindarles a sus seres queridos una interacción más positiva.

En lo que respecta a las consecuencias del sufrimiento, y refiriéndonos en primera instancia a las consecuencias subjetivas, es un hecho que a partir del análisis de las entrevistas, todos los participantes reportan algún tipo de cambio negativo en sus vidas, algunos referentes a lo económico: “...me ha afectado económicamente, porque implica una dedicación (...) por las ganas de hacer el doctorado, tengo que renunciar a una Universidad y bajarle el ritmo a las clases, para poder dedicarme al estudio, entonces es problemático...”, (participante 1) y otros a lo emocional:

“...me ha parecido muy complicado, sentirme tan sola, yo soy una persona que siempre he trabajado en muchos lugares, haciendo muchas cosas al mismo tiempo y estar concentrada en una sola cosa todo el tiempo y además yo sola me ha costado bastante, (...) es totalmente extenuante porque tú sabes que van a ser como mínimo cuatro años en los que no he tenido ni paz ni tranquilidad, entonces la verdad sí es muy costoso en el nivel personal...”

Finalmente, con respecto a los testimonios referentes a las consecuencias relacionales del sufrimiento, nos encontramos con relatos que se refieren la situación de alejamiento y soledad que el doctorado parece requerir, al estar diseñado de una manera tan demandante, esto lo podemos encontrar en el testimonio del participante 5 que menciona “...hay comentarios que sé que no son de mal, “¿usted todavía trabaja aquí?” (...) me da como rabiecita, sabiendo que

me acosté a las 4 de la mañana y me dices que si trabajo, eso te empieza a invisibilizar...” y esto se relaciona con la percepción del participante 8, quien menciona:

“...una evidencia clara de cómo te cambia es que te aísla, te aleja, entonces tu escuchas historias de personas que se divorcian, que tienen una relación sentimental, digamos que no sea matrimonio con alguien y la relación se termina, te alejas de tu familia porque realmente es tanto lo que tienes que hacer, que leer y además es un trabajo que es tan solitario pero que además requiere tanto silencio, es necesario que tú te aísles...”

Ambos evidenciando cómo a través de su intento por responder de manera adecuada ante las demandas del doctorado, han tenido que dejar de lado otros aspectos de su vida.

### **Consideraciones finales**

Con respecto a las causas del placer en términos de la organización del doctorado, para los participantes es fundamental sentir que la estructura que conocen del mismo es correctamente ejecutada a lo largo del programa, y que dentro de ella estén incluidos programas de socialización de proyectos. En términos de las condiciones, mencionan como placentera la oportunidad para mejorar su condición académica y económica, el sentimiento de gratificación al poder acceder a un nivel de formación tan alto, y el gusto por la investigación que han desarrollado. Respecto a las relaciones hay una fuerte tendencia a mencionar a los compañeros como un pilar fundamental para atravesar este proceso. Y se destaca la posibilidad de aprendizaje identificada en la relación con docentes o asesores. Comparando esto con otros estudios que encontraron que la relación interpersonal y la cooperación entre colegas era importante para los estudiantes (Rodrigues & Felinto, 2018) y que la convivencia social y las nuevas perspectivas de estudio y aprendizaje son generadoras de bienestar (Vera, 2011), podemos decir que el elemento relacional es altamente significativo para los estudiantes.

En términos de las causas del sufrimiento, a raíz de la organización del doctorado, se menciona que se percibe el proceso como excesivamente demandante y desgastante, con múltiples exigencias a las que se debe responder al tiempo, sufren a causa de la falta de estructura y objetividad en los procesos relativos al doctorado. La categoría correspondiente a la excesiva carga que implica el proceso es un elemento recurrente en otros estudios (Rodrigues & Felinto, 2018; Kruta & Henrique, 2013), en los que tanto estudiantes de maestría como de doctorado, sienten que su proceso formativo implica obligaciones excesivas. En cuanto a las condiciones, en nuestro estudio se destacan la sensación de soledad al sentir que el proceso los aleja de los demás, la pobre orientación metodológica y la sensación constante evaluación, la

cual es experimentada también por estudiantes de maestría que mencionan que la metodología en su país está basada en el productivismo y por lo tanto los docentes los evalúan constantemente pero únicamente teniendo en cuenta la cantidad y no la calidad (Kruta & Henrique, 2013). En cuanto a las relaciones, hay dos vertientes evidenciadas en el discurso: la relación de competencia y poca colaboración con los pares, y el sentimiento de denigración y mal trato por parte de los superiores, este último factor marcando un punto de ruptura con otros estudios como el de Rodrigues & Felinto (2018) en el que se menciona que las referencias a esta categoría se debieron a la buena relación entre estudiante y el asesor, calificando esta última como bastante estrecha e incluso “familiar”. Aun así, en estudios como el de Vera (2011), en el que se entrevistó a estudiantes de pregrado, también se encontró que algunos de ellos, tenían la sensación de que los profesores no los respetaban, lo cual nos hace pensar que el ambiente académico, sin importar el nivel de formación, puede llegar ser hostil para los estudiantes.

En cuanto los síntomas del placer físicos, ninguno de los participantes registra elementos que se hayan manifestado en este ámbito. En la dimensión psicológica se evidencia satisfacción por el avance que han tenido en sus capacidades de producción escrita, investigación y análisis, y se mencionan emociones positivas derivadas del reconocimiento que puede llegar a recibir su trabajo, esto último contrasta con el hallazgo encontrado por Kruta & Henrique (2013), en el que se descubrió que la falta de reconocimiento era fuente de malestar. En la subcategoría correspondiente a los síntomas relacionales, los participantes mencionan la relación con su familia, amigos, y compañeros, valoran esta interacción como fuente de bienestar, esto también reportado en los estudiantes de una Universidad brasileña entrevistados para otro estudio (Vera, 2011) quienes mencionan a sus amigos como hermanos y hermanas que se cuidan entre sí para protegerse del poder a veces ejercido despóticamente.

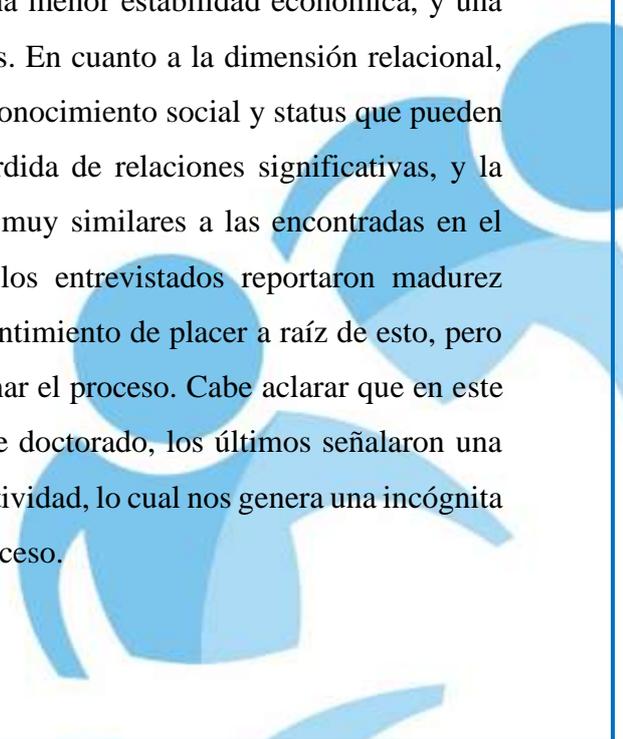
Refiriéndonos a los síntomas del sufrimiento de índole física, todos los participantes reportan afecciones físicas de algún tipo, y muchos de ellos destacan que varias partes de su cuerpo se han visto afectadas, algunas incluso llegando a representar problemas serios que requerirán tratamiento por el resto de su vida. Esto evidenciándose también en otras investigaciones como la de Rodrigues & Felinto (2018), en la que tanto estudiantes de maestría como de doctorado reportaban agotamiento, dificultades para dormir y constantes dolores de cabeza. En cuanto a lo psicológico, los participantes reportan modificaciones repentinas en el desempeño en actividades diarias, y emociones de angustia y resignación ante el doctorado, llegando incluso a una aceptación del lado negativo que perciben de este. El evento de la modificación repentina en actividades diarias simples no presentó precedentes en otros estudios realizados sobre el tema, lo cual nos hace preguntarnos qué nivel de sufrimiento se necesita

para llegar a fenómenos tan graves, y qué es lo que está pasando en Medellín para que esto suceda. En el ámbito relacional, generalmente se menciona una percepción de aislamiento ante relaciones laborales, familiares, amorosas, etc. y una creciente invisibilización en el ámbito laboral, siendo el alejamiento de la familia tema recurrente también en estudios como el de Kruta & Henrique (2013).

Con respecto a las estrategias individuales, los participantes recurren a pasatiempos que les permitan realizar acciones diferentes a las que por lo general deben cumplir con el doctorado: hacer ejercicio, dibujar, llevar un diario, dormir, meditar, conducir, entre otras. Lo cual es un poco diferente resultado del estudio de Rodrigues & Felinto (2018) quienes encontraron que para sus entrevistados, la estrategia principal utilizada para lidiar con el sufrimiento es su propia ambición para el futuro, vislumbrada en función del título que obtendrán. En cuanto a las colectivas, recurren esencialmente al apoyo de su familia, amigos y compañeros, es común que intenten hablar con sus seres queridos para alivianar la carga y hacer catarsis, situación extremadamente similar a la que se reporta en otro estudio sobre el tema, en el cual los entrevistados reportan una sensación de bienestar al poder compartir su situación con colegas y descubrir que no son los únicos que la están pasando mal (Rodrigues & Felinto, 2018).

Con respecto al despliegue de inteligencia para mantener el placer, los participantes entrevistados oscilan entre dos estrategias para mantenerlo: estar atentos a qué fue lo que hicieron en el momento placentero para replicarlo, y reconocer la sensación de bienestar como pasajera, para disfrutarla mientras esté ahí.

Las consecuencias subjetivas se resumen por un lado en una sensación de mejora en habilidades investigativas, analíticas, de escritura, y la percepción del doctorado como una experiencia que cambió sus vidas. Y por el otro en una menor estabilidad económica, y una renuncia a ciertas comodidades previamente adquiridas. En cuanto a la dimensión relacional, también se evidencia que en el polo positivo está el reconocimiento social y status que pueden llegar a obtener, y en el negativo se encuentra la pérdida de relaciones significativas, y la sensación de invisibilización. Estas categorías fueron muy similares a las encontradas en el estudio de Rodrigues y Felinto (2018), en el cual los entrevistados reportaron madurez intelectual resultante de su proceso académico, y un sentimiento de placer a raíz de esto, pero indicaron también dificultades económicas para culminar el proceso. Cabe aclarar que en este estudio comparativo entre estudiantes de maestría y de doctorado, los últimos señalaron una mayor diversidad de situaciones de sufrimiento en su actividad, lo cual nos genera una incógnita con respecto al nivel de afectación que implica este proceso.

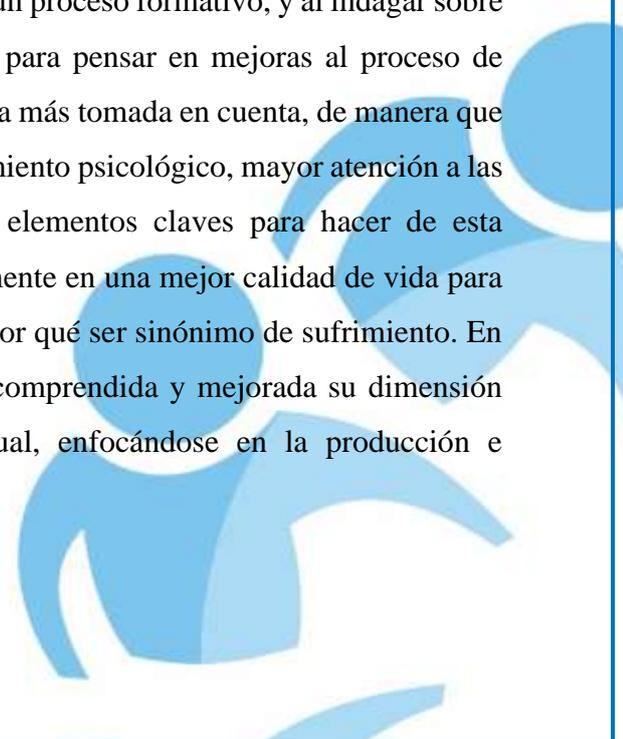


De acuerdo a lo mencionado anteriormente podemos concluir que parece haber una sensación generalizada en la que los estudiantes perciben el proceso como dañino para su salud física, mental y relacional, aunque es un hecho que también se ven mejorías en sus capacidades cognitivas, la sensación de malestar, culpa y soledad es el día a día de este proceso. Esto a partir de las dificultades en la relación con docentes y directivos, la excesiva carga que implica la realización de un doctorado, el alejamiento derivado de la completa dedicación que se le otorga al proceso, y la sensación de incertidumbre derivada de la percepción de que no se sabe con exactitud qué se está haciendo, ya que no hay una orientación metodológica adecuada, todo esto demostrando la gran cantidad de vacíos y oportunidades de mejora que tiene la estructura actual de los doctorados.

En cuanto a las limitaciones, la presente investigación no contó con variedad en cuanto al tipo de doctorado que cursaban los participantes, ya que la mayoría de ellos compartían la misma área de estudio, y esto pudo sesgar la amplitud de los resultados, además podemos decir que el hecho de que los participantes no estuviesen en la misma etapa de su formación, pudo haber arrojado resultados menos homogéneos que los que se hubieran obtenido si toda la población estuviese en el mismo tramo del proceso.

Basados en esto, recomendamos a los investigadores interesados en el tema, trabajar con participantes que estén en una etapa similar del proceso, de manera que sus experiencias puedan ser más fácilmente equiparables, y sugerimos explorar otras áreas de estudio como pueden ser la medicina, ingeniería, entre otros, y otros contextos como las Universidades públicas.

Finalmente, y refiriéndonos al valor práctico que tuvo la realización de esta investigación, debemos resaltar que es importante tener en cuenta que las dimensiones técnica y cognitiva no son las únicas involucradas a lo largo de un proceso formativo, y al indagar sobre la dimensión emocional, estamos abriendo un campo para pensar en mejoras al proceso de formación doctoral, para que a futuro esta dimensión sea más tomada en cuenta, de manera que se puedan incorporar al mismo, procesos de acompañamiento psicológico, mayor atención a las relaciones con compañeros y asesores, siendo estas elementos claves para hacer de esta experiencia una más positiva, lo cual redundaría finalmente en una mejor calidad de vida para los doctorandos, pues realizar este proceso no tendría por qué ser sinónimo de sufrimiento. En suma, se podrá facilitar que los estudiantes, una vez comprendida y mejorada su dimensión emocional, puedan dedicarse de lleno a la intelectual, enfocándose en la producción e investigación que les exige el proceso.



## REFERÊNCIAS

- Dejours, C. (1987). *La locura del trabajo: estudio de psicopatología de trabajo*. Sao Paulo.
- Dejours, C. (2005). *Trabajo y sufrimiento: cuando la injusticia se hace banal*. ModusLaborandi.
- Dejours, C., & Gernet, I. (1985). Psicopatología del trabajo. En C. Dejours, & I. Gernet, *Psicopatología del trabajo*.
- Evans, T. M., Bira, L., Gastelum, J. B., Weiss, L. T., & Vanderford, N. L. (2018). Evidence for a mental health crisis in graduate education. *Nature biotechnology*, 36(3), 282.
- Freud, S. (1930). *El malestar en la cultura*. Obras completas, Tomo XVII Buenos Aires: Amorrortu.
- Kruta, A., & Henrique, D. (2013). Dialectica de placer y sufrimiento: un estudio con maestrandos en administración. *Revista de Administração FACES Journal*, 12(4).
- Malvezzi, S. (2019). The Clinics of Work: Subjective Distress Derived from Labour fragmentation. *International Journal of Psychological Research*, 12(1), 66-67. <https://doi.org/10.21500/20112084.4111>
- Mendes, A., Araujo, L. y Soares, F. (2014). Escucha política y clínica del sufrimiento en el trabajo: contribuciones desde las prácticas en clínica psicodinámica del trabajo brasilera. En: Orejuela, J. (Ed.) *Psicología de las organizaciones y del trabajo: apuestas de investigación*. Cali: Bonaventuriana. (pp. 25-46).
- Mendes, A. (2018). *Desejar, Falar, Trabalhar*. Porto Alegre: Editora Fi. <http://www.editorafi.org>
- Orejuela, J., Pérez, M. y Vásquez, A. (2019). Trabajo, subjetividad y clínicas del trabajo: una aproximación al estado de su cuestión en el caso colombiano. *Laboreal*, 15 (2), 1-24. <https://doi.org/10.4000/laboreal.15522>
- Orejuela, J. y Malvezzi, S. (2016). Una revisión crítica de la noción de sufrimiento presentada por la psicodinámica del trabajo. *Trabalho [en]cena*, 01 (1), 15-28.
- Orejuela, J. (2018). *Clínica del trabajo: el malestar subjetivo derivado de la fragmentación laboral*. Bogotá: San Pablo-Eafit.
- Orejuela, J. (2020). *Investigar sin angustia: claves estratégicas para desarrollar una investigación*. Medellín: Universidad EAFIT.
- Rodrigues, C., & Felinto, R. (2018). Dialéctica del placer y sufrimiento, la relación de maestrandos y doctorandos con su trabajo académico, *Revista Contemporânea de economia e gestão*, 16 (2), 113-145.
- Vera, E. (2014). Plaisir et souffrance à l'université brésilienne», *Revue internationale d'éducation de Sèvres*, 57. <https://doi.org/10.4000/ries.2101>

## **SAÚDE MENTAL DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS EM MOÇAMBIQUE: EXPERIÊNCIAS DE UMA RODA DE CONVERSA**

Mental health of university students in Mozambique: experiences from a wheel conversation

Santé mentale dès étudiants universitaires au Mozambique: expériences d'une ronde de conversation

Salud mental de estudiantes universitarios en Mozambique: experiencias de una rueda de conversación

**Ana Cláudia Almeida Machado<sup>1</sup>**©

Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura, Brasília, DF, Brasil<sup>2</sup>

**Augusto Joaquim Guambe<sup>3</sup>**©

Universidade Eduardo Mondlane, Departamento de Psicologia Clínica, Maputo, Moçambique

**Larissa Polejack<sup>4</sup>**©

Universidade de Brasília, Departamento de Psicologia Clínica, Brasília, DF, Brasil

**Eliane Maria Fleury Seidl<sup>5</sup>**©

Universidade de Brasília, Departamento de Psicologia Clínica, Brasília, DF, Brasil

**Bento Daniel Saloio Mazuze<sup>6</sup>**©

Universidade Eduardo Mondlane, Departamento de Psicologia Clínica, Maputo, Moçambique

**Emílio Peres Facas<sup>7</sup>**©

Universidade de Brasília, Departamento de Psicologia Social e do Trabalho, Brasília, DF, Brasil

### **Resumo**

Este artigo apresenta um relato de experiência ocorrida em 2018 em uma universidade pública moçambicana. Trata-se de uma roda de conversa desenvolvida junto a estudantes matriculados em disciplina do curso de psicologia, com o objetivo de abordar a temática da saúde mental no contexto universitário. Participaram da atividade aproximadamente 20 estudantes de ambos os sexos, com idades variando entre 20 e 30 anos. A atividade permitiu com que os estudantes compartilhassem entre si os aspectos ligados à vida universitária que impactavam suas vivências de bem-estar e mal-estar no contexto acadêmico. Dentre elas, destacam-se questões interpessoais, em especial no tocante ao relacionamento entre os colegas; questões administrativas, que se relacionam com as regras impostas por parte dos docentes em suas disciplinas; e questões estruturais, que dizem respeito às condições de trabalho oferecidas pela universidade. Aspectos positivos e negativos foram mencionados nas três vertentes. A roda de conversa possibilitou maior interação entre estudantes, estimulou a empatia entre os colegas e permitiu elaboração conjunta de novos modos de solução dos problemas. Também propiciou o compartilhamento de idéias

<sup>1</sup> naclau@gmail.com

<sup>2</sup> Campus Universitário Darcy Ribeiro, ICC Ala Sul, Bloco A, Sala AT 028/7, Brasília-DF, CEP: 70910-900

<sup>3</sup> guambe26@gmail.com

<sup>4</sup> larissapolejack@hotmail.com

<sup>5</sup> eliane.seidl@gmail.com

<sup>6</sup> loymz@yahoo.com.br

<sup>7</sup> emiliopf@gmail.com

a respeito de melhorias no relacionamento entre discentes e docentes, assim como sobre o aprimoramento de aspectos relacionados à estrutura física da universidade.

**Palavras-chave:** Roda de conversa; Estudantes universitários; Saúde mental; Psicodinâmica do Trabalho.

---

### Abstract

This paper presents an experience report from 2018 at a Mozambican public university. It is about conversation wheel which has been developed with students enrolled in the discipline of the psychology course, with the objective of addressing the theme of mental health in the university context. Approximately 20 students of both sexes, aged between 20 and 30 years old, participated in the activity. The activity allowed students to share aspects related to university life that impacted their experiences of well-being and discomfort in the academic context. Among them, interpersonal issues stand out, especially regarding the relationship between colleagues; administrative, which relate to the rules imposed by teachers in their subjects; and structural, which concern the working conditions offered by the university. Positive and negative aspects were mentioned in all three strands. The conversation wheel provided greater interaction between students and stimulated empathy among colleagues and allowed joint elaboration of new ways of solving problems. It also provided the sharing of ideas about improvements in the relationship between students and teachers and about the improvement of aspects related to the physical structure of the university.

**Keywords:** Wheel of conversation; University students; Mental health; Work Psychodynamics.

---

### Résumé

Cet article présente un rapport d'expérience de 2018 dans une université publique du Mozambique. Il s'agit d'une roue de conversation développée avec les étudiants inscrits à la discipline du cours de psychologie, dans le but d'aborder le thème de la santé mentale dans le contexte universitaire. Environ 20 étudiants des deux sexes âgés de 20 à 30 ans ont participé à l'activité. Cette activité a permis aux étudiants de partager des aspects de la vie universitaire ayant une incidence sur leurs expériences de bien-être et d'inconfort dans le contexte universitaire. Parmi eux, les questions interpersonnelles se distinguent, en particulier en ce qui concerne les relations entre collègues; administrative, qui se rapportent aux règles imposées par les enseignants dans leurs matières; structurelles, qui concernent les conditions de travail offertes par l'université. Des aspects positifs ont été mentionnés dans les trois volets. La roue de conversation a permis une plus grande interaction entre les étudiants et a stimulé l'empathie entre collègues et a permis l'élaboration commune de nouvelles méthodes de résolution des problèmes. Il a également permis de partager des idées sur l'amélioration des relations entre étudiants et enseignants et sur l'amélioration d'aspects liés à la structure physique de l'université.

**Mots clés:** Ronde de conversation; Étudiants universitaires; Santé mentale; Psychodynamique du Travail.

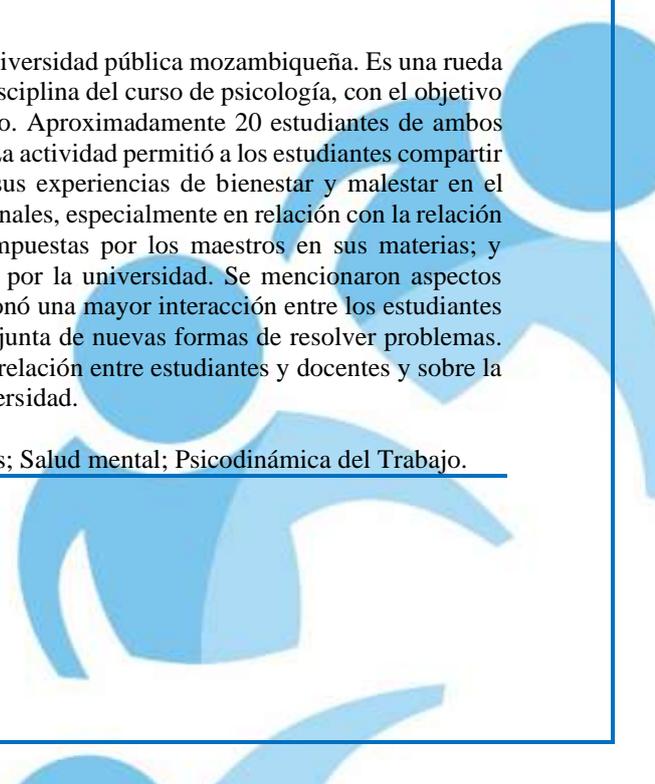
---

### Resumen

Este artículo presenta un informe de experiencia de 2018 en una universidad pública mozambiqueña. Es una rueda de conversación desarrollada con estudiantes matriculados en la disciplina del curso de psicología, con el objetivo de abordar el tema de la salud mental en el contexto universitario. Aproximadamente 20 estudiantes de ambos sexos, con edades entre 20 y 30 años, participaron en la actividad. La actividad permitió a los estudiantes compartir aspectos relacionados con la vida universitaria que impactaron sus experiencias de bienestar y malestar en el contexto académico. Entre ellos, destacan los problemas interpersonales, especialmente en relación con la relación entre colegas; administrativo, que se relaciona con las reglas impuestas por los maestros en sus materias; y estructural, que concierne a las condiciones de trabajo ofrecidas por la universidad. Se mencionaron aspectos positivos en los tres capítulos. La rueda de conversación proporcionó una mayor interacción entre los estudiantes y estimuló la empatía entre colegas y permitió la elaboración conjunta de nuevas formas de resolver problemas. También proporcionó el intercambio de ideas sobre mejoras en la relación entre estudiantes y docentes y sobre la mejora de aspectos relacionados con la estructura física de la universidad.

**Palabras clave:** Rueda de conversación; Estudiantes universitarios; Salud mental; Psicodinámica del Trabajo.

---



## **Introdução**

A Roda de Conversa a que se refere este artigo ocorreu no âmbito do Projeto Pró-Mobilidade Internacional da Coordenação de Apoio ao Pessoal de Ensino Superior (CAPES) e Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP). A cooperação CAPES-AULP estabelecida entre o Departamento de Psicologia Clínica do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília (PCL-IP-UnB) e o Curso de Psicologia da Faculdade de Educação da Universidade Eduardo Mondlane (FACED-UEM) permitiu o intercâmbio de pesquisadores entre as instituições. Docentes, estudantes de graduação e doutorandos de ambas as universidades, durante os quatro anos de existência do projeto (2014 a 2018), visitaram as instituições dos países estrangeiros para troca de experiência, aprendizagem e desenvolvimento de pesquisas e outros tipos de projetos acadêmicos.

Dentre as atividades desempenhadas pelos doutorandos brasileiros na UEM estava a prática docente em disciplinas regulares do curso de Psicologia, cuja titularidade pertencia a um docente local. No ano de 2018, quando a Roda de Conversa foi desenvolvida, a disciplina onde a mesma foi realizada era conduzida em parceria entre um docente local da UEM e a docente visitante, estudante de doutorado em psicologia clínica e cultura da UnB com experiência em docência em ensino superior. Os estudantes que participaram da atividade tinham entre 20 e 30 anos de idade, eram em sua maioria do sexo feminino e não trabalhavam. A maior parte residia com sua família nuclear, sendo poucos deles casados e/ou com filhos.

O que motivou a realização da atividade foi o interesse que os estudantes demonstraram em aprofundar seus conhecimentos sobre a técnica da roda de conversa, cujo o interesse foi despertado quando a mesma lhes foi apresentada teoricamente, já que uma das aulas do conteúdo programático da disciplina previa leitura de um texto que abordava técnicas para o exercício profissional do psicólogo que atua em contextos grupais.

## **Roda de Conversa: aspectos conceituais e metodológicos**

A roda de conversa é um instrumento metodológico que busca compartilhar pontos de vista de um grupo sobre assuntos diversos sobre temas gerais ou específicos, por meio do exercício de reflexão mútua. Para produzir efeitos, é necessário que a roda de conversa vá além da capacidade de argumentação lógica dos participantes, uma vez que sua construção ocorre justamente por meio da relação estabelecida respeitosamente com o outro, do saber ouvir e do enfrentamento às diferenças (Warschauer, 2001). Como os participantes das rodas de conversa

possuem histórias de vida diferentes, é necessário considerar que também serão distintas as dinâmicas contidas nas falas proferidas pelo grupo, já que os diálogos não necessariamente são construídos sob a mesma estrutura lógica, tendo em vista a diversidade peculiar em contextos grupais. Cada roda de conversa é uma experiência única, ocorre por meio da interação entre os participantes e é mediada por um coordenador (Warschauer, 2002).

No caso de rodas de conversa desenvolvidas em ambientes educativos, em especial quando os participantes são os estudantes e os coordenadores são professores, é importante notar se, de fato, lhes está sendo assegurado o livre exercício da fala, ou a plena liberdade para se expressarem. Esse cuidado especial merece ser dispensado em todas as situações em que houver uma situação de hierarquia previamente estabelecida, seja ela oficial (como em instituições militares ou religiosas), normativa (chefes em relação aos subordinados ou profissionais de saúde em relação aos pacientes) ou cultural (adultos diante grupo de jovens, líderes comunitários diante membros da comunidade). Em situações específicas, os estudantes podem se beneficiar da participação em rodas de conversa coordenadas por seus professores quando a profissão que exercerão requer o uso da técnica, como é o caso dos cursos das áreas da saúde e educação. Acredita-se que a participação dos estudantes como partes integrantes da roda, além de permitir-lhes compartilhar pontos de vista próprios sobre determinados assuntos, pode propiciar uma experiência empática em relação aos participantes das rodas de conversa nas quais futuramente atuarão como coordenadores, em seu exercício profissional.

### **A noção freiriana de educação libertadora**

Quando se fala na realização das rodas de conversa em ambientes educativos, e a noção freiriana de educação libertadora da liberdade aos estudantes, vêm à tona os preceitos de Paulo Freire sobre educação libertadora. Segundo sua visão crítica, a liberdade está relacionada aos ideais de autonomia e libertação e é ela que “atribui sentido a uma prática educativa que só pode alcançar efetividade e eficácia na medida da participação livre e efetiva dos educandos” (Freire, 2003, p. 13). Além disso, os saberes que os próprios educandos acumularam previamente, incluindo sua experiência de vida, são considerados elementos imprescindíveis de serem considerados pelo professor para que haja um bom processo educacional. E se muito já foi acumulado, ênfase também deve ser dada sobre o que ainda pode ser desenvolvido, o que ocorrerá por meio de uma visão crítica do próprio educando sobre seu processo de aprendizagem. Para Freire (2000), os estudantes são “seres capazes de saber, de saber que

sabem, de saber que não sabem. De saber melhor o que já sabem, de saber o que ainda não sabem” (p. 40).

A visão freiriana de educação rompe com a lógica de um professor detentor do conhecimento absoluto em contraposição a estudantes que captam passiva e acriticamente o saber sagrado, uma vez que há a dissolução da figura tradicional do mestre (Freire, 1970). Parte-se da idéia de que, para ensinar é preciso antes, aprender. Segundo o autor, “aprender precedeu ensinar, ou, em outras palavras, ensinar se diluía na experiência realmente fundamente de aprender” (Freire, 1996, p. 26).

Sem relação não há aprendizagem. A ideia de estudantes sendo “tábulas rasas”, prontos para sofrerem doutrinação, é leviana ou, minimamente, ingênua. Em ambientes educacionais onde a liberdade está assegurada, nos quais os professores creem ser possível aprender, eles próprios, com os estudantes, o único risco é o de precisar se transformar a cada instante para que, de fato, se consiga apreender a realidade circundante. Para Freire (1996), “transformar a experiência educativa em puro treinamento é amesquinhar o que há de fundamentalmente humano no exercício educativo: seu caráter transformador” (p. 37).

A noção de sujeito social é outro aspecto a ser considerado quando se deseja ter uma educação transformadora e emancipadora, a qual apenas será alcançada por meio do exercício da democracia, e não apenas de um ideal democrático. Freire (1979) parte do pressuposto de que é a partir da democratização que “as massas populares começam a se procurar e a procurar seu processo histórico” (p. 37). Assim, a educação, quando verdadeiramente exercida, transforma-se em uma “arma anti-letal” capaz de devolver aos oprimidos a liberdade que lhes é inerente, assim como de exterminar injustiças sociais praticadas secularmente contra um povo ou contra uma nação.

### **Universidade Eduardo Mondlane – UEM: breve contextualização**

A Universidade Eduardo Mondlane é a mais antiga instituição de ensino superior em Moçambique e está mudando de paradigma, de uma instituição de ensino por excelência para uma universidade de investigação e extensão. O ensino no nível de graduação é público e no de pós-graduação é privado. Têm sido desenvolvidos programas de formação contínua dos docentes em grau de mestrado e doutorado, sendo assim vêm sendo estabelecidos projetos de cooperação internacional em parceria com universidades de diversos locais do mundo, em especial de países de língua portuguesa.

A conjuntura política, sócio-cultural e econômica, nacional e internacional de Moçambique, ainda que caracterizada pelo desenvolvimento e pelo progresso, é também marcada pela vulnerabilidade e riscos a que a esfera humana está sujeita, especialmente no que se refere à desigualdade e exclusão sociais, tensões e conflitos, estabelecidos sob uma economia de mercado. Uma das principais consequências de tal conjuntura é a acentuação de desigualdades sócio-econômicas, onde a grande maioria da sociedade vive em condições de pobreza absoluta, com repercussões ao nível psicológico e comportamental. Dentre as causas desses sintomas, destacam-se o desemprego e subemprego, a violência, a criminalidade, o consumo e dependência de substâncias psicoativas, o tráfico humano, os assédios de várias ordens, a sinistralidade rodoviária, a pandemia do HIV/Aids, o divórcio, a morte, o luto, as doenças graves, o enfrentamento de situações de extrema pobreza, a pressão social e ambiental, os riscos e a incapacidade de adaptação a novas condições de vida.

Todas essas questões são relevantes para a prática do profissional de psicologia que atua no país. O curso de Licenciatura em Psicologia da UEM foi criado em 2002 e está desenvolvido em três vertentes: Psicologia das Organizações (PDO), Psicologia Escolar e das Necessidades Educativas Especiais (PENEE) e Psicologia Social e Comunitária (PSC). O curso de Psicologia está vinculado à Faculdade de Educação (FACED) da UEM. Na pós-graduação, desde 2013 é ofertado curso de Mestrado em Terapia Familiar e Comunitária e, atualmente, está em criação o Mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde. O curso de Doutorado em Educação, que recepciona profissionais oriundos da Psicologia, foi recentemente implantado.

### **Justificando a realização da roda de conversa sob o referencial teórico da Psicodinâmica do Trabalho**

O tema da roda de conversa foi a saúde mental no contexto universitário. Foi definido antes da realização da atividade que uma aula de 4 horas seria exclusivamente dedicada à sua realização.

O que motivou a escolha do tema foi o interesse demonstrado pelos estudantes em relação ao conteúdo de palestra que havia sido proferida algumas semanas antes sobre a temática da saúde mental no trabalho, mais especificamente, a respeito dos pressupostos teóricos da Psicodinâmica do Trabalho (PdT), também ministrada pela docente visitante. De forma a contemplar ambos os temas – a PdT como teoria e a Roda de Conversa como técnica – os docentes e os estudantes concordaram com o tema central da atividade.

De forma resumida, a PdT é uma teoria geral de origem francesa que aborda a relação entre subjetividade e trabalho, sendo seu foco a saúde mental no trabalho. Para essa teoria, o trabalho nasce do sofrimento, pois é justamente a partir do incômodo do trabalhador ante a possibilidade de fracassar que nasce o trabalho. Esse sofrimento original, contudo, pode encontrar dois destinos, o do sofrimento criativo ou o do sofrimento patológico.

Segundo Dejours e Abdouchelli (1994), o sofrimento patológico ocorre quando há pressões, frustrações, medo, sentimento de impotência, quando não há mais margem de liberdade para transformar e aperfeiçoar a organização do trabalho. Para os autores (Dejours & Abdouchelli, 1994), após terem sido explorados todos os recursos defensivos, o sofrimento começa a destruir o aparelho mental e o equilíbrio psíquico do sujeito, conduzindo, assim, à margem indesejada dos destinos possíveis ao sofrimento original, que é o sofrimento patogênico. Para que não culmine em uma doença, a organização do trabalho deve assegurar ao trabalhador a liberdade para utilizar sua inteligência e criatividade visando à transformação das situações de trabalho que fazem sofrer, cenário esse que é o do sofrimento criativo.

Trabalhar é conhecer a experiência do real. É defrontar-se com o novo, com o inesperado, com o imprevisível. Para Dejours (2004), todo trabalho recebe a influência do real e essa experiência não é técnica, mas sim afetiva, já que trabalhar é fracassar, é sofrer. A emancipação do trabalhador ocorre no momento em que o mesmo se apropria do sofrimento para ressignificá-lo, superá-lo e transformá-lo. O sofrimento, por si só, não é necessariamente o estopim para o adoecimento no trabalho – ao contrário, ele pode servir de ponto de partida para que o trabalhador saia em busca de meios para transformar esse sofrimento em prazer e conquistar saúde.

Mendes (2011) afirma que, no trabalho, a transformação do sofrimento em prazer ocorre em organizações do trabalho que possuem duas características: a primeira, de oferecer ao trabalhador uma margem de liberdade que leva em consideração seus desejos e necessidades pessoais, e a segunda, de possuir relações socioprofissionais abertas, democráticas e justas. Para a PdT, trabalho saudável é aquele que permite a transformação do sofrimento em prazer e não aquele onde não há vivências de sofrimento, pois ele está na gênese do trabalho.

Outro aspecto que influencia as vivências de prazer-sofrimento é a coletividade no trabalho, já que o desmoronamento dos laços sociais entre colegas tem sido cada vez mais relacionado à ocorrência de doenças mentais em trabalhadores. A solidariedade entre os pares pode ser negativamente afetada quando se incentiva a concorrência entre os próprios colegas. Tal competitividade pode ser incitada por meio da instauração de mecanismos de controles

individualizados e sistemáticos, apoiados por sistemas de informação de alto desempenho (Sznelwar, Uchida & Lancman, 2011).

De forma a contemplar ambos os temas – a PdT como teoria e a Roda de Conversa como técnica – os docentes e os estudantes concordaram com o tema central da atividade.

Ressalta-se que a Psicodinâmica do Trabalho é uma disciplina teórica e clínica, e possui metodologia própria, denominada Clínica do Trabalho. A escuta ativa e livre do trabalhador deve ocorrer de modo coletivo, com base nos preceitos da psicanálise, sem direcionamento dos temas a serem abordados por parte do pesquisador, já que a entrevista deve ser aberta ou não-estruturada. Sendo assim, utilizar os pressupostos da PdT por meio de um método não clínico e, de certa forma, semi-estruturado, como foi a condução da Roda de Conversa, não permite sua classificação como uma atividade de intervenção em PdT. No entanto, para ser leal ao referencial teórico que inspirou a atividade, há que se fazer essa menção. Houve, todavia, a necessidade de realizar adaptações da teoria para que a atividade pudesse ser desenvolvida no ambiente universitário.

Primeiramente, há de se destacar que estudantes não são trabalhadores ou, ao menos, não pertencem a um coletivo de trabalhadores, ainda que, individualmente, haja aqueles que exercem alguma atividade laboral. A adaptação da teoria, que originalmente é voltada ao trabalhador, para ser utilizada em um contexto universitário, precisou considerar as diferenças quando da utilização de alguns temas clássicos, tais como: organização de trabalho; coletivo de trabalho; reconhecimento; relação com chefias, dentre outros. Foi, portanto, necessário adaptá-los: ao invés de se falar do relacionamento com as chefias, abordou-se a relação dos estudantes com seus professores; já as discussões sobre o coletivo de trabalho recaiu sobre o relacionamento que há entre os colegas de turma; a organização do trabalho (instituição) era a própria universidade, com suas regras, metas, exigências e prazos; as recompensas materiais eram as notas e menções alcançadas, já as simbólicas, os elogios, etc. Esse conteúdo e tal troca não foram impostos previamente, ao contrário, foram emergindo naturalmente durante a realização da roda.

Há também que se esclarecer que a PdT atenta o olhar sobre as estratégias de mediação do sofrimento, ou sobre o modo como os trabalhadores enfrentam as vivências de sofrimento e as transformam em prazer. As principais estratégias, que são o uso de defesas e mobilização subjetiva (individual ou coletiva) também foram abordadas considerando as especificidades do ambiente universitário.

As defesas conduzem os trabalhadores a minimizar, transformar, modificar a realidade que os faz sofrer e surgem quando o trabalho não permite que sejam utilizadas outras formas

de lidar com o sofrimento (Dejours & Abdoucheli, 1994). Se, por um lado, o uso de defesas protege do sofrimento psíquico, por outro, causa uma estabilidade psíquica artificial.

Já a mobilização subjetiva difere das estratégias defensivas, uma vez que implicam na ressignificação do sofrimento (Mendes, 2007). Requer o uso da inteligência pelo trabalhador e seu uso está ligado à dinâmica entre contribuição e retribuição que um trabalhador vivencia no contexto de trabalho (Dejours, 1992), passando pelo reconhecimento e cooperação entre colegas de trabalho (Mendes & Duarte, 2013).

Comparando-se ambas as estratégias, pode-se dizer que, quando experienciam uma situação desagradável, os trabalhadores podem lançar mão de estratégias de defesa para minimizar os efeitos nocivos do sofrimento no trabalho, mantendo, assim, ainda que de forma precária, a saúde mental no trabalho, ou então, podem fazer uso da mobilização subjetiva, ampliando as possibilidades de vivências de prazer (Amaral, Mendes & Facas, 2019).

Curiosamente, apesar das diferenças entre os ambientes laboral e universitário, a ideia de utilizar conteúdos teóricos especificamente formulados para o mundo do trabalho permitiu acessar conteúdos bastante significativos sob o ponto de vista da saúde mental dos estudantes universitários, como será descrito a seguir.

## **Procedimentos**

A atividade foi desenvolvida no âmbito da disciplina visando à discussão dos aspectos relacionados à temática proposta, o que justifica o fato da mesma não se configurar prioritariamente como uma atividade de ensino ou de pesquisa propriamente ditas, mas sim, como uma vivência em sala de aula. O relato da experiência aqui compartilhado tem como objetivo inspirar que sejam desenvolvidas iniciativas similares, em especial no contexto universitário. A indisponibilidade de dados sobre indicadores de saúde no contexto acadêmico moçambicano é um dos fatores que justificam a necessidade de que estudos dessa natureza sejam realizados e divulgados nesse cenário.

Não foi exigida presença em sala de aula nesse dia em específico, visto essa ser uma atividade complementar previamente agendada, porém houve poucas ausências. Da aula teórica onde foi trabalhado o texto sobre Roda de Conversa participaram ambos os docentes, o titular moçambicano e visitante (doutoranda brasileira), porém, foi estabelecido conjuntamente entre os professores e a turma o compromisso prévio de que o docente titular não iria permanecer em sala durante a realização da atividade, já que o mesmo pertence ao quadro de professores regulares da instituição. Isso foi feito no intuito de garantir a máxima liberdade possível aos

estudantes. Foi também combinado previamente que os principais temas abordados durante a atividade seriam levados ao conhecimento do professor titular, para que o mesmo tentasse intermediar ações capazes de gerar melhorias, em nome de todo o grupo, sem identificar os estudantes. Durante a palestra sobre Psicodinâmica do Trabalho, alguns estudantes manifestaram sintomas de mal-estar psíquico em relação à sua vivência universitária, os quais não se diferem, de forma significativa, daqueles encontrados nos ambientes universitários brasileiros, apesar das diferenças culturais entre os países.

No início da aula programada para acontecer a roda de conversa, os estudantes foram convidados a participar da arrumação da sala de aula, que deveria conter um círculo formado por cadeiras escolares. Primeiramente, os alunos tiveram a iniciativa de arrumar o círculo não apenas com as cadeiras, mas também com as carteiras, o que se justificou pelo interesse de fazerem anotações durante a atividade. Foi necessário esclarecer que as carteiras não seriam necessárias por duas razões principais: primeiramente, pelo fato de que os mesmos participariam da atividade não no papel de estudantes, mas como integrantes de uma roda de conversa real, na qual poderiam manifestar-se livremente, e não como aprendizes. Percebeu-se que os discentes receberam essa instrução com certa surpresa, o que demonstrou que não são comuns atividades em sala de aula que não seguissem o formato de aulas expositivas. Além disso, foi assegurado aos estudantes a oportunidade de futuramente participar de outra roda de conversa, dessa vez já no papel de coordenadores, a qual seria supervisionada pelos docentes da disciplina, se esse fosse o seu desejo. Após a realização da atividade, foi disponibilizado um espaço para questionamentos, dúvidas e comentários sobre a técnica utilizada.

Como a arrumação com as carteiras estava adiantada no horário programado para o início da atividade, decidiu-se não desfazer essa disposição para logo dar-se início aos trabalhos, com os estudantes então sentados sobre as carteiras dispostas em formato de roda, e não nas cadeiras, como era inicialmente previsto. Esse fato acabou conferindo um ar mais descontraído à atividade e contribuiu com a criação de um clima de informalidade entre os participantes, além de ter propiciado uma maior aproximação física, facilitando a interação.

Cabe informar que o ambiente universitário em Moçambique pode ser considerado super formal se comparado com o brasileiro. Os professores são chamados de doutores pelos estudantes, mesmo que não possuam tal titulação. Os trajés e formalidade nas falas e comportamentos dos professores podem ser elementos dificultadores de uma aproximação que facilite trocas entre os mesmos e os estudantes, o que não necessariamente impede a aprendizagem, mas pode influenciar no desenvolvimento da liberdade e exercício da autonomia por parte dos estudantes.

O fato de a condução da roda de conversa ter ficado a cargo da docente brasileira pode ter contribuído para um clima descontraído, o que foi importante para que se tenha alcançado os resultados a que se chegaram com a atividade. Ainda sobre o espaço físico, há que se destacar que a coordenadora permaneceu, pela maior parte do tempo, sentada nas carteiras, tal qual o fizeram os participantes, conferindo maior interação e desfazendo a hierarquia esperada entre um docente e estudantes naquele contexto. Quando foi necessário, a mesma também circulou pelo centro da roda e se dirigiu à lousa, o que de algum modo contribuiu para o dinamismo da atividade. Nenhum material, além de lousa e pincel, foi utilizado. As falas dos participantes iam sendo registradas pela coordenadora na lousa por meio da anotação de palavras ou expressões que exprimissem a ideia central do conteúdo que ia sendo proferido.

A atividade teve duração aproximada de duas horas e foi dividida em três momentos: o estabelecimento de acordos; a roda de conversa propriamente dita; e o encerramento. À medida que os dados iam sendo coletados na lousa, a coordenadora os agrupava respeitando-se sua similaridade semântica ou de sentido. A classificação utilizada foi definida de forma subjetiva, porém, os temas que emergiram foram agrupados respeitando-se a associação entre os mesmos.

Após o encerramento da roda de conversa, os estudantes puderam realizar comentários sobre a atividade, com foco na possibilidade de utilizarem a técnica da roda de conversa em seu futuro exercício profissional.

## **Resultados e discussão**

As regras acordadas pelo grupo incluíam a importância de se respeitar a fala do outro, o direito de todos fazerem uso da palavra, a garantia da liberdade de expressão combinada à promessa de sigilo sobre o conteúdo da roda de conversa, a relevância de que houvesse uma escuta ativa de todos em relação às falas, e o tempo de duração da atividade. Além disso, chegou-se ao consenso de que seria importante que, diante de uma possível discordância de opinião, houvesse cautela quando da exposição do contraditório.

Os estudantes foram motivados a discorrerem sobre três temas ligados à saúde mental no ambiente universitário: aspectos interpessoais, que dizem respeito ao relacionamento entre os próprios colegas, aspectos denominados administrativos, sobre aspectos ligados ao modo de organização do curso e das disciplinas, e aspectos estruturais, ligados às condições de estudo proporcionadas pela universidade. Ressalta-se que as expressões em aspas foram adaptadas para o português usado no Brasil.

## Aspectos interpessoais

O que aparentemente mais compromete o bem-estar dos universitários são conteúdos relativos ao primeiro aspecto. Os aspectos interpessoais motivaram a maior quantidade de falas e também aquelas que davam mais ênfase nas dificuldades enfrentadas pelos estudantes. O segundo ponto, que dizia respeito às regras, modos de avaliação, prazos, etc., de certo modo também engloba temas ligados ao relacionamento entre estudantes e professores, porém, de forma secundária, pois o relacionamento associa-se ainda mais à atuação do docente em sala de aula. Foram mencionadas vivências de sofrimento e de prazer sobre esse aspecto e ficou evidente que não é possível fazer generalizações, pois a relação que se estabelece com cada professor é singular e gera experiências bastante diferentes entre si. O terceiro ponto levanta questões estruturais, aquelas relacionadas ao ambiente físico oferecido pela universidade para a realização das atividades curriculares e extracurriculares. Em linhas gerais, os temas relacionados a esse aspecto foram considerados insuficientes para garantia de vivências de prazer aos estudantes. Os três aspectos serão apresentados de forma mais específica a seguir.

Em relação ao aspecto interpessoal, que aparentemente é a principal fonte de mal-estar por parte dos estudantes, parece haver pouca tolerância à diversidade entre os colegas, uma vez que se enfatizou a “não-aceitação de ideias opostas” e o fato de que “colegas marginalizam opiniões diferentes da sua”. A falta de solidariedade em sala de aula também ficou evidente. Os estudantes disseram ser incômoda a “falta de solidariedade experimentada principalmente quando da apresentação de seminários em grupo nas disciplinas”, o que foi reforçado por duas outras queixas, a de que há “pouca colaboração nas atividades que exigem trabalho de campo” e a “indisponibilidade de colegas para colaborar nas atividades em grupo”.

Outro ponto importante mencionado nesse aspecto foi o “excesso de comentários depreciativos pelas costas por parte dos colegas”, ou “fofocas”. Inclusive, quando lhes foi apresentada a expressão “fofoca”, houve um momento descontraído em meio ao ambiente tenso que os relatos vinham trazendo, pois essa é uma expressão que não é comum no português praticado em Moçambique, cuja inspiração é no português de Portugal e nos inúmeros dialetos locais.

Sobre o relacionamento entre colegas, ainda foi mencionado que “a socialização de novos estudantes é algo praticamente inexistente”. Pelo fato das turmas serem formadas por um grupo praticamente fixo de estudantes, que estão juntos desde o primeiro semestre do curso, quando novos estudantes se matriculavam em uma disciplina da grade daquela turma,

independentemente do motivo pelo qual isso ocorreu, os mesmos não sentiam acolhidos pelos colegas.

As estratégias utilizadas pelos estudantes para enfrentarem o sofrimento relacionado a esse aspecto podem ser classificadas, principalmente, pelo uso recorrente de defesas, como por exemplo, lançam mão da tática de “afastamento dos colegas que pensam diferentemente de mim”, de modo a evitar conflitos, assim como envidam um “esforço de se unirem àqueles que pensam da mesma forma que eu”, mesmo que sejam grupos minoritários, ou tentam “não se deixar afetar pela rejeição dos colegas”.

### **Aspecto administrativo**

Sobre o aspecto administrativo, foi mencionado haver “rejeição das ideias dos estudantes por parte de alguns docentes”. Apesar de terem enfatizado que essa característica diz respeito a apenas alguns professores e não a todo o corpo docente, ficou explícito que tal fato é um importante componente do mal-estar no ambiente universitário, em virtude da rápida concordância dos colegas sobre esse ponto sempre que algo relacionado a essa impressão era verbalizado. Aliado a isso, também foi dito que o “culto à formalidade” na relação com os docentes acabava gerando como consequência a “falta de liberdade para questionar o professor quando surgiam dúvidas”, pois, por diversas vezes, presenciaram que os colegas que fizeram comentários ou perguntas ao docente de um modo mais descontraído foram mal interpretados e passaram por situações consideradas, de certo modo, constrangedoras. Ainda sobre esse aspecto, houve reclamações quanto ao fato de que “há docentes que nunca têm tempo para conversar com os estudantes”, pois estão sempre ocupados quando não estão em sala de aula.

Outro aspecto relevante diz respeito à forma de avaliação das atividades de algumas disciplinas. Mencionou-se que, por vezes, “falta clareza nos critérios de avaliação” por parte do docente e, em outras ocasiões, que “os critérios de avaliação são subjetivos”, o que gera insegurança e sentimento de injustiça nos estudantes. Ainda sobre esse tema, falou-se sobre “falsas promessas em relação às formas de avaliação” e, como exemplos, mencionaram que algumas atividades não eram pontuadas no somatório para a nota final na disciplina.

Como aspecto positivo, os participantes mencionaram que há professores que habitualmente estabelecem as regras a serem cumpridas na disciplina coletivamente com os estudantes, incluindo quais serão os critérios de avaliação adotados. Evidenciou-se que essa é uma experiência positiva para diminuir os níveis de ansiedade e insatisfação com a disciplina.

Outro tema relacionado às vivências de sofrimento por parte dos estudantes é que “algumas regras impostas pelos docentes não possuem aplicabilidade prática”, e isso diz respeito, principalmente, à intolerância de alguns em relação a atrasos. Dizem-se apreensivos para não chegarem atrasados em certas disciplinas, em virtude do risco do docente não permitir seu ingresso em sala de aula, o que acarreta prejuízo acadêmico, além do incômodo de ter se preparado para assistir à aula e não ter conseguido, muitas vezes por motivos alheios à sua vontade.

Os estudantes ainda apontaram haver uma “falta de congruência entre os princípios ensinados na teoria e sua aplicação em sala de aula”, em disciplinas ministradas por alguns docentes. Entretanto, mencionaram que há experiências positivas em relação a esse tópico, as quais conduzem à manifestação de grande admiração por parte dos discentes, o que inclusive os tornam verdadeiras fontes de inspiração para o exercício da profissão de psicólogos e até mesmo da docência.

Em relação à forma com que usualmente enfrentam essas questões, esse tópico foi o que menos pareceu ser passível de mobilização por parte dos estudantes. Não ficou evidente se os estudantes lançam mão de estratégias de defesa para lidarem com esse sofrimento, porém, ficou clara uma disposição para a mobilização: foi dito que “falta uma postura reativa e conjunta dos estudantes em relação aos docentes que agem desse modo”, o que parece se justificar pelo fraco espírito coletivo entre os colegas, com pouca coletividade, como já foi mencionado no aspecto anterior. Em relação à forma como reagem aos docentes que praticam atos causadores de sofrimento, pode-se especular que os estudantes vivenciam uma experiência de submissão, a qual, segundo Dejours (2019), tem relação com um “estado conflituoso crítico” (p. 260), definida como “uma forma calma da alienação” (p. 259).

### **Aspectos estruturais**

As questões de natureza estrutural também pareceram ser relevantes para garantia de bem-estar. Foi mencionado haver “excesso de estudantes por turma”, o que prejudica o debate de ideias e impossibilita a participação efetiva do coletivo de estudantes. Em especial em um curso de psicologia, onde o exercício de reflexão é valorizado, esse é um aspecto que pode ser aprimorado, segundo os estudantes. Aliado a essa queixa está o fato de que às vezes “as salas de aula são pequenas para a quantidade de alunos matriculados”, o que gera desconforto. Segundo os estudantes, em muitas salas “não há equipamentos de projeção disponíveis”, o que dificulta o acompanhamento do conteúdo da aula.

Também manifestaram “descontentamento com a forma como é gerido o sistema SIGA”, que é o meio pelo qual os estudantes acompanham seu desempenho ao longo da disciplina. Ainda sobre o tema tecnologia, um dos pontos mais questionados foi a “inexistência de acesso gratuito e de qualidade a uma rede de internet sem fio (wi-fi)”, o que os auxiliaria no acesso a materiais de relevância para a elaboração de tarefas. Ainda, demonstraram insatisfação quanto ao fato de que “não há disponível sala de estudos com computadores ligados à internet” capaz de comportar um maior número de estudantes, para que então pudessem passar mais tempo na universidade de forma produtiva.

Sobre outros aspectos ligados ao ambiente físico, segundo os participantes, “as universidades privadas oferecem condições bastante superiores às universidades públicas”. Pontualmente, surgiram as seguintes queixas: “os banheiros próximos às salas de aulas são em quantidade insuficiente e com má manutenção”; “a iluminação da sala de aula é ruim”, incluindo o estado das cortinas, incapazes de evitar reflexos na lousa ou proteger do sol; “não há ar-condicionado para enfrentar os meses de altas temperaturas”, dificultando a permanência em sala de aula; e há “ausência de acessibilidade” aos estudantes e visitantes portadores de necessidades especiais ou que, por razões fortuitas, tenham dificuldade para se locomoverem, uma vez que o acesso às salas se dá por escadas, uma vez que inexistem rampas ou elevadores nos prédios.

Nos três aspectos trabalhados na atividade, em especial no administrativo e estrutural, pôde-se perceber que a roda de conversa estimulou ao grupo o reconhecimento mútuo das forças geradoras de sofrimento na vida universitária. Isso está em consonância com os preceitos da teoria Psicodinâmica do Trabalho, muito embora o grupo de participantes não seja exatamente aquele que é alvo das intervenções na área, como já fora mencionado neste texto. Segundo Dejours & Abdoucheli (1994), “a escolha por metodologia que abordasse os trabalhadores em sessões coletivas justificava-se pelo fato de que “os trabalhadores em grupo eram capazes de reconstruir a lógica das pressões de trabalho que os fazem sofrer e também podiam fazer aparecer as estratégias defensivas coletivamente construídas para lutar contra os efeitos desestabilizadores e patogênicos do trabalho” (p. 124, com grifo no original).

Quando finalizado o momento das falas dos participantes, a coordenadora fez um resumo integrando os pontos que haviam sido verbalizados em cada um dos três aspectos propostos inicialmente para discussão, reportando-se à lousa, onde estavam as anotações.

Finalizado o resumo sobre o aspecto interpessoal, os estudantes dispensaram total atenção ao fato de que aquele conteúdo impacta de forma significativa suas vivências de bem-estar e mal-estar na universidade. Os participantes demonstraram estar ansiosos em relação à

possibilidade das revelações que ocorreram na roda de conversa poderem servir positivamente como um estopim para a mudança.

O fato de muitos colegas terem demonstrado sentir-se mal com a forma como eram tratados pelos colegas sensibilizou o grupo. Houve discursos de mea culpa, pedidos de desculpa, falas emocionadas e também emocionantes ao grupo. Também surgiram promessas de mudança de postura em relação aos colegas e a demonstração de um sentimento de alívio pelo fato de terem percebido que algumas situações de sofrimento, que se pensava ser individuais, não eram vividas de forma isolada, o que gerou identificação entre os pares.

O grupo foi estimulado a escolher uma frase que expressasse o que aquele conteúdo significava ao coletivo dos participantes e ela foi “eu me importo contigo”. Todos aceitaram o convite de ficarem de pé, ainda em forma de roda, e moverem-se uns em direção aos outros para proferirem essas palavras uns em relação aos outros. Esse foi um momento de grande emoção no grupo, de troca de olhares ternos e de sorrisos leves, com semblantes muito diferentes daqueles que trouxeram consigo no início da atividade.

Em relação ao aspecto administrativo, relativo à postura de alguns professores, os estudantes reforçaram a importância do conteúdo ali debatido ser levado ao professor titular da disciplina, que estava ausente da sala de aula no momento da realização da roda de conversa, para que o mesmo pudesse transmitir esse fato a quem de direito, na universidade, fosse capaz de auxiliar na solução do conflito. Quando perguntados pela coordenadora se, primeiramente, antes de levar a outras instâncias universitárias, não seria interessante a possibilidade de o professor vir a discutir esse tema com os estudantes, sem envolvimento da hierarquia inicialmente, todos concordaram ser uma boa iniciativa.

A respeito dos aspectos estruturais, os estudantes reconheceram que há pouca participação deles próprios nas entidades representativas de estudantes, já que há uma espécie de grêmio estudantil que se renova a cada período de tempo, e que tem como uma de suas atribuições fazer a interlocução entre os estudantes e os gestores da universidade, no intuito de alcançar melhorias. Os participantes comprometeram-se entre si a seguir mais de perto as eleições estudantis, acompanhar com mais atenção as propostas das chapas concorrentes e até mesmo virem a se candidatar, de forma a dar voz às questões inerentes aos estudantes de psicologia.

Finalizada a roda de conversa, todos desfizeram a roda e sentaram-se nas cadeiras, atrás das carteiras que serviram de assento durante a realização da atividade, e comentaram sobre a experiência que acabara de ser compartilhada. Disseram-se satisfeitos com os resultados, apesar

de alguns terem sinceramente exposto que, inicialmente, pensaram que esse seria um momento entediante, com pouco aproveitamento em termos acadêmicos.

Alguns estudantes fizeram discursos emocionados de agradecimento pela oportunidade de participação na roda de conversa, dizendo-se “mais leves” em relação aos colegas e também mais motivados para buscar soluções aos problemas comuns. Nessa hora, foi fácil identificar os líderes naturais da turma, com alto engajamento em relação aos problemas dos colegas e na busca de soluções.

Um momento também relevante do ponto de vista do fortalecimento dos laços do coletivo foi o fato dos participantes terem chegado à conclusão de que, caso os estudantes fossem mais colaborativos entre si, o problema de acessibilidade dos prédios de sala de aula seria um obstáculo de menor importância. Se um aluno imobiliza as pernas, mas pode contar com seu colega na hora da dificuldade, não será necessário perder aulas em razão da ausência de rampas, pois as escadas podem perfeitamente ser vencidas carregando-se o colega nos braços.

Os participantes disseram-se motivados a fazer uso dessa técnica quando de sua atuação futura como psicólogos e alguns se afirmaram estar preparados para tentar conduzir uma roda de conversa no papel de coordenadores. Semanas depois, uma das estudantes ofereceu uma roda de conversa sobre temática ligada a questões de gênero.

### **Considerações finais**

A roda de conversa foi uma técnica importante para fazer emergir questões relevantes que estreitasse os laços de solidariedade entre o coletivo dos estudantes. Apesar de não ser uma atividade eminentemente oriunda da Psicodinâmica do Trabalho, essa teoria demonstrou ser mais abrangente de ser utilizada do que sugere sua proposta inicial, cujos dispositivos originam-se na clínica psicanalítica e cujo público-alvo é o coletivo de trabalhadores.

As estratégias de mobilização subjetiva denotam um investimento para superar as dificuldades e experiências dolorosas vividas no âmbito do trabalho, diferentemente do que ocorre quando da utilização das defesas, as quais mascaram o sofrimento, tornando-o ao menos suportável. Essa experiência em sala de aula pode ser compreendida como um exercício de mobilização coletiva por parte dos estudantes, uma vez que acessou conteúdos internos relevantes e potencialmente capazes de transformar a realidade geradora de sofrimento.

Diferenças culturais entre a coordenadora, que é brasileira, e os participantes, que em sua maioria são moçambicanos, foram superadas e inclusive valorizadas, quando oportuno, em prol do adequado desenvolvimento da atividade.

A realização da roda de conversa cumpriu três importantes papéis: migrar o conteúdo teórico sobre a técnica Roda de Conversa para a prática; trabalhar questões ligadas à saúde mental dos estudantes universitários; e reforçar elementos teóricos da teoria psicodinâmica do trabalho, que apenas havia sido apresentada por meio de palestras. Os principais pontos da teoria foram rememorados ao final da atividade, juntamente com as devidas justificativas sobre a necessidade de adequação da atividade.

Espera-se que ações de cooperação internacional continuem fazendo parte da agenda governamental. Tais iniciativas são importantes para o desenvolvimento acadêmico, profissional e pessoal do pesquisador de pós-graduação, favorecem a capacitação em docência, além de permitir relevante troca de experiências entre povos de culturas diferentes, imersos em um mundo cada vez mais globalizado.



## REFERÊNCIAS

- Amaral, G. A., Mendes, A. M. & Facas, E. P. (2019). (Im)possibilidade de mobilização subjetiva na clínica das patologias do trabalho: o caso das professoras readaptadas. *Revista Subjetividades*, 19(2), e8987, 1-14.
- Dejours, C. (1992). *A loucura do trabalho: Estudo de psicopatologia do trabalho* (5ª ed.). Cortez Oboré.
- Dejours, C. (2004). Entre sofrimento e reapropriação: o sentido do trabalho. Em Lancman, S., Sznelwar, L. I. (Orgs.). *Christophe Dejours: da psicopatologia à Psicodinâmica do Trabalho* (pp. 303-316). Paralelo 15.
- Dejours, C. & Abdoucheli, E. (1994). Itinerário teórico em psicopatologia do trabalho. Em C. Dejours, E. Abdoucheli, & C. Jayet. *Psicodinâmica do trabalho: contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho* (pp. 119-145). Atlas.
- Dejours, C. (2019). *Psicossomática e teoria do corpo*. Blucher.
- Freire, P. (1970). *Pedagogia do oprimido*. 17ª ed. Paz e Terra.
- Freire, P. (1979). *Educação e mudança*. Paz e Terra.
- Freire, P. (1996). *Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática pedagógica*. Paz e Terra.
- Freire, P. (2000). *Pedagogia da Indignação*. Editora UNESP.
- Freire, P. (2003). *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. Paz e Terra.
- Mendes, A. M. (2007). Da psicodinâmica à psicopatologia do trabalho. Em Mendes, A. M. (Org.). *Psicodinâmica do trabalho: teoria, método e pesquisas* (pp. 28-48). Casa do Psicólogo.
- Mendes, A. M. & Araujo, L. K. R. (2011). *Clínica psicodinâmica do trabalho: práticas brasileiras*. Ex Libris.
- Mendes, A. M., & Duarte, F. S. (2013). Mobilização subjetiva. Em Vieira, F. O., Mendes, A. M. & Merlo, A. R. C. (Orgs.). *Dicionário crítico de gestão e psicodinâmica do trabalho*. (pp. 259-262). Juruá.
- Sznelwar, L. I.; Uchida, S.; Lancman, S. (2011). A subjetividade no trabalho em questão. *Tempo social*, 23(1), 11-30.
- Warschauer, C. (2001). *Rodas em rede: oportunidades formativas na escola e fora dela*. Paz e Terra.
- Warschauer, C. (2002). *A roda e o registro: uma parceria entre professor, aluno e conhecimento*. Paz e Terra.

## GOTHAM É AQUI. UMA ANÁLISE POSSÍVEL DO FILME JOKER

Gotham is here. A possible analysis of the film Joker

Gotham est là. Une analyse possible du film Joker

Gotham está aquí. Un posible análisis de la película Joker

**Carlos Mendes Rosa<sup>1</sup>**©

Universidade Federal do Tocantins, Departamento de Psicologia, Miracema do Tocantins, TO, Brasil<sup>2</sup>

**Elydia Leda Barros Monteiro<sup>3</sup>**©

Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, MG, Brasil

### Resumo

A presente resenha crítica versa sobre a obra cinematográfica “The Joker”, do diretor Todd Phillips, apresentado ao público em 2019. O texto busca refletir sobre o quão perto da realidade brasileira estão as condições impostas ao protagonista Arthur Fleck, o quanto estas são invisíveis aos expectadores do filme e em que medida essa invisibilidade faz parte de um programa de manutenção de um modelo explorador e desigual; que viola direitos humanos e se mantém, exclusivamente, pela efetividade das políticas de Estado e de mercado em esconder tais objetivos nas irreais estruturas de abstração, de impessoalidade e mérito. A análise crítica parte das relações de trabalho apresentadas no filme e se desenvolve em torno dos afetos mobilizados pela película e pelo atual momento social e político brasileiro.

**Palavras-chave:** Violência; trabalho; neoliberalismo; invisibilidades.

### Abstract

This critical review is about the cinematographic work “The Joker”, by director Todd Phillips, presented to the public in 2019. The text seeks to reflect on how close to the Brazilian reality the conditions imposed on the protagonist Arthur Fleck are, how invisible they are to viewers of the film and to what extent this invisibility is part of a program to maintain an exploratory and unequal model; which violates human rights and is maintained exclusively by the effectiveness of State and market policies in hiding such objectives in the unreal structures of abstraction, impersonality and merit. The critical analysis starts from the work relationships presented in the film and develops around the affections mobilized by the film and the current Brazilian social and political moment.

**Keywords:** Violence; job; neoliberalism; invisibilities.

### Résumé

Cette revue critique porte sur l'œuvre cinématographique «The Joker», du directeur Todd Phillips, présentée au public en 2019. Le texte visant à réfléchir sur la proximité de la réalité brésilienne avec les conditions imposées au protagoniste Arthur Fleck, sur la invisibilité aux téléspectateurs du film et dans quelle mesure cette invisibilité fait partie d'un programme de maintien d'un modèle exploratoire et inégal; qui viole les droits de l'homme et est maintenu exclusivement par l'efficacité des politiques de l'État et du marché à cacher ces objectifs dans les structures irréelles d'abstraction, d'impersonnalité et de mérite. L'analyse part des relations de travail présentées

<sup>1</sup> carlosmendesrosa@gmail.com

<sup>2</sup> Rua Lourdes Solino, s/n, sala 52, Setor Universitário, Miracema, TO

<sup>3</sup> elydialeda@yahoo.com.br

dans le film et se développe autour des affections mobilisées par le film et de l'actualité sociale et politique brésilienne.

**Mots clés:** Violence; travail; néolibéralisme; invisibilités.

---

### **Resumen**

Esta reseña crítica trata sobre la obra cinematográfica “The Joker”, del director Todd Phillips, presentada al público en 2019. El texto busca reflexionar sobre cuán cercanas a la realidad brasileña están las condiciones impuestas al protagonista Arthur Fleck, cuán invisibles son estos para los espectadores y hasta qué punto esta invisibilidad es parte de un programa para mantener un modelo de exploración y desigualdades; que viola los derechos humanos y se mantiene, exclusivamente, por la efectividad de las políticas estatales y de mercado al ocultar tales objetivos en las estructuras irreales de abstracción, impersonalidad y mérito. El análisis crítico parte de las relaciones laborales presentadas en la película y se desarrolla al rededor a los afectos movilizados por la película y el momento social y político brasileño actual.

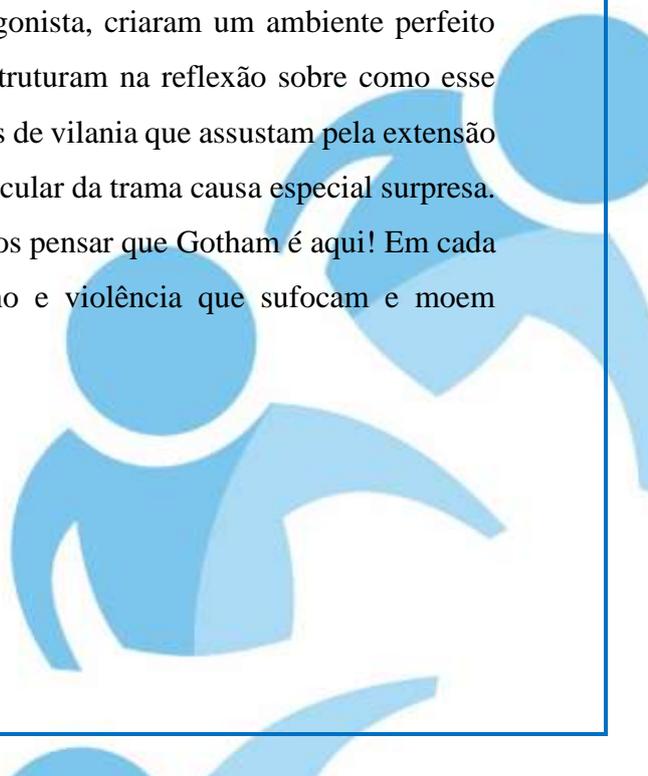
**Palabras clave:** Violencia; trabajo; neoliberalismo; invisibilidades.

---

### **Introdução**

Depois de tanta repercussão e surpresa com a história do personagem Coringa (JOKER na versão original), narrativa que coloca o pacato, embora adoecido, Arthur Fleck como o personagem complexo que passa de vilão historicamente conhecido por várias gerações que acompanham o Batman a uma personagem que desperta comiseração e retira do público até um sentimento de justificação em razão de sua história de abandonos e violências sofridas, decidimos apontar algumas contribuições que julgamos interessantes acerca dessa obra cinematográfica e estética. Evidente que outros apontamentos e vieses podem ser tomados, pois a riqueza de uma obra de arte é a sua capacidade de nunca se esgotar e jamais deixar de despertar novas e instigantes emoções e reflexões.

Inicialmente, notamos que as críticas à narrativa do filme se centram na ideia de como o abandono e violências extremas, sofridas pelo protagonista, criaram um ambiente perfeito para acentuar seu desequilíbrio mental. Também se estruturam na reflexão sobre como esse contexto de violências cotidianas cria comportamentos de vilania que assustam pela extensão de seus efeitos na sociedade. A reação a esse ponto particular da trama causa especial surpresa. Afinal, se extrapolarmos os limites da narrativa, podemos pensar que Gotham é aqui! Em cada município brasileiro há situações agudas de abandono e violência que sufocam e moem crianças, jovens, adultos e idosos.



### **A gênese do Joker: das raízes históricas do(s) mal(es)**

A história do filme remonta ao surgimento do personagem Coringa, relacionado diretamente com os danos causados pelos inúmeros sofrimentos impostos a Arthur, em todos os níveis de relação.

Nesse tópico se pretende propor uma reflexão sobre os elementos de vulnerabilidade que decorrem de macro estruturas sociais e políticas oriundas da modernidade; como estas se formaram dentro de uma perspectiva excludente; e como afetam não apenas o personagem Arthur (ficcional), mas a grande parte das pessoas que vivem em países periféricos como o Brasil. Tais afetações decorrem, ainda, do atrelamento do reconhecimento da posição de humanidade ao preenchimento de condições exteriores determinadas por estruturas axiomáticas de Estado e mercado; características essas que abrangem países desenvolvidos ou não..

Após a implantação dos ideais liberais na dinâmica dos Estados, na aurora do século XVIII, as relações na política passam a se fundar nas concepções contratuais (não necessariamente regulamentadas pelas origens, pelas castas). Essa alteração cria uma ideia abstrata de igualdade universal, na qual cabe o conceito de dignidade potencialmente acessível a todos (sobretudo com as discussões teóricas sobre direitos humanos crescendo no mundo), sem haver clareza, porém, de que esta depende do atendimento de critérios referentes a trabalho e renda. Assim, a noção de honra da antiguidade, como elemento subjetivo inerente à pessoa (de acordo com sua classe social), se dilui face ao recém-criado ideal de dignidade, que apesar de potencialmente universal, está acessível apenas a quem possa trabalhar (Souza, 2004).

Essa mudança de eixo cria a ilusão de que todas as pessoas são iguais, sem que, todavia, sejam de fato. Isso permite que todos busquem a conformação a este modelo (trabalho e renda para ascender à condição de digno) sem perceber que se trata de uma armadilha do Estado e mercado para aumentar seu poder. “A generalização dessas precondições torna possível a concepção de “cidadania”, ou seja, um conjunto de direitos e deveres no contexto do Estado-nação compartilhado por todos numa pressuposição de efetiva igualdade” (Souza, 2004, p. 83).

No filme, muitas das violências sofridas por Arthur decorrem da clara condição de indignidade do personagem, vez que não atende aos critérios mínimos de trabalho (bicos como palhaço divulgando produtos) e renda (que apenas auxilia na manutenção de um apartamento pequeno, velho e em precárias condições) necessários à condição de cidadão americano. Em virtude disso, ele é agredido no trabalho, é ridicularizado quando tenta desenvolver outra atividade, e é invisibilizado no atendimento de saúde.

Inclusive, a violência ocorre antes mesmo do início da narrativa linear. O filme indica que o personagem fora vítima de agressões por parte da mãe, como um provável desdobramento da precariedade do amparo estatal e consequente não atendimento da demanda de saúde mental e física às mulheres de forma gratuita e universal (correlato espelhado da realidade do Sistema Único de Saúde brasileiro, alvo privilegiado das atuais práticas necropolíticas).

A noção de necropolítica pode ser pensada com um avanço da teoria foucaultiana de biopoder.

Na formulação de Foucault, o biopoder parece funcionar mediante a divisão entre as pessoas que devem viver e que devem morrer. Operando com base em uma divisão entre os vivos e os mortos, tal poder se define em relação a um campo biológico – do qual toma o controle e no qual se inscreve. Esse controle pressupõe a distribuição da espécie humana em grupos, a subdivisão da população em subgrupos e o estabelecimento de uma censura biológica entre uns e outros (Mbembe, 2018, p; 17).

A novidade agora é que temos um Estado que não só trabalha em prol da vida de alguns poucos, como também se empenha no extermínio de determinadas classes sociais, notadamente os jovens pobres negros, as mulheres negras e a população LGBTQIA (tipicamente conhecidos como os suspeitos de sempre).

Por exemplo, a precarização do atendimento em saúde mental dado a Arthur, capitaneada por uma administração pública que demoniza servidores e não oferece condições adequadas de trabalho, e maximizada pela falta de empatia e respeito a individualidade do paciente demonstrada por alguns servidores, tal como na cena em que a funcionária não consegue perceber que o apelo para a medicalização é exatamente um grito desesperado, não pela analgesia, mas pelo tratamento das raízes do seu sofrimento. Nesse sentido, a fala do personagem quando pede por mais remédios, evidencia um cansaço e descrença no processo terapêutico pela dura constatação da absoluta indiferença da assistente social. Cabe aqui a ressalva de que a fala da assistente social nesse diálogo nos dá a impressão de que ela também pertence à mesma matriz social do protagonista.

O personagem principal da trama materializa a ideia de como as vulnerabilidades (social, psíquica, relacional, laboral, etc.) se somam e constituem uma teia fortemente emaranhada que enreda o sujeito o levando a níveis insuportáveis de apagamento social e psíquico.

Situação semelhante se vê no Brasil em que, desde a inserção no sistema escolar, já se condiciona o indivíduo à margem dos processos educacionais, que é prenúncio para a exclusão do sistema de trabalho em dignas condições e, portanto, da categoria de pessoa digna, de valor. Considerando a dinâmica social orientada pela tríade do desempenho, qualificação, posição e

salário, que reverbera no potencial de consumo como elemento distintivo, as possibilidades de o marginal acessar esse universo são maiores à margem da lei, o que o leva a outro sistema: a (in)justiça penal (Souza, 2004).

Tal correlação é estudada pela criminologia crítica, desde a segunda metade do século passado, que relaciona a dinâmica do desenvolvimento escolar com baixo aproveitamento à maximização da possibilidade de que este sujeito (do fracasso escolar) seja o alvo do sistema penal. Afinal, se considerarmos que dentre os critérios para alcançar a dignidade está a qualificação, é natural que os alunos com pior desempenho estejam na composição da massa dos desprezíveis, que são, reiteradamente, o público cativo dos cárceres. Ou nas palavras de Baratta:

A homogeneidade do sistema escolar e do sistema penal correspondem ao fato de que realizam, essencialmente, a mesma função de reprodução das relações sociais e de manutenção da estrutura vertical da sociedade, criando, em particular, eficazes contra estímulos à integração dos setores mais baixos do proletariado, ou colocando diretamente em ação processos marginalizadores (Baratta, 2011, p. 175).

A invisibilidade social, isto é, a desconsideração do sujeito no seu componente de humanidade faz parte de um consenso subliminar, simbólico, escondido pela capa da naturalização do conceito abstrato de igualdade formal.

As reorganizações sociais fundadas na tríade do desempenho criam, sobretudo nos países periféricos, grandes abismos os quais são preenchidos pelos subseres, desprovidos de dignidade, aqui considerada como valor pretensamente adquirido.

Essa é uma realidade fartamente vivenciada nas periferias brasileiras, como apontado por Zamora et al. (2005):

A honra exige provas materiais de sua existência, até porque os que dela suspeitam são sempre mais fortes. “Como assim, não tem carteira de trabalho? Devia ter! Não sabia?” A carteira de trabalho é uma insígnia, a marca da escola do trabalho como forma de sobrevivência. Além de atestar o que a pessoa é, fala do que ela não é, ou desocupado. (Zamora et al, 2005, p. 159).

O contexto acima descrito cria rivalidades entre pessoas à medida que reduz a algo conquistável, elementos que são essenciais à condição humana. Pela inserção do princípio da escassez distorcida, se difunde o ódio ao outro e a competição como se a dignidade e os valores intrínsecos ao homem fossem reservados a poucos, tais como bens escassos.

Tal modelo tem suas raízes na estrutura colonial, vez que os nativos detentores de bens e valores viviam em dualidade de posições, ora como subalternos dos estrangeiros advindos das metrópoles, ora como superiores, quando se relacionavam com os subalternos da colônia. É

aquilo que se denomina dupla consciência crioula, que marcou a transição política das Américas (Mignolo, 2005).

Como herança dessa tradição, que se estendeu pela África e Ásia (Spivak, 2014), alimentou-se a ideia de que na subalternidade o reconhecimento da humanidade depende de condições externas, alcançadas apenas por um pequeno grupo, o qual, ao conquistar, desempenha a tarefa de impedir que outros conquistem. Numa sensação ilusória de que a redução desses exemplares bem sucedidos nessa conquista refirma seus direitos.

Apesar de o filme narrar a história de um personagem norte americano, circunstância que torna necessária a análise de razões para a inclusão deste no contexto de subalterno (já que no eixo do Atlântico Norte a subcidadania não é fenômeno de massa), o enredo evidencia fartamente as condições que o personagem Arthur foi sujeitado e de como estas podem ter construído o Joker.

Nesse sentido, a proposta desse texto é refletir sobre o quão perto da realidade brasileira estão as condições impostas a Arthur, o quanto estas são invisíveis aos expectadores do filme, e em que medida essa invisibilidade faz parte de um programa de manutenção de um modelo explorador e desigual, que viola direitos humanos e que se mantém, exclusivamente, pela efetividade das políticas de Estado e de mercado em esconder tais objetivos nas irreais estruturas de abstração, de impessoalidade e mérito.

Como ponto de partida, se pretende refletir sobre o impacto das relações de trabalho, sub trabalho e não trabalho na construção da subcidadania a partir do caso de Arthur. Essa ligação é bastante forte, sobretudo nos países periféricos em que a já referida tríade do desempenho é condição essencial para a aquisição do título de humano.

### **Três cenas sobre trabalho**

*“Sem trabalho eu não sou nada, não tenho dignidade, não sinto meu valor, não tenho identidade”*

Renato Russo – Música de trabalho

O filme parece se ambientar na década de 1970. Um momento histórico bastante frutífero em termos de inovações na esfera econômica e das relações de trabalho. Nesse momento, surge com bastante vigor nos Estados Unidos, no Reino Unido e em países periféricos como o Chile a implementação do neoliberalismo. Arthur se movimenta em espaços de trabalhos precarizados nos quais colegas de profissão se tornam rivais e se permitem nutrir animosidades a tal ponto de desprezar completamente o diverso, o plural.

Aqui a lógica neoliberalista aparece na sua face mais inovadora, quando muda a relação do capital com as formas de sofrimento. Se antes, no liberalismo clássico, o sofrimento era visto como um entrave à produção e ao lucro, agora este é uma moeda de troca nas relações entre o proletário e os detentores dos meios de produção. O empresário/patrão passa a compreender que uma parcela gerenciável de sofrimento, por parte de seus empregados, amplia a lucratividade dos negócios. Nesse sentido, as relações entre trabalhadores podem ser envenenadas e a concorrência desleal pode ser incitada como forma de maximizar o desempenho dos mesmos.

A política neoliberal passa a ser, desse modo, a culminância do processo exploratório, que afasta grande parte da população das condições de vida digna, espalhando seus efeitos tanto sobre o eixo coletivo das relações de trabalho (em que a pessoa é objeto que pode ser explorado ao máximo e depois substituído) quanto na esfera íntima do ser individualmente considerado, o qual se torna cada vez mais inseguro e suscetível a toda ordem de desequilíbrios orgânicos, emocionais, mentais.

Partindo do ponto de vista ético, a modernidade capitalista em seu atual estágio de desenvolvimento, fez sair seus demônios predadores. [...] Os vínculos morais, o respeito mútuo e a solidariedade para com os semelhantes se fragilizam. As relações sociais se fragmentam. A sociedade acaba se dividindo entre ganhadores e perdedores. (Rubio, 2014, p;74).

O fomento à concorrência interindividual apresenta-se também como estratégia de salvaguarda por parte do capital, criando uma significativa redução da possibilidade de alteração da relação exploratória, na medida em que desmantela possíveis formações coletivas de classe que poderiam se insurgir e reivindicar melhorias nas condições de trabalho e renda.

Como forma de proteção contra esse risco, as estruturas do mercado e Estado se apropriam das ideias protestantes do século XVI (logo após a revolução do capitalismo com a ressignificação das relações comerciais e com o advento das rotas do Atlântico), para afastar o indivíduo da organização coletiva (tecido social) e isolá-lo num modelo individualista que transforma o outro em concorrente. Esse processo começa desde cedo, quando se ensina às crianças e jovens, já nas escolas e na família a concorrerem como única forma de alcançar os valores de humanidade. Elementos como cooperação são ensinados como práticas adequadas a pessoas mal sucedidas, que se acomodam na inércia e falta de mérito para produzir.

No cerne desse roteiro está o mérito, que desconhece outras circunstâncias que não a do esforço pessoal para grandes conquistas. Há aqui uma grande armadilha: a criação de um modelo que não reconheça a coexistência do esforço com circunstâncias externas ao indivíduo, mas a

este diretamente ligado, faz com que essas circunstâncias, por mais precárias que sejam, não sejam consideradas importantes. Assim, o excluído é convidado a continuar tentando se inserir sem perceber que se trata algo de probabilidade ínfima, vez que está inserido num jogo de cartas marcadas em que a ele se reserva o lugar de perdedor. Caso ele contrarie todas as possibilidades e avance nessa escalada social, torna-se exemplar a ser explorado pela publicidade da generalidade do mérito. Afinal, ao se ter notícias de que uma coletora de material reciclado foi aprovada em um concurso público, ou que um jovem que fazia faxina e estudava no banheiro consegue ingressar no curso de medicina da USP, crê-se que as oportunidades estão à disposição de todos, bastando, para alcançá-las, de maior esforço.

Há outras incontáveis esferas de publicidade desse ideal de sacralização do trabalho, na intenção clara de disponibilizar toda a população como massa laborativa apta a ser explorada pelo mercado dentro das regras por ele (mercado) estabelecidas.

No enredo, podemos evidenciar três aspectos das relações de trabalho que guardam estreita relação com esse contexto: quando Arthur se vê obrigado a restituir o valor da placa que lhe fora roubada, a notoriedade que o seu primeiro ato criminoso ganha, especificamente, em razão das vítimas serem três promessas do mercado mobiliário e a repercussão do fato como mote para movimentos classistas que questionam a falta de direitos sociais e trabalhistas.

Na primeira, dessas três cenas, a natural indignação do expectador ao presenciar a exigência de restituição da placa ou do seu valor correspondente, atesta a flagrante desconsideração pela condição na qual o desaparecimento do objeto se deu, com a consequente revitimização do personagem que, além de ter apanhado e sido roubado, ainda se via como responsável pelo fato. Situação equivalente às novas modalidades de “trabalho uberizado” em que o trabalhador se vê, muitas vezes, obrigado a restituir a empresa/aplicativo valores por eventuais problemas com o seu próprio meio de transporte (Antunes, 2018).

A revitimização ocorre tanto no fato de o chefe do setor demonstrar descrença na narrativa de Arthur, se divertindo com seu desespero para demonstrar que a placa fora roubada, quanto pela total indiferença ao fato de ele ter sido vítima do crime. Há um absoluto desamparo sofrido pelo personagem, a exemplo de muitos trabalhadores no Brasil, vitimados pela precarização das relações laborativas. Não é incomum assistir a muitos trabalhando em graves condições de saúde, outros em idade avançada. Há mulheres com recém-nascidos entregando comida de bicicleta para adquirir o mínimo para a manutenção da prole.

Na segunda cena, presenciamos a evidência da invisibilidade social do protagonista, materializada pela importância dos homicídios no metrô, não em razão do fato em si, mas da condição das vítimas; profissionais promissores do mercado de valores. Em parte da trama se

mostra a comoção social pelas mortes. Há entrevista com o candidato a prefeito de Gotham, indignado, desolado pela perda de pessoas de bem. Esse ponto da narrativa revela a clássica reação midiática quando sujeitos detentores da condição de humano, cidadãos, aqui considerados como pessoas que atendem à tríade meritocrática são vítimas de agressão aos seus bens jurídicos mais caros (integridade física, vida, patrimônio), porque possibilita que nos vejamos na condição de possíveis vítimas. Quando isso acontece, nos chocamos, amedrontamos e usamos a mais fácil das soluções: o direito penal.

Outra importante nota que essa cena traz é a de que o algoz foi reconhecido como “o palhaço”, ou seja, uma estrutura anônima, estereotipada, cuja abstração possibilita a inclusão de vários discursos, tanto depreciativos como reativos. Discursos estes que, de fato, se personificaram na sequência fílmica dando margem aos diversos protestos dos palhaços revoltados.

Nisso, tem início a terceira cena, numa verdadeira apropriação das figuras de algoz e vítima, do assassinato do metrô como bandeira de uma demanda latente numa sociedade profundamente desigual e altamente explorada por uma minoria. Cenário muito similar ao que assistimos em alguns países da América Latina, como no Chile, em que o cerne das lutas sociais e previdenciárias está assentado na demanda por condições de trabalho e renda da população ativa e inativa.

Note-se bem que, num primeiro momento, há horror diante da morte de três “cidadãos de bem”, mas logo esse sentimento é “contaminado” pela emergência dos conteúdos violentos do psiquismo das pessoas que vão alimentando a figura do palhaço como “justiceiro” que fundamenta, em seguida, manifestações a princípio legítimas (greves por melhores condições de trabalho) que, posteriormente, e, pelo efeito manada, se desdobram para saques, homicídios, caos.

Os mecanismos que operam em favor dessa sutil passagem da consternação ao ódio e depois à violência desmedida não são simples. Primeiramente, podemos retomar com Safatle (2019) o conceito de "solidariedade negativa" presente no pensamento de Durkheim no qual um sujeito que não tem nenhuma garantia social enxerga naqueles que possuem algum amparo a figura do privilegiado e passam a validar e aplaudir ações individuais que retirem tais “privilégios” ou sistemas políticos que trabalham pela precarização total de suas populações. Esse sentimento está na base do ódio aos yuppies assassinados por Arthur, mas também pode facilmente ser expresso nas ações de alguns setores da sociedade brasileira ao se levantarem contra políticas de cotas, direitos de acesso a cidadania por parte de excluídos, criminalização de práticas racistas e homofóbicas etc. Esse quadro permite uma apreciação muito nítida de

como as garantias fundamentais (que em verdade nunca estiveram presentes de forma preponderante em todo o país) agora são também solapadas nos locais aonde elas costumavam se fazer presentes.

Teorizando um pouco mais acerca desse fato, podemos dizer que o modelo, tanto da adesão passiva às normas grupais (chamado aqui de efeito manada) quanto do fascínio pelo justiceiro, se encontram no mecanismo de identificação descrito por Freud (1920) no texto “Psicologia das massas e análise do eu”. No grupo, parte da individualidade se dilui e nos permitimos ser levados pelo controle de uma espécie de “mente coletiva”. Há certo conforto em abrir mão do direito de escolha e deixar que outro (com quem nos identificamos e somos validados pelas escolhas dos demais) tome o controle da situação e direcione nossas ações. Vale lembrar que esse Outro não precisa ser necessariamente uma pessoa, pode ser uma norma, uma ideia ou um inimigo em comum que nos convoque a agir (como é o caso das revoltas descritas no filme).

No caso do justiceiro, há uma modalidade diferente de identificação que envolve dois processos conjuntos. Primeiro, a projeção que fazemos de nossa agressividade latente na figura do suposto salvador; nós gostamos de nos imaginar fazendo aquelas coisas que ele se dispõe a realizar (dar vazão a sua raiva em atos violentos de vingança). Mais uma vez, escudados e desresponsabilizados pela justificativa do merecimento por parte daqueles que recebem a punição (merecimento esse que pode advir de qualquer lugar; algo que fizeram, uma condição de diferença, ou uma falácia acerca da vítima).

O segundo processo é a eleição de uma figura poderosa e violenta para ser colocada no lugar de pai/salvador. Aqui retomamos o mito primitivo da fundação da sociedade descrito por Freud (1913) em “Totem e Tabu”, mas também podemos pensar na lógica da ascensão de Hitler ao poder ou na eleição de Bolsonaro. Ambos com o emblema de salvador de algo que ficou perdido (o ideal alemão em um caso e a família e os valores tradicionais no outro).

O filme também não deixa de fazer uma crítica à exploração política do medo e a emergência dessa figura que virá salvar as pessoas. A segurança pública como plataforma de campanha de Thomas Wayne é uma alusão à capitalização de simpatia (e votos) com o discurso do endurecimento penal e a recuperação de valores morais.

Não podemos deixar de fazer menção à total desconsideração do valor dado às vidas humanas (as que morreram e também a que permaneceu na invisibilidade, mesmo após o seu ato criminoso). Podemos pensar em um certo consenso subliminar de invisibilidades, de subcidadania, de ralé, de vidas que são desnecessárias, desimportantes, e que por mais duro que isso soe aos ouvidos, é a vida. Tal consenso se torna uma criação eficaz para a manutenção dos

modelos de produção e de concentração de renda pelo mercado, levando aqueles que não se sujeitam ao modelo das coisas como são à condição de marginalizados, criminalizados, executados.

Além disso, trata-se ainda de disciplinar a mão-de-obra (Baratta, 2011), de docilizar corpos (Foucault, 2014), de conduzir almas ao caminho definido pelos grupos detentores do poder (influenciadores da gestão estatal e definidores do fluxo do capital mundial). Para essa finalidade se utilizam da estrutura estatal (normas excludentes nas esferas cíveis e de organização do trabalho, leis rigorosas e segregadoras na esfera penal), das estruturas do mercado (pressão sobre o mercado mobiliário, sobre os valores das moedas), das formas de organização sociais (lançamento de modelos no imaginário coletivo que constituem ideais de condutas e de relações interpessoais) e também de elementos mais íntimos do sujeito como a manipulação de seus valores de religiosidade.

A mesma cena também traz mais um ponto de importante consideração que relaciona a organização do trabalho e a violência: as violências no transporte público. E nesse tocante não se pode deixar de notar que, antes de Arthur, uma moça era assediada pelos bons rapazes cujas vidas ceifadas importavam porque sua dignidade era um status inerente às atividades rentáveis, úteis e adequadas ao sistema de produção.

O sociólogo Alain Ehrenberg (2000) no livro “O culto da performance” nos fala dessa forma de enxergar o mundo quando comenta que a figura do empreendedor desponta como modelo da vida heroica atual, aquele que corre risco, é arrojado, e se adapta às regras do mercado de capitais. O valor atribuído ao sujeito não se relaciona com nenhum valor ético ou moral que o mesmo venha a possuir ou não, mas somente aos lucros que recolhe das diferentes inserções e apostas financeiras.

Se extrapolarmos o limite da comparação, podemos pensar naqueles que ao final de 2019 comemoraram os “tímidos avanços na economia brasileira” em detrimento de todas as perdas de garantias e direitos sociais sofridas ao longo do ano, ignorando o avanço de um regime totalitário e excludente para diversos grupos identitários. Como se a economia e o mercado (o trabalho, o lucro, a produtividade) constituíssem um universo a parte do todo social, mais importante que o próprio tecido social e os sujeitos que o constituem (Brum, 2020).

A agressão que ganhou repercussão foi a que tinha como vítimas as pessoas que alcançaram o status de sujeito em razão da observância das condições meritocráticas. Porém, as ameaças de agressão sofridas por Arthur, que desencadearam os homicídios, não repercutiram (e provavelmente não repercutiriam se fosse ele o assassinado). As agressões à mulher que estava sendo assediada pelos cidadãos de bem de Wall Street também não teriam

sido. Afinal, no contexto de subalternidades, as questões de gênero ganham especial relevância, ou podemos dizer uma especial invisibilização.

A questão não é a da participação feminina na insurgência ou das regras básicas da divisão sexual do trabalho, pois, em ambos os casos, há "evidência". É mais uma questão de que, apesar de ambos serem objetos da historiografia colonialista e sujeitos da insurgência, a construção ideológica de gênero mantém a dominação masculina. Se, no contexto da produção colonial, o sujeito subalterno não tem história e não pode falar, o sujeito subalterno feminino está ainda mais profundamente na obscuridade. (Spivak, 2014, p. 85).

Nesse tocante é imprescindível reconhecer a similaridade entre a narrativa do filme com a realidade brasileira. O uso do transporte público por mulheres para se deslocarem para o trabalho, as instituições de ensino ou qualquer outro local se transforma diariamente em um pesadelo. São absolutamente recorrentes os casos de assédio, estupro, agressões ocorridas em ônibus, trens e metrô no país inteiro. Essa realidade, inclusive, motivou a separação de vagões e unidades exclusivas para mulheres em algumas capitais.

Trata-se de uma violação direta ao valor da liberdade nutrida, diariamente, pelo machismo que naturaliza a violência da dominação do corpo feminino. Também é uma forma de conformação social, vez que reitera no inconsciente coletivo que o lugar de mulher não é na disputa pelo mercado de trabalho, que a elas se reserva o que sobra.

A invisibilidade social que o protagonista experimenta em grande parte do filme só será rompida quando, de forma sórdida, sua imagem é exibida em um programa de TV em que o apresentador (seu ídolo), usa o espaço (que no imaginário de Arthur era um manancial de cenas de acolhimento) para debochar de suas habilidades desenvolvidas a despeito de graves entraves causados pelos distúrbios.

Aqui se faz necessária uma reflexão sobre o fetiche das pessoas pelos programas que revelam o pior dos valores com a reverberação do medo, em matérias que repercutem crimes graves, com a exposição de vítimas feridas, mortas, ensanguentadas; na reverberação da vingança, com depoimentos de vítimas, diretas ou indiretas, que choram, se desesperam e gritam por justiça, quando, na verdade, desejam é a maximização do mal sofrido. São verdadeiros mercadores da morte que a mídia (principalmente televisiva) cria para vender o seu produto crime.

Também exercem especial fascínio os programas cujos roteiros se fundam essencialmente no deboche e na humilhação pública de pessoas, algumas sujeitas a condições degradantes e desonrosas na perspectiva de ganhos materiais, ou visibilidade midiática. Nessa

seara vários apresentadores de programas de auditório brasileiros podem facilmente se ver representados através do personagem de Robert De Niro.

O filme explora, ainda, como as “pessoas comuns” alimentam diretamente essa fábrica de violações. Afinal, as imagens de Arthur na apresentação, repercutidas no programa de televisão, foram enviadas por expectadores que viram diversão e gozo na humilhante situação do personagem. A situação retratada não decorria de uma entrevista direta, ou de uma apresentação no programa. Essa inter-relação, ambientada nos anos 70, ganha especial significado na atualidade em que tudo se torna público e acessível em tempo real graças à popularidade dos smartphones e da internet. Há vários programas televisivos com canais diretos para essas formas de comunicação, o que torna a possibilidade de exposição do outro ainda maior.

### **Conhecendo o Joker – caminhos para encontrar o outro diverso**

O expectador atento se permitiu incomodar com todas essas cenas. Permitiu-se sentir os abandonos e violências. Permitiu-se criar laços com um personagem que, antes de se sentar na poltrona do cinema, era considerado vilão, sórdido, sujo, detestável.

Essa mudança causou-lhe surpresa, incômodo, perturbação. Pode ter se dito: “como eu, cidadão de bem, correto e adequado ao sistema, poderia me ver justificando, ou, pelo menos, compreendendo as atitudes do Coringa?”. Arrisco a dizer que alguns possam ter se surpreendido com um “eu teria feito o mesmo e, talvez até antes dele”.

Freud (1919) escreveu um texto chamado *Das Unheimlich* que foi traduzido em algumas edições brasileiras por "O estranho". A tradução mais correta seria o *Infamiliar*, recentemente utilizada pela editora Autêntica, porque trata exatamente daquilo que é tão estranho à nossa percepção que nos incomoda e nos lembra algo extremamente próximo e familiar na parte oculta de nós mesmos. Coringa desperta essa mescla de sentimentos em nós. A angústia e o estranhamento da plateia reportam a esse mesmo registro: de algo que está entranhado em nossa sociedade, principalmente nas classes populares, mas que teimamos em não querer ver e reconhecer. Há uma verdadeira fábrica de subjetividades massacradas e excluídas que precisa urgentemente ser reconhecida para que nos tornemos mais humanos. No entanto, a maioria da população teima em continuar atribuindo à patologia e ao indivíduo, de forma isolada, a responsabilidade pelas condutas desviantes que tendem a aumentar cada dia mais.

Há a necessidade de reconhecimento dessa circunstância para que se criem condições de romper com a estrutura invisibilizante, cujos frutos são a manutenção do sistema de

desigualdades e de negação de direitos essenciais à condição de humano, independente das suas condutas ou modo de estar no mundo.

O tratamento do sujeito causador do desvio enquanto ocorrência isolada, excepcional, é duplamente prejudicial: sob o aspecto do agente porque este é cada vez mais relegado à segregação (vez que se trata, em regra, dos sujeitos oriundos dos grupos vulneráveis, que encontrarão no cárcere, no manicômio ou no jazigo as respostas sociais da malfadada tentativa de controle), e sob o aspecto da coletividade, porque se perde a oportunidade de ver e analisar o resultado de séculos de marginalização e exploração causadores diretos da realidade social vulnerabilizante e criminalizada.

Torna-se urgente comentar aqui a quase total incapacidade das pessoas de se mobilizar com histórias verdadeiras de destruição da personalidade, capitaneadas pela lógica massacrante da sociedade desigual. Apenas para citar um exemplo, personagens reais como Sandro Barbosa (sequestrador do ônibus 174) não gozaram da mesma simpatia que o Coringa quando tiveram sua imagem, exaustivamente, exposta pela mídia sedenta pelo produto crime, da qual já falamos. Enquanto uma criação dos quadrinhos, projetada por Hollywood, é capaz de comover e traz à tona essas mesmas questões sociais. Talvez, essa diferença de reações possa ser explicada por uma cômoda satisfação da capacidade de reconhecimento e empatia, sem que haja a necessidade de, efetivamente, mudar alguma coisa na realidade.

Tal fato encontra ressonância na construção de uma sociedade refém do medo como elemento estruturante do corpo social. Válido incluir aqui a assertiva de Vladimir Safatle (2015, p.?) de que “o Estado é ao mesmo tempo o bombeiro e o piromaníaco” dessa cena, pois na medida em que se apresenta como salvaguarda da população contra a violência, é também a sua forma de agir (ou de se omitir) que cria grande parte dessa mesma violência, gerando medo como saldo dessa tenebrosa equação. A pergunta que deve ser feita, então, é como uma sociedade paranoica, estruturada no medo como afeto político, que somente se abre para a realidade de abandonos e violências na segurança da sala de cinema, pode se identificar com o efeito manada causado pelo coringa no filme?

Nesse ponto é importante, porém, retomar uma crua constatação: Gotham é aqui! A surpresa do expectador não decorre do desconhecimento das condutas descritas no filme, mas sim da naturalização da violência e do abandono em razão do distanciamento do eu e do outro (outro aqui como o não igual).

O tratamento do outro é uma questão sobre a qual se debruçam expoentes da filosofia, da sociologia, do direito e da psicologia ao longo do tempo. Desde a matriz Kantiana de que a constituição humana já garante valor ao ser, o qual pode, a partir da boa vontade (educada

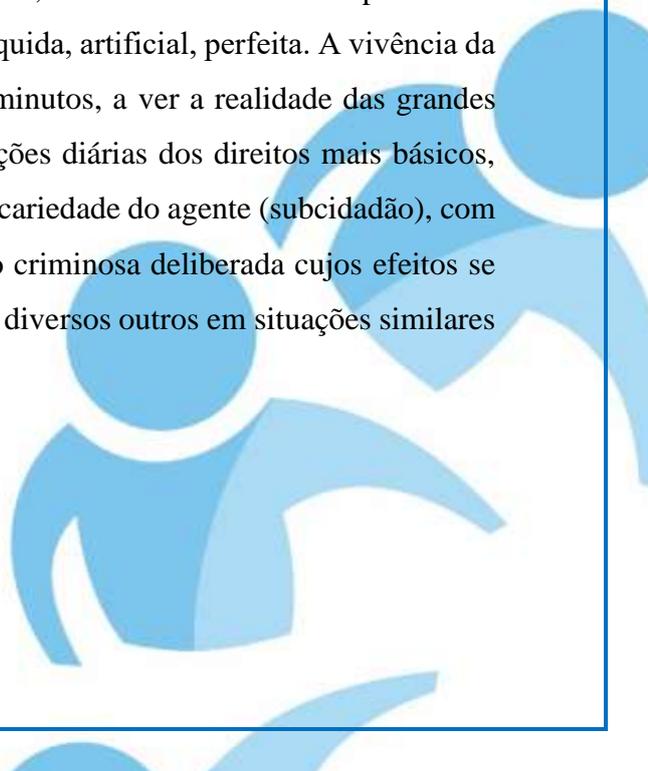
segundo parâmetros universais) praticar as melhores ações, passando pela contribuição Hegeliana da consciência-de-si como um elemento essencial para a aceitação do olhar do outro e submissão a este como elemento para criar as realidades sociais (Fenomenologia do espírito), o outro é descrito como objeto da interação com o ser e como centro de expectativas de comportamento.

Hobbesem O Leviatã (1651), antes disso, já afirmava ser o homem o lobo do homem. Logo, o outro era um rival capaz de despertar sentimentos vigorosos como o medo. Essa matriz do medo como ponto de estruturação central das relações de afetos políticos ainda perdura nas sociedades da modernidade tardia, conforme Safatle (2015).

Por todos os prismas que olhamos, o outro se configura sempre como um signo da diferença radical (o não idêntico) que nos convoca a adotar uma posição. Tal diferença entre o eu e o outro pode operar como catalisador de processos de desejo, na medida em que o eu acredita ter encontrado no outro aquilo que lhe falta (levando ao amor relacional) ou fomentar relações de animosidade onde essa mesma diferença pode ser sentida como uma agressão à minha constituição subjetiva (patologias da segregação e preconceito) (Dunker, 2015).

Todas essas reafirmações do outro como estranho, como elemento capaz de despertar o medo, tornam a proximidade da realidade de Arthur somente possível pela tela do cinema. Porém, não há significativas diferenças do ArthurFleck com os Josés, Marias e Arturs brasileiros que padecem de problemas de saúde mentais e são coagidos a agir como se não os tivessem. Não há diferenças no histórico de abandono e violências. Não há menores intensidades nas dores “de endoidecer gente sã”.

A diferença é, talvez, a de que Arthur nos acessou com a proximidade virtual da sala de cinema e os demais exigiriam o esforço do olhar nas ruas, nos arredores do nosso palácio de cristal do “eu” em que nos encastelamos na sociedade líquida, artificial, perfeita. A vivência da história de Arthur nos obrigou, ainda que por poucos minutos, a ver a realidade das grandes massas nos países periféricos: um amontoado de violações diárias dos direitos mais básicos, que são absolutamente desconsiderados em razão da precariedade do agente (subcidadão), com a completa invisibilidade social até quando há a reação criminosa deliberada cujos efeitos se alastra pelo despertar dos conteúdos reprimidos de diversos outros em situações similares de vulnerabilidades.



## **A revolta dos palhaços – possibilidades de capitalização política dos movimentos de massas**

Dos vários comentários e críticas que o filme recebeu, nos chama a atenção uma consideração interessante feita pelo filósofo Slavoj Žižek, quando se questiona sobre os destinos que a revolta de Arthur poderia tomar. Ele afirma que o caminho da pura força disruptiva escolhido pelo protagonista já está evidenciado no filme, mas um outro que levaria a um projeto político emancipatório, exatamente por estar ausente, deve ser enxergado pelos expectadores como possibilidade. Assim, a potência transformadora do filme atingiria o seu grau máximo (Žižek, 2019). Nos parece um tanto ideal esse desfecho no qual as pessoas, motivadas pela obra cinematográfica, dirigissem a sua legítima revolta contra as desigualdades sociais apresentadas ali, e que fazem eco em diversos cantos do planeta, para um movimento organizado de contestação e transformação social. Principalmente, porque aqui nesse bloco de insurreições podemos colocar (dentre as que ocorreram nos últimos anos) a Primavera Árabe e o Occupy de um lado e as marchas de extrema direita de outro. Imediatamente, percebemos que caminhos diametralmente opostos se desenham nesse cenário.

De toda forma, um ponto essencial do filme é o medo, a angústia e o incômodo que a história do Coringa produz. Esse medo se materializa pela possibilidade de que sejam despertados em nós os fatores pessoais de desajuste, num verdadeiro “efeito manada” assim como acontece na narrativa. Como dissemos, seria impossível prever quais caminhos ideológicos e políticos tal mobilização resultaria. Inclusive, fazendo uma pequena digressão histórica em dois momentos distintos (um mais próximo e outro mais distante de nossa realidade) talvez cheguemos a conclusões bastante preocupantes.

Se considerarmos o surgimento da República de Weimar na Alemanha pós Primeira Guerra, com o seu sistema semi presidencial, sua maior liberação de costumes e formas de vida, a possibilidade de convivência pacífica entre diferentes credos religiosos e tantas outras vanguardas sociais, e como todo esse movimento gestou durante 15 anos o que viria a ser conhecido como nazismo. E se pensarmos no movimento conhecido como “jornadas de junho” ocorrido no Brasil em 2013, onde a população foi às ruas aos milhões para exigir justiça social e lisura por parte dos políticos, transformando radicalmente a relação entre a população e seus representantes parlamentares, o qual também foi embrionário do avanço e consolidação da extrema direita no país; então teremos uma visão pouco otimista acerca das consequências que os afetos de transformação despertados pelo filme podem criar.

O fato é que tais aspectos simbólicos são despertados pelo filme. E o resultado pode realmente ser a loucura e destruição descontrolada como se viu no centro de Gotham. Ainda mais se levarmos em consideração que a situação brasileira atual é um caldeirão em ebulição. A maioria das pessoas (exceto os que estão comemorando) está se sentindo insatisfeita com a economia (que não melhorou como era esperado) e com a sua capacidade de compra que continua a diminuir, especialmente nos setores populares. Por exemplo, pesquisa feita pelo Pew Research Center mostra que 83% dos brasileiros estão insatisfeitos com seu sistema de governo (Dias, 2019). No entanto, o grande atizador desse descontentamento na sociedade brasileira será (ou já é?) a precarização do trabalho, consequência da reforma trabalhista recém aprovada. Essa reforma ainda não se fez sentir em seu horizonte de possibilidades porque diante do desemprego de 15 milhões de brasileiros, qualquer alternativa, por pior que seja, é bem-vinda. Mas, as pessoas vão começar a comparar as suas condições de trabalho de antes com o que elas terão agora (trabalho uberizado). E para coroar essa análise, resta a sensação incômoda de que poucos conseguirão se aposentar.

Nesse cenário, nos parece iminente a eclosão de revoltas populares, tais como vem ocorrendo nos demais países da América Latina. Apesar da tentativa bem orquestrada, e eficiente até o momento, por parte do governo, de produzir a chamada melancolização social, ou seja, passar uma ideia de anomia em tal nível que as pessoas tenham a nítida sensação que sequer vale a pena protestar; esse processo cria um claro amortecimento das paixões e indignações da coletividade. Entretanto, mesmo diante dessa paralisia temporária provocada pelas políticas de Estado e, principalmente, pela propaganda estatal embasada em sua grande maioria em notícias falsas e desinformação, acreditamos que esse movimento de contestação pode surgir no horizonte próximo.

E, como advoga Safatle (2015), não deve ser um movimento organizado por esse ou aquele setor político ou econômico, mas sim uma força desorganizada e destruidora (tal como os palhaços do filme) que venha abalar as estruturas tecnocráticas e suas estratégias de coerção bem pensadas. O resultado de tal movimento, como dissemos, nos parece imprevisível, mas o processo em que ele se dará, não será sem uma grande parcela de violência de ambas as partes (poder instituído e população). O dia seguinte pode trazer uma verdadeira revolução popular, como também pode recrudescer ainda mais o conservadorismo no qual estamos imersos.

Podemos analisar essa possibilidade de irrupção da loucura e destruição, inclusive, partindo do conceito de pulsão de morte de Freud (1920), no qual toda tendência humana seria direcionada para a autodestruição e conseqüentemente, rompimento dos laços e pactos sociais. Acreditamos, ainda, que parte da bilheteria do próprio filme se dê em razão da satisfação inócua

dessas pulsões agressivas ao contemplar a violência escancarada da trama. No entanto, o que vemos na cena coletiva atual (e também em grande parte do enredo do filme) é mais uma figura clínica clássica de desamparo frente a tudo o que se passa na sociedade (a nossa e a de Arthur).

Aqui o desamparo individual ao qual estamos todos submetidos se atualiza no desamparo social. As demandas políticas se transformam em demandas de cuidado. O sujeito, num duplo movimento, demanda ajuda e ao mesmo tempo institui o Outro (Estado, empresa) como aquele que pode atender a esse pedido de ajuda (Safatle, 2015). Num movimento reverso, deixar de pedir amparo, significa deixar de instituir o Outro como autoridade. Dessa forma, torna-se necessário aceitar a sua condição desamparada diante do mal-estar que a todos consome; ou seja, aceitar que somos tomados por afetos que, necessariamente, não controlamos. O rompimento do reconhecimento da autoridade de qualquer outro é marcado no filme quando Arthur admite que a sua vida não é uma tragédia, mas sim uma comédia e abraça a risada que irrompe sem o seu controle como parte de si.

Uma última análise que gostaríamos de fazer trata-se da constituição da personalidade de Arthur Fleck. A construção psicopatológica do personagem não é simples. Tomando como referência a psicopatologia psicanalítica, temos três grandes estruturas de personalidade que são a neurose, a perversão e a psicose. Dito de maneira simplificada, tais estruturas costumam se definir na infância, em resposta à ameaça de castração da qual nenhum de nós escapa, e se mantêm fixas em cada sujeito ao longo de toda a sua existência. Arthur, claramente, flerta durante todo o filme com a psicose, onde seus delírios e distorções da realidade chegam a confundir o espectador que não tem certeza se determinado evento ocorreu na trama ou apenas na cabeça do protagonista. No entanto, em certo momento há uma ruptura e uma consequente guinada para a perversão. Esse momento, que na verdade são dois instantes que se conectam, inicia com a confrontação em relação a sua mãe (e seus delitos passados) e a assunção do seu nome próprio: Happy.

Na teoria psicanalítica o Nome Próprio é um nome que o sujeito encontra em suas reflexões acerca do seu inconsciente e que define as modalidades de desejo e gozo daquele sujeito. Nossos nomes nos são atribuídos à revelia de nossa vontade (usualmente, pelos nossos pais ou cuidadores). Diferentemente, o nome próprio emerge a partir de uma constatação do sujeito em relação a algo que o domina, o constrange a agir de determinada maneira na vida. Pode ser uma palavra, alcunha, apelido ou mesmo um rótulo da psiquiatria que fala algo de mim (e para mim) de forma direta e inescapável. A palavra Happy fala tanto da sua risada nervosa, quanto das violências que Arthur sofria quando criança e que não eram consideradas

pela mãe (já que ele nunca estava triste), até a escolha de personagem do futuro perverso que emerge na trama: o Joker.

Esse ponto que chamamos de guinada para perversão atinge o seu clímax no momento em que ele tenta tirar a própria vida ao entrar no refrigerador, mas falha nessa tentativa. Ao cabo desses dois episódios (o assassinato da mãe e a tentativa de suicídio), um novo personagem surge na tela. Uma pessoa mais centrada, consciente do seu lugar no mundo, seguro de suas decisões, porém, completamente desprovida de contrato social.

É muito curioso, do ponto de vista estético, acompanhar também a mudança na paleta de cores da fotografia da obra cinematográfica a partir dessa virada. As cores quentes e mais expressivas (amarelo, vermelho e laranja) tomam o lugar que era majoritariamente ocupado pelo azul e pelo cinza. Impossível não se recordar da afirmação de Freud (1905, p.190) de que “a neurose é o negativo da perversão”, fazendo referência aos negativos das máquinas fotográficas que, no caso da neurose, pouco ou nada deixavam transparecer de suas versões coloridas das fotos impressas, como seriam os atos perversos.

A perversão preenche de cores intensas a vida vazia e empobrecida que o personagem carregava até aquele momento, como na cena em que Joker dança na escadaria antes de assassinar o apresentador de TV. No entanto, o preço (talvez pagável) é a abolição de qualquer traço de empatia e consideração pela existência do Outro. A partir daí uma estrutura mista de perversão e psicose dará o tom, não só desse, como de todas as versões do Coringa de Jerry Robinson, Bill Finger e Bob Kane, tanto nos quadrinhos como no cinema, alguns com mais ênfase em uma ou em outra estrutura.

### **Considerações finais**

Joker é uma síntese caricata das possíveis consequências da Necropolítica que parece estar se tornando regra geral na maior parte dos países cuja mola mestra dos processos sociais e econômicos é o neoliberalismo, marcadamente as nações periféricas ao sistema de produção e renda. As inúmeras violações de direitos humanos as quais o personagem foi sujeitado não parecem afastadas da realidade vivenciada pela maioria dos brasileiros, que não atendem à tríade meritocrática vigente.

As questões do trabalho apresentadas nos remetem, fortemente, ao cenário atual de perda de garantias e precarização em massa das estruturas sociais que levam a falta de filtros e contrapesos políticos e jurídicos que limitam a exploração nociva da força de trabalho da população empobrecida e adoecida (em todos os níveis e conotações pensáveis). E a sensação

cômoda de que essa realidade está distante de nós (lá em Gotham) só é possível a partir da adesão tácita a uma perspectiva indiferente em relação ao que se passa com os outros e (algumas vezes) conosco mesmos.

Pensar, realmente, que “Gotham é aqui”, por mais doloroso que possa parecer, nos possibilita acessar elementos e chaves de compreensão desse contexto político econômico que talvez nos tirem da melancolia social e nos ofereçam ferramentas possíveis de resistência ou, pelo menos, de não reprodução dessas mesmas violências.

Acreditamos, realmente, que novas formas de resistência surgirão diante dos novos cenários sociais e políticos, como sempre ocorreu em nossa história. E aventamos a possibilidade de que o reconhecimento das subjetividades invisibilizadas pelo neoliberalismo e suas facetas seja um início desse processo de resistência.



## REFERÊNCIAS

- Antunes, R. *O privilégio da servidão: O novo proletariado de serviço na era digital*. Boitempo. 2018.
- Baratta, A. (2011). *Criminologia crítica e crítica do direito penal. Introdução à sociologia do direito penal*. Editora Revan.
- Brum, E. (2020) Os cúmplices. *Coluna do Jornal El País*. <https://brasil.elpais.com/opiniao/2020-01-01/os-cumplices.html>
- Dias, M. (2019). Pesquisa mostra que 83% estão insatisfeitos com democracia no Brasil. *Folha de São Paulo*. <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/04/pesquisa-mostra-que-83-estao-insatisfeitos-com-democracia-no-brasil.shtml>
- Dunker, C. (2015). *Mal-estar sofrimento e sintoma*. Boitempo.
- Ehrenberg, A. (2010). *O culto da performance: da aventura empreendedora a depressão nervosa*. Editora Ideias & Letras.
- Foucault, M. (2014). *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Vozes.
- Freud, S. (1905). Três ensaios para uma teoria da sexualidade. Em: *Edição Standard Brasileira das Obras de Sigmund Freud*, (VII, p. 170-295. 1905). Imago.
- Freud, S. (1913) Totem e tabu. Em: *Edição Standard Brasileira das Obras de Sigmund Freud*, (XIII, p. 17-75. 1913). Imago.
- Freud, S. (1919) O estranho. Em: *Edição Standard Brasileira das Obras de Sigmund Freud*, (XV, p. 54-73. 1919). Imago.
- Freud, S. (1920) Além do princípio do prazer. Em: *Edição Standard Brasileira das Obras de Sigmund Freud*, (XVIII, p. 15-88. 1920). Imago.
- Freud, S. (1921) Psicologia das massas e análise do ego. Em: *Edição Standard Brasileira das Obras de Sigmund Freud*, (XVIII, p. 89-179. 1921). Imago.
- Hegel, G.W.F. (1992) *Fenomenologia do Espírito*. Vozes.
- Hobbes, T. (1991). *Leviathan*. Cambridge University Press.
- Kant, E. (2004) *Crítica da razão prática*. [http://www.imagomundi.com.br/filo/kant\\_pratica.pdf](http://www.imagomundi.com.br/filo/kant_pratica.pdf)
- Mbembe, A. (2018) *Necropolítica. Biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte*. n-1 Edições.
- Mignolo, W. D. (2005) A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. *Consejo Latino americano de Ciencias Sociales*. [http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624094657/6\\_Mignolo.pdf](http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624094657/6_Mignolo.pdf)

- Rubio, D. S. (2014) *Encantos e desencantos dos Direitos Humanos: de emancipações, libertações e dominações*. Livraria do Advogado.
- Souza, J. (fevereiro, 2004). A gramática social da desigualdade brasileira. *RBCS*, 19(54) <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v19n54/a05v1954.pdf>
- Safatle, V. (2015). *O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo*. Autêntica.
- Safatle (novembro, 2019). *Limites da democracia no Brasil*. Arquivo de vídeo. <https://www.youtube.com/watch?v=D8HaJXn6Zbs>
- Spivak, G. C. (2014) *Pode o subalterno falar?* UFMG.
- Zamora, M. H. (2005) Uma noite em uma rua onde você jamais passou. Em: Zamora, M.H. & Vilhena, J (orgs.) *A cidade e as formas de viver*. (pp. 157-171). Museu da República.
- Žižek, S. (2019) “Coringa” e o grau zero da revolução. *Blog da Boitempo*. <https://blogdaboitempo.com.br/2019/11/03/zizek-coringa-e-o-grau-zero-da-revolucao/>

